UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Francisco Eduardo Vieira da Silva

GRAMÁTICAS BRASILEIRAS CONTEMPORÂNEAS DO PORTUGUÊS:
linhas de continuidade e movimentos de ruptura com o paradigma tradicional de gramatização

Recife
2015

FRANCISCO EDUARDO VIEIRA DA SILVA

GRAMÁTICAS BRASILEIRAS CONTEMPORÂNEAS DO PORTUGUÊS:
linhas de continuidade e movimentos de ruptura com o paradigma tradicional de gramatização

Tese apresentada à Coordenação do Programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade Federal de Pernambuco, para a obtenção do grau de Doutor em Linguística, sob orientação da Profa. Dra. Elizabeth Marcuschi (UFPE) e coorientação da Profa. Dra. Orlene Lucia de Saboia Carvalho (UnB).

Recife
2015

Catalogação na fonte
Bibliotecária Maria Valéria Baltar de Abreu Vasconcelos, CRB4-439

S586g Silva, Francisco Eduardo Vieira da
Gramáticas brasileiras contemporâneas do português: linhas de continuidade e movimentos de ruptura com o paradigma tradicional de gramatização / Francisco Eduardo Vieira da Silva. – Recife: O Autor, 2015.
476 f.: il.

Orientador: Elizabeth Marcuschi.
Coorientador: Orlene Lucia de Saboia Carvalho.
Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CAC. Letras, 2015.
Inclui referências e anexos.

1. Linguistica. 2. Lingua portuguesa - Estudo e ensino. 3. Lingua portuguesa - Gramática. I. Marcuschi, Elizabeth (Orientador). II. Carvalho, Orlene Lucia de Saboia (Coorientador). III. Titulo.

410 CDD (22.ed.) UFPE (CAC 2015-168)

FRANCISCO EDUARDO VIEIRA DA SILVA

GRAMÁTICAS BRASILEIRAS CONTEMPORÂNEAS DO PORTUGUÊS:
linhas de continuidade e movimentos de ruptura com o paradigma tradicional de gramatização

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para a obtenção do Grau de Doutor em LINGUÍSTICA em 8/5/2015.

TESE APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA:

Prof[a]. Dr[a]. Elizabeth Marcuschi

Orientadora – LETRAS – UFPE

Prof[a]. Dr[a]. Maria Medianeira de Souza

LETRAS – UFPE

Prof[a]. Dr[a]. Siane Góis Cavalcanti Rodrigues

LETRAS – UFPE

Prof[a]. Dr[a]. Márcia Rodrigues de Souza Mendonça

LINGUÍSTICA APLICADA – UNICAMP

Prof[a]. Dr[a]. Maria Irandé Costa Morais Antunes

LETRAS – UFPE

Recife – PE
2015

A todos os professores de gramática que tive,
a todos os autores de gramática que li,
sem exceção.

AGRADECIMENTOS

À professora *Beth Marcuschi*, pela orientação competente e segura, bem como pela honestidade, amizade e bom humor na lida cotidiana. Me sinto profundamente honrado em ter feito essa trajetória sob sua batuta.

À professora *Orlene Carvalho*, pela coorientação eficiente, acolhedora e atenta. Também lhe serei eternamente grato pelas trocas que pude realizar como Pesquisador Colaborador Júnior do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UnB.

Às professoras *Irandé Antunes*, *Márcia Mendonça*, *Medianeira Souza* e *Siane Gois*, por gentilmente terem aceitado compor a banca examinadora da tese.

Às professoras *Cláudia Roberta T. Silva*, *Márcia Mendonça* e *Medianeira Souza*, pela enriquecedora participação no processo de qualificação da tese.

Aos meus professores do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE, por suas preciosas contribuições ao longo do curso de doutorado: *Benedito Bezerra*, *Beth Marcuschi*, *Cláudia Roberta T. Silva*, *Dóris Cunha*, *Evandra Grigoletto*, *Judith Hoffnagel*, *Marlos Pessoa*, *Nelly Carvalho*, *Siane Gois* e *Stella Telles*.

À professora *Maria Luiza Monteiro Sales Coroa*, por sua inspiradora dedicação à docência.

Aos professores *José Carlos de Azeredo*, *Marcos Bagno* e *Mário A. Perini*, pela respectiva elaboração dos três valiosos livros de gramática que me serviram de objetos de pesquisa.

Ao professor *Marcos Bagno*, pela leitura atenta e propositiva do trabalho que futuramente daria origem a esta tese; pela recepção afetuosa em Brasília; por todas as conversas, sempre bem motivadoras.

À *FACEPE*, pelo Auxílio Mobilidade Discente concedido.

À *UEPB*, por ter aprovado o meu afastamento integral das atividades docentes pelo período de três anos.

A todos os mestrandos e doutorandos do PPGL/UFPE ingressos em 2012.1, pelo convívio e aprendizagem diários.

A *Leonardo Gueiros* e *Shenia Bezerra*, pelo companheirismo ímpar durante as aulas e pela forte amizade para além delas.

A *Fernanda Maciel Ziober*, por sua admirável desafetação acadêmica e disponibilidade para ajudar.

A *Renato Pimentel*, pela convivência amiga em um 2012 abarrotado de novidades.

Ao "brotherzão" *Jonathan Furtado Pedroza* e a *Eduardo Pinto*, por todos os momentos de camaradagem, entendimento e afeto em um 2013 não menos inusitado.

A minha prima-irmã *Raquel* e a meu cunhado *Gésio Passos*, pelo tom familiar com que me pintaram Brasília.

A *Diego Alexandre*, por ter ajudado a apaziguar minhas dúvidas e angústias, me animado em bons e maus momentos, me feito compreender de tudo um tanto a cada dia mais.

A *Edjane Gomes de Assis*, por ter acompanhado de perto e com satisfação, na cidade de Monteiro (PB), as primeiras pesquisas para a realização deste trabalho.

A *Elisângela Silva* e *Josyanne Fonseca*, pelo amor fraterno, irrestrito, (quase) insano.

A *Tatiana Simões e Luna*, com todo carinho e admiração, pela lista de confissões mútuas que nos fizeram e fazem ser quem somos.

À professora *Marianne Cavalcante* e ao professor *Luiz Antônio Marcuschi*, principais responsáveis pelo meu ingresso no universo da pesquisa acadêmica orientada.

A *Normanda Beserra*, *Ana Lima*, *Karina Falcone*, *Suzana Cortez*, *Ewerton Luna*, *Gabriela Medeiros*, *Diana Vasconcelos*, entre alguns outros bons, pela presença amiga e confortante ao longo dessa jornada nem sempre prazerosa.

E a minha mãe, *Tereza Cristina*, por tudo e sempre.

RESUMO

Esta tese analisa as *gramáticas brasileiras contemporâneas do português* (GBCP), em particular Azeredo (2008), Perini (2010) e Bagno (2012). O trabalho se situa no campo da Linguística Aplicada, entendida como prática social, reflexiva, crítica e *in*disciplinar (MOITA LOPES, 2008b; ROJO, 2008). Parte-se da defesa de que: o *paradigma tradicional de gramatização* (PTG) é o modelo responsável por nortear, há mais de dois mil anos, a elaboração de gramáticas no Ocidente; o novo conjunto de compromissos dos estudos linguísticos brasileiros com a gramatização de nossa língua ocasiona deslizes ou mesmo rupturas epistemológicas com esse paradigma. Diante disso, o objetivo geral da pesquisa consiste em caracterizar essa recente transição de paradigmas encabeçada pelas GBCP, em se tratando das linhas de continuidade e dos movimentos de ruptura envolvidos. A fim de construir e caracterizar a noção de PTG no contexto da historiografia linguístico-gramatical, é feito um apanhado histórico sobre as primeiras reflexões na cultura ocidental acerca da gramática, o consequente surgimento da doutrina gramatical greco-romana na Antiguidade e o processo de gramatização dos vernáculos europeus modernos no Renascimento. Já com o propósito de entender como se instituiu, como se desenvolveu e no que resultou o PTG no contexto luso-brasileiro, resgata-se a história das gramáticas do português de natureza prescritivo-normativa, produzidas em Portugal desde o século XVI e no Brasil a partir do século XIX, e reflete-se sobre a noção de "norma-padrão" como consequência da gramatização tradicional. Quatro categorias de análise dão o norte da investigação das GBCP: (a) demandas e propósitos sociais; (b) concepções teóricas e configurações metodológicas; (c) arcabouço descritivo, categorial e conceitual; e (d) língua gramatizada. Os resultados atestam que as GBCP oscilam entre movimentos de ruptura e linhas de continuidade no tangente às quatro categorias. Essas obras, cada uma a seu modo: atentam-se a outras funções sociais, diferentes dos propósitos genéricos das gramáticas tradicionais; deslocam-se do que socialmente se costuma esperar de um livro de gramática; reconhecem a insuficiência teórico-metodológica da doutrina gramatical, mas não apresentam um paradigma que a substitua; apresentam tanto pontos de subversão descritiva em relação à tradição gramatical luso-brasileira, quanto continuidade terminológico-conceitual com o PTG, a despeito de teorias linguísticas e novos critérios de categorização delineados; avançam a caminho do reconhecimento, da valorização e da legitimação de aspectos genuinamente brasileiros nos nossos usos comuns falados e escritos, embora efetuem um recorte na língua, a fim de gramatizá-la e, consequentemente, homogeneizá-la, tal qual a construção de qualquer norma-padrão. Em suma, as GBCP não correspondem exatamente a um novo paradigma de gramatização em vigor, mas sim ao esgarçamento do PTG e ao surgimento de novas frentes de gramatização ainda embrionárias, que buscam atender, na medida do possível, às demandas da virada linguística. Deve-se frisar que os pontos fortes e fracos dessas novas gramáticas nem sempre correspondem, respectivamente, aos seus conjuntos de rupturas e continuidades.

Palavras-chave: Gramatização. Virada linguística. Gramáticas do português brasileiro. Historiografia linguístico-gramatical.

RESUMEN

Esta tesis analiza las *gramáticas brasileñas contemporáneas del portugués* (GBCP), en particular Azeredo (2008), Perini (2010) e Bagno (2012). La investigación abarca la Lingüística Aplicada, comprendida como práctica social, reflexiva, crítica e *in*disciplinar (MOITA LOPES, 2008b; ROJO, 2008). Se parte de la defensa de que: *el paradigma tradicional de gramatización* (PTG) es el tipo responsable por guiar, hace más de dos mil años, la elaboración de gramáticas en el Occidente; el nuevo conjunto de compromisos de los estudios lingüísticos brasileños con la gramatización de nuestra lengua causa deslices o hasta mismo rupturas epistemológicas con ese paradigma. Delante de eso, el objetivo general de la investigación es caracterizar esa reciente transición de paradigmas empezadas por las GBCP, en lo que trata de las líneas de continuidad y de los movimientos de ruptura envueltos. Con la finalidad de construir y caracterizar la noción de PTG en el contexto de la historiografía lingüístico-gramatical, es concebida una búsqueda histórica acerca de las primeras reflexiones en la cultura occidental sobre la gramática, el consecuente aparecimiento de la doctrina gramatical greco-romana en la Antigüedad y el proceso de gramatización de los vernáculos europeos modernos en el Renacimiento. Ya con el propósito de comprender como se estableció, como se desarrolló y en el que resultó el PTG en el contexto luso-brasileño, se examina la historia de las gramáticas del portugués de tipo prescriptivo-normativo, producidas en Portugal desde el siglo XVI y en Brasil a partir del siglo XIX, y reflejase acerca de la noción de "norma estándar" como consecuencia de la gramatización tradicional. Cuatro categorías de análisis guían la investigación de las GBCP: (a) demandas y propósitos sociales; (b) concepciones teóricas y configuraciones metodológicas; (c) estructura descriptiva, categorial y conceptual; y (d) lengua gramatizada. Los resultados exhiben que las GBCP oscilan entre movimientos de ruptura y líneas de continuidad en relación a las cuatro categorías. Esas obras, cada una a su manera: atentan otras funciones sociales, diferentemente de los propósitos generales de las gramáticas tradicionales; se alejan de lo que socialmente se suele esperar de un libro de gramática; reconocen la insuficiencia teórico-metodológica de la doctrina gramatical, pero no presentan un paradigma que la sustituya; presentan tanto puntos de subversión descriptiva en relación a la tradición gramatical luso-brasileña, cuanto continuidad terminológico-conceptual con el PTG, a despecho de teorías lingüísticas y nuevos criterios de categorización delineados; avanzan al camino del reconocimiento, de la valorización y de la legitimación de los aspectos auténticamente brasileños en los nuestros usos comunes hablados y escritos, aunque hagan un recorte en la lengua, para gramatizarla y, consecuentemente, homogeneizarla, tal cual la construcción de cualquier norma estándar. En resumen, las GBCP no corresponden exactamente a un nuevo paradigma de gramatización en vigor, pero a una deshilachación del PTG y al surgimiento de nuevas frentes de gramatización aún embrionarias, que buscan atender, en la medida de lo posible, a las demandas de la virada lingüística. Se debe destacar que los puntos fuertes y flojos de esas nuevas gramáticas ni siempre corresponden, respectivamente, a sus conjuntos de rupturas y continuidades.

Palabras-clave: Gramatización. Virada lingüística. Gramáticas del portugués brasileño. Historiografía lingüístico-gramatical.

ABSTRACT

This paper aims at analyzing the *contemporary Brazilian Portuguese grammars* (CBPG), especially Azeredo (2008), Perini (2010) and Bagno (2012). The work is within the field of Applied Linguistics, understood as social practice, reflexive, critical and *in*disciplinary (MOITA LOPES, 2008b; ROJO, 2008). We depart from the support of the following notion: the *traditional paradigm of grammatization* (TPG) is the model which has been guiding, for over two thousand years, the elaboration of Western grammars; the new set of compromises of the Brazilian linguistic studies with the grammatization of our language leads to flaws or even epistemological ruptures with this paradigm. In the light of this, the general objective of this research consists in characterizing this recent transition of paradigms, headed by the CBPG, concerning the lines of continuity and the involved movements of ruptures. In order to construct and characterize the notion of TPG in the context of linguistic-grammatical historiography, we have designed a historical description of the first reflections, carried out by the western culture, about the grammar, the consequent emergence of the Greco-Roman grammatical doctrine in ancient times and the grammatization process of modern European vernaculars in the Renaissance. With the purpose of understanding how TPG was instituted, developed and in what the TPG in Luso-Brazilian context resulted, we have recovered the history of the Portuguese language grammars of prescriptive-normative nature, which have been produced in Portugal since the 16th century, and in Brazil from the 19th century onwards, so as to reflect on the notion of "standard-norm" as a consequence of traditional grammatization. Four categories of analysis have directed the investigations on the CBPG: (a) demands and social purposes; (b) theoretical conceptions and methodological settings; (c) descriptive, categorical and conceptual framework; and (d) grammaticalized language. Results show that the CBPG oscillate between movements of rupture and lines of continuity with regard to the four categories. These works, each in its own way: take other social functions into consideration, different from the general purposes of the traditional grammars; move away from what is usually socially expected of a grammar book; recognize the theoretical-methodological insufficiency of the grammatical doctrine, but do not offer any paradigm to replace it; present both descriptive subversion points - related to the Luso-Brazilian grammatical tradition - and conceptual-terminological continuity with the TPG, in spite of linguistic theories and new criteria of categorization; advance towards recognition, valorization and legitimation of genuinely Brazilian aspects in our common spoken and written uses, despite performing a cut in the language, so as to grammaticalize it and, thus, homogenize it, just as the construction of any standard-norm. To sum up, the CBPG do not correspond exactly to a new paradigm of grammatization in effect, but rather to the fragments of the TPG and to the emergence of new grammatization fronts, still embryonic, which seek to meet, as much as possible, the demands of the linguistic turn. It should be emphasized that the strengths and weaknesses of these new grammars do not always correspond, respectively, to their sets of ruptures and continuities.

Keywords: Grammatization. Linguistic turn. Brazilian Portuguese grammars. Linguistic-grammatical historiography.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Série Gramáticas do Português Falado 32
Quadro 2 – Gramáticas brasileiras contemporâneas do português (GBCP) 34
Quadro 3 – GBCP após a aplicação dos critérios (i) e (ii) 46
Quadro 4 – GBCP agrupadas de acordo com os critérios (iii) e (iv) 47
Quadro 5 – *Corpus* de GBCP 47, 239
Figura 1 – Perspectiva do desdobramento linear 61
Figura 2 – Perspectiva dos campos opostos 64
Figura 3 – Perspectiva da ramificação e influências mútuas entre os campos teórico e doutrinário 75
Quadro 6 – Definições de gramática em diferentes instrumentos de gramatização do português 79
Quadro 7 – Partes do discurso (séc. I a.C.) e classes de palavras (séc. XXI) no PTG, com especificação dos critérios de categorização 91
Quadro 8 – Partes do discurso vs. Partes da oração vs. Classes de palavras 103
Quadro 9 – Das *partes do discurso* às *classes de palavras* no PTG 112
Quadro 10 – Cognatos do termo latino *adverbium* no contexto do PTG 116
Figura 4 – Traços constitutivos do *paradigma tradicional de gramatização* 135
Quadro 11 – Distribuição dos conteúdos de morfologia em Coelho (1891) 167
Quadro 12 – Partes da gramática em João Ribeiro (1884) 172
Quadro 13 – Categorias, subcategorias e conceitos gramaticais envolvidos na classificação das palavras em João Ribeiro (1881, 1884) 173
Quadro 14 – Classes de palavras em Pereira (1907) 185
Quadro 15 – Classes de palavras definidas a partir de critérios de base semântica em Costa (1920) 189
Quadro 16 – Critério semântico definindo as subcategorias gramaticais em Costa (1920) 190
Quadro 17 – Categorias e subcategorias gramaticais presentes na lexiologia de Said Ali (1923) 194
Quadro 18 – Autores da literatura que abonam prescrições sintáticas em Almeida (1988) 209
Quadro 19 – Categorias de análise das GBCP 240
Quadro 20 – Subclasses (1) e subdivisões dos verbos transitivos, de acordo com

a GA 245
Quadro 21 – Subclasses (2) do verbo transitivo direto, de acordo com a GA 246
Quadro 22 – Dados reais na descrição morfológica flexional e sintática da GA 254
Quadro 23 – Fontes de exemplos e abonações literárias na GA 256
Quadro 24 – Concepções teóricas e configurações metodológicas da GA na relação com o PTG 268
Quadro 25 – Tipos de categorização e categorias correspondentes 270
Figura 5 – Estrutura gramatical hierárquica da língua segundo a GA 274
Quadro 26 – Classes de palavras e critérios de classificação da GA 276
Quadro 27 – Presença de termos da NGB (classes de palavras e morfologia flexional) na GA 280
Quadro 28 – Categorias da GA que não constam na NGB 282
Quadro 29 – Presença de termos da NGB (sintaxe) na GA 286
Quadro 30 – Arcabouço descritivo, categorial e conceitual da GA na relação com o PTG 287
Quadro 31 – Exemplos de formas/construções descartadas e gramatizadas pela GA 289
Quadro 32 – Aspectos morfossintáticos do PB restritos a contextos orais ou de informalidade/coloquialidade na GA 292
Quadro 33 – Subsistemas de pronomes possessivos de acordo com GA 295
Quadro 34 – Aspectos morfossintáticos do PB trabalhados no *Apêndice III* da GA 298
Quadro 35 – A língua gramatizada pela GA na relação com a língua gramatizada pela tradição gramatical luso-brasileira 299
Quadro 36 – Fragmentos da GP que revelam o reconhecimento de seu inacabamento 303
Quadro 37 – Partes da gramática na GP na relação com as partes da gramática tradicional 309
Quadro 38 – Concepções teóricas e configurações metodológicas da GP na relação com o PTG 313
Quadro 39 – Presença de termos da NGB (sintaxe) na GP 315
Quadro 40 – Presença de termos da NGB (classes de palavras e morfologia flexional) na GP 316
Quadro 41 – Fragmentos da GP que criticam a terminologia tradicional 318
Quadro 42 – Lista provisória das construções do PB, segundo a GP 322
Quadro 43 – Potencial funcional de diferentes conjuntos de palavras 327

Quadro 44 – Classes de palavras na GP 327
Quadro 45 – Arcabouço descritivo, categorial e conceitual da GP na relação com o PTG 328
Quadro 46 – Português padrão escrito vs. português brasileiro falado em trechos da GP 333
Quadro 47 – Exemplos em que a língua descrita na GP é denominada *português* ou *língua portuguesa* 335
Quadro 48 – Outros aspectos morfossintáticos do PB trabalhados na GP 340
Quadro 49 – A língua gramatizada pela GP na relação com a língua gramatizada pela tradição gramatical luso-brasileira 341
Quadro 50 – Sugestões didático-pedagógicas da GB para o ensino-aprendizagem de língua, como síntese de alguns fenômenos linguístico-gramaticais abordados 345
Quadro 51 – Heterogeneidade teórica da GB (diálogo com outras GBCP) 351
Quadro 52 – Heterogeneidade teórica da GB (diálogo com outras obras e pesquisas linguísticas) 351
Quadro 53 – Diversidade de línguas utilizadas na GB para exemplificar algum aspecto gramatical 353
Quadro 54 – Abordagem diacrônica de alguns fenômenos gramaticais na GB 358
Quadro 55 – Abordagem discursiva de alguns fenômenos gramaticais na GB 363
Quadro 56 – Concepções teóricas e configurações metodológicas da GB na relação com o PTG 371
Quadro 57 – Das *partes do discurso* grega às *classes gramaticais* do português brasileiro 376
Quadro 58 – Classes de palavras na GB 379
Quadro 59 – Arcabouço descritivo, categorial e conceitual da GB na relação com o PTG 388
Quadro 60 – Paradigmas de conjugação verbal do PB 397

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

GA	*Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*, de José Carlos Azeredo (2010)
GB	*Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, de Marcos Bagno (2012)
GBCP	Gramáticas Brasileiras Contemporâneas do Português
GP	*Gramática do Português Brasileiro*, de Mario A. Perini (2010)
HIL	História das Ideias Linguísticas
HL	Historiografia Linguística
LA	Linguística Aplicada
NGB	Nomenclatura Gramatical Brasileira
NURC	Norma Urbana Culta
PB	Português Brasileiro
PGPF	Projeto Gramática do Português Falado
PTG	Paradigma Tradicional de Gramatização

SUMÁRIO

1 **INTRODUÇÃO: POR UMA INVESTIGAÇÃO DAS GRAMÁTICAS BRASILEIRAS CONTEMPORÂNEAS DO PORTUGUÊS 17**

1.1 **Tema e objeto da pesquisa** 17

1.2 **A virada linguística brasileira nos estudos do português e no ensino de língua materna** 21

1.2.1 Estudos sobre o português brasileiro no contexto da virada linguística 25

1.3 **A produção brasileira de gramáticas na contemporaneidade 28**

1.4 **Perguntas de pesquisa 35**

1.5 **Objetivos de pesquisa 36**

1.6 **Justificativa 37**

1.7 **Aspectos teórico-metodológicos 38**

1.7.1 Ancoragem na Linguística Aplicada transdisciplinar/indisciplinar 39

1.7.2 Arcabouço teórico, *corpus* e categorias de análise 42

1.7.3 Diálogo com a História das Ideias Linguísticas e a Historiografia Linguística 51

1.8 **Percurso da tese 56**

2 **A DOUTRINA GRAMATICAL GRECO-ROMANA E A CONSTITUIÇÃO DO PARADIGMA TRADICIONAL DE GRAMATIZAÇÃO 58**

2.1 **A doutrina gramatical na história dos estudos linguísticos ocidentais 59**

2.1.1 A linha ininterrupta de erudição linguística 59

2.1.2 Campo teórico vs. campo doutrinário 62

2.1.3 Bases linguístico-filosóficas da doutrina gramatical: etimologia, analogia, partes do discurso e herança terminológica 66

2.1.4 Da teoria à doutrina e vice-versa: ramificação e mútuas influências 73

2.2 **O legado alexandrino da doutrina gramatical 78**

2.2.1 Filologia e gramática na Alexandria antiga 80

2.2.2 Movimento inaugural do PTG: a *Tékhnē Grammatikē*, de Dionísio Trácio (séc. I a.C.) 84

2.2.3 Síntese da seção 95

2.3 **Gramáticas latinas: consolidação e difusão da tradição grega 96**

2.3.1 Da *Tékhnē* grega à *Ars* latina: *De Lingua Latina*, de Marco Varrão (séc. I d.C.) 98

2.3.2 Bases seculares da gramatização latina: *Ars grammatica*, de Élio Donato (séc. IV d.C.), e *Institutiones Grammaticae*, de Prisciano de Cesareia (séc. VI d.C.) 101

2.3.3 Estudos gramaticais na Idade Média: retrospecto e permanência 107

2.3.4 Gramática, tradição e ensino 109

2.3.5 Síntese da seção 111
2.4 **A gramatização das línguas europeias modernas 112**
2.4.1 Gramatização massiva e latinização estendida 113
2.4.2 Línguas não europeias no âmbito da gramatização massiva 117
2.4.3 De vernáculos europeus medievais a línguas nacionais renascentistas: construção da norma e homogeneização linguística 118
2.5 **Gramatização, paradigma e revolução do fazer gramatical 125**
2.5.1 Gramática, ciência e senso comum 125
2.5.2 A noção kuhniana de "paradigma científico" e "revolução científica" na interface com o PTG 128
2.6 **À guisa de síntese: traços constitutivos do *paradigma tradicional de gramatização* 133**
3 **GRAMATIZAÇÃO DO PORTUGUÊS: TRADIÇÃO LUSO-BRASILEIRA 138**
3.1 **Séculos XVI e XVII: primeiros instrumentos de gramatização do português 140**
3.1.1 Precursão, originalidade e continuidade: Fernão de Oliveira (1536) 142
3.1.2 Submissão latina e cunho didático-normativo: João de Barros (1540) 146
3.1.3 Propósitos pedagógicos dos seiscentistas Amaro de Roboredo e Pe. Bento Pereira 149
3.1.4 Apagamento do Brasil nos dois primeiros séculos de gramatização do português 152
3.2 **Século XVIII e primeira metade do século XIX: Port-Royal e a orientação lógico-filosófica 154**
3.2.1 Entre a tradição latina e a renovação filosófica: Contador de Argote (1721), Reis Lobato (1770) e a obrigatoriedade do ensino de português no Brasil 157
3.2.2 Gramáticas filosóficas do português: Soares Barbosa (1802-1822), Frei Caneca (1817-1819), Oliveira Condurú (1850) e Pe. Massa (1868) 161
3.3 **Fins do século XIX: abordagem "científica" e a gramatização brasileira do português 165**
3.3.1 De *arte* a *ciência*: Adolfo Coelho e os novos caminhos para a gramatização do português 165
3.3.2 Inauguração da gramatização brasileira do português: Júlio Ribeiro (1881) 168
3.3.3 Prescritivismo e conservadorismo nos fundamentos do discurso gramatical brasileiro: João Ribeiro, Maximino Maciel e Carneiro Ribeiro 171
3.3.4 Criação da suposta unidade luso-brasileira: síntese da seção 181
3.4 **Século XX e XXI: retratos recentes da tradição gramatical brasileira 182**
3.4.1 Gramáticas brasileiras do português anteriores à NGB: Eduardo Carlos Pereira (1907), Firmino Costa (1920) e Said Ali (1923) 183
3.4.2 A NGB de 1959: uniformização da terminologia e deslocamento da função

‘gramático’ 197
3.4.3 Gramáticas tradicionais do português em circulação no Brasil contemporâneo 203
3.4.3.1 *Gramática metódica da língua portuguesa* (1944-2010), de Napoleão Mendes de Almeida 204
3.4.3.2 *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (1957-2010), de Rocha Lima 210
3.4.3.3 *Moderna gramática expositiva da língua portuguesa* (1959-1981), de Artur de Almeida Torres 211
3.4.3.4 *Gramática fundamental da língua portuguesa* (1967-1980), de Gladstone Chaves de Melo 213
3.4.3.5 *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa* (1962-2008), de Domingos Paschoal Cegalla 216
3.4.3.6 *Nova gramática do português contemporâneo* (1985-2013), de Celso Cunha & Lindley Cintra 218
3.4.3.7 *Moderna gramática portuguesa* (1961-2009), de Evanildo Bechara 220
3.5 **O construto sócio-histórico “norma-padrão” como consequência do processo de gramatização 224**
3.5.1 Da noção de norma 224
3.5.2 Norma-padrão vs. norma culta 226
3.5.3 A noção de hipóstase e a construção da norma brasileira pelas GBCP 234
3.6 À guisa de síntese 236
4 J. C. DE AZEREDO (2008), M. PERINI (2010), M. BAGNO (2012): RETRATOS DA GRAMATIZAÇÃO BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA 239
4.1 *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*, de José Carlos de Azeredo (2008) – GA 241
4.1.1 Breve descrição da GA 241
4.1.2 Demandas e propósitos sociais da GA 242
4.1.3 Concepções teóricas e configurações metodológicas da GA 247
4.1.4 Arcabouço descritivo, categorial e conceitual da GA 269
4.1.5 Língua gramatizada pela GA 287
4.2 *Gramática do Português Brasileiro*, de Mário A. Perini (2010) – GP 300
4.2.1 Breve descrição da GP 300
4.2.2 Demandas e propósitos sociais da GP 301
4.2.3 Concepções teóricas e configurações metodológicas da GP 306
4.2.4 Arcabouço descritivo, categorial e conceitual da GP 314
4.2.5 Língua gramatizada pela GP 329
4.3 *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, de Marcos Bagno (2012) – GB 341
4.3.1 Breve descrição da GB 341

4.3.2 Demandas e propósitos sociais da GB 343
4.3.3 Concepções teóricas e configurações metodológicas da GB 350
4.3.4 Arcabouço descritivo, categorial e conceitual da GB 372
4.3.5 Língua gramatizada pela GB 389
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 403
REFERÊNCIAS 418
ANEXOS 442

1 INTRODUÇÃO: POR UMA INVESTIGAÇÃO DAS GRAMÁTICAS BRASILEIRAS CONTEMPORÂNEAS DO PORTUGUÊS

> Conta-se de Sigismundo, Rei de Roma, que, tendo, num discurso público, cometido um erro de gramática, respondeu a quem dele lhe falou, "Sou Rei de Roma, e acima da gramática". E a história narra que ficou sendo conhecido nela como Sigismundo "super-grammaticam". Maravilhoso símbolo! Cada homem que sabe dizer o que diz é, em seu modo, Rei de Roma.
>
> (Fernando Pessoa, *Livro do Desassossego*, 1914, p. 363)

1.1 **Tema e objeto de pesquisa**

A tese de doutorado que aqui apresento tem por tema o processo de gramatização emergente na linguística brasileira contemporânea. O objeto de estudo são os instrumentos gramaticais que resultam dessa nova perspectiva de gramatização. Esses instrumentos, de certa forma, coroam cada brasileiro "rei de Roma", no sentido da epígrafe acima, à medida que reconhecem que sabemos dizer o que dizemos e nos legitimam a assim dizer. Denomino-os *gramáticas brasileiras contemporâneas do português* – doravante GBCP. Essas obras pretendem gramatizar a língua falada e/ou escrita no Brasil atual, o assim chamado *português brasileiro*, *português do Brasil* ou somente *brasileiro*, ainda que nem todas façam referência ao Brasil no título. Meu foco investigativo reside nos novos caminhos teórico-metodológicos trilhados pelos autores dessas gramáticas e nos arcabouços descritivos resultantes de uma atitude epistemológica inédita que esse fazer gramatical, distinto da tradição greco-romana, empreende.

A denominação "português brasileiro" para designar a língua amplamente majoritária falada e escrita no Brasil é relativamente recente. Documentos das mais diversas naturezas (projetos políticos, instrumentos de gramatização, ensaios de intelectuais sobre a questão da língua nacional) mostram que até o século XVIII, época em que o Brasil ainda era colônia de Portugal, a língua costumava ser referenciada como *português no Brasil*, talvez mais por motivos políticos, relacionados à soberania do Império, do que linguísticos, uma vez que gramáticas do século XVI, como a *Grammatica da linguagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira (1536), já mencionavam haver diferenças entre o português das colônias e o da metrópole. A partir do processo de Independência configurado no século XIX, uma segunda denominação, *português do Brasil*, começou a ganhar espaço. Seu uso, consolidado ao longo do século XX, chegaria até os nossos dias. Vê-se que a simples mudança da preposição (português *no* Brasil – português *do Brasil*) aponta para uma série de fatores de história

interna e externa que conduziram o Brasil a uma realidade linguística própria, diferente da de Portugal. Finalmente, é só nos anos 1980 que a expressão *português brasileiro* (ou *brasileiro* para alguns poucos) parece surgir, a princípio no cenário acadêmico, chegando a estampar capas de algumas das GBCP produzidas no século XXI. Sem dúvida, essa nova forma de nomear a língua dos brasileiros indica ainda um maior reconhecimento de que se trata de uma língua plena e autônoma, com uma gramática própria e distinta da gramática do português lusitano.

Nesta tese, o ponto de partida da investigação é a ideia de que as GBCP promovem movimentos de ruptura com o paradigma tradicional de gramatização do português, preso a regras de uso da língua distantes da realidade brasileira e a um arcabouço teórico-descritivo avesso aos estudos linguísticos contemporâneos. Sustentam o que aqui nomeio de "paradigma tradicional de gramatização" (doravante PTG) os estudos de Auroux (1992) sobre o tema, para quem *gramatização* é o processo de origem renascentista, com base na tradição greco-latina, de descrever e instrumentar as línguas ocidentais a partir de duas tecnologias metalinguísticas: a gramática e o dicionário. Assim, as atuais gramáticas normativas do português são produtos desse paradigma greco-latino de gramatização, uma vez que estão filiados, explicitamente ou não, ao que podemos chamar genericamente de *doutrina gramatical*. Na esteira de Bagno (2009), utilizo o termo "doutrina" para nomear a tradição gramatical greco-romana por entendê-la como um conjunto fechado de princípios, regras e leis que, como tal, devem ser transmitidos intactos de uma geração à outra e obedecidos de modo quase dogmático, sem criticidade e questionamentos.

Ainda que no final do século XIX a gramatização do português tenha sofrido certo deslocamento teórico descrito na literatura como a saída do *período vernaculista/filosófico*, que concebia a gramática enquanto técnica (do grego *tékhne*) e arte (do latim *ars*), para o *período científico*, que via a gramática enquanto ciência, os pilares metodológicos e ideológicos que fundamentam a gramatização das línguas ocidentais com base na tradição greco-latina pouco sofreram modificações. A esse respeito, defenderei neste trabalho que, desde a obra de Oliveira (1536), considerada a pioneira em se tratando de gramatização do português, até as tradicionais gramáticas normativas da atualidade – dentre as quais se destacam as recentes reimpressões da *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Celso Cunha & Luís-Felipe Lindley Cintra (2008), da *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara (2009), e da *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Carlos Henrique da Rocha Lima (2010) –, os aspectos a seguir foram assumidos à risca:

a. concepção de língua estática e homogênea;

b. identificação da língua com a língua escrita de uma literatura pregressa;
c. atitude eminentemente prescritiva;
d. construção de um modelo artificial de língua certa – a "norma oculta" (BAGNO, 2007) ou "norma cu*r*ta" (FARACO, 2008);
e. valorização das normas lusitanas em detrimento às brasileiras;
f. desconsideração das normas gramaticais que se afastam do modelo de língua prescrito;
g. organização dos conteúdos na sequência fonética/fonologia, morfologia e sintaxe;
h. tomada da frase/oração/período como unidade máxima de análise;
i. emprego de uma taxionomia gramatical pronta e inabalável, sobretudo após a publicação, em 1959, da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB);
j. escolha de exemplos de um *corpus* não sistemático nem exaustivo, com a finalidade de abonar regras, a despeito de possíveis contraexemplos, que passam a ser ignorados;
k. comprometimento ideológico explícito com as camadas dominantes da sociedade[1].

Diante disso, é de se crer que as gramáticas brasileiras de inclinação prescritivo-normativa, exemplares do PTG, não demonstram inovação significativa quanto à maneira secular de apresentar (e ensinar) a gramática da língua. Esse modelo de gramática revela-se anacrônico, principalmente quando se leva em conta que, desde a década de 60 do século passado, a crítica à doutrina gramatical tradicional e ao seu ensino começou a ser reproduzida no meio acadêmico e, ao longo de cinco décadas, a ganhar outros espaços sociodiscursivos, como cursos de formação de professores, salas de aula de língua portuguesa, políticas públicas educacionais, materiais didáticos, provas de vestibulares e concursos etc.

Tal expediente resultou no que a literatura costuma chamar de *virada linguística* (ou ainda *virada pragmática*), termo advindo do correlato inglês *linguistic turn*, surgido no discurso filosófico do Ocidente, mais precisamente nos textos de filósofos como Richard Rorty e Jürgen Habermas. A expressão aparece, por exemplo, no título do ensaio *The linguistic turn*, escrito por Richard Rorty, em 1967, e publicado na obra *Essays in Philosophical Method* (Chicago University Press). No contexto filosófico, segundo Bracht & Almeida (2011), a expressão se refere à convergência de desenvolvimentos teóricos a uma linguistificação da razão (virada linguística) e ao reconhecimento da dimensão prático-social do conhecimento, da realidade e de nossa presença no mundo (virada pragmática). Nesse sentido, toda e qualquer prática de falantes implica um campo pragmático que funciona como

[1] No Capítulo 2, analiso a tradição greco-romana de produção de gramáticas e amplio a lista de aspectos caracterizadores do que chamarei de paradigma tradicional de gramatização (PTG); no Capítulo 3, justifico esses traços investigando o desenvolvimento do processo de gramatização da língua portuguesa a partir do século XVI até o século XX.

um fundamento básico para a linguagem empírica. Vale salientar que, já na primeira metade do século XX, a filosofia da linguagem de Wittgenstein (1979), embora não faça uso dos termos "virada linguística" ou "virada pragmática", já apontava para esse aspecto constitutivo da linguagem: o de que o seu significado se dá no fluxo da vida, no uso, no contexto em que ela se apresenta.

No início dos anos 70, talvez devido à necessidade de novas leituras de um mundo rumo à "liquidez pós-moderna" (BAUMAN, 2001), ou ainda em razão da emergência da ampla aceitação teórica e política das diferenças e dos múltiplos modos de vida e da urgência em romper com os antigos paradigmas da ciência clássica positivista, os termos "virada linguística" ou "virada pragmática" e a ideia mestra a que eles se referem se espraiaram pelas ciências sociais em geral, como a Geografia (cf. MOURA, 2008), a Educação (cf. OURIQUE & LUDWIG, 2010) e, o que é de nosso maior interesse, a Linguística (cf. RANGEL, 2001). Com o uso da expressão, essas disciplinas pretendiam estabelecer novas configurações em seu modo de pensar, agir e fazer ciência, afastando-se da ortodoxia vigente nas tendências mais formais, imanentes, autônomas e unidisciplinares. Na Linguística, em particular, entende-se "virada linguística/pragmática" como uma espécie de mudança de paradigma nos estudos da linguagem e, posteriormente, no ensino de língua, nos quais se opera uma mudança de perspectiva: a forma (sistema linguístico), antes predominante, cede espaço ao uso (contexto pragmático), que passa a precedê-la nos contextos de pesquisa e de ensino-aprendizagem. A Linguística passa a entender como linguísticos certos aspectos até então vistos como extralinguísticos, fora do escopo da disciplina. Incorpora tais aspectos, assim, às suas análises, dialogando com outras áreas do conhecimento na sua trajetória de compreender o funcionamento da linguagem humana e das línguas naturais.

Para chegar às perguntas de pesquisa que nortearão esta tese, precisarei expor algumas reflexões sobre certos fatos constitutivos da virada linguística na Linguística brasileira (a aparente redundância é necessária à precisão), o que será feito nas seções 2 e 3, apresentadas a seguir. Ao longo do trabalho, optei pela utilização do termo "virada linguística", sobretudo por achar que "virada pragmática" remete direta e excessivamente à Pragmática, apenas umas das disciplinas da virada na Linguística.

1.2 A virada linguística brasileira nos estudos do português e no ensino de língua materna

Os anos 60 do século XX registraram alguns dos principais acontecimentos que deflagrariam mais tarde a virada linguística brasileira nos estudos e no ensino de língua portuguesa e gramática. Remontam a esse período, por exemplo, a incorporação da disciplina Linguística no currículo oficial do curso de Letras, a criação do primeiro curso brasileiro de Pós-graduação em Linguística (na USP, em 1966) e a difusão no Brasil do estruturalismo norte-americano e da teoria gerativo-transformacional. No campo da educação básica, é nessa década que a escola pública começa a se "democratizar", atingindo os segmentos menos favorecidos da população do país.

Nesse contexto, Fregonezi (2000) destaca a entrada em vigor da Lei nº 4024, de 1961, que fez com que o ensino de Língua Portuguesa passasse de três para cinco aulas semanais. Até então, as atividades de ensino se limitavam ao estudo do sistema linguístico – o ensino da metalinguagem – por meio de uma gramática de referência e de uma antologia de textos modelares, como a *Antologia Nacional* (1895-1969), de Fausto Barreto e Carlos de Laet, em circulação por mais de setenta anos (cf. RAZZINI, 2000). Com a vigência da nova lei, o professor passou também a desenvolver estudos de textos. Começaram a ser publicados manuais de ensino de português com textos seguidos de questões a serem respondidas, semelhantes aos modelos atuais de livros didáticos – ainda que as questões guiassem o aluno para a leitura do código (o estruturalismo linguístico predominava entre as teorias da linguagem) ou ainda, não raro, para questões de metalinguagem gramatical (texto como pretexto para o ensino de gramática).

A década seguinte ficaria marcada pela força da concepção de linguagem como instrumento de comunicação, momento em que a disciplina *Língua Portuguesa* tornou-se *Comunicação e Expressão*. Nessa época, os livros didáticos costumavam apresentar diversos termos da teoria da comunicação, como *emissor*, *receptor*, *canal* e *mensagem*. As análises gramaticais tradicionais começavam a perder o posto principal no ensino de língua. Abria-se cada vez mais espaço para o trabalho com textos de esferas bem diversificadas e de múltiplas semioses. O argumento principal era de que o importante no estudo da língua era a comunicação, não necessariamente verbal e na norma-padrão. Essa proposta de ensino, todavia, começou a ser severamente questionada quando da divulgação dos primeiros resultados das provas de redação nos vestibulares, no final dos anos 70 e início dos anos 80. Muitos atribuíram o mau desempenho dos estudantes à suposta liberação da nova proposta de

ensino de língua e defenderam, inclusive, a volta da centralidade do ensino de gramática tradicional.

Só nos anos 80 é que o cenário começou efetivamente a mudar, com a maior divulgação e posterior consolidação das teorias textuais e discursivas nos estudos linguísticos, antes restrito à batuta das vertentes formalistas – estruturalismo e gerativismo. A partir de então, a perspectiva seria alterada: a ideia de que o estudo da forma resulta no bom uso da língua passava a ser suplantada pelo ponto de vista de que o uso da língua deve ser anterior ao estudo da forma. Desse modo, a Linguística distendeu seus próprios horizontes no Brasil e complexificou seu território, propondo formulações teóricas elaboradas no diálogo com outras disciplinas. Também nessa época, essas teorias linguísticas emergentes começaram a fundamentar documentos oficiais (municipais, estaduais, federais), contribuindo para elaboração de textos sobre língua e ensino, para a regulação curricular e para os instrumentos didáticos da área de linguagem no Brasil.

Some-se a isso o fato de a crítica tenaz realizada contra a falsa democratização da escola (pois esta incluía para posteriormente excluir) ter começado a ganhar voz nesse contexto da virada linguística. A esse respeito, nos idos anos 80, Magda Soares, uma das mais ferrenhas propagadoras da necessidade de uma virada linguística na escola e no ensino, afirmava que

> uma escola transformadora não aceita a rejeição dos dialetos dos alunos pertencentes às camadas populares, não apenas por eles serem tão expressivos e lógicos quanto o dialeto de prestígio [...], mas também, e sobretudo, porque essa rejeição teria um caráter político inaceitável, pois significaria uma rejeição *da classe social*, através da rejeição de sua linguagem. Em segundo lugar, uma escola transformadora atribui ao bidialetalismo a função não de *adaptação* do aluno às exigências da estrutura social [...], mas a de *instrumentalização* do aluno, para que adquira condições de participação na luta contra as desigualdades inerentes a essa estrutura. (SOARES, 1986, p. 74)

Dessa forma, emergiu do interior da jovem Linguística brasileira o que Pietri (2003) denomina "discurso da mudança", produzido em função do interesse da Linguística pelas questões relacionadas ao ensino. Cabe observar que os textos que materializavam esse discurso, embora partissem de diferentes concepções teóricas, não apresentavam entre si relações polêmicas, pois tinham um adversário único: o ensino tradicional de língua portuguesa no Brasil. Nas palavras de Pietri (2005, p. 220):

> O discurso da mudança se caracteriza por argumentar quanto à necessidade de mudanças nas concepções de linguagem e de ensino, e por apresentar um componente de divulgação científica: a argumentação se realiza amparada na divulgação de teorias linguísticas, sociológicas e/ou sociolinguísticas, que fornecem então subsídios para demonstrar a procedência da concepção de língua/linguagem

> apresentada pela Linguística, e os problemas apresentados pela concepção de língua e de ensino que pretende modificar.

Pietri (2005) faz um bom resumo das afirmações recorrentes nos textos dos atores envolvidos no discurso da mudança, protagonistas da virada linguística no ensino de língua portuguesa no Brasil. Segundo esse autor, eis os objetivos elencados pelos partidários dessa nova visão:

i) considerar a diferença entre a língua da escola e a língua das camadas populares que começavam a chegar à escola;
ii) considerar a realidade da variação linguística e respeitar a variedade do aluno;
iii) relacionar ensino de linguagem e condições socioeconômicas com o objetivo de produzir práticas pedagógicas democráticas e transformadoras;
iv) e divulgar informações produzidas pela Linguística e outras ciências, a fim de alterar as práticas pedagógicas existentes.

Reivindicações e posições político-linguístico-educacionais dessa natureza circularam (e ainda circulam) recorrentemente entre os professores de língua materna através de palestras, cursos de atualização, publicações de linguistas e documentos oficiais (guias, orientações e parâmetros curriculares). Nesse bojo, foram tantos os estudos linguísticos e os textos de caráter de divulgação científica publicados a partir da década de 80, apontando contradições e insuficiências conceituais e metodológicas da gramática tradicional, que, hoje em dia, a crítica à doutrina gramatical chega a ser consenso entre linguistas das mais distintas áreas e entre professores de português formados em boas universidades há menos de duas décadas – embora se saiba que o conhecimento por parte dos professores não tenha sido garantia de efetiva ruptura com as práticas tradicionais de ensino de gramática[2]. Muitas dessas publicações refletem criticamente não só sobre a doutrina gramatical e a noção de norma-padrão como também sobre o ensino tradicional de língua portuguesa e o caráter beletrista da escola brasileira, sendo algumas delas já consideradas obras clássicas sobre o assunto, como Geraldi (1984, 1996), Gnerre (1985), Hauy (1986), Soares (1986), Franchi (1987), Neves (1990), Luft (1997), Travaglia (1995), Possenti (1996) e Perini (1997). Do interior da Historiografia Linguística, Silva (2006b) chama estudos como esses de *paragramaticais*, cujo objetivo precípuo, segundo o autor, é problematizar tanto alguns pressupostos fundamentais da gramática, sobretudo a normativa, quanto sua aplicabilidade no âmbito da educação linguística.

[2] Remeto, por exemplo, a Angelo (2005) e Silva (2009), pesquisas relativamente recentes que atestam a permanência da concepção tradicional de gramática nas escolas brasileiras.

Também há de se considerar que, por essa época, as teorias linguísticas de onde partiam esses discursos, as quais propõem análises numa dimensão extralinguística, já haviam revelado aspectos da linguagem e das línguas (incluindo aí a língua portuguesa) até então desconhecidos, negados ou marginalmente abordados pela gramática tradicional e pela linguística formal. O deslocamento do foco – da frase para o texto, do enunciado para a enunciação – provocado pelas abordagens "hifenizadas" dos estudos linguísticos (sociolinguística, linguística de texto, análise do discurso, psicolinguística etc.) tentou abranger o fenômeno linguagem em sua totalidade, para além dos aspectos verbais, incorporando em suas análises aspectos funcionais, textuais, discursivos e interacionais, o que demandou novas categorias de análise para se refletir sobre a língua, de maior alcance explicativo em comparação às categorias tradicionais dos estudos gramaticais. Hoje, após quase cinco décadas de discussões sobre novos horizontes para o ensino de português e de gramática, os saberes da Linguística, em suas diversas abordagens, alimentam formas particulares de escolarização da língua portuguesa (MOURA, 2005), mais condizentes, a propósito, com a nova proposta formativa da escola, explicitada nas principais diretrizes e planos curriculares governamentais – a formação de um cidadão consciente, autônomo, crítico e transformador.

Nesse contexto, as propostas curriculares de ensino (como os Parâmetros Curriculares Nacionais) passaram a refletir essa mudança, fundamentando-se, para tanto, numa perspectiva textual-discursiva. Expressões como *letramento*, *tipo textual*, *gênero discursivo*, *condições de produção*, *coesão*, *coerência*, *epilinguagem*, *variação linguística*, *intertextualidade*, *multimodalidade* etc. circulam em abundância nos documentos do Ministério da Educação, nas diretrizes curriculares dos estados e dos municípios, nos materiais destinados à formação continuada de professores, o que torna a cada dia o ensino da metalinguagem gramatical e de normas de uso da língua suficientemente estigmatizado para que os professores se mantenham nele (ou confessem que se mantêm).

Somem-se a isso a instituição e manutenção de "políticas linguísticas" (cf. CALVET, 2007), como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), desde 1996, e o Programa Nacional do Livro Didático do Ensino Médio (PNLEM), desde 2004[3], as quais vêm contribuindo para que os livros didáticos de língua portuguesa atendam às novas perspectivas pleiteadas pelo discurso da virada. A esse respeito, não são raros os estudos nas pós-graduações brasileiras que atestam esse novo perfil de livro didático. Bons exemplos são

[3] Atualmente, o programa destinado à análise, compra e distribuição de livros didáticos ao estudantes do Ensino Médio público também é o PNLD.

Moura (2005), Silva (2008a), Manini (2009) e Gulart (2010), dentre os trabalhos mais recentes que investigam as referências e influências da linguística no tratamento que os livros didáticos dão aos conhecimentos gramaticais – atualmente nomeados *conhecimentos linguísticos*[4], em declarada ruptura com as práticas tradicionais do ensino de língua. Embora alguns livros didáticos ainda revelem apego aos moldes convencionais do ensino de gramática centrado na análise de frases descontextualizadas e na transmissão da tradicional terminologia morfossintática (cf. BAGNO, 2010), esse ensino vem paulatinamente perdendo espaço para uma *tentativa* de abordagem da chamada "prática da análise linguística" (MENDONÇA, 2006; BEZERRA & REINALDO, 2013). Friso "tentativa" porque, para que aconteça efetivamente uma reflexão sobre os usos dos recursos linguístico-gramaticais em função das atividades de leitura e produção de textos orais e escritos (o que define a prática da análise linguística), muito ainda precisa ser transformado não só nas práticas apresentadas na maioria dos manuais didáticos, mas também na própria prática de muitos professores que ingenuamente dizem se afastar de uma perspectiva tradicional de ensino de língua/gramática.

Em suma, na conjuntura da virada linguística, o ensino de língua materna se configura como "uma espécie de síntese de respostas possíveis e legítimas aos questionamentos combinados das ciências da aprendizagem e da linguagem ao que se convencionou chamar de *ensino tradicional*" (RANGEL, 2001, p. 12). Os conhecimentos a serem dominados pelo aluno não são mais, prioritariamente, os da gramática normativa, voltados para um modelo abstrato de *língua* e para a descrição prescritiva de um padrão ideal de *correção*. O que agora interessa é, antes de mais nada, o domínio dos funcionamentos próprios dos textos. A metalinguagem gramatical deverá, sim, ser explicitada e sistematizada, mas paulatinamente, ao sabor das necessidades e demandas do ensino das práticas de leitura, produção e oralidade.

1.2.1 Estudos sobre o português brasileiro no contexto da virada linguística

Simultaneamente às críticas ao PTG (no que diz respeito tanto a seus frágeis aspectos teórico-metodológicos, quanto a seu posicionamento político-ideológico de subserviência ao comportamento linguístico lusitano) e aos novos posicionamentos exigidos para a prática de ensino de português e gramática a um alunado agora diversificado (que requer uma escola democrática e com objetivos mais próximos do que se entende por uma formação cidadã e

[4] Em tese, o eixo dos conhecimentos linguísticos engloba "todas as exposições teóricas e propostas de atividades práticas que nos livros didáticos procuram abordar os conteúdos curriculares relativos ao discurso, aos gêneros textuais, à organização textual e à descrição gramatical" (BAGNO, 2010, p. 9).

não beletrista), começaram a pulular nos centros acadêmicos, a partir de diferentes teorias linguísticas, estudos sobre as especificidades do português efetivamente em uso no Brasil. Esses estudos não foram os pioneiros no trato da nossa realidade linguística, haja vista escritos de autores da primeira metade do século XX, como Amadeu Amaral (*O dialeto caipira*, 1920), Antenor Nascentes (*O linguajar carioca,* 1922), Mário Marroquim (*A língua do Nordeste: Alagoas e Pernambuco*, 1934), Cândido Jucá (Filho) (*Língua Nacional*, 1937), Serafim da Silva Neto (*Língua, cultura e civilização*, 1940), entre outros cujas obras constituem documentos fundadores da gramatização de nossa língua materna[5]. Entretanto, não se pode negar que as pesquisas da segunda metade desse mesmo século, desenvolvidas a partir do advento e consolidação da Linguística nas universidades brasileiras, portam maior fôlego investigativo e maior rigor teórico-metodológico, ampliando significativamente a compreensão sobre a língua de fato corrente em nosso solo, agora chamada, pela maioria dos pesquisadores das mais diferentes filiações teóricas, de *português brasileiro* (doravante PB).

Em se tratando de explicar a origem e o desenvolvimento do PB, pode-se dizer que há três linhas de interpretação na literatura científica: i) a *hipótese da deriva ou mudança natural*, que assume o PB como uma continuidade direta do português seiscentista (cf. CARDEIRA, 2005; NARO & SCHERRE, 2007; QUINT, 2009; CASTILHO, C., 2013); ii) a *hipótese da ruptura*, que identifica o PB como uma variedade que se afasta progressivamente do português europeu desde o século XIX, início da configuração de sua gramática própria (cf. ROBERTS & KATO, 1993; TARALLO, 1996); iii) e a *hipótese da crioulização*, que concebe o PB enquanto uma variedade calcada em crioulos de base africana (cf. GUY, 1981 *apud* CASTILHO, 2013)[6]. Controvérsias à parte, essas questões sobre a origem, o desenvolvimento ou mesmo a existência de uma língua própria do Brasil não são do interesse desta tese. A esse respeito, parto do seguinte *a priori*, bastante difundido e acreditado pelas atuais pesquisas linguísticas: o de que a língua do Brasil é, sim, diferente da língua de Portugal em termos lexicais, gramaticais (fonológicos e morfossintáticos), textuais-

[5] Na verdade, estudos sobre o "português do Brasil" vêm sendo feitos desde o século XIX, a exemplo dos estudos lexicográficos dedicados à elaboração de dicionários, vocabulários ou mesmo pequenos léxicos de brasileirismos (CAVALIERE, 2009).

[6] Vale também dizer que, em defesa de posições não extremistas em se tratando da controvérsia *deriva vs. ruptura vs. crioulização*, se situam os trabalhos mais recentes da linguista gerativista Charlotte Galves. Em Galves (2012), por exemplo, há a crítica à polarização do debate sobre as origens do PB em torno de duas grandes visões do problema: uma que vê o PB como um processo de continuação do português europeu (a deriva) e outra que o vê como efeito do contato com as línguas indígenas e africanas (a ruptura sem necessariamente crioulização). A autora é da opinião de que, num quadro teórico apropriado, *deriva e ruptura não são contraditórios*.

discursivos e socioculturais, de modo que pode ser singularizada sob a batuta da expressão 'português brasileiro'.

Uma boa síntese dessas pesquisas, que contribuiriam mais tarde para a gramatização do PB, é feita por Guimarães (1996, p. 133)[7]. Segundo o autor, elas consistem em:

i) trabalhos gramaticais que se dão numa perspectiva estrutural, funcional ou gerativa (dissertações, teses, artigos, livros), os quais analisam vários aspectos do português em geral e do PB;
ii) trabalhos de sociolinguística, tanto na linha laboviana variacionista quanto em outras perspectivas, como a interacionista, os quais descrevem variantes regionais brasileiras, bem como as especificidades do PB;
iii) trabalhos de linguística histórica, desenvolvidos a partir de diversas posições teóricas – teoria da variação e da mudança, teoria gerativa, teorias discursivas e enunciativas –, dentre os quais se encontram vários sobre o PB;
iv) trabalhos em análise do discurso das mais diversas linhas, os quais descrevem os funcionamentos específicos da discursividade dos brasileiros;
v) trabalhos de pragmática, análise da conversação e linguística textual, que estudam o uso e o funcionamento do PB em textos falados e escritos.

Além disso, os estudos de *gramaticalização*[8] no Brasil vêm se desenvolvendo fortemente nos últimos anos, como alternativa ao grande número de descrições sincrônicas sobre língua falada. A partir de uma abordagem mais abrangente da mudança linguística, sob uma ótica pancrônica (descrição sincrônica combinada ao estudo da evolução histórica), esses estudos lidam com a fluidez entre categorias e estruturas gramaticais (cf. GONÇALVES et al., 2007), na direção oposta ao peculiar engessamento da tradição gramatical. Essas pesquisas também vêm contribuindo bastante para revelar as particularidades do PB, e, sem dúvida, os novos livros de gramáticas, foco desta tese, também recorrem a elas para a descrição da realidade linguística dos brasileiros.

Outra linha producente de pesquisa que abriu o PB a novas interpretações nasceu, a partir dos anos 80, por meio da convergência da sociolinguística variacionista e do modelo teórico chomskyano dos princípios e parâmetros, o que resultou numa forma heterodoxa de se

[7] Outra boa sistematização dos estudos sobre o "português do Brasil" ou "português brasileiro" encontra-se em Varejão (2009). Destaque para o panorama que é feito dos empreendimentos científicos contemporâneos de descrição de nossa língua, em especial os de base sociolinguística (variacionista e paramétrica) e funcionalista.
[8] *Gramaticalização* (diferente de *gramatização*) é um processo de mudança linguística "por meio do qual alguns elementos de conteúdo lexical se desenvolvem, no decorrer do tempo, e se tornam elementos gramaticais e, se gramaticais, passam a mais gramaticais ainda, apresentando-se previsíveis no que diz respeito a seu uso" (GONÇALVES et al., 2007, p. 22).

estudar gramática, conhecida como "sociolinguística paramétrica" ou "gerativismo variacionista" (cf. ROBERTS & KATO, 1996). Em geral, as pesquisas nessa área se centram em aspectos morfossintáticos do PB, entendendo que entre esta gramática e a do português europeu há uma mudança paramétrica em progresso, e não apenas variação morfossintática. Uma mudança paramétrica consiste na fase em que determinadas estruturas de uma língua deixam de existir em sua gramática, sendo substituídas por outras (cf. ROBERTS, 1996). No PB, isso pode ser observado pelo progressivo empobrecimento de sua morfologia flexional, pela reorganização do seu paradigma pronominal, pelo desaparecimento do clítico de terceira pessoa como objeto direto, entre outras mudanças, de modo que os estudiosos desse campo – por exemplo, Tarallo (1996) e Galves (2012) – atestam a existência de uma "gramática brasileira", divergente da gramática do português europeu. As pesquisas dessa linha teórica sobre o PB são fartas e, em geral, bastante elucidativas, também contribuindo para a gramatização de formas e construções da língua em uso no Brasil.

Em síntese, a revelação das fragilidades teóricas, conceituais e empíricas da doutrina gramatical e o reconhecimento científico do PB como uma instância linguística plena, legítima e autônoma, associados à crítica ao ensino da norma-padrão e da nomenclatura e conceitos gramaticais como sinônimo de ensino de português, levaram à redefinição do papel da gramática tradicional e do seu espaço no âmbito acadêmico, ao que a produção brasileira de obras gramaticais não poderia passar incólume. É o que mostrarei na seção a seguir.

1.3 **A produção brasileira de gramáticas na contemporaneidade**

Esses movimentos no contexto da pesquisa e do ensino do português apresentados acima – isto é, sua virada linguística – acabaram por alcançar e modificar, paulatinamente e de forma peculiar, o próprio espaço da produção de gramáticas de língua portuguesa, a começar pelas *gramáticas escolares*, também chamadas de *gramáticas didáticas* ou *pedagógicas*. Sabe-se que, de modo semelhante às gramáticas normativas de referência, as gramáticas escolares também são crias do processo de gramatização tradicional do português. A propósito, ao longo da história dos livros de gramática no Brasil, não raro autores de gramáticas de referência elaboravam suas versões pedagógicas, redigidas com a finalidade principal de se tornarem instrumentos didáticos nas aulas de língua portuguesa. Um dos precursores do feito fora o gramático João Ribeiro, autor da *Grammatica Portugueza*, de 1887, e de suas compactas edições destinadas ao Curso Primário (*Grammatica da Infancia*) e ao Curso Médio de Português, cujas primeiras edições datam de 1881 e 1884,

respectivamente. A esse caso se seguiram outros, como a publicação da *Gramática de base*, de Celso F. da Cunha (1979), e, mais recentemente, da *Gramática Escolar da Língua Portuguesa*, de Evanildo Bechara (2001).

De autoria de gramáticos renomados ou não, essas gramáticas escolares têm como finalidade maior servir ao ensino de língua "materna", no que diz respeito – sobretudo ou somente – ao ensino de conhecimentos metalinguísticos. Estudioso português desse tipo de gramática, Silva (2008b, p. 243) as define como

> todo aquele manual de uso facultativo que, sendo utilizado em contexto escolar, se diz destinado ao ensino explícito da língua, privilegiando a exposição de conteúdos gramaticais em detrimento da realização de exercícios de gramática, que podem todavia ocorrer, mas como complemento. É, portanto, a natureza da obra, a definição, a estrutura, o contexto de uso, o seu enquadramento, a autoria e a afirmação explícita do uso pedagógico que fazem de um manual uma gramática escolar.

Após uma rápida leitura de algumas das atuais gramáticas escolares que circulam nas salas de aula brasileiras, fica notório que elas reproduzem a estrutura, a terminologia, os conceitos e as prescrições doutrinárias das principais gramáticas tradicionais. Por outro lado, também é nítida a tentativa dessas gramáticas em demonstrar uma visão de língua inovadora, em geral associada à perspectiva sociointeracionista de linguagem, compatível com os desejos do mercado editorial em se adequar a um suposto professor atento às novas teorias linguísticas e tendências pedagógicas, que utilizará a gramática como complementação do livro didático. Não é à toa que os títulos das gramáticas escolares, refletindo essa filiação ideológica, costumam vir acompanhados de um qualificador que aponta para os novos tempos do fazer e do saber gramatical. *Reflexão e uso*, *uso e interação*, *contemporânea*, *aplicada aos textos*[9] são alguns exemplos de expressões que enfatizam aspectos relativos à língua em uso, na esteira da perspectiva de ensino de língua abraçada pela virada linguística.

Outro ponto a destacar é que muitas dessas gramáticas escolares são produzidas por autores de livros didáticos aprovados pelo PNLD e acordados, portanto, com o que se espera do trabalho com gramática por parte de um material didático. É o caso, por exemplo, da *Gramática reflexiva: texto, semântica e interação*, de Cereja & Magalhães (2009), cujo título também já aponta para a desejada mudança. A Unidade I dessa gramática versa sobre linguagem verbal e não verbal, variedades linguísticas, funções da linguagem, intertexto e interdiscurso, entre outros temas e conceitos da sociolinguística, da linguística textual e de

[9] Expressões presentes nas seguintes obras gramaticais: *Gramática: texto, reflexão e uso*, de W. R. Cereja & T. C. Magalhães (2004); *Gramática: uso e interação*, de L. B. Carvalho (2006); *Gramática Contemporânea da Língua Portuguesa*, de J. de Nicola & U. Infante (1999); e *Curso de Gramática Aplicada aos Textos*, de U. Infante (2001).

outras disciplinas da ciência linguística pós-estruturalista, centradas nos usos da língua. Contudo, os conteúdos das unidades seguintes da gramática (fonologia, morfologia e sintaxe) parecem ser arrolados a partir da perspectiva tradicional e consoante à NGB.

No que diz respeito às tradicionais obras gramaticais de referência, escritas geralmente por filólogos e/ou gramáticos renomados, estas, a despeito de sua frágil posição diante do que é criticado e proposto pela virada linguística, não poderiam ter fechado os olhos ao seu apelo. Na grita da virada, gramáticos como Evanildo Bechara foram, de certo modo, compelidos a incorporar os saberes da linguística em seus tratados prescritivistas e ainda uniformizados pela NGB. Nesse sentido, a 37ª edição da *Moderna gramática portuguesa*, de Bechara, no mercado desde 2009, embora mantenha uma posição bem firmada na doutrina gramatical (como já mencionei aqui), faz descrições e análises inéditas em obras do gênero com perfil normativo. Um exemplo: nega que o grau seja flexão, alinhando-se, portanto, aos estudos linguísticos contemporâneos de morfologia, como se vê em Gonçalves (2011), entre outros.

Todavia, a assunção de novas perspectivas teóricas por parte das gramáticas tradicionais muitas vezes resulta em claros flagrantes de incoerência. Por exemplo, o reconhecimento de que todas as variedades linguísticas são expressões legítimas da língua fez com que essas gramáticas – como a *Nova gramática do português contemporâneo*, de C. Cunha & L. Cintra, em sua versão de 2008 – passassem a conter capítulos iniciais em que há o reconhecimento da variedade, mas também a defesa da superioridade, correção e eficiência da chamada "norma culta" (aqui distante dos usos cultos efetivos dos brasileiros), explicitando o velho vínculo entre descrição e normativismo. Esse "disfarce linguístico" preliminar, porém, costuma vir abaixo no desenrolar da obra, cujas prescrições apresentadas apenas reforçam o preconceito contra as estruturas em desacordo com a norma-padrão mas efetivamente realizadas por boa parte dos brasileiros, não raro por todos nós. Nesse ponto, Britto (1997) afirma que esses gramáticos, apesar de toda a pompa teórica em defesa da diversidade do português, acabam efetivamente repetindo a conhecida atitude dos alexandrinos, fundadores da doutrina gramatical: subordinar a fala de hoje à escrita de ontem e avaliar negativamente a mudança linguística.

Vê-se que abandonar o PTG não é um movimento fácil. Não se resume à inserção de saberes oriundos da linguística na descrição da estrutura da língua, nem ao uso de uma nova taxionomia, repleta de termos da linguística textual ou da sociolinguística, por exemplo. Isso de nada adianta se permanece-se preso às mesmas concepções de língua, gramática, norma, escrita, fala, erro, entre outras que herdamos dos gramáticos gregos e romanos e, mais recentemente, dos vernaculistas renascentistas. Além disso, as motivações político-

ideológicas para o fazer gramatical também precisam ser outras, e esse panorama teórico-metodológico deve subjazer e atravessar o desenrolar descritivo proposto, não se restringindo à explicitação de posicionamentos teóricos de partida.

Pelo exposto, concluo que houve a preparação de um cenário epistemológico próprio, um "estado de espírito acadêmico" para que as GBCP pudessem ser elaboradas. Esse cenário, situado na virada linguística, veio/vem sendo construído lentamente por diversos atores: linguistas preocupados com a descrição do PB, linguistas preocupados com fenômenos ligados aos usos da língua, livros didáticos voltados à prática da análise linguística, novos parâmetros e novas diretrizes educacionais envolvendo o ensino de língua portuguesa voltado à prática cidadã, gramáticas escolares que tentam alcançar domínios textuais e discursivos de análise, as próprias gramáticas tradicionais e suas "mudanças" decorrentes do apelo da virada linguística... Tudo isso foi/vem, paulatinamente, criando o contexto necessário para o surgimento das GBCP.

Nesse sentido, a publicação de certos livros a partir da década de 1980, alguns dos quais escritos por autores das futuras GBCP, deu os primeiros encaminhamentos teórico-metodológicos para a elaboração das gramáticas ora emergentes. Por exemplo, em *Para uma nova gramática do português*, Perini (1985), além de apresentar os diversos problemas teóricos e ideológicos da abordagem dos fenômenos gramaticais no Brasil, questiona a tradição de se recorrer à escrita literária como modelo para os demais usos da escrita. Essa reivindicação percorreria os demais escritos do autor sobre o tema, e, já na sua *Gramática descritiva do português* (1996), ele materializa esse ponto de vista:

> Na elaboração da presente *Gramática*, optei por considerar o padrão geral, aquela variedade de língua que se manifesta de maneira uniforme nos textos técnicos e jornalísticos de todo o país [...] Primeiro, tais textos oferecem uma uniformidade de estrutura que permite elaborar a descrição com maior coerência, pois ficam neutralizadas as inovações pessoais frequentemente utilizadas em textos literários. Depois, parece-me que a própria linguagem literária costuma ser estudada em termos de desvios a partir de um padrão básico – o que pressupõe, naturalmente, um estudo prévio desse padrão. (PERINI, 1996, p. 26)

Além de i) Perini (1985), são exemplos de obras desse tipo: ii) *Sofrendo a gramática* e iii) *Estudos de gramática descritiva: as valências verbais*, também de Mário A. Perini (1997, 2008); iv) *A gramática funcional*, de Maria Helena de Moura Neves (1997); v) *Fundamentos de gramática do português*, de José Carlos de Azeredo (2000); vi) *Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia e exclusão social*, vii) *Português ou brasileiro: um convite à pesquisa* e viii) *Gramática: passado, presente e futuro*, de Marcos Bagno (2000, 2001a, 2010). Todas elas reiteram e aprofundam as críticas à doutrina gramatical tradicional,

além de já anunciarem o desejo de publicações futuras que preenchessem as lacunas apontadas.

Outro acontecimento de destaque na relação virada linguística e produção de gramáticas foi o *Projeto Gramática do Português Falado* (PGPF), idealizado em 1988 por Ataliba de Castilho. O PGPF teve por objetivo "a preparação de uma gramática referencial da variante culta do português falado no Brasil" (CASTILHO, 1991, p. 9) e tomou como *corpus* linguístico o Projeto *Norma Urbana Culta* (NURC), também coordenado por Castilho. Desde o início dos anos 1970[10], o NURC vem documentando e analisando a linguagem efetivamente usada pelos falantes cultos (de escolaridade superior completa e antecedentes biográfico-culturais urbanos) de cinco metrópoles brasileiras (Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo). As obras resultantes do PGPF foram publicadas a partir de 1991 e constam de oito extensos volumes de estudos sobre o português falado no Brasil:

Quadro 1 – Série *Gramáticas do Português Falado*

Volume e subtítulo	**Organizador(es)**	**Ano da 1ª edição**	**Número de páginas**
I – A Ordem	Ataliba Teixeira de Castilho	1991	317
II – Níveis de análise linguística	Rodolfo Ilari	1992	428
III – As Abordagens	Ataliba Teixeira de Castilho	1993	440
IV – Estudos descritivos	Ataliba T. de Castilho & Margarida Basílio	1996	510
V – Convergências	Mary Aizawa Kato	1996	370
VI – Desenvolvimentos	Ingedore G. Villaça Koch	1996	526
VII – Novos estudos	Maria Helena de Moura Neves	1999	742
VIII – Novos estudos descritivos	Maria Bernadete Marques Abaurre & Angela Rodrigues	2002	604

Fonte: O autor, 2015.

Cada volume da série é o resultado de várias pesquisas sobre o PB, realizadas no interior de vários grupos de trabalho vinculados ao PGPF, dentre os quais se destacam *Fonética e Fonologia*, *Morfologia*, *Sintaxe*, *Sociolinguística, Psicolinguística*, *Pragmática* e

[10] O Projeto NURC fora inspirado no *Projecto de Estudio del Habla Culta de las Principales Ciudades de Hispanoamérica*, coordenado pelo professor Juan M. López Blanch, da Universidade Autônoma do México, desde 1964. Esse projeto mexicano objetivava a comparação entre as normas cultas de capitais de países hispano-americanos, como Buenos Aires, Santiago, Bogotá, Caracas, Lima e Cidade do México, e a norma culta da capital espanhola, Madrid (ELIA, 1992).

Linguística do Texto. Atualmente, a numerosa equipe de pesquisadores, das mais diferentes instituições e linhas de pesquisa, se debruça sobre a produção de outra gramática das normas brasileiras de prestígio faladas nos grandes centros urbanos do país, intitulada *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*, a qual, ainda não concluída, vem sendo publicada também em volumes separados desde 2006 (CASTILHO, 2010).

Também é justo dizer que um outro conjunto de obras envolvido no movimento da virada linguística da produção de instrumentos de gramatização vem sendo desenvolvido pelo grupo da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), em Araraquara, coordenado por Francisco da Silva Borba, com base em consistentes suportes teórico-metodológicos e em um *corpus* expressivo de língua escrita: mais de 200 milhões de ocorrências lexicais provindas de textos de diversos gêneros e situações de enunciação. Além da *Gramática de usos do português*, de Maria Helena de Moura Neves (1999), o grupo já publicou: o *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil* (1990), o *Dicionário de usos do português do Brasil* (2002) e o *Dicionário Unesp do português contemporâneo* (2004), todos de Francisco da Silva Borba; e o *Guia de usos do português* (2003), também de Moura Neves.

Enfim, toda essa nova produção de instrumentos linguísticos e de obras que refletem sobre a natureza de tais instrumentos, juntamente com todos os fatos decorrentes e constitutivos da virada linguística na pesquisa e no ensino do português, vieram sedimentando o campo para que os linguistas começassem a elaborar obras gramaticais mais próximas aos usos linguísticos reais dos brasileiros, em geral isentas de ranços prescritivos e à luz de diferentes quadros teóricos dos estudos linguísticos. Além das já citadas *Gramáticas do Português Falado*, série coordenada por Ataliba Teixeira de Castilho, e da *Gramática de Usos do Português*, de autoria de Maria Helena de Moura Neves, outras seis obras são pioneiras dessa nova face da gramatização brasileira.

No Quadro 2, a seguir, arrolo as oito GBCP cronologicamente, com seus respectivos títulos, autores e anos da 1ª edição:

Quadro 2 – Gramáticas brasileiras contemporâneas do português (GBCP)

Obra	**Autor(es)**	**Ano da 1ª edição**
Gramáticas do português falado (série)	Ataliba Teixeira de Castilho	1991-2002
Gramática descritiva do português	Mário A. Perini	1995
Gramática dos usos do português	Maria Helena de Moura Neves	1999
Gramática Houaiss da Língua Portuguesa	José Carlos de Azeredo	2008
Gramática do brasileiro	Celso Ferrarezi Junior & Iara M. Teles	2008
Gramática do Português Brasileiro	Mário A. Perini	2010
Nova Gramática do Português Brasileiro	Ataliba Teixeira de Castilho	2010
Gramática Pedagógica do Português Brasileiro	Marcos Bagno	2012

Fonte: O autor, 2015.

A despeito de suas diferenças constitutivas, todas essas gramáticas se afastam do arcabouço estrutural, da terminologia, dos conceitos e das prescrições doutrinárias da tradição gramatical brasileira, calcada nas perspectivas oriundas do processo de gramatização renascentista e, consequentemente, greco-romana. Em outras palavras, essas oito gramáticas, embora se debrucem sobre a língua dos brasileiros, não a gramatizam no sentido estrito do termo, ou seja, não estabelecem um conjunto de regras prescritivas abonadas pela literatura de alguns poucos escritores do passado, tampouco descrevem a estrutura do PB presos aos conceitos da doutrina gramatical e à taxionomia da NGB. Longe disso, a maioria de seus autores afirma reconhecer as lacunas e inconsistências do modelo descritivo da teoria gramatical tradicional, bem como as especificidades fonéticas, morfológicas, sintáticas, semântico-pragmáticas e textuais-discursivas do PB contemporâneo, cujos usuários aceitam e empregam formas linguísticas distantes da norma-padrão clássica, mas já perfeitamente incorporadas às variedades urbanas de prestígio. A devida distinção entre as entidades sociolinguísticas *norma-padrão* (modelo ideal das gramáticas normativas) e *norma culta* (usos efetivos das camadas sociais mais favorecidas) também costuma ser feita pelas GBCP. Além disso, essas obras geralmente se fundamentam nas mais recentes pesquisas de diversas áreas da linguística, voltadas para a descrição e análise de nossa língua.

À guisa de síntese, meu trabalho parte da seguinte reflexão: os deslocamentos teórico-epistemológicos que as GBCP operam, os alcances metodológicos que engendram e o

pioneiro arcabouço descritivo que constroem parecem deflagrar uma espécie de *virada linguística do processo de gramatização brasileira do português*, o que aponta para a possibilidade de emergência de um novo paradigma ou de novos paradigmas de gramatização. Compreender as sutilezas desse acontecimento sociocultural que envolve a língua(gem) e os usos que a sociedade brasileira contemporânea dela faz é o que busco com esta pesquisa. Além disso, observar como os instrumentos tecnológicos de gramatização se constituem, em particular as GBCP, é tratar do modo como a sociedade brasileira constrói sua identidade linguística atual. Essas gramáticas são espaços privilegiados de observação dessa identidade e do conhecimento que vem sendo desenvolvido e sistematizado sobre o assunto nos centros universitários brasileiros.

Isso posto, é possível agora precisar as perguntas de pesquisa e os objetivos desta tese, de modo que esses são os focos das duas próximas seções.

1.4 **Perguntas de pesquisa**

Partindo da ideia de que a virada linguística engendrou um novo paradigma ou mesmo novos paradigmas de gramatização, responsáveis pela produção das gramáticas brasileiras contemporâneas do português (GBCP), pergunto: *como se caracteriza(m) esse(s) novo(s) paradigma(s), no que diz respeito às linhas de continuidade e aos movimentos de ruptura que ele(s) estabelece(m) em relação ao paradigma tradicional de gramatização?*

Dessa pergunta principal de pesquisa decorrem outras a ela estritamente relacionadas e apresentadas nos pontos a seguir:

a. Considerando o contexto sócio-histórico da virada linguística, a partir de que motivações e com que finalidades declaradas as GBCP vêm sendo produzidas?
b. O deslocamento paradigmático promovido pelas GBCP estaria construindo uma tecnologia metalinguística inédita, a qual, ainda que sob o rótulo "gramática", atenderia a outras funções sociais?
c. Quais e como teorias linguísticas e resultados de pesquisa subsidiam a elaboração das GBCP?
d. Quais e como as noções teóricas e os procedimentos metodológicos explícitos ou subjacentes às GBCP implicam na descrição que é feita da língua?
e. É possível fazer gramática sem seguir as classificações, as categorias e os conceitos de origem greco-latina, que de tão presentes na gramatização tradicional luso-brasileira já parecem naturalizados?

f. Em que medida a NGB se faz presente na terminologia das GBCP?
g. O que as GBCP entendem por "português do Brasil" ou "português brasileiro", expressões que dão nome à língua nelas descrita?
h. Quais aspectos morfossintáticos são tomados como relevantes para a caraterização da língua dos brasileiros e em que medida tais aspectos se aproximam ou se distanciam de suas contrapartes na norma-padrão tradicional?

1.5 **Objetivos de pesquisa**

A partir do exposto, o objetivo geral da tese consiste em *caracterizar o(s) recente(s) paradigma(s) de gramatização responsável/is pela produção das GBCP, em se tratando das linhas de continuidade e dos movimentos de ruptura estabelecidos entre tal/is paradigma(s) e a tradição gramatical luso-brasileira.*

Para tanto, elenco como *objetivos específicos*:

a. caracterizar o que venho chamando de *paradigma tradicional de gramatização*, no contexto da historiografia linguístico-gramatical do Ocidente;
b. resgatar a história das gramáticas do português de natureza prescritivo-normativa, produzidas em Portugal desde o século XVI e no Brasil a partir do século XIX, a fim de identificar como se instituiu, como se desenvolveu e no que resultou o PTG no contexto luso-brasileiro;
c. examinar quais práticas sociais as GBCP dizem atender e a quais interlocutores elas explicitamente se destinam;
d. compreender o papel das teorias linguísticas e de seus respectivos resultados de pesquisa acerca do PB na elaboração das GBCP, analisando as principais noções teóricas e os procedimentos metodológicos explícitos ou subjacentes às GBCP, bem como as consequências da assunção desses pontos de vista na descrição da língua;
e. averiguar e sistematizar as terminologias gramaticais apresentadas nas GBCP, em termos de classificação, categorias e conceitos, focalizando as linhas de continuidade e os movimentos de ruptura com a NGB;
f. e mapear os principais aspectos morfossintáticos da língua gramatizada pelas GBCP, observando em que medida eles se aproximam ou se distanciam de suas contrapartes na norma-padrão tradicional.

1.6 **Justificativa**

A realização deste trabalho se justifica por motivos vários. Em primeiro lugar, a despeito das limitações e dos equívocos das gramáticas do português de envergadura tradicional, acredito na importância do livro *gramática* para a engrenagem escolar, não apenas por razões históricas e culturais, mas também utilitárias, cognitivas e científicas. Mais do que um material que prescreve as "normas de bom uso da língua", a consulta a algumas GBCP, se mediada por um bom trabalho docente, pode servir para a ampliação de conhecimentos de aplicação imediata na vida profissional dos alunos e para a formação de suas habilidades intelectuais de observação e raciocínio sobre a língua (PERINI, 2010), além de, em última instância, ampliar suas práticas linguísticas (MATTOS E SILVA, 2004).

Em segundo lugar, as gramáticas, ainda hoje, podem ser vistas como parte constitutiva da construção do saber e da prática docentes, como responsáveis por incutir e reforçar determinadas visões de língua que permeiam o imaginário do senso comum em detrimento de outras, vinculadas ao saber científico. A despeito das críticas à doutrina gramatical tradicional reverberadas pela virada linguística, as gramáticas tradicionais – até pela lacuna que existe no mercado editorial – ainda circulam no espaço escolar, mesmo não cumprindo alguns requisitos fundamentais para o ensino de língua, divulgados amplamente pelas instâncias fomentadoras da virada linguística dos estudos gramaticais e do ensino de língua portuguesa. Esse conservadorismo é até compreensivo em se tratando da transição por que passa a sala de aula de língua portuguesa, onde práticas inovadoras ainda convivem com práticas tradicionais, o que parece ser próprio da constituição histórica dos saberes escolares. O ensino de língua portuguesa pautado na sua gramática remonta a quase cinco séculos de tradição, ao passo que a linguística do texto e do discurso vêm pensando esse ensino há menos de cinco décadas. Além disso, as GBCP, que podem contribuir para o deslocamento e a flexibilização da norma-padrão, aproximando-a dos usos linguísticos dos brasileiros em contextos mais monitorados, estão longe de circularem nas escolas, ficando restritas ao debate acadêmico. Portanto, na prática, continua havendo um descompasso entre o que se tem descrito sobre o "português brasileiro culto" e o que se estuda da norma-padrão do português nas nossas escolas, sem falar da resistência de mudança do arcabouço descritivo que acomete o ensino-aprendizagem da estrutura do português, avesso aos avanços e descobertas da ciência linguística.

Em terceiro lugar, apesar da relevância em se instituir as GBCP como objeto de investigação científica, ainda há poucos estudos sobre tais obras nas Universidades, sobretudo

pelo caráter recente dessas publicações (as gramáticas que carregam no título o epíteto "brasileiro", por exemplo, começaram a aparecer somente em 2008). Além do mais, de acordo com uma pesquisa que fiz nos principais *sites* de pós-graduação em Letras/Linguística, os trabalhos que se voltam para a análise de gramáticas, além de se limitarem ao estudo de gramáticas tradicionais, costumam focar, numa dimensão sincrônica e contemporânea, algum aspecto discursivo ou da configuração teórico-metodológica dessas obras, como o fazem, por exemplo, Dias (2009) e França (2009). Assim, a importância e o ineditismo de minha pesquisa residem, também, no caráter contemporâneo do objeto de investigação e na amplitude dos objetivos de pesquisa.

Por fim, ainda que não seja o foco da tese, essa pesquisa flerta com a história dos estudos linguísticos, particularmente com a história das reflexões metalinguísticas, uma vez que relaciono domínios do pensamento sobre as gramáticas de tempos passados e de um tempo presente. Portanto, acredito na contribuição deste trabalho para a área. Outro campo que acolhe algumas reflexões aqui propostas é o do ensino de língua materna, especialmente no que diz respeito às discussões sobre o ensino de gramática no Brasil, discussões que, se não representam mais nenhuma novidade acadêmica, ainda se mostram necessárias e fecundas. Afinal, os professores continuam se perguntando se é ou não para ensinar gramática, ou como fazer a tal análise linguística proposta pioneiramente na década de 80 por Geraldi (1984) e recomendada a partir dos anos 90 pelos PCN. Desse modo, são importantes os estudos que ajudam a mapear o modo como vêm sendo incorporadas as propostas de mudança no ensino-aprendizagem de língua materna decorrentes da virada linguística. Certamente, a pesquisa aqui apresentada também trará alguma contribuição nessa direção.

1.7 **Aspectos teórico-metodológicos**

Nesta seção, exibo a orientação teórico-metodológica do trabalho, o que inclui, em linhas gerais: algumas reflexões sobre a Linguística Aplicada, área de pesquisa que norteia minha investigação, bem como sobre a História das Ideias Linguísticas e a Historiografia Linguística, outras duas áreas de pesquisa com as quais este trabalho dialoga de ponta a ponta; a exposição das linhas mestras do arcabouço teórico montado a partir de minhas questões e de meus objetivos de pesquisa; a discussão sobre a constituição do *corpus* de GBCP; e a apresentação das categorias de análise desse *corpus* de gramáticas.

1.7.1 Ancoragem na Linguística Aplicada transdisciplinar/indisciplinar

Sujeito a uma "*epistémê* moderna [que] não se ordena conforme o ideal de uma matematização perfeita" (FOUCAULT, 1966, p. 479), a investigação proposta busca respaldo teórico-metodológico na grande e diversa área de pesquisa intitulada Linguística Aplicada (LA). Tendo surgido nos anos 40 do século XX, no contexto sócio-político da Segunda Guerra Mundial, quando os soldados norte-americanos precisavam aprender as línguas das terras para onde seriam enviados, a LA manifestou-se oficialmente no Brasil, de acordo com Bastos & Mattos (1993), em 1965, no 1º Seminário Brasileiro de Linguística, realizado no Rio de Janeiro. Inicialmente orientada para os estudos sobre ensino de línguas estrangeiras, a LA foi expandindo seus objetos e objetivos de pesquisa para além do ensino de língua e buscando ferramentas e subsídios em outras áreas que não exclusivamente a Linguística. Segundo Rodgers (1981 *apud* SCHMITZ, 1992), na década de 80, a LA já abrangia uma rica gama de interesses, tais como *bilinguismo*, *aquisição de primeira e segunda língua*, *avaliação de ensino*, *linguagem de deficientes auditivos*, *afasiologia*, *letramento e alfabetização*, *comunicação médico-paciente*, *tradução*, *linguagem jurídica* etc.

Face à inconteste consolidação paulatina da disciplina nos estudos linguísticos brasileiros desde então, com a criação de áreas de concentração, linhas de pesquisa e programas de pós-graduação em LA, já foram lançados bons artigos e boas obras coletivas em português sobre o nascimento e desenvolvimento dessa área de pesquisa no Brasil e no exterior, a ponto de uma sinopse da história e do estado da arte da LA se fazer desnecessária nesta tese. Para tanto, podem ser conferidos Schmitz (1992), Signorini & Cavalcanti (1998), Moita Lopes (2008c), Soares (2008), Paiva (2009), Pereira & Roca (2009), entre outros bons e esmiuçados apanhados históricos sobre esses aproximadamente 70 anos da disciplina.

De acordo com Paiva (2009), o objeto de investigação da LA atualmente é a linguagem como prática social em contextos de aprendizagem de línguas ou em qualquer outro contexto onde surjam questões relevantes sobre o uso da linguagem nas sociedades e entre as sociedades. Por sua vez, Rojo (2008) afirma mover os pesquisadores em LA a busca por soluções de problemas contextualizados, socialmente relevantes, ligados ao uso da linguagem e do discurso, bem como a elaboração de resultados pertinentes e úteis a participantes sociais. No que tange a esta tese, o contexto envolvido na reflexão proposta é o da gramatização brasileira do português nos últimos anos e suas motivações e consequências sociais. As GBCP constituem-se como objetos multifacetados, que vêm surgindo, não por acaso, no cenário brasileiro de publicações linguístico-gramaticais do século XXI.

Compreender a natureza dessas gramáticas e seu alcance social se instaura como questão legítima para o campo disciplinar da LA, entendida como uma prática social reflexiva e crítica.

Ao investigar o alcance temático da LA na produção de teses e dissertações em programas brasileiros de pós-graduação, Sito et al. (2007) identificam que, além das temáticas consolidadas – dentre as quais se destacam *ensino/aprendizagem de língua estrangeira e materna*, *bilinguismo* e *tradução* –, há a recorrência de temas novos ultimamente, tais como *língua e contexto escolar*, *língua e mundo do trabalho*, *caracterização dos gêneros do discurso*, *língua e mundo digital* e *patologias da linguagem*. Vê-se que o grande tema desta tese, a gramatização do português, não corresponde diretamente a nenhuma temática costumeira ou emergente na LA, o que não invalida nem dificulta a reflexão desse objeto a partir das particularidades epistemológicas e metodológicas dessa área de pesquisa. Longe disso, ao analisar, sob o viés da indisciplinaridade teórico-metodológica da LA, a gramatização do português que vem sendo feita no Brasil contemporâneo, creio que esta tese esteja contribuindo com o alargamento das fronteiras temáticas da área e abrindo possibilidades de sua intervenção em novos espaços sociais.

Ciente da heterogeneidade da LA enquanto área de pesquisa de "múltiplos centros" (RAMPTON, 2008), devido à diversidade de interesses, objetos e pontos epistemológicos de partida de seus pesquisadores, esta tese segue a linha de Moita Lopes (2008c, 2009a, 2009b), Rojo (2008), entre outros autores que defendem a contingência e a politização das verdades epistemológicas e da construção do conhecimento. Conhecida como LA de caráter *transdisciplinar*, consoante à tendência híbrida do pensamento pós-moderno, trata-se de um modo de fazer pesquisa mestiço e nômade, no sentido de que atravessa fronteiras disciplinares e mistura disciplinas e conceitos, a fim de criar inteligibilidade sobre problemas sociais em que a linguagem tem um papel central, e que sejam suficientemente relevantes para exigirem respostas teóricas que tragam ganhos a práticas sociais e a seus participantes. Para tanto, essa LA ousa se distanciar de certos modelos consagrados de investigação, contestando a ideologia da obediência a um paradigma de pesquisa científica. Trata-se de uma LA "indisciplinar" (MOITA LOPES, 2008c), "transgressiva" e "crítica" (PENNYCOOK, 2008), tanto no que diz respeito à negação de filiações teóricas quanto no sentido mais complexo de tentar atravessar/violar fronteiras ou pensar para além dos limites das tradições epistemológicas.

Essa perspectiva supera a concepção de LA como aplicação dos paradigmas teóricos da Linguística ao ensino de línguas ou a outros contextos, concepção vigente nos primeiros anos da LA no Brasil e que ainda reverbera sobretudo no discurso leigo, embora desde os

anos 80 seja posta em cheque por alguns linguistas aplicados. Há quase três décadas, por exemplo, Cavalcanti (1986) já refletia sobre o "falso equacionamento da LA com a aplicação de teorias linguísticas", o que corrobora a opinião de Moita Lopes (2008b) de que a diferença entre linguística aplicada e aplicação da linguista é debate envelhecido.

Essa LA de onde falo também não se resume à interdisciplinaridade ou multidisciplinaridade, no sentido de que várias disciplinas colaboram e se integram na investigação de um fenômeno linguístico. A postura que aqui adoto vai além da tímida relação de áreas do conhecimento: requer a reunião dessas áreas na elaboração de um eixo teórico-metodológico próprio e autônomo de pesquisa. Nesse sentido, Vieira (2009) é bastante clara quando afirma que, na multidisciplinaridade, embora o objeto de pesquisa seja vislumbrado através da perspectiva de diferentes disciplinas, não há interação entre elas, mas somente entre cada disciplina e o objeto investigado. Por sua vez, na interdisciplinaridade, há alguma interação entre as disciplinas que pesquisam determinado objeto, mas o ponto de partida continua sendo das disciplinas para o objeto. Finalmente, na transdisciplinaridade requerida pela LA, inverte-se o processo e o ponto de partida passa a ser o objeto. Qualquer disciplina pode ser usada ou não na investigação desde que possa contribuir para o entendimento das questões de pesquisa, o que resulta na indefinição das fronteiras teórico-epistemológicas da LA, no seu incessante repensar metodológico e no seu caráter "indisciplinar" (MOITA LOPES, 2008c).

Com base em Schmitz (1992), posso exemplificar a construção do arcabouço teórico de uma pesquisa em LA do seguinte modo: se a investigação for sobre dificuldades de pronúncia por parte de imigrantes estrangeiros, o linguista aplicado poderá recorrer à Fonética e à Fonologia, à Sociologia da Linguagem, à Sociolinguística, à História...; já se o problema residir na identificação de dificuldades de leitura, subsídios teóricos podem ser encontrados na Psicologia, na Pedagogia, na Psicolinguística, nos estudos sobre alfabetização e letramento... Assim, é necessário que se compreenda a LA não como disciplina, mas como *área de estudos*, na qual pesquisadores originários de diversas disciplinas – dentre elas a Linguística – convergem para essa área e passam a focalizar tópicos comuns, atuando num "processo transdisciplinar de produção de conhecimento "(MOITA LOPES, 2008a), cuja "natureza movente e fluida não nos permite ter nenhuma base sólida" (MOITA LOPES, 2009b).

Portanto, tal LA se afasta de um corpo teórico homogêneo, o qual costuma subsidiar a análise de um determinado *corpus* que possibilita a investigação dos problemas de pesquisa previstos pela engrenagem teórica de partida. Nela, tanto a configuração do problema de

pesquisa quanto o contato com os dados antecedem a escolha das teorias mais pertinentes à lida com determinado cenário de pesquisa. Suas bases teórico-metodológicas não são fixas, nem mesmo previamente estabelecidas. Em outras palavras, não há espaço para paradigmas científicos nessa LA: o não unitarismo científico e a quebra de linhas mestras – próprios do pensamento pós-moderno, sobretudo nas ciências sociais – guiam esse modo de fazer ciência.

É nesse ambiente epistemológico que esta tese se insere. Não haveria de ser diferente, dada a complexidade dos fenômenos aqui tratados.

1.7.2 Arcabouço teórico, *corpus* e categorias de análise

Realizar essa transdisciplinaridade requerida pela LA não é tarefa fácil. Precisa de uma série de leituras em áreas diferentes da formação básica do pesquisador, da capacidade de estabelecer relações entre pontos de vista distintos sobre um mesmo objeto, da eventual colaboração de pesquisadores de outra área... São raros os indivíduos que têm conhecimento suficiente e competência profunda em mais de uma disciplina para engendrar, do entrecruzamento delas, um arcabouço teórico-metodológico próprio e produtivo. Além disso, essa competência costuma ser desenvolvida – quando o é – ao longo da carreira do profissional, ou seja, nada garante que ela se manifeste durante um curso de pós-graduação, por exemplo. No entanto, mesmo sabendo de minhas limitações e dos riscos assumidos, a busca pela transdisciplinaridade me orientou na construção do alicerce teórico da tese, fazendo com que eu me enveredasse por searas outras, dentro e fora da Linguística, diferentes da minha formação como professor e pesquisador.

Destarte, em primeiro lugar, engajado no espírito epistemológico da LA, não estabeleci um "*a priori* teórico" para esta pesquisa, nem detalhei, antecipadamente à investigação, minhas categorias de análise ou o que seria esmiuçadamente analisado no *corpus*. Em outras palavras, a pesquisa foi concebida do problema para a teoria e metodologia, e não vice-versa. Naturalmente, a busca do arcabouço teórico não foi feita ao acaso, mas com base numa visão sociointeracionista de linguagem, de língua como prática social, como forma de interação e agir no mundo (MARCUSCHI, 2008), afastando-me, pois, das concepções formalistas dos estudos linguísticos. Também não trabalhei com hipóteses previamente estabelecidas; estas foram construídas *pari passu* ao estudo e à análise das GBCP. Acredito que esse procedimento tenha minimizado generalizações indevidas.

Em segundo lugar, certo da circularidade entre teoria e dados na epistemologia tradicional (MOITA LOPES, 2009b), ou seja, de que o que se vê nos dados de uma pesquisa é

o que a teoria abraçada o permite ver, procurei examinar os dados a partir de perspectivas teóricas múltiplas, a fim de construir interpretações diversificadas. A natureza híbrida da pesquisa logo se revela pela escolha das principais bases teóricas, as quais advêm de diferentes áreas de estudos da linguagem, como, por exemplo, a Sociolinguística, o Funcionalismo, a História das Ideias Linguísticas e a Historiografia Linguística, além de outras áreas de conhecimento, como a História das Disciplinas Escolares e a Epistemologia das Ciências, o que caracteriza a transdisciplinaridade e mestiçagem da investigação que empreendi.

Portanto, o arcabouço teórico discutido nesta tese remonta a diferentes áreas temáticas, dentre as quais destaco:

i) os estudos clássicos sobre instrumentos gramaticais greco-latinos, como Mounin (1970), Robins (1979), Neves (1987, 2012), Chapanski (2003), Bassetto (2004), Barros & Bittencourt (2006), Gonçalves (2008, 2010), Pinto (2008), Batista (2009), Corrêa (2010), Gonçalves & Conto (2010), Fortes (2010, 2012a, 2012b), Valenza (2010), Dezotti (2011), entre outros;
ii) os estudos sobre gramatização das línguas neolatinas, sobretudo da língua portuguesa, como Buescu (1984), Auroux (1992), Guimarães (1996), Dias (1996, 2001), Fávero (1996, 1999, 2001), Mariani (1996, 2001), Nunes (1996, 2001), Orlandi (2001a), Dutra (2003), Ricciardi (2004), Bastos & Palma (2004a, 2006, 2008), Casagrande (2005), Fávero & Molina (2006, 2007), Silva (2008b), Vicente (2008), Leite (2009), Souza (2010), Vidal Neto (2010), Henriques (2009), Caetano (2013), entre outros;
iii) os estudos sobre gramática, norma e variação, como Hauy (1986), Franchi (1987, 1991), Neves (1990, 2002, 2009a, 2012), Britto (1997), Baldini (1999, 2005), Aléong (2001), Rangel (2001), Bagno (2003, 2007, 2009, 2010, 2011), Perini (2004, 2008), Soares (2004), Mattos e Silva (2004), Bortoni-Ricardo (2006), Faraco (2008, 2011, 2012a), Henriques (2009), Guisan (2011), Lagares (2011), Milroy (2011), Monteagudo (2011), entre outros;
iv) os estudos sobre epistemologia científica e linguística, como Bachelard (1938), Koyré (1939), Kuhn (1962), Foucault (1966), Dascal (1978), Matallo Jr. (1987a, 1987b), Souza-Santos (1998, 2001), Borges Neto & Dascal (2004), Alves (2007), Borges Neto (2013), entre outros.

Convicto de que a metodologia em LA pressupõe a discussão de questões epistemológicas constitutivas da área, posso agora apresentar a metodologia de pesquisa empreendida na tese. Contraponho-a à pesquisa quantitativa de orientação positivista e

caracterizo-a como de natureza essencialmente qualitativa e interpretativa, no sentido de que trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes (MINAYO, 2001). Nesse tipo de pesquisa, os dados falam ao pesquisador e exigem dele um olhar minucioso e fomentador de sentidos, em que nada é trivial e "tudo tem potencial para construir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora sobre o nosso objeto de estudo" (BODGAN & BILKEN, 1994, p. 49). Assim, esta pesquisa procura observar, descrever e interpretar de forma holística o seu objeto – no caso, as GBCP.

É sabido que, ao longo do século XX, as ciências humanas sofreram certo afastamento das diretrizes epistemológicas positivistas, que governam a noção de ciência moderna desde a revolução científica ocorrida entre os séculos XVI e XVII. Mais recentemente, ciente da natureza subjetiva da ciência, visto ser esta produto da cultura humana, reconhece-se que o próprio objeto científico não é neutro, isto é, destituído de julgamentos valorativos e recortes preconcebidos. A LA aprofunda esse *a priori* epistemológico de que a pesquisa científica não combina como visões estreitas de objetivação, sistematicidade e linearidade em se tratando de produção de conhecimento. Aspectos psicológicos e sociais podem ajudar a delinear tanto pesquisas científicas quanto os próprios paradigmas que a implementam, demonstrando como as almejadas objetividade e racionalidade científicas podem não ser tão racionais e objetivas assim.

Situada no interior desse paradigma, em que o realismo ingênuo positivista dá lugar ao relativismo, a pesquisa qualitativa observa o fenômeno investigado enquanto construção humana em processo, considerando sua dinamicidade e contextualização sócio-histórica. Avalia a subjetividade como fator integral de qualquer pesquisa humana, isto é, não descarta a constituição subjetiva do objeto nem da própria pesquisa, uma vez que esta é intermediada por um ser humano, dotado de um ponto de vista específico. Isso não significa que a pesquisa não possa ser dotada, no dizer de Rees (2008, p. 256), de *validação interna* (possibilidade de os resultados mapearem o fenômeno estudado), *validação externa* (possibilidade de generalizar os resultados para o conjunto de onde saiu a amostra, ainda que cada contexto seja único), *replicabilidade* (possibilidade de outro pesquisador reproduzir o estudo) e mesmo *objetividade* (garantia de os resultados não serem tendenciosos).

Considerando os conceitos básicos da pesquisa qualitativa para esta tese, o método de trabalho recaiu, em primeiro lugar, na análise de GBCP e na leitura crítica de gramáticas de língua portuguesa, latina e grega, produzidas sob a égide do paradigma tradicional de gramatização; em segundo lugar, na pesquisa bibliográfica sobre os grandes temas da investigação: gramatização (greco-latina e luso-brasileira), gramáticas do português, virada

linguística, português brasileiro, epistemologia científica e linguística. Também vale dizer que, embora haja objetos concretos de pesquisa (as GBCP), os entendo como artefatos histórico-culturais resultantes de um complexo processo de articulação entre diversos agentes. Trata-se de objetos multidimensionais e dinâmicos, inscritos em múltiplas redes espaço-temporais (SIGNORINI, 2008). Portanto, coube-me a construção de um percurso metodológico também processual, que levasse em conta os agentes envolvidos (in)diretamente na construção das GBCP, as múltiplas pesquisas acadêmicas sobre as dimensões morfossintáticas, textuais e discursivas do PB, as diversas políticas públicas brasileiras atuais para o ensino de língua portuguesa (PCN, LDB, PNLD, ENEM etc.) e os novos saberes linguísticos divulgados com a virada linguística dos estudos gramaticais (e do ensino de português).

Quanto à construção do *corpus* da pesquisa, isto é, à seleção das gramáticas analisadas, esta se deu a partir de um posicionamento teórico prévio sobre gramatização do português no contexto da virada linguística brasileira. Expus tal posicionamento neste capítulo introdutório como ponto de partida para a construção das perguntas e dos objetivos de pesquisa. Por sua vez, o contato com as oito GBCP apresentadas no Quadro 2 (seção 1.3) me fez amadurecer esse mesmo posicionamento teórico e as configurações metodológicas do trabalho, de modo semelhante ao que Charaudeau (2011, p. 14) denomina de "duplo movimento dedutivo-indutivo da pesquisa em ciências humanas e sociais": a problemática opera na definição do *corpus* de pesquisa e vice-versa. Trata-se de uma abordagem de idas e vindas, ou seja, tanto empírico-descritiva-indutiva quanto hipotético-dedutiva. Depende, por um lado, de categorias de classificação e, por outro, de conceitos fundadores e de categorias explicativas. Foi no vaivém entre esses dois mundos metodológicos que os problemas e objetivos foram construídos, o conjunto de gramáticas foi recortado para análise, as gramáticas selecionadas foram analisadas e os resultados, interpretados.

Assim, na medida em que analisar o conjunto das oito GBCP seria uma tarefa inviável dada as dimensões dos problemas e objetivos da tese, submeti essas obras a uma pré-análise, a fim de selecionar as que iriam compor o *corpus* da pesquisa. Para tanto, utilizei os seguintes critérios:

i) autoria;
ii) ano de publicação da 1ª edição;
iii) modalidade predominante da língua gramatizada (fala ou escrita);
iv) natureza predominante dos dados (reais ou de introspecção).

Como havia gramáticos que participaram da publicação de mais de uma GBCP, utilizei os dois primeiros critérios (autoria e ano de publicação da 1ª edição) para garantir que duas obras de um mesmo autor não entrassem na composição do *corpus* e não comprometessem, por conseguinte, a diversidade de autores. Desse modo, em se tratando de gramáticas de um mesmo autor, optei pela exclusão da mais antiga[11], o que reduziu o conjunto de GBCP a um total de seis obras:

Quadro 3 – GBCP após aplicação dos critérios (i) e (ii)

Obra	**Autor(es)**	**Ano da 1ª edição**
Gramática dos usos do português	Maria Helena de Moura Neves	1999
Gramática Houaiss da Língua Portuguesa	José Carlos de Azeredo	2008
Gramática do brasileiro	Celso Ferrarezi Junior & Iara M. Teles	2008
Gramática do Português Brasileiro	Mário A. Perini	2010
Nova Gramática do Português Brasileiro	Ataliba Teixeira de Castilho	2010
Gramática Pedagógica do Português Brasileiro	Marcos Bagno	2012

Fonte: O autor, 2015.

Em seguida, agrupei essas seis gramáticas em três grupos, por semelhanças pautadas nos dois últimos critérios (modalidade predominante da língua gramatizada e natureza predominante dos dados), de modo que obtive a seguinte configuração:

[11] Também contribuiu para a exclusão da série *Gramática do português falado* (1991-2002), coordenada por Ataliba T. de Castilho, o fato de essa obra ser composta de oito volumes, num total de aproximadamente 4.000 páginas. Considerando que seria feita a leitura da obra em toda sua extensão e que algumas de suas partes seriam analisadas em detalhes, trazer um documento de tamanha grandeza quantitativa para o *corpus* de GBCP não seria condizente com os limites da tese.

Quadro 4 – GBCP agrupadas de acordo com os critérios (iii) e (iv)

Grupo	Modalidade predominante	Natureza predominante dos dados	Obra	Autor(es)	Ano da 1ª edição
1	Escrita	Reais	*Gramática dos usos do português*	Maria Helena de Moura Neves	1999
			Gramática Houaiss da Língua Portuguesa	José Carlos de Azeredo	2008
2	Fala	Introspecção	*Gramática do brasileiro*	Celso Ferrarezi Junior & Iara M. Teles	2008
			Gramática do Português Brasileiro	Mário A. Perini	2010
3	Fala	Reais	*Nova Gramática do Português Brasileiro*	Ataliba Teixeira de Castilho	2010
			Gramática Pedagógica do Português Brasileiro	Marcos Bagno	2012

Fonte: O autor, 2015.

Por fim, levei em consideração, mais uma vez, a necessidade de constituir um *corpus* de obras diversificadas e atuais, que pudesse representar da maneira a mais fiel possível as diferentes faces do novíssimo fazer gramatical brasileiro. Assim, selecionei a gramática mais recente de cada um dos três grupos de gramáticas do Quadro 4, o que me levou ao seguinte *corpus* de GBCP:

Quadro 5 – *Corpus* de GBCP

Código	Modalidade predominante	Natureza predominante dos dados	Obra	Autor	Ano da 1ª edição
GA	Escrita	Reais	*Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*	José Carlos de Azeredo	2008
GP	Fala	Introspecção	*Gramática do Português Brasileiro*	Mário A. Perini	2010
GB	Fala	Reais	*Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*	Marcos Bagno	2012

Fonte: O autor, 2015.

Diante disso, o Quadro 5 apresenta as gramáticas que foram efetivamente analisadas neste trabalho. Ao longo da tese, cada gramática foi designada por um código próprio,

composto pela letra "G", seguida da inicial do sobrenome de seu respectivo autor (Azeredo, Perini ou Bagno), conforme se vê na primeira coluna do quadro (GA, GP e GB).

Esse conjunto de instrumentos de gramatização da língua dos brasileiros consegue ser representativo da produção gramatical brasileira à luz da linguística contemporânea. Trata-se de gramáticas recentes, reconhecidas entre os profissionais da área, escritas por três grandes linguistas do país, de filiações teóricas distintas. Além disso, descrevem nossa língua em sua modalidade escrita ou falada, a partir de um conjunto diferente de dados (reais ou de introspecção). Acredito que a análise desse material tenha sido suficiente para dar respostas satisfatórias às perguntas de pesquisa que a guiaram.

Além dessas três GBCP, também foram analisadas, ao longo da tese, de modo bem menos exaustivo, outros instrumentos de gramatização. Para caracterizar o paradigma tradicional de gramatização do português, gramáticas normativas do português de várias épocas (por exemplo: Fernão de Oliveira, 1536; João Ribeiro, 1884; Eduardo Carlos Pereira, 1907; Manuel Said Ali, 1923; Napoleão Mendes de Almeida, 1944) também foram objetos de leitura crítica, conforme atesta o Capítulo 3 da tese. Somem-se a isso as consultas a gramáticas gregas e latinas, de autores como Dionísio, Varrão, Donato e Isidoro de Sevilha. Essas gramáticas tradicionais, embora não façam parte do meu *corpus* de gramática *stricto sensu*, foram imprescindíveis à caracterização dos traços do paradigma tradicional de gramatização (Capítulo 2), conceito que norteia a principal pergunta de pesquisa da tese.

Convém fazer aqui algumas observações acerca de outras obras gramaticais que, por motivos diversos, ficaram de fora da composição do rol de GBCP apresentado no Quadro 2 (seção 1.3).

Em primeiro lugar, alguns instrumentos linguísticos contemporâneos do português não foram considerados na constituição do *corpus* da pesquisa, mais especificamente as recentes gramáticas lusitanas que se afastam da tradição prescritivista. É o caso, por exemplo, da *Gramática da Língua Portuguesa*, de autoria de Maria Helena Mira Mateus, Ana Maria Brito, Inês Duarte e Isabel Hub Faria (1989), que surgiu, em 2005, na sua 5ª edição, "revista e aumentada". Esta obra de referência assume-se como gramática científica de tipo descritivo (não normativo, nem escolar/pedagógico). Outro exemplo é a *Gramática da Língua Portuguesa*, de Mário Vilela (1995), gramática teórica e descritiva que introduz alguma novidade em relação às gramáticas tradicionais do português, como, por exemplo, a abordagem do texto. Embora tais gramáticas pareçam também operar deslocamentos paradigmáticos no que tange à gramatização do português, não vou, todavia, me deter na

análise dessas obras nesta tese, pois, como deixei claro, meu foco reside na gramatização *brasileira* (e não europeia) contemporânea do português.

Em segundo lugar, embora eu reconheça a iniciativa de Celso Pedro Luft, autor da *Moderna gramática brasileira*, publicada em 1974, em propor uma gramática mais próxima dos avanços da ciência linguística moderna e da realidade linguística brasileira, não coloco essa obra no rol das GBCP por uma série de motivos. Por "ciência linguística moderna", até pela então incipiência das teorias linguísticas centradas no texto/discurso em solo brasileiro, Luft (1974) restringe-se aos estudos de Ferdinand de Saussure, Edward Sapir, Leonard Bloomfield, Luís Hjelmslev, Noam Chomsky, entre outros de vertente formalista, para fundamentar suas descrições fonéticas, morfológicas e sintáticas. Além disso, Luft (1974) mantém-se preso ao esqueleto da NGB de 1959, inclusive à tríplice divisão Fonética-Morfologia-Sintaxe, dessa vez sob nova ordem, Sintaxe-Morfologia-Fonética. Embora o autor aplique outras teorias gramaticais (a obra porta certa heterogeneidade teórica) e, inevitavelmente, utilize um ou outro termo "novo", como *sintagma*, *morfema*, *arquifonema* etc., a NGB é constantemente citada na obra, funcionando como guia para a descrição proposta[12]. Até questões restritas ao apêndice da NGB são contempladas na gramática de Luft (1974), também enquanto apêndice, como as figuras de sintaxe *anacoluto*, *elipse*, *pleonasmo* e *silepse* (p. 87-88). Outra forte razão que afasta sua gramática das GBCP é a recorrência da não observância da realidade linguística brasileira: a despeito do título da obra e da proposição explícita de um instrumento gramatical baseado na norma brasileira da língua portuguesa, fatos linguísticos incontestes não são considerados na gramática, como, por exemplo, a ausência de distinção discursiva entre o par demonstrativo *isto/isso* e derivados (p. 114-115), o quase total desaparecimento do pronome *vós* e a passagem do *você*/*vocês* para o paradigma dos pronomes nominativos do PB (p. 116-117). Nesse sentido, as particularidade do PB, quando aparecem, vêm em caráter de observações e ressalvas[13], de maneira não muito diferente de como vêm fazendo os gramáticos tradicionais brasileiros desde o século XIX até os nossos dias.

Por fim, também ficaram de fora de meu *corpus* de gramáticas duas pequenas gramáticas publicadas recentemente por dois dos autores das GBCP: a *Pequena gramática do*

[12] Na verdade, a obra seria a terceira edição da *Gramática resumida*, publicada em 1960, um ano após a NGB, com a finalidade maior de explicá-la e aplicá-la. Entretanto, sofreu tantas mudanças teóricas que passou a ser de fato um outro livro, embora seu esqueleto tenha se mantido fiel à NGB. Por isso, mesmo quando o autor tenta ir além do que a NGB preconiza, ela é posta como ponto de partida: "A *NGB* classifica as vogais segundo quatro critérios: zona de articulação, timbre, papel das cavidades bucal e nasal, e intensidade. A estes critérios é preciso acrescentar o da elevação da língua" (LUFT, 1974, p. 162).

[13] Um exemplo é a descrição da colocação dos pronomes oblíquos (cf. LUFT, 1974, p. 18-20).

português brasileiro, de Ataliba T. de Castilho (2012), e a *Gramática de bolso do português brasileiro*, de Marcos Bagno (2013). Embora essas obras sejam, a rigor, gramáticas que se encaixam nos requisitos para a constituição do *corpus* desta tese (são produzidas por autores brasileiros e se afastam do paradigma tradicional de gramatização do português), elas são versões resumidas das gramáticas do português brasileiro produzidas, respectivamente, por ambos os autores. Diante da possível redundância que a inclusão desses instrumentos linguísticos implicaria ao *corpus*, eles ficaram de fora da análise das GBCP empreendida.

Quanto às categorias de análise do trabalho, estas foram estabelecidas e refinadas ao longo da observação minuciosa das perguntas de pesquisa. Ei-las:

- Categoria (a): Demandas e propósitos sociais das GBCP. A consideração dessa categoria possibilitou compreender o contexto de produção das GBCP, em particular os fatores sociais que nortearam sua construção.
- Categoria (b): Concepções teóricas e configurações metodológicas das GBCP. A consideração dessa categoria permitiu mapear o perfil teórico-metodológico das GBCP e o papel das teorias e dos resultados das pesquisas linguísticas na sua elaboração, verificando as supostas diferenças e aproximações com as bases teórico-epistemológicas e metodológicas da gramatização tradicional.
- Categoria (c): Arcabouço descritivo, categorial e conceitual das GBCP. A consideração dessa categoria viabilizou averiguar as linhas de continuidade e os movimentos de ruptura entre, de um lado, classificações, categorias e conceitos engendrados pelas GBCP e, de outro lado, a terminologia fixa da tradição brasileira (NGB) e as classificações, categorias e conceitos comuns ao paradigma de gramatização hegemônico.
- Categoria (d): Língua gramatizada pelas GBCP. A consideração dessa categoria possibilitou verificar os aspectos morfossintáticos da língua gramatizada pelos recentes instrumentos brasileiros de gramatização e em que medida essa "língua brasileira" (português brasileiro ou português do Brasil) se aproxima ou se afasta da norma-padrão tradicional portuguesa.

Os objetivos propostos foram alcançados a partir da observação das categorias de análise configuradas. Os resultados das análises foram articulados ao longo da pesquisa para consecução do objetivo geral e da resposta à pergunta principal de pesquisa, aqui ratificada: *como se caracteriza(m) o(s) novo(s) paradigma(s) brasileiro(s) de gramatização, no que diz respeito às linhas de continuidade e aos movimentos de ruptura que ele estabelece em relação à gramatização tradicional?*

1.7.3 Diálogo com a História das Ideias Linguísticas e a Historiografia Linguística

Fechando a exposição dos aspectos teórico-metodológicos da tese, o espaço agora se destina a apresentar brevemente duas linhas de pesquisa com as quais este trabalho dialoga por conta da temática em comum: o exame da produção de gramáticas do português. Além disso, alguns posicionamentos epistemológicos e metodológicos assumidos pelas pesquisas dessas áreas me foram bastante úteis no desenvolvimento de minhas análises, os quais cabem aqui ser considerados.

A primeira das linhas de pesquisa surgiu em 1988 com o projeto *História das Ideias Linguísticas: construção de um saber metalinguístico e a constituição da língua nacional*, encabeçado pela Profa. Eni P. Orlandi e pelo Prof. Eduardo Guimarães, ambos da Universidade Estadual de Campinas, em São Paulo. O projeto também contava com a colaboração do Prof. Sylvain Auroux, da Universidade Paris 7, na França, cujos trabalhos lhe serviram de suporte teórico. Filiada a história das culturas, das sociedades e dos movimentos científicos, a História das Ideias Linguísticas (doravante HIL) entende por *ideia linguística* "todo saber construído em torno de uma língua, num dado momento, como produto quer de uma reflexão metalinguística, quer de uma atividade metalinguística não explícita" (AUROUX, 1989 *apud* FÁVERO & MOLINA, 2004, p. 140). Atualmente, a HIL integra professores de diversas universidades brasileiras e francesas, além de atuar em duas frentes correlacionadas: a produção de conhecimento sobre a língua no Brasil e o problema da língua nacional (BALDINI, 2005). Assim, toda tradição gramatical brasileira, mesmo tendo surgido bem antes de a Linguística se instalar como ciência da linguagem no Ocidente, é uma parte das ideias linguísticas e, portanto, objeto de investigação da HIL feita no Brasil.

Dentro da perspectiva da transdisciplinaridade da LA, esta tese interpreta alguns resultados dos trabalhos desenvolvidos dentro da HIL, sobretudo os que analisam gramáticas anteriores ao século XX, com a finalidade de delinear o caráter da gramatização tradicional do português. Friso aqui que, embora a HIL possa estabelecer relações com a Análise do Discurso, uma vez que concebe os instrumentos linguísticos que analisa como objetos discursivos e não raro se vale explicitamente do dispositivo teórico e analítico dessa disciplina (cf. NUNES, 2008), meu interesse nos trabalhos desenvolvidos dentro dessa área não mora nos seus achados estritamente discursivos, nem na sua relação com temas como memória, imaginário, autoria, entre outros, mas sim nos temas mais concretos da análise, tais como *conceitos e teorias*, *obras*, *autores*, *instituições* e *periodização*. Esses trabalhos se revelam úteis, na medida em que localizam a fonte de um pensamento gramatical em instrumentos

linguísticos (gramáticas, dicionários, manuais, normas, lista de palavras e glossários de relatos de viagem etc.) e analisam esse pensamento no contexto em que ele foi produzido, compreendido e difundido, tentando enxergar os fios que o constituíram e todos os seus reflexos (FÁVERO & MOLINA, 2006).

Os trabalhos dentro da HIL estudam tanto as gramáticas portuguesas do "período vernaculista", que contempla mais de três séculos de gramatização (séculos XVI, XVII, XVIII e boa parte do século XIX), quanto as obras gramaticais surgidas no Brasil no "período científico"[14], a partir do final do século XIX, de modo que as pesquisas podem se dedicar ao trabalho com o pensamento sobre a linguagem no Brasil antes de a Linguística se instalar em sua forma definida. Além disso, os estudos em HIL versam sobre as instituições onde tais saberes eram discutidos (colégios, universidades, Estado, círculos literários) e as polêmicas que essas discussões suscitavam – o que ocorre no Brasil, sobretudo, a partir de sua Independência. Também costumam ser temas dessa linha de pesquisa a disciplinarização do português no Brasil, a relação entre os saberes linguístico e gramatical, bem como a constituição da língua nacional nos estados modernos europeus e nas nações colonizadas, como o Brasil. Todos esses aspectos consistem em subsídios para a compreensão do paradigma tradicional de gramatização, sendo, portanto, do interesse da tese que apresento.

Outra contribuição da HIL para esta tese diz respeito ao método de coleta e análise dos instrumentos linguísticos. O método empreendido pelos pesquisadores dessa área é, inicialmente, o levantamento do maior número de fontes para análise – mormente instrumentos tecnológicos de gramatização, isto é, gramáticas e dicionários. A esse procedimento recorri na seleção das obras gramaticais greco-latinas e luso-brasileiras que me ajudaram a caracterizar o paradigma tradicional de gramatização. Pressuposto fundamental é a ideia de que não se pode separar as ideias linguísticas presentes nessas obras do seu contexto histórico, em particular, da história da constituição da língua, do Estado, da ciência e dos saberes metalinguísticos produzidos a partir daí (ORLANDI & GUIMARAES, 2001). Em outras palavras, desconsiderar as relações entre o conteúdo das gramáticas e o seu contexto é assumir uma posição positivista que leva ao reducionismo na investigação do pensamento de uma época.

Outro cuidado metodológico que se deve ter é em relação à distância espaço-temporal entre o cenário em que viveram os autores das obras e o contexto do pesquisador, o que pode ocasionar dificuldades na interpretação e o estabelecimento indevido de equivalências e

[14] Já mencionada nesta Introdução, tal periodização pode ser encontrada em Fávero (2001) e será assunto da reflexão desenvolvida no Capítulo 3 da tese.

influências. Em se tratando das GBCP, a sincronicidade entre o fato histórico e a pesquisa revelou-se fator delicado, requerendo à devida atenção no desenvolvimento da tese. Ciente da impossibilidade de total isenção teórica e julgamento de valor na lida com essas gramáticas, pois mergulhado estou no mesmo contexto sócio-histórico desses livros, tentei considerar esses instrumentos não na sua imanência, mas à luz dos dados históricos dos quais resultaram.

A segunda linha de pesquisa a que me refiro nesta subseção é a Historiografia Linguística (doravante HL). Fundamentada nos pressupostos teórico-metodológicos advindos da História Cultural (SILVA, 2006b), surgiu no Brasil em 1995, a partir da criação do grupo de trabalho *Historiografia da Linguística Brasileira*, sob a coordenação inicial da Profa. Cristina Altman (USP). O objetivo da linha, declarado no respectivo GT da ANPOLL de 2008, é "descrever e explicar os processos históricos de formação e desenvolvimento dos estudos da linguagem e das línguas, com especial ênfase sobre o caso brasileiro"[15], o que por vezes tem resultado em acervos documentais e estudos monográficos que os descrevem, analisam e interpretam.

Ao longo do desenvolvimento desta tese, consultei alguns trabalhos inseridos na HL – como, por exemplo, Cavaliere (2002), Bastos & Palma (2004a, 2006, 2008), Moraes (2008), Fortes (2010), Vidal Neto (2010), Dezotti (2011), Rodríguez-Alcalá (2011) –, ora para buscar subsídios para a caraterização do paradigma de gramatização tradicional do português, ora para entender as ideias sobre língua e gramática que circularam no Brasil dos séculos XIX e XX. Os princípios teórico-metodológicos que norteiam a área também foram válidos nas análises que empreendi das GBCP, a despeito da noção de obra gramatical enquanto discurso e da preocupação com os registros discursivos e representações ideológicas reverberados nos instrumentos linguísticos analisados (SILVA, 2006b) – pontos de vista, a propósito, semelhantes aos da HIL.

Altman (1998) delega grande importância a considerações metodológicas na HL. Segundo a autora, a atividade historiográfica em Linguística não pode se resumir à mera compilação de datas, fatos, títulos e nomes relacionados ao estudo das línguas e da linguagem, devendo considerar, sobretudo, o processo de seleção, ordenação, reconstrução e interpretação de fatos relevantes e contextualizados. O foco recai não só sobre a dimensão cognitiva, mas também sobre os fatores sócio-históricos que estão em jogo no processo de desenvolvimentos da Linguística brasileira. Como ilustra Koerner (1996, p. 51), um dos teóricos mais expressivos da HL, "o que torna a argumentação de Dante, ou a definição de

[15] Disponível no portal da ANPOLL: <https://www.anpoll.org.br/portal/gts/#>. Acesso em: 21 ago. 2013.

São Tomás sem sentido para nós, não é má lógica ou falta de inteligência, mas o clima de opinião medieval [...] que impuseram a Dante ou a São Tomás um uso peculiar da inteligência e um tipo especial de lógica". Ou seja, para uma melhor compreensão do contexto intelectual geral em que teorias particulares se desenvolveram, outros fatores mais amplos também precisam ser considerados, como a visão de mundo da época.

Nesse mesmo trabalho de Koerner (1996), que procura contribuir para o estabelecimento de um quadro epistemológico e metodológico generalizado que oriente a HL, há a proposição de algumas convicções de base, imprescindíveis para impulsionar a pesquisa na área para além do simples registro histórico. Segundo o autor, uma pesquisa em HL deve levar em conta vários fatores, como, por exemplo, possíveis distorções causadas pelo uso terminológico atual na descrição de fases anteriores do desenvolvimento do pensamento linguístico. A solução para esse e outros problemas seria a adoção dos três seguintes princípios norteadores, os quais abraço no desenrolar desta tese.

O primeiro princípio é denominado *princípio de contextualização*. Diz respeito ao "estabelecimento do 'clima de opinião' geral do período em que as teorias se desenvolveram" (KOERNER, 1996, p. 60). O "espírito da época" [*Zeitgeist*] sempre deixa marcas no pensamento linguístico, e não está sendo diferente, por exemplo, com a assunção do discurso da virada linguística pelos instrumentos contemporâneos de gramatização da nossa língua – conforme discussão iniciada na seção 1.2 desta Introdução. A situação socioeconômica e política também deve ser levada em conta no contexto de produção das GBCP: afinal, em certa medida, são gramáticas heterodoxas, subversivas e propositivas, que favorecem, ao menos em teoria e desejo, que a maioria dos brasileiros saia da marginalidade linguística, atuando no processo de legitimação de sua língua verdadeira. A publicação de instrumentos linguísticos desse tipo está imersa num cenário democrático que incentiva a emancipação das "vozes do sul" (cf. SANTOS & MENESES, 2010), a luta das minorias e a diminuição da desigualdade social.

O segundo princípio é denominado *princípio da imanência*: o quadro geral da teoria sob investigação, bem como a terminologia utilizada no texto devem ser, num primeiro momento, definidos internamente, e não em referência às teorias linguísticas contemporâneas ou de gosto pessoal do pesquisador (KOERNER, 1996). Nesse sentido, o pesquisador deve se afastar tanto quanto possível das "certezas" de sua formação linguística individual. Por exemplo, para o alcance dos meus objetivos, me vali de trabalhos eminentemente filológicos ou de artigos gerativistas publicados em livros e periódicos que não dialogam com as

concepções de língua e linguagem assumidas como pano de fundo de minhas reflexões basilares.

O terceiro princípio é o *princípio da adequação*, que entra em cena após os dois princípios terem sido seguidos. Somente quando o pronunciamento linguístico tenha sido compreendido no seu contexto histórico original, "pode o historiógrafo aventurar-se a introduzir, ainda que muito cuidadosamente e colocando seu procedimento de forma explícita, aproximações modernas do vocabulário técnico" (KOERNER, 1996, p. 60). A consideração desse princípio nesta tese ocorreu nos movimentos de comparação entre os arcabouços descritivos e taxionômicos do PTG e os que emanam das GBCP.

Em síntese, Koerner (1996) dota a HL de um percurso metodológico que permite considerações internas e externas ao fazer historiográfico. Tal procedimento vem sendo seguido, em geral, pelos trabalhos na área. Nesse sentido, para se entender o complexo processo de constituição, desenvolvimento e consolidação da produção gramatical brasileira, é necessária a reconfiguração do contexto geral da época na qual o fazer gramatical se inscreve, o resgate do ideário linguístico que deu sustentação à construção do conhecimento gramatical e a comparação entre, por um lado, referências conceituais e taxionômicas presentes na obra em análise e, por outro, a terminologia técnica utilizada pelo pesquisador (SILVA, 2006b). A atitude epistemológica da HL não vê a gramática apenas como um "instrumento linguístico" (AUROUX, 1992), mas também como um *instrumento de cultura*, devendo o pesquisador revelar seu passado (ou presente) factual na relação com o contexto social e cultural em que o instrumento se inscreve, incluindo aí suas condições de produção e suas formas de circulação e institucionalização.

Acredito ter deixado clara a validade, para esta tese, das reflexões propostas, dos temas abordados e dos métodos de análise da HIL e da HL, áreas de pesquisa que, a despeito de interesses e orientações distantes daqueles que me movem, ajudam a entender o processo de construção do paradigma tradicional de gramatização luso-brasileiro e, consequentemente, seus movimentos de continuidade e ruptura emergentes no novo século. Afinal, é na reconstrução do passado linguístico que se encontram algumas das ferramentas essenciais para compreensão do presente. Vale salientar que, de acordo com minhas pesquisas em ambas as áreas, ainda não há trabalhos nessas linhas cujo objeto seja as GBCP. Isso acentua a importância de conhecer diferentes formas de saber linguístico na história de gramatização do português, justamente para entender e se posicionar criticamente diante das gramáticas atuais e ousar propor novos procedimentos de produção e até mesmo novos perfis dessas obras.

Em se tratando do levantamento de gramáticas antigas, dois pontos importantes devem aqui ser registrados. Em primeiro lugar, a longa distância temporal entre essas obras e o pesquisador algumas vezes nublou o entendimento de certas passagens, não obstante tal fato não ter comprometido o objetivo do trabalho. Em segundo lugar, não tive acesso irrestrito às fontes de gramatização da língua portuguesa. Muitas delas possuem reedições "corrigidas" e "melhoradas", o que dificultou ainda mais a completude de meu acervo, não só pela raridade das obras, mas também pelos limites da tese e pelo tempo disponível para sua realização. Além disso, algumas gramáticas seminais das línguas latina e grega – cuja análise, não necessariamente exaustiva, se revela importante para a reflexão sobre gramatização proposta na tese – ainda não foram traduzidas para o português ou mesmo qualquer outra língua moderna. Entretanto, na ausência de alguma gramática que julguei importante para a compreensão da formação do paradigma tradicional de gramatização, inclusive no contexto luso-brasileiro, consultei algumas boas análises presentes em teses, dissertações, capítulos de livros ou artigos publicados em periódicos especializados. No dizer de Bastos & Palma (2004a), esses documentos são fontes secundárias, as quais, assim como as fontes primárias (no contexto desta tese, as gramáticas originais), constituem instrumentos valorosos para o trabalho de investigação historiográfica.

Por fim, a César o que é de César: se quem faz HIL e HL analisa um pensamento linguístico no contexto sócio-histórico em que foi criado, difundido, compreendido, interpretado e representado (FÁVERO & MOLINA, 2004), bem como descreve e explica os processos históricos de formação e desenvolvimento das ideias sobre língua e linguagem em textos que emanam o espírito de uma época (KOERNER, 1996; ALTMAN, 1998), com a análise das GBCP empreendida nesta tese, fiz, ao menos em sentido amplo, HIL e HL. Inserido na própria história que conto, tentei fotografar os primeiros movimentos do processo de gramatização do PB que emerge no interior dos estudos linguísticos. Aqui, volto ao alargamento das fronteiras teórico-metodológicas da LA, discutidas há pouco: a mestiçagem e o nomadismo da LA indisciplinar em que me insiro me dão sustentação epistemológica para o cruzamento dessas fronteiras, muitas vezes impenetráveis mais por questões políticas e institucionais do que realmente epistemológicas e temáticas.

1.8 **Percurso da tese**

Além desta Introdução (Capítulo 1), em que apresentei as motivações e os objetivos da pesquisa, bem como as considerações epistemológicas iniciais que me deram o devido suporte

teórico-metodológico na investigação que empreendi sobre as GBCP, esta tese é constituída por três capítulos e pelas Considerações Finais.

No Capítulo 2, *A doutrina gramatical greco-romana e a constituição do paradigma tradicional de gramatização*, faço um apanhado histórico sobre as primeiras reflexões na cultura ocidental acerca da gramática, o consequente surgimento da doutrina gramatical greco-romana na Antiguidade e o processo de gramatização dos vernáculos europeus modernos no Renascimento. Além disso, com base em autores que discutem epistemologia científica e linguística, reflito sobre a noção de paradigma e ruptura paradigmática na sua relação com o fenômeno da gramatização, na tentativa de precisar o que entendo por *paradigma tradicional de gramatização*, um conceito central da tese.

No Capítulo 3, *Gramatização do português: tradição luso-brasileira*, a partir da literatura sobre gramáticas de língua portuguesa elaboradas em Portugal e no Brasil desde o século XVI, sobretudo sobre a produção brasileira dos séculos XIX e XX, procuro compreender o desenvolvimento da gramatização tradicional do português, verificando as principais modificações ocorridas ao longo desses cinco séculos, no que diz respeito a princípios teórico-epistemológicos e configurações metodológicas, arcabouços descritivos e taxionômicos e norma-padrão engendrada. Também me ponho a refletir sobre a noção de "norma-padrão" como consequência da gramatização tradicional. Eventualmente, consulto algumas dessas gramáticas a fim de enriquecer a tese defendida no capítulo, a saber: a despeito das mudanças evidentes, houve no Brasil a permanência de um paradigma específico de gramatização do português, iniciado em 1881, com a gramática de Júlio Ribeiro, e em voga até os dias de hoje, época em que circulam as gramáticas normativas tradicionais de Cunha & Cintra (2008), Bechara (2009) e Rocha Lima (2010), por exemplo.

No Capítulo 4, *Análise das gramáticas brasileiras contemporâneas do português*, desenvolvo as análises do *corpus* de GBCP (Quadro 5), de acordo com as especificações teórico-metodológicas apresentadas há pouco. Às análises, relaciono as discussões desenvolvidas nos capítulos precedentes, com a finalidade principal de responder às perguntas de pesquisa que direcionam a tese.

Por fim, nas *Considerações Finais* (Capítulo 5), aponto as principais conclusões da pesquisa, bem como as possibilidades de investigações futuras.

2 A DOUTRINA GRAMATICAL GRECO-ROMANA E A CONSTITUIÇÃO DO PARADIGMA TRADICIONAL DE GRAMATIZAÇÃO

> Vê-se, porém, aqui, pela primeira vez em Roma, a influência de uma civilização estranha. Não era, de certo, um pequeno arroio que então trouxe as artes da Grécia, mas um rio soberbo, que transportou em suas águas as ciências e as letras.
>
> (Cícero, *Da República*, 51 a.C., II, § XIX)

Este capítulo está dividido em seis seções. As quatro primeiras são dedicadas à sistematização da doutrina gramatical greco-romana na historiografia dos estudos linguísticos ocidentais, destacando suas bases filosóficas, seu surgimento e desenvolvimento no contexto filológico alexandrino, à apropriação que lhe fizeram os gramáticos latinos do Império Romano e da Idade Média, e, mais recentemente, a continuidade da doutrina pelos gramáticos modernos no contexto renascentista de gramatização das línguas nacionais. As duas últimas seções estão voltadas a discussões sobre epistemologia científica, em particular, a reflexões sobre paradigma e ruptura paradigmática no âmbito dos estudos e pesquisas linguístico-gramaticais.

Articuladas, essas duas partes correm para o mesmo fim: construir a noção de *paradigma tradicional de gramatização* (PTG), modelo responsável por nortear, há mais de dois mil anos, a elaboração de gramáticas no Ocidente. No bojo do "rio soberbo, que transportou em suas águas as ciência e as letras", ao qual o romano Cícero se refere na epígrafe acima, esse paradigma transpôs a dimensão espaço-temporal da Grécia antiga, atravessou os mais diferentes contextos históricos e se incrustou nas mais distintas civilizações, sendo, ainda hoje, o mentor daquilo que se entende por *gramáticas normativas*, *tradicionais* ou *de referência*, no que diz respeito à regulação de seu papel social, à apresentação e distribuição de conteúdos gramaticais, a seu aparato analítico e terminológico, dentre outros aspectos.

De antemão, convém dizer que não vou aqui reduzir o PTG ao seu caráter dogmático, especulativo e prescritivo (embora não o negue), nem opô-lo a uma linguística moderna e científica, pois tal atitude distorceria o processo sócio-histórico de constituição e desenvolvimento do paradigma, mascarando a amplitude de seu alcance teórico. Afinal, até hoje, embora não raro se declare oposta ao PTG, a Linguística ainda não conseguiu se desvencilhar por completo do arcabouço conceitual e categorial que os antigos gramáticos nos deixou de legado. Esse aparato greco-romano, justificável apenas no cenário epistemológico que precedeu e envolveu sua emergência, já se encontra tão arraigado na nossa cultura

linguística ocidental, que muitas vezes é naturalizado pelos linguistas da atualidade, razão pela qual parece ser tão difícil empreender uma mudança de paradigma na produção de obras gramaticais em se tratando de línguas seminalmente gramatizadas pelo PTG.

2.1 **A doutrina gramatical na história dos estudos linguísticos ocidentais**

2.1.1 A linha ininterrupta de erudição linguística

Os autores que abordam a história dos estudos linguísticos no Ocidente[16] costumam reconhecer algo como uma linha ininterrupta de erudição no tratamento da linguagem. Robins (1979), um dos maiores nomes que tratam o tema, assegura que, desde os filósofos da Antiguidade clássica grega até os linguistas de nossos dias, cada investigador nunca deixou de estar consciente das obras de seus predecessores e de lhes dar, em certa medida, continuidade. Nas palavras do autor,

> os resultados práticos e teóricos da linguística grega foram levados a Roma (assim como quase todos os valores da vida intelectual dos gregos); de Roma passaram por meio dos últimos gramáticos latinos à Idade Média e daí se transferiram durante e após o Renascimento para o mundo moderno, juntamente com importantes contribuições provenientes de fora da Europa. Em nenhum momento existe ruptura que signifique descontinuidade na tradição linguística europeia. Com frequência encontramos mudanças de teoria, objetivos, métodos e conceitos [...] porém cada geração de linguistas europeus sempre teve à sua disposição certo conhecimento a respeito da vida e obra de seus predecessores. (ROBINS, 1979, p. 5)

Da mesma opinião partilha Weedwood (2002). Em seu breve relato sobre a história da Linguística, a autora afirma que o Ocidente vem retomando, consciente ou inconscientemente, ao longo de mais de dois mil anos, questões cruciais sobre a linguagem, as quais foram levantadas a princípio pelos filósofos gregos, mais especificamente por Platão (séc. V-IV a.C.), considerado o primeiro pensador europeu a refletir sobre os problemas linguísticos fundamentais. Semelhante posicionamento também se percebe em Mounin (1970). Embora

[16] Cabem aqui duas observações. Em primeiro lugar, a história dos estudos linguísticos não deve ser confundida com a história da escrita, o que nos autoriza a deixar de fora desse panorama civilizações como a egípcia, a suméria, a chinesa e a fenícia – esta última, a propósito, a precursora da escrita alfabética. Em segundo lugar, o foco do capítulo é a tradição gramatical greco-romana, razão pela qual a historiografia linguística é abordada do ponto de vista eurocêntrico, o que exclui tradições orientais de estudos linguístico-gramaticais ainda mais antigas que a nossa. A esse respeito, por exemplo, a primeira reflexão sobre a linguagem e a primeira descrição de uma língua (o sânscrito da literatura védica) de que se tem conhecimento vêm do Oriente, precisamente da Índia antiga (MOUNIN, 1970). Na literatura linguística, costuma-se dizer quão extraordinária é a qualidade do trabalho dos gramáticos hindus, dos quais o mais conhecido é Panini (520-460 a.C.), cuja obra evoca toda uma tradição oral de gramáticos anteriores, a qual ele resume e sintetiza. Merece destaque a notável descrição articulatória dos sons do sânscrito, que, a partir do século XVIII, quando dos primeiros contatos com a tradição gramatical hindu no contexto da gramática histórico-comparativa, nos conduziu à noção moderna de fonema.

admita que devamos ter cuidado em não estabelecer a equivalência entre antepassado e precursor, uma vez que a linha do progresso costuma ser sinuosa, o autor assegura, por exemplo, que

> se pode seguir durante dois milênios e meio – desde antes de Platão até Descartes, Leibniz e Condillac, e destes até Bréal e, sem dúvida, Saussure – a teoria da "arbitrariedade do signo". Ou ainda, durante igual período – de Aristóteles e dos estoicos até Isidoro de Sevilha, e de Donato até a escola primária do século XX – uma história do desenvolvimento da análise da linguagem em partes do discurso. Indiscutivelmente, a história da linguística deve ser isso [...] (MOUNIN, 1970, p. 9)

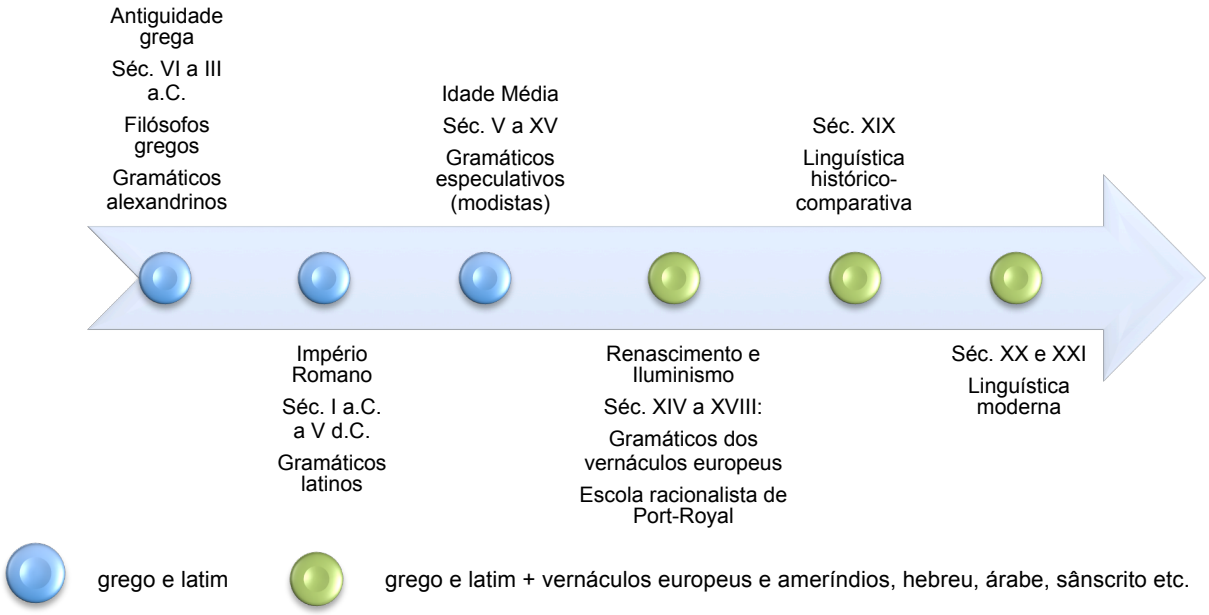
Essa perspectiva de se historiografar os estudos linguísticos também costuma considerar que esse fio contínuo do pensamento ocidental sobre a linguagem somente se rompera no Renascimento, entre o final do século XIV e início do século XVI, marco inaugural da Idade Moderna e da revolução em todos os campos da atividade intelectual humana. Sob esse ponto de vista, teria sido aí que "os fios da história se tornaram mais numerosos e emaranhados", no dizer de Robins (1979, p. 75). Essa descontinuidade também é registrada em Coseriu (1980). Segundo esse autor, da Antiguidade grega ao final da Idade Média, o foco incidiu no sistema linguístico em sua imanência e sincronia, ou seja, na reflexão acerca da essência da linguagem e das categorias linguísticas, e na descrição de determinadas línguas, precisamente o grego e o latim, ao passo que, a partir da era renascentista, houve a concorrência do interesse histórico-comparativo e sociocultural sobre as línguas e a linguagem em geral, considerando-se seu caráter heterogêneo e contextual. Por sua vez, Santiago-Almeida (2003), baseando-se nas reflexões de Coseriu, partilha dessa ideia de descontinuidade provocada pelo espírito da intelectualidade renascentista e afirma que, até o período medieval, o que predominou como foco dos estudos linguísticos foram questões relativas à teorização sobre a essência da linguagem e à descrição de línguas – o "caráter interno da linguagem". É só no Renascimento que o interesse pela história e comparação linguística entraria em cena, dividindo o palco com as preocupações sobre o sistema linguístico. Nos termos desse autor, a partir de então, os interesses também começaram a se espraiar sobre o "caráter externo e social da linguagem" e considerar seu contexto sociocultural.

Nota-se que esse olhar para a história dos estudos linguísticos a cinde em dois planos temporais, situados antes e depois do Renascimento, período marcado pela formação e consolidação dos estados nacionais modernos e de suas respectivas línguas de cultura. É verdade que, nessa época, os horizontes dos estudos linguísticos, antes limitados à realidade greco-latina, foram ampliados e novas linhas de pensamento sobre a linguagem começaram a

surgir, muito por conta da investigação de outras línguas, como o hebreu, o árabe, os próprios vernáculos europeus e as línguas ameríndias. Logo, os estudos linguísticos puderam comparar diversas línguas e fases de uma mesma língua, de modo que surgiu o interesse no estudo de como o latim se transformou nas línguas românicas. Isso resvalaria, posteriormente, numa das grandes frentes de pesquisa da linguística histórico-comparativa do século XIX, de onde se ergueria a lâmina saussuriana capaz de cortar esse objeto, então multifacetado, e fundar a Linguística moderna no século XX.

A seguir, a Figura 1 ajuda a sistematizar esse ponto de vista de Robins (1979), Weedwood (2002), Mounin (1970), entre outros autores. Denomino essa compreensão dos estudos linguísticos ao longo da história ocidental de *perspectiva do desdobramento linear*. A mudança de cor nos alvéolos, os quais representam grandes marcos temporais na história, ilustra a virada renascentista (COSERIU, 1980; SANTIAGO-ALMEIDA, 2003) na linha ininterrupta de erudição linguística, que se descentra do nicho linguístico-cultural greco-romano:

Figura 1 – Perspectiva do desdobramento linear



Fonte: O autor, 2015.

A postulação dessa linha ininterrupta de saber sobre a linguagem no Ocidente, cuja mudança de prumo teria se dado no Renascimento – o que acarreta, em sentido amplo, numa linguística pré-renascentista e pós-renascentista –, toma como critério básico a "originalidade" dos objetos abordados em cada época e considera a Linguística moderna

como o ponto de chegada de um longo processo de aquisição de conhecimentos construídos continuamente em cima das descobertas de gerações anteriores, conforme pode ser visualizado na Figura 1.

É com razão que a historiografia linguística contemporânea critica esse modelo positivista de abordar a história do conhecimento linguístico, argumentando que ele conduz a uma análise de trechos escolhidos que pressupõe uma equivalência imediata entre conceitos elaborados em momentos distintos, desprezando muitas vezes a complexidade e a heterogeneidade dos textos em que tais conhecimentos são encontrados (DEZOTTI, 2011). Em outras palavras, seria como se no próprio fazer historiográfico houvesse, por um lado, a seleção de determinados fatos, teorias, temas, descobertas, interesses sobre a linguagem e as línguas que ajudassem a "roteirizar" tamanho desdobramento linear e, por outro lado, o descarte de outros fatos, teorias, temas, descobertas, interesses que pudessem emaranhar o fio ininterrupto de erudição linguística.

2.1.2 Campo teórico vs. campo doutrinário

Outra perspectiva de se olhar para a história dos estudos linguísticos no Ocidente de maneira menos pasteurizada é a que considera duas linhas que correm em paralelo ao longo de cerca de dois milênios e meio, consoante a natureza da atividade intelectual que empreenderam todos aqueles que se debruçaram sobre a linguagem desde o século VI a.C. aos dias atuais. A esse respeito, Franchi (1991) fala de duas tendências históricas de se olhar a língua, as quais seriam de certo modo incompatíveis: de um lado, a dos que refletiam sobre a linguagem para construir um sistema nocional capaz de descrevê-la; de outro, a dos que se preocupavam em estabelecer as condições de "bom uso" da linguagem e que deu origem às gramáticas prescritivas. Ambas as tendências teriam nascido na Grécia antiga: a primeira, no contexto da filosofia clássica; a segunda, no bojo da filologia alexandrina.

Na mesma linha de pensamento de Franchi (1991) e de modo bem didático, Bagno (2009), ao tratar das origens da tradição gramatical greco-romana, apresenta os estudos linguísticos divididos em dois grandes campos no decorrer da história: o *campo teórico* e o *campo doutrinário*[17]. O primeiro seria formado pelas escolas de pensamento filosófico e científico voltadas para a elaboração de princípios explicativos dos fenômenos linguísticos

[17] Vale destacar que Bagno (2009) bebe em Milton Santos (*Território e sociedade*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000) para apresentar a oposição entre "doutrina" e "teoria". Um aspecto que as distingue radicalmente são os juízos de valor lançados sobre os objetos com que elas vão trabalhar, vigorando com muita força as noções de "certo" e "errado" na doutrina.

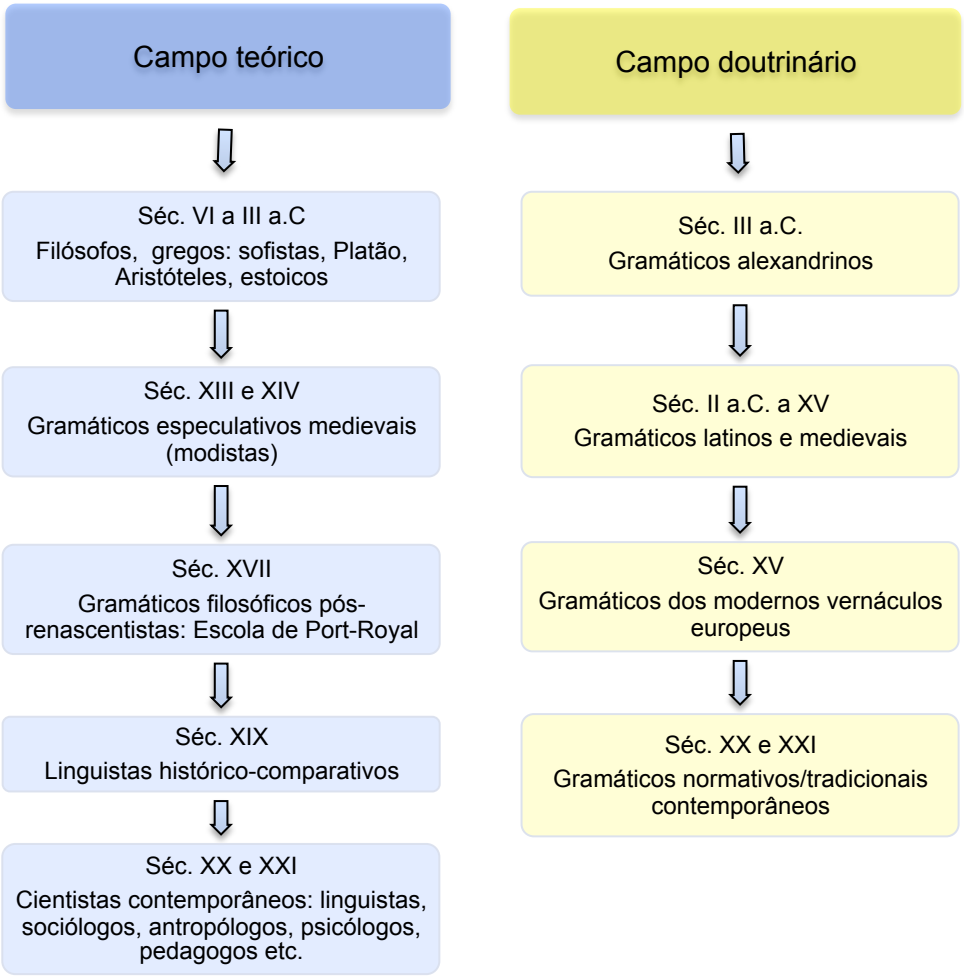
através de uma perspectiva crítica. Teria sua origem nos filósofos gregos (sofistas, Platão, Aristóteles e estoicos), aproximadamente seis séculos antes do início da era cristã, e sua continuidade nos gramáticos especulativos medievais, nos gramáticos filosóficos pós-renascentistas (especialmente os vinculados às escolas francesas de Port-Royal, a partir do século XVII), nos linguistas histórico-comparativos do século XIX e nos cientistas modernos dos séculos XX e XXI (não só linguistas, mas também psicólogos, sociólogos, antropólogos, biólogos etc.). O campo teórico seria, assim, o campo "da especulação filosófica, da postulação de hipóteses, da elaboração de princípios explicativos para os fenômenos linguísticos", sentencia Bagno (2009, p. 34).

Por sua vez, o campo doutrinário, ainda segundo este autor, teria surgido com os sábios alexandrinos no século III a.C., os quais teriam se apropriado das primeiras elaborações teóricas dos filósofos antigos na tentativa de descrição e prescrição do grego da literatura homérica, língua datada entre os séculos VI e V a.C.[18]. Nascia dessa prática a *doutrina gramatical tradicional*, um conjunto fechado de princípios, regras e leis que, como tais, foram sendo transmitidos intactos de uma geração a outra e obedecidos quase cegamente. O campo doutrinário seria, portanto, o espaço das supostas verdades incontestáveis sobre a língua, do ensino de uma terminologia e de conceitos imutáveis, da propagação de uma ideologia linguística baseada em noções arbitrárias de "certo" e de "errado". Essa atitude epistemológica perante a língua e a linguagem teria sido absorvida pelos gramáticos latinos durante o Império Romano e a Idade Média, fornecido todo o arcabouço taxionômico, conceitual, metodológico e ideológico para a elaboração das primeiras gramáticas das línguas modernas europeias no Renascimento, e perdurado até hoje, depois de mais de dois mil anos, por meio daqueles que se dedicam ao ensino de uma terminologia fixa e acrítica e à propagação da ideologia da língua "certa": os gramáticos tradicionais contemporâneos.

A Figura 2 pode esquematizar o ponto de vista de Franchi (1991) e Bagno (2009), o qual denomino de *perspectiva dos campos opostos*:

[18] Em geral, os estudiosos concordam que os poemas de Homero datam do século VIII a.C. (cf. AREÁN-GARCIA, 2008). Entretanto, muitos acreditam que esses textos desenvolveram-se gradualmente durante um longo período de tempo, tornando-se textos fixos apenas no século VI ou V a.C.

Figura 2 – Perspectiva dos campos opostos



Fonte: O autor, 2015.

Em geral, qualquer livro de história da linguística aborda esses momentos ou escolas de produção de conhecimento sobre a língua(gem), que estão arrolados na Figura 2 em dois desdobramentos autônomos – os campos teórico e doutrinário. Assim se portam, por exemplo, os aqui já citados Mounin (1970), Robins (1979) e Weedwood (2002). Entretanto, são as grandes idades históricas que costumam dar o norte do percurso historiográfico nessas obras. Ou seja, os estudos são reunidos sob os rótulos *Idade Antiga* (Antiguidade greco-romana), *Idade Média*, *Idade Moderna* (a partir do Renascimento) e *Idade Contemporânea* (a partir dos estudos histórico-comparativos do século XIX à linguística moderna do século XX), conforme pôde ser visualizado na Figura 1.

Dessa forma, os trabalhos dos representantes do "campo doutrinário", ainda que se deem a partir de noções de língua e gramática bem particulares, sigam princípios epistemológicos e metodológicos próprios e sejam motivados por finalidades específicas, são pulverizados na linha ininterrupta dos estudos linguísticos de acordo com seus respectivos

períodos históricos, o que faz com que a característica paradigmática dos trabalhos de perfil doutrinário, a despeito de ter atravessado milênios, se disperse nessa primeira divisão historiográfica. As diferenças cruciais ou de menor monta entre filósofos e teóricos da linguagem por um lado e filólogos e gramáticos prescritivo-normativos por outro acabam se diluindo no suposto fio de erudição que se desdobra continuamente ao longo da história. O resultado disso é, por exemplo, o filósofo grego Aristóteles e o gramático alexandrino Dionísio serem postos no mesmo patamar categorial (Antiguidade grega), embora seja enorme a fenda que os separa, se levarmos em conta os seus respectivos interesses pela linguagem e a suas respectivas reflexões, análises e produtos que daí resultaram.

Essa crítica que faço à perspectiva do desdobramento linear (Figura 1) não deve sugerir a convicção de que opor campo teórico e campo doutrinário (Figura 2) seja a melhor maneira de apresentar a história dos estudos gramaticais/linguísticos no Ocidente e, consequentemente, situar o nascimento do PTG e sua propagação ao longo de mais de dois mil anos de história. Isso porque esses campos distintos de estudos da linguagem apresentam frequentes sobreposições e interfaces, que vão desde sua gênese na Antiguidade grega até o momento em que vivemos hoje – o que inclui o contexto dos estudos linguístico-gramaticais brasileiros, que vêm se destacando pela produção de gramáticas sob uma perspectiva não doutrinária.

No que diz respeito ao mundo antigo, é sabido que o estágio cultural e motivacional dos gregos que lhes permitissem a criação de algo como uma gramática se deu somente no período helenístico (323-146 a.C.), ou seja, a partir do século III a.C., em um momento de desmoronamento dos padrões do grego clássico, considerado a língua pura, e da valorização de uma literatura grega pregressa, representada canonicamente pelos escritos de Homero, como já comentado. Porém, também se sabe que mora nos primórdios da filosofia grega, desde o século VI a.C., em especial na lógica e na dialética, o nascimento do pensamento sobre linguagem, língua e gramática. Isso acarreta um diálogo de partida entre as duas tendências referidas na Figura 2, a teórica e a doutrinária. Some-se a isso o fato de que, mesmo à época do Império Romano, ainda houve, segundo alguns estudos clássicos – a exemplo de Fortes (2012a) –, a influência direta da lógica estoica no desenvolvimento das obras de gramáticos latinos, como Quintiliano (séc. I) e Prisciano (séc. VI).

De relevância à caracterização do PTG, vejamos, portanto, um pouco mais de perto esse desaguar seminal da filosofia antiga na doutrina gramatical greco-romana, o que me autorizará a representar o nascimento da segunda como uma espécie de *ramificação* da primeira – ao invés da simples oposição entre elas (Figura 2). Reconheço que me reportarei ao

pensamento filosófico sobre linguagem e gramática sobretudo através de comentadores do tema, de modo que o debate não se estenderá a questões mais profundas sobre a relação entre filosofia e estudos da linguagem. Esse modo de abordar a questão, todavia, é suficiente para os propósitos desta tese.

2.1.3 Bases linguístico-filosóficas da doutrina gramatical: etimologia, analogia, partes do discurso e herança terminológica

Sabe-se que o desejo insaciável de indagação sobre a realidade circundante era próprio dos filósofos gregos. A filosofia abrangia todos os setores do conhecimento humano, inclusive o que concerne à linguagem. No entanto, autores que tratam do assunto, como Mounin (1970) e Robins (1979), costumam afirmar que não existe nenhuma evidência do interesse desses filósofos pelas línguas em si mesmas. Inicialmente, havia apenas uma motivação externa, decorrente quer do contato com povos de línguas diferentes e de divisões dialetais dentro da própria comunidade grega, quer da necessidade de se investigar a linguagem para responder a indagações lógico-filosóficas ou por interesses retóricos, de persuasão.

A historiografia linguística assegura que, se houve reflexões sobre a linguagem feitas pelos filósofos pré-socráticos, pelos primeiros retóricos (os sofistas) e por Sócrates, entre os séculos VI e V a.C., estas só podem ser recuperadas indiretamente, sobretudo por meio da obra de Platão. Além disso, se nos textos de Platão e Aristóteles, entre os séculos V e IV a.C., já podem ser encontradas observações sobre a linguagem, mais precisamente sobre a língua grega, tais observações não resultaram de uma preocupação linguística sistemática e independente, e aparecem esparsamente em suas respectivas obras. É só com os estoicos, no século III a.C., quando as questões linguísticas passam a ser tratadas em obras específicas e de maneira ordenada, que se dá o reconhecimento de um domínio separado de estudos linguísticos dentro do vasto campo da filosofia (ROBINS, 1979). Convictos de que a língua era a expressão do pensamento[19] e dos sentimentos, os discípulos de Zenão de Cítio, fundador do estoicismo, trataram da pronúncia, da etimologia e da gramática (classes de palavras e paradigmas flexionais), embora ainda não como um fim em si mesmo, mas sim a serviço de suas investigações filosóficas.

[19] A noção de língua/palavra/gramática como expressão do pensamento seria recorrente nas gramáticas normativas do século XX (cf. Capítulo 3).

Embora não vá aqui destrinchar a riqueza do pensamento dos filósofos gregos da Antiguidade sobre linguagem e gramática – o que me afastaria do foco deste capítulo –, me cabe fazer alguns considerações em defesa de que tais filósofos puseram as bases reflexivas que deram as diretrizes para as gramáticas alexandrinas, pioneiras de uma tradição milenar. Se é assim, os gramáticos alexandrinos são sucessores dos filósofos gregos; porém, motivados por finalidades práticas, operaram um desvio duradouro na vertente filosófica de reflexão sobre a linguagem. É suspeito afirmar, portanto, que eles inauguram uma nova linha de pensamento sobre a linguagem – o "campo doutrinário", no dizer de Bagno (2009).

Dentre tantos aspectos dessa herança filosófica que podem atestar a continuidade entre o pensamento filosófico sobre a linguagem e o trabalho filológico-gramatical no Ocidente antigo, destaco, em particular: (i) o interesse por reflexões linguísticas de alçada etimológica e morfológica (foco na palavra e nos seus paradigmas analógicos), que puderam dar legitimidade às posteriores atitudes e julgamentos de correção linguística; (ii) a elaboração de uma terminologia gramatical em expansão paulatina. Aos propósitos dessa argumentação, cabe uma síntese desses dois aspectos abordados pela filosofia clássica, que seriam retomados posteriormente pelos filólogos-gramáticos alexandrinos, fundadores do PTG.

Quanto ao aspecto (i), é comum se ler que os problemas de linguagem apresentados pelos filósofos gregos costumavam ser considerados em termos de "duas controvérsias" (cf. ROBINS, 1979; NEVES, 1987; WEEDWOOD, 2002), retomadas ao longo dos movimentos linguísticos vindouros.

A primeira controvérsia consiste no embate *natureza* [*phýsei*] *vs. convenção* [*nómōi*/*thései*][20], que pode ser resumido na seguinte questão: as palavras e os seus significados estão fundados em alguma afinidade natural ou são resultados de mera convenção? De Platão a Saussure – que, à semelhança de Aristóteles quando estabelece o convencionalismo dos nomes no texto *Da interpretação*, postulou o princípio da arbitrariedade do signo linguístico no *Curso de linguística geral* (1916) –, esse tema voltou à baila por diversas vezes, de modo que até hoje ainda está em aberto se a origem da linguagem remonta a processos naturalistas (em geral, onomatopaicos) ou convencionalistas. Essa controvérsia milenar foi importante por ter favorecido, como assegura Robins (1979), o desenvolvimento inicial de uma teoria sobre a linguagem e o exame mais detalhado da língua grega a partir de estudos etimológicos.

[20] Ambos os termos se referem ao caráter arbitrário da linguagem. Porém, *nómos/nómōi* era corrente entre os sofistas (séc. V-IV a.C.) e *thésis/thései*, entre filósofos de tempos posteriores (NEVES, 1987).

Para Neves (1987), na base da instituição da gramática está essa dicotomia filosófica, a partir da qual – de sua solução ou conciliação – seriam desenvolvidas as primeiras investigações gramaticais. Formas da então realidade linguística dos alexandrinos acabariam sendo avaliadas positivamente ou condenadas ao desprezo normativo, a depender da verificação e reconstrução de seus pares etimológicos. A controvérsia filosófica natureza vs. convenção, portanto, desempenhou importante papel na evolução da doutrina gramatical, pois chamou atenção para a forma e a função das palavras, provocando debates sobre regularidades e irregularidades linguísticas – o que já se relaciona à segunda controvérsia, que girava em torno do par *analogia vs. anomalia*.

Assim pode ser resumido o segundo embate linguístico-filosófico da Antiguidade: a língua grega seria constituída por regularidades (analogias) ou irregularidades (anomalias) de forma e sentido? Sabe-se que, ao longo da história da produção de obras gramaticais doutrinárias, os argumentos analógicos acabaram sendo usados para determinar a escolha da forma correta da palavra e reformular os frequentes paradigmas irregulares do grego e, posteriormente, do latim. Esse raciocínio se encontra até hoje nas gramáticas tradicionais do português, como atestam as prescrições de Bechara (2009) acerca de certos verbos que "devem" ser conjugados, por analogia, de acordo com a conjugação dos verbos dos quais derivam, não obstante alguns usos anômalos/irregulares irem na contramão das formas analógicas prescritas. Por exemplo:

> *Rever* é conjugado como *ver*; por isso está errada a flexão em: A aluna *reveu* (em vez de *reviu*) a prova. *Antever* é conjugado como *ver* e, por isso, enganou-se o nosso Casimiro de Abreu ao escrever: "Quem antevera (com *e*) que dum povo a ruína / Pelo seu próprio rei cavada fosse?" [...]
>
> *Deter*, derivado de *ter*, conjuga-se como este. Logo está errada a frase: O policial *deteu* (por *deteve*!) o criminoso. (BECHARA, 2009, p. 248-249).

Vê-se que a postura prescritiva que ainda carregamos se ancora, de certa forma, nas primeiras reflexões filosóficas sobre a linguagem, transformando um posicionamento teórico em dispositivo de reconstrução de formas "corretas" de língua. A importância da analogia para a gênese da gramática é assim colocada por Neves (1987, p. 97):

> Os anomalistas não fundam a gramática. Ela se forma com a codificação dos fatos que ilustravam as analogias na língua. Surge ela como a explicitação dos fatos explicáveis sobre os princípios analógicos, fatos daquela língua que a atividade crítica filológica instituía como padrão, isto é, o grego. Baseado na associação, na concordância de dois casos, o princípio da analogia busca uma quarta proporcional nas formas linguísticas. Para sua aplicação, a crítica homérica oferecia especial condição: a existência de manuscritos de formas desiguais levava à procura de um critério para uniformização, com a consequente segregação do que se considerava incorreto. Procura-se uma simetria situada na relação dos elementos linguísticos

> entre si, não mais na relação entre lógica e gramática, como ocorria nas pesquisas dos estoicos.

Isso não significa que os primeiros analogistas rejeitavam as anomalias presentes na linguagem dos autores clássicos gregos e latinos. Ainda que algumas fossem corrigidas, é justo dizer que as formas irregulares tendiam a serem aceitas como existiam, o que revela postura menos autoritária de que a de alguns gramáticos modernos, envoltos no ranço prescritivista não raro descabido. Nesse sentido, por exemplo, Varrão, gramático latino do século I a.C., no livro VIII de sua *De Grammatica Latina*, sabiamente já alertava que

> se a analogia deve ser seguida por nós, deve ser observada a analogia que está no uso comum ou a que não está. Se seguirmos a que está presente no uso, não há necessidade de preceitos, porque, quando seguimos o uso, a analogia nos seguirá; se seguirmos a analogia que não está no uso, perguntamos: quando alguém tiver criado duas palavras em quatro formas de maneira semelhante, ainda que não queiramos isso, contudo deverão ser seguidas [...] Se alguém preservasse essas analogias, deveria ser repreendido como louco. Logo, essa espécie de analogia não deve ser seguida. (VARRÃO, Livro VIII, § XVII. 33, séc. I a.C., p. 35-36)[21]

No que versa o aspecto (ii) – a herança terminológica da filosofia grega –, me centro nas *partes do discurso* [*mere lógos*[22]] e nas categorias afins que foram configuradas e desenvolvidas pelos filósofos clássicos. Embora se preocupassem com o discurso em bloco, objeto da retórica, e com os modos de embelezá-lo e aprimorá-lo, os sofistas não fizeram qualquer distinção do *lógos* em sua organização, nem se interessaram na análise componencial da frase, na consideração de suas partes constitutivas, muito menos na relação entre elas (NEVES, 1987). Quem primeiro caminhou nesse sentido foi Platão, no século V a.C., saindo do uso retórico (palavra enquanto instrumento de persuasão) e passando ao uso dialético do discurso (palavra enquanto representação da verdade). Ao investigar a relação entre a linguagem verbal e as coisas, esse filósofo dividiu a frase em dois componentes, um nominal – *ónoma* – e outro verbal – *rhêma*, par que se tornaria a distinção gramatical primária, subjacente à análise sintática e à classificação de palavras de toda descrição

[21] Os livros VIII, IX e X de *De lingua latina*, de Varrão, são citados nesta tese a partir da tradução existente em Valenza (2010, p. 20-153).

[22] *Meros* (do grego) equivale a 'parte'; *mere* é o seu plural (ROBINS, 1979). Já o significado de *lógos* [λσγος] é ambíguo na contemporaneidade: remete a uma gama de significados na tradição helênica, impossibilitados de serem reunidos em um único termo nos nossos dias (CHAPANSKI, 2003). Pode ser considerado *conversação*, *texto*, *prosa*, *proposição*, *enunciado*, *sentença*, *razão*, *pensamento* e, como os classicistas costumam traduzir em se tratando do contexto acima, *discurso*. Posteriormente, seria traduzido como *oratio* (oração) pelos romanos, no sentido de *arranjo harmonioso de palavras que resulta num enunciado de sentido completo* (FORTES, 2012a). Assim, na tradição gramatical contemporânea, o termo 'classes de palavras' equivale a 'partes do discurso' (gregos) e 'partes da oração' (latinos). Chapanski (2003), na tradução que faz da *Tékhnē* de Dionísio, prefere traduzir *lógos* por 'frase', pois seria este o termo que menos comprometeria a tradução. Para uma análise do *lógos* na dialética platônica, aristotélica e estoica, cf. Dezotti (2011).

linguística subsequente[23]. Pelo caráter seminal das reflexões de Platão sobre o *lógos* grego, é válido trazer a passagem em que se encontra a primeira divisão das partes do discurso na história da gramatização ocidental, a qual vem registrada no *Sofista*, diálogo platônico do século V a.C., entre o matemático Teeteto e o Estrangeiro, aqui citado como Platão (1972). Devo dizer que a divisão que o Estrangeiro propõe do *lógos* consiste, na verdade, em um caminho para a reflexão sobre a qualidade verdadeira ou falsa do discurso e, consequentemente, do pensamento, sendo aquele visto como expressão vocal deste:

> ESTRANGEIRO: [...] Possuímos, na verdade, para exprimir vocalmente o ser, dois gêneros de sinais.
> TEETETO: Quais?
> ESTRANGEIRO: Os nomes [*ónoma*] e os verbos [*rhêma*], como os chamamos.
> TEETETO: Explica tua distinção.
> ESTRANGEIRO: O que exprime as ações, nós chamamos verbo.
> TEETETO: Sim.
> ESTRANGEIRO: Quanto aos sujeitos que executam essas ações, o sinal vocal que a eles se aplica é um nome.
> TEETETO: Perfeitamente.
> ESTRANGEIRO: Nomes apenas, enunciados de princípio a fim, jamais formam um discurso [lógos], assim como verbos enunciados sem o acompanhamento de algum nome. [...] Por exemplo, *anda*, *corre*, *dorme*, e todos os demais verbos que significam ação; mesmo dizendo-os todos, uns após outros, nem por isso formam um discurso.
> TEETETO: Naturalmente.
> ESTRANGEIRO: E se dissermos ainda: *leão*, *cervo*, *cavalo*, e todos os demais nomes que denominam sujeitos executando ações, há ainda aqui, uma série da qual jamais resultou discurso algum; pois, nem nesta, nem na precedente, os sons proferidos indicam nem ação, nem inação, nem o ser, de um ser, ou de um não-ser, pois não unimos verbos aos nomes. Somente unidos haverá o acordo e, desta primeira combinação nasce o discurso que será o primeiro e mais breve de todos os discursos. (PLATÃO, 1972, p. 195-196)

A literatura é farta no que tange a claros e pormenorizados percursos historiográficos da construção da terminologia gramatical a partir da Antiguidade grega, haja vista, por exemplo, os trabalhos de Neves (1987) e Robins (1979). Segundo este último, na categoria *rhêma* de Platão, estavam presentes também os adjetivos e as cópulas, pois *rhêma* era entendido como portador de uma referência temporal e como representante do predicado. Por sua vez, Aristóteles, para quem só através do exame da linguagem a "realidade" poderia ser examinada, retoma e redefine a dicotomia *ónoma/rhêma*, acrescentando ao par platônico uma terceira classe – *sýndesmos*[24] –, que compreendia a conjunção, o artigo, o pronome e,

[23] Curioso saber que o gramático indiano Panini, também por volta do século V a.C., mas independentemente de Platão, chegou a essa mesma divisão em sua gramática sânscrita, o que posteriormente seria argumento para a defesa de que esta divisão componencial primária, registrada na linguística moderna de diferentes formas – verbo/nome, sujeito/predicado, tópico/comentário, dado/novo – equivaleria a um princípio universal da linguagem humana.
[24] *Sýndesmoi*, no plural.

provavelmente, a preposição, partes cujo uso "interessava mais ao discurso como arte do que à oração logicamente constituída" (NEVES, 1987, p. 135).

De acordo com Barros & Bittencourt (2006), Aristóteles, no capítulo 20 da *Poética*, arrola as seguintes oito partes do discurso: som [*stoicheion*], sílaba [*syllabe*], conectivo [*sýndesmos*], artigo [*árthron*], nome [*ónoma*], verbo [*rhêma*], caso [*ptosis*] e oração/frase/texto [*lógos*]. Todavia, diversos exegetas afirmam que tal capítulo sofreu sérias mutilações, de modo que colocam em dúvida sua autenticidade, o que talvez explique por que na historiografia linguística não se costuma atribuir ao sábio de Estagira a distinção entre algumas partes do discurso, como *sýndesmos* e *árthron* – a tradição vai dizer que isso acontece apenas com os estoicos (cf. ROBINS, 1979). Some-se a isso o fato de o termo *árthron*, que literalmente significa 'articulação' ou 'juntura', designar na *Poética* certos vocábulos relacionais ou anafóricos do grego, e não propriamente o que se conhece na atualidade pelo termo 'artigo'.

Ainda no campo da filosofia, mas agora tendo a colonização linguística como motivação, os estoicos também obtiveram bons avanços no terreno gramatical. Sua influência sobre a doutrina gramatical que seria elaborada pelos alexandrinos é certa, ainda que não facilmente particularizada, dada a ausência de fontes diretas (DEZOTTI, 2011). A helenização do mundo antigo, provocada pelo já então domínio macedônio a partir do século IV, fez com que o grego se tornasse a língua da cultura, da política e da administração do Império e que os povos conquistados tivessem a necessidade de aprender essa língua (CORRÊA, 2010). Com tal propósito, os estoicos deram continuidade às considerações categoriais e terminológicas desenvolvidas por Platão e Aristóteles, subdividindo progressivamente as partes do discurso até então existentes e introduzindo definições mais precisas, além de outras categorias gramaticais.

As principais contribuições dos estoicos aos gramáticos de épocas posteriores, resumidas a partir de Robins (1979), são as seguintes: a) dividiram a classe do *sýndesmos* em duas, a dos elementos variáveis – pronome e artigo [*árthron*] – e a dos elementos invariáveis – preposição e conjunção [*sýndesmos*]; b) destinaram a classe do *ónoma* exclusivamente aos nomes próprios, ao passo que colocaram os nomes comuns numa outra classe, a do *prossegoría*; c) deram aos advérbios uma classe exclusiva – *mesótes* (em sentido literal, "o que está no meio", sendo substituído posteriormente por *epírrhema* pelo alexandrinos)[25]; d) criaram as categorias de caso, tempo e aspecto.

[25] Em se tratando das classes de palavras, parece ter havido sempre a postulação de uma categoria em que "tudo cabe": o *rhêma* (verbo) platônico, o *sýndesmos* (conjunção) aristotélico, o *mesótes* estoico e o *epírrhema*

Embora sejam evidentes as fragilidades dessas divisões rudimentares das partes do discurso elaboradas por Platão, Aristóteles e pelos estoicos, e ainda que as motivações para tais reflexões estejam no escopo da lógica clássica, é inegável que elas deram o primeiro passo na criação de uma metalinguagem técnica para a descrição e análise do grego, extraída dos recursos lexicais de uma língua que até então não tinha sido utilizada com este fim. Além disso, de acordo com Bassetto (2004), esses filósofos forneceram a fundamentação lógica e terminológica para a fixação teórica dos casos nas declinações e dos aspectos nas formas verbais, e para as relações entre as frases que compõem um período complexo. Isso explica que grande número de termos filosóficos tenha sido tomado pelos gramáticos gregos e latinos para aplicá-los em suas definições e descrições. São exemplos as noções fundamentais de sujeito (*uJpokeivmenon*) e predicado (*kathgovrhma*), ainda hoje úteis não só ao paradigma tradicional de gramatização, como também à linguística contemporânea.

Nesse sentido, destacam-se as *Categorias* de Aristóteles, texto do século IV a.C., aqui citado como Aristóteles (2010). Ao propor classificar e analisar os tipos de predicado ou gêneros do ser, esse texto forneceu subsídios particularmente valiosos para as bases epistemológicas do pensamento ocidental e, consequentemente, para os estudos gramaticais. Apresenta uma preocupação com a natureza das palavras, fundando categorias, a partir de propriedades aparentemente naturais. Essas "categorias de pensamento", também chamadas de "categorias aristotélicas", são em número de dez: *substância*, *quantidade*, *qualidade*, *relação*, *lugar*, *tempo*, *estado/posição*, *posse*, *atividade*, *passividade*. Elas marcaram profundamente a construção das categorias gramaticais no Ocidente, vide por exemplo as noções de substantivo, tempo verbal, voz ativa e passiva, comparativo, relativo, entre tantas outras que refletem esse texto filosófico seminal. Aristóteles (2010) também versa sobre sinônimos, parônimos e homônimos, predicação, verdade e falsidade das sentenças, gênero e espécie, grau, quantidades discretas e contínuas, entre outras categorias que seriam retomadas pelos gramáticos alexandrinos e seus sucessores para a descrição das partes da gramática de uma língua. Por exemplo, na classe dos *nomes*, encontram-se as categorias de gênero (masculino, feminino e neutro), tipo (primitivo e derivado), forma (simples e composta), número (singular, dual e plural), caso (nominativo, vocativo, acusativo, genitivo e dativo); por sua vez, na classe dos *verbos*, aparecem as categorias de modo, voz, tipo, forma, número, pessoa, tempo e conjugação. É importante também dizer que esse arcabouço descritivo

---

alexandrino, estes dois últimos, nosso atual advérbio, servindo até hoje de coringa para uma porção de palavras de forma e função bem distintas (*sim*, *não*, *muito*, *atualmente* etc.).

aristotélico, presente até hoje nas gramáticas tradicionais, transcende o PTG, pois sua utilização também faz parte das descrições linguísticas contemporâneas.

2.1.4 Da teoria à doutrina e vice-versa: ramificação e mútuas influências

Meu objetivo com esse breve – portanto, redutor – retrospecto das famosas controvérsias gregas e do desenvolvimento da terminologia gramatical empreendido pelos primeiros filósofos foi mostrar que, embora os alexandrinos sejam considerados os primeiros gramáticos do Ocidente e os precursores do PTG, Dionísio e seus colegas beberam nos estudos linguísticos dos precursores daquilo que Bagno (2009) chama "campo teórico" – em particular na filosofia clássica grega –, para criar um modo inédito de se estudar a linguagem, então sinônimo de grego homérico. Foi esse modo que chegou posteriormente aos gramáticos latinos e, através deles, aos gramáticos medievais e renascentistas, sendo estes últimos os responsáveis por nossa "colonização gramatical".

Portanto, os gramáticos alexandrinos, em certo sentido, deram continuidade à tradição filosófica de se pensar a linguagem, ainda que partam de outros objetivos e concepções epistemológicas distintas, a ponto de inaugurar um novo ramo de reflexão linguística, responsável pela gramatização das línguas de cultura do mundo antigo, medieval e moderno e, portanto, pela produção de obras gramaticais, por todo esse tempo, à luz desse paradigma de gramatização. O aparato gramatical alexandrino para se analisar a língua grega foi retomado e difundido ao longo de mais de dois milênios pelos gramáticos latinos, medievais, renascentistas, modernos e contemporâneos, tornando-se parte do instrumental teórico com que trabalha a Linguística de nosso tempo. Nesse sentido, Borges Neto (2013) argumenta que as teorias linguísticas contemporâneas só conseguem observar os fenômenos linguísticos filtrados pela gramática tradicional, incorporando inconscientemente os resultados por ela consolidados nas suas próprias formulações teóricas. Na terminologia deste autor, a Linguística não teoriza sobre um "objeto observacional" (conjunto de fenômenos que uma teoria recorta para si), mas sim sobre o "objeto teórico" já constituído da gramática tradicional. Ou seja, a Linguística naturaliza os objetos teóricos da gramática tradicional e os protocolariza, confundindo-os com a própria realidade. Os linguistas não descartam certos conceitos e terminologia que remetem originalmente ao PTG porque objetivamente eles "existem". Por mais críticos que sejam ao paradigma tradicional, não negam que em uma língua haja verbos, afixos, sujeitos, gêneros, entre outras categorias assumidas tacitamente, que acabam por naturalizar a tradição gramatical, colocando-a num estatuto ateórico.

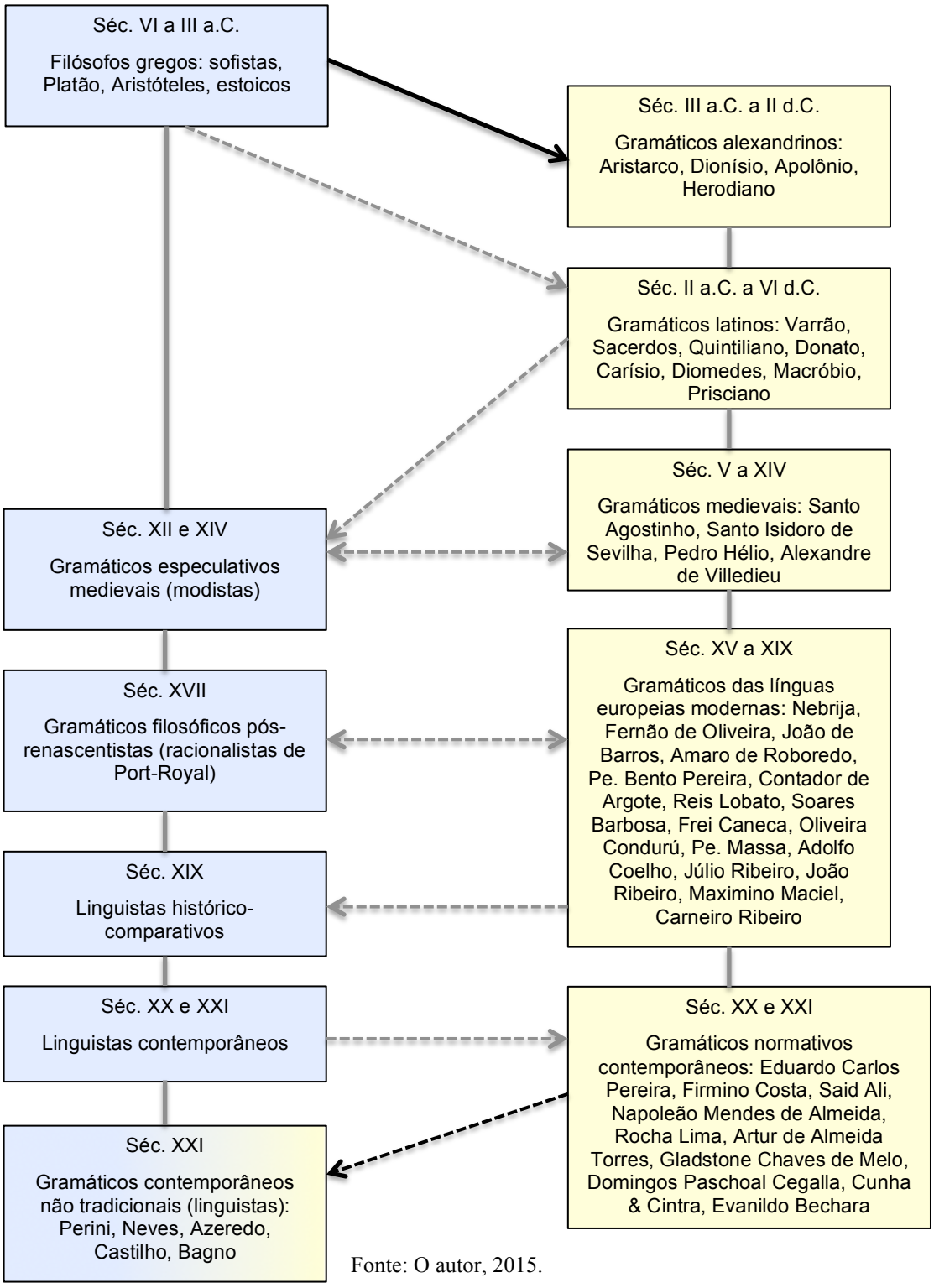
Levando a reflexão de Borges Neto para tempos aquém do nosso, argumento que essa utilização do arcabouço da gramática tradicional como uma espécie de construto ateórico suposto por todos não é de hoje: remonta também, por exemplo, aos comparativistas do século XIX, aos racionalistas do século XVIII e aos especulativos da Idade Média, embora possam estar situados num espaço não doutrinário e trabalhar movidos por propósitos generalistas, de alcance filosófico-científico. Aristóteles (2010) já afirmava que as "coisas que são ditas" não correspondem exatamente às "coisas que existem"; nesse sentido, os estudos linguísticos ao longo de todo esse tempo parecem não ter se dado conta que as "coisas ditas" pela gramática tradicional não são reflexos das "coisas existentes", pois analisam seus dados levando em consideração o aporte descritivo – e teórico – da doutrina.

Como exemplo, veja-se o caso dos estudos gramaticais especulativos, produzidos entre os séculos XII e XIV pelos *modistas*, assim chamados por terem escrito sobre o modo de significação [*modus significandi*] das coisas. De acordo com esses sábios medievais, situados no "campo teórico" dos estudos linguísticos, a palavra representa a coisa como existente de um determinado modo (uma substância, uma ação, uma qualidade etc.) e o faz assumindo as formas de uma "parte do discurso" específica. A gramática, então, seria uma teoria filosófica de base platônica das partes do discurso e de seus modos de significação, uma teoria que servisse de classificação do modo possível de acesso às coisas (BASTOS & MATTOS, 1992). Portanto, embora tivessem ido além da mera descrição e prescrição do latim, tentando estabelecer uma teoria geral da linguagem independentemente das amarras descritivas da língua latina (inclusive consideravam inadequadas muitas das descrições de Varrão e Prisciano, expoentes da gramática latina) e especulando, em certo sentido, sobre o problema dos universais linguísticos (razões pelas quais estão situados no "campo teórico" dos estudos linguísticos), os modistas valem-se do inventário categorial e conceitual das partes do discurso apresentadas pelo alexandrino Dionísio (campo doutrinário) – o qual, por seu turno, já apresentava forte influência do pensamento aristotélico (campo teórico).

Portanto, da filosofia da Antiguidade à Linguística contemporânea, há movimentos de idas e vindas entre autores e escolas de tendências filosófico-teóricas e filológico-doutrinárias, o que faz com que possamos duvidar de qualquer sistematização dos estudos linguísticos que não explicita esse diálogo constitutivo entre esses dois campos. Essas duas tendências, se não portam os mesmos autores, escolas, objetos e objetivos, também não estão sempre diamétrica e dicotomicamente situadas: ao longo da história dos estudos linguísticos, ambas mantiveram e mantêm relações dialógicas de incorporação ou conflito, o que, se não invalida, ao menos reavalia as duas posições aqui expostas – a do desdobramento linear (MOUNIN, 1970;

ROBINS, 1979; WEEDWOOD, 2002; SANTIAGO-ALMEIDA, 2003) e a dos campos opostos (FRANCHI, 1991; BAGNO, 2009). Assim, ventilo uma terceira via de interpretação do posicionamento da doutrina gramatical tradicional dentro do percurso historiográfico dos estudos linguísticos, que pode ser denominada *perspectiva da ramificação e influências mútuas entre os campos teórico e doutrinário*:

Figura 3 – Perspectiva da ramificação e influências mútuas entre os campos teórico e doutrinário



Fonte: O autor, 2015.

A Figura 3 ilustra algumas questões interessantes, que justificam o nome do modelo – da "ramificação" e "influências mútuas". Em primeiro lugar, a seta superior preta, indo da esquerda à direita, representa a ramificação que funda o PTG, ou seja, contempla o lastro da filosofia grega no qual esse paradigma até hoje, em termos, se baseia. Há de se convir que a gramática alexandrina, a despeito de herdar os temas e a terminologia da filosofia que lhe é pregressa, ressignificando-os, não se vincula a nenhuma corrente filosófica nem se compromete com os mesmos objetivos desta, inaugurando, portanto, um novo "campo" de saber, uma nova disciplina.

Ponto de vista semelhante é partilhado por Neves (2012). Em texto recente em que trata, além de outras questões, da história da gramática, a autora argumenta que o conjunto de princípios que organiza a gramática alexandrina – e suas sucessoras ocidentais, dentre as quais, naturalmente, as gramáticas do português – utiliza o edifício de conhecimento sobre a linguagem que a lógica grega construiu, mas elabora uma "arte", uma "técnica" a serviço da prática, do desempenho, do esforço coletivo de fixação dos padrões de uma determinada língua de inserção histórica e de tradição, então ameaçada de dissolução, a saber, o grego clássico (o grego homérico). Para isso nasceu a gramática. Por isso nasceu a gramática.

Os alexandrinos operam, pois, uma ramificação no pensamento filosófico grego, ao tomá-lo para outros fins. Criam o PTG, cuja continuidade e sucesso, ao longo da história dos estudos linguísticos, está representada pelas sucessivas caixas amarelas à direita, na Figura 3. Essas caixas registram mais de dois mil anos de produção de gramáticas: vão desde os gramáticos alexandrinos aos gramáticos normativos contemporâneos, exemplificados por alguns célebres autores de instrumentos gramaticais ideologicamente comprometidos com o referido paradigma.

Em segundo lugar, as múltiplas setas cinzas contemplam o diálogo entre as abordagens de tendência filosófica, teórica ou científica, e a abordagem voltada para questões da ordem do filológico e do normativo. Ciente de que não esgotei os exemplos desse diálogo constitutivo, lembro que alguns gramáticos latinos renascentistas, como o jesuíta português Pe. Manuel Álvares na sua *Gramática Latina* (1572), tentaram conciliar o *usus* e o *ratio*, ou seja, o empírico do labor filológico da tradição gramatical e as teorias filosófico-racionalistas da Idade Média, representadas pelos gramáticos especulativos (CARDOSO, 1995). Em contrapartida, algumas gramáticas normativas de línguas europeias modernas, ainda que sejam produtos exemplares do PTG, se basearam na lógica racionalista de Port-Royal, que tinha por pressuposto a correspondência biunívoca entre pensamento e linguagem, isto é, a crença de que a língua não é nada mais nada menos que a representação do pensamento

humano. Por consequência, como o pensamento é prerrogativa da espécie humana, deveriam intervir os mesmos elementos na constituição de todas as línguas (BASTOS & MATTOS, 1992). No contexto luso-brasileiro, veja-se, por exemplo, a gramática de Soares Barbosa (1822), cujo título – *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* – já sugere a influência lógico-racionalista na tradição gramatical prescritivista. A propósito, é curioso notar que, mesmo no século XX, aparecem, na nossa tradição gramatical, certas definições que desvelam uma perspectiva mentalista de se conceituar e categorizar os fatos de linguagem, a exemplo da costumeira definição de *oração* como "reunião de palavras ou a palavra com que manifestamos aos nossos semelhantes, de maneira completa, um pensamento" (ALMEIDA, 1988, p. 407).

Em terceiro lugar, há de se notar também que, por outro lado, reflexões em torno das línguas enquanto construções variáveis e históricas, suscetíveis a mudanças com o tempo e sujeitas a variações de acordo com situações de uso já estavam presentes na tradição gramatical ocidental desde os seus primórdios. No mundo latino, um bom exemplo é a elaboração, no âmbito da retórica romana, do conceito de *Latinitas*[26] e sua explícita apropriação nas obras de gramáticos latinos como Varrão (séc. I a.C.) e Donato (séc. IV d.C.). De acordo com Fortes (2012b), esses gramáticos entendiam *Latinitas* como um modelo identitário romano que se dava pelo viés da língua correta, adequada e destituída de "vícios". Uma espécie de *latinidade linguística pura, original e ideal*, que estaria presente nos textos da tradição poética romana e na linguagem dos cidadãos romanos cultos. Esse importante conceito na constituição da gramática greco-romana (*Latinitas* é decalque do grego *Hellenismós*) ajuda a justificar a produção de uma "norma-padrão" para determinados usos da linguagem, norma que é vista em oposição não só às línguas estrangeiras, mas também aos diferentes usos do latim vulgar[27], o que evidencia o reconhecimento da heterogeneidade linguística nos textos antigos de metalinguagem gramatical – ainda que pese sua não aceitação. Afinal, a elaboração de uma norma acarreta o reconhecimento tácito ou explícito de que a língua não é uniforme, mas variável, sendo que uma dessas variedades, própria dos romanos antigos, possui a propriedade da *Latinitas*. Batista (2009) também afirma que a posição dos antigos quanto às modificações naturais sofridas pela língua não fora sempre retrógrada e conservadora. Segundo a autora, na obra de Quintiliano (séc. I d.C.), por

[26] Traduzo o termo 'Latinitas' por 'latinidade' ou 'romanidade'.
[27] Os romanistas afirmam que o latim vulgar não era homogêneo, pois variava diacrônica (teve um longo período de vida, aproximadamente do século III a.C. ao IX d.C., época em que se diferenciaram as línguas românicas), diatópica (se espraiou por toda a extensão do Império Romano) e diastraticamente (acabou penetrando nas classes sociais mais altas) (BOFF, 2010).

exemplo, a percepção de que a língua é um fenômeno dinâmico e adaptável às diferentes circunstâncias é fundamental para que haja a seleção dos critérios de definição de língua de que se deve valer um orador. Na figura 3, as setas cinzas que partem da esquerda à direita ilustram essa consciência linguística no interior do campo doutrinário.

Por último, mas não menos importante, ainda na Figura 3, a gradiência de cores (azul-amarelo) da última caixa à esquerda (a caixa dos linguistas-gramáticos contemporâneos não tradicionais), associada à seta tracejada preta da direita à esquerda, remetem às linhas de continuidade entre as GBCP e o PTG, o que não invalida de todo a noção de ruptura paradigmática, como será discutido ainda neste capítulo. A despeito das concretas mudanças no fazer gramatical brasileiro empreendidas por esses novos instrumentos linguísticos, é inquestionável o diálogo que eles estabelecem com os instrumentos oriundos do PTG, quer por se apoiar num lastro conceitual e terminológico em comum, quer por combatê-lo (cf. Capítulo 4).

Nas próximas seções (1.2 a 1.4), discutirei as principais características e os fatos mais importantes decorrentes desse movimento de ramificação dos alexandrinos, responsável por instaurar o PTG no âmago das sociedades ocidentais de cultura escrita. Apoio-me em algumas obras gramaticais antigas, medievais e renascentistas, bem como em pesquisas sobre textos da tradição gramatical greco-romana, os quais, nas duas últimas décadas, parecem receber uma atenção maior dos linguistas e filólogos nacionais e internacionais (FORTES, 2010), vide exemplos de trabalhos produzidos sob a batuta da *História das Ideias Linguísticas* e da *Historiografia Linguística*, áreas de bastante produtividade no Brasil (cf. Introdução, seção 1.7.3). São muitos, portanto, os textos que se debruçam sobre instrumentos linguísticos do passado, capazes de revelar interessantes percursos de formulações metalinguísticas da doutrina gramatical. Esses antigos instrumentos de gramatização e os resultados dessas pesquisas foram analisados e interpretados de acordo com o objetivo principal deste capítulo da tese: construir a noção de paradigma tradicional de gramatização.

2.2 **O legado alexandrino da doutrina gramatical**

Na seção anterior, mostrei que a filosofia, em seu sentido mais amplo, foi o berço dos estudos linguístico-gramaticais na Grécia antiga, sejam motivados pela atividade retórica que remonta aos sofistas, sejam vinculados à lógica clássica de Platão e Aristóteles. Nesta seção, mostrarei que foi com os alexandrinos – sendo Dionísio Trácio o de maior alcance entre nós – que se instituiu o campo doutrinário em se tratando de reflexões sobre a linguagem humana,

limitando-se ao contexto da literatura clássica grega e da língua e do estilo de poetas e prosadores renomados, considerados os donos da língua correta, do bem falar e escrever. Isso acabou por constituir uma tradição milenar no Ocidente (o PTG), responsável por nortear as concepções envolvidas no pensamento e na prática gramatical desde então.

Assim, os instrumentos de gramatização no decorrer do tempo foram repetindo a ideologia de que a melhor língua é a dos literatos do passado, a qual deve ser por elas prescrita e pelos seus usuários seguida. De lá para cá, a ideologia da correção linguística esteve presente em todas as obras gramaticais vinculadas ao PTG. Ilustram isso as seguintes definições de gramática extraídas de diferentes obras gramaticais do português inseridas nessa tradição, ainda que se encontrem espacial e temporalmente bem distantes da Alexandria dionisíaca (atenção aos *grifos nossos* nas definições):

Quadro 6 – Definições de gramática em diferentes instrumentos de gramatização do português

Ano	Obra	Autor	Definição
1536	*Grammatica da linguagem portuguesa*	Fernão de Oliveira	Arte que ensina a bem ler e falar.
1540	*Grammatica da lingua portuguesa*	João de Barros	Um modo certo e justo de falar e escrever, colhido do uso e autoridade dos barões doutos.
1770	*Arte da grammatica da lingua portugueza*	Antônio José dos Reis Lobato	Arte que ensina a fazer sem erros a oração portuguesa.
1817 - 1819	*Breve Compendio da Grammatica Portugueza*	Frei Joaquim do Amor Divino e Caneca	Arte que ensina a falar, ler e escrever corretamente a língua portuguesa.
1822	*Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*	Jerônimo Soares Barbosa	Arte de falar e escrever corretamente a própria língua.
1868	*Gramática Nacional*	Vicente R. da Costa Soares	Arte de exprimir nossos pensamentos d'uma maneira conforme as regras estabelecidas pela razão e pelo bom uso.
1888	*Gramática Analítica da Língua Portuguesa*	José de Noronha N. Massa	Arte que nos ensina as regras adaptadas à perfeição da dicção de qualquer língua, quer escrita, quer falada.
1888	*Grammatica Portugueza – Curso Médio*	João Ribeiro	Conjunto das regras segundo as quais se fala ou escreve corretamente a língua.
1890	*Serões Grammaticaes*	Ernesto Carneiro Ribeiro	Disciplina ou arte de ler, falar e escrever corretamente a língua portuguesa.
1907	*Gramática Expositiva*	Eduardo Carlos Pereira	Estudo das regras para se falar e escrever corretamente a língua portuguesa.
1923	*Gramática Elementar da Língua Portuguesa*	M. Said Ali	Exposição metódica das regras que ensinam a falar e a escrever corretamente.
1937	*Gramática Expositiva*	Mário Pereira de Souza Lima	Exposição dos fatos atuais da língua literária portuguesa e das regras embasadas na velha arte de falar e escrever corretamente.
1957	*Gramática Normativa da Língua Portuguesa*	Carlos Henrique da Rocha Lima	Disciplina, didática por excelência, que tem por finalidade codificar o uso idiomático, dele induzindo, por classificação e sistematização, as normas que, em determinada época, representam o ideal de expressão correta.

Fonte: O autor, 2015.

Naturalmente, na esteira de Dionísio, o material de apoio das prescrições de todas essas gramáticas também era a literatura pregressa da língua, o que ajuda na sustentação da tese do PTG. As gramáticas normativas da contemporaneidade podem até se isentar de definir o que entendem por gramática, haja vista essa concepção arrolada nas definições acima atravessar o senso linguístico comum dos usuários ao longo de quase cinco séculos de gramatização do português. Todavia, esses autores não deixam de explicitar que a correção linguística reside na tradição literária, como registram a *Gramática de base*, de Celso F. Cunha (1979, p. 7), e, quase trinta anos depois, sua *Nova gramática do português contemporâneo* (2008, p. xxiv)[28], que dizem apresentar a língua portuguesa culta "como a têm utilizado os escritores portugueses, brasileiros e africanos do Romantismo para cá". Convém, portanto, me debruçar sobre como surgiu essa ideologia da língua literária do passado como modelo de correção gramatical.

2.2.1 Filologia e gramática na Alexandria antiga

A Alexandria do período helenístico foi o cenário da ramificação doutrinária nos estudos linguísticos, que daria origem à constituição da primeira *norma-padrão*[29] da história ocidental – a norma do grego clássico. É denominado "período helenístico" a história da Grécia e de parte do Oriente Médio compreendida entre a morte do imperador macedônico Alexandre Magno (Alexandre, o Grande), em 323 a.C., e a anexação da península e das ilhas gregas por Roma, em 146 a.C., marco do início do Império Romano. Esse período costuma ser caracterizado pela difusão da civilização grega numa vasta área que se estendia do norte da África até as costas da Índia. De modo geral, o helenismo foi a concretização de um ideal de Alexandre: o de levar e difundir a língua e cultura grega aos territórios que conquistava. Nesse âmbito, pode ser associado à analogia e à criação da gramática:

> [...] o helenismo é a concretização da analogia linguística. Empregar a linguagem helênica é pôr em prática a analogia linguística. O problema da analogia em si e por si é lógico, mas a analogia, passando para o terreno linguístico como tal, concretiza-se no padrão que representa o helenismo e chega a significar a própria língua grega. A exposição dos fatos dessa língua é, afinal, a *gramática*. (NEVES, 1987, p. 99)

Foi nesse período (por volta do séc. III a.C.) que as áreas particulares do conhecimento humano tiveram seu primeiro e grande desenvolvimento, o que não teria sido

[28] Em parceria com Lindley Cintra.
[29] O conceito de norma-padrão (FARACO, 2008), articulado ao contexto brasileiro dos séculos XIX e XX, será desenvolvido no Capítulo 3 (seção 3.5), quando da abordagem da tradição gramatical luso-brasileira do português.

diferente para os estudos gramaticais do grego. Sabe-se que a língua grega faz parte da família das línguas indo-europeias, que inclui, dentre outras, as principais línguas da Europa, do Irã, do norte da Índia e da Ásia Central. O grego micênico é uma das formas mais antigas de registro de uma língua indo-europeia. Desde seus primeiros registros, quando da civilização micênica (1600-1050 a.C.), até o grego moderno, houve um percurso de mais de três mil anos de uma língua viva e de influência em praticamente todos as esferas sociais e áreas de conhecimento: política, economia, arte, direito, medicina, matemática, astronomia, religião e... gramática.

Como todas as línguas naturais do mundo e do tempo, a língua grega apresentava, no período helenístico, enorme variedade. Segundo Areán-Garcia (2008), o jônico-ático (dialeto da épica homérica, escrita em jônico), o eólio, o arcádio-chipriota e o dórico eram considerados os quatro grandes grupos dialetais do grego. O que é chamado hoje de "grego clássico" corresponde ao grego ático dos séculos V e IV a.C., o que se usava em Atenas à época de Platão. Desde sempre, língua e poder político-econômico andavam de mãos dadas, o que justifica a variante ática ter tido um predomínio sobre as demais, uma vez que Atenas exercia importante papel artístico, filosófico e político no mundo helênico. Esclarece Areán-Garcia (2008) que, com a extensão do uso do grego no âmbito comercial e como veículo cultural e de expansão do Império, os dialetos acabaram desaparecendo, em prol de uma língua comum grega, formada sobre o ático, mas também com características jônicas e dóricas. Essa "língua franca" e o aparato cultural que a envolvia perpassaram todo o extenso domínio do Império Alexandrino, por meio de sucessivas guerras de conquistas e colonizações. De acordo com Pinto (2008), tal língua, considerada uma *koinē* (comum), diferia em muitos aspectos da língua grega por excelência: a encontrada nos textos escritos entre os séculos VI e IV a.C. e nos textos dos grandes poetas de séculos anteriores como Homero e Hesíodo. Todavia, o ideal linguístico-cultural de reverência a uma tradição literária pregressa refletia o espírito do helenismo.

Alexandre Magno, fascinado pela cultura helênica, foi o responsável por implantar a civilização grega nessas terras. Mesmo com a posterior fragmentação de seu Império, a influência linguístico-cultural do grego manteve-se por muito tempo nessas regiões, a ponto de, séculos depois, o grego ter permanecido como língua franca na região oriental do Império Romano. A famosa Biblioteca de Alexandria – e todo o círculo intelectual que se reunia ao seu redor – é um exemplo dessa influência. O espaço reunia uma grande coleção de manuscritos gregos antigos, com textos consagrados de poetas, dramaturgos, filósofos e historiadores. Urgia descrever e classificar esses manuscritos, além de, diante de versões

diferentes de um mesmo texto, reestabelecer criticamente o texto original, "correto". Talvez essa biblioteca tenha reunido um dos maiores *corpus* linguístico do Ocidente de que se tem notícia. Contou em sua direção com algumas gerações de sábios bibliotecários, também gramáticos, como Zenódoto de Éfeso (333/323-260/234 a.C.), Eratóstenes de Cirene (276-194 a.C.) e Aristófanes de Bizâncio (257-185/180 a.C.).

Os alexandrinos se dedicaram não só a catalogar todo esse precioso acervo, mas principalmente a estabelecer, a partir do estudo criterioso dos fragmentos disponíveis (que variavam entre si ou estavam danificados e rasurados), o texto que poderia ser considerado definitivo da obra de cada um dos autores gregos clássicos (FARACO, 2012a). Tratava-se, portanto, de um trabalho *filológico*, no sentido corrente do termo: o de estabelecer, validar e editar textos antigos (DUBOIS et al., 1973, p. 278). Por isso, nesta tese, às vezes me refiro à tradição gramatical iniciada com os alexandrinos como filológico-normativa, ou mesmo filológico-gramatical. Na medida em que a gramática surge a partir do trabalho filológico desses estudiosos, estou considerando os termos 'filólogo' e 'gramático', no contexto da Antiguidade grega, como equivalentes. Todavia, reconheço as particularidades dos ofícios do filólogo [*philologus*] e do gramático [*grammaticus*], os quais foram se consolidando a partir do período imperial, em Roma. Segundo Fortes (2012a), o filólogo se preocupava com as questões ligadas ao texto em seu contexto mais amplo; o gramático, com os aspectos mais próximos do nível da realização formal das sentenças.[30]

Bebendo da filosofia clássica grega, como atesta a *perspectiva da ramificação e influências* discutida na seção 2.1 (Figura 3), os alexandrinos se envolveram na segunda principal controvérsia filosófico-linguística, o embate *analogia vs. anomalia*. Tomaram partido dos analogistas, para poderem aplicar os paradigmas analógicos na reconstrução dos textos antigos e na determinação das normas de aceitabilidade do grego clássico (ROBINS, 1979), comparando palavras a partir de critérios que permitissem justificar as escolhas textuais consideradas corretas (DEZOTTI, 2011).

Nesse contexto, os poemas *Ilíada* e *Odisseia*, de Homero – escritos provavelmente no século VIII a.C. e documentados em versões finais na história literária a partir do século VI

[30] Pinto (2008) afirma que, na Antiguidade grega, havia somente uma *grammatikē*, um ofício com textos, que requeria muita erudição e, por isso, o *grammatikós* (antes apenas sinônimo de "letrado", "conhecedor das letras") era um sábio aos moldes do *philólogoi*; depois, esse *grammatikós* tornou-se o responsável pela *grammatistikē*, passando a ser o mestre-escola. Com a derrocada do *philólogoi*, o *grammatikós*, tanto por suas atribuições pedagógicas quanto por sua renomada erudição, tornou-se um privilegiado para decifrar arcaísmos, figuras de linguagem e sintaxes enviesadas. Tinha por ofício também estabelecer os textos verdadeiros dentre as versões divergentes, ocupando, portanto, o lugar dos filólogos. Todavia, Neves (1987) destaca que o significado de *filólogo* no período alexandrino (aquele que estuda os poetas e oradores de expressão bela e correta) não é o mesmo que se encontra na tradição filosófica grega (amor ao *lógos* e interesse pela sua interpretação).

a.C. – receberam particular atenção. Esclarece Perini (2004) que esses poemas foram uma das bases do sistema educacional grego, sobretudo para aqueles que viviam em pequenas comunidades fora da Grécia – como na própria Alexandria egípcia[31] –, pois seus habitantes estavam expostos a influências estrangeiras às quais lhes caberiam resistir.

Assim, o estudo criterioso dos textos homéricos levou os filólogos/gramáticos alexandrinos a descrever e comentar a língua que ali encontravam, em seus aspectos fonéticos, ortográficos, morfológicos, sintáticos, estilísticos etc. Vê-se que, nos movimentos inaugurais de elaboração de uma doutrina que se tornaria milenar, os aspectos empírico e prático (filológico) precederam o aspecto teórico do discurso gramatical antigo. Com o tempo, esses estudos passaram a constituir um ramo autônomo do conhecimento: a *grammatikē*, a arte de escrever. A fim de reunir num único tratado as regularidades e irregularidades atestadas nos antigos textos estudados, o que serviria de consulta a outros indivíduos ao se debruçarem sobre outros textos, nasceu a descrição do primeiro sistema gramatical de uma língua ocidental: o grego homérico.

Essa veneração alexandrina à língua homérica – o grego ático/clássico – marcaria profundamente a gramatização das línguas ocidentais ao longo da história. Segundo Robins (1979), os alexandrinos tinham consciência de que a língua dos poemas homéricos não se identificava precisamente com nenhum dialeto grego vivo da época, haja vista o caráter mutável de qualquer língua natural humana. Sendo assim, na tentativa de preservar a língua "correta" de Homero dos "barbarismos" que pairavam nos domínios macedônicos, os gramáticos alexandrinos cometeram o que Lyons (1968) chama de "falácia clássica no estudo da língua(gem)"[32]: reconheceram que a língua tinha sofrido mudanças, mas avaliaram tais mudanças negativamente, além de quererem igualar o grego escrito nos séculos VI e V a.C., em Atenas, ao grego falado no século III a.C., em Alexandria. Assim, os primeiros filólogos-gramáticos da história ocidental estabeleceram juízos de valor negativos para as inevitáveis transformações e diferenças do grego homérico, cometendo dois equívocos fundamentais: a distorção das relações entre fala e escrita, duas entidades sociolinguísticas completamente distintas; e a assunção da visão negativa da mudança linguística, considerada prejudicial à pureza do idioma grego. É desse modo que os eruditos alexandrinos inauguraram a tradição prescritivo-normativa e o preconceito linguístico nos estudos gramaticais, dando as primeiras diretrizes epistemológicas e ideológicas do PTG.

[31] Conta a história que Alexandre fundou cerca de 32 cidades com o mesmo nome, Alexandria. A mais importante – à qual faço referência nesta tese – foi a Alexandria erguida no Egito (Alexandria egípcia), ao largo do delta do rio Nilo.
[32] Do inglês *classical fallacy in the study of language* (LYONS, 1968, p. 9).

É curioso saber que, em certa medida, o reconhecimento da variação e mudança linguísticas marca o aparecimento da doutrina gramatical tradicional. A consciência da variação diatópica, diacrônica e diastrática da língua grega, se hoje é um dos argumentos utilizados para questionar e repensar a gramática tradicional a partir de outras perspectivas, ontem impulsionou seu advento na Antiguidade grega. Se a gramatização e normatização do grego homérico rechaçou a diversidade linguística e deixou ao PTG essa atitude como legado, hoje os estudos linguísticos empreendem o movimento de valorizá-la.

2.2.2 Movimento inaugural do PTG: a *Tékhnē Grammatikē*, de Dionísio Trácio (séc. I d.C.)

É do filólogo alexandrino Dionísio Trácio (170-90 a.C.), discípulo de Aristarco de Samotrácia (217/215-145/131 a.C.), a autoria da primeira gramática conhecida de uma língua europeia, a *Tékhnē Grammatikē* (*tékhnē*: arte, técnica; *grammatiké*: gramática), editada pela primeira vez no Ocidente, em 1715. A propósito, na Grécia clássica, as *tékhnai* (plural de *tékhnē*) eram um gênero da escrita que elencava definições dos objetos de determinada área, não necessariamente gramatical, e as exemplificava. Teriam servido à medicina e à retórica, por exemplo. Não nasceram com os gramáticos, muitos menos com os alexandrinos: seu uso linguístico, particularmente no tratamento da fonética do grego antigo, já se verifica com os estoicos.

A gramática de Dionísio, portanto, ao se organizar nos moldes das *tékhnai*, não cria um novo modo de estruturação de um instrumento nascente, mas se insere numa tradição para responder a uma demanda sociocultural recém-configurada: a de que deveria haver um manual de gramática a ser preparado para o entendimento dos clássicos literários e a preservação da língua aí registrada. As condições basilares para tal feito já estavam postas, pois já havia tanto a vivência linguística a partir de uma tradição literária representada idealmente na figura de Homero, quanto um lastro teórico-analítico sobre a linguagem advindo da filosofia grega fundante. Quanto a isso, Neves (2011, p. 145) assim arremata:

> com certeza não se teria elaborado uma gramática da língua entre um povo que não tivesse uma atividade de produção linguística a ensejar reflexão sobre a linguagem (e aí entra, nos primórdios, o testemunho da literatura). Não seria entre um povo que, especialmente, não tivesse chegado a compreender que a linguagem se distingue das coisas (e aí entra a filosofia: já a filosofia pré-socrática, assim como a de Platão e de Aristóteles, que conseguiram mostrar e demonstrar essa separação).

Outro ponto interessante é que a *Tékhnē* de Dionísio não é a primeira gramática do Ocidente, mas antes a única de uma série de *tékhnai grammatikaí* que encontrou respaldo ao

longo do tempo, se tornando o "modelo-piloto" de gramática do que viria a ser o PTG. Além disso, Dionísio, embora tenha de fato existido na história da erudição alexandrina, é uma espécie de autor-mítico: em se tratando de textos antigos, é comum que escritos conservados na atualidade, embora referenciados como se de um único autor, sejam frutos de uma compilação coletiva, estabelecida por meio de diversos autores. Nesse caso, a *Tékhnē Grammatikē* seria um produto coletivo de autores alexandrinos a partir do século II a.C.[33]

De acordo com Neves (2012), o conhecimento que se credita a Dionísio advém, na verdade, de toda a Escola de Alexandria, a partir do século III a.C., da qual ele era apenas um dos pensadores. Por exemplo, o grande mestre da Escola, Aristarco de Samotrácia, já reconhecia as mesmas oito partes do discurso que Dionísio apresenta em sua *Tékhnē*. Entretanto, tudo o que Aristarco escrevera, supostamente centenas de volumes de comentários e tratados críticos, se perdeu, e dos outros gramáticos alexandrinos restaram apenas fragmentos e informações vindas por referências indiretas[34]. Por isso, diversos autores como Robins (1979), Casevitz & Charpin (2001), Faraco (2008), a própria Neves (2012), entre outros, atribuem a Dionísio a autoria da primeira gramática do Ocidente, considerada a representante mor da gramática alexandrina.

Para Rodríguez-Alcalá (2011), a *Tékhnē Grammatikē* marca a passagem do sentido mais técnico de gramática, ligado ao reconhecimento dos caracteres da escrita, para ser vista como a descrição do que há de sistemático na língua. Em geral, os autores que tratam do tema – a exemplo de Bagno (2009) e Faraco (2012a) – costumam dizer que essa gramática, ao consolidar descrições de aspectos da língua grega considerada exemplar (o grego literário clássico), fora tomada como modelo pelos estudos gramaticais posteriores. Neves (2002) corrobora essa posição quando afirma que, embora a sistematização gramatical de Dionísio aponte para uma gramática descritiva, os padrões selecionados para descrição revelam uma finalidade normativa, perspectiva sobre a qual se apoia a tradição gramatical ocidental.

Em consonância à fixação alexandrina pelos textos da literatura ática, a razão maior da gramática de Dionísio era permitir a leitura dos clássicos gregos. Sua definição de gramática a anuncia como "conhecimento empírico do comumente dito nas obras dos poetas e prosadores" (DIONÍSIO, séc. I a.C., p. 21)[35]. Essa definição é praticamente consensual nas

[33] A respeito das querelas envolvendo a autoria da *Tékhnē Grammatikē*, cf. Chapanski (2003).
[34] Recentemente, foram descobertos no Egito papiros contendo diversas "artes gramaticais" [*tékhnai grammatikaí*], com datas estimadas entre os séculos I e VI d.C. Um desses tratados do séc. I d.C. apresenta algumas discordâncias com a *Tékhnē* de Dionísio, em particular a defesa de um sistema de nove partes do discurso (DEZOTTI, 2011).
[35] A *Tékhnē Grammatikē*, de Dionísio Trácio, é citada nesta tese a partir da tradução existente em Chapanski (2003, p. 21-36).

gramáticas da Antiguidade: quando não explicitada, norteia tacitamente a obra, como se vê nas obras de Donato (séc. IV d.C.) e Prisciano (séc. VI d.C.). Uma concepção diferente dessa apareceria só na época da filosofia escolástica, por volta do século VIII d.C.; no entanto, ao longo de toda Idade Média, gramáticos investiram na retomada da definição de Dionísio. Mesmo no Renascimento, ela acabou se sobrepondo às demais, passando inclusive a participar do cânone gramatical do período (ROBINS, 1979). Segundo Neves (1987), a definição de Dionísio finca a natureza da disciplina *gramática* enquanto prática, e não especulação ou teoria, fixando para os estudos linguísticos domínios autônomos com limites precisos.

Embora características de uma epistemologia ligada a procedimentos empíricos estejam presentes nessa definição de gramática, como se o conhecimento gramatical pudesse ser adquirido por meio da prática, da experiência, vê-se em algumas partes da *Tékhnē*[36], inclusive no próprio título, que a gramática alexandrina era mais que resultado de simples prática; era uma *arte* ou *técnica*, no sentido de ser resultante de um processo cumulativo de experiências anteriores, devidamente assimiladas e depuradas por meio de um aprimoramento contínuo (BASSETTO, 2004). A gramática alexandrina é, pois, tradição dogmaticamente aceita e melhorada com o passar do tempo, e dominar essa "arte" é saber um conjunto de regras que espelham a língua correta.

Vale dizer que a palavra 'arte' [*tékhnē*], utilizada e difundida posteriormente pelos romanos [*ars*], fora recorrente nos títulos de muitas gramáticas ocidentais ao longo da história, inclusive no que diz respeito às gramáticas do vernáculo brasileiro do período colonial, como a *Arte da Grammatica da Lingoa mais usada na Costa do Brasil*, do Pe. José de Anchieta (escrita em 1554-1556 e publicada em 1595, em Coimbra), e a *Arte da lingua brasilica*, do Pe. Luís Figueira (1621). Vê-se também, por exemplo, a palavra 'arte' empregada no título de várias obras gramaticais de um catálogo setecentista anônimo, atualmente encontrado na Biblioteca Nacional de Lisboa, intitulado *Cathalogo das Artes de Grammatica em todas as Linguas*. Esse documento, analisado em Rosa (2000), arrola, entre um total de 186 títulos, vários contendo a palavra 'arte', dentre os quais se destacam a *Arte da Língua Canarim*, do Pe. Thomas Estevão (1640); a *Arte de La Lingua Quéchua, General de los Indios do Reyno del Peru*, de Alonso de Huerta (1616); a *Arte italiana*, do Pe. Lima (1734); a *Arte da Lingua de Angola*, do Pe. Pedro Dias (1697); a portuguesa *Arte de Grammatica*, de D. João de Castello Branco (1643); e até uma *Arte pera enseñar a hablar los*

[36] Por exemplo, "a sexta [parte] é a crítica dos poemas, que é a mais bela das partes da arte" (DIONÍSIO, séc. I, p. 21).

mudos, de Juan Pablo Bonet (1620). Pode-se dizer que todas essas "artes" são sucessoras da "arte" dionisíaca e produtos do PTG.

Para Dionísio, a arte gramatical se divide em seis partes: i) leitura e prosódia; ii) exegese dos tropos poéticos; iii) restituição de sentido das palavras estranhas e das estórias; iv) descoberta da etimologia; v) cálculo da analogia; vi) crítica dos poemas. Entretanto, essa divisão não corresponde à organização efetiva da *Tékhnē*: composta de vinte curtos capítulos, apenas à parte da leitura e prosódia é dedicado um capítulo específico (o capítulo 2). A apresentação e definição das partes do discurso [*mere lógos*] ocorrem do capítulo 11 ao 20. Convém dizer que o caráter helenocêntrico perpassa a obra, pois não se encontra qualquer referência a outras línguas além do grego, muito menos aos problemas gerais da linguagem humana. Segundo Bassetto (2004), esse recorte seria transmitido às obras gramaticais alexandrinas posteriores, como a de Apolônio Díscolo e a de seu filho Élio Herodiano (séc. II d.C.), além de ter repercutido também nas gramáticas latinas (FORTES, 2012a) e se consolidado no desenvolvimento do PTG.

O tratamento da frase [*lógos*] e da palavra [*léxis*], definidos de modo circular e interdependentes como as unidades, respectivamente, máxima e mínima da descrição gramatical[37], também faz parte do legado alexandrino para a tradição gramatical no Ocidente. Em gramáticos latinos, mesmo já se considerando partes menores que a palavra no trato gramatical – flexão [*declinatio uoluntaria*] e derivação [*declinatio naturalis*] –, vê-se essa perspectiva explícita em definições como "Palavra eu defino como a parte do discurso oral que é indivisível e mínima" (VARRÃO, Livro X, § 77, séc. I a.C., p. 150). Também se sabe que, até os nossos dias, é a frase ou a oração a unidade máxima do PTG. Consequentemente, o contexto situacional (i)mediato não costuma ser considerado nas análises, o que resulta no descarte dos interlocutores, função e esfera social, gênero textual, entre outros elementos relacionadas a unidades maiores de análise, como o texto e o discurso, indispensáveis para a compreensão da totalidade de sentidos do que se diz ou se escreve:

> Entre os tipos de enunciados, há um conhecido pelo nome de *oração* que, pela sua estrutura, representa o objeto mais propício à análise gramatical, por melhor revelar as relações que seus componentes mantêm entre si sem apelar fundamentalmente para o entorno (situação e outros elementos extralinguísticos) em que se acha inserido. É neste tipo de enunciado chamado *oração* que se alicerça, portanto, a gramática [...] (BECHARA, 2009, p. 407).

[37] "Palavra é a menor parte de uma frase bem constituída. Frase é um grupamento ordenado/composição de palavras em prosa que manifesta um pensamento completo" (DIONÍSIO, séc. I, p. 26).

Fato interessante apresentado por alguns autores, como Weedwood (2002), Neves (2002) e Bagno (2009), é que essa inabalável decisão de se pôr a frase/oração como objeto máximo da análise gramatical, como fazem o antigo Varrão (séc. I a.C.) e o contemporâneo Bechara (séc. XXI), é consequência de um desvio de filtragem da doutrina gramatical grega pelos romanos, herdeiros diretos do conhecimento linguístico-gramatical helênico. Na *Arte* de Dionísio, bem como na obra de seu mais famoso sucessor, Apolônio Díscolo (séc. II d.C.), a frase é definida como um *autotelōs lógos*, algo como "expressão autossustentada", no sentido de que seus elementos apresentavam uma totalidade sintático-semântica no interior de um texto e de uma situação comunicativa, que não eram descartados da análise filológico-gramatical. Por sua vez, os latinos associaram *autotelōs* a "completo", "acabado", "perfeito", o que levou a tratar a frase como independente do texto em que aparece, como objeto suficiente de uma análise gramatical, objeto que por si se vale para o conhecimento das relações morfossintáticas da língua. O resultado disso é que o "dogma da frase autossuficiente" (BAGNO, 2009) está presente ainda hoje não só nas gramáticas tradicionais, mas também nos ainda frequentes livros didáticos e gramáticas pedagógicas que conceituam *frase* como "enunciado de sentido completo" (PASCHOALIN & SPADOTO, 1996, p. 167) ou algo que a isso equivalha.

É natural que textos de uma tradição mais remota não tenham os mesmos significados quando são apropriados séculos depois por uma outra cultura, com outras demandas intelectuais e outras perspectivas epistemológicas. Portanto, não são raros esses deslizes de sentido ao longo do desenrolar do PTG, seja por conta de problemas de tradução, seja por causa de tentativas em adaptar a descrição do grego clássico ao latim, e posteriormente a descrição do latim aos vernáculos europeus das mais diversas famílias linguísticas. Some-se a isso o fato de que a propagação da terminologia gramatical da *Tékhnē* foi feita muitas vezes, segundo Bassetto (2004), sem o conhecimento do conteúdo filosófico que a engendrou. Mais perto de nós, sobretudo, o lastro filosófico de palavras como 'sujeito', 'substantivo', 'caso', 'conjunção' se perdeu ao longo de mais de dois mil séculos de usos distintos e distantes. Isso resultou numa variedade de interpretações, algumas vezes reveladoras de incoerências.

Assim, a partir de definições elaboradas sobre pilares filosóficos, os gramáticos gregos e seus sucedâneos latinos foram enquadrando os fatos linguísticos ignorando certas relações que eles mantinham com a categoria e o conceito de base lógico-filosófica que originalmente os enquadraram. Serve de exemplo a amplitude do escopo da categoria *pronome*, se comparados os textos dos primeiros autores gregos e os dos seus sucessores. Dionísio considerou pronomes apenas os pessoais (pronomes primitivos) e os possessivos (pronomes

derivados), na esteira da definição lógico-filosófica da categoria – "elemento que substitui o nome". Cerca de quatro séculos depois, Apolônio Díscolo já considera pronomes também os demonstrativos e os relativos, no que é seguido por Prisciano, gramático latino do século VI d.C. (BASSETTO, 2004). Lentamente, o termo foi sendo usado para rotular todos os fatos linguísticos que apresentavam semelhanças ou relações sintático-semânticas parecidas, ainda que contradissessem algum elemento essencial da definição de pronome. A partir de então, o quadro dos pronomes foi se ampliando até chegarmos à confusa e contraditória situação atual do PTG, em que se consideram pronomes várias palavras que a rigor não se enquadram em uma definição em comum para essa categoria.[38]

Portanto, alguns séculos de reflexão filosófica fixaram uma terminologia carregada de conotações e matizes semânticos, da qual os primeiros gramáticos lançaram mão, muitas vezes com enorme liberdade, para a fixação da metalinguagem gramatical. Contudo, em que pesem algumas divergências, nossa terminologia gramatical tradicional é, ainda hoje, fundamentalmente a mesma, ainda que tenha passado por alguns desvios e acréscimos. Os ecos desse fundo lógico-filosófico permanecem até hoje nas gramáticas produzidas sob o PTG. A esse respeito, Neves (2012, p. 214) registra a presença da taxionomia greco-latina na terminologia das gramáticas tradicionais do português e na NGB de 1959, e aponta que há, na tradição luso-brasileira, tanto termos oriundos da tradução latina da gramática grega (como *sujeito*, *predicado*, *substantivo*, *adjetivo*, *advérbio*, *conjunção*, *vogais*, *ditongo* etc.), quanto termos transliterados diretamente do grego (*anacoluto*, *elipse*, *barbarismo*, *solecismo*, *crase* etc.). Como era de se esperar, alguns desses termos apresentam alteração da denominação e manutenção do conceito (ou da aplicação), enquanto outros apresentam alteração do conceito (ou da aplicação) e manutenção da denominação. Em síntese, nossa terminologia gramatical advém direta ou indiretamente do legado dionisíaco e, consequentemente, das sucessivas gerações de filósofos, que deram o mote categorial e terminológico para o surgimento da tradição gramatical na Alexandria helênica.

Ilustram o que estou a dizer as "partes de discurso" e suas respectivas definições arroladas na *Tékhnē* de Dionísio. Partindo da tradição filosófica sumariada na seção 2.1, o pai dos gramáticos tradicionais reúne os nomes próprios e comuns dos estoicos em uma só classe, separa os particípios da classe dos verbos, e aloca os pronomes e as preposições em classes independentes dos artigos e conjunções, respectivamente. Chega, assim, a um total de oito partes do discurso, nomeadas costumeiramente na atualidade como "classes de palavras".

[38] Cientes dessa inconsistência, algumas GBCP propõem outras categorizações e subcategorizações para a tradicional classe dos pronomes (cf. Capítulo 4).

Indubitavelmente de grande relevância para a posterioridade dos estudos gramaticais, essa organização das partes do discurso em oito foi usada até fins da Idade Média, exceto pela ausência de artigo em latim, que fora substituído pela interjeição com os gramáticos latinos, vide Donato e Prisciano. A gramatização dos vernáculos europeus no Renascimento também foi influenciada pelas partes do discurso de Dionísio, chegando até a contemporaneidade com semelhanças notáveis, conforme se vê a seguir:

Quadro 7 – Partes do discurso (séc. I a.C.) e classes de palavras (séc. XXI) no PTG, com especificação dos critérios de categorização

DIONÍSIO (SÉC. I A.C.) **PARTES DO DISCURSO**	**CUNHA & CINTRA (SÉC. XXI)** **CLASSES DE PALAVRAS**
NOME [ÓNOMA]: parte da frase sujeita à variação de caso [MORFOSSINTÁTICO], que designa um corpo ou uma coisa abstrata [SEMÂNTICO].	SUBSTANTIVO: palavra com que designamos ou nomeamos os seres em geral [SEMÂNTICO].
VERBO [RHÊMA]: palavra não sujeita à variação de caso [MORFOSSINTÁTICO], que admite tempo, pessoas, números [MORFOLÓGICO] e exprime atividade ou passividade [SEMÂNTICO].	VERBO: palavra de forma variável [MORFOLÓGICO] que exprime o que se passa, isto é, um acontecimento representado no tempo [SEMÂNTICO].
PARTICÍPIO [METOCHÉ]: palavra que participa da propriedade dos verbos e da dos nomes [MORFOSSINTÁTICO, MORFOLÓGICO, SEMÂNTICO]. Ele tem os mesmos atributos que o nome e o verbo, exceto a pessoa e o modo [MORFOLÓGICO].	ADJETIVO: essencialmente um modificador do substantivo, indicando-lhes uma qualidade, o modo de ser, o aspecto ou aparência, o estado [SEMÂNTICO].
ARTIGO [ÁRTHRON]: O artigo é uma parte da frase sujeita à variação de caso [MORFOSSINTÁTICO], preposta ou posposta à declinação dos nomes [SINTÁTICO].	ARTIGO: antepõe-se aos substantivos [SINTÁTICO] para indicar que se trata de um ser já conhecido do leitor/ouvinte, ou de um simples representante de uma dada espécie ainda não mencionado [TEXTUAL/DISCURSIVO].
PRONOME [ANTONYMÍA]: palavra empregada em vez de um nome [MORFOSSINTÁTICO] e que indica pessoas determinadas [SEMÂNTICO].	PRONOME: desempenham na oração as funções equivalentes às exercidas pelos elementos nominais [MORFOSSINTÁTICO]; servem, pois, para representar um substantivo [MORFOSSINTÁTICO] ou para acompanhar um substantivo [SINTÁTICO] determinando-lhe a extensão do significado [SEMÂNTICO].
PREPOSIÇÃO [PRÓTHESIS]: palavra pré-posta a todas as partes da frase [SINTÁTICO] em composição [MORFOLÓGICO] ou construção [SINTÁTICO].	PREPOSIÇÃO: palavra invariável [MORFOLÓGICO] que relaciona dois termos de uma oração [SINTÁTICO], de tal modo que o sentido do primeiro é explicado ou completado pelo segundo [SEMÂNTICO].
ADVÉRBIO [EPÍRRHEMA]: parte da sentença que não tem flexão [MORFOLÓGICO], e qualifica os verbos [SEMÂNTICO] ou é complementar a eles [SINTÁTICO]	ADVÉRBIO: é fundamentalmente um modificador do verbo, também podendo reforçar o sentido de um adjetivo, advérbio ou modificar toda a oração [SEMÂNTICO].
CONJUNÇÃO [SÝNDESMOS]: palavra que liga o pensamento ordenadamente [SINTÁTICO, TEXTUAL] e torna evidentes dados implícitos da expressão [SEMÂNTICO].	CONJUNÇÃO: relaciona duas orações ou dois termos semelhantes da mesma oração [SINTÁTICO].
	INTERJEIÇÃO: espécie de grito com que traduzimos de modo vivo nossas emoções [SEMÂNTICO, DISCURSIVO].
	NUMERAL: indica uma quantidade exata de pessoas ou coisas, ou assinala o lugar que elas ocupam numa série [SEMÂNTICO].

Fonte: O autor, 2015.

O Quadro 7 apresenta as oito partes do discurso da *Tékhnē* com suas respectivas definições, na relação com as dez classes de palavras do PTG, exemplificadas por meio da *Nova gramática do português contemporâneo*, de Cunha & Cintra (2008). Podemos notar a correspondência quase total entre as categorias das duas gramáticas. Uma diferença reside na inserção das classes *interjeição* e *numeral*, as quais, a propósito, já foram postas em xeque pela linguística contemporânea. Sabe-se que, se por um lado as interjeições parecem formar uma classe de palavras, por outro, servem-se de elementos linguísticos pertencentes a outras classes, razão pela qual, há três décadas, Marcuschi (1983) já defendia que elas não formam uma "classe de palavras", mas classes de funções discursivas bastante características, à semelhança dos marcadores conversacionais e das hesitações. Até na *Minerva* de Sanctius (1587), importante descrição quinhentista da língua latina, já se afirmava que a interjeição não seria uma *partis orationis* "por se incluir primeiro na própria natureza da linguagem" (*apud* Cardoso, 1995, p. 165). Quanto ao lugar dos numerais na linguística contemporânea, estes costumam ser rotulados pelos autores das GBCP na subclasse dos *quantificadores*, que por sua vez está contida na classe dos *substantivos* e *adjetivos* (AZEREDO, 2008) ou, a partir de outras propostas terminológicas, na classes dos *nominais* (PERINI, 2010) ou dos *nomes* (BAGNO, 2012)[39]. Vê-se que, em comparação às dez classes de palavras de Cunha & Cintra, a lista de Dionísio, feita há mais de dois mil anos, parece estar mais sintonizada com os estudos linguísticos atuais, uma vez que não reúne interjeições e numerais em "partes do discurso" próprias.

Outra diferença entre as duas listas apresentadas no Quadro 7 consiste na consideração, por Dionísio, do particípio como parte do discurso independente do verbo e, por Cunha & Cintra, do adjetivo como classe de palavra independente do *ónoma* ou *rhêma*. Curioso saber do terreno movediço que envolve essas duas categorias ainda hoje e das relações de sobreposição entre ambas, uma vez que, a depender do cotexto, uma mesma palavra pode se adequar ao rol dos particípios (*Finalmente, o trabalho está acabado*) ou dos adjetivos (*João está bem velho, bem acabado mesmo*). Também curioso é o fato de algumas GBCP associarem adjetivos e substantivos (*ónoma*) em uma única classe – a exemplo das já citadas classes dos *nominais* de Perini (2010) e dos *nomes* de Bagno (2012) – e abordagens da teoria da gramática gerativa (cf. CHOMSKY, 1970; ROBERTS & KATO, 1996) considerarem os sintagmas adjetivais como *miniorações*, por predicarem conforme os verbos (*rhêma*). Mais uma vez, o construto de Dionísio no século I a.C. se revela, sob certa

[39] Volto ao tema no Capítulo 4.

perspectiva, mais atual do que o engessamento taxionômico e categorial da doutrina gramatical no século XXI, representado aqui pela obra de Cunha & Cintra.

Ainda tomando o Quadro 7, semelhanças se percebem no que tange às definições das classes gramaticais apresentadas em ambas as obras. Por exemplo, enquanto Dionísio afirma que o *ónoma* "significa pessoa ou coisa", Cunha & Cintra conceituam o *substantivo* como "palavra com que designamos ou nomeamos os seres em geral"; Dionísio diz que a *antonymía* "pode-se substituir por um nome", já Cunha & Cintra postulam que o *pronome* "desempenha na oração as funções equivalentes às exercidas pelos elementos nominais"; o *epírrhema* de Dionísio "modifica ou acompanha o verbo", ao passo que o *advérbio* de Cunha & Cintra "é fundamentalmente um modificador do verbo"; Dionísio define *árthron* dizendo que "vem antes ou depois dos nomes" e Cunha & Cintra afirmam que o *artigo* "antepõe-se aos substantivos". São semelhanças incontestes, frutos da permanência, nos dias de hoje, do paradigma instituído na Alexandria de outrora.

Some-se a isso a falta de objetividade e uniformidade dos critérios utilizados para as classificações propostas nas duas obras, as quais consideram a palavra sob diversos aspectos. O Quadro 7 apresenta, entre colchetes, essa diversidade de critérios, os quais variam em morfológicos, sintáticos, morfossintáticos, semânticos e até mesmo textuais e discursivos. Tais critérios se misturam indiscriminada e assistematicamente, o que indicia a precariedade teórico-metodológica da categorização, além de dificultar o ensino-aprendizagem da metalinguagem gramatical, uma vez que, a rigor, torna-se impossível precisar a classe de uma palavra exclusivamente por meio de sua definição. Não quero dizer com isso que uma classificação adequada seria baseada em apenas um critério, mas é certo que todos aqueles escolhidos para nortear a classificação deveriam ser empregados na definição de todas as categorias, o que está longe de acontecer tanto na Antiguidade quanto na contemporaneidade do PTG. Vê-se que, em geral, o critério semântico é o preferido nas duas gramáticas, aparecendo ligado a outros critérios formais e funcionais. Isso acarreta um agrupamento, por um lado, de formas que significam e, por outro lado, de formas que exercem determinada função no *lógos*/oração, mas de modo indiscriminado e engendrando uma única lista classificatória.

Além disso, subjaz a essas listas a ideia de que as classes são fixas e autônomas, ou seja, de que uma palavra terá sempre a mesma classificação independentemente de seu contexto de uso. Em geral, essa rigidez fronteiriça das classes acompanha toda a história do

PTG[40] e deságua nos instrumentos normativos de hoje. Todavia, uma vez justificável na Antiguidade grega, não mais cabe no atual estágio dos estudos linguísticos. Curioso observar que, atualmente, o movimento classificatório parece ir das categorias, *a priori* determinadas, aos critérios de classificação, e não vice-versa. Isso porque, ao longo do tempo, essas categorias alexandrinas se naturalizaram e foram tomadas como "objetos observacionais", e não como "objetos teóricos" (BORGES NETO, 2013), como deveriam de ser. Em outras palavras, os gramáticos normativos atuais procuram definições para classes já dadas previamente, ao invés de proporem uma outra teoria que comporte novas classes, ou seja, de proporem novos "objetos teóricos".

Em linhas gerais, a *Tékhnē* abriga apenas a fonética e a morfologia, ignorando a sintaxe, pois, embora haja análises das partes da frase, esta se baseava numa divisão semântica, e não funcional (ROBINS, 1979). Considerar a sintaxe, de acordo com Neves (1987, p. 122), "significaria um prosseguimento de investigações teóricas, uma deriva das considerações filosóficas", e a gramática então nascente era uma disciplina fundamentalmente empírica. Estudos sintáticos propriamente ditos só seriam incorporados ao paradigma por meio da obra de Apolônio Díscolo[41], no século II d.C. Segundo Fortes (2012a), Apolônio, cuja obra é unanimemente reconhecida como o monumento mais bem acabado e disponível na atualidade sobre o pensamento gramatical alexandrino, tentou desenvolver a primeira ampla teoria sintática do grego, baseando-se na dicotomia nome-verbo e nas suas relações com as outras partes do discurso. É justo dizer que suas formulações sintáticas são constituídas com base no sistema de partes do discurso e na análise morfológica de Dionísio. Desse modo, Apolônio prenuncia o aparecimento das ideias de sujeito, objeto e outros conceitos sintáticos que surgiram posteriormente, como regência. Dedica muita atenção às relações de concordância e sugere o conceito estruturalista de constituintes imediatos[42], ao se referir ao inter-relacionamento de constituintes da frase. Todavia, como mostra Kato (1988),

[40] Um exemplo concreto, extraído de Dezotti (2011), no contexto da historiografia latina: Donato (séc. IV), diante de um nome empregado como advérbio, se nega a considerá-lo um "advérbio", preferindo chamá-lo de "nome empregado como advérbio".

[41] Nascido em Alexandria, chamou-se Díscolo porque sua escrita era julgada *difícil*, por condensar muitos sentidos em poucas palavras, ou por causa de sua personalidade difícil, ou ainda porque colocava em seus cursos questões difíceis de serem resolvidas (FORTES, 2012a).

[42] Elaborado pelo estruturalista norte-americano Leonard Bloomfield (1933) e bastante útil nas descrições estruturalistas do século XX, o conceito de *constituinte imediato* corresponde a uma unidade [*A*] que se associa a outra(s) [*imprensa*] para formar um grupo [*A imprensa*], que por sua vez vai se associar a outro(s) [de Pernambuco] para formar novos constituintes mais elevados [*A imprensa de Pernambuco*], e assim sucessivamente [mente] [com frequência], até se alcançar o constituinte máximo, que é a frase [*A imprensa de Pernambuco mente com frequência*].

não se cogita nada equivalente à categoria do sintagma (nominal, verbal, preposicional...) enquanto projeção maior da categoria lexical.

À guisa de discussão sobre o papel pedagógico desses primeiros manuais gramaticais, convém lembrar que a necessidade de se manter e cultivar as características helênicas fazia da educação vetor importante na Antiguidade grega. Nesse contexto, segundo Neves (1987), a gramática era ensinada para que o patrimônio literário pudesse ser transmitido. Mais que isso, o exame das grandes obras do passado (a exegese homérica) era a atividade cultural por excelência.

A esse respeito, Rodríguez-Alcalá (2011) assegura que, na Antiguidade grega, havia a figura do *grammatistés* (aquele que ensina as letras), nome dado aos professores de escolas especialistas na técnica de acesso à leitura e à escrita, para se distinguir do *grammatikós*, o que se dedica à prática da gramática e a produção das *tékhnai grammatikaí*, como Dionísio Trácio. Sabe-se que essas gramáticas não se destinavam à alfabetização (ao letramento), pois seus conteúdos eram abordados provavelmente em etapas mais avançadas da educação formal. Porém, acrescenta Chapanski (2003) que, muito embora não coubesse a tais manuais o papel de instrumentos de aquisição de escrita e leitura, eles, por certo, se inseriam em contextos escolares e contavam com um fim didático. Nesse sentido, as três primeiras partes da *Tékhnē Grammatikē*, de Dionísio, são dedicadas a questões da leitura, o que aventa seu caráter pedagógico. Pinto (2008), por sua vez, sistematiza essa questão afirmando que a gramática grega apresentou dois níveis: um mais elementar e pedagógico, destinado a uma espécie de "letramento" e à apresentação dos aspectos fundamentais da língua escrita; e outro mais relacionado à crítica textual dedicada à sistematização da leitura, contemplando questões ligadas ao conteúdo e à forma dos textos.

Indícios didático-pedagógicos também podem ser vistos, por exemplo, em passagens da *Tékhnē* que sugerem a preocupação em monitorar o leitor quanto à organização do material e em apresentar estratégias mnemônicas para a apreensão do conteúdo. Não raro, a construção do texto da gramática de Dionísio é pontuada por recursos que chamam a atenção do leitor para a quantidade de categorias, divisões, entre outros aspectos típicos da didatização: "quatro das consoantes são invariáveis" (p. 24); "uma sílaba comum pode se constituir de três maneiras" (p. 25); "a frase tem oito partes" (p. 26). Outro indício é o par pergunta-resposta presente, por exemplo, no capítulo 4, relativo à pontuação: "Em que diferem ponto [final] e ponto inferior? Na duração. No ponto final o intervalo é longo, no inferior, em todos os casos, curto" (p. 22). Portanto, se o manual de Dionísio não fora o modelo inaugural de difusão do

gênero *gramática escolar/pedagógica*, é ao menos um bom representante do formato e pôde ter influenciado toda a tradição vindoura.

2.2.3 Síntese da seção

Neves (1987) me ajuda a sintetizar o movimento inaugurado pelos gramáticos alexandrinos no universo grego de reflexão sobre a linguagem, em curso durante cerca de cinco séculos (III a.C. a II d.C.):

> A partir de uma vivência intuitiva refletida inicialmente nos poetas, o pensamento sobre a linguagem, passando pelo exame filosófico, desde os pré-socráticos, adquiriu um rigor teórico que culminou com Platão, Aristóteles e os estoicos. O *lógos* [...] vai-se destacando do ser até constituir-se objeto desse exame, como expressão conceitual das coisas. Em consequência desse exame específico, isolam-se fatos concretos de língua, e a *léxis* [...] destaca-se do *lógos* e se torna objeto à parte. Essa elocução, o dizer bem helênico, por sua vez, enfrenta a situação helenística, e a necessidade de preservação da cultura considerada mais elevada condiciona o surgimento de uma sistematização daqueles fatos que refletiam a língua "eficientemente composta", o grego. A filosofia, que foi capaz de construir uma teoria do signo e isolar os elementos da significação, se reserva apenas o domínio do conceito, desde que a linguagem não é a imagem fiel das relações dialéticas. E o exame linguístico como tal constitui um domínio específico de análise. O que se investiga agora é uma *norma* linguística, e a gramática se institui como a "arte de bem escrever", consumação do registro da separação entre a linguagem e a realidade. (NEVES, 1987, p. 245-246)

Baseando-se nas reflexões sobre língua e gramática feitas pela dialética filosófica clássica, tanto no que diz respeito aos principais temas tratados quanto no que diz respeito ao arcabouço terminológico e descritivo construído, os gramáticos alexandrinos perseguiram dois objetivos: descrever o grego clássico (descrição) e, ao fazê-lo, estabelecer um modelo, um padrão a ser seguido por todos os que se dedicassem a escrever (prescrição). Nascia, assim, a doutrina gramatical ocidental e o paradigma prescritivo-normativo de reflexão sobre a linguagem humana, o que venho denominando nesta tese de *paradigma tradicional de gramatização*.

Desde os alexandrinos até hoje, esse paradigma também se caracteriza por conter um componente descritivo, a partir do qual é estabelecido o conjunto de regras de boa formação e são excluídas as construções que se divergem desse conjunto de regras. É por isso que Neves (2009a) julga problemático chamar de *normativa* a gramática tradicional, pois tal denominação não reflete integralmente a natureza das obras. Precisamente, trata-se de um construto *descritivo-normativo*, ou, no dizer da autora, *descritivo com finalidade normativa*,

exatamente o espírito que vem presidindo a organização das gramáticas ocidentais através dos tempos.

Portanto, o *paradigma tradicional de gramatização* é o nosso legado alexandrino em se tratando de produção de gramáticas. Feita a partir de uma língua que nunca tinha sido usada para tal fim, a arte grega foi traduzida e adaptada ao latim no Império Romano, mantida e propagada pelos gramáticos latinos da Idade Média e pelos gramáticos dos vernáculos europeus a partir do Renascimento, e hoje constitui os fundamentos de mais de dois mil anos de estudos de gramática no mundo ocidental. No entanto, esse paradigma começou a dar sinais de esgarçamento no Brasil com a virada linguística iniciada na década de 1960 (cf. Introdução da tese), a qual foi responsável por eclodir certos movimentos de ruptura com a tradição milenar em se tratando de estudos e pesquisas linguístico-gramaticais. E as GBCP, nesse sentido, vêm consubstanciar esses movimentos de ruptura, a partir do novo fazer gramatical que parecem engendrar.

2.3 **Gramáticas latinas: consolidação e difusão da tradição grega**

Passo agora a refletir sobre a continuidade que foi dada à tradição gramatical alexandrina pelos gramáticos latinos durante a Antiguidade e a Idade Média. Evidentemente, por questões de espaço e também para não se afastar dos objetivos do capítulo, cerca de quinze séculos de estudos e produção de gramática não serão aqui sintetizados e discutidos sem reducionismos, tampouco tenho a pretensão de exaurir os temas gramaticais ao longo da tradição clássica desse período. Portanto, me centrarei na incorporação da cultura gramatical grega por alguns gramáticos latinos no Império Romano e, posteriormente, no período medieval, a ponto de justificar o uso frequente dos epítetos ‘greco-latino’ e ‘greco-romano’ – utilizados como sinônimos nesta tese – para designar a doutrina gramatical tradicional.

Todavia, deve ficar claro que estou ciente de que, diferentemente do que costumam afirmar os tradicionais panoramas filológicos sobre a história da gramática no Ocidente, a gramática dos romanos não foi de total continuísmo servil aos gregos, nem seus gramáticos apenas compiladores do legado alexandrino ou descaracterizadores dos seus conceitos de base filosófica. Portanto, dizer que “a linguística romana foi em grande parte aplicação à língua latina do pensamento grego, controvérsias gregas e categorias do grego” (ROBINS, 1979, p. 36) ou que, “se Roma merece um capítulo numa história da linguística, é bem menos por ter produzido que por haver transmitido” (MOUNIN, 1970, p. 95) é encobrir a tamanha complexidade constitutiva da historiografia linguístico-gramatical dos antigos. A

continuidade na linha de pensamento por certo existe, frutos que são de um mesmo paradigma, mas a trilha de influências é suficientemente intrincada e os movimentos divergentes entre o fazer gramatical grego e latino não são tão escassos, razão pela qual o escopo dessa tese não permite exauri-los. A esse respeito, pode-se consultar recentes estudos clássicos dirigidos à metalinguagem gramatical na Antiguidade romana, como Gonçalves (2008), Gonçalves & Conto (2010), Fortes (2010, 2012a, 2012b), Dezotti (2011), entre outros que discutem aspectos bastante originais nas obras de gramáticos latinos, a exemplo de Varrão, Donato e Prisciano.

Por outro lado, é verdade que o diálogo com o legado cultural grego seja um traço particular da identidade romana. Sabe-se que muitos escravos cultos gregos ajudaram na disseminação da cultura grega em todos os campos da civilização latina, da poesia à geometria, da medicina às artes plásticas. Não haveria de ser diferente com a gramática grega, cuja propagação dos estudos no mundo antigo fora facilitada pelas estruturas similares dessa língua com o latim. Nesse sentido, ao refletir sobre os ancestrais da tradição gramatical luso-brasileira, Neves (2012) assim se posiciona:

> como peça que é do conjunto ocidental da consolidação de uma visão sistematizada da gramática da língua, a organização da gramática vigente no Brasil é tributária, por via da gramática latina, da organização gramatical que emergiu do esforço de preservação da língua dos estudiosos de Alexandria, que, nas suas formulações, amparavam-se no aparato herdado do pensamento filosófico grego. (NEVES, 2012, p. 238)

Acredita-se que os procedimentos de "adaptação" dos estudos gramaticais do grego para o latim foram estimulados pelo pensamento de Dídimo, sábio alexandrino da segunda metade do século I a.C., para quem todas as características da gramática grega podiam ser encontradas em latim. Convém lembrar que, tanto na época de Dionísio (séc. I a.C.) quanto na de Apolônio (séc. II d.C.), os dois gramáticos alexandrinos mais conhecidos, a Grécia já estava sob o domínio romano, pois isso eclodiu por volta do século II a.C. Segundo Robins (1979), por esse motivo, ambos os gramáticos tiveram seus trabalhos conhecidos no Ocidente através de sua tradução e adaptação para o latim, língua cuja aprendizagem era obrigação de todos os cidadãos do Império. Nesse contexto, Perini (2004), ao explicar que desde a *Tékhnē* de Dionísio nosso saber gramatical tradicional sofrera pouco progresso, assegura que muito desse continuísmo é devido aos romanos, que, ao incorporarem a Grécia a seus domínios, adotaram o modelo descritivo alexandrino e sua concepção normativa, trabalhando no sentido da fixação e cultivo de um latim modelar, que tinha como referência a escrita dos literatos consagrados, como bem fizeram os gregos a partir da literatura homérica. A produção de

gramáticas e dicionários latinos nesse período surgiu para dar vazão a essa necessidade filológica.

Assim, o que se entende por *tékhnē* pelos gregos passou a ser denominada *ars* (arte) pelos romanos, e a concepção de gramática enquanto *trabalho*, *obra*, *técnica*, *arte* permaneceu. Uma *ars grammatica* latina representava um tratado sobre a língua, no que diz respeito a seu fluxo histórico (etimologia) e a sua estrutura (morfologia[43]), a fim de atender, à semelhança da *Tékhnē Grammatikē*, de Dionísio, ao que fosse de comum às obras dos poetas e prosadores latinos. As obras literárias continuaram, assim, norteadoras do fazer gramatical. Entre os poetas, dramaturgos e historiadores considerados exemplos de latim modelar estavam Cícero (106-43 a.C.), Virgílio (70-19 a.C.), Horácio (65-8 a.C.), Tito Lívio (59 a.C. a 17 d.C.), Ovídio (43 a.C. a 18 d.C.), Petrônio (27-66 d.C.), entre outros modelos de escrita produzidos pelo cânone literário da Roma antiga.

A partir de então, dicionários como *De Verborum Significatu*[44] – de autoria coletiva por ter sido reelaborado, ao longo de séculos, pelos gramáticos romanos Vérrio Flacco (séc. I) e Sexto Pompeu (séc. IV) e pelo monge beneditino e historiador Paulo Diácono (séc. VIII) – foram bastante úteis por facilitarem o trabalho dos gramáticos e filólogos comentadores dos textos desses escritores modelares. Esse instrumento, em particular, contém explicações sobre o significado de palavras, frases feitas e provérbios que se referem, em sua maioria, aos primeiros séculos de Roma. O intuito do *De Verborum Significatu* era disponibilizar para os estudiosos de textos antigos o acesso ao significado do maior número de palavras, para que assim pudessem dedicar mais tempo a seu trabalho filológico, sem se preocuparem em levantar o significado de alguma palavra ou expressão não compreendida. Em geral diretas e sucintas, as definições dos verbetes focam questões históricas e etimológicas a eles relacionados. Em algumas delas, aparecem aspectos relativos à fonética e ortografia, mas o foco reside mesmo é nas questões semânticas.

2.3.1 Da *Tékhnē* grega à *Ars* latina: *De Lingua Latina*, de Marco Varrão (séc. I d.C.)

No que diz respeito à produção de gramáticas no mundo latino, destaca-se, pelo pioneirismo, a gramática *De Lingua Latina*, de Marco Terêncio Varrão (116-27 a.C.).

[43] No mundo latino, não se usava o termo 'morfologia', mas sim *declinatio*, cujo estudo representava tanto a *derivação* – formação de novas palavras a partir de outras – quanto a *flexão* – mudança que um nome (a depender do seu caso, gênero ou número) ou um verbo (por conta de seu modo, voz ou tempo) sofrem (cf. VALENZA, 2010).

[44] Uma tradução desse dicionário encontra-se em Ruy (2012), a partir da qual o comento.

Considerada a primeira gramática do latim, a obra tinha 25 volumes, dentre os quais só restam seis – os livros V, VI e VII, sobre etimologia, e os livros VIII, IX e X, sobre morfologia.

Sabe-se que o conjunto da obra de Varrão continha, além das análises etimológicas e morfológicas que perduraram, análises fonéticas e sintáticas do latim, em geral feitas sob os moldes do grego. Segundo Robins (1979), vê-se claramente influência estoica e alexandrina em *De Lingua Latina*. Entretanto, quanto às *partis orationis* (*classes de palavras*), diferentemente de Dionísio e dos seus sucessores latinos, que tendem a seguir o filólogo alexandrino, Varrão parece se valer de um único critério, o morfológico, dividindo as palavras em *nomes* (com flexão de caso), *verbos* (com flexão de tempo), *particípios* (com flexão de caso e tempo) e *advérbios* (sem flexão de caso e tempo). Nesse sentido, esse gramático se desloca da tradição gramatical anterior e posterior, tradição que opera tal categorização a partir de profusos e confusos critérios (cf. Quadro 7). Nas palavras do polímata:

> A seguir falarei sobre o que concerne às partes individuais da oração. Visto que são muitas as divisões existentes, eu agora estabelecerei preferencialmente aquela em que a oração é dividida em quatro partes, segundo sua natureza: a que tem caso, a que tem tempo, a que não tem nenhum dos dois e a que tem ambos. (VARRÃO, Livro VIII, § XXIII. 44 , séc. I a.C., p. 41)

Em sua gramática, Varrão tenta conciliar princípios da analogia e fatos da anomalia. Grande parte de sua descrição e análise do latim decorre da preocupação em discutir essa controvérsia grega. Numa exposição extensa de ambos os pontos de vista, o livro VIII de *De Lingua Latina* é dedicado à crítica dos argumentos dos anomalistas; o livro IX faz o mesmo com os argumentos dos analogistas; e o livro X apresenta uma espécie de síntese conciliativa entre as duas posturas teóricas, representadas, de acordo com Valenza (2010) e Gonçalves (2008), pela escola dos estoicos (anomalistas) e dos gramáticos alexandrinos (analogistas). Um exemplo da estratégia retórica de Varrão: apresentação de uma determinada parte da oração; exposição do paradigma utilizado pelos analogistas para declinar as palavras pertencentes a essa *partis orationis*; e, finalmente, exemplificação não paradigmática, a fim de questionar a afirmação de que é a analogia que rege a língua (VARRÃO, Livro IX, séc. I a.C.).

Relacionada às reflexões sobre analogia e anomalia, uma importante contribuição de Varrão aos estudos linguístico-gramaticais reside na diferenciação entre *derivação* e *flexão*, categorias formuladas pelo gramático a partir da comparação entre declinação voluntária [*declinatio uoluntaria*] e declinação natural [*declinatio naturalis*]. De modo metafórico, Varrão inicia sua célebre oposição:

> Em geral, duas são, pois, as origens das palavras: imposição e declinação; uma é como a fonte, a outra como o rio. Os homens quiseram que os nomes impostos fossem tão poucos quanto possível, para que pudessem aprendê-los rapidamente; já os nomes declinados, eles quiseram que fossem tão numerosos quanto possível, para que mais facilmente todos pudessem dizer aqueles que precisassem usar.
>
> No que diz respeito ao primeiro grupo, é necessário que se faça um trabalho histórico: não se pode fazê-lo senão aprendendo, pois de outro modo ele não veio até nós; no que diz respeito ao segundo grupo, é necessário que se faça um tratado: para isso são necessários poucos e breves preceitos. Pois a maneira pela qual você tiver aprendido a declinar em um nome, você pode utilizar em um número infinito de nomes: da mesma forma quando novos nomes são trazidos para o uso comum, o povo imediatamente diz suas formas declinadas sem hesitação [...] (VARRÃO, Livro VIII, § II. 5-6, séc. I a.C., p. 22-23)

Veja-se que o parágrafo acima, em particular, reflete os focos etimológicos e morfológicos de seu tratado gramatical. O gramático continua sua exposição, antevendo a possibilidade de convivência entre os dois princípios gramaticais: a *anomalia*, associada à declinação voluntária, e a *analogia*, associada à declinação natural:

> As espécies de declinação são duas, a voluntária e a natural. Voluntária é aquela cujo produto vem da vontade de cada indivíduo. [...] Por outro lado, eu chamo de declinação natural aquela que nasce não da vontade dos indivíduos, mas do consenso. [...]
>
> As duas, às vezes, são encontradas juntas, de modo que na declinação voluntária é observada a natureza e na natural a vontade […] De uma parte uns julgaram que no falar convém seguir aquelas palavras que são declinadas semelhantemente de palavras semelhantes, o que chamaram de analogia; outros julgaram que isso deveria ser desprezado e que deveria ser mais seguida a diferença, que é encontrada no uso comum, e a chamaram de anomalia. Mas, como eu penso, ambas devem ser seguidas por nós, pois na declinação voluntária há anomalia, e na natural há mais analogia. (VARRÃO, Livro VIII, § IX. 21-23, séc. I a.C., p. 30-32)

Desde então, essa teorização morfológica vem sendo retomada não só pelo PTG mas também pelos estudos linguísticos contemporâneos. Na verdade, a Linguística naturalizou essa distinção teórica de Varrão, compreendida atualmente como um objeto ateórico: em análises contemporâneas, morfologistas parecem saber de início o que é *flexão* e o que é *derivação*, passando a ser sua tarefa achar algum critério que recubra a oposição (cf. GONÇALVES, 2011). A propósito, em recente conferência sobre a naturalização da gramática tradicional pela Linguística, Borges Neto (2013) também advoga que *flexão* e *derivação* são, na atualidade dos estudos linguísticos, propriedades empíricas das palavras e não noções teóricas.

Deve-se frisar que, a despeito de haver teorizações interessantes e produtivas para a pesquisa linguístico-gramatical, nesse sentido aceitando-se a anomalia como princípio linguístico legítimo, permanece na gramática de Varrão a explícita postura prescritiva e

proibitiva de certos usos, conforme o que se poderia esperar de uma obra que é a precursora do PTG no mundo latino:

> Há duas espécies de erros na declinação, uma que foi incorretamente recebida no uso, a outra que ainda não foi recebida e seria chamada de incorreta: uma mostram que não é necessário dizer, pois não existe no uso, a outra não admitem que seja dita desse modo; quando fazem isso é como se eles permitissem que os meninos devessem ser corrigidos caso algum deles por teimosia começasse a guiar seus pés sem jeito e imitar alguém com as pernas tortas, e, ao contrário, não permitissem que fosse corrigido alguém que no uso de andar já tenha as pernas tortas ou as coxas juntas.
>
> Não se segue que agem estupidamente os que amarram talos nos joelho das crianças para endireitar suas pernas tortas? Já que o médico não é criticado por fazer com que um doente que tinha um mau hábito antigo fique melhor, por que deve ser repreendido aquele que transforma um discurso menos forte por causa do mau uso em um melhor? (VARRÃO, § IV. 10-11, Livro IX, séc. I a.C., p. 66)

2.3.2 Bases seculares da gramatização latina: *Ars grammatica*, de Élio Donato (séc. IV d.C.), e *Institutiones Grammaticae*, de Prisciano de Cesareia (séc. VI d.C.)

Obra latina situada no PTG de modo mais prototípico do que a gramática de Varrão e de maior influência para a posterioridade da doutrina gramatical é a *Ars grammatica* (*Arte gramatical*), de Élio Donato, gramático latino que viveu entre os anos 310-363 d.C. Segundo Dezotti (2011), essa obra, dividida em *Ars minor* (*Arte menor*) e *Ars maior* (*Arte maior*), constitui um ponto central na transmissão do conhecimento gramatical antigo, por ter sido utilizada amplamente durante toda a Idade Média (fora o único dos textos profanos a sobreviver sem interrupção da Antiguidade ao Renascimento) e servido de modelo para a elaboração das primeiras gramáticas vernaculares europeias. Muito do sucesso da obra de Donato advém do método sistemático de exposição do conteúdo, o que seria posterior e permanentemente incorporado ao PTG.

Se da *Tékhnē* de Dionísio a *Ars* de Varrão é considerável o aumento da preocupação em fornecer explicações e exemplos que ilustrem as afirmações, especulações e teorizações gramaticais, é com a *Ars* de Donato[45] que o cuidado com a estruturação da obra, em razão de sua compreensibilidade, se revela. As partes da gramática passam a contar com tópicos e sessões mais numerosos e claros, em que se descarta o texto contínuo, parágrafo a parágrafo, nos moldes de Dionísio e Varrão. O caráter ensaístico presente nas obras desses dois autores distancia-se do modo de se descrever e se elencar os conteúdos que seriam abraçados, a partir

[45] A *Ars grammatica*, de Donato, é comentada e citada nesta tese a partir da tradução encontrada em Dezotti (2011, p. 108-174).

de Donato, pelo PTG. Nesse sentido, em termos estruturais, a *Ars* de Donato se aproxima mais daquilo que entendemos atualmente por gramática tradicional do que suas antecessoras.

Isso pode ser percebido, por exemplo, ao analisarmos a estrutura esquemática de cada assunto abordado na *Ars Donati*, que assim segue: apresentação da categoria gramatical; definição geral da categoria em termos semânticos (levemente funcionais); especificação por uma série de características morfológicas e posicionais; e ilustração com exemplos canônicos. Outras características da obra abraçadas pelo PTG é o agrupamento dos fatos anômalos (exceções) na parte final de cada capítulo e a ausência de referências a outras fontes no corpo da obra – esta última característica, a rigor, remonta aos alexandrinos. Também sobre a organização do conteúdo da *Ars* de Donato, Dezotti (2011) sugere que o grande diferencial da obra seja o fato de ela se iniciar pelo tratado sobre as partes da oração, posicionando-as, desse modo, como cerne do ensino gramatical, o que seria mantido pelo PTG.

A seguir, o Quadro 8 – uma ampliação do Quadro 7 – põe lado a lado as *partes do discurso*, as *partes da oração* e as *classes de palavras* presentes, respectivamente, na *Tékhnē Grammatikē*, de Dionísio (séc. I a.C.), na *Ars Grammatica*, de Donato (séc. IV d.C.), e na *Nova gramática do português contemporâneo*, de Cunha & Cintra (séc. XXI).

Quadro 8 – Partes do discurso vs. Partes da oração vs. Classes de palavras

DIONÍSIO (SÉC. I A.C.) **PARTES DO DISCURSO**	**DONATO (SÉC. IV D.C.)** **PARTES DA ORAÇÃO**	**CUNHA & CINTRA (SÉC. XXI)** **CLASSES DE PALAVRAS**
NOME [ÓNOMA]: parte do discurso com caso que significa um corpo ou uma ideia e que é dita de modo comum ou próprio.	NOME [NŌMEN]: parte da oração com caso que significa um corpo ou uma ideia de modo próprio ou comum.	SUBSTANTIVO: palavra com que designamos ou nomeamos os seres em geral.
VERBO [RHÊMA]: palavra sem caso que admite tempos, pessoas e números e que estabelece atividade ou afecção.	VERBO [VERBUM]: parte da oração com tempo e pessoa, sem caso, que significa fazer algo ou ser afetado, ou nenhum dos dois.	VERBO: palavra de forma variável que exprime o que se passa, isto é, um acontecimento representado no tempo.
PARTICÍPIO [METOCHÉ]: palavra que participa da propriedade dos verbos e da propriedade dos nomes.	PARTICÍPIO [PARTICIPIUM]: parte da oração assim chamada porque toma parte do nome e parte do verbo: do nome traz os gêneros e os casos; do verbo, os tempos e as significações; de ambos, o número e a figura.	ADJETIVO: essencialmente um modificador do substantivo, indicando-lhes uma qualidade, o modo de ser, o aspecto ou aparência, o estado.
ARTIGO [ÁRTHRON]: parte do discurso com caso, que pode ser preposta ou posposta à declinação dos nomes.		ARTIGO: antepõe-se aos substantivos para indicar que se trata de um ser já conhecido do leitor/ouvinte, ou de um simples representante de uma dada espécie ainda não mencionado.
PRONOME [ANTONYMÍA]: palavra que se emprega no lugar do nome, indicativa de pessoas definidas.	PRONOME [PRŌNŌMEN]: parte da oração que, empregada no lugar do nome, significa quase o mesmo e às vezes traz a pessoa.	PRONOME: desempenham na oração as funções equivalentes às exercidas pelos elementos nominais; servem, pois, para representar um substantivo ou para acompanhar um substantivo determinando-lhe a extensão do significado.
PREPOSIÇÃO [PRÓTHESIS]: palavra que se prepõe a todas as partes do discurso, seja em composição, seja em construção.	PREPOSIÇÃO [PRAEPOSITIŌ]: parte da oração que, preposta às outras partes da oração, complementa, altera ou diminui a significação.	PREPOSIÇÃO: palavra invariável que relaciona dois termos de uma oração, de tal modo que o sentido do primeiro é explicado ou completado pelo segundo.
ADVÉRBIO [EPÍRRHEMA]: parte do discurso indeclinável que é dita a respeito do verbo ou é dita junto do verbo.	ADVÉRBIO [ADVERBIUM]: parte da oração que, colocada junto do verbo, esclarece e completa a significação dele.	ADVÉRBIO: é fundamentalmente um modificador do verbo, também podendo reforçar o sentido de um adjetivo, advérbio ou modificar toda a oração.
CONJUNÇÃO [SÝNDESMOS]: palavra que conecta o pensamento com ordem e indica uma abertura na expressão.	CONJUNÇÃO [CONJUNCTIŌ]: parte da oração que conecta e ordena a sentença.	CONJUNÇÃO: relaciona duas orações ou dois termos semelhantes da mesma oração.
	INTERJEIÇÃO [INTERIECTIŌ]: parte da oração inserida entre outras partes da oração para exprimir os afetos do ânimo.	INTERJEIÇÃO: espécie de grito com que traduzimos de modo vivo nossas emoções.
		NUMERAL: indica uma quantidade exata de pessoas ou coisas, ou assinala o lugar que elas ocupam numa série.

Fonte: O autor, 2015.

Para o Quadro 8, valem os mesmos comentários sobre o Quadro 7, em relação às semelhanças entre as listas no que diz respeito a terminologia e conceitos, bem como sobre os problemas de ausência de critérios claros e homogêneos para classificar as palavras das línguas grega, latina e portuguesa, respectivamente. Vê-se, desse modo, a influência do aparato categorial e conceitual dos alexandrinos sobre os gramáticos latinos e luso-brasileiros. Nesse aspecto, em se tratando das gramáticas grega e latina, a única diferença que se percebe entre a *Ars* de Donato e a *Tékhnē* de Dionísio está na substituição do artigo (ausente na estrutura da língua latina) pela interjeição (apresentada na *Tékhnē* como um "advérbio de reclamação"), sendo as demais *partis orationis* idênticas. Entre as três gramáticas, algumas categorias, inclusive, trazem definições bem próximas, como o *ónoma* de Dionísio e o *nōmen* de Donato; a *interiectiō* de Donato e a *interjeição* de Cunha & Cintra; ou ainda o *adverbium*/*advérbio* nas três obras.

Além da *Ars Grammatica*, de Donato, outra importante obra gramatical latina produzida no correr dos primeiros séculos de nossa era foram as *Institutiones Grammaticae* (*Fundamentos gramaticais*), de Prisciano de Cesareia, gramático que viveu e trabalhou em Constantinopla (capital oriental do Império Romano), no século VI d.C. De acordo com Faraco (2008), essa gramática consiste em uma verdadeira síntese da tradição greco-romana, sendo o grande modelo de tudo o que se fez até hoje em termos de gramática tradicional. Segundo Côrrea (2010), a gramática de Prisciano, menos original que as de Varrão e Donato, era quase uma tradução para o latim da *Tékhnē* de Dionísio, somada aos estudos sintáticos do grego feitos por Apolônio Díscolo e Herodiano. Fortes (2012b) afirma que Prisciano rompeu com os autores da tradição gramatical latina anterior, engendrando uma identidade entre conceitos teóricos das gramáticas grega e latina. Do ponto de vista da cultura gramatical, Prisciano teria conseguido articular o legado intelectual grego, representado especificamente pelas obras de Dionísio, Apolônio e Herodiano, à tradição latina. Essa articulação, entendida como um amplo projeto greco-romano de reflexão sobre a linguagem, acabou se estendendo por todos os gramáticos latinos que o sucederam, a despeito de haver particularidades de contexto histórico e social e também relativas às idiossincrasias estruturais das línguas grega e latina.

Robins (1979) também vê em Prisciano o representante máximo da tradição gramatical latina. Conta-nos que sua obra é composta de 18 livros com cerca de 1000 páginas. Às categorias gregas procurou dar uma tradução literal, na tentativa de elaborar uma descrição sistemática do latim da literatura clássica, em termos fonéticos, morfológicos e sintáticos. Como Dionísio, define a palavra como a unidade mínima da estrutura da frase, e a frase como

a expressão de um pensamento completo, a partir da tradução equivocada de "*autotelōs lógos*" (cf. seção 2.2), instaurando, de acordo com Gonçalves & Conto (2010), a ideia de "oração perfeita" [*oratio perfecta*], um discurso com sentido pleno, um dizer que se basta em si mesmo. A partir de então, esse corte metodológico para a investigação dos fenômenos gramaticais estaria presente nos estudos sintáticos do PTG, reféns da frase/sentença/período como unidade máxima de análise.

Também na esteira dos gregos, Prisciano adota o sistema de oito partes da oração, substituindo, como Varrão e Donato, o *artigo* pela *interjeição*. De acordo com o classicista Fortes (2010), o autor da *Institutiones Grammaticae* descreve exaustivamente essas classes de palavras em quinze dos dezoito livros, sendo o primeiro destinado ao tratamento da letra/som [*littera*] e os dois últimos, popularmente conhecidos como *Priscianus minor*, ao exame da sintaxe [*constructione*]. Segundo Robins (1979), Prisciano faz constantes referências ao idioma grego ao longo da obra e, nas últimas 100 páginas, se dedica exclusivamente a comparar diferentes construções das duas línguas. É curioso saber que não há uma definição de "gramática" na obra, o que sugere que em sua época ainda permaneciam as condições e os objetivos dos alexandrinos, aceitos tacitamente. Mais tarde, outros gramáticos latinos apenas abreviariam a definição de gramática dada por Dionísio no início da *Tékhnē Grammatikē*.

Ainda conforme Robins (1979), Prisciano seguiu a prática dos gregos ao não distinguir *flexão* e *derivação*, ignorando, nesse ponto, as originais contribuições de Varrão. Além disso, ao descrever a morfologia do verbo latino, o gramático de Cesareia adotou o sistema estabelecido por Dionísio para o verbo grego, o que acarretou em equívocos evidentes. Todavia, seus estudos morfológicos são pormenorizados e ordenados, apresentando, para muitos casos, soluções definitivas para a doutrina gramatical. O mesmo não se pode dizer dos seus estudos sintáticos em *Priscianus minor*, que oferece, por vezes, estranhas conclusões filosóficas em razão da ausência de fundamentação empírica devida: afirmava, por exemplo, que a ordem natural dos termos em latim é a do sujeito seguido do verbo porque a substância é anterior à ação que realiza.

É justo dizer que, embora o tratamento dado por Prisciano às categorias gramaticais em geral reúna propriedades que identificam sua obra com os instrumentos do PTG (inclusive no que tange à consideração da frase como unidade máxima de análise), em alguns momentos há determinadas considerações em torno de aspectos textuais e discursivos para a compreensão de certos fenômenos. Nesse sentido, a *Institutiones Grammaticae* segue a *Ars grammatica*, de Élio Donato: segundo Fortes (2010), ambos os gramáticos compreendem, por exemplo, as conjunções como elementos de uso não referencial nas proposições que ocorrem,

ou seja, como palavras que não possuem em si mesmas valores sintático-semânticos *a priori*, o que fazia com que considerassem, na descrição desses elementos, suas funções no texto e no discurso. Afirma Prisciano que as conjunções também possuem a função de organizar/arranjar/ordenar [*ordinatio*] as sentenças no texto e, portanto, seriam empregadas muitas vezes por força de fatores extralinguísticos.

Vê-se que essa perspectiva de análise passa longe, por exemplo, das gramáticas tradicionais do português, as quais, na abordagem da conjunção, costumam considerar somente o seu traço definidor de participarem da conexão de palavras, sintagmas ou orações. Por exemplo, Cunha & Cintra (2008, p. 593) afirmam que "conjunções são os vocábulos gramaticais que servem para relacionar duas orações ou dois termos semelhantes da mesma oração", coerentemente com a unidade máxima que toma para análise: o período. Já para Bechara (2009, p. 319), "a língua possui unidades [conjunções] que têm por missão reunir orações num mesmo enunciado", mas a concepção de enunciado que transparece nos exemplos que seguem essa afirmação também se esgota na sentença desprovida de co(n)texto. A comparação entre essa abordagem da conjunção feita por gramáticas normativas atuais do português e as abordagens do mesmo fenômeno que constam nas obras de Donato e Prisciano, gramáticos latinos da Antiguidade tardia[46], sugere que, ao longo do tempo, o PTG foi cada vez mais fixando, irredutivelmente, os níveis de análise da gramática ao limite da frase descontextualizada, operando, nesse sentido, uma espécie de recorte redutor da tradição greco-romana em seus primeiros estágios, a qual se via orientada para a interpretação dos textos da literatura clássica e, inevitavelmente, para questões inerentes à unidade *texto*.

Em suma, o gramático Prisciano de Cesareia buscou, no século VI, descrever de modo amplo e pormenorizado o latim dos autores clássicos. Não tardou a vigorosa recepção de sua obra no Ocidente. Até o período de gramatização dos vernáculos europeus no Renascimento, o arcabouço descritivo e terminológico das *Institutiones Grammaticae* serviu como base das teorias gramaticais e ainda permanece em nossos dias como base do ensino de latim. Portanto, a gramática de Prisciano, fruto da unidade greco-romana, representa o elo entre a erudição gramatical antiga e medieval.

[46] Alinhado a historiadores e outros estudiosos, com o termo Antiguidade tardia refiro-me aproximadamente aos séculos IV e V d.C., período de intervalo entre a Antiguidade clássica greco-romana e a Idade Média.

2.3.3 Estudos gramaticais na Idade Média: retrospecto e permanência

Com o advento da Idade Média (séc. V-VI d.C.), os estudos gramaticais de latim realizados continuaram de ordem prática e normativa. O latim permaneceu como língua de erudição, adquirindo maior prestígio por ser usado como língua da literatura medieval e dos serviços e administração da Igreja católica, de modo que era ensinado aos povos convertidos ao cristianismo. Nesse contexto, de acordo com Pinto (2008), as disciplinas seculares, como a gramática, passaram a servir à defesa da ideia de que há, a despeito das diferenças, um sentido universal e cristão guardado em algum lugar. A gramática, então transformada em doutrina cristã, manteve a tradição e o cultivo de um espaço de transmissão do uno, da gramática da língua latina.

Com isso, as mudanças que ocorriam no latim falado despertavam pouco interesse. E, como esses novos usos do latim se diferenciavam cada vez mais do uso clássico da língua, os gramáticos medievais tenderam a manter as descrições e prescrições antigas, num movimento de "preservação linguística", tipicamente característico da ideologia do PTG. É praxe, portanto, dizer que os estudos medievais de gramática latina tiveram caráter retrospectivo, limitando-se a reconhecer os padrões do passado.

Nesse sentido, Fortes (2010) afirma que as sistematizações de Donato e Prisciano, as principais autoridades em gramática de seu tempo, pouco foram modificadas na Idade Média. Barros & Bittencourt (2006), por sua vez, asseguram que as obras desses dois gramáticos alcançaram larga aceitação e exerceram forte influência sobre os trabalhos de ensino e descrição do latim durante o período medieval. Evidenciam a popularidade de Prisciano os mais de mil manuscritos que já foram encontrados das suas *Institutiones Grammaticae*; a de Donato, o fato de a *Ars grammatica*, elaborada com um propósito claramente pedagógico, permanecer como fonte de consulta e referência cerca de onze séculos após o seu aparecimento, como testemunha o texto didático escrito por Mathias Ringmann, em 1509, com o sugestivo título de *Grammatica figurata – octo partes orationis secundum Donati*. Corrêa (2010) também destaca a força da *Institutiones* de Prisciano no contexto da Idade Média. Segundo esse autor, mesmo com o progressivo desaparecimento do latim como língua materna, a sociedade medieval pressupunha homens com vasto conhecimento da língua latina. A organização e o detalhamento do trabalho de Prisciano, portanto, o tornariam o manual preferido nos bancos escolares por vários séculos, até o início da produção das gramáticas renascentistas.

Dentre os gramáticos que realmente viveram no período medieval, o mais divulgado, segundo Mounin (1970), foi Alexandre de Villedieu (séc. XII), que escreveu o *Doctrinale puerorum* (*Doutrina para crianças*), tratado versificado de gramática latina, reeditado centenas de vezes até fins do século XV. Outra obra importante, anterior ao *Doctrinale* de Villedieu, são as *Etymologiae* (*Etimologias*), de Isidoro de Sevilha (560-636 d.C.), que se destacam como instrumento linguístico guardião da tradição gramatical greco-romana na Idade Média, mais precisamente o Livro I dessa obra, intitulado *De grammatica*[47].

Precursoras em operar uma tradução dos saberes seculares gramaticais na "língua cristã", as *Etymologiae* têm no pedagógico seu principal objetivo: garantir aos postulantes à carreira episcopal o acesso aos textos antigos escritos em latim clássico (PINTO, 2008), à época uma língua já distante das falas românicas emergentes. Para tanto, funcionava como uma espécie de enciclopédia-dicionário-gramática. Aos poucos, pelo alcance e pela influência da produção de Isidoro na Europa, vislumbrou-se o deslocamento de um ensino ainda fundamentalmente baseado na tradição pedagógica greco-romana para algo propriamente cristão, não tardando a ocupar o posto de principal método de aprendizagem na Idade Média.

Dos vinte livros que compõem as *Etymologiae*, os quatro primeiros contemplam a *filosofia*, a *medicina* e as sete artes liberais: *gramática*, *retórica* e *dialética* (o *trivium*) e *aritmética*, *música*, *geometria* e *astronomia* (o *quadrivium*). É curioso perceber que, embora o termo *etimologia* intitule a obra, Isidoro subordina o estudo etimológico ao quadro mais geral da gramática, em conformidade à tradição alexandrina: o capítulo *De etymologia* é o vigésimo nono do Livro I, o *De grammatica*. Esse livro, embora trate de gramática, em muitos momentos se afasta estruturalmente de uma *ars* mais canônica, embora remonte aos principais traços caracterizadores da tradição greco-romana: por exemplo, uma concepção de gramática como "a ciência do falar corretamente [*scientia recte loquendi*], assim como a origem e o fundamento das letras liberais" (Isidoro de Sevilha, séc. VI-VII, Livro I, § 5, p. 258); e as divisões da gramática compreendendo *nome*, *pronome*, *verbo*, *advérbio*, *particípio*, *conjunção*, *preposição* e *interjeição* (as oito partes do discurso), além de *voz articulada*, *letra*, *sílaba*, *pés*, *acento*, *pontuações*, *notas*, *ortografia*, *analogia*, *etimologia*, *glosas*, *diferenças*, *barbarismos*, *solecismos*, *vícios*, *metaplasmos*, *figuras*, *tropos*, *prosa*, *métrica*, *fábulas* e *histórias* (as duas últimas, inovações dessa obra). Contam com uma seção exclusiva no Livro I todas essas "partes da gramática", incluindo cada uma das oito partes do discurso, sobre as quais Isidoro recaptula explicitamente o pensamento de Aristóteles, para quem "foi o primeiro

[47] Esse livro da obra de Isidoro de Sevilha foi por mim consultado a partir da tradução existente em Pinto (2008, p. 227-396).

a apresentar duas partes do discurso", e Donato, que "definiu-as em oito" (Isidoro de Sevilha, séc. VI-VII, Livro I, § 6, p. 260).

Segundo Pinto (2008), também aparece atribuída a Isidoro uma *Ars grammatica*, que se assemelha em muitas frases, preceitos e exemplos ao livro *De grammatica*, da obra *Etymologiae*. Ainda conforme esse autor, da passagem do século VI ao VII, a síntese gramatical de Isidoro ganhou prestígio e foi posta ao lado de outras obras gramaticais de escritores pagãos (Donato e Prisciano) e cristãos (Agostinho), perdurando sua influência até a Renascença, período marcado pela gramatização dos vernáculos europeus e, consequentemente, declínio do latim enquanto língua de cultura.

2.3.4 Gramática, tradição e ensino

Um último ponto, mas não menos importante, que precisa ser posto nesta seção é a influência da tradição latina da Antiguidade tardia e Idade Média na educação linguístico-gramatical dos europeus destinados à erudição humanística, o que reverbera na tradição luso-brasileira de ensino de língua, por séculos entendido como ensino de gramática.

Sabe-se que a tradição pedagógica no que se refere a ensino de língua no mundo latino também remonta aos gregos. Conforme nos conta Rodríguez-Alcalá (2011), já na virada do século II para o século I, na mesma época do surgimento da *Tékhnē Grammatikē* de Dionísio, os romanos, no quadro do processo de helenização massiva, adotaram a gramática grega para o ensino de leitura e de escrita, que ficava a cargo de preceptores junto às grandes famílias ou de mestres de escola, frequentemente de origem grega. Poucos séculos depois, a partir do período imperial, sobretudo o compreendido entre os séculos I e II d.C., a educação romana – posteriormente educação romano-cristã – começou a tomar formas que seriam abraçadas *a posteriori* por todo Ocidente.

Durante o Império Romano, houve grande necessidades de intérpretes de latim, e o ensino e aprendizagem de latim, sobretudo nas escolas, deve ter sido obrigação de todos os homens permitidos a aprendê-lo. Segundo Robins (1979), o que a história mais conhece da erudição linguística romana é a formalização descritiva da gramática latina, que se tornou a base da educação nos fins da Antiguidade e Idade Média e do ensino tradicional do mundo moderno. Como os gramáticos latinos também voltaram a atenção para a linguagem de sua literatura clássica, o papel educacional da gramática era o mesmo da época dos gregos: aproximar-se da linguagem boa e correta dos literatos consagrados.

De acordo com Garcia (2011), a gramática, parte do *trivium* das sete artes liberais, era ensinada às crianças da classe dominante do Império a partir dos doze anos de idade, com a finalidade de elas serem capacitadas a administrar e governar as terras conquistadas. Nesse contexto, cabia à figura do *grammaticus* dedicar o máximo de seus esforços a desenvolver no aluno o maior desembaraço possível no falar e no escrever, de acordo com os modelos dos textos dos autores clássicos gregos e latinos. Freitas (2013) destaca o papel do *grammaticus* como profissional da educação e intérprete dos poetas latinos, o que o afasta, em parte, da concepção moderna do termo.

De inspiração grega, os métodos dos gramáticos latinos estavam apoiados na memória, com atividades de *ditado de texto*, *repetição*, *tradução de verso em prosa*, *análise de palavras* e *composição*. A semelhança metodológica com nosso ensino tradicional de língua não é mera coincidência, mas fruto das concepções de língua e ensino que herdamos de um mundo em que a escrita era para poucos e se resumia aos modelos dos consagrados escritores de um passado relativamente distante. As principais obras gramaticais da época para esse ensino foram a *Institutio Oratoria*, de Quintiliano (séc. I d.C.), e as já apresentadas *Institutiones Grammaticae*, de Prisciano, e *Ars grammatica*, de Donato. Quanto a esta última, esclarece Dezotti (2011) que seu sucesso se deu por procurar formas facilmente memorizáveis para os estudantes, separando costumeiramente o essencial do acessório, e fazendo com que os alunos tivessem contato com as exceções apenas no final da obra, depois de ter assimilado os padrões regulares. Rodríguez-Alcalá (2011) nos garante que, ao longo de toda a Idade Média, a *Ars* de Donato havia se tornado o principal manual para o ensino de latim.

Mesmo com o declínio do Império Romano, a partir do séc. V d.C., a cultura latina tomou conta da Idade Média, e suas gramáticas continuaram sendo a tônica do ensino de língua no mundo medieval. Era grande a atividade de ensino de latim, já que era a língua oficial da Igreja Romana, razão pela qual desfrutava de posição privilegiada na Europa cristianizada. No século VI, o autor das *Etymologiae*, Isidoro de Sevilha, fora um dos principais responsáveis pela difusão da gramática latina e de seu ensino. No século VIII, o aprendizado da língua latina consolidava-se como imprescindível ao sucesso em todas as disciplinas escolares, de modo que a gramática latina passou a instrumento pedagógico a partir de então. De acordo com Agnolini (2010), é nesse período que surgem as *gramáticas elementares da língua latina*, nas quais os alunos encontravam a didatização dos tradicionais conceitos gramaticais e os paradigmas de que necessitavam para aprender a língua de Cícero. Essas gramáticas elementares eram constituídas a partir de listas de exemplos calcados no vocabulário cristão somadas à *Ars Minor* (parte da *Ars Grammatica*), de Donato. Pouco a

pouco, o caráter religioso foi se desvinculando desses compêndios de ensino de língua, os quais foram se assemelhando, cada vez mais, ao protótipo de nossas gramáticas e à nossa prática pedagógica tradicional.

Nesse contexto medieval da didatização das obras gramaticais, é curioso saber que foram os modistas, gramáticos situados fora do PTG[48], que instituíram um hábito bem comum no ensino tradicional de gramática de formular sentenças sem levar em conta seu contexto. Robins (1979) explica essa atitude metodológica dos também chamados gramáticos especulativos apontando o seu interesse em explicar, não raramente, apenas alguma estrutura, sem se preocupar em interpretar o sentido dela decorrente. Some-se a isso seu desejo de se afastar do paganismo das obras clássicas (decorrente da difusão do Cristianismo), exemplificadas com textos literários, o que fez com que passassem a criar "exemplos cristãos" artificiais e descontextualizados. Tal contribuição dos modistas é mais um argumento favorável ao ponto de vista de que o PTG resulta, também, de influências que ultrapassam os estudos de gramática tradicional *stricto sensu*.

2.3.5 Síntese da seção

O percurso historiográfico dos estudos gramaticais no mundo latino desenvolvido nesta seção ilustra a unidade greco-latina quanto aos procedimentos teórico-metodológicos e ao arcabouço categorial e conceitual adotados na prescrição do grego e latim clássicos. Embora os trabalhos dos gramáticos latinos, sobretudo na Antiguidade tardia, não se reduzam à compilação e ao continuísmo do construto alexandrino, insere-se no paradigma tradicional de gramatização inaugurado por Dionísio e seus colegas alexandrinos. Nesse sentido, repetem objetivos, ideologias, concepções teóricas, escolhas metodológicas e aparato terminológico, encaixando-os, por certo, na língua e na cultura latinas. Além disso, a partir de Donato (séc. IV d.C.) e Prisciano (séc. VI d.C.), geralmente compilados durante toda a Idade Média, os latinos também foram os responsáveis pela consolidação das diretrizes tradicionais de ensino de língua e da organização estrutural do que se entende até hoje por *livro de gramática* no Ocidente. A tradição gramatical greco-romana é, portanto, o lastro em que se alicerçam, no contexto renascentista de extensão do processo de gramatização para outras realidades

[48] Críticos da tradição gramatical latina, os gramáticos especulativos consideravam que a descrição do latim feita, por exemplo, por Prisciano e Donato era inadequada e superficial, ainda que tivesse sucesso pedagógico. Argumentavam os modistas que esses gramáticos não haviam investigado e justificado a teoria subjacente aos elementos e às categorias que empregaram (ROBINS, 1979). Daí estarem posicionados no lado esquerdo da Figura 3 (seção 2.1), destinado ao campo teórico dos estudos linguístico-gramaticais.

linguísticas, as gramáticas dos vernáculos europeus, alçados, a partir de então, ao estatuto de língua de cultura. É o que se discute na seção a seguir.

2.4 **A gramatização das línguas europeias modernas**

Ramificado da filosofia clássica e instituído pela filologia alexandrina, o PTG fora evoluindo de dois simples termos (*ónoma* e *rhêma*) e curiosidades etimológicas até uma terminologia relativamente exaustiva e uma tradição de análise centrada na morfossintaxe, consolidada e difundida já em fins da Idade Média. À guisa de exemplo, por ter sido o conjunto taxionômico em foco até agora neste capítulo, resumo no Quadro 9 o desdobramento ocidental das *partes do discurso* às *classes de palavras*, indo da filosofia clássica à tradição latina e comparando esse panorama às classes de palavras da tradição contemporânea:

Quadro 9 – Das *partes do discurso* às *classes de palavras* no PTG

<table>
<tr><th colspan="4">Partes do discurso</th><th>Partes da oração</th><th>Classes de palavras</th></tr>
<tr><td>Filosofia platônica (séc. V-IV a.C.)</td><td>Filosofia aristotélica (séc. IV a.C.)</td><td>Dialética estoica (séc. III a.C.)</td><td>Gramática grega (Dionísio, séc. I a.C.)</td><td>Gramática latina do Império Romano (Donato, séc. IV a.C.) e da Idade Média (Isidoro de Sevilha, séc. VI-VII)</td><td>Gramática tradicional do português (Cunha & Cintra, séc. XXI)</td></tr>
<tr><td rowspan="3">nome [ónoma]</td><td rowspan="3">nome [ónoma]</td><td>nome próprio [ónoma]</td><td rowspan="3">nome [ónoma]</td><td rowspan="3">nome [nōmen]</td><td>substantivo</td></tr>
<tr><td rowspan="2">nome comum [prossegoria]</td><td>adjetivo</td></tr>
<tr><td>numeral</td></tr>
<tr><td rowspan="3">verbo [rhêma]</td><td rowspan="3">verbo [rhêma]</td><td rowspan="2">verbo [rhêma]</td><td>verbo [rhêma]</td><td>verbo [verbum]</td><td rowspan="2">verbo</td></tr>
<tr><td>particípio [metoché]</td><td>particípio [participium]</td></tr>
<tr><td>advérbio [mesótes]</td><td>advérbio [epírrhema]</td><td>advérbio [adverbium]</td><td>advérbio</td></tr>
<tr><td rowspan="5"></td><td rowspan="5">conjunção [sýndesmos]</td><td>pronome [antonymía]</td><td>pronome [antonymía]</td><td>pronome [prōnōmen]</td><td>pronome</td></tr>
<tr><td rowspan="2">artigo [árthron]</td><td rowspan="2">artigo [árthron]</td><td rowspan="2">interjeição [interiectiō]</td><td>artigo</td></tr>
<tr><td>interjeição</td></tr>
<tr><td>preposição [próthesis]</td><td>preposição [próthesis]</td><td>preposição [praepositiō]</td><td>preposição</td></tr>
<tr><td>conjunção [sýndesmos]</td><td>conjunção [sýndesmos]</td><td>conjunção [conjunctiō]</td><td>conjunção</td></tr>
</table>

Fonte: O autor, 2015.

É o arcabouço gramatical dos latinos, consolidado na Idade Média europeia, representado no quadro acima pelas oito partes da oração contempladas nas obras de Donato e

Isidoro de Sevilha, que os renascentistas herdam para a gramatização dos seus vernáculos. Tal arcabouço se insere no cenário histórico e epistemológico propício ao acontecimento denominado por Auroux (1992) de *revolução tecnológica da gramatização*: o movimento de gramatização massiva das línguas do velho e do novo mundo a partir de uma única tradição linguística. À época dessa revolução, produzida na crista do Renascimento cultural e político europeu – período da consolidação dos estados nacionais, das grandes navegações e da expansão colonial do Velho Mundo –, o lastro gramatical de tradição greco-romana já estava bem próximo ao que se vê nas gramáticas tradicionais contemporâneas, como também sugere o Quadro 9.

Nesta seção, discuto como ocorreu essa gramatização massiva dos vernáculos europeus e em que medida tal processo contribuiu para a expansão e garantiu a consolidação do PTG no Ocidente. Se até então o termo *gramática* só se referia a um corpo de sistematização das línguas clássicas (grego e latim), no Renascimento esse escopo se expande para as demais línguas do mundo, mortas ou vivas, europeias ou não, de povos de tradição escrita ou ágrafos. Qualquer língua passa a ser digna do processo de gramatização, e o peso da herança clássica da tradição gramatical greco-latina fatalmente iria ser sentido sobre essas gramáticas emergentes.

2.4.1 Gramatização massiva e latinização estendida

Conta a História que, no final do século V, depois da queda do Império Romano do Ocidente, o latim foi deixando o estatuto de vernáculo, na medida em que este ia sendo assumido pelos falares regionais, os *romances*. Ainda no período medieval, por volta do século IX, autores asseguram que, ao lado das gramáticas da norma latina, começaram a surgir transcrições fonéticas das línguas populares, consideradas os primeiros textos escritos românicos, que aos poucos se organizariam em torno de normas mais ou menos consensuais. Segundo Guisan (2011), essas normas foram sendo construídas aos poucos, em um processo de quatro etapas. Em primeiro lugar, surgiu uma *coiné pidginizada*, isto é, uma mescla de algumas variedades próximas, de modo a permitir a intercompreensão de indivíduos de dialetos diferentes, mas que precisavam negociar. Em seguida, ocorreu o *uso literário da coiné*, a partir de uma literatura oral, que pôde ser transcrita para fins de conservação, dando início à produção de uma modalidade escrita. Num terceiro momento, a coiné se tornou a *língua oral culta*, a norma das elites, da aristocracia da corte, a língua "boa e correta". Por

fim, deu-se a *regulação normativa* dessa "língua oral culta" através de gramáticas, dicionários e academias, surgindo, desse modo, uma língua nacional.

Segundo Lagares (2011), essa regulação normativa, a partir da produção de instrumentos gramaticais, cumpria a função de apresentar um modelo de língua que pudesse ser oferecido aos falantes e que fosse identificado como "a Língua", vindo ocupar um espaço que antes correspondia exclusivamente ao latim. Por um lado, houve a valorização das línguas românicas (a continuidade dos romances), não mais consideradas corrupções do latim, mas sim expressões de novas civilizações; por outro lado, com a emergência dessas "novas línguas", os outros falares daquele território passaram a ser encarados como "variantes corrompidas a serem extirpadas através da educação do povo, que deveria falar a língua normatizada, única garantia da unidade nacional" (GUISAN, 2011, p. 141). É exatamente essa culminância do processo de emergência das diferentes normas-padrão europeias (e não europeias) o que consiste na *revolução tecnológica da gramatização*. Na Introdução deste trabalho, creio ter ficado clara a importância do conceito de *gramatização* para o desenvolvimento da tese, o qual é visto aqui, repito, como o processo de origem renascentista e filiação doutrinária greco-romana de descrição e instrumentalização de uma língua por meio da produção de dicionários e gramáticas (AUROUX, 1992).

Assim, se o conceito de *gramatização* cobre o contexto renascentista de produção de gramáticas e dicionários das novas línguas emergentes nacionais, apresentados por Auroux (1992) sob a rubrica *revolução tecnológica da gramatização*, o conceito de *paradigma tradicional de gramatização*, o qual estou a formular neste capítulo da tese, abarca a produção de gramáticas tanto no Ocidente quinhentista, quanto em momentos anteriores e posteriores a esse. Em outras palavras, o PTG abrange toda a filiação doutrinária greco-romana de instrumentalização de uma língua por meio de dicionários e gramáticas ao longo da história dos estudos gramaticais no Ocidente.

Portanto, igualmente às gramáticas renascentistas dos emergentes vernáculos europeus, estariam sob o crivo do PTG, dentre outros instrumentos linguísticos, tanto a produção de gramáticas dos alexandrinos da Antiguidade quanto a tradição gramatical brasileira do século XX, embora esses três conjuntos de gramáticas difiram quanto a suas finalidades imediatas. Sabe-se, por exemplo, que a *Tékhnē Grammatikē*, de Dionísio (séc. I a.C.), visava à reconstituição do grego clássico literário; a *Gramática de la lengua castellana,* de Nebrija (séc. XV), intentava promover o dialeto de Castela, em sua sincronia, em língua oficial do Estado espanhol; e a *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Cunha & Cintra (séc. XXI), pretende servir de guia orientador de uma expressão oral e, sobretudo,

escrita da língua portuguesa considerada "correta", conforme prefaciam seus autores. A despeito de existirem essas diferenças de *função social*, os pressupostos teórico-epistemológicos, o comprometimento ideológico, os procedimentos metodológicos e o arcabouço categorial e conceitual de que lançam mão se assemelham. A distância temporal e espacial também não impedem de essas gramáticas estarem inseridas em um mesmo paradigma de gramatização – o PTG, conforme ilustrado na parte amarela da Figura 3 (seção 2.1).

Não é difícil ver que, para todo processo de gramatização das línguas nacionais europeias, o latim foi pano de fundo. De acordo com Padley (2001), dado o prestígio e a utilização universal do latim, era inevitável que as primeiras gramáticas dos vernáculos europeus fossem baseadas nos modelos concebidos para a descrição da língua latina. Auroux (1992) argumenta que este "fundo latino" constitui um fator de unificação teórica sem igual na história das ciências da linguagem, pois permite que se forme uma homogeneidade conceitual nos instrumentos de gramatização, uma identidade de metalinguagem, além de possibilitar a constituição em rede do conhecimento linguístico. O autor conclui ter se formado no Ocidente um quadro de "Gramática Latina Estendida" (p. 44), o qual governa a estruturação das gramáticas vernaculares dessa parte do mundo. Esse acontecimento também teria criado, segundo Auroux (1992), as condições para o surgimento da gramática geral racionalista dos séculos XVII e XVIII e da gramática histórica do século XIX. Acrescento que ele também é, em certa medida, a base descritiva da Linguística do século XX, o que retoma à perspectiva da ramificação e influências mútuas para a compreensão da tradição gramatical no fluxo da história dos estudos linguísticos (cf. subseção 2.1.4, Figura 3).

Como a metalinguagem das línguas gramatizadas fora feita a partir da gramática latina, houve certa equivalência entre as gramáticas de diferentes línguas, neolatinas ou não, configurando essa latinização estendida: gramáticas do alemão, inglês, espanhol, francês, italiano, português, entre outras, poderiam ser perfeitamente traduzidas entre si, por fazerem parte do mesmo processo de "gramatização massiva", a qual criava uma "rede homogênea de comunicação centrada inicialmente na Europa" (AUROUX, 1992, p. 35). Concluo que esse fundo latino favorece ainda hoje a ampla aceitação e a solidez do PTG, pois forja a ilusão de um paradigma universal de descrição de línguas, conforme exemplifico no Quadro 10:

Quadro 10 – Cognatos do termo latino *adverbium* no contexto do PTG

advérbio	português
adverbio	espanhol, galego
adverbe	francês
avverbio	italiano
adverbi	catalão, finlandês
adverb	romeno, inglês, alemão, sueco, norueguês, urdu
adberbioa	basco
adverba	malaio
avverbju	maltês

Fonte: O autor, 2015.

Observe-se que a palavra latina *adverbium* (*ad* + *verbum*: ao lado do verbo) é uma tentativa de tradução do termo alexandrino *epírrhema* (*epi* + *rhêma*: sobre o verbo), o que serve para ilustrar o caráter greco-latino do PTG. Essa semelhança entre o inventário de termos utilizado na gramatização de diversas línguas à luz do PTG forja no senso comum a falsa ideia de que os termos da Gramática (com G maiúsculo, transcendendo a diversidade de línguas, culturas e seres humanos) são artefatos naturais e de aplicação generalizada, quando, na verdade, são construtos sócio-historicamente comprometidos com uma determinada realidade linguística de um povo, num tempo e espaço específicos, e sujeitos, portanto, a inadequações, desencaixes, incoerências, a depender da língua que se queira descrever e rotular com esse arcabouço terminológico. A força do estabelecimento de elementos gráficos e fônicos, das tradicionais classes de palavras e de categorias gramaticais como *gênero*, *número*, *caso*, *tempo*, *modo*, *voz* e *pessoa* foi tamanha, em praticamente todo o Ocidente, que esses aspectos da organização gramatical procedentes da cultura linguística greco-latina se tornaram artefatos naturais para a ideologia que subjaz à construção das gramáticas desde então. A própria noção de *palavra*, resultado do trabalho milenar de segmentação da cadeia linguística pautado nas características do grego e do latim, também advém dessa cultura gramatical.

Portanto, pode-se dizer que as gramáticas dos vernáculos europeus produzidas a partir do final do século XV não só herdaram a noção de correção linguística da tradição greco-latina, mas também utilizaram o aparato teórico, em parte formal e em parte semântico, da gramática do latim clássico, herdeira direta da gramática alexandrina (gramática do grego clássico), como já bem frisado. Daí decorre a emergência de princípios de análise

insatisfatórios nas gramáticas tradicionais das línguas europeias (e não só românicas), pois a tradição latina muitas vezes não se encaixava com determinados aspectos da gramática da língua que estava sendo descrita e normatizada (DUTRA, 2003). Além disso, como acontecera na Antiguidade e na Idade Média, a literatura continuou a se sobrepor como a língua correta, apesar dos novos tempos, mantendo o posto de autoridade primeira em matéria de regras gramaticais.

2.4.2 Línguas não europeias no âmbito da gramatização massiva

Nesse contexto de gramatização massiva de fundo latino, mesmo quando não se tratava de um vernáculo europeu facilmente "gramatizável" (isto é, mesmo quando a morfossintaxe, a fonologia e o léxico da língua eram bem diferentes dos paradigmas latinos), a língua era analisada sob a perspectiva da gramática do latim. É o caso, por exemplo, do *hebreu*. Segundo Robins (1979), ainda que os hebreus já tivessem uma tradição de análise gramatical própria – pois os estudos de hebraico se desenvolveram por influência dos trabalhos sobre a língua árabe, e os linguistas árabes desenvolveram suas próprias ideias a respeito de sua língua, de modo algum se submetendo aos modelos gregos, como fizeram os latinos –, várias gramáticas de hebreu foram escritas na Europa. Dessa forma, os europeus emprestaram muitos termos técnicos e categorias para a descrição dessa língua. A gramática de maior destaque, *De rudimentis hebraicis*, de Johann Reuchlin (1455-1522), procurou harmonizar a tradição gramatical hebraica à tradição latina: subdividiu, por exemplo, o *nome* em *nome*, *pronome* e *particípio*, e as *partículas* em *advérbio*, *conjunção*, *preposição* e *interjeição*, buscando semelhanças com as partes da oração consolidadas na estrutura das gramáticas latinas.

Outro exemplo ilustre de que as categorias greco-romanas eram tidas como categorias universais para o processo de gramatização de toda e qualquer língua é a quinhentista *Arte da Grammatica da Lingoa mais usada na Costa do Brasil*, do Pe. José de Anchieta, citada aqui pela sua 7ª edição (Edições Loyola), datada de 1990 [1595]. Como todas as demais gramáticas frutos do processo de gramatização renascentista, é evidente a semelhança das categorias gramaticais utilizadas na descrição e sistematização do tupi falado pelos grupos indígenas do litoral brasileiro nos primórdios da colonização com as categorias latinas, vide, por exemplo, o destaque dado ao tratamento de certas categorias, como *nomes simples* e *compostos*, *pronomes pessoais*, *reflexividade*, *tempos* e *modos verbais* (*presente*, *imperfeito*, *perfeito*, *mais-que-perfeito*, *futuro*; *indicativo*, *subjuntivo*, *imperativo*), *gerúndio*, *particípio* e

infinitivo, *verbos irregulares*, *oração subordinada*, *preposição*, entre outras. Some-se a isso o fato de a mesma organização estrutural e disposição de conteúdos que caracterizava os instrumentos gramaticais latinos ser empregada nessa gramatização do tupi.

É verdade que a gramática de Anchieta não tenta forçar o tupi a categorias inexistentes nele, mas isso sempre é feito em comparação com a realidade da língua latina. Por exemplo, no tratamento dos *nomes* e dos *pronomes*, lê-se que "os nomes não têm casos nem números distintos, salvo vocativo" (ANCHIETA, 1595, p. 157) e que "os pronomes pessoais e prefixos verbais não têm flexão nem distinção de gênero gramatical" (ANCHIETA, 1595, p. 162). Parece que Anchieta não se limita a descrever o tupi pelo que ele é, mas sim pelo que ele não é em relação ao latim e suas categorias. A despeito de suas particularidades, a nova língua é descrita a partir do arcabouço terminológico e categorial criado para dar conta da realidade linguística greco-latina.

Convém salientar que a gramatização das línguas ameríndias nos domínios portugueses, a exemplo da *Arte* de Anchieta, não foi feita por falantes nativos da língua, mas por missionários jesuítas, com o objetivo de evangelizar (e controlar) as sociedades locais. Trata-se, portanto, de um processo de *exogramatização*, no dizer de Auroux (1992). A produção de gramáticas, dicionários e catecismos coincidiu com a fundação de instituições de ensino em diversos núcleos urbanos. O processo de gramatização nesse contexto particular, ao contrário da gramatização das línguas europeias das grandes navegações, não buscava dignificar a língua enquanto elemento de uma cultura valorizada, mas sim substituir essa cultura, por ser considerada inferior. Como bem frisa Rodríguez-Alcalá (2011), os índios foram assim forçados a entrar numa nova ordem social, mas sem ter tido acesso irrestrito às benesses da gramatização: em geral, a escrita, as gramáticas e os dicionários da língua dos índios permaneceram como instrumentos a serviço dos portugueses. Mesmo no contexto paraguaio de gramatização do guarani – a partir de 1639, segundo Robins (1979) –, no qual houve uma produção escrita realizada por índios, estes mantiveram frente à escrita o estatuto de tradutores-intérpretes alfabetizados a serviço dos interesses políticos dos missionários.

2.4.3 De vernáculos europeus medievais a línguas nacionais renascentistas: construção da norma e homogeneização linguística

Embora a produção das gramáticas das línguas ocidentais modernas remonte ao período das grandes navegações, convém aqui dizer que já aparecem reflexões de vanguarda na literatura, em momentos anteriores ao final do século XV, que de certa maneira indiciam a

empreitada da gramatização renascentista que estaria por vir. Por exemplo, Dante Alighieri, no século XIV, em *De vulgari eloquentia* (*Da linguagem vulgar*), ao discutir sobre os catorze falares da península itálica na busca pelo "vernáculo ilustre", digno da mais nobre poesia, já fazia a oposição entre *língua vulgar* – entendida como língua primária, materna, oral, aprendida naturalmente e utilizada por todos – e *gramática* – entendida como língua secundária, escrita, aprendida artificialmente e utilizada por poucos. Para Alighieri (1302-1305), a língua vulgar é mais nobre, "quer porque por primeiro foi usada pelo gênero humano, quer porque todo o mundo a emprega" (p. 46), ao contrário da gramática, entendida como "uma certa identidade de linguagem inalterável, em diversos tempos e lugares. E sendo ela regulada de comum acordo entre muitas gentes, parece não estar sujeita a nenhum arbítrio particular e por conseguinte, nem pode ser variável" (p. 58). Em outras palavras, o autor estava ciente de que a "gramática" é uma espécie de segunda língua, adquirida por meio de estudo e não pelo contato humano, como o vernáculo. Além disso e das considerações sobre a variação e a mudança linguísticas, também é interessante perceber nesses trechos da obra de Alighieri a identidade que se estabelece entre "gramática" e a atual noção de "norma-padrão"[49], como norma homogênea e imutável, o que percorreria toda a história da gramatização dos vernáculos europeus a partir do Renascimento.

É importante salientar que, para Alighieri, a escrita nas línguas vernáculas era superior ao latim, ainda tido na época como a língua de cultura e saber. Entretanto, ele escreveu o livro em latim, o que pode evidenciar, de acordo com Morais (2013), uma forma de demonstrar que, embora considerasse o vernáculo superior, não desconhecia nem desobedecia as regras e convenções da época, que diziam que tratados e outros gêneros literários deveriam ser escritos em latim. Além disso, advogava o autor da *Divina Comédia* que um vernáculo que representasse o italiano e fosse digno de versar, como o latim, sobre grandes assuntos, precisaria ser burilado antes de tal feito; portanto, esse vernáculo ainda não existia enquanto unidade concreta. Daí Alighieri propor a criação de uma "língua transdialetal", que fosse a soma de tudo que houvesse de mais nobre e ilustre em cada língua individual. Segundo Morais (2013), essa ideia do escritor de se tentar criar uma identidade, uma língua e uma cultura que ultrapassassem as barreiras regionais em nome de um ideal nacional seria retomada mais tarde na unificação da Itália e na construção da língua italiana que existe hoje.

Afora as reflexões de Alighieri para além dos limites greco-latinos, igualmente anteriores ao século XV são os registros esporádicos de gramatização no Ocidente ainda

[49] Discuto a noção de norma-padrão no Capítulo 3, em particular na seção 3.5.

durante a Baixa Idade Média. Mounin (1970) menciona ser do irlandês a mais antiga gramática de um vernáculo europeu, território que já no século VII contava com uma civilização cristã bastante desenvolvida. Data exatamente desse período a *Auraicept na n-Éces*, de Cenn Faelad, gramática em muito baseada nas obras latinas de Donato, Prisciano e Isidoro de Sevilha. Outros exemplos de gramatização precoce são: o anglo-saxão e o basco, gramatizados no século X (cf. GONÇALVES, 2010); o islandês, no século XII[50] (cf. ROBINS, 1979); e o gaulês e o provençal, no século XIII (cf. AUROUX, 1992).

Esses casos pioneiros de gramatização de vernáculos, aliados à consolidação da gramática latina na sociedade europeia, favorecem o ponto de vista de que, já na Idade Média, o aparato técnico estava dado para a revolução tecnológica e massiva da gramatização. Faltava apenas um interesse político, uma necessidade de utilização das normas-padrão vernaculares, o que aparece com a formação dos estados nacionais e sua imperiosa urgência de uma língua oficial e homogênea.

Auroux (1992) resume as razões para a gramatização massiva de base latina nos seguintes termos. Como já dito neste capítulo, houve o declínio do Império Romano do Ocidente, o que provocou o desaparecimento do papel vernacular do latim e o aparecimento das línguas neolatinas, a partir do século VII d.C. Embora tenha havido a conservação do latim como língua de administração, e por mais tempo ainda, da cultura intelectual e religiosa (mesmo em lugares em que o vernáculo não era uma língua neolatina, mas uma língua céltica, germânica etc.), o fenômeno de dispersão/fragmentação parece ter vencido aos poucos o de persistência/unificação. Contribuíram também na direção da gramatização massiva dos diferentes vernáculos o crescimento do público letrado na Europa; a importância de certas atividades sociais, como o comércio, que passaram a reclamar por escrita, formando uma esfera estranha à Igreja; e a Reforma Protestante, que defendia o acesso direto e universal aos textos sagrados.

Destarte, é no final do século XV que realmente se inicia o processo de gramatização das línguas que vão daí para frente dominar a história ocidental – o espanhol, o português, o francês, o italiano, o alemão e o inglês. Ocorre também a gramatização de outras línguas europeias – como o húngaro (1539), o polonês (1568), o basco (1587) e o velho-eslavônio

[50] É interessante o registro de Robins (1979) sobre essa gramática medieval do islandês, de autoria desconhecida, denominada *Primeiro tratado gramatical*. O principal interesse da obra era reformular e aperfeiçoar a escrita islandesa, derivada do alfabeto latino. No tratamento dado aos problemas ortográficos, demonstrou compreender os princípios implícitos na análise fonológica e nas suas aplicações, antecipando em cerca de oitocentos anos vários pontos da teoria fonológica de Praga e a utilização dos conceitos de *fonema*, *alofone* e *pares mínimos*. Publicada apenas em 1818, permaneceu quase inteiramente desconhecida fora da Escandinávia. Resultado: grande parte do que havia sido tão bem explorado na obra foi novamente percorrido no período moderno por estudiosos que passaram a ser considerados os primeiros a realizar certas façanhas.

(1596) – e de línguas ameríndias – como o návatle (1547), o tarasco (1558), o quéchua (1560) e os já comentados tupi (1595) e guarani (1639). Robins (1979) registra que também vieram à luz, a partir do século XVII, gramáticas de línguas asiáticas, como o japonês e o persa.

As nações europeias, impulsionadas pela necessidade política de se alcançar certa unidade linguística, buscaram instituir e legitimar um padrão de língua (uma norma-padrão) para atenuar a diversidade linguística regional e social herdada da experiência feudal. É assim que hoje, por exemplo, o *Hochdeutsch* (alemão padrão) é considerado a língua padrão de falantes de diferentes dialetos na Alemanha, Áustria, Suíça e em pequenos setores de outros países europeus, apesar das diferenças consideráveis entre esses vernáculos; ou o italiano escrito moderno, proveniente do dialeto toscano – em que fora escrita a *Divina Comédia*, de Dante Alighieri – e de empréstimos de outros dialetos, é a língua de todos os italianos, cujas línguas maternas se distanciam um pouco mais ou um pouco menos desse italiano padrão. Vê-se que a gramatização acaba sendo fator poderoso de unificação linguística.

Nesse movimento de gramatização a serviço das grandes navegações, a *Gramática de la lengua castellana*, de Elio Antonio de Nebrija (1492), é considerada a pioneira. Segundo Dutra (2003), Nebrija propunha que a Coroa substituísse a língua então falada pelo dialeto da rainha, o falar da região de Castela, conhecido como *castelhano*. Para realizar tal feito, o gramático argumentava que, como até mesmo o castelhano era "solto, sem regras e suscetível a mudanças", ele deveria ser padronizado, para que a rainha conseguisse unificar a Península Ibérica num verdadeiro império espanhol. Pioneiro do paradigma de gramatização renascentista, Nebrija foi buscar no latim, naturalmente, a inspiração para as normas gramaticais a serem postuladas para o castelhano.

Criava-se, então, o artifício da *língua padrão moderna ocidental*, língua diferente do latim e grego clássicos e mais próxima dos vernáculos europeus. Seguidores dessa mesma "política linguística" (cf. CALVET, 2007), os demais estados europeus tentaram substituir suas línguas vernáculas, por meio das quais o povo expressava sua identidade e suas culturas locais, por uma norma-padrão imposta, que não se configurava como uma variedade de língua, mas como um construto sócio-histórico que serviria de referência para estimular um processo de uniformização. Em oposição ao obscurantismo medieval, a ideia renascentista de que o estudo da literatura clássica e pagã constituía a base de uma educação liberal fez com que a literatura permanecesse com seu *status* de modelo de língua a ser seguido.

Um reforço a esse processo de gramatização das línguas nacionais emergentes veio com a publicação, em 1627, do primeiro tratado pedagógico moderno, a *Didática Magna* de Jan Comenius – intelectual europeu ligado à tradição religiosa reformada, considerado o

fundador da didática moderna. Faraco (2012a) vê nessa obra algo como uma "síntese pedagógica desse novo tempo" (p. 78). Comenius defendia, dentre outras causas progressistas (como o direito das mulheres à educação, a metodologia de ensino centrada na leitura dos "bons autores" e não na análise gramatical de sentenças dissecadas), que a educação fundamental deveria ser realizada primordialmente na língua materna e não em latim, o que valorizou as línguas modernas ao mesmo tempo em que rompeu com a tradição pedagógica medieval, que tinha o latim como língua de ensino e como objeto central da educação linguística. Sabe-se que, até então, apenas o latim era estudado nas escolas, de modo que *estudar gramática* significava *estudar latim*, para permitir o acesso à cultura escrita. Segundo Morais (1999), no contexto lusófono, a despeito da gramatização do vernáculo ter se dado a partir do século XVI, somente no século XVIII é que o português passou a ser língua de explicação gramatical e de comunicação nas aulas, passando a ter importância primordial em todo processo educativo.

Documentos históricos ajudam a atestar a perda paulatina de espaço da língua latina a partir do Renascimento. Um exemplo é o já citado anônimo *Cathalogo das Artes de Grammatica em todas as Linguas*[51], que contempla vinte obras gramaticais escritas em latim datadas do século XVI, dezoito obras do século XVII e apenas doze obras do século XVIII, o que sugere que a proposta iluminista de vulgarização do saber começava a se tornar visível. Entretanto, mesmo com a perda gradual da exclusividade do latim como língua de cultura, com os vernáculos gramatizados já se apropriando de espaços outrora dominados pela língua latina, como a escola, as gramáticas europeias que se desenvolviam continuavam sendo calcadas no arcabouço doutrinário das gramáticas latinas.

Em linhas gerais, as primeiras gramáticas dos vernáculos assemelhavam-se às nossas gramáticas tradicionais de hoje, as de cunho descritivo-prescritivo. Segundo Auroux (1992), elas se baseavam em um *corpus* de exemplos, que constituía o núcleo da língua normatizada. Tais exemplos serviam não somente para justificar certas descrições e regras, como também para disfarçar a ausência de outras regras. As regras podiam ser formuladas como prescrições (*diga isso, não diga aquilo*; *diz-se isso, não se diz aquilo*), ou como descrições (*na língua L*, *eles dizem...*). Essas gramáticas apresentavam uma série de conteúdos relativamente estáveis, portando semelhanças com o rol de conteúdos das nossas gramáticas normativas atuais: havia seções/capítulos de ortografia, fonética, partes da oração (classes de palavras), morfologia (formação de palavras, derivação, flexão), sintaxe e figuras de construção. Tudo isso,

[51] Disponível em Rosa (2000).

naturalmente, baseado nos moldes da gramática latina, que por sua vez filiava-se à tradição alexandrina, o que justifica o alargamento do conceito de PTG que ora proponho.

É válido frisar que, depois de séculos, o sistema de oito *partes do discurso/partes da oração/classes de palavras* estabelecido pelos alexandrinos e propagado pelos latinos foi modificado, mas nada que soasse como a construção de um outro sistema classificatório. A partir do século XVI, houve a incorporação do *particípio* na classe dos *verbos*[52], o retorno do *artigo* (inexistente em latim, mas presente na maioria dos vernáculos ora gramatizados), o acréscimo da classe do *numeral* e a colocação definitiva dos *substantivos* e dos *adjetivos* em diferentes classes. Este último movimento, de acordo com Azeredo (2001), já havia despontado com os gramáticos modistas desde o século XIV, mas, segundo Robins (1979), esperou até o século XVIII para acontecer em definitivo, pois, da tradição latina até então, o *adjetivo* e o *substantivo* eram vistos como uma subclasse dos *nomes* (CARDOSO, 1995), algo curiosamente semelhante, como já frisado, à proposta classificatória contemporânea de Perini (2010) e Bagno (2010). Esses ajustes classificatórios culminariam nas dez classes abraçadas pela nossa NGB no século XX (cf. Quadro 9): *substantivo*, *verbo*, *adjetivo*, *artigo*, *pronome*, *preposição*, *advérbio*, *conjunção*, *interjeição* e *numeral*.

Com base nessa trajetória do PTG, não é difícil compreender por que Perini (2008) afirma que a gramática tradicional talvez seja um dos poucos exemplos de paradigma kuhniano[53] nos estudos linguísticos, por apresentar, pelo menos, o aspecto sociológico de ser aceita pela grande maioria dos profissionais de gramática até pouco tempo, enquanto nenhuma posição teórica abrangente é unânime na Linguística. A propósito, esse dito de Perini (2008) corrobora o núcleo desta tese: a existência de um paradigma tradicional de gramatização no Ocidente, que perdura por mais de dois milênios, sendo questionado no Brasil há algumas décadas apenas, com a virada linguística dos estudos gramaticais e, mais recentemente, com a elaboração das GBCP.

Desse modo, em sentido amplo, o paradigma da doutrina gramatical greco-romana transcendeu a Antiguidade e a Idade Média e dominou todos os estudos gramaticais realizados durante a Idade Moderna e a Idade Contemporânea. Como já discutido na seção 2.1, mesmo com outras vertentes de estudos linguísticos tendo aparecido nessa época, como a gramática racionalista/geral do século XVIII e o empreendimento da linguística histórico-comparativa no século XIX, o conjunto dessas transformações permanece ligado à

[52] Antes disso, em algumas propostas categoriais, o *particípio* já havia sido transferido para a subclasse dos *adjetivos*, conforme registra a *Gramática latina* do século XVI, do Pe. Manuel Álvares (CARDOSO, 1995).

[53] A noção de paradigma de Thomas Kuhn (1962), importante para o encaminhamento da tese, será desenvolvida na seção 2.5, a seguir.

gramatização das línguas do mundo, que persiste como fenômeno central e inabalável. A gramática racionalista francesa tratava do francês padrão gramatizado, e não de um ou outro vernáculo daquela nação[54]; a linguística histórico-comparativa, centrada em documentos escritos (ROBINS, 1979), incidia, assim como as pesquisas etimológicas de Port-Royal (FOUCAULT, 1966), mais sobre a metamorfose das letras do alfabeto do que sobre a maneira como os sons efetivamente pronunciados foram modificados. Em suma, a ideologia da norma-padrão como a verdadeira língua (ideologia essa que guia o PTG, encabeçado na sua origem pelos alexandrinos) perpassava também os estudos linguísticos pré-saussurianos, que começavam, naquele tempo, a tomar força.

Essas reflexões caminham para a ideia de que *gramatizar* envolve necessariamente *homogeneizar*. No que tange à questão, é válido citar, mais uma vez, Auroux (1992, p. 69):

> Em um espaço linguístico vazio, ou praticamente vazio, de intervenções tecnológicas, a liberdade de variação é evidentemente muito grande e as descontinuidades dialetais, que afetam essencialmente traços que não se recobrem, são pouco claras. A gramatização, geralmente se apoiando sobre uma discussão do que seja o "bom uso", vai reduzir esta variação. Basta considerar, para cada uma das línguas europeias, a série dos gramáticos, do século XVI ao fim do século XVII, para ver como se reduzem as diferentes variantes de uma mesma forma até desaparecerem.

A esse respeito, Nunes (1996) comenta que as gramáticas e os dicionários, enquanto instrumentos linguísticos, ao mesmo tempo que estendem a capacidade dos falantes em determinada conjuntura também a limitam. A gramatização acaba levando a uma homogeneização das línguas e reduzindo teoricamente certos fenômenos linguísticos constrangidos pelos modelos prescritos da tradição greco-latina, ainda que por vezes se afaste deles.

Sob essa perspectiva é que pergunto até que ponto as GBCP, que assumem uma concepção heterogênea de língua, contornam essa condição de homogeneidade linguística inerente ao fazer gramatical. É possível elaborar a gramática de uma língua (gramática entendida aqui no sentido de instrumento de gramatização, livro de gramática) tendo como pano de fundo a variação linguística? A partir do momento em que as GBCP escolhem uma variedade da língua para ser descrita, já não estariam efetuando uma varredura metodológica que iguala a variedade escolhida à língua, o que, em certa medida, se choca com os princípios teóricos basilares defendidos nos primeiros capítulos dessas novas gramáticas? Ainda: mesmo

[54] Ainda que o intuito dos racionalistas Arnaud e Lancelot fossem encontrar explicações lógicas e válidas para toda e qualquer língua, no fim das contas é o francês e o latim (por vezes também o grego e o hebreu) que sempre servem de referência inconsciente e privilegiada a suas análises racionalizadas. Outras línguas, como o alemão, o espanhol e o italiano, não são citadas mais que três ou quatro vezes. (MOUNIN, 1970)

levando em consideração que o que se está descrevendo é uma determinada variedade da língua, e não "A língua" (LAGARES, 2011), como delimitar essa variedade objetivamente, tendo em vista que, teoricamente, ela também é heterogênea, difusa, multifacetada, opaca?

Voltarei a essas questões, centrais à tese, no Capítulo 4, dedicado às análises das GBCP. Passo agora à tentativa de articulação da noção de PTG dentro dos estudos em epistemologia científica que tratam de noções como paradigma científico e ruptura paradigmática e epistemológica.

2.5 **Gramatização, paradigma e revolução do fazer gramatical**

A reflexão sobre epistemologia científica é fundamental para os problemas investigados nesta tese, visto supor que a elaboração das GBCP se dá a partir da negação das características centrais do PTG[55], paradigma erigido pelos alexandrinos na codificação do grego clássico, absorvido pelos romanos na elaboração das gramáticas da língua latina, perpetuado na tradição gramatical medieval, difundido no movimento de gramatização das línguas modernas europeias no Renascimento e mantido no Brasil desde a segunda metade do século XIX até os nossos dias. A natureza múltipla e heterogênea do(s) novo(s) paradigma(s) brasileiro(s) de gramatização é o que minha pesquisa pretende revelar, bem como os movimentos de ruptura e as linhas de continuidade que ele(s) encabeça(m) em relação ao PTG. Portanto, convém esclarecer o que venho entendendo por *paradigma*, *ruptura paradigmática* e *revolução científica* no contexto da epistemologia científica e, mais precisamente, linguística.

2.5.1 Gramática, ciência e senso comum

Deve ficar claro que não defendo estarmos saindo, no século XXI, de um paradigma de gramatização não científico ou pré-científico para um cientificamente fundamentado. A propósito, não é do meu interesse discutir se a elaboração de uma gramática na Antiguidade, no Renascimento ou na contemporaneidade seja técnica, arte, filosofia, ciência ou mesmo mera especulação do senso comum. Apenas concebo a elaboração desses instrumentos de gramatização como uma produção de conhecimento sobre língua socioculturalmente bem relevante, independentemente de sua filiação paradigmática. Sou convicto de que

[55] Os traços constitutivos do PTG estão arrolados na Figura 4, na seção 2.6, a seguir.

caminhamos para uma nova relação entre *ciência* e *senso comum*, reflexo de minha filiação teórica a uma LA transgressiva, mestiça, híbrida, plural (cf. MOITA LOPES, 2008b), a qual problematiza noções positivistas clássicas, como *método científico* e *verdade científica*. Na linha de muitos epistemólogos, como Matallo Jr. (1987a, 1987b), Souza-Santos (1998) e Alves (2007), penso que a ciência não seja um modo de conhecimento diferente do senso comum, mas apenas uma especialização, um refinamento, um processo de desenvolvimento progressivo deste. Há, portanto, uma continuidade entre o senso comum e o pensamento científico, ambos expressões da necessidade humana de compreender o mundo. Além disso, há de se considerar que o desenvolvimento científico leva à construção de novas teorias científicas, que interagem com o senso comum e o modifica.

Segundo Souza-Santos (2001), a crise do paradigma científico moderno no século XX provocou o desgaste das certezas epistemológicas e a emergência de uma nova ordem científica. Enquanto a ciência moderna virou as costas a outros saberes, a ciência pós-moderna entende não ser a única ou a melhor forma de se explicar a realidade. Sabe-se que, desde o raiar iluminista, a ciência moderna se autoproclamava isenta de valores subjetivos. Tal ilusão de subjetividade começou a ser questionada apenas na contemporaneidade, quando alguns passaram a compreender que o objeto científico é a continuação do cientista. Todo conhecimento científico seria, pois, autoconhecimento, juízos de valor e sistemas de crenças; não estaria distante da explicação científica da natureza e da sociedade, mas seria parte integrante dessa explicação.

Assim, em relação à produção de gramáticas, independentemente de esta produção se dar a partir do PTG ou não, faço minhas as palavras de Foucault (1966, p. 390): "quão vãs e ociosas são todas as enfadonhas discussões para saber se tais conhecimentos podem ser ditos realmente científicos e a que condições deveriam sujeitar-se para vir a sê-lo". Isso significa que, a despeito de seu *status* científico, a produção de uma gramática, entendida como contribuição para o processo de gramatização de uma língua, se insere num paradigma de conhecimento que, como qualquer outro, está sujeito a movimentos de "rupturas epistemológicas" (SOUZA-SANTOS, 1998) e processos de "mutações" e "descontinuidade em larga escala" (BACHELARD, 1938). Nesse sentido, um paradigma de produção de conhecimento origina, administra e resolve crises sem ele próprio entrar em crise, até que as soluções que esse paradigma vai propondo geram mais e mais profundas crises, ao passo que surgem condições sociais e teóricas que permitem recuperar o pensamento que não se deixou pensar pelo paradigma e ocasionam a *ruptura paradigmática*. Levanto, portanto, a hipótese de que a produção das GBCP nos últimos anos seria justamente o florir desse pensamento

interditado por séculos históricos de dominação teórico-ideológica do pensamento gramatical circunscrito ao PTG.

Ainda que já discutido nas seções precedentes deste capítulo, não me custa frisar que, com a noção de PTG, não estou dizendo que os estudos gramaticais estiveram submersos no homogêneo mar da doutrina gramatical greco-romana por toda a história da linguística ocidental. Ao contrário, foram várias as vertentes de tratamento dos fatos linguístico-gramaticais na história da linguística ocidental: a vertente *lógico-filosófica*, de Platão e Aristóteles, dos estoicos e modistas, dos gramáticos de Port-Royal; a vertente *histórico-comparativa*, do espírito positivista do século XIX; a vertente *sistêmico-estrutural*, de Saussure, Bloomfield, Hjelmslev e, também, ainda que de uma perspectiva racionalista, Chomsky; as vertentes *interdisciplinares*, oriundas da virada linguística da década de 1960, que resultaram nas disciplinas da macrolinguística – a sociolinguística, a pragmática, a linguística de texto, a análise do discurso etc.; e, por fim (mas não por último), a vertente *filológico-normativa,* dos gramáticos gregos e latinos, dos vernaculistas renascentistas e, como será discutido no Capítulo 3, dos gramáticos da tradição normativa luso-brasileira ao longo de quase cinco séculos de produção de gramáticas do português.

A despeito de sua posição dogmática e doutrinária ao longo desses mais de dois milênios de existência, creio que deve ser reconhecido o componente *teórico* dessa vertente filológico-normativa, e nisso me afasto do ponto de vista de Robins (1979), para quem os gregos apenas estabeleceram uma terminologia técnica para a descrição gramatical, e me afilio à posição de Borges Neto (2013), cujas palavras a respeito valem a pena serem aqui transcritas:

> Os gramáticos gregos e latinos identificaram níveis de análise, como a oração e a palavra, desenvolveram noções teóricas, como sílaba, palavra, sujeito e predicado, flexão, nome e verbo etc., e estabeleceram relações entre essas noções. Apesar de adotarem padrões de exigência mais frouxos do que as teorias científicas atuais, realizaram um trabalho de teorização essencialmente igual ao que realizam os cientistas contemporâneos [...] Até porque não vejo como seria possível estabelecer um vocabulário técnico sem, simultaneamente, identificar entidades, relações, fazer classificações etc. como contraparte empírica desse vocabulário. Assumo, então, que a gramática tradicional, dos gregos e latinos, é uma teoria das línguas de todo o direito. (BORGES NETO, 2013, p. 2)

Isso posto, estou convicto de que a doutrina gramatical tradicional, responsável pelo processo de gramatização no Ocidente, consiste em um *paradigma científico*, no sentido de Kuhn (1962), razão pela qual também afirmo que as GBCP efetuam movimentos de ruptura com tal paradigma (cf. Introdução), isto é, movimentos de *ruptura paradigmática*. Resta-me saber, à medida que essas novas gramáticas são produzidas a partir de um novo paradigma (ou

de novas frentes paradigmáticas), como esse deslocamento paradigmático interfere nos resultados obtidos e na própria noção de (livro de) gramática (cf. Capítulo 4). Trata-se de um novo processo em jogo e da construção de um novo objeto, ainda que sob o título de *gramática*? Ou seria impossível fazer gramática sem *gramatizar* no sentido estrito, ou seja, sem padronizar o heterogêneo, sem eleger um modelo de língua para ser descrito e seguido (ainda que mais próximo aos usos da maioria), sem seguir a categorização e os conceitos de origem greco-latina, que de tão presentes já nos parecem indissociáveis do livro a que chamamos, em diferentes tempos e espaços, "gramática"?

2.5.2 A noção kuhniana de "paradigma científico" e "revolução científica" na interface com o PTG

Dando continuidade às reflexões sobre epistemologia científica e PTG, me aproximo agora da noção kuhniana de "paradigma científico". Kuhn (1962, p. 12-13) afirma que *paradigmas* são "realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência", seja nas ciências naturais ou sociais. Esse pensador defende que o desenvolvimento da ciência não se dá por acumulação, ou seja, não consiste em um processo gradativo em que fatos, teorias e métodos são adicionados ao estoque sempre crescente do conhecimento e da técnica científicos. Explica o autor que a história da ciência inclui conjuntos de crença totalmente incompatíveis com as que hoje mantemos. Isso significa que: i) teorias obsoletas não são acientíficas em princípio simplesmente porque foram descartadas; ii) as concepções de natureza outrora correntes não eram menos científicas do que as atualmente em voga. Esse raciocínio, com o qual concordo, é mais um argumento a favor de que, em se tratando dos estudos linguísticos, pode-se tomar o processo tradicional de gramatização como um *paradigma*, ainda que, no sentido estrito de ciência linguística, seja um processo "pré-científico".

Dando prosseguimento à linha de pensamento kuhniano e com base no que venho apresentando e discutindo neste capítulo, eu diria que os gramáticos do PTG tentam vigorosamente forçar a natureza a se encaixar dentro dos limites preestabelecidos e relativamente inflexíveis fornecidos pelo paradigma, ou seja, forçar a língua gramatizada a se enquadrar em esquemas conceituais e categoriais disponibilizados historicamente pela doutrina gramatical greco-latina e adaptados por alguma terminologia em voga, como a NGB. Através de "operações de limpeza" (cf. KUHN, 1962, p. 44-45), suprimem, assim, aspectos

que poriam explicitamente em xeque seus compromissos básicos com a doutrina. Nesse sentido, é visível que o comportamento do PTG é semelhante ao da "ciência normal": salta aos olhos seu reduzido interesse em produzir grandes novidades, seja no domínio dos conceitos, seja no dos fenômenos. O paradigma é aceito sem qualquer restrição pela comunidade, mesmo não conseguindo atender às questões então emergentes no que diz respeito à realidade da língua realmente em uso. A inflexibilidade do paradigma, portanto, negligencia evidências empíricas e necessidades sociais.

Pensamento semelhante encontra-se em Casella (2010), que aproxima teoricamente o conceito kuhniano de ciência normal à gramática tradicional. Para o autor, a gramática tradicional, mesmo não podendo ser comparada diretamente a uma ciência, constituiu-se ao longo do tempo como o espaço privilegiado de construção do saber linguístico. Além disso, ergue-se como "alimentadora de si mesma, força motriz em si própria", o que cria uma espécie de "inércia intelectual", "um saber que procura sempre o que já é sabido" (CASELLA, 2010, p. 41).

Lembra-nos Kuhn (1962), entretanto, que a própria natureza da produção do conhecimento assegura que as insatisfações não conseguem ser escamoteadas por muito tempo, o que leva a pesquisa normal à desorientação. Além disso, certas descobertas exigem uma mudança de paradigma e, portanto, uma mudança nos procedimentos e expectativas, até o ponto de o que era considerado anômalo se converter em previsto. É quando os membros da profissão não podem mais se esquivar das anomalias que subvertem a tradição da prática científica. Então começam as investigações extraordinárias que conduzem a classe a um novo conjunto de compromissos, a uma nova base para a prática da ciência. No nosso contexto específico, a *virada linguística* foi a responsável por instaurar esse novo conjunto de compromissos, fornecendo a nova base para a produção de gramáticas. Kuhn (1962) denomina "revoluções científicas" a essa alteração de compromissos profissionais, ou seja, a essas transições de paradigmas. Na "fase da ciência revolucionária", a nova teoria advinda implica uma mudança nas regras que governam a prática anterior da ciência normal. Trabalha-se com uma nova linguagem e, inclusive, com novos dados, que passam a ser moldados agora pelo novo paradigma. Nesta tese, portanto, me filio a esse ponto de vista, frisando que tomo uma acepção ampla do termo *paradigma*, cuja substituição total ou parcial por um outro paradigma ou por novas frentes paradigmáticas, incompatíveis com o paradigma anterior, não implicaria em um revolução da ciência linguística, mas em uma *revolução do fazer gramatical*.

É válido aproximar-se agora da noção de revolução científica. Pode-se dizer que ela mora inicialmente no contexto seiscentista ocidental de construção científica, resultado não de uma evolução do pensamento, mas sim de uma *revolução no pensamento*. Koyré (1939), em oposição à historiografia científica positivista, diferencia *experiência* de *experimentação*, sendo a última, e não a primeira, o que verdadeiramente caracteriza a revolução cientifica da ciência moderna no século XVII. Experiência refere-se apenas às evidencias empíricas dos objetos[56], diferentemente de experimentação, que está relacionada a questionamentos metódicos da natureza e necessita de uma terminologia própria que possibilita tanto a interrogação quanto a interpretação das respostas. Essa nova ciência se caracterizaria, então, pelo desenvolvimento do método experimental, que marca uma ruptura com a ciência antiga e medieval, adeptas do método empírico.

Alguns estudos sobre história das ciências (cf. ANGOTTI, 2009) costumam dizer que só ocorreram duas revoluções científicas no século passado, proporcionadas pela Física Quântica (1900, de Max Planck) e pela Teoria da Relatividade (1905, de Albert Einstein), as quais romperam com as bases universais da Física Clássica, sem, contudo, apagar os seus êxitos. Desse modo, as ciências em geral podem ser reconhecidas no século XX muito mais no seu sentido "normal" (convivendo entre a continuidade das teorias mais aceitas e as descontinuidades dos achados de outrora) do que "revolucionário", ao contrário do que costuma ser proclamado nos textos epistemológicos. É bem verdade que esses autores falam ancorados no aparato ideológico das ciências naturais, mas para eles não se verificam períodos similares em outras ciências. Mesmo quando há formulação de novas bases teóricas bem consistentes, essas se ajustam às anteriores, à crise a às mudanças paradigmáticas, não implicando no arrombamento de outra base teórica, antes hegemônica. Todavia, em se tratando da ciência linguístico-gramatical, esse ponto de vista pode ser questionado.

No contexto da história dos estudos linguísticos, a alternância de preocupações entre unidade e diversidade, categorias contínuas e discretas, empirismo e racionalismo permanecem alternando entre os investigadores. No que tange aos objetos de investigação desta tese, as gramáticas do PB, há uma clara mudança de posicionamentos teóricos e escolhas metodológicas na sua elaboração. Tais deslocamentos epistemológicos, portanto, constituiriam algo como uma revolução científica? A despeito da posição de Angotti (2009) para as ciências naturais e me baseando nas reflexões de Kuhn (1962) sobre as ciências

[56] Na verdade, evidências empíricas não são condições suficientes nem necessárias à validação de um pensamento ou área como científicos. Na Linguística, vê-se algumas explicações centradas no racionalismo cognitivo da teoria gerativa, por exemplo. Por outro lado, não se delega o caráter de ciência à astrologia, a despeito das favoráveis e milenares evidências.

sociais, acredito que pode ser dada uma resposta afirmativa a essa questão em se tratando do fazer linguístico-gramatical.

Kuhn (1962) afirma que as revoluções científicas assemelham-se às revoluções políticas, e eu alargo seu pensamento ao contexto das produções emergentes das gramáticas do PB. Seus autores e partidários veem-se unidos numa causa não só científica, mas sociopolítico-ideológica, haja vista as diferentes lutas encabeçadas direta ou indiretamente nessas obras: a luta contra o preconceito linguístico, contra o analfabetismo e o baixo grau de letramento, contra a subserviência linguística a Portugal, contra a manipulação ideológica da mídia quando o assunto (também) é língua, entre outras tantas. Não é à toa que as características que Kuhn (1962, p. 126-128) afirma pertencerem às revoluções políticas e científicas podem ser apontadas como constitutivas da revolução do fazer gramatical brasileiro, dentre as quais destacamos:

a) a revolução se inicia com um sentimento crescente de funcionamento defeituoso do paradigma da doutrina gramatical tradicional, com frequência restrito a um segmento da comunidade científica (os linguistas);
b) a revolução visa realizar mudanças até então interditadas pelo paradigma dominante (o da doutrina gramatical tradicional) e substituí-lo por outro paradigma (o da Linguística, ainda em vias de formação);
c) a escolha entre paradigmas em competição demonstra ser uma escolha entre modos incompatíveis de vida acadêmica (a rigor, ou se é linguista ou se é gramático tradicional – e muitos andam em pé de guerra).

Assim, a emergência de um novo paradigma de gramatização exige a destruição em larga escala do paradigma tradicional e grandes alterações nos problemas e técnicas arraigados historicamente no nosso fazer gramatical, o que é próprio do caráter revolucionário. Tal processo é paulatino, não se dá por um único homem, e pode gerar insegurança, mesmo se o movimento começa a partir de membros externos ao paradigma, como é o caso dos linguistas-gramáticos em questão. Outro ponto que merece destaque é que um paradigma, segundo Kuhn (1962), só é considerado inválido quando existe uma alternativa disponível para substituí-lo, algo que se revela como um dos aspectos da investigação que proponho com esta pesquisa. Afinal, já está consolidado um novo paradigma de gramatização em cena? Todas essas novas gramáticas estão sob o crivo de um único paradigma ou de diferentes frentes paradigmáticas? Acredito, sim, que haja, por um lado, novas linhas teórico-metodológicas que resultam em arcabouços descritivos inovadores no novo fazer gramatical brasileiro, mas que, por outro lado, não estão aceitas na sociedade nem

atendem às suas demandas (cf. Capítulo 4). Afinal, que outro tipo de obra gramatical disponível no mercado editorial poderia cumprir o papel das gramáticas de vertente tradicional, pedagógicas ou não, nas escolas?

Ainda segundo Kuhn (1962), um novo paradigma não triunfa convencendo seus oponentes. Em geral, são poucas as "conversões", e estas nunca são forçadas. Assim, é preciso que uma nova geração de pesquisadores abrace o novo paradigma, para sua exploração prosseguir, o que parece ser o retrato atual dos estudos gramaticais no Brasil: novas gramáticas são publicadas por linguistas, mas não há gramáticas tradicionais, construídas com respaldo filológico, lançadas atualmente no mercado em sua primeira edição (o mais perto disso foi a 37ª edição revista e ampliada da *Moderna gramática portuguesa*, de E. Bechara, lançada há aproximadamente quinze anos). Mais um sinal de que somos testemunhas de um movimento de revolução paradigmática despontando no horizonte da gramatização do PB.

Ainda quanto à aplicabilidade da noção de paradigma científico e revolução científica aos estudos da linguagem, Dascal (1978) associa estágio paradigmático à ciência positivista, exemplificada na linguística pelos estudos histórico-comparativistas do século XIX. Para o autor, nesse momento, a linguística teria passado de um estágio pré-paradigmático ao de maturidade científica, sendo a primeira "revolução científica", no sentido kuhniano, realizada a partir do *Curso de Linguística Geral* de Saussure, até ser engolido por uma nova revolução científica, desta vez propiciada pelo gerativismo de Chomsky.

Apressadamente, poderíamos dizer que Kuhn (1962) se opõe a essa ideia, ao afirmar que, quando num determinado campo de conhecimento não há um corpo qualquer de crenças comuns que os estudiosos são obrigados a assumir, nem um conjunto de métodos ou fenômenos que todos os estudiosos se sintam forçados a empregar ou explicar, não há um paradigma universalmente aceito na área. Esse seria, então, o caso da Linguística, a qual seria, ainda hoje, num sentido estrito, pré-paradigmática: pesquisadores diferentes confrontados com os mesmos fenômenos os descrevem e interpretam diferentemente, o que explicaria a profusão de disciplinas linguísticas, muitas delas se ignorando mutuamente.

Todavia, na mesma obra, Kuhn (1962, p. 223) diz que os membros das comunidades pré-paradigmáticas também compartilham um paradigma, pois o que muda com a transição para a maturidade científica não é a presença de um paradigma, mas a natureza desse paradigma. Num posfácio de 1969, sete anos após a publicação da primeira edição da obra, o autor chega a admitir que o seu texto traz duas concepções diferentes de paradigma, uma mais global e outra mais restrita. Então, Kuhn (1962) sugere o nome *matriz disciplinar* (p. 226), ao

invés de *paradigma*, para designar essa posse comum aos praticantes de uma disciplina particular. Por ser um termo mais difundido, opto, nesta tese, pelo uso de *paradigma* – numa concepção ampla, portanto –, o que justifica a noção de *paradigma tradicional de gramatização*.

Opinião ainda mais radical a respeito dos paradigmas dos estudos linguísticos vê-se em Perini (2008), para quem a linguística ainda se encontra em um estágio que pode ser chamado de *história natural*, de modo semelhante à física antes de Newton, pois ainda não há um paradigma único que norteie a interpretação dos fatos observados. Desse modo, a tarefa precípua dos linguistas, antes de qualquer elaboração teórica, seria levantar dados, sistematizá-los e encaixá-los, quando possível, em teorias parciais. Em suma, antes de desenvolver teorias válidas, caberia aos linguistas elaborar descrições exaustivas, realizar um longo e laborioso trabalho prévio de levantamento e sistematização de dados, a despeito de embates do tipo *gerativismo vs. estruturalismo vs. funcionalismo vs. cognitivismo*. Destarte, a linguística, segundo Perini (2008), ainda seria pré-paradigmática, uma disciplina voltada de preferência para o levantamento e a sistematização dos dados, reconhecendo a inexistência de um paradigma – no sentido estrito kuhniano – no estudo sincrônico da linguagem.

Por outro lado, o mesmo Perini (2008) conjectura que, se houve algo parecido com um paradigma na linguística, isso se limitou ao modelo histórico-comparativo do século XIX e à gramática tradicional, por esta última apresentar "pelo menos o aspecto sociológico de ser aceita pela maioria dos profissionais" (p. 38) de gramática até pouco tempo. O gerativismo, ao contrário, não seria um paradigma no sentido kuhniano, uma vez que é, e sempre foi, minoritário (na verdade, nenhuma posição teórica abrangente é aceita pela quase totalidade dos linguistas). Nesse caso, vê-se que, por caminhos distintos dos de Kuhn (1969), a opinião de Perini (2008) também corrobora a nossa: de que há um paradigma de gramatização que perdurou por mais de dois mil séculos, sendo abalado no Brasil apenas há alguns anos, com a publicação das GBCP, expoentes do novo fazer gramatical brasileiro nos últimos anos.

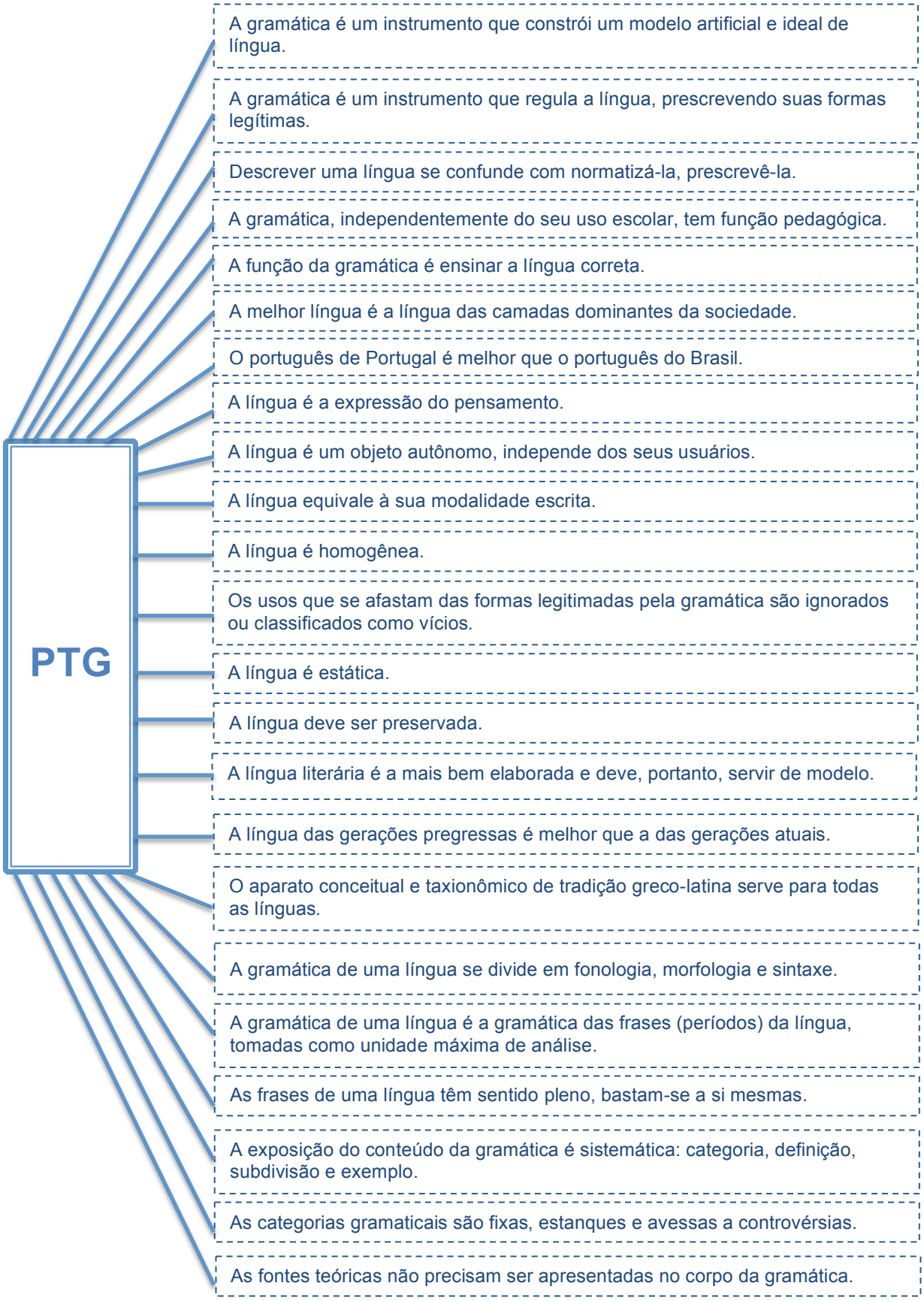
2.6 À guisa de síntese: traços constitutivos do paradigma tradicional de gramatização

Evidentemente, desde as primeiras prescrições gramaticais dos alexandrinos, por volta do século III a.C., até as gramáticas renascentistas dos vernáculos europeus, elaboradas entre os séculos XV e XVI, muita coisa mudou em se tratando de gramatização de línguas e dos instrumentos dela resultantes. Entre a *Tékhnē Grammatikē*, de Dionísio Trácio (170-90 a.C.), e o primeiro instrumento da gramatização do português, a *Grammatica da linguagem*

portuguesa, de Fernão de Oliveira (1536), há inúmeras diferenças para além da natureza estrutural do grego homérico e do português quinhentista.

Todavia, não obstante essas diferenças, afirmo, com base no que veio sendo discutido até aqui, haver um feixe de traços que recobre as obras gramaticais elaboradas por Dionísio, Varrão, Donato, Prisciano, Isidoro de Sevilha, Nebrija, Fernão de Oliveira, João de Barros, Soares Barbosa, Júlio Ribeiro, João Ribeiro, Maximino Maciel, Eduardo Carlos Pereira, Said Ali, Napoleão Mendes de Almeida, Rocha Lima, Cunha & Cintra, Bechara e mais tantos outros gramáticos distantes entre si no tempo e no espaço, citados ou não ao longo deste capítulo. Tais traços evidenciam que essas gramáticas foram elaboradas sob a batuta de uma mesma linha de produção, de um mesmo paradigma. Desdobrado em proposições, conseguem traduzir o viés epistemológico dessas gramáticas, isto é, sua natureza teórico-metodológica e socioideológica. Alguns deles estão explícitos ao longo das obras, ao passo que outros subjazem às suas descrições, prescrições, exemplos e comentários. Em conjunto e sem estabelecer hierarquias entre si, constituem o que venho chamando de *paradigma tradicional de gramatização*, conforme representado na Figura 4:

Figura 4 – Traços constitutivos do *paradigma tradicional de gramatização*



Fonte: O autor, 2015.

É verdade que alguns desses traços caracterizadores do PTG, embora bem marcantes na contemporaneidade, não foram tomados à risca pelas primeiras gramáticas da história. Por exemplo, vimos que a preocupação com o texto estava na ordem do dia de gramáticos latinos como Prisciano e Donato, e que o foco dos vernaculistas renascentistas residia no então momento presente da variedade linguística que seria gramatizada. Logo, é de se crer que a gramática normativa do nosso tempo efetua alguns recortes no seu objeto-língua descrito/prescrito, os quais não correspondem efetivamente aos procedimentos de certa fase antiga, medieval ou renascentista da tradição gramatical. Isso não invalida, porém, a ideia do PTG: uma gramática pertencente à tradição paradigmática do fazer gramatical ocidental não necessariamente precisa conter a totalidades dos traços apresentados na Figura 4, contanto que compartilhe a maioria. Ao longo do tempo, inclusive, alguns traços se mostraram mais evidentes que outros.

Muitos desses princípios são tidos como verdadeiros dogmas: os livros de gramática não veem necessidade de explicá-los ou justificá-los, na medida também em que sua historicidade é apagada, esquecida, resultando naquilo que Bourdieu e Boltanski (1975 *apud* Gnerre, 1985) se referem como "amnésia da gênesis". A urgência do domínio do grego e, posteriormente, do latim enquanto instrumentos técnicos no contexto clássico greco-romano foi fator preponderante para a construção de uma tradição de análise metalinguística voltada para a língua em si mesma, em que se descartam aspectos de seu funcionamento pragmático, textual e discursivo. Essa tradição veio a dominar todo o pensamento gramatical ocidental e sua atitude diante das línguas naturais, vistas como equivalentes às suas respectivas gramáticas, desprovidas de uma contextualização que, embora fundamental a sua existência, é silenciada. Nossa identidade linguística acabou sendo moldada por esse asséptico modelo de língua erigido pelos instrumentos de gramatização do PTG, o que, também por conta de sua máscara de objetividade, enquanto oculta sua constituição ideológica, agrega relações de preconceito, poder e dominação entre os participantes das "trocas simbólicas e linguísticas" (BOURDIEU, 1996). Em suma, historicamente o PTG impossibilita a reflexão sobre a língua pautada na sua utilização em contextos efetivos, nos seus usos concretos, abraçando a língua enquanto sistema abstrato, autônomo, homogêneo.

No contexto da língua portuguesa, esse PTG é responsável pela produção das gramáticas normativas atuais de referência no Brasil e em Portugal. Ao longo de quase cinco séculos, dominou a elaboração dos instrumentos de gramatização do português e, desde o século XIX, época de nossa independência colonial e política, atravessou a história das gramáticas brasileiras até os dias de hoje – conforme sugerido neste capítulo e aprofundado

no capítulo a seguir. Contra esse paradigma, as GBCP se erguem, na tentativa de gramatizar, sob uma outra perspectiva, o português brasileiro.

3 A GRAMATIZAÇÃO DO PORTUGUÊS: TRADIÇÃO LUSO-BRASILEIRA

> E todas as quartas e sábados eu dava a lição a Sofia. Começamos pelo princípio para recapitular. Ela cantava as declinações, tinha um modo gracioso de se enganar e de tal forma que eu sentia obscuramente que os erros é que estavam certos. E era assim como se qualquer coisa a habitasse e fosse maior do que ela e do que a miséria das regras de gramática.
>
> (Vergílio Ferreira, *Aparição*)

> A linguagem
> na superfície estrelada de letras,
> sabe lá o que ela quer dizer?
>
> Professor Carlos Góis, ele é quem sabe,
> e vai desmatando
> o amazonas de minha ignorância.
> Figuras de gramática, esquipáticas,
> atropelam-me, aturdem-me, sequestram-me.
>
> (Carlos Drummond de Andrade, *Aula de Português*)

A garota Sofia, do universo literário do romancista português Vergílio Ferreira, muito poderia ter sido aluna do professor Carlos Góis, figura conhecida da poesia do brasileiro Carlos Drummond de Andrade. Ambos inscrevem-se em um espaço disciplinador e prescritivo no trato com a língua, em que a memória é peça fundamental para "o cantar das declinações gramaticais", cujo fracasso revela a "ignorância amazônica" dos que não conseguem caminhar pela complexa "superfície estrelada de letras". Personagens complementares e recorrentes nas salas de aula brasileiras, o professor-detentor da língua certa e o aluno que não sabe gramática multiplicam-se ao longo da história do ensino de língua portuguesa no Brasil, ensino este pautado pelo paradigma tradicional de gramatização (PTG), cujos traços constitutivos apresentei no capítulo anterior (Figura 4).

Peça fundamental dessa engrenagem pedagógica, a gramatização luso-brasileira do português, compromissada teórica, metodológica, epistemológica e ideologicamente com a tradição greco-latina ao longo de quase cinco séculos, é o que abordo neste capítulo. Em particular, procuro mostrar que, a despeito de mudanças episódicas, houve no Brasil a permanência de um paradigma específico de gramatização, o PTG. Esse paradigma permanece em voga até os dias de hoje, época em que ainda circulam instrumentos gramaticais de tradição normativo-prescritiva, que consideram como ideal de língua uma norma-padrão distante dos usos efetivamente brasileiros e se valem do arcabouço descritivo e terminológico greco-latino, uniformizado entre nós pelo documento governamental publicado em 1959, intitulado Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB). Na contemporaneidade, são

sobreviventes do PTG, por exemplo, as gramáticas de Cunha & Cintra (2008), Bechara (2009) e Rocha Lima (2010).

No decorrer do capítulo, minhas reflexões se ancoram em algumas gramáticas de língua portuguesa elaboradas em Portugal e no Brasil a partir do século XVI (sobretudo na produção brasileira dos séculos XIX e XX), bem como em diversos trabalhos acadêmicos que analisam instrumentos linguísticos de gramatização, principalmente livros de gramática. Sempre que necessário e possível, relaciono a construção dessas gramáticas ao contexto sociopolítico e ao ensino de língua portuguesa, enfocando o posicionamento pedagógico das obras e as implicações socioculturais derivadas do momento histórico em que elas foram produzidas. A análise realizada abrange praticamente todo o período de gramatização do português, o que talvez a faça perder em precisão e detalhamento. Mesmo assim, espero que o leitor, ao final do capítulo, esteja convencido de que a produção de nossas gramáticas nunca deixou de obedecer o modelo paradigmático greco-latino, de modo que ainda hoje carrega grande parte de seus traços caracterizadores. Se houve mudanças ao longo do tempo – como na passagem do modelo filosófico ao científico, no final do século XIX, ou a partir do advento da virada linguística, no final do século XX –, tais mudanças não foram suficientes para uma ruptura de paradigma, e as gramáticas do português continuaram, sem exceção, assentadas no PTG.

A macroestrutura do capítulo seguirá, no que diz respeito à continuidade temporal, a proposta de periodização da gramatização do português apresentada em Bastos & Palma (2004a, 2006, 2008), no contexto das pesquisas na área da Historiografia Linguística. Atento à observância do "princípio de contextualização" (KOERNER, 1996) na análise de instrumentos gramaticais, desenharei um quadro do processo de gramatização da língua portuguesa ao longo de cinco séculos, cada qual caracterizado por uma cosmovisão dominante:

- século XVI, período da consolidação da nação portuguesa e do registro de sua língua nacional;
- século XVII, período marcado pelo domínio espanhol em Portugal e pela luta incessante dos portugueses pela conquista da liberdade;
- século XVIII, início da modernização do Estado português sob a influência de ideias iluministas e da liderança do Marquês de Pombal;
- século XIX, período de surgimento do Estado brasileiro e de defesa de uma língua nacional que lhe desse identidade;

- século XX, período do fortalecimento da ideia de unidade linguística entre Portugal e Brasil, o qual pode ser dividido em dois momentos: um primeiro, marcado pelo abandono do racionalismo e pela persistência na tradição greco-latina na produção gramatical brasileira; e um segundo, marcado pelo discurso homogeneizador da NGB.

Devo destacar previamente que, nos séculos XVI a XVIII, ocorreu o registro da língua por meio de "instrumentos tecnológicos de gramatização" (AUROUX, 1992) prioritariamente lusitanos, como decorrência da afirmação de Portugal como nação e de seu alcance colonizador. Por sua vez, nos séculos XIX e XX, o Brasil entrou em cena no processo de gramatização, na busca de uma língua nacional e de consolidação do Estado nascente. Enquanto os três primeiros séculos são continuadores da tradição greco-latina, os dois últimos representam tanto a descontinuidade quanto a continuidade, pois não só se afastam da tradição clássica ao seguir algumas diretrizes teóricas em consonância com o ideal de uma gramática que se pretendia "científica", como também respeitam essa tradição no seu prescritivismo e arcabouço descritivo. Portanto, a despeito das vicissitudes inerentes ao devir histórico, todos esses períodos se inserem no PTG.

3.1 **Séculos XVI e XVII: primeiros instrumentos de gramatização do português**

Segundo Assunção & Santos (2009), estudos linguístico-paleográficos de documentos particulares atestam que já se escrevia em português pelo menos desde a segunda metade do século XII. Entretanto, nessa época, o latim ainda era a língua de cultura de Portugal, ensinada por meio da tradição que remontava às obras de Donato, Prisciano, Isidoro de Sevilha, entre outros gramáticos latinos. Na segunda metade do século XIII, época áurea do trovadorismo português e início da produção literária portuguesa em prosa, essa língua passou a ser a língua oficial do reino de Portugal, utilizada na documentação jurídica real e privada. Nesse sentido, conta-nos Buescu (1984) que a diferenciação política entre os reinos de Portugal e Espanha favoreceu a ulterior diferenciação linguística, pois as línguas de Castela, Galiza e Portugal eram praticamente a mesma, até irem se ornando de matizes próprias, justamente por razões políticas.

Os autores que se dedicam a esse período de nossa gramaticografia, como Fávero (1996), Souza (2010), além do já citado Buescu (1984), costumam afirmar que nesse momento houve a preocupação dos gramáticos com: o sentimento patriótico de superioridade da língua portuguesa face às demais; a criação das normas para uniformização da ortografia; o

estudo cada vez mais profundo do léxico, o que repercutia na produção de dicionários[57]; e a semelhança entre a gramática portuguesa e a latina, pelo prestígio do latim como língua de expressão culta. A consciência de uma nacionalidade portuguesa motivou a gramatização da língua dessa nação, cerca de três séculos depois de seu surgimento, com o objetivo de contribuir para a construção do Estado Nacional lusitano e de levar o português às novas terras conquistadas. A língua era um das instituições representativas do Estado nacional moderno, daí sua dimensão política. Os cidadãos deveriam, assim, aprender e utilizar a língua oficial do Estado. E a produção de gramáticas dos vernáculos era papel fundamental na consolidação da identidade entre língua materna e oficial.

Contribuíram fundamentalmente para esse movimento de gramatização do português as obras de gramáticos como Fernão de Oliveira e João de Barros, e de ortógrafos como Pero de Magalhães de Gândavo[58] e Duarte Nunes do Leão[59]. Esses primeiros instrumentos de gramatização do português se mostraram afinados ao seu tempo, expressando um sentimento patriótico de superioridade linguística, principalmente diante da língua castelhana. Dentre outros pontos que coadunam com os ideais de gramatização renascentista, esses autores propagandeiam a expressividade, a riqueza vocabular e a complexidade linguística (naquele tempo, sinal de nobreza), ou seja, as possibilidades de a língua portuguesa ser utilizada como veículo de cultura e instrumento da boa literatura. Pioneiros e audaciosos, seus instrumentos de gramatização situam-se no centro do vasto florescimento europeu, integram a fraternidade cultural que caracterizou o Renascimento e manifestam uma tripla finalidade: a codificação, a normatização e a dignificação das línguas vulgares.

---

[57] Ainda que o conceito de gramatização também abarque o da produção de dicionários, o foco desta tese, como já dito, reside nas gramáticas. Há espaço, porém, para uma brevíssima sinopse da produção de dicionários no contexto da gramatização do português, com base em Biderman (2003). O primeiro dicionário da língua portuguesa foi o do Padre Rafael Bluteau (*Vocabulário português e latino*, 1712-28), apesar de ter havido várias obras lexicográficas de menor alcance nos séculos XVI e XVII. O dicionário de Bluteau, ainda que bilíngue (português-latim), é praticamente uma descrição do léxico português daquela época. A esse se seguiram os de António Morais e Silva (1813), Frei Domingos Vieira (1871-1874), Caldas Aulete (1881) e Cândido de Figueiredo (1899). Só no século XX é que se iniciou a produção lexicográfica no Brasil, com considerações para além do léxico lusitano, sendo os principais dicionários os de Laudelino Freire (1939-1944), Antenor Nascentes (1961-1967) e Aurélio Buarque de Holanda (1975). Essa última obra, a despeito da ausência de fundamentação teórica de natureza linguística e lexicológica, iniciou uma carreira de sucesso, em grande parte por não ter nenhum concorrente de peso naqueles anos em que o Brasil já havia se tornado uma nação moderna e carecia urgentemente de um dicionário para preencher suas necessidades básicas de fornecer um padrão lexical e ortográfico. Mais recentemente, foi lançado o dicionário Houaiss (2001), tecnicamente inferior ao Aurélio e menos representativo em relação ao léxico brasileiro, além de também revelar, como este, desconhecimento da teoria lexical, gramatical e linguística.

[58] *Regras que ensinam a maneira de escrever e ortographia da lingua Portuguesa com hum Dialogo que a diante se segue em defesam da mesma língua*, de 1574.

[59] *Ortographia da Língua Portuguesa*, 1576; *Origem da Língua Portuguesa*, 1606.

Portanto, como peças exemplares do PTG, as primeiras gramáticas do vernáculo eram normativo-pedagógicas e tinham a preocupação de mostrar que a língua de Camões era capaz de ser posta em regra e adquirir posição de destaque, isso se burilada de modo semelhante ao seu antepassado clássico, a língua latina. Caetano (2013) exemplifica esse burilamento ao comentar sobre a inserção da categoria *voz*, quase mecanicamente, no estudo dos verbos portugueses. Em latim, assim como em grego, havia desinências características para definir a *voz passiva*, categoria que se impôs e vigora ate hoje na terminologia da gramaticografia luso-brasileira, mesmo não havendo tais desinências de vozes verbais em português. Segundo Fávero (1996), além das categorias latinas, a gramaticografia portuguesa também herdou dos latinos a divisão da gramática em quatro partes: *ortografia*, *etimologia*, *sintaxe* (diassintástica) e *prosódia*. Essa divisão – que remonta a Prisciano (século VI d.C.), o primeiro gramático a reconhecer a existência de uma sintaxe gramatical – assim permaneceu, praticamente, até o século XIX. E, igualmente à tradição gramatical da Antiguidade clássica, as gramáticas do português no Renascimento não apresentavam farta descrição dos aspectos sintáticos, uma vez que costumavam ser organizados em torno da palavra.

3.1.1 Precursão, originalidade e continuidade: Fernão de Oliveira (1536)

Neste ponto, tomo a *Grammatica da linguagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira (1536), para breve análise, dado seu caráter de marco inaugural da gramatização do/em português. Essa obra consiste num conjunto de reflexões de tipo ensaístico, distribuídas ao longo de 50 capítulos, se afastando, portanto, de uma arte gramatical *stricto sensu*, tipicamente voltada ao ensino da língua – razão pela qual João de Barros advogaria mais tarde ser a sua gramática a primeira de língua portuguesa.

Oliveira (1536) tenta estabelecer uma terminologia original e inovadora, em alguns pontos se diferenciando da tradição latina[60], ainda que não fuja à maioria dos traços constitutivos do PTG. Tal terminologia, aliás, não viria a ser utilizada pelos gramáticos posteriores. Outro aspecto que diferencia a obra de Oliveira da tradição que se instaurava é que o apêndice que costumava vir nas gramáticas latinas está ausente em sua obra, enquanto é parte importante na gramática espanhola de Nebrija, na portuguesa de Barros e na obra da maior parte dos demais gramáticos renascentistas.

[60] Exemplos: *palavras transladas* (latim) passa a *dições mudadas* (português); *palavras primitivas* (latim) passa a *dições primeiras* (português).

Oliveira (1536) apresenta uma concepção referencialista e representacionalista de linguagem, o que se percebe em afirmações como "a linguagem é figura de entendimento", "das coisas nascem as palavras e não das palavras as coisas", "falar é pronunciarmos o que entendemos". Em alguns capítulos, em particular do II ao IV, o autor glorifica a nobreza e a história de Portugal e Lisboa, justificando a elaboração da "gramática da língua da nação portuguesa". Seu patriotismo linguístico advoga para o português o mesmo *status* intelectual do latim, o que vai ao encontro, como já dito, dos propósitos da gramatização renascentista, por servir à constituição e consolidação da nação portuguesa e garantir seu poderio colonialista. Fato curioso é a ausência na gramática de menção direta à doutrina cristã, ainda que se saiba que a Igreja e o Estado da época caminhavam juntos num mesmo projeto político.

A despeito de Oliveira (1536) levemente sugerir a existência de variação diastrática, diatópica e diacrônica na língua portuguesa (remete, inclusive, a diferenças entre seu próprio falar, típico da região da Beira, e o falar de Évora, então mais valorizado), a concepção de gramática explícita na obra é a de gramática enquanto "arte que ensina a bem ler e falar" (capítulo IV), cabendo aos homens colocarem a língua portuguesa, a princípio "grosseira", na "perfeição" que agora têm as línguas grega e latina. Apresenta, assim, um ideal de perfeição linguística, representado por um dialeto social burilado para ser o mais elevado e servir de modelo a imitar. Veja-se que os propósitos alexandrinos com o grego homérico se repetiriam, após mais de mil e quinhentos anos, no processo de gramatização nascente não só do português, mas também dos demais vernáculos europeus, engrossando o caldo das línguas gramatizadas sobre os ideais do PTG.

O arcabouço descritivo de Oliveira (1536) está dividido em três partes, embora não facilmente identificadas. A primeira, dedicada ao estudo das "letras", é uma descrição da grafia, da pronúncia e de outros aspectos das "letras da língua", confundidas na obra com os "sons". A segunda, dedicada às sílabas, consiste na descrição e normatização da estrutura silábica do português[61]. Por fim, a terceira e última parte, destinada às "vozes", apresenta um estudo morfológico (classes de palavras, processos de formação de palavras, derivação, flexão, acento) das "dições" (palavras) da língua.

Nessa última parte de sua gramática, das oito partes do discurso/classes de palavras que remontam, por exemplo, ao grego Dionísio e ao latino Donato, Oliveira (1536) aborda o

[61] Cabe destacar que, de acordo com Bisol (2009), na tradição gramatical luso-brasileira compreendida entre o século XVI ao XX, as mais detalhadas e preciosas observações sobre a estrutura da sílaba encontram-se em Oliveira (1536).

artigo, o *nome*, o *verbo*, e certos *pronomes* e *advérbios*. Reflexões sintáticas ficam praticamente ausentes da obra, resumindo-se ao 49º capítulo, pouco maior que uma página. Nele, lê-se que a sintaxe deveria ser tratada com fôlego em obra posterior, que nunca viria a ser escrita (ou talvez fora perdida). Ainda segundo Oliveira (1536), essa hipotética obra também apresentaria reflexões específicas sobre retórica, algo comum às gramáticas da época, como a do espanhol Nebrija e a de João de Barros. Na verdade, a gramática de Oliveira (1536) privilegia o nível fonético em detrimento do morfossintático, se afastando, assim, do que fazem hoje as gramáticas tradicionais normativas. Como lembra Casagrande (2004), o direcionamento que sua obra dá à palavra, se detendo mais profundamente na formação de palavras e nas descrições fonéticas em detrimento da sintaxe, decorre da influência da gramática latina. A propósito, Quintiliano e Varrão são os autores mais citados em Oliveira (1536), o que explicita sua influência latina, ainda que, como já dito, do arcabouço descritivo do latim pretendesse se afastar.

Em síntese, a gramática de Oliveira (1536): a) esboça uma história da língua portuguesa; b) faz uma descrição articulatória do sistema consonantal, vocálico e silábico do português; c) fixa um alfabeto para a língua; d) tenta realizar uma lexicologia do português; e) apresenta uma classificação e uma teoria de composição de palavras. De valor instrumental e normativo, essa gramática é uma tentativa explícita de eternizar a memória da língua portuguesa, ampliar seu alcance de ser ensinada e diminuir a rejeição aos portugueses por parte daqueles que nascem em suas colônias (já incluindo os recentes brasileiros), devido à "diferença da língua".

Não raro, os estudiosos de Fernão de Oliveira afirmam sua importância para a gramatização lusófona, e o fazem não só pelo seu caráter pioneiro. Segundo Neves (2009b), a obra desse gramático se distancia das *tékhnai* inaugurais dos vernáculos renascentistas por se tratar de uma gramática do uso linguístico do português no século XVI, no sentido de que ele proclama a gramática do português sem se aprisionar a nenhuma tradição lusófona prescritiva, até porque uma ainda não havia. Assim, Oliveira (1536) operaria uma verificação dos usos, regulares ou irregulares, abrigando-os como fenômenos linguísticos explicáveis, embora destituído de sustentação teórica. Essa opinião de Neves (2009b) talvez enalteça exageradamente a obra desse gramático, uma vez que, embora os usos linguísticos sejam considerados, lhes perpassam juízos de valor. Os bons e os maus usos costumam ser explicitados, não eximindo sua descrição do fundo ideológico do PTG. É certo que o ranço prescritivo mais forte não tenha começado com Oliveira (1536), como também é fato que ele não aponta como modelo de língua portuguesa a escrita de grandes autores da literatura

(Camões, por exemplo, só faria parte desse seleto rol posteriormente). Mesmo assim, posso dizer que sua gramática é fruto do PTG, uma vez que o modelo de gramática é herdado da tradição greco-latina.

Compartilha desse ponto de vista Borges Neto (2009). Para o autor, embora se propague a originalidade de Fernão de Oliveira em detrimento, por exemplo, de João de Barros, todos eles se mantiveram submissos ao modelo latino:

> Creio que a originalidade da obra de Fernão de Oliveira reside justamente nos preenchimentos do vão que separa o latim do português. Em outras palavras, Fernão de Oliveira não é *teoricamente* original: em termos de teoria gramatical ele não faz mais do que reproduzir a teoria de Prisciano que, por sua vez, reproduz a teoria de Dioniso Trácio [...] e de Apolônio Díscolo [...]. Fernão de Oliveira é *descritivamente* original, na medida em que descreve, em sua gramática, um conjunto de dados linguísticos que nunca haviam sido descritos antes. (BORGES NETO, 2009, p. 45)

Desse modo, as concepções de língua, gramática e norma que subjazem à *tékhnē grammatiké* grega ou a *ars grammatica* latina continuam norteando as obras dos gramáticos vernaculares no Renascimento, e Fernão de Oliveira não foge à regra, pois descreve pela primeira vez o português com o auxílio da teoria gramatical greco-latina, a única de conhecimento dos ocidentais de então. Se o trabalho descritivo de Oliveira é de originalidade e qualidade incontestes, inclusive no que diz respeito a análises mais autônomas em relação às que se faziam para o grego e o latim, o mesmo não se pode dizer da proposta teórica em que se baseia. Borges Neto (2009) ainda argumenta que até mesmo as teses teóricas em Oliveira (1536), tidas por alguns como originais, não se trata de verdadeiras inovações teóricas. Por exemplo, sua concepção acerca da natureza da linguagem e das línguas remonta ao debate *natureza vs. convenção*, oriundo dos antigos filósofos gregos, e o reconhecimento que ele faz da mudança linguística já pode ser visto em gramáticos latinos, como Varrão.

Também abraça esse ponto de vista Casagrande (2005), ao afirmar que as bases da descrição de Oliveira (1536), de caráter normativo, estão alicerçadas na gramática latina. Segundo o autor, essa primeira publicação sobre a estrutura da língua portuguesa vem imbuída não só da cultura greco-latina, mas também de sua identidade linguística. Como primeira anotação de uma língua, a gramática de Fernão de Oliveira instaura as bases da gramática portuguesa que seria utilizada até o século XIX, comprometida com uma mentalidade voltada a uma política linguística de dominação, baseada nos valores europeus e assentados na cultura greco-latina, uma vez que, mesmo em terras d'além mar, a importância atribuída à gramática latina era a mesma que em Portugal. Por sua vez, Batista (2010) afirma que Oliveira (1536) possibilita a visualização de um momento da história da gramática

ocidental que se caracteriza como cumulativo e não de rupturas, mantendo, assim, saberes e métodos anteriormente adquiridos e que tiveram início na emergência das primeiras reflexões a respeito da constituição gramatical de línguas como o grego e o latim na Antiguidade clássica ocidental.

Como se vê, são vários os estudiosos da *Grammatica da linguagem portuguesa* que afirmam haver continuidade da tradição greco-latina nesse primeiro instrumento de gramatização do português. Essa obra de Fernão de Oliveira, portanto, pode ser considerada o instrumento de gramatização precursor do PTG no contexto da língua portuguesa, ainda que não tenha servido de modelo para as gramáticas posteriores do português, as quais dela iriam se diferenciar em vários aspectos.

3.1.2 Submissão latina e cunho didático-normativo: João de Barros (1540)

A *Grammatica da lingua portuguesa*, de João de Barros (1540), é o outro instrumento de gramatização do português de destaque no contexto quinhentista. De natureza mais prescritiva que Oliveira (1536), ela também se revela fiel depositária da tradição terminológica latina. O cunho didático dessa obra também a diferencia de Oliveira (1536), razão pela qual Barros (1540) ganhou trânsito escolar. Embora até o século XVIII ensinar e aprender língua ou gramática no reino de Portugal tenha sido ensinar e aprender a língua latina (e não a língua portuguesa)[62], a publicação da *Grammatica da lingua portuguesa*, juntamente com a *Cartinha*, o *Diálogo da Viçiósa Vergonha* e o *Diálogo em Louvor da nossa Linguagem*, também de João de Barros, tinha o objetivo explícito de ensinar a gramática do português para facilitar às crianças o futuro aprendizado do latim (BORGES NETO, 2009), além de se impor como manual de preceitos morais e religiosos. Qualquer aprendiz que fizesse uso da gramática de Barros se via obrigado a seguir os preceitos da Santa Madre Igreja, uma vez que, antes de partir para o estudo da língua, necessariamente, teria de passar pela imposição da doutrina cristã, por meio de atitudes coercivas (CASAGRANDE, 2005).

Esse tom didático-pedagógico da obra de João de Barros aparece de mãos dadas com seu caráter normativo, pois em Barros (1540) não haveria espaço para especulação, mas apenas para certezas. Como João de Barros entende que a gramática do português é um passo

[62] Segundo Buescu (1984), no século XVI, o ensino de língua materna era ministrado a partir da gramática latina. Logo depois das primeiras letras, o jovem se embrenhava no estudo da gramática latina fazendo depois a transposição do conhecimento adquirido para a língua materna. Na segunda metade desse mesmo século, houve uma espécie de alteração pedagógica, em que o estudo da gramática nacional tendeu a preceder o estudo da língua latina, e a gramática de João de Barros vai ao encontro dessa tendência. Ressalte-se que, em ambos os casos, o ensino da língua latina permaneceu como principal foco pedagógico.

intermediário na direção da gramática do latim, sua gramática precisa então ser um espelho fiel da gramática latina, diferentemente de Oliveira (1536), que, talvez por não ter tido esse compromisso pedagógico, pôde ter ousado mais na criação terminológica. De acordo com Buescu (1984), esse normativismo da gramática de Barros (1540) autoriza muitos a considerarem-na a primeira gramática eminentemente normativa da língua portuguesa, no sentido originalmente alexandrino. O próprio Barros também assim pensava, e mesmo Fernão de Oliveira reconheceu em seu texto que sua *Grammatica da linguagem portuguesa* não passava de um conjunto de "anotações".

O *Diálogo em Louvor da nossa Linguagem* e o *Diálogo da Viçiósa Vergonha* estão inseridos no mesmo contexto renascentista da gramática de Fernão de Oliveira: além da preocupação pura e simples com a regulamentação de regras gramaticais, também era preciso comprovar o valor que as línguas que começavam a ser gramatizadas possuíam. Os gramáticos, então, se valeram das defesas e apologias das línguas vulgares, as exaltando e lhes requerendo o prestígio conferidos às línguas já consagradas, como o grego e o latim. Fernão de Oliveira optou por fazer isso no corpo de sua gramática, enquanto João de Barros e tantos outros, por meio de apêndices em forma de *diálogos*[63]. Consoante Vicente (2008), é esse gênero que vai caracterizar grande parte das manifestações literárias dos homens do Renascimento. Explica esse autor que o *Diálogo em Louvor da nossa Linguagem*, obra anexa à *Grammatica da lingua portuguesa*, é um suposto diálogo travado entre João de Barros e seu filho Antônio, em que são tecidas perguntas e respostas acerca de questões linguísticas e gramaticais sobre a língua que ambos almejam louvar, abordando desde questões que visavam à melhoria do ensino em Portugal até teses especulativas a respeito da origem do primeiro idioma, matriz da qual teriam surgido todos os outros. A intenção de Barros pode ser resumida na preocupação didático-pedagógica de tornar a língua portuguesa, descendente direta do latim, o primeiro idioma a ser aprendido pelos jovens lusos discentes e de vê-la ganhar *status* de língua de cultura.

Em se tratando do instrumento gramatical propriamente dito, aponta-se geralmente a gramática do espanhol António de Nebrija (1492) como a principal fonte da gramática de João de Barros. Entretanto, há várias diferenças entre ambas as gramáticas (cf. BUESCU, 1984), como, por exemplo, o fato de Nebrija considerar dez partes do discurso (*nome*, *verbo*, *artigo*, *pronome*, *advérbio*, *particípio*, *conjunção*, *preposição*, *gerúndio*, *nome infinitivo*) e

[63] O ortógrafo Pero de Magalhães de Gândavo, por exemplo, elaborou o *Diálogo em Defesa* (1574), em que se vê a disputa entre dois personagens acerca de qual dos dois idiomas, o castelhano ou o português, seria o mais digno de prestígio (VICENTE, 2008).

Barros apenas nove (*nome*, *verbo*, *artigo*, *pronome*, *advérbio*, *particípio*, *conjunção*, *preposição*, *interjeição*), o que indicia influência, mas não subordinação total. "Apesar da proximidade do plano e do conteúdo das duas Gramáticas, a de Barros *não é uma tradução*, nem sequer *uma adaptação* da castelhana, mas uma *réplica* à iniciativa de Nebrija", sentencia Buescu (1984, p. 94), lembrando-nos do contexto de rivalidade entre as duas nações. Muitas das coincidências entre os dois autores se deve ao fato de ambos utilizarem algumas fontes comuns provenientes da gramática latina, servida de modelo para qualquer instrumento construído no furor da gramatização massiva renascentista.

Barros (1540) tenta estabelecer regras gerais, aludindo às exceções, fator indispensável a uma obra de caráter normativo. Como Oliveira (1536), sua concepção de gramática também está ligada à ideia de *arte* latina, sendo dividida nas mesmas quatro partes: *ortografia*, *prosódia*, *etimologia* e *sintaxe*. É na etimologia que é feita, além de uma análise de flexões nominais e verbais, a classificação das partes do discurso, adaptando para nossa língua a tradição greco-latina. Consequentemente, se vale de critérios classificatórios díspares, que deixam indagações. Por sua vez, a exemplificação gramatical raramente era destituída de caráter formativo ou informativo, nos domínios da moral, da religião, do sentimento cívico, da ciência, da história e da filosofia, como bem atestam os exemplos de correção linguística na obra, apontados em Buescu (1984), D. Barros (2001) e tantos outros.

Barros (1540) opera um movimento – que seria seguido pelos gramáticos vindouros – de latinização do português, introduzindo inclusive expressões e construções sintáticas novas, emprestadas do latim, para que a língua portuguesa, agora língua do Estado, adquirisse feição nobre, erudita. Considerada por muitos como a mais latina das gramáticas portuguesas, a gramática de João de Barros está subordinada ao modelo clássico, ainda que também se preocupe em marcar o caráter distintivo da língua de Camões. A obra vê no estudo da gramática um caminho para um modo certo e justo de falar e escrever, colhido do uso e da autoridade dos barões doutos. Segundo Casagrande (2005), seu conceito de gramática evidencia a tentativa de elitização da língua, instituída como instrumento de poder delegado apenas a alguns de determinada posição social, pois somente uma minoria seria capaz de se expressar conforme ditavam as regras.

Desse modo, a obediência aos esquemas da gramática latina se justifica pelo receio de a língua portuguesa vir a se degenerar, caso muito se afastasse do latim. Um exemplo dessa latinização na descrição/prescrição do português é a análise que é feita até hoje do clítico *-se* em contextos como *vende-se casas*. O fato é que, no latim, o pronome *se* não tinha o caso nominativo; daí o seguinte raciocínio: se em latim não existe *se* sujeito, em português também

não haveria de existir. Consequentemente, análises confusas em que *vende-se casas* equivale a um correspondente analítico *casas são vendidas* são repetidas secular e dogmaticamente, à sombra do PTG, o que resulta na interdição dessa construção por apresentar um suposto "erro de concordância".

Nesse sentido, enquanto a argumentação de Oliveira (1536) se estruturou para mostrar as diferenças entre o latim e o português, Barros (1540) quis justamente o contrário, razão pela qual usa os mesmos termos da gramática latina em seu instrumento de gramatização, conforme aponta Leite (2009). Nessa mesma direção, Buescu (1984) afirma que a influência greco-latina é tão importante para João de Barros a ponto de, no estudo da flexão, ele dispor os nomes a partir de declinações artificiais, que decalcam as declinações latinas. João de Barros reivindica a individualidade contrastiva da língua portuguesa em relação ao latim e, ao reconhecer a conformidade com a língua ascendente, a invoca como argumento apologético, ponto de referência e garantia de antiguidade e vernaculidade. Por outro lado, ao colocar também a tônica na desconformidade, postula, de imediato, a individualidade e autonomia, garantindo a aptidão expansionista e criativa da língua portuguesa. Em outros momentos, a consciência de certas diferenças fundamentais entre o latim e o português são apontadas como "faltas" no português, de onde se subentende uma lacuna ou mesmo um defeito do português em relação à língua mãe.

3.1.3 Propósitos pedagógicos dos seiscentistas Amaro de Roboredo e Pe. Bento Pereira

Quanto à gramatização do português no século XVII, Fávero (1996) registra que, além dos vários tratados de ortografia, foram produzidas as seguintes obras voltadas para o estudo da língua portuguesa:

- *Methodo grammatical para todas as línguas* (1619) e *Porta de línguas* (1623), de Amaro de Roboredo, obras publicadas durante o período da submissão política de Portugal à Espanha (1580-1640);
- *Thesouro da lingua portugueza* (1647) e *Ars Grammaticae Pro Lingua Lusitana addiscenda [...]* (1672)[64], do Pe. Bento Pereira, ambas escritas em latim;
- *Florilegio dos modos de fallar e adágios da lingua portugueza* (1655) e *Regras geraes, breves e comprehesivas da melhor orthographia, com que se podem evitar erros no*

[64] Em português, algo como *A Arte da Gramática para se aprender a Língua Portuguesa*.

escrever da lingua latina e portugueza (1666), também do Pe. Bento Pereira, ambas escritas em português, mas de menor destaque.

Vale lembrar que é também nesse século que são fundados vários colégios, escolas e seminários no Brasil[65]. O latim ainda era a língua da metalinguagem gramatical, porém a especificidade do português começava a se afirmar com as obras citadas de Roboredo. Esse autor seiscentista é considerado por Bastos & Palma (2004b) como aquele de produção mais significativa, pela riqueza de pormenores e pela criatividade de seu trabalho. O *Methodo grammatical para todas as línguas* (1619) é sua obra mais conhecida, além de ter sido norteadora de produções importantes do século XVIII, como as *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina*, de Jerônimo Contador de Argote (1721), e a *Arte de grammatica portuguesa*, de Antonio José dos Reis Lobato (1770). A propósito, na segunda metade do século XVIII, Lobato (1770) se tornaria a gramática oficial para o ensino da língua portuguesa em Portugal e no Brasil.

Segundo Leite (2011a), o *Methodo* de Roboredo não é propriamente uma gramática, no sentido mais tradicional da palavra, mas sim um manual de ensino de línguas em que são registrados aspectos do uso e da norma do português. Seu objetivo principal não era descrever ou normatizar a língua portuguesa, mas sim ensinar o latim e outras línguas a partir da metalinguagem do português. Mesmo quatro décadas antes da publicação da *Grammaire Générale e Raisonée de Port Royal* (1660), Roboredo tratou da universalidade das regras da gramática, ao comparar as regras do latim às de outras línguas, como o português, o italiano, o espanhol, o francês etc. O livro também tinha como objetivo criticar o método jesuítico de ensino. A obra foi importante para o conhecimento da língua portuguesa, pois, sendo a tese do autor a de que o aprendiz assimilaria rapidamente as regras do latim pela comparação dessas com as de sua língua materna, a sistematização da língua portuguesa foi imprescindível. Isso levou ao reconhecimento de usos e normas próprios do português de então.

A outra obra de Roboredo aqui citada – *Porta de Línguas, ou modo muito acommodado para as entender, publicado primeiro com a tradução hespanhola, agora acrescentada a portugueza, com numeros interlineares, pelos quaes se possa entender sem mestre estas línguas* (1623) – cumpre a continuidade da postura quinhentista devido ao confinamento intelectual em que se encontravam os portugueses. Segundo Bastos & Palma (2004b), essa obra foi um projeto ambicioso que pregava a possibilidade de ensino-

[65] Exemplos: Colégio de Santo Inácio (São Paulo, 1641), Colégio de São Miguel (Santos, 1652), Colégio de São Tiago (Espírito Santo, 1654), Colégio Nossa Senhora da Luz (São Luiz, 1670), Colégio Nossa Senhora do Ó (Recife, 1678), Seminário de Belém da Cachoeira (1687) (cf. BASTOS & PALMA, 2004b).

aprendizagem de uma língua sem professor, apenas por meio da cópia e memorização. Aqui, Roboredo objetivava ensinar aos portugueses uma norma de conduta social, através de regras prescritivas para o ler e escrever corretamente, como base no saber latinista. O livro é dividido em dez capítulos na primeira parte e em dez centúrias (dez coleções de cem sentenças) na segunda parte. As sentenças deveriam pertencer ao universo de experiências do aprendiz comprometido ideologicamente com a nobreza hispano-lusa, lhe passar boas maneiras e ser organizadas de acordo com a norma padrão/culta da língua portuguesa, espanhola e latina. Como Portugal estava sob o domínio da Espanha, a obra servia para que os aprendizes de português (inclusive estrangeiros) pudessem aprender também espanhol e latim, o que mostra o engajamento do autor com o poder. Seu método, inovador para o ensino-aprendizagem do português do século XVII, insere as palavras, antes isoladas, num contexto sentencial, trazendo a sintaxe, consequentemente, para o palco gramatical.

Propósitos pedagógicos também eram os do Pe. Bento Pereira com suas obras de gramatização do português escritas em latim. Homem das letras, pedagogo, cultor das humanidades, Pereira sentiu necessidade de se valer da língua latina para ensinar aos estrangeiros o português. Os jesuítas tinham colégios em todo o mundo e, por isso, sentiam necessidade de uma obra que pudesse ensinar a língua portuguesa a todos os estrangeiros que quisessem aprendê-la, para facilitar o comércio com os portugueses e a evangelização dos povos bárbaros. De acordo com Fernandes (2007), a *Ars Grammaticae Pro Lingua Lusitana addiscenda [...]* (1627) era uma gramática normativa de método unicamente dedutivo e expositivo, sistemática e bastante completa, podendo ser considerada a primeira gramática do português para estrangeiros. Abrange todas as partes tradicionais da gramática (*fonética*, *morfologia* e *sintaxe*), estabelecendo algumas comparações com outras línguas, sobretudo o latim e o castelhano, em suas cinco seções, a saber: Seção I, dedicada à fonética e à morfologia portuguesas, particularmente ao alfabeto português e ao substantivo; Seção II, dedicada à morfologia das três conjugações dos verbos portugueses, compreendendo mais da metade de toda a obra; Seção III, destinada às outras *partes orationis* que não são verbos nem nomes (advérbios, preposições, conjunções e interjeições), compreendendo a menor parte de toda a gramática; Seção IV, dedicada ao gênero dos nomes em português e a uma breve reflexão sobre a formação dos pretéritos, por comparação com as formas latinas; e Seção V, destinada a um breve excurso sobre análise sintática. Na mesma linha de Amaro de Roboredo, a gramática de Bento Pereira apresenta também um conjunto de frases bilíngues, de cunho moral, em português e em latim, para aquisição de vocabulário e formação moral dos leitores estrangeiros e portugueses, além de uma tratado sobre a ortografia portuguesa.

3.1.4 Apagamento do Brasil nos dois primeiros séculos de gramatização do português

Acredito que essas resenhas dos primeiros instrumentos tecnológicos de gramatização do português tenham possibilitado a constatação da importância desses trabalhos para a então nascente tradição gramatical luso-brasileira. Particularmente, em se tratando das obras de Fernão de Oliveira e João de Barros, mentes ocidentais do século XVI, devo destacá-las por terem sido as primeiras a codificar e normatizar a língua portuguesa. São instrumentos linguísticos que nada deixam a desejar às demais gramáticas renascentistas das línguas vernáculas. Colocam no *status* do latim a língua portuguesa, agora passível de ser a língua de cultura do Estado português. Cada uma a seu modo, essas obras prescrevem regras baseadas na idealização de uma língua portuguesa homogênea, que dialoga em conformidade com o discurso nacionalista e ufanista português. Essa língua portuguesa gramatizada, pertencente aos barões doutos e herdeira da riqueza da língua latina, reflete a preocupação com a manutenção do antigo como forma linguística mais legítima. Praticamente não há citações de autores nas gramáticas, e os exemplos são exclusivamente criados por abstração, o que demonstra autoridade e poder depositados nas figuras desses gramáticos. A diferença é que, enquanto à metalinguagem gramatical de Fernão de Oliveira se contrapõe em parte à metalinguagem gramatical dominante, em João de Barros ambas caminham na mesma direção (D. BARROS, 2001), uma vez que Fernão de Oliveira inaugura uma metalinguagem nova para a descrição do português e o conservadorismo de João de Barros prefere adaptar, para tanto, a metalinguagem greco-latina. E é este último que ditará o macro-modelo das demais gramáticas pelo menos até a segunda metade do século XIX.

Quanto ao fato de o Brasil já existir no reino de Portugal ao longo desses quase dois séculos, não se observa, porém, qualquer ruptura no processo de gramatização do português após o desenvolvimento do processo de colonização portuguesa em terras brasileiras. Na verdade, o que temos no Brasil é uma continuidade da gramatização iniciada em Portugal. De acordo com Casagrande (2005), a implantação da língua portuguesa no Brasil do século XVI foi feita a partir de uma metodologia de ensino de língua que teve suas bases na metodologia de ensino de língua portuguesa em Portugal, não só com a publicação das gramáticas de Fernão de Oliveira e João de Barros, mas também com a institucionalização da Companhia de Jesus. Como já frisado, a educação ministrada na metrópole era para poucos, e o ensino de língua baseava-se na gramática latina. Essa imposição do latim sobre a língua portuguesa acontecia em virtude de ser a Igreja a mentora da educação em Portugal desde o momento de sua institucionalização. A Igreja era tão ou mais poderosa que o Estado e se tornaria grande

aliada na conquista do Novo Mundo, com a missão de propagar a fé e difundir o evangelho entre os novos povos.

De 1549 a 1759, foram os padres jesuítas os únicos educadores do Brasil. Não se pode pensar em escola no Brasil do século XVI à primeira metade do século XVIII sem considerar os primeiros núcleos de ensino criados por esses padres. De acordo com Casagrande (2005), a educação brasileira alicerçou-se em seminários-escolas espalhados ao longo da costa litorânea (Bahia, Pernambuco, Espírito Santo, São Vicente, São Paulo, Rio de Janeiro), que iam se multiplicando ao sabor da expansão do império luso, voltados para a catequese, em primeiro lugar, e para as aulas de ler e escrever, em segundo lugar, além, é claro, das aulas de latim ministradas àqueles que demonstrassem "maior inteligência". Caía, assim, a gramática de João de Barros como uma luva a esses propósitos.

Nesse contexto, a instituição da *Arte da gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, do Pe. José de Anchieta (1595), revela um caráter de domesticação da língua indígena, deixando explícito o clima de opinião da época, que se resumia em gramatizar a língua autóctone para que dela pudesse ser feito um instrumento de conversão e um fator de dominação. Ainda segundo Casagrande (2005), o ensino da língua portuguesa não teve inicialmente bases sistematizadas de estudo. Durante a época da língua geral[66], o português adquiriu um caráter oficial, sendo aprendido apenas por aqueles que frequentavam os colégios jesuítas, empregado nas cerimônias oficiais e nos documentos escritos. Com o desenvolvimento das transações comerciais, no século XVII, a língua portuguesa foi tomando conta de todas as regiões do país em que se falava a língua geral, principalmente naquelas em que os missionários escasseavam. Só com a expulsão dos jesuítas, no século XVIII, pelo Marquês de Pombal, é que o português seria definitivamente implantado no Brasil. E só com a independência de Portugal, no século XIX, é que se pôde falar em gramatização brasileira do português.

[66] Segundo Mattos e Silva (2008), as línguas indígenas que predominavam no litoral brasileiro à época da chegada dos portugueses eram as línguas do tronco linguístico Tupi e da família tupi-guarani, sendo as mais conhecidas o tupinambá, no litoral baiano; o tupiniquim, no sul da Bahia e no litoral paulista; e o tamoio, na área do atual Rio de Janeiro. Foi com essas línguas que os portugueses entraram em contato imediato no processo de colonização. Diante dessa relativa homogeneidade linguística no litoral, a estratégia imediata dos colonizadores foi a de uniformizar esses falares indígenas, os quais foram designados de "língua brasílica", "tupi jesuítico/catequético", e, posteriormente, de "língua geral". De acordo com Elia (1992), foram os jesuítas quem mais se distinguiram no conhecimento da língua geral, se valendo dessa língua, agora homogeneizada e disciplinada, para empreender suas missões e catequeses. A partir do século XVII, a língua geral veio a ser utilizada em boa parte da costa brasileira como uma espécie de "língua franca". Uma vez gramatizada pelo Pe. José de Anchieta, pôde ser ensinada nas escolas até meados do século XVIII, seguindo os ideais da gramática latina. Com a larga difusão do seu uso, através das frentes de colonização dos padres jesuítas e dos bandeirantes paulistas, essa língua, conforme atesta Mattos e Silva (2008), acabou por ser transmitida oralmente, sem controle de escolarização sistemática e em situação de aquisição imperfeita, tornando-se, inclusive, a língua materna de muitos brasileiros.

3.2 Século XVIII e primeira metade do século XIX: Port-Royal e a orientação lógico-filosófica

Em alguns momentos do Capítulo 2 desta tese, mencionei a gramática racionalista de Port-Royal na tentativa de exemplificar como os "campos teórico e doutrinário" (FRANCHI, 1991; BAGNO, 2009) dos estudos linguísticos ocidentais dialogam, se sobrepõem, se influenciam mutuamente. Aqui convém desenvolver essa ideia, uma vez que gramáticas prescritivistas da tradição luso-brasileira do século XVIII e da primeira metade do século XIX pautaram-se, explícita ou implicitamente, pela lógica racionalista e universalista de Port-Royal. É esse um dos critérios que possibilitam os pesquisadores dividirem a história dos estudos gramaticais no Brasil em dois períodos: i) o *vernaculista/racionalista*, de 1820 a 1880; ii) e o *científico*, de 1880 em diante[67]. É o que faz Fávero (2001), por exemplo, com base nos escritos de Sílvio Elia[68] e Antenor Nascentes[69].

Esse modelo de gramática vernaculista/racionalista, em contrapartida ao modelo científico, teria nascido na segunda metade do século XVII, fundamentado nas propostas teóricas de Port-Royal, as quais nortearam a terminologia gramatical tradicional que se consagraria ao longo dos séculos subsequentes. Escrita por dois monges franceses, Arnauld e Lancelot, por volta de 1660, e intitulada *Gramática Geral e Racional*, a gramática de Port-Royal é um marco importante no histórico de constituição das gramáticas das línguas europeias, partindo muitas outras gramáticas das ideias difundidas por ela (AZEREDO, 1993; SILVA, 2010). É claro que, como nos lembra Couto (2004), o logicismo de Port-Royal, em certa medida, já estava presente em toda a tradição gramatical ocidental. É fato bem estabelecido que as categorias gramaticais criadas pelos gregos e transmitidas pelos romanos derivavam das categorias habilitadas pelo pensamento filosófico para a análise da realidade. Noções caras à gramática, como *substância*, *acidente*, *ação*, *passividade*, *atividade*, *temporalidade*, foram pensadas na filosofia, de modo que toda a tradição medieval, que continuou difundindo as gramáticas latinas através dos modelos de Donato e Prisciano, e

[67] Outra periodização possível da gramatização brasileira é a proposta por Cavaliere (2000, 2002 *apud* VIDAL NETO, 2010): período embrionário (das origens até 1880) e período linguístico (a partir da década de 1940). Acredito, no entanto, que a periodização sistematizada em Fávero (2001) seja mais coerente, pois: antes do século XIX não era levantada nas gramáticas a questão do português no/do Brasil, o que põe em xeque a ideia de um período de gramatização brasileira nos séculos XVI, XVII e XVIII; mesmo com o advento e desenvolvimento da linguística moderna no século XX, o paradigma de gramatização instituído no Brasil no final do século XIX só começou a sofrer algum tipo de deslocamento recentemente, conforme venho defendendo ao longo desta tese, razão pela qual é questionável o corte no percurso da gramatização brasileira nos anos 40 do século XX.

[68] ELIA, S. *Ensaios de Filologia*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1963.

[69] NASCENTES, A. *Estudos Filológicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.

mesmo a tradição renascentista trabalham a partir dessas noções e das categorias que tais noções determinam historicamente.

É justo dizer que a ideia de uma gramática geral surgiu por volta do século XIII, com os gramáticos especulativos, que pregavam a existência de uma estrutura gramatical universal, comum a todas as línguas. Os mais adeptos desse modelo de gramática foram os modistas, um pequeno grupo de eruditos da universidade de Paris entre os anos de 1250 e 1320. Silva (2010) explica que as primeiras gramáticas das línguas modernas, produzidas do final do século XV à primeira metade do século XVII, romperam com essa ideia, debruçando-se sobre a tradição clássica e desprezando o aristotelismo medieval da Filosofia Escolástica. A partir de então, os estudos linguísticos passaram a focar no descritivismo das línguas vernaculares, buscando inspiração nos modelos gregos, especialmente na gramática de Dionísio Trácio (a *Tékhne*). Como exemplo, temos a *Grammatica da Linguagem Portugueza*, de Fernão de Oliveira (1536), recém resenhada nesta tese.

Desse modo, é cabível afirmar que houve um *retorno* do universalismo ao cenário da gramatização na segunda metade do século XVII, se desenvolvendo no século seguinte. Esclarece Foucault (1966), porém, que a generalidade/universalidade que circunscrevia a reflexão neoclássica da linguagem sob o rótulo de Gramática Geral não consistia em encontrar leis gramaticais comuns a todas as línguas. A Gramática Geral é "geral" na medida em que pretende fazer surgir, sob as regras da gramática de uma língua particular, a função representativa do discurso, capaz de ligá-lo ao pensamento. Como essa função pode acontecer de diferentes modos, haverá, paradoxalmente, diversas "gramáticas gerais", uma para cada modo de uma determinada língua fundar a possibilidade de sustentar um discurso. É por isso que, desde o prefácio da Gramática de Port-Royal, há o esclarecimento de que o interesse pelo que há de comum em todas as línguas é decorrente do interesse pelas Gramáticas de diversas línguas em particular. "O compromisso com que me [Lancelot] empenhei, mais por acaso do que por escolha própria, de trabalhar nas Gramáticas de diversas línguas, muitas vezes me levou a buscar as razões de várias coisas que são ou comuns a todas as línguas, ou particulares a algumas delas" (ARNAULD & LANCELOT, 1660, p. 5), esclarece um dos autores da *Gramática Razoada*.

Quanto ao seu caráter prescritivo, Gonçalves (2010) frisa que, apesar de aparentar certo rigor metodológico, a gramática de Port-Royal é bem avaliativa, uma vez que descarta as formas linguísticas que não respondem às leis da razão, motivo pelo qual se encaixa nos objetivos de purificação linguística do contexto luso-brasileiro do século XVIII. Os gramáticos de Port-Royal defendiam que as línguas nacionais eram tão boas quanto (ou até

melhores do que) o latim para a expressão das ideias. Assim, quaisquer abusos ou imperfeições contrários ao seu ideal de expressão clara e lógica do pensamento deveriam ser logo descartados (AZEREDO, 1993). Vê-se que, embora subjaza à gramática um elaborado pensamento filosófico, a prática prescritiva e não científica própria ao processo de gramatização ainda permanece, atestando a manutenção do PTG.

Esse viés prescritivista reflete o fato, apontado por Vidal Neto (2010), de que as gramáticas do português do tipo racionalista, marcadas pelos pressupostos da Gramática Geral de Port Royal, produzidas ou não no Brasil até meados do século XIX, não se ocuparam em registrar aspectos do português então aqui em voga, mesmo que empiricamente as evidências linguísticas já apontassem variações significativas entre o português daquém e dalém mar. Em outras palavras, as gramáticas filosóficas do português, inclusive as escritas por gramáticos brasileiros e aqui editadas, não se ocuparam efetivamente em gramatizar o português do Brasil, sendo também representantes legítimas, a despeito de seu caráter lógico-filosófico, do PTG.

Além disso, durante o período vernaculista/racionalista, a gramática portuguesa também era considerada *arte*, na continuidade da tradição quinhentista e seiscentista e do pensamento greco-latino, no sentido de que se tratava de uma disciplina instrumental, prática, e não especulativa. A palavra 'arte', inclusive, encabeça o título de uma das gramáticas mais importantes do século XVIII, a *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza*, de Antônio José do Reis Lobato (1770). De acordo com Banza (2012), esse momento também é marcado pelo estabelecimento do Pe. Antônio Vieira como um dos principais modelos linguísticos nas gramáticas, ortografias e dicionários. Autores como D. Luís Caetano de Lima (1671-1757), D. Jerónimo Contador de Argote (1676-1749) ou D. Rafael Bluteau (1638-1734) são exemplos de como, em matéria gramatical, ortográfica ou lexical, Vieira era considerado exemplo e referência, sobretudo nos *Sermões*. Nesse sentido, é interessante observar a continuidade que se deu ao cânone literário quinhentista na posterioridade, pois Vieira é ainda bastante citado na contemporaneidade em gramáticas tradicionais do português, como, por exemplo, em Rocha Lima (2010) e Bechara (2009).

Obras paragramaticais, como apologias, defesas, louvores, ensaios normativos ou histórico-culturais, também marcaram a gramatização do português no século XVIII sob a batuta do PTG. Considerando o foco da tese, limito-me, todavia, a comentar a produção de gramáticas desse período, as quais, como já apontado, estiveram plantadas na tradição lógico-filosófica de Port-Royal.

3.2.1 Entre a tradição latina e a renovação filosófica: Contador de Argote (1721), Reis Lobato (1770) e a obrigatoriedade do ensino de português no Brasil

De acordo com a literatura especializada, a primeira obra publicada em Portugal em que se faz menção à Gramática de Port-Royal são as *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina*, do Pe. Jerônimo Contador de Argote (1721). Esclarece Kemmler (2012) que a primeira edição da obra, a de 1721, foi publicada sob o pseudônimo de Caetano Maldonado da Gama, e só a segunda, a de 1725, sob o nome de Jerônimo Contador de Argote. Essa gramática foi a primeira obra em língua portuguesa publicada no século XVIII e, em quase duzentos anos de tradição gramatical até então, foi a primeira gramática portuguesa a ter mais do que uma edição única em vida do autor. Um estudo comparativo entre as duas edições ainda não foi de todo feito, mas a comparação entre as duas versões do texto introdutório (cf. KEMMLER, 2012) mostra que não houve alterações significativas. Com o título alternativo de *Disposiçam para facilitar o ensino da lingua latina pelas regras da portugueza*, a obra é, segundo o próprio autor, "uma gramática portuguesa no nome, nas palavras e nas regras, porém no intento para que se compôs é latina" (Prólogo, *apud* FÁVERO, 1996, p. 163), afirmação que faz jus ao título e atesta a já tardia vinculação da gramatização portuguesa à tradição latina.

Segundo Leite (2011b), essa gramática de Argote é uma das poucas obras da historiografia da língua portuguesa que aborda a variação linguística, trazendo um capítulo completo especialmente voltado ao tema, com um minucioso estudo dos dialetos regionais portugueses, além de considerações sobre variação diastrática (linguagem popular em geral, linguagem dos ciganos, gíria lisboeta), diacrônica e de registro (uso da língua em prosa vs. poesia). Todavia, ao contrário do que se poderia pensar, a consideração da variação linguística era motivada pelo objetivo fundamental da obra, o de descrever as regras da língua portuguesa de modo a identificá-la completamente com o latim. Desse modo, tudo o que no português não estivesse de acordo com as regras latinas, deveria ser posto de lado, por se tratar de estruturas desviantes do latim, denominadas por Argote de *idiotismos*. Os idiotismos eram de naturezas distintas e múltiplas: se relacionavam a determinados usos de artigos, declinações de nomes e terminações de casos, empregos de vozes, tempos e modos verbais, usos de advérbios, preposições e conjunções, determinadas concordâncias e regências, ausência de plural dos pronomes demonstrativos (*isto*, *isso*, *aquilo*) e indefinido (*tudo*), entre outras interdições típicas do PTG.

Outra obra gramatical significativa do século XVIII é a já citada *Arte da grammatica da lingua portugueza*, de Antônio José dos Reis Lobato (1770), primeira gramática tornada oficial para o ensino de português em todo o Reino, atendendo às então recentes políticas linguísticas do Marquês de Pombal, sob o reinado de D. José I.

Sabe-se que, por essa época, Portugal passou a manifestar interesse pela situação linguística do Brasil. Já em 12 de setembro de 1727, foi publicada a carta régia, na qual o rei D. João V determinava ao Superior dos religiosos da Companhia de Jesus no Maranhão que a língua portuguesa fosse ensinada aos índios (DIAS, 2001). 30 anos depois, o Marquês de Pombal legislou sobre a obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa no Brasil, através do famoso *Diretório dos Índios*, instrumento de política linguística implantado pelo governador do Grão Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do referido Marquês. Tal instrumento, publicado em 3 de maio de 1757 e confirmado pelo rei português D. José I em 17 de agosto de 1758, impôs aos habitantes do norte do Brasil o uso do português – a "língua do Príncipe" – como única forma a ser falada (MARIANI, 2001; MENDONÇA, 2013). Essa censura legitimou no Brasil o português como língua oficial a ser escrita, ensinada nas escolas e usada em qualquer situação social. Por outro lado, lembra-nos Dias (1996) que tal determinação encontraria aqui uma clientela diferente da de Portugal, marcada por uma profunda diferença entre oralidade e escrita, consequência de quase dois séculos e meio de ausências de políticas culturais e educacionais por parte de Portugal. Isso fez com que as "questiúnculas de língua" surgissem no Brasil já a partir dessa época.

Assim, ao longo do século XVIII, conviviam em território brasileiro as línguas indígenas, as línguas gerais, a língua portuguesa e o "português brasileiro" (este último, naturalmente, ainda não assim designado). Essa convivência representava um conflito político na Colônia – daí a metrópole ter intervindo radicalmente. Conta-nos Mariani (2001) que, quando do Diretório dos Índios, o Marquês de Pombal deu início ao processo de expulsão dos jesuítas de Portugal e das colônias portuguesas. Paralelamente, o Marquês promoveu uma reforma pedagógica em Portugal, tornando obrigatório o ensino da língua portuguesa no lugar da latina. A diretriz de Pombal, normatizadora e unificadora, teve como objetivo declarado inibir os usos linguísticos que não fossem portugueses. Esse Diretório vigorou durante aproximadamente 40 anos, sendo abolido apenas em 12 de maio de 1798. Pelo fato de o português já estar inscrito no leque das línguas ocidentais desde o Brasil Colônia, foi negada às línguas gerais a possibilidade de se apresentarem como alternativas reais na construção da nação Brasil. De qualquer forma, a despeito da política coercitiva da Corte, as raízes do PB continuaram resistindo e penetrando nos espaços do português europeu, embora as línguas

gerais e as demais línguas indígenas tivessem sofrido um processo sistemático de eliminação ao longo dos séculos seguintes.

Dentre as medidas da política pombalina, fora implantado o ensino inicial da gramática portuguesa nas aulas de latim, em Portugal e no Brasil, pelo período máximo de seis meses, quando deveria se fazer valer a gramática de Reis Lobato. De acordo com Zanon & Faccina (2004), essa medida se tornaria aqui obrigatória após a expulsão dos Missionários da Companhia de Jesus, em 1759. O desmantelamento da estrutura educacional montada por esses padres da Companhia de Jesus fora prejudicial para Colônia, pois não houve, de imediato, a substituição por outra organização escolar. O governo português só iniciaria a reconstrução do ensino no Brasil treze anos mais tarde, o que significou um retrocesso no sistema educacional brasileiro, em cujo investimento Portugal não estava interessado, devido à sua política colonialista de exploração.

Fruto de seu tempo, a gramática de Reis Lobato se relaciona aos princípios do Iluminismo, movimento cultural-filosófico-ideológico que critica os monopólios, a desigualdade social, o absolutismo, a proibição do livre pensamento, os privilégios, os preconceitos, as intolerâncias e injustiças, ao mesmo tempo em que delineia um novo panorama do saber reformulado sobre bases empíricas e científicas (ZANON & FACCINA, 2004). Dentro desse contexto histórico, não fazia sentido ligar religião à educação, razão pela qual advêm as críticas aos jesuítas. No "século das luzes", a escola deveria ser isenta e livre e, diferentemente das gramáticas dos séculos XVI e XVII, a gramatização do novo século quis isso refletir.

Ainda de acordo com Zanon & Faccina (2004), a gramática de Reis Lobato se divide em duas partes: *etimologia*, composta de seis livros; e *sintaxe*, contendo quatro livros. Quanto à etimologia, o autor segue os modelos de antigos gramáticos gregos, romanos e medievais, sem nada realmente de novo propor. A divisão das classes de palavras, por exemplo, é cópia fiel da tradição greco-latina representada pelo grego Dionísio e pelos latinos Prisciano e Donato. A gramatização anterior do português é referendada: Fernão de Oliveira (pelo foco na palavra) e João de Barros (pela brevidade) são citados e criticados; Amaro de Roboredo (por lacunas e distorções) também é citado e criticado, ainda que de modo mais tênue; e o Contador de Argote é o único elogiado por Reis Lobato, por se vincular ao método dos monges racionalistas de Port-Royal.

Em suma, as gramáticas setecentistas de Jerônimo Contador de Argote (1721) e Antônio José dos Reis Lobato (1770), indubitavelmente produtos do PTG, podem ser consideradas obras de transição entre um período de espelhamento na gramática latina e um

de renovação filosófica, que se sedimentaria na primeira metade do século XIX. Por sua vez, a política pombalina de interdição das línguas gerais no Brasil e implantação oficial da língua do Reino, em um cenário sociolinguístico de heterogeneidade e mesmo diglossia, fertilizou o terreno para que posicionamentos puristas e conservadores na tradição gramatical luso-brasileira surgissem, perpassassem todo o século XIX e desaguassem com firmeza no século XX.

3.2.2 Gramáticas filosóficas do português: Soares Barbosa (1802-1822), Frei Caneca (1817-1819), Oliveira Condurú (1850) e Pe. Massa (1868)

No início do século XIX, continuávamos no Brasil a trabalhar com a gramática de Reis Lobato, imposta por D. José I, que a exigiu não só na Metrópole, mas em todas as suas colônias. Com a chegada da família real no Rio de Janeiro, em 1808, começaram mudanças que se tornariam contínuas até praticamente o fim do século. Isso trouxe modificações para a língua falada no Brasil e deu uma outra dimensão ao significado de nacionalidade e independência. A partir de então, o universo cultural brasileiro se expandiu: foram criados o primeiro teatro brasileiro e a academia de belas artes, houve a abertura dos portos para transação comercial com outros países, foi fundado o primeiro jornal informativo, entre outros acontecimentos que interferiram na institucionalização da sociedade brasileira – que abraçava novos padrões de comportamento, hábitos de consumo, gostos artísticos, referências científicas e políticas – e nas então recentes reflexões sobre a língua nacional. Esse contexto se revelou cenário adequado ao declínio, ao longo do século XIX, do prestígio do latim no espaço de gramatização e ensino de língua, o que não significou afastamento dos subsídios da tradição greco-latina no processo de gramatização nascente no país.

De acordo com Franco (2004), embora na primeira metade do século XIX o ensino elementar já fosse dever do Estado em diferentes graus do processo educativo e ao longo de todo território brasileiro, foram criadas escolas brasileiras apenas de primeiras letras, destinadas aos homens livres. Somem-se a esse problema de oferta e acesso a falta de pessoal preparado para o magistério e a ausência de amparo profissional para o aprimoramento dos professores. Além disso, as aulas de português viravam as costas para a língua falada pelo povo, uma vez que a norma-padrão lusitana era o objeto de um ensino destinado a um alunado oriundo das classes privilegiadas, que já chegava com algum conhecimento da língua de prestígio. Em contrapartida, a maioria da população era analfabeta, as províncias não tinham condições de oferecer um ensino gratuito nos níveis primário e secundário e o governo central

não conseguia estabelecer uma política educacional que garantisse a instrução primária para toda a população.

É nesse contexto que se inscrevem as gramáticas produzidas na primeira metade do século XIX. Na verdade, foram poucos os estudos gramaticais do português nesse período. A esse respeito, Franco (2004) afirma que houve muitas discussões sobre gramática, em termos de conceituação e ortografia, mas pouca ou quase nenhuma formalização de estudos gramaticais, com exceção dos realizados por Soares Barbosa (*Grammatica philosophica da lingua portugueza*, 1822), Frei Caneca (*Breve Compendio de Grammatica Portugueza*, 1817-1819), Antonio da Costa Duarte (*Compendio da Grammatica da Lingua Portugueza*, 1829) e Antônio Álvares Pereira Coruja (*Compendio da Lingua Nacional*, 1835). Neste ponto, tecerei comentários sobre a obra dos dois primeiros, uma vez que a gramática de Soares Barbosa é a mais conhecida dentre aquelas que refletem o ideário dos gramáticos de Port-Royal, e a de Frei Caneca é a que mais se projetou na construção de uma identidade nacional.

A *Grammatica philosophica da lingua portugueza*, de Jerônimo Soares Barbosa, é datada de 1822, embora escrita duas décadas antes de sua publicação (cf. KEMMLER et al., 2009). Teve sete publicações entre 1822 e 1881, as quais nortearam o processo de gramatização do português até a "virada científica". Bem como a gramática de Reis Lobato (1770), a gramática de Barbosa se apresenta favorável à reforma do ensino empreendida por Pombal, a partir da qual a gramática portuguesa deveria ser ensinada antes da latina.

Ainda que filiada explicitamente à Gramática de Port-Royal, Barbosa (1822) mantém-se fiel à tradição greco-latina (FÁVERO, 1996) e aos seus traços prescritivistas. Nesse aspecto, Maia (2010) afirma que o capítulo VIII da gramática, intitulado *Dos Vicios da Pronunciação*, defende a superioridade/primazia dos usos linguísticos de Lisboa, pelo fato de essa cidade ser a corte dos reis de Portugal e centro político da nação há muitos anos. O que se afastasse disso seria, por conseguinte, considerado *vício de pronúncia*. Ainda segundo a autora, é também no início do século XIX que a diversidade de usos linguísticos próprios do Brasil, no domínio do léxico e da fonética, começa a ser notada com progressiva atenção na produção gramatical portuguesa, embora tais usos fossem vistos como infrações à norma em vigor em Portugal.

Barbosa (1822) segue o esquema clássico da gramática latina de divisão em *ortografia* e *ortoépia*, ocupando-se do aspecto mecânico da língua, e *etimologia* (*morfologia*) e *sintaxe*, ocupando-se de seu aspecto lógico. Na esteira da tradição, considerando critérios semânticos, formais e funcionais, registra dez classes de palavras: *nome substantivo*, *nome adjetivo*, *verbo*, *pronome*, *artigo*, *particípio*, *advérbio*, *preposição*, *conjunção* e *interjeição*.

Lopes (1986/1987) afirma que essa obra é uma produção original, em se tratando de um meio que até então só conhecia por gramática um sistema analógico de regras e exemplos fundidos todos pela mesma fôrma da gramática latina. Assim, é diante de um projeto de ensino que se dedica a transformar os alunos em autômatos aplicadores de regras inquestionáveis que se ergue a gramática de Soares Barbosa, sem abrir mão do prescritivismo, do lusitanismo, da homogeneidade ideal, entre outros traços seguidos à risca pelos autores comprometidos com o PTG.

Menos original é a obra de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, outro representante da gramatização do português na primeira metade do século XIX. Com seu *Breve Compendio de Grammatica Portugueza* (1817-1819), Frei Caneca ajudou a abrir caminhos para a possibilidade do dizer gramatical do brasileiro. Todavia, na esteira de Pfeiffer (2011), devo dizer que a gramatização da língua portuguesa no Brasil não implicou em um movimento de instituição de uma língua nacional própria, e sim de legitimação do direito de dizer sobre a língua portuguesa. Ou seja, a questão da língua nacional, enquanto língua própria dos brasileiros, ainda não seria tematizada com acuidade ou mesmo regularidade.

O conteúdo da gramática de Caneca, citada aqui numa edição de 1875, é claro e metódico, sendo apresentado em tom prescritivo e pedagógico. O tom didático é anunciado desde o subtítulo da obra, em que se lê: "organizado em forma sistemática, com adaptação à capacidade dos alunos". Na introdução, são apresentados conceitos gerais relacionados à noção de gramática. Em seguida, se obedece a divisão clássica da gramática latina em quatro partes: *etimologia*, *ortografia*, *prosódia* e *sintaxe*. A concepção de gramática da obra, voltada ao ensino de língua, está fincada apenas em regras necessárias e definições de fácil entendimento, como no caso das nove classes de palavras, a partir de uma divisão que remonta a Dionísio (que não inclui a *interjeição*) e a Donato/Prisciano (que incluem a *interjeição* e excluem o *artigo*): *artigo* (palavra que se põe antes do nome para o particularizar), *nome* (palavra que dá a conhecer alguma coisa), *pronome* (palavra que se usa pelo nome), *verbo* (palavra que significa a ação que alguém pratica ou recebe), *participio* (palavra que significa como o verbo e também como o nome), *advérbio* (palavra que se ajunta ao nome e ao verbo para modificar as suas significações), *conjunção* (palavra que serve de unir ou separar as partes da oração), *preposição* (palavra que se põe antes do nome para notar as diversas relações), *interjeição* (palavra que significa os movimentos súbitos d'alma). Em consonância à simplicidade descritiva, Caneca não faz subdivisões dessas nove classes, ignorando categorias como *artigo definido* e *indefinido* ou *nome concreto*, *abstrato*, *próprio* e *comum*, por exemplo.

Estudiosos do *Breve Compendio de Grammatica Portugueza*, como Franco (2004), Bastos & Palma (2004b) e Fávero (1999), costumam afirmar que Frei Caneca bebeu parte de seu conhecimento em gramáticas anteriores do português, ou mesmo dos gregos e latinos, embora soubesse construir uma intertextualidade cativante e rica, o que qualifica positivamente sua obra. Desse modo, há tanto a manutenção da tradição greco-latina na construção de sua gramática, quanto o assentamento teórico em gramáticas filosóficas (como quando assume que a gramática pode ser de dois tipos: geral e particular). Na verdade, trata-se de uma gramática que pouco ou nada de novo apresenta, limitando-se a seguir os que o antecederam ao se inserir na voga das gramáticas filosóficas do século XVIII, que marcaria toda a primeira metade do século XIX.

Antes de refletirmos sobre os instrumentos de gramatização do português que caracterizaram as últimas décadas do século XIX, marcadas pela ascensão da perspectiva histórico-comparativa em detrimento da perspectiva filosófica no fazer gramatical, convém registrar o alcance da Gramática de Port-Royal para além da primeira metade do século XIX, novamente com a rubrica de que adotar essa perspectiva teórica não significa estar fora do PTG, vide as gramáticas de Soares Barbosa e Frei Caneca, por exemplo. Nesse sentido, merecem destaque ao menos duas obras.

A primeira obra da segunda metade do século XIX, comprometida com a vertente filosófico-racionalista de produção de gramáticas mas mantenedora das concepções tradicionais, é a *Grammatica Elementar da Lingua Portugueza*, do maranhense Filippe Benicio de Oliveira Condurú (1850). Segundo Nogueira & Nogueira (2006), essa obra marcou lugar relevante no conjunto da gramaticografia brasileira, por ter sido aprovada pelo Conselho de Instrução Pública para as escolas na então Província do Pará, em diversos níveis de instrução. Na segunda metade do século XIX, o ensino do Brasil ainda se destinava, fundamentalmente, às camadas privilegiadas da população, as únicas com acesso garantido à escolarização. As gramáticas eram, pois, construídas para atender a essa população e para nortear o ensino da norma culta/padrão do português. Nesse sentido, a gramática de Condurú não foge à regra: os usos tipicamente brasileiros costumam ser omitidos, como, por exemplo, a forma de tratamento (pronome) *você*, já bem corrente no Brasil naquela época. Do ponto de vista organizacional, essa gramática é mantenedora do modelo latino, ainda preponderante: *etimologia* – incluindo *morfologia* e a mesmas classes de palavras apresentadas em Soares Barbosa (1822), sua principal referência –, *prosódia*, *ortografia* e *sintaxe*.

A segunda obra que menciono aqui é a *Gramática Analítica da Língua Portuguesa*, do Pe. José de Noronha N. Massa (1888). Embora publicada já no período da gramatização luso-

brasileira referenciado como "científico" (cf. FÁVERO, 2001), essa obra fora escrita em 1868, quando o modelo histórico-comparativo ainda não iluminava totalmente nossos estudos gramaticais. Assim, encontra-se calcada nas obras de orientação filosófica, seguindo os passos da Gramática de Port-Royal, razão pela qual ainda sustenta a definição de gramática enquanto "arte que nos ensina as regras adaptadas à perfeição da dicção de qualquer língua, quer escrita, quer falada" (p. 5 *apud* FÁVERO & MOLINA, 2010/2011, p. 34). Da mesma forma que a obra de Condurú, a gramática do Pe. Massa se apoia na gramática greco-latina para compreender a gramática em quatro partes (*etimologia*, *sintaxe*, *prosódia* e *ortografia*) e considerar, dentro da *etimologia*, dez classes de palavras (*artigo*, *nome substantivo*, *nome adjetivo*, *pronome*, *verbo*, *particípio*, *advérbio*, *preposição*, *conjunção* e *interjeição*).

Em suma, em boa parte do século XIX, a gramatização do português fora marcada, em termos pedagógicos, pela defesa da prioridade do ensino de gramática portuguesa em relação à gramática latina e, em termos teóricos, pelos princípios lógico-filosóficos da gramática geral e razoada de Port-Royal. Todavia, o arcabouço descritivo e os caminhos epistemológicos envolvidos na construção da norma-padrão do português são os mesmos encontrados em séculos anteriores de nossa gramatização e, consequentemente, ao longo da tradição clássica greco-romana. Além disso, mesmo após a independência do Brasil, o propósito dos gramáticos brasileiros de se criar uma unidade linguística e cultural entre Brasil e Portugal ignorava as diferenças entre essas duas realidades linguísticas, importando a mesma tecnologia de gramatização lusitana, o que acabou gerando uma percepção de língua nacional muitas vezes fora de compasso com a realidade dos usos linguísticos efetivos dos brasileiros.

É por isso que vários estudiosos da questão, como, por exemplo, Guimarães (1996), costumam asseverar que não houve estudos da língua portuguesa no Brasil até a primeira metade do século XIX[70]. As várias gramáticas que surgiram nesses três séculos e meio de gramatização do português, mesmo aquelas escritas por gramáticos brasileiros ou por gramáticos portugueses no Brasil, não levavam em consideração a realidade linguística brasileira ainda em formação, até porque via-se o Brasil como uma extensão de Portugal. Os que aqui não falavam o português lusitano simplesmente não falavam português ou falavam uma língua "errada", "estropiada", impossível de ser acolhida pelos instrumentos de gramatização. Nossa realidade linguística, de fato, só passaria a ser pensada mais

[70] Essa afirmação não contradiz o fato de que houve, desde o século XVIII, afirmações de natureza genérica sobre a realidade linguística brasileira, já distinta da portuguesa. Nesse sentido, Noll (2008) aponta a primeira indicação direta de uma característica brasileira fora do léxico no *Compendio de orthografia*, de Monte Carmelo (1767). Aí aparece uma referência à pronúncia brasileira, o que sugere a existência de uma variedade brasileira desde o século XVIII, variedade apontada indiretamente pelo Contador de Argote já em 1725.

precisamente a partir das duas últimas décadas do século XIX, razão pela qual não faz sentido se falar em gramatização do português no/do Brasil até esse momento.

3.3 Fins do século XIX: abordagem "científica" e a gramatização brasileira do português

A partir desta seção, o foco incide sobre a gramatização do português feita por gramáticos brasileiros [71]. Consequentemente, refletiremos sobre os instrumentos de gramatização produzidos aquém-mar. Esse recorte não invalida o alcance que se quer dar com a expressão "tradição luso-brasileira", apresentada no título deste capítulo, pois, em termos efetivos, ainda não seria a hora de a gramatização brasileira se emancipar do modelo da gramatização portuguesa peninsular.

3.3.1 De *arte* a *ciência*: Adolfo Coelho e os novos caminhos para a gramatização do português

Antes de tudo, convém atentar para a publicação, em Portugal, da obra *A Lingua Portugueza – phonologia, etymologia, morphologia e syntaxe*, de Francisco Adolfo Coelho, em 1868. Essa obra é tida como o marco inaugural do afastamento da gramática portuguesa de uma concepção lógico-filosófica de linguagem e de sua aproximação da linguística predominante na época, a de vertente histórico-comparativa. A partir de então, a gramatização da língua portuguesa sofreria o tal deslocamento outrora comentado: o que era *arte/técnica* ganhava o valor de *ciência*, embora ainda sob a égide do normativismo.

De acordo com Fávero & Molina (2007), outras publicações de caráter didático-pedagógico do autor português Adolfo Coelho também surgiram com esse direcionamento, como *Teoria da conjugação em Latim e Português* (1870), *A questão do ensino* (1872), *Questões de Língua Portuguesa* (1874) e *A Língua Portuguesa: Noções de Glotologia Geral e Especial Portuguesa* (1880). Entretanto, a obra de 1868 é aquela que vai diferenciar, logo de início, *filologia* de *glotologia*, sendo esta última entendida como o estudo científico da linguagem, sem compromisso com o estudo prático das línguas ou com sua análise como

[71] Isso não significa que todos os gramáticos mencionados até este ponto da tese foram gramáticos portugueses, haja vista Frei Caneca, brasileiro nascido e morto na capital pernambucana, autor do *Breve Compendio de Grammatica Portugueza* (1817-1819), comentado na seção 3.2.

meio para o conhecimento da literatura, como faz a filologia. Isso justifica Coelho (1868) definir gramática não mais enquanto *arte*, mas "ciência que estuda as leis ou normas, segundo as quais o pensamento se exprime por palavras" (p. 3 *apud* FÁVERO & MOLINA, 2007, p. 33), se afastando, ao menos na definição, da concepção de burilamento artístico herdada do legado gramatical alexandrino. Segundo Fávero (2001), definições semelhantes recorrem em obras luso-brasileiras posteriores, que passam a definir gramática, por exemplo, como "ciência dos fatos da linguagem, verificados em qualquer língua" (Alfredo Gomes, 1918)[72] ou "sistematização dos fatos e normas de uma língua qualquer" (Maximino A. Maciel, 1894)[73], atestando a mudança de concepção de gramática enquanto *arte/técnica* para *ciência*.

Além de Coelho (1868), devo destacar outra obra desse autor que influenciou a então nascente gramatização do português no Brasil. Intitulada *Noções elementares de grammatica portugueza* (1891), essa publicação lisboeta continha as matérias dos exames do ensino primário elementar e dos liceus portugueses (escolas secundárias). Dessa vez estabelecendo diálogo com gramáticos brasileiros como Epiphanio Dias e Júlio Ribeiro, Coelho (1891) apresenta a gramática dividida em três partes autônomas: *fonologia* (que trata dos sons e sua representação pela escrita), *morfologia* (que trata da formação das palavras) e *sintaxe* (que trata da formação das proposições)[74]. Pode-se ver que essa configuração nortearia a produção gramatical luso-brasileira por todo o século seguinte.

Também são bem semelhantes o arcabouço descritivo/taxionômico e o percurso expositivo de Coelho (1891) e os das gramáticas tradicionais que seriam produzidas no Brasil ao longo do século XX. Por exemplo, a distribuição dos conteúdos de morfologia reflete a força da obra em se tratando de norte categorial para a tradição gramatical luso-brasileira então em formação. Os conteúdos se dividem nos dois processos mais típicos de formação de palavras (composição e derivação) e nas dez classes presentes ainda hoje na nossa tradição gramatical, as mesmas atestadas, inclusive, pela NGB de 1959. São também comuns às nossas gramáticas normativas de agora as categorias gramaticais e as subclasses de palavras arroladas em Coelho (1891), conforme se vê no quadro a seguir:

[72] GOMES, A. *Grammatica Portugueza*. 11.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1918.
[73] MACIEL, M. A. *Grammatica Descriptiva*. 8.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1922 [1894].
[74] Em Coelho (1868), a gramática se dividia em *fonética*, *morfologia*, *sintaxe* e *semiologia* (semântica).

Quadro 11 – Distribuição dos conteúdos de morfologia em Coelho (1891)

FORMAÇÃO DAS PALAVRAS EM GERAL: derivação, composição
VERBO: número e pessoa, modos, infinitos e particípios, tempos, conjugação (modelos regulares e irregulares), vozes, verbos auxiliares, particularidades ortográficas
SUBSTANTIVO: número, gêneros, aumentativos e diminutivos
ADJETIVO: número, gênero, aumentativos e diminutivos, graus de comparação
NUMERAIS
PRONOMES: pessoais, conjugação reflexa, possessivos, demonstrativos, determinativos, relativos, interrogativos, indefinidos
ARTIGO
ADVÉRBIO
PREPOSIÇÃO
CONJUNÇÃO
INTERJEIÇÃO

Fonte: O autor, 2015.

No Brasil, coube ao filólogo Epifânio Dias a difícil tarefa de reformular os compêndios gramaticais destinados ao ensino das línguas portuguesa e latina, a partir das novas ideias da filologia românica e da linguística geral, em particular da linguística histórico-comparativa, introduzidas em Portugal por Adolfo Coelho. Nesse sentido, Fávero & Molina (2006, 2007) apontam que Dias muito contribuiu com os estudos de sintaxe, até então bastante reduzidos. Em 1870, escreveu uma *Gramática prática da língua portuguesa*, para o uso dos alunos do primeiro ano do curso dos liceus, remodelada em 1876 com o título *Gramática portuguesa*, e em 1881, na sua 4ª edição, denominada definitivamente *Gramática portuguesa elementar*, de larga tradição entre os compêndios escolares nas duas primeiras décadas do século XX.

Além da obra de Epifânio Dias, também em outras gramáticas da década de 1870, como a *Grammatica Portugueza*, de Augusto Freire da Silva, e a *Nova Grammatica Analytica da Lingua Portugueza*, de Charles Adrien Olivier Grivet, podem ser percebidas as influências da gramática histórico-comparativa. Entretanto, é na figura de Júlio Ribeiro, autor da *Grammatica Portugueza* (1881), que os estudos gramaticográficos do português colocam o rótulo de precursor do método "científico" (histórico-comparativo) no Brasil, em contraposição ao método racionalista de viés lógico-filosófico de Port-Royal. Portanto, pode-se dizer que o Evolucionismo de Charles Darwin e o Positivismo de Augusto Comte influenciaram todas as áreas do saber, inclusive a linguística comparada e os estudos

gramaticais, que romperam com a tradição racional-logicista, chegando ao mundo da lusofonia por meio de Adolfo Coelho (Portugal) e Júlio Ribeiro (Brasil), os quais foram seguidos depois por tantos outros.

É por isso que estudiosos da gramatização luso-brasileira, como Silva (2006a), acreditam que os autores da tradição gramatical brasileira que se agrupam entre as últimas duas décadas do século XIX, incluindo Júlio Ribeiro, formam um distinto grupo, por terem servido de modelo teórico para toda a gramaticografia brasileira vindoura e por se tratar de uma época de transição entre um modelo gramatical particularmente calcado numa tradição clássica, de natureza filosófica, e uma nova perspectiva de gramatização, de natureza "científica". Muito dessa produção também vinha a atender as mudanças no ensino brasileiro ocorridas a partir de 1870, representadas pela atuação de Fausto Barreto, professor de português do Colégio Pedro II. É dessa época a institucionalização da disciplina *língua portuguesa* nas escolas brasileiras, até então com aulas de *gramática*, *retórica* e *poética*, consoante à tradição latina. Além disso, como essas gramáticas flertam com o período republicano que se avizinhava, a língua já começava a ser pensada como um fator a marcar a nossa identidade. Consequentemente, já podem ser encontradas nessas obras algumas observações a respeito da língua portuguesa falada no Brasil, como mostro a seguir.

3.3.2 Inauguração da gramatização brasileira do português: Júlio Ribeiro (1881)

Foi nessa efervescência científica e política da segunda metade do século XIX que gramáticos como Júlio Ribeiro, João Ribeiro, Maximino Maciel e Ernesto Carneiro Ribeiro publicaram suas gramáticas, consideradas pela literatura historiográfica as que melhor representam a vertente "científica" da gramatização do português.

Entretanto, é válido trazer aqui a observação de Gurgel (2008) a respeito da noção de cientificidade que subjaz a essas gramáticas. Ao analisar algumas das gramáticas mais importantes desse período, essa autora conclui que a recepção positiva às orientações entendidas como científicas (histórica e naturalista) para o tratamento da língua se localizava mais na retórica dessa geração, que se afastava, sob a liderança de Júlio Ribeiro, da tradição filosófica, do que propriamente no modo como os problemas linguísticos eram abordados, pois se observou nos textos um tratamento predominantemente prescritivo e pedagógico dado a fenômenos gramaticais polêmicos na tradição luso-brasileira, como, por exemplo, a colocação pronominal. Na verdade, os estudos dos primeiros gramáticos brasileiros sobre a colocação pronominal se configuram por teses subjetivas oriundas de tentativas de

explicações históricas ou de práticas descritivas vindas da tradição de pesquisa filosófica, o que põe em xeque a dita cientificidade do período. Em seu trabalho, Gurgel (2008) dispõe argumentos preciosos que corroboram minha afirmação de que também as gramáticas da vertente científica do final do século XIX são produtos do PTG.

Ideia semelhante também se lê em Azeredo (2008, p. 32-33), a qual me permito transcrever:

> O estudo da linguagem humana assumiu o caráter de uma verdadeira ciência no curso do século XIX sob o rótulo de Gramática Histórico-Comparativa e como tal contou com muitos adeptos no Brasil. Os estudos gramaticais então realizados entre nós beneficiavam-se dessa reorientação científica, mas nem por isso abandonaram as motivações normativas de sua origem greco-romana. Com efeito, as décadas finais do século XIX e as iniciais do século XX foram cenário da produção de inúmeras gramáticas.
>
> Alguns de seus primeiros autores eram homens de grande erudição, os quais estavam atualizados com a ciência linguística de seu tempo e punham esse saber e um certo sentimento de orgulho nacional a serviço do conhecimento da língua e de seu ensino. Era como se a proclamação da República [...] propiciasse à nação a definitiva legitimidade para construir seu futuro e ratificar, sem sentimento de vassalagem, um padrão de uso literário 'à altura da melhor tradição da língua'. Esta expressão [...] traduz o sentimento da corrente mais conservadora do tempo, a qual, movida por um ideal purista de língua, defendia um modelo de escrita padrão uniforme entre Brasil e Portugal [...]

Ressalvas postas a respeito do frágil caráter "científico" dessas gramáticas, posso comentar algumas delas. Começo, portanto, pela *Grammatica Portugueza*, de Júlio Ribeiro (1881), por seu marco inaugural do pensamento gramatical sobre o português do Brasil. É certo que, antes de Júlio Ribeiro (1881), estudos e publicações com esse caráter, mas de menor repercussão, já haviam surgido no cenário da gramaticografia brasileira. Por exemplo, em 1829, Antônio da Costa Duarte publica e difunde em São Luís do Maranhão o *Compendio da grammatica portugueza*; em 1835, Pereira Coruja publica em Porto Alegre o já citado *Compendio da grammatica da lingua nacional*. Ambas as obras são gramáticas de circulação escolar que podem ser consideradas as primeiras do tipo no Brasil. Além dessas, no início do século XIX, Antônio Morais e Silva, considerado por Monteiro (1958) o nosso primeiro gramático, publicou a *Epítome da Gramática Portuguesa*, em 1806. Ao contrário dos seus contemporâneos e predecessores, ainda sujeitos ao espírito de Port-Royal (cf. seção 3.2), e por isso afeiçoados a divagações filosóficas, a longas e inúteis definições de partes do discurso e categorias gramaticais e a regras sem alcance prático, Morais e Silva estava mais favorável ao estudo direto e eficiente da língua. Entretanto, essa e as demais obras anteriores a Júlio Ribeiro (1881) descrevem o "bom uso dos clássicos" portugueses, sem considerações sobre o uso dos brasileiros. Em outras palavras, é apenas escrita por um brasileiro, mas não é uma

gramática brasileira do português, o que não invalida a consideração da gramática de Júlio Ribeiro como a primeira gramática brasileira em língua portuguesa.

De acordo com Vidal Neto (2010), em dissertação sobre a gramática de Júlio Ribeiro, essa obra instaura um importante corte epistemológico, apoiando-se na gramática histórico-comparada e opondo-se explicitamente às gramáticas do português da época, fundamentadas, em geral, na lógica de Port-Royal. Para o autor, a gramática de Júlio Ribeiro fora a primeira a se preocupar em gramatizar a variedade brasileira do português, opinião que seria compartilhada por Cavaliere (2000, 2002)[75], Guimarães (2004)[76] e Leite (2005)[77], bem como por defensores da *língua brasileira* na primeira metade do século XX. Por exemplo, para Fortes (1945), Júlio Ribeiro é o único gramático do século XIX que rompe com o exclusivista exemplarismo literário e clássico.

Desse modo, é a partir de 1881, na esteira de Júlio Ribeiro, que os gramáticos trazem alguma produção significativa sobre o português no Brasil, ao considerar certas diferenças gramaticais e lexicais do nosso português com o de Portugal. Nas palavras de Vidal Neto (2010, p. 81),

> a produção gramatical anterior a estabelecida por Ribeiro [...] teve o português de Portugal como único referencial relativamente à norma linguística a ser prescrita em suas gramáticas. Ou seja, todas as gramáticas produzidas no Brasil até então estabeleciam como possibilidade de *uso* aquilo que era prescrito como correto pela norma linguístico-gramatical lusitana. Não tínhamos, portanto, no Brasil, até a publicação da *Grammatica*, em 1881, nenhuma gramática que registrasse marcas do Português *usado* em solo colonial.

Entretanto, a despeito do registro que Júlio Ribeiro faz da língua dos brasileiros, permaneceu em sua *Grammatica Portugueza* o modelo prescritivista. A presença desses dois modelos – o prescritivista e o histórico-comparativo – norteando uma só obra conduz Ribeiro, segundo Vidal Neto (2010), a utilizar dois diferentes referenciais: a norma culta lusitana, por influência do prescritivismo, e o processo de vida e evolução das línguas, pela sua relação com o pensamento naturalista-evolucionista. Essa atitude aparentemente contraditória faz com que o gramático aceite a fatal lei da evolução linguística, mas também assuma o papel restritivo característico do prescritivismo, estabelecendo aquilo que está certo e aquilo que está errado. As posições gramaticais de Júlio Ribeiro, portanto, oscilam entre uma *restrição*

---

[75] CAVALIERE, R. *Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira*. Niterói: EdUFF, 2000. CAVALIERE, R. Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos. *Confluência*, Rio de Janeiro, vol. 23, p. 102-119, 1º sem. 2002.

[76] GUIMARÃES, E. *História da semântica*: sujeito, sentido e gramática no Brasil. Campinas: Pontes, 2004.

[77] LEITE, M. Q. A *hiperlíngua* brasileira na construção da norma gramatical: um estudo de gramáticas do século XIX. *Estudios portugueses*, Salamanca, v. 5, 2005, p. 103-112.

normativa e uma *aceitação evolutiva*, e é essa última que abre espaço para o registro de marcas do português do Brasil relativas à *hiperlíngua* brasileira, no sentido de Auroux (1992).

Vê-se que, na mesma época em que a realidade linguística brasileira começava a ser levada em conta na gramatização do português, ocorria algo como um deslocamento teórico do modelo tradicional de gramática de Portugal, saindo das bases filosóficas de Port-Royal e passando às bases "científicas" da gramática histórico-comparativa. Assim, a orientação para novas filiações, a busca pela cientificidade e a consideração de aspectos linguísticos particulares à realidade brasileira são argumentos favoráveis na defesa de que a gramatização do português no Brasil começou realmente a partir da década de 1880. Portanto, acredito que, da mesma forma que Fernão de Oliveira e João de Barros foram *os primeiros autores a gramatizar o português*, respectivamente, em 1536 e 1540, Júlio Ribeiro, ao lançar sua *Grammatica portugueza*, em 1881, foi *o primeiro autor a gramatizar o português do Brasil*.

Porém, se com essa nova orientação a gramática deixou de ser a arte de ensinar a falar e escrever corretamente, parece que isso aconteceu apenas nos limites de sua definição, a qual, como já dito, se adequou ao espírito científico da época. Seu propósito prescritivista e todos os traços a ele associados continuaram firmes, como a admissão da autoridade dos escritores clássicos, mantidos como os detentores da norma indiscutível.

Outras relevantes gramáticas do português produzidas por brasileiros foram lançadas nos anos seguintes à gramática de Júlio Ribeiro e seguem essa mesma linha de gramatização. Dentre algumas, optei por comentar aqui as obras de João Ribeiro (1881, 1884, 1887), Maximino Araújo Maciel (1887) e Ernesto Carneiro Ribeiro (1890), o que se revela material suficiente para traçar um panorama da gramatização da época.

3.3.3 Prescritivismo e conservadorismo nos fundamentos do discurso gramatical brasileiro: João Ribeiro, Maximino Maciel e Carneiro Ribeiro

Começo refletindo sobre a produção de João Ribeiro, autor da *Grammatica portugueza*, obra em três versões distintas, cada uma dirigida a um público-alvo determinado: alunos do curso primário (1881), do curso médio (1884) e do curso superior (1887). As duas primeiras, repletas de exercícios e reeditadas por várias décadas, eram de cunho explicitamente didático, mas de orientação semelhante à gramática de 1887.

A *Grammatica Portugueza* voltada ao curso primário, citada aqui em sua 84ª edição (1920 [1881]), divide a gramática em quatro partes: *os sons*, *as formas*, *a classificação* e *a composição*. Ou seja, ainda que se valha de terminologia própria, a estrutura da gramática

repete o trinômio *fonologia* (sons), *morfologia* (formas e classificação) e *sintaxe* (composição), ao sabor da obra do português Francisco Adolfo Coelho. A edição de João Ribeiro voltada para o curso médio, citada aqui pela sua 39ª edição (1930 [1884]), faz leves alterações na terminologia proposta em sua primeira obra, como se pode ver no Quadro 12, mas não altera o cerne do que fora padronizado por Coelho, em 1868:

Quadro 12 – Partes da gramática em João Ribeiro (1884)

O vocábulo	Lexilogia	Fonologia (sons)	Pronúncia e escrita dos vocábulos
		Taxinomia (classificação)	Classificação dos vocábulos
		Morfologia (forma)	Elementos constitutivos do vocábulo: raiz, afixo, flexão
A frase	Sintaxe	Fraseologia (construção)	Relações dos vocábulos quando em função na frase

Fonte: O autor, 2015.

Esse quadro também revela que a gramática de João Ribeiro era organizada em torno do vocábulo, tido como unidade mínima, e da frase, concebida como unidade máxima da análise gramatical. Uma vez que, para João Ribeiro (1881, p. 8), "falar ou escrever é sempre compor frases [...] e não se pode estudar a gramática de língua alguma sem já saber falar ou compor frases ao menos as mais simples", a composição/sintaxe é considerada a parte mais importante da gramática, ainda que isso contradiga o espaço que lhe é destinado. Vê-se que, consoante ao pregado milenarmente no PTG, saber a língua seria ter a capacidade de compor frases.

Filiação ao PTG também ocorre quanto ao arcabouço descritivo/taxionômico utilizado por João Ribeiro em sua obra. A parte II de João Ribeiro (1881), dedicada à análise das "categorias de palavras" (classes de palavras), é exemplo de que praticamente não houve alterações nas categorias e subcategorias gramaticais que são usadas ainda hoje nas gramáticas tradicionais do português e que remontam à tradição greco-latina, conforme já discutido no Capítulo 2. Por sua vez, em João Ribeiro (1884), também podem ser vistas essas mesmas categorias, subcategorias e conceitos:

Quadro 13 – Categorias, subcategorias e conceitos gramaticais envolvidos na classificação das palavras em João Ribeiro (1881, 1884)

Categorias gramaticais	Subcategorias
SUBSTANTIVO: palavra com que se nomeia os seres – pessoa, cousa, animal.	Abstrato, concreto, próprio, comum, coletivo, composto, impróprio etc.
QUALIFICATIVO: nome que designa qualidade observada na coisa.	Restritivo, explicativo, locução adjetiva etc.
DETERMINATIVO: serve para estabelecer distinções e para notar uma ou várias coisas dentre muitas.	Possessivo, gentílico, demonstrativo, relativo, articular, quantitativo (numeral, indefinido), pessoal etc.
VERBO: palavra que indica estado ou qualidade ou ação atribuída a um sujeito.	Transitivo, intransitivo, voz passiva, ativa e reflexiva, defectivo e impessoal, formas nominais etc.
ADVÉRBIO: palavra invariável que exprime uma circunstância.	De lugar, tempo, quantidade, modo, afirmação, negação, dúvida, interrogação, exclusão, designação etc.
PREPOSIÇÃO: partícula invariável que, posta entre dois vocábulos, determina a natureza da relação que existe entre ambos.	Simples, compostas (locuções prepositivas), de lugar, de tempo, de união, de fim, de causa, de meio, de exceção, de oposição, de posse.
CONJUNÇÃO: palavra invariável que serve para indicar relações entre duas proposições ou juízos.	Copulativa, disjuntiva, condicional, causal, conclusiva, comparativa, adversativa.
INTERJEIÇÃO: palavra invariável que serve para exprimir as emoções da alma.	De dor, aversão, alegria, desejo, espanto, aprovação, invocação, silêncio, socorro etc.

Fonte: O autor, 2015.

Observe-se que classes tradicionais que não constam na coluna à esquerda do Quadro 13 estão nomeadas de outro modo e/ou distribuídas nas subcategorias à direita. Como exemplos, temos o *adjetivo* e o *artigo*, que aparecem respectivamente como *qualificativo* e *articular*; e o *numeral* e o *pronome*, arrolados na classe *determinativo*. Convém também fazer nota de que a definição de cada classe se dá a partir de critérios diversos de categorização (morfológico, sintático, semântico etc.), os mesmos que remontam a Dionísio no século I a.C. e permanecem em Cunha & Cintra no século XXI, como já comentado no Capítulo 2 (Quadro 7). No que diz respeito às subcategorias na coluna à direita, João Ribeiro (1984) também defende a utilização de critérios múltiplos, afirmando que os vocábulos podem ser classificados a partir de sua forma histórica (primitivos, derivados), do número de sílabas (monossílabo, dissílabo, trissílabo, polissílabo), da possibilidade de variação (variáveis, invariáveis), da comparação de vocábulos entre si (sinônimos, antônimos, homônimos, parônimos), o que resulta na mistura de diversos sistemas categorias, semelhantes aos que podem ser encontrados nas gramáticas normativas atuais.

Essa semelhança terminológica e conceitual com as gramáticas tradicionais dos nossos dias também é vista quando João Ribeiro (1884) descreve as "formas significativas da língua", isto é, sua morfologia. Aqui o autor utiliza termos como *radical*, *afixo*, *prefixo*, *sufixo*, *tema*, *desinência*, *derivação*, *flexão* (*de gênero*, *número*, *caso* e *grau*), *uniforme*, *epiceno*, *aumentativo*, *diminutivo*, *superlativo* (*sintético* e *analítico*), *comparativo* (*de superioridade*, *inferioridade* e *igualdade*), *conjugação*, *modo*, *tempo*, *número*, *pessoa*, se valendo de um arcabouço descritivo semelhante ao do PTG e presente nas gramáticas do português posteriores à NGB.

Uma vez inserido no movimento ora nascente de gramatização brasileira do português, João Ribeiro, em sua obra, também faz considerações sobre as particularidades do português do Brasil em comparação ao português de Portugal. Em sua gramática dedicada ao curso médio, lê-se, por exemplo, no *Tratado I – estudo dos sons, vozes e letras*:

> Para nós brasileiros o *e* e *o* são graves (mudos) apenas no fim das palavras como os exemplos apontados: corr*e*, ric*o*. Fora de tais casos é raro que em nossa prosódia se dê a *e* e *o* os valores respectivos de *i* e *u*. Ao contrário, na pronúncia de Portugal, o *e* átono e o *o* átono (sem acento) ainda que, não sejam finais, são surdos [...] Muito menos possuímos o valor de *ãe* nas sílabas nasais *em*, *en*, *ens* [...] Outras divergências entre a prosódia lusitana e a brasileira observam-se nas consoantes [...] (RIBEIRO, 1884, p. 17-18)

Em passagens como essa, se pode perceber que quem fala na gramática de João Ribeiro é o gramático brasileiro (*Para nós brasileiros*, *nossa prosódia*, *Muito menos possuímos*), e não o gramático português. Ou seja, a gramatização do português é feita não só por um brasileiro, mas, em certa medida, a partir do ponto de vista de um falante brasileiro do português. Entretanto, o português europeu acaba operando como uma espécie de "baliza linguística" quando a língua própria daqui é referenciada, como bem fazem, na atualidade, os gramáticos tradicionais e mesmo os linguistas-gramáticos do PB[78]. Desde o final do século XIX, então, aquilo que é específico do português da gente costuma vir descrito a partir das medidas do português de Portugal.

Nas obras de João Ribeiro, em particular, considerações sobre as especificidades do português dos brasileiros entram pelo tratamento da fonologia, pois aspectos morfossintáticos não são frequentemente levados em conta ao longo de suas descrições gramaticais, salvo no tratamento da colocação dos pronomes pessoais oblíquos – o que revela ser antigo o escândalo dos puristas brasileiros com nossa colocação pronominal efetiva. A esse respeito, Ribeiro (1884) condena a colocação brasileira e se limita a prescrever as regras da sintaxe

[78] Essa ideia será retomada nas análises das GBCP que constam no Capítulo 4.

lusitana, afirmando que "para os brasileiros existem sérias dificuldades na correta colocação dos pronomes no discurso" (p. 176). Assim, prescreve interdições como, por exemplo, "Nunca se começa a frase pelo pronome complemento: *me diga*, em vez de *diga-me*", algo que seria repetido até hoje pela nossa tradição gramatical, mesmo ferindo os usos de todos os brasileiros a despeito de quaisquer variáveis extralinguísticas (classe, escolaridade, região, idade, registro, modalidade etc.).

A essas interdições na gramática brasileira, que ilustram o espírito da obra de João Ribeiro condizente com o PTG, some-se a seção intitulada *Brasileirismos sintáticos* (p. 198-200), presente no Tratado IV (sintaxe) da mesma gramática. Assim se posiciona Ribeiro (1884):

> Os brasileirismos consistem em expressões peculiares ao Brasil. São vocábulos legítimos e consagrados pelo uso na linguagem corrente e na literatura brasileira. Não podem, pois, ser acionados de viciosos ou impróprios. Contudo, há construções de uso no Brasil que ainda não tiveram o assentimento dos doutos e é somente deste caso que tratamos neste capítulo. (p. 198)

Os "brasileirismos viciosos" de João Ribeiro, todavia, nada mais eram do que construções sintáticas legítimas, que já estavam desde aquele tempo incorporadas à gramática real dos brasileiros, como, por exemplo, o uso do pronome *lhe* como objeto direto, o emprego do pronome *ele* como objeto, o uso de *para mim* antes do infinitivo verbal, o uso da preposição *em* ao invés de *a*, entre outros. Essas construções, até hoje próprias da gramática do PB, João Ribeiro (1884) dizia serem "vícios derivantes da língua arcaica" ou simplesmente "locuções e construções errôneas". Como exercícios para coibir seu emprego, o gramático dava exemplos desses brasileirismos em frases e pedia para "corrigir os vícios de sintaxe cometidos entre brasileiros" (p. 235).

Em suma, ainda que diga considerar legítimos alguns usos sintáticos brasileiros, o espaço dedicado ao fato em João Ribeiro (1884)[79] se reduz aos usos que devem ser coibidos, num procedimento típico das gramáticas que colocam a prescrição acima de descrição. Embora imbuído do "espírito científico" do apagar do século XIX, suas ideias acerca de determinados fatos gramaticais e sua concepção de gramática reflete uma visão reducionista de língua, própria do PTG. Não é à toa que, em João Ribeiro (1884, p. 26-27), Camões é citado como autoridade de língua modelar, inclusive em questões de prosódia, o que implica uma noção de língua como língua escrita, literária e estática, tão cara à nossa tradição gramatical.

[79] Ribeiro (1881) e Ribeiro (1887) se apresentam de modo semelhante.

De acordo com Silva (2006a), esse conjunto de gramáticas de João Ribeiro, sobretudo por seu didatismo, enquadramento positivista e compromisso com a ideologia social dominante, esteve fadado a ter vida longa, marcada pelo prestígio e reconhecimento públicos. Esse autor afirma que João Ribeiro construiu um discurso metalinguístico a partir de uma perspectiva conservadora de linguagem, uma vez que se vale de conceitos ideologicamente marcados, como *desvio*, *corrupção*, *defeito*, *pureza linguística*. Além disso, sua gramática é dividida de acordo com os tópicos gramaticais estabelecidos pela gramaticografia greco-latina e o latim se impõe como referência necessária às observações e interpretações da língua portuguesa. Como exemplos, podem ser registrados, a partir de João Ribeiro (1887), a abordagem diacrônica das flexões de número e gênero em português, comparando-as a declinações latinas, e o trato da flexão verbal a partir do paradigma flexional latino, como ocorre na apresentação da formação dos imperativos das segundas pessoas.

Assim, pode-se dizer que a obra de João Ribeiro atuou de modo determinante na constituição dos fundamentos do discurso gramatical brasileiro, na mesma linha da obra de Júlio Ribeiro, que a inspira, inclusive. Essas gramáticas apresentam um conjunto de leis e regras que lhes proporcionam um caráter tendenciosamente conservador. Trata-se de uma postura teórico-ideológica que tem suas raízes remotas na própria tradição gramatical latina e, consequentemente, renascentista, na medida em que o autor advoga a si mesmo e a sua classe social, que persegue avidamente os valores europeus, o poder de determinar qual o modelo linguístico a ser seguido pelo usuário da língua. Júlio e João Ribeiro são os responsáveis, portanto, pelos princípios gramaticais que fundamentariam toda a gramaticografia brasileira posterior.

Outro gramático que caminhou de mãos dadas com Júlio e João Ribeiro foi Maximino A. Maciel, autor da *Grammatica Analytica* (1887), editada posteriormente como *Grammatica descriptiva*, *baseada nas doutrinas modernas* (1894). Segundo Bastos et al. (2006) e Pagotto (2009), essa gramática também se inspirava no então moderno método da linguística histórico-comparativa e procurava se pautar por critérios objetivos, científicos, tentando fundar um discurso gramatical autoral/nacional e quebrar os moldes da antiga gramaticografia. Todavia, é enquanto lista de palavras nacionais que o português do Brasil emerge na obra, como índices de brasilidade que se incorporam à língua portuguesa. Ao passo que esses "brasileirismos vocabulares" eram autorizados, dado seu caráter "nacional" e "gracioso", a gramática própria dos brasileiros, refletida nos "brasileirismos de construção", se encontrava interditada, atitude normativista condizente com as gramáticas da época e posteriores:

> Toleram-se, admitem-se, são por vezes até graciosos os brasileirismos vocabulares, refletem a elaboração mental do nosso povo, atestam nos termos indígenas e africanos os fatores etnográficos, imanentes à nossa nacionalidade.
>
> Entretanto, se não desculpam os brasileirismos de construção, as expressões dissintáticas que não passam de inaceitáveis deslizes, por isso que a liberdade, no exprimir os nossos juízos, as nossas ideias, se tem de mover dentro da ordem e das normas da língua; do contrário será anarquia, licença, indisciplina, de feitio que ninguém se entenderá por fim, principalmente no Brasil, com dez milhões de quilômetros quadrados. (MACIEL, 1894, p. 451)

Desse modo, Maximino Maciel, ratificando o espírito dos gramáticos brasileiros do final do século XIX, não promove a ruptura com o português lusitano normatizado, mas sim enquadra o português do Brasil nos limites estruturais daquele. A despeito da orientação linguístico/científica que o autor assume, ele nega a *língua real* de cá, na medida em que a interpela pela *norma-padrão ideal*, inspirada nos usos lusos.

Alguns anos depois, em 1903, Maximino Maciel escreveria *Lições elementares de lingua portugueza*, cuja 8ª edição, citada aqui nesta tese, é de 1920. A obra traz claras motivações didáticas, uma vez que Maciel estava ciente de que suas gramáticas anteriores mais serviam aos professores que aos alunos. Tentando reverter esse quadro, seu intuito, então, fora fazer uma enxuta exposição do que ele considerava "fatos da língua portuguesa". Esses fatos se distribuem pela *fonologia* (sons como elementos da palavra), *lexiologia* (forma, classificação e origem das palavras), *sintaxiologia* (relação das palavras entre si e das proposições no período) e *semiologia* (significação das palavras), partes da gramática de Maciel que, na esteira de Coelho (1868), pouco diferem do pré-estabelecido à época.

A abordagem do PB em Maciel (1903) manteve o mesmo prescritivismo e conservadorismo gramatical dos outros gramáticos brasileiros do período, o que fez com que a obra em nada se afastasse do PTG. Por exemplo, são descritas duas regras de colocação pronominal bem distantes da realidade brasileira já naquele tempo, omitindo nossa especificidade proclítica (cf. GALVES, 2001) e promovendo uma suposta unidade luso-brasileira quando são citados os dois países em exemplos justapostos:

> A mesóclise aparece nas proposições principais, nas coordenadas, principalmente se começam pelo verbo no futuro, condicional ou tempos compostos, ex.: "Enfim acabar-se-á no Brasil a cristandade católica". "Dir-se-ia que Portugal inteiro acordava para o arrependimento" [...]
>
> Nunca se começa período ou proposição por variação pronominal, tais como: *me* dizem, *lhe* trago, *o* vejo, *te* espera, etc. "Assusta-me a tormenta e a noite escura". *Cassimiro de Abreu*. (MACIEL, 1903, p. 131)

Seguindo a cartilha do PTG, vários usos brasileiros que se afastam das formas conservadoras que a gramática de Maciel (1903) prescreve são chamados de *vícios de*

linguagem, os quais, divididos em *barbarismos*, *solecismos* e diversas subcategorias, ganham na obra um capítulo próprio. Dentre essas subcategorias, destaco aqui o *dialectismo*, que se configura como o "emprego de vocábulos e termos puramente *regionais*, isto é, usados e conhecidos apenas em certas localidades" (p. 139), como *jabá*, *xingar*, *curau*, *pitar* etc.; e a *cacologia*, que vem a ser o "erro de construção contrário às condições sintáticas da língua culta, originando locuções viciosas" (p. 140), como "*vende-se livros*", "ir *na* cidade", "isto é para *mim* ver", "a pessoa *que falei com ela*", entre outras construções próprias da realidade linguística brasileira desde aquela época, fato este não mencionado pela obra.

Portanto, se as gramáticas de referência – como Maciel (1887, 1894) – não faziam muita questão de tecer considerações sobre a língua brasileira, uma vez comprometidas ideologicamente com a norma portuguesa castiça, o ocultamento de nossos usos linguísticos se dava de modo ainda mais veemente nas gramáticas escolares – como Maciel (1903) – por conta de um alegado didatismo que apagava questões relativas ao PB e a variedades linguísticas nacionais, temas tabus nas aulas de língua portuguesa por muito tempo.

Para encerrar as reflexões sobre as primeiras décadas de gramatização brasileira do português, comento a obra *Serões grammaticaes* ou *Nova grammatica portugueza*, de Ernesto Carneiro Ribeiro, cuja primeira edição é de 1890 e a quinta e última, de 1950. Segundo Ricciardi (2004), essa gramática costumava ser obra de consulta das escolas normais em várias partes do Brasil.

Já no prólogo dos *Serões*, Carneiro Ribeiro (1890), em tom positivista/evolucionista, próprio ao espírito da época, afirma que sua obra reflete o desenvolvimento dos estudos em gramática comparada. Defende essa perspectiva científica para o então novo fazer gramatical, citando Adolfo Coelho, João Ribeiro, entre outros gramáticos luso-brasileiros de mesma vertente. Esse posicionamento teórico se encaixa com sua definição de gramática como "ciência da linguagem", que "estuda as leis ou normas segundo as quais se exprime o pensamento pela linguagem, quer escrita, quer falada" (CARNEIRO RIBEIRO, 1890, p. 1). Vê-se que, embora saia do domínio da *arte* para entrar no da *ciência*, o gramático ainda continua entendendo linguagem/língua/gramática como expressão do pensamento, devendo ser legislada, normatizada, aos moldes do PTG. Isso condiz com sua definição de gramática portuguesa enquanto "a disciplina ou arte que ensina a falar e escrever corretamente a língua portuguesa" (CARNEIRO RIBEIRO, 1890, p. 3). De modo semelhante ao vigente no momento, divide a "disciplina gramatical" em *fonologia/fonética*, *lexicologia* (incluindo a *morfologia*), *fraseologia/sintaxe*, mas mantém a *ortografia* como quarta parte.

A filiação à gramática latina está explícita na obra a partir de frequentes considerações etimológicas e mesmo de capítulos inteiros dedicados a aspectos históricos da fonologia e da morfologia portuguesas, em que se toma o latim como língua de comparação:

> O gênero neutro latino desapareceu em português, não o fazendo, porém, como já vimos, sem deixar vestígios manifestos de sua existência.
>
> Os nomes neutros latinos tornaram-se em português masculinos ou femininos.
>
> Já em algumas inscrições latinas se começava, ainda sob o império, a observar a confusão dos gêneros, fazendo-se masculinos nomes que eram do gênero neutro [...] (CARNEIRO RIBEIRO, 1890, p. 124)

A unidade linguística luso-brasileira que subjaz à obra dos gramáticos das décadas finais do século XIX também se percebe em Carneiro Ribeiro (1890), mas pelo silenciamento, ou seja, por não discutir o assunto. No capítulo IV da gramática, intitulado *Constituição do léxico ou vocabulário português*, é feito um estudo histórico em que são apresentadas as contribuições do elemento germânico, árabe, francês, italiano, espanhol, inglês, céltico, entre outras línguas europeias. O destaque dado às línguas africanas é mínimo, e nenhum à língua indígena, indício de que a realidade linguística brasileira não é o objeto da gramática do autor. Em geral, não há referências a particularidades do PB, nem mesmo em observações marginais ou notas de rodapé. Com isso concorda Ricciardi (2004), ao afirmar que os capítulos de Carneiro Ribeiro (1890) sobre sintaxe são essencialmente normativos, voltando-se constantemente a citações em latim de escritores como Ovídio, Cícero, Horácio e Quintiliano e de obras portuguesas arcaicas e barrocas, vistas como modelares, ou ainda de obras românticas com formação clássica, quase sempre portuguesas. São poucos os escritores da literatura brasileira referenciados, dentre os quais não se encontram nacionalistas como José de Alencar. Daí Ricciardi (2004, p. 132-133) concluir que:

> Levando-se em conta que a época em que os "Serões" foram sendo elaborados (supomos que durante o Romantismo e, principalmente, o Realismo, pelo seu teor científico), era de se esperar um farto exemplário de obras brasileiras contemporâneas, porque afinal, escritores românticos e realistas o Brasil os teve, e muitos de primeira água. Todavia, os exemplos sintáticos selecionados não espelharam o acato da "emancipação" criada por nossos escritores. E então, quem critica Rui Barbosa pela servidão sintática lusitana, enredou-se nas próprias malhas[80].

É só no pequeno capítulo XIII de Carneiro Ribeiro (1890), um dos últimos da obra, que se aborda, entre outros temas, os *brasileirismos*, vistos como "vocábulos ou locuções da língua portuguesa falada pelos brasileiros, ou modo de dizer especiais ao idioma luso-

[80] Ricciardi (2004) se refere à famosa polêmica linguística sobre a redação do Código Civil, que envolveu Ernesto Carneiro Ribeiro, de espírito aparentemente revolucionário, e Rui Barbosa, altamente conservador.

brasileiro" (p. 352-353), num tratamento purista semelhante às gramáticas de João Ribeiro e Maximino Maciel. Nesse momento, cita os *brasileirismos lexicais*, tomados dos "dialetos [e não línguas!] americanos e africanos". Faz menção também à diferença fonética entre a fala do brasileiro e a do português. Quanto aos *brasileirismos sintáticos*, o autor destaca "as construções em que são dispostos os pronomes complementos de modo contrário à ordem que sempre lhes deram os bons escritores" (CARNEIRO RIBEIRO, 1890, p. 353). Também nesse capítulo, são mencionados os *provincianismos*, espécies de brasileirismos restritos a um região do país específica. Como nas demais obras do período, vê-se aqui que ainda não seria hora da língua brasileira ganhar o núcleo descritivo das gramáticas, ficando restrita à periferia e a juízos de valor negativos.

Anos depois, Ernesto Carneiro Ribeiro escreveria *Elementos de Grammatica Portugueza*, citada aqui em sua 6ª edição, datada de 1911. A essência da obra é a mesma dos *Serões*, exceto pelo caráter sintético e pela ausência das explicações históricas baseando-se na gramática comparada. Todavia, diferentemente dos *Serões*, essa gramática é dedicada ao curso primário e secundário. Nela, alguns outros capítulos que funcionavam perifericamente, como os que abordam os provincianismos e os brasileirismos, não encontram espaço, reforçando o foco no português de Portugal, sem considerações quaisquer sobre a realidade brasileira. Como sugeri com base na preocupação pedagógica que se encontra em Maciel (1903), parece mesmo que a didatização das gramáticas dessa época é diretamente proporcional a seu caráter prescritivo e purista.

Em suma, embora escrita por um brasileiro e atrelada à nova perspectiva de gramatização das últimas décadas do século XIX, os *Serões grammaticaes*, de Carneiro Ribeiro (1890), é uma gramática do português lusitano em interface com a língua latina. Se pensarmos que até a década de 1930 do século XX a educação brasileira não haveria de apresentar objetivos nem conteúdos nacionais (RICCIARDI, 2004), os *Serões* se mostram coerentes com o espírito da época, evidenciando um comportamento tão atrelado a Portugal a ponto de nossos melhores escritores do século XIX ficarem na penumbra. Isso explicou também o descompasso entre as conquistas teóricas do século e o anacronismo do ensino de língua, quer porque conhecimentos antigos solidamente estruturados e transformados em prática oferecessem mais segurança, quer porque renovações pudessem se contrapor a interesses políticos e econômicos. Está clara, portanto, nessa obra de Carneiro Ribeiro, sua feição elitista e prescritiva, ao acentuar fortemente a importância da norma culta lusitana, nos moldes que o PTG espera.

3.3.4 Criação da suposta unidade luso-brasileira: síntese da seção

Além de Ernesto Carneiro Ribeiro, os demais gramáticos brasileiros enfocados nesta seção – Maximino Maciel, João Ribeiro e Júlio Ribeiro – retratam, em linhas gerais, o espírito que governou a gramaticografia brasileira em seus primórdios. A partir de então, o Brasil, embora valorizasse e seguisse a norma lusitana, passou a ter seus próprios instrumentos linguísticos de gramatização, diferentes dos de Portugal. É sabido que, desde o fim do século XVI, a língua falada no Brasil não era mais a mesma língua falada em Portugal; entretanto, a legitimidade da sociedade brasileira com suas próprias instituições, seu saber, suas práticas linguísticas, seu poder político é elaboração particular do século XIX, como também o é a visibilidade dada à diferença linguística entre Brasil e Portugal, algo que se estenderia, com diferentes nuances e graus de intensidade, até os nossos dias.

A partir de Júlio Ribeiro (1881), portanto, o processo de gramatização brasileira do português cria um espaço de diferença entre a língua do Brasil e a de Portugal, mas sem atentar contra a unidade luso-brasileira (ORLANDI & GUIMARÃES, 2001). Além disso, toda a construção do saber sobre o português do Brasil parece se dar numa relação de comparação entre ambas as línguas (português do Brasil e de Portugal). O interessante é que esse comportamento, como já mencionado, também acometeria as GBCP. Muitas delas parecem se erguer sob a sombra da norma-padrão portuguesa, na medida em que explicitamente afirmam dela se afastar para se constituírem como gramáticas de uma língua autônoma, de uma língua nacional (cf. Capítulo 4).

Falando em língua nacional, retomo o pensamento de Orlandi (2001a) acerca do tema. Para a autora, a constituição de uma língua nacional costuma se dar a partir de três modelos distintos: a construção de uma língua literária, como o irlandês e o provençal; a construção de uma língua comum, com aceitação das línguas regionais, como o alemão (Hochdeutsch) e o italiano padrão, devido ao desenvolvimento econômico da burguesia; ou a construção de uma língua nacional pela vontade de um estado absolutista, com a progressiva erradicação das outras línguas locais do território, como foi o caso do espanhol e do francês. Todavia, todos esses modelos se encontram distantes da realidade brasileira, pois aqui, como nas outras grandes colonizações ocidentais, houve a extensão de uma língua já gramatizada (ou em curso de gramatização) de um território a outro. Daí a disputa entre o específico brasileiro e a tradição portuguesa – *aceitação evolutiva* vs. *restrição normativa* (VIDAL NETO, 2010) – perpassar a gramatização brasileira do português. Essa disputa chegaria até o século XXI com vantagem da unidade linguística entre Brasil e Portugal, embora os estudos linguísticos das

mais diversas tendências teóricas (gerativismo, sociolinguística, funcionalismo) afirmem, a partir de diferentes pesquisas que se afastam de uma visão de gramática normativa/prescritiva, que a gramática do português europeu e a gramática do PB sejam gramáticas distintas (cf. TARALLO, 1996; NARO & SCHERRE, 2007; CASTILHO, 2010).

Assim, a tradição brasileira do português, desde suas origens, pôs-se, em linhas gerais, a favor do purismo lusitano, o que leva, nesse último caso, ao imaginário de que no Brasil não se fala corretamente (GUIMARÃES, 1996). A despeito das polêmicas sobre a existência e legitimidade de uma "língua brasileira", que tomavam conta dos espaços intelectuais, sobretudo das rodas literárias, o fim do século XIX seria marcado por uma grande onda purista gramatical, que procurava normatizar a língua do Brasil a partir da gramática dos textos clássicos portugueses. Essas gramáticas do período "científico" não fogem à regra. O português no/do Brasil não é o núcleo das obras, mas um apêndice ou um elemento contrastivo com a norma lusitana, considerada de melhor monta. Também vale salientar, como bem lembra Soares (2004), que o ensino da gramática ficou alheio a essa questão da língua brasileira, se mantendo sempre, durante todo esse século, como o *ensino da gramática da língua portuguesa* ou, de modo mais preciso, como o *ensino da gramática da norma-padrão lusitana da língua portuguesa*.

3.4 **Séculos XX e XXI: retratos recentes da tradição gramatical brasileira**

Não há por que não dizer que, das últimas décadas do século XIX à primeira década do século XXI, houve manutenção epistemológica em nossa produção gramatical. Os gramáticos brasileiros, em geral, embora escrevessem suas gramáticas destinadas a brasileiros, também tiveram como objetivo auxiliar no aperfeiçoamento do uso da língua de acordo com o modelo português, que ditava o falar e o escrever "certos". Essa atitude permaneceu nas gramáticas produzidas no Brasil ao longo do século XX e chegou, inclusive, às atuais referências normativas em várias instâncias (inclusive na escolar), como as já citadas *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Celso Cunha & Lindley Cintra (2008)[81], *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara (2009), e *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Rocha Lima (2010). Em sua essência, tais gramáticas, apesar de suas últimas edições datarem do século XXI, atuam sob o prisma da doutrina gramatical greco-

[81] Ainda que o gramático Lindley Cintra seja português, consideramos Cunha & Cintra (2008) uma gramática brasileira porque esse livro é uma revisão e ampliação de uma obra anterior de Celso Cunha (brasileiro), cabendo a L. Cintra apenas o capítulo que trata da distribuição do português no mundo e da dialetologia do português europeu.

romana, compartilhando os mesmos princípios e procedimentos que caracterizaram o processo de gramatização do português há quase quinhentos anos e elegendo a norma-padrão lusitana como o modelo de língua prescrito. É o que tentarei expor no decorrer desta seção.

3.4.1 Gramáticas brasileiras do português anteriores à NGB: Eduardo Carlos Pereira (1907), Firmino Costa (1920) e Said Ali (1923)

Inicialmente, vou focar a tradição gramatical do português no último século até a publicação da NGB, em 1959, marco da uniformização da terminologia gramatical brasileira. Para tanto, visito algumas gramáticas da primeira metade do século XX, herdeiras da tradição brasileira fundada por Júlio Ribeiro (1881). Dentre tantas, são suficientes as gramáticas de Eduardo Carlos Pereira, Firmino Costa e Manuel Said Ali, até porque, como mostrarei, não houve mudanças significativas entre as obras desse período e as obras dos gramáticos do final do século XIX, todas distantes do espírito lógico-racionalista mas à sombra do PTG.

A *Grammatica Expositiva*, de Eduardo Carlos Pereira, foi publicada pela primeira vez em 1907. A obra apresenta dois tomos, um destinado aos estudantes do primeiro ciclo do curso secundário, escrito em uma linguagem mais acessível (*Gramática Expositiva – Curso Elementar*), e outro dedicado aos estudantes do segundo ciclo do curso secundário, com explicações mais detalhadas e uma linguagem mais rebuscada (*Gramática Expositiva – Curso Superior*). A obra de Pereira, em harmonia com o programa de ensino do Estado de São Paulo, perpassaria toda a metade do século XX, sendo citada aqui em sua 59ª edição, publicada em 1944. Seria fonte de referência de vários gramáticos tradicionais posteriores, como Napoleão Mendes de Almeida, Artur de Almeida Torres e Evanildo Bechara. Pereira (1907) alcançaria, inclusive, os anos 1950, só deixando mesmo de ser publicada após a NGB. De cunho didático-pedagógico evidente, se vale de exercícios analíticos, modelos de análise e questionários para orientar o professor e o aluno a cada página, no intuito de facilitar a fixação das regras e das análises gramaticais por parte do docente:

> O aluno fará primeiro a análise fraseológica, discriminando as orações ou proposições e os seus membros – *sujeito*, *predicado* e *complemento*. Em seguida indicará os termos *homônimos*, *sinônimos*, *antônimos* e *parônimos*, e as frases de sentido incompleto. Deverá na lição seguinte trazer por escrito *proposições* construídas com *sujeitos*, *predicados* e *complementos*, fornecidos pelo professor. (PEREIRA, 1907, p. 5)

A *aceitação evolutiva* e a *restrição normativa*, tão caras à produção gramatical do final do século XIX, norteiam a obra desse gramático. Nesse sentido, Pereira (1907) explicita

sua inspiração tanto na corrente naturalista, que dá ênfase ao elemento histórico da língua, quanto na corrente tradicional, que se preocupa com o elemento lógico na expressão do pensamento. Demonstra logo no prólogo seu apego à tradição greco-latina, nisso incluso o conservadorismo purista, ratificando que "existe uma boa tradição: a gramática tem o dever de a tornar conhecida e defendê-la [a língua] contra qualquer alteração. É ensinando o bom uso que ela não se contenta em ser ciência e torna-se arte", afirma Pereira (1907, p. 19 *apud* Fávero & Molina, 2010, p. 63). Portanto, a despeito de seu conhecimento acerca dos modelos das gramáticas de inspiração histórico-comparativa, Carlos Eduardo Pereira calcaria sua gramática muito mais no modelo tradicional das gramáticas greco-latinas.

Diante desse panorama epistemológico, o PTG é concretizado em Pereira (1907). A noção de língua que ele explicita e segue é a de expressão do pensamento e repositório de palavras, o que se nota pela definição de *frase* como "uma combinação de palavras que exprime um pensamento" (p. 3) e de *língua portuguesa* como "conjunto sistemático das palavras de que se servem o povo português e o povo brasileiro para comunicarem suas ideias e pensamentos" (p. 1). Friso aqui a unidade linguística luso-brasileira posta nessa definição, coerente com a total ausência na obra de menções às particularidades linguísticas dos brasileiros. Seu conceito de gramática se liga a regras para se falar e escrever corretamente, o que condiz com seu prescritivismo.

Na esteira dos primeiros gramáticos brasileiros, como João Ribeiro, Pereira (1907) divide a gramática em duas partes: *lexeologia*[82], que estuda as "palavras em si", isoladamente, "na expressão da ideia" (p. 109); e *sintaxe*, que estuda as "palavras combinadas, que formam a frase" (p. 5), "as palavras combinadas na expressão do pensamento" (p. 109). A lexeologia, por sua vez, se divide em *fonologia* (estudo da palavra a partir de sua forma material) e *morfologia* (estudo da palavra a partir dos seus elementos significativos). Essa bipartição dos estudos gramaticais em *lexeologia* e *sintaxe* acaba conferindo ênfase à morfossintaxe, semelhantemente às gramáticas tradicionais vindouras.

Em se tratando das classes de palavras, Pereira (1907) reconhece um total de oito, reunidas em dois grupos, de acordo com sua possibilidade de variação:

[82] *Lexilogia*, em João Ribeiro (1884).

Quadro 14 – Classes de palavras em Pereira (1907)

GRUPOS	CLASSES	SUBCATEGORIAS/TIPOS
VARIÁVEIS OU FLEXIVAS	SUBSTANTIVO: palavra com que nomeamos os seres animados ou inanimados	Concreto, abstrato, próprio, comum, simples, composto, coletivo, masculino, feminino, comum de dois, epiceno (gênero), singular, plural (número), positivo, aumentativo, diminutivo (grau)
	ADJETIVO: palavra que serve para qualificar ou determinar o substantivo	Qualificativo (restritivo, explicativo, pátrio, verbal), determinativo (articular, demonstrativo, conjuntivo, interrogativo, possessivo, numeral [cardinal, ordinal, multiplicativo], indefinido), gênero, número e grau, comparativo (de igualdade, inferioridade, superioridade), superlativo (absoluto [analítico, sintético], relativo)
	PRONOME: palavra que se põe em lugar do nome, indicando ao mesmo tempo a pessoa gramatical deste	Substantivo (reto, oblíquo), adjetivo (demonstrativo, conjuntivo, interrogativo, indefinido)
	VERBO: palavra que exprime a ação ou o estado, atribuídos, sob as relações de tempo e de modo, a uma pessoa ou coisa chamada sujeito	Vozes do verbo (ativa, passiva, média/reflexiva), conjugação (tempo, modo, número, pessoa), regular, irregular, auxiliar, defectivo, ativo, passivo, reflexivo, pronominal (essencial, acidental), neutro, transitivo, intransitivo, relativo, transitivo-relativo, de ligação
INVARIÁVEIS OU INFLEXIVAS	ADVÉRBIO: palavra que tem por função modificar o adjetivo, o verbo e o mesmo adverbio, ajuntando-lhes alguma circunstância	Advérbio propriamente dito, locução adverbial, advérbio de lugar, tempo, quantidade, modo, ordem, afirmação, negação, dúvida, designação
	PREPOSIÇÃO: palavra invariável que liga duas palavras entre si	Simples, compostas (locuções prepositivas)
	CONJUNÇÃO: palavra invariável que liga duas proposições entre si	Simples, composta (locução conjuntiva), coordenativas, subordinativas
	INTERJEIÇÃO: palavra invariável que exprime os afetos vivos e súbitos da alma	Simples, composta (locução interjetiva)

Fonte: O autor, 2015.

Em linhas gerais, o arcabouço descritivo e conceitual que se vê no Quadro 14 não é diferente daqueles que mostrei na seção anterior, referentes às primeiras gramáticas brasileiras do português. Como em outras obras, classes tradicionais que não aparecem entre as oito principais vêm arroladas em subcategorias ou tipos. Por exemplo, no *adjetivo qualificativo verbal* estão incluídos, dentre outros, as formas do *particípio*. Por sua vez, os *artigos*, *numerais* e vários tipos de *pronome* (*demonstrativo*, *relativo*, *interrogativo*, *possessivo*, *indefinido*) apresentam-se no rol dos *adjetivos determinativos*, embora outros tantos pronomes (*demonstrativos*, *interrogativos* e *indefinidos*) surjam na classe dos *pronomes adjetivos*. Essa

abundância e diversidade terminológicas eram recorrentes à época, até a entrada da NGB. Contudo, mesmo com esse amplo leque designativo, vê-se que as categorias gramaticais não fogem ao disponível na tradição luso-brasileira e, consequentemente, ao que já fora pré-estabelecido teoricamente pelo gregos e latinos.

Estudos como o de Rosa & Milani (2009) afirmam que a gramática expositiva de Pereira não rompe com os ideais da época, e sim os vivifica a cada dia com suas regras secas e sua ideologia repressora. A nacionalidade, a referência à pátria, à ordem e ao progresso se tornam fato a partir desse ideal de língua portuguesa pregado pelo autor. O Brasil passava por uma fase de constituição da própria nacionalidade e a gramática de maior *status* no país, a do professor Carlos Eduardo Pereira, sinônimo de estudo de regras em frases soltas sem nenhum contexto, era talhada a corroborar esses propósitos. Daí os escritores portugueses ainda predominarem como os usuários de prestígio, para ilustrar e ratificar a prescrição gramatical exposta. Nesse sentido, Faccina & Casagrande (2006) constatam que, para adentrar oficialmente em escolas secundárias, a gramática devia estar a serviço de uma política linguística de dominação, atendendo aos objetivos da escola daquele momento, vista como trampolim, como via de acesso (de poucos) a um nível de cultura desejada e necessária aos futuros homens do poder. E Pereira (1907) cumpre bem esse papel doutrinário no que se refere à estrutura da língua e à imposição da língua "culta" escrita. Diante desse contexto, também não seria com esse autor que a concepção de uma língua do Brasil entraria na cena da gramatização brasileira.

Reflexo de que a tradição gramatical luso-brasileira estava se consolidando e se popularizando nas primeiras décadas do século XX nos moldes de obras semelhantes a Pereira (1907) é a paródia *Grammatica portugueza pelo methodo confuso*, do caricaturista e humorista capixaba José Madeira de Freitas, publicada sob o pseudônimo de Mendes Fradique (1928) e aqui citada em sua edição de 1984. Trata-se de uma sátira dessa cultura gramatical tradicional, a partir da utilização do *nonsense* com o propósito de criar definições, exemplos e comentários jocosos a respeito. Essa obra mostra que, desde aquela época, já havia a construção sócio-discursiva do gênero "gramática", a ponto de possibilitar sua paródia com os clichês que já emanavam de toda gramática em circulação. Desse modo, a mudança de estatuto da gramática de *arte* para *ciência*, a divisão da gramática em *fonologia*, *lexicologia*/*morfologia* e *sintaxe*, as clássicas classes de palavras estudadas no interior da lexicologia, as categorias e subcategorias gramaticais mais recorrentes, a vagueza nas definições, a falta de precisão terminológica, a ancoragem em literatos de renome, tudo isso fora divertidamente parodiado por Fradique (1928). Vale salientar que os sentidos do texto

são altamente recuperáveis no contexto de agora: como o PTG ainda resiste aos nossos dias, em muitos pontos a paródia não perdeu seu frescor e o *nonsense* estabelecido ao longo do texto só atesta a consolidação da tradição na primeira metade do século XX e sua manutenção até o século XXI. Abaixo, um fragmento que zomba das duas noções de gramática em voga no período – gramática enquanto *arte* ou *ciência*:

> É A GRAMMATICA UMA ARTE OU UMA CIÊNCIA?
>
> [...]
>
> *Arte* é tudo quanto consegue emocionar; ora, grammatica paulifica, enfastia, caceteia, encrespa o discurso, inteiriça a frase, mecaniza a expressão, mumifica a ideia, e faz ainda mil e uma coisas mais, qual delas entretanto menos capaz de emocionar. Logo gramática não é arte. [...]
> Será então a gramática uma ciência?
>
> Não parece.
>
> A *ciência* é o trabalho da inteligência tendente ao conhecimento e simplificação dos fenômenos; ora, gramática principia por não ser um trabalho de inteligência, porque quem é inteligente não perde tempo em carrancismos gramaticais. Além disso a gramática, longe de tender à simplificação dos fenômenos, complica tudo: a língua, a linguagem e todas as formas de enunciar-se uma ideia. (FRADIQUE, 1928, p. 8)

Fradique (1928) também enumera, conceitua e exemplifica, de modo parodístico, as mesmas oito classes de palavras presentes, por exemplo, em Eduardo Carlos Pereira (1907): *substantivo*, *adjetivo*, *pronome*, *verbo*, *advérbio*, *preposição*, *conjunção* e *interjeição*. Também estão presentes as subdivisões do adjetivo em *qualificativo* e *determinativo*, esse último compreendendo o *demonstrativo*, o *possessivo*, o *quantificativo*, o *numeral* e o *artigo*, comum em algumas obras de sucesso, como, por exemplo, a de João Ribeiro (1884)[83]. Em geral, percebe-se a semelhança nos conceitos da tradição gramatical e da paródia, e Fradique (1928) não se poupa de brincar com a imprecisão das definições:

> SUBSTANTIVO é a palavra que designa o ser. Ex.: *Pedro*, *tinta*, *gato*. Às vezes designa também o não ser. Ex.: *nada*, *zero*. [...]
>
> O substantivo pode ser *primitivo* ou *derivado*. É *primitivo* quando já se usa mais. Ex.: *roupa feminina*, *cabelos penteáveis*, *decência coreográfica*, *probidade política*, direito de voto [...] É *derivado* quando procede de outro substantivo. Ex.: *queijo*, que deriva do *leite*. (p. 53-55)

[83] Fradique (1928) chega a fazer referência a João Ribeiro, sugerindo sua autoridade gramatical na seguinte passagem do capítulo que aborda o *pronome*: "As pessoas gramaticais mais conhecidas são cinco: *Mario Barreto*, *João Ribeiro*, *Laudelino Freire*, *Assis Cunha*". Coloca-o também junto com autores do cânone literário (Camões, Machado, Augusto dos Anjos, Gonçalves Dias) no Apêndice Antológico do livro, "em que se contém uma variada coleção de excertos dos poetas e prosadores mais acreditados nesta praça, com o respectivo cadastro e fé-de-ofício" (p. 91). Além de textos desses escritores, apresenta por vezes paródias de sua biografia: "João Ribeiro dos Santos Manhães, Marquez de Jurubeba, [...] foi durante muitos anos professor de tabuada em São José do Pinhal, em São Paulo, onde compôs o livro *História do Brasil para usança das escolas e colégios*. Em 1868 cismou em que havia de ser gramático; e foi" (p. 161).

Como se desse voz a uma espécie de discurso gramatical reprimido, Fradique (1928) também chacota as tentativas fracassadas da tradição gramatical de sistematizar o que é irregularmente constitutivo, de aprisionar a irregularidade linguística, características não só das obras dessa época mas da própria gênese do PTG (cf. Capítulo 2). Assim procede o humorista:

> As palavras que, no masculino, terminam em *ão*, fazem o feminino em *ela*. *Cão – cadela*; *boião – tigela*; *portão – cancela*; *furacão – procela*; *lampião – vela* (p. 57-58)
>
> As palavras que no masculino terminam em *eito* fazem o feminino em *ama*. Ex.: leito – cama; peito – mama; conceito – fama; sujeito – dama. (p. 59)
>
> O diminutivo se forma com a terminação *ão*. Ex.: *cartão – carta pequena*; *cordão – corda fininha*; *pontilhão – ponte pequena*; *limão – lima pequena* [...] (p. 61)

Outra gramática exemplar do fluxo da gramatização brasileira do português na primeira metade do século XX é a *Grammatica Portugueza*, de Firmino Costa (1920). De espírito epistemológico semelhante a Pereira (1907), essa obra também parte da noção de língua como expressão do pensamento e de gramática centrada na *palavra* e na *proposição*: "a palavra vale, não tanto pela sua forma, mas principalmente porque exprime ideias e pensamentos" e "das expressões das ideias e dos pensamentos por meio da fala ou da escrita é que trata a gramática", razão pela qual seu objeto é a *proposição*, isto é, "a expressão do pensamento por meio de uma ou mais palavras" (COSTA, 1920, p. 3-4). Envolto no PTG, Costa (1920) acredita que o pensamento melhor expresso é o que se faz por meio da língua literária clássica e distante espaço-temporalmente, haja vista os versos camonianos de *Os Lusíadas* serem fartamente usados para abonar boa parte de suas prescrições[84]. Além de Camões, outros escritores portugueses costumam ser citados na obra à guisa de exemplificar períodos gramaticalmente bem formados, como Pe. Antônio Vieira, Eça de Queirós e Alexandre Herculano, sendo Machado de Assis um dos poucos brasileiros presentes.

Também fica evidente o compromisso de Costa (1920) com o padrão linguístico lusitano pelo preciosismo da linguagem utilizada em um compêndio gramatical com finalidades didáticas, repleto de exercícios de fixação e verificação da compreensão dos tópicos gramaticais abordados. Nesta passagem, por exemplo, o uso da segunda pessoa do plural atesta a larga distância entre a língua do gramático e a língua dos brasileiros:

> A composição é vossa conhecida desde a infância. Quando, ainda criança, chamáveis pela vossa mãe, pedíeis de mamar ou de comer, mais tarde em vossos

[84] Cf. Costa, 1920, p. 59, 223, 224, 227, 235, 237, 302 etc.

> brinquedos ficáveis a tagarelar e a cantarolar, conversáveis com os companheiros e ouvíeis atentamente as histórias infantis [...] (Costa, 1920, p. 60)

Costa (1920) segue a mesma divisão da gramática que se vê em Pereira (1907), também na esteira do oitocentista João Ribeiro (1884): *lexiologia*[85] e *sintaxe*. A primeira parte trata das *palavras*, *locuções* (reunião de palavras sem forma proposicional, equivalendo a uma palavra: homem *probo* = *de probidade*) e *cláusulas* (reunião de palavras que tem a forma de proposição, mas exprime ideia: O que ele mais deseja é *tornar-se rico* = *riqueza*), enquanto a segunda parte se ocupa das *proposições* e dos *períodos*, sendo o período, a unidade máxima da linguagem, caracterizado pelo ponto final e equivalente a uma ou mais proposições. Também como João Ribeiro (1884), Costa (1920) afirma que a *taxinomia*, uma das divisões da lexiologia[86], objetiva a classificação das palavras, locuções e cláusulas. Frisa, entretanto, que o principal critério de classificação de sua obra é o *sentido*, algo coerente com o anúncio feito já na apresentação da gramática: de que o sentido deve ser privilegiado em detrimento da forma e de que esta ficaria subordinada àquele nas análises.

Portanto, uma vez que o critério semântico é o guia taxionômico de Costa (1920), as classes de palavras apresentadas nessa obra, se comparadas à tradição gramatical de então, se reduzem a um conjunto de seis:

Quadro 15 – Classes de palavras definidas a partir de critérios de base semântica em Costa (1920)

CATEGORIAS GRAMATICAIS / CLASSES DE PALAVRAS	SUBCATEGORIAS
SUBSTANTIVO: palavra que nomeia os seres.	Pronome, próprio, comum (coletivo, partitivo, superlativo, pejorativo, correlativo).
ADJETIVO: palavra que designa qualidades ou determinações referentes aos seres.	Qualificativo (pátrio), determinativo (articular/artigo, demonstrativo, relativo, possessivo, numeral, indefinido).
VERBO: palavra que exprime fato ou ação. A ação expressa pelo verbo é atribuída a uma pessoa ou coisa, que se chama sujeito.	Ativo, passivo, reflexivo, transitivo, intransitivo.
ADVÉRBIO: palavra que exprime circunstância, isto é, qualquer particularidade de um fato ou de um dos elementos dele.	De lugar, tempo, quantidade, modo, ordem, afirmação, negação, dúvida, exclusão.
CONECTIVO: palavra que serve para relacionar uma com as outras as expressões das ideias e dos pensamentos, isto é, indica a relação entre as palavras, as locuções, as cláusulas e as proposições.	De tempo, lugar, modo, causa, posse, condição, meio, fim, consequência, oposição, companhia, quantidade, exclusão etc.
CONTRAÇÃO: palavra formada de dois ou mais termos, cujas significações se conservam distintas.	

Fonte: O autor, 2015.

[85] *Lexeologia*, em Pereira (1907).
[86] Além da *taxinomia*, Costa (1920) também aborda a *morfologia* – a partir de categorias semelhantes às usadas por João Ribeiro (1884) – e a *fonologia*. Interessante ver que ele já diferenciava *fonologia* ("parte da lexiologia, que trata dos sons constitutivos do vocábulo", p. 93) de *fonética* ("estudo dos fonemas considerados em si mesmos", p. 101), de igual modo às concepções estruturalistas que começavam a tomar forma.

Mesmo assim, ainda que em menor número, esse conjunto porta muitas semelhanças terminológicas e de sistematização com as categorias de João Ribeiro (1884), Pereira (1907), entre outros gramáticos aqui vistos, sobretudo quando se consideram as subcategorias em que as classes são subdivididas. Por exemplo, como em toda a tradição gramatical, em Costa (1920) há a categoria *pronome*, mas aqui esta é apresentada como uma subcategoria do *substantivo*:

> O pronome é um substantivo. Está em pouco verificar: 'O Américo voltou de Caxambu. Ele veio mais gordo'. Ele não é outro senão o Américo, nome de pessoa, e por conseguinte substantivo. Digamos assim: 'O rapaz veio mais gordo'. *Rapaz* estaria igualmente no lugar de Américo, mas nem por isso nenhum gramático o classificaria como pronome [...] Pouco importa que o pronome designe os seres desta ou daquela forma: desde que ele designa os seres, tanto basta para enquadrar-se na categoria dos substantivos. (COSTA, 1920, p. 19)

Entre outras diferenças que podem ser vistas em Costa (1920) em relação à tradição oitocentista, destacam-se: a reunião das classes dos *qualificativos* e dos *determinativos* de João Ribeiro (1884) em uma única classe, a dos *adjetivos*; a inclusão dos *pronomes demonstrativos*, *relativos*, *possessivos* e *indefinidos*, dos *artigos definidos* e *indefinidos* e dos *numerais* na subcategoria dos *determinativos*; a categoria bastante ampla dos *conectivos* englobando as *preposições* e *conjunções*, "análogas quanto ao sentido" (p. 33); a inovação na classe das *contrações*, justificada para possibilitar a classificação de vocábulos como *daquele* (p. 34); e a abordagem da *interjeição* não como uma classe de palavra, mas como um fenômeno sintático, "porque exprime um pensamento" (p. 82). Vale salientar que o critério semântico também norteia prioritariamente a conceituação das subcategorias, o que realmente dá coerência à obra, como apresento nos exemplos elencados no quadro a seguir:

Quadro 16 – Critério semântico definindo as subcategorias gramaticais em Costa (1920)

CLASSES DE PALAVRAS	SUBCATEGORIAS GRAMATICAIS	CONCEITUAÇÃO SEMÂNTICA
SUBSTANTIVO	PRÓPRIO	Nomeia individualmente os seres.
	COMUM	Indica qualquer indivíduo da mesma espécie.
ADJETIVO DETERMINATIVO	DEMONSTRATIVO	Dá ao substantivo uma ideia de posição ou identidade.
	POSSESSIVO	Determina o substantivo, indicando a quem pertence o objeto por ele expresso.
	NUMERAL	Faz o substantivo exprimir a quantidade ou a ordem numérica das coisas por ele indicadas.
	INDEFINIDO	Comunica ao substantivo uma ideia vaga ou geral.
VERBO	TRANSITIVO	Quando expressivo de uma ação completa.
	INTRANSITIVO	Quando significativo de uma ação incompleta.

Fonte: O autor, 2015.

Essas particularidades em Costa (1920) não afastam a obra da tradição gramatical no que diz respeito tanto ao seu arcabouço descritivo, terminológico e conceitual quanto ao seu caráter prescritivo apontado para os ideais linguísticos d'além mar. Em relação ao primeiro ponto, pode-se dizer que, embora as categorias tradicionais sejam rearranjadas e redefinidas com base em critérios semânticos, não há aí novos *objetos teóricos*, no dizer de Borges Neto (2013), mas sim o uso protocolar das categorias gramaticais oriundas da tradição greco-latina. Esse procedimento está relacionado à naturalização de tais categorias, como se elas fossem ligadas a fenômenos naturais e não resultados de um trabalho teórico milenar. Em se tratando do segundo ponto, não há, ao longo das prescrições de Costa (1920), considerações sobre construções especificamente brasileiras, exceto no que diz respeito à sempre polêmica colocação dos pronomes. E mesmo assim, embora seja dada atenção às diferenças de modalidade, a obra continua interditando os oblíquos em início de períodos (escritos):

> Não se começa o período pelos pronomes *me*, *te*, *se*, *o*, *a*, *lhe*, *nos*, *vos*, *os*, *as*, *lhes*. Pode-se dizer que esta regra é absoluta na linguagem escrita, mas, em a linguagem falada no Brasil, não é ela geralmente observada. (COSTA, 1920, p. 252-253).

Por fim, um último aspecto que ajuda a atestar a filiação de Costa (1920) ao PTG é a observância de seus exercícios de composição (redação) como parte integrante dos exercícios gramaticais[87]. Um exemplo:

> O professor pedirá ao aluno que traga o seu livro e o observe bem. Em seguida manterá com ele este diálogo, fazendo-o escrever no quadro negro as respostas dadas:
> — Que é o que você tem na mão?
> — Tenho na mão o meu livro de leitura.
> — Como ele se chama?
> — Ele se chama "A horta do Thomé".
> — Por quem foi escrito?
> — Foi escrito por João da Motta Prego.
> — Quantas páginas tem?
> — Tem 260 páginas.
> — É um livro bom para as crianças?
> — É um livro muito bom para as crianças.
> Findo o diálogo, ter-se-á no quadro negro uma composição: Tenho na mão o meu livro de leitura. Ele chama-se "A horta do Thomé". Foi escrito por João da Motta Prego. Tem 260 páginas. É um livro muito bom para as crianças. (COSTA, 1920, p. 61-62)

Para não me afastar dos objetivos da tese, não entrarei no mérito desse exercício à luz dos estudos atuais sobre produção de texto, mas, por meio desse excerto, pode ser constatado

[87] Exercícios de caráter semelhante já havia nas gramáticas brasileiras das últimas décadas do século XIX, como na de João Ribeiro (1884): "Com os seguintes nomes próprios formar frases (segundo o modelo: *Quem nasce em França é francês. Os habitantes da China são chins*). Japão. Turquia. Hungria. Paris. Lisboa. Porto. Inglaterra. Alemanha. Polônia. Espanha. Itália. Roma [...]" (RIBEIRO, 1884, p. 231).

sem dificuldades que o limite da composição é a *frase* e o texto é tomado como um conjunto de frases justapostas. É esse o espírito que governa a *Grammatica Portugueza*, de Firmino Costa, exemplar fiel das primeiras décadas de gramatização brasileira do século XX.

Como último gramático representativo desse período da gramatização brasileira, destaco a figura do filólogo Manuel Said Ali Ida. Sua vasta obra sobre língua portuguesa não só é composta de gramáticas, mas também de publicações na imprensa periódica, edições de livros diversos, traduções de livros didáticos para ensino de língua estrangeira, um vocabulário ortográfico, entre outros trabalhos.

No que diz respeito a instrumentos de gramatização do português, Said Ali é autor da *Grammatica secundaria da lingua portugueza*, da *Grammatica elementar da lingua portugueza* e da *Grammatica historica da lingua portugueza*, três obras escritas simultaneamente, entre os anos de 1921 a 1923, razão pela qual revelam a mesma orientação de pesquisa. Segundo Hackerott (2008), essas gramáticas, em conjunto, inauguram uma tradição estruturalista para os estudos filológicos sobre língua portuguesa, em que a gramática passa a ser concebida como o conjunto das regras associativas e combinatórias observadas em um ou mais idiomas, relativas aos fonemas (fonética), às formas dos vocábulos (lexeologia/morfologia) e à combinação desses em proposições (sintaxe), de acordo com a divisão que impera no século XX. Não é à toa que, na segunda metade do século XX, o linguista estruturalista Mattoso Camara Jr. considerava a obra de Said Ali "a melhor teoria gramatical descritiva para o português do Brasil", a despeito de seu tradicionalismo "tanto na doutrina como no método de apresentação" (CAMARA JR., 1969, p. 38).

Ainda que atento aos estudos linguísticos de seu tempo, produzindo textos que se afastam dos postulados da tradição gramatical[88], Said Ali vê a gramática como um instrumento de ordem prática para ensinar a falar e a escrever corretamente. Nesse ponto, filia-se ao PTG por meio de suas gramáticas sincrônicas da língua portuguesa. Nesta tese, comento a *Grammatica secundaria da lingua portugueza*, cuja primeira edição é de 1923. Essa gramática atravessou boa parte do século XX, sobrevivendo, inclusive, à publicação da NGB, em 1959. A propósito, cito aqui a 3ª edição da obra, publicada em 1964, e justamente por isso acrescida das denominações da NGB, em notas de fundo de página escritas pelo gramático Evanildo Bechara.

[88] Said Ali considera a língua portuguesa falada no cotidiano em *Meios de expressão e alterações semânticas* (1930), faz considerações interessantes sobre a relação entre a pronúncia brasileira e a colocação dos clíticos em *Estudos de linguística: a collocação dos pronomes pessoaes na linguagem corrente* (1895), entre outros estudos de base linguística, mas que não entram na composição teórico-descritiva de sua gramática (cf. HACKEROTT, 2008).

Até a segunda metade do século XX, boa parte das gramáticas escolares eram as próprias gramáticas de referência. Não havia a figura da *gramática escolar da língua portuguesa*, destinada exclusivamente ao trabalho em sala de aula, como tantas que abundam hoje no mercado editorial brasileiro. As gramáticas de referência cumpriam, portanto, uma dupla função, dentro e fora da escola. Said Ali (1923) é um bom exemplo disso, pois é feita para atender "às necessidades e conveniências do ensino secundário" (p. 14). Marcada explicitamente pelo duplo caráter descritivo-prescritivo, essa obra tenta relacionar a gramatização do português tanto ao caráter científico dos estudos linguísticos, quanto à prática de ensinar a falar e a escrever corretamente, de acordo com os bons escritores e a prática das pessoas "cultas". Para o autor, efetivamente, essa língua culta equivale a um modelo ideal que não se encontra em nenhum estrato social, e muitas vezes nem mesmo na literatura que abona suas prescrições.

Na parte da obra destinada à *lexeologia*, Said Ali (1923) apresenta dez categorias gramaticais condizentes com as que seriam elencadas, posteriormente, pela NGB. Interessante observar que, assim como Costa (1920), as definições de Said Ali se pautam por critérios predominantemente semânticos, ainda que isso resulte em outra sistematização. Vê-se, pois, que as categorias gramaticais são discriminadas independentemente dos critérios escolhidos para conceituá-las e supostamente validá-las. Essa escolha metodológica reflete mais uma vez o uso protocolar da terminologia tradicional (cf. BORGES NETO, 2013), tão caro ao PTG:

Quadro 17 – Categorias e subcategorias gramaticais presentes na lexeologia de Said Ali (1923)

CATEGORIAS GRAMATICAIS	SUBCATEGORIAS GRAMATICAIS
SUBSTANTIVO: todo o nome com que designamos os seres.	Concreto, abstrato, próprio, comum, coletivo, primitivo, derivado, aumentativo, diminutivo, composto, feminino, masculino, singular, plural.
ARTIGO: palavras *o*, *um* e variações que de ordinário antepomos aos substantivos comuns. O DEFINIDO se aplica ao ser determinado que temos representado no espírito. O INDEFINIDO é usado para mencionar um ser qualquer de entre muitos.	Definido, indefinido.
ADJETIVO: palavra que se junta ao substantivo para denotar qualidade, propriedade, condição ou estado do respectivo ser.	Aumentativo, diminutivo, positivo, comparativo, superlativo (relativo, intensivo), substantivado, masculino, feminino, singular, plural.
NUMERAL (QUANTITATIVO): palavra que exprime número certo e determinado ou uma quantidade variável e indeterminada.	Definido [cardinal (fracionário, multiplicativo, coletivo/seriativo), ordinal], indefinido.
PRONOME: palavra que denota o ente ou a ele se refere, considerando-o apenas como pessoa do discurso (indivíduo que fala, indivíduo com quem se fala e indivíduo ou coisa de que se fala).	Absoluto/substantivo, adjunto/adjetivo, pessoal (reto, oblíquo, reflexivo, recíproco), possessivo, demonstrativo, relativo, interrogativo (absoluto, adjunto), indefinido.
VERBO: palavra que denota ação ou estado e possui terminações variáveis com que se distingue a pessoa do discurso e o respectivo número, o tempo, e o modo da ação ou estado.	Formas finitas e formas infinitas (infinitivo, particípio, gerúndio), presente, pretérito (imperfeito, perfeito, mais-que-perfeito), futuro (do presente, do pretérito/condicional), indicativo, conjuntivo, imperativo, regular, irregular, defectivo, auxiliar, impessoal/unipessoal, nocional, relacional, transitivo, intransitivo, ativo, passivo, medial, recíproco, pronominal etc.
ADVÉRBIO: denota uma circunstância e serve de determinante ao verbo, ao adjetivo ou a outro advérbio.	Lugar, tempo, modo, negação, dúvida, grau/intensidade etc., locução adverbial.
PREPOSIÇÃO: palavra invariável que se antepõe a nome ou pronome para acrescentar-lhes uma noção de lugar, instrumento, meio, companhia, posse etc., subordinando ao mesmo tempo o dito nome ou pronome a outro termo da mesma oração.	Locução prepositiva.
CONJUNÇÃO: palavra ou locução que se costuma pôr no princípio de uma oração relacionada com outra, a fim de mostrar a natureza da relação.	Coordenativa (copulativa/aditiva, adversativa, alternativa/disjuntiva, conclusiva, causal), subordinativa (integrante, temporal, concessiva, causal etc.).
INTERJEIÇÃO: palavra invariável que exprime os sentimentos ou sensações de dor, alegria, surpresa, temor, aversão etc.	Locuções interjetivas.

Fonte: O autor, 2015.

Pelo Quadro 17, que recorta parte do arcabouço descritivo de Said Ali (1923), vê-se que essa obra se afasta um pouco do sistema classificatório característico do século XIX, ainda que trabalhe praticamente com os mesmo termos e conceituações. Seguindo nomes como Leite de Vasconcelos e Epifânio Dias, Said Ali (1923) rompe declaradamente com o sistema gramatical que ora incluía na categoria de *adjetivos* todos os vocábulos delimitadores

e individualizadores (como *pronomes*, *artigos* e *numerais*) e os denominava *adjetivos determinativos* e *qualificativos* (cf. COSTA, 1920), ora ignorava a categoria *adjetivo* e operava com as categorias *determinativo* e *qualificativo* (cf. JOÃO RIBEIRO, 1884). O gramático agrupa as dez classes de palavras que seriam adotadas posteriormente pela NGB. Esse panorama classificatório de Said Ali (1923), inclusive, é um indício de que sua obra teve bastante influência na confecção do documento terminológico-gramatical de 1959. Por exemplo, não obstante mencionar o termo *futuro condicional*, Said Ali (1923) diz se tratar de uma expressão inapropriada, a qual, posteriormente, seria excluída pela NGB em detrimento de *futuro do pretérito*. Não é à toa que sua obra foi uma das poucas que perduraram após a publicação do documento, tendo sido facilmente adaptada por outros gramáticos, como Evanildo Bechara e Adriano da Gama Kury, este último responsável pela atualização da *Gramática Elementar da Língua Portuguesa*, espécie de versão resumida e simplificada da *Gramática Secundária* e envolta nos mesmos princípios teórico-metodológicos e no mesmo arcabouço descritivo desta.

Vale dizer que, embora o critério semântico tenha evidente primazia para a categorização das palavras em Said Ali (1923), traços sintáticos também são levados em conta: as definições de *artigo*, *adjetivo*, *advérbio*, *preposição* e *conjunção* grifam a natureza composicional da categoria, como pode ser visto no Quadro 17. Parte dessas categorias, inclusive, são retomadas na parte da obra destinada à *sintaxe*, fundindo-se com as categorias e terminologia sintáticas que seriam mais tarde padronizadas pela NGB. As classes *substantivos*, *adjetivos*, *advérbios* e *conjunções*, por exemplo, são consideradas no trato das orações subordinadas, além de haver prescrições sintáticas no que diz respeito ao emprego do *artigo*, *numeral*, *pronome*, *gerúndio*, *infinitivo*, entre outras subcategorias apresentadas na abordagem da *lexeologia*.

Quanto às particularidades do português efetivamente utilizado pelos brasileiros, a gramática de Said Ali (1923) se mostra de espírito reacionário, conforme o que imperava à época. Por exemplo, os pronomes pessoais do caso reto são registrados de acordo com o paradigma lusitano (*eu*, *tu*, *ele*, *nós*, *vós*, *eles*), a despeito das mudanças já efetivadas na realidade linguística brasileira desde o século XIX (cf. DUARTE, 1995; GALVES, 2001). Quando da abordagem da concordância, há uma observação de que o *vós* e sua correspondente forma verbal estão em desuso na linguagem corrente de então, mas frisa Said Ali (1923, p. 157) que construções brasileiras que se referem à segunda pessoa no plural por meio da forma verbal da terceira pessoa do plural (*seus*, ao invés de *vossos*, por exemplo) são um desrespeito à regra por parte dos escritores. Outra prescrição purista reside na abordagem

da colocação dos oblíquos: Said Ali (1923) afirma que a ênclise é a forma mais comum da colocação dos pronomes átonos no português, ignorando a tendência brasileira diametricamente oposta. Limita-se, nesse caso, a dizer que "a colocação pronominal em nosso falar espontâneo não coincide perfeitamente com a do falar dos portugueses" e formula algumas "regras práticas [...] quanto ao uso observado em escritores lusitanos [...] aplicáveis em parte também ao idioma do Brasil" (p. 205).

Como prega o PTG, o gramático brasileiro vai seguir a sintaxe dos escritores lusitanos em detrimento da realidade linguística nacional. Declara as regras de boa formação de orações se ancorando majoritariamente em autores da literatura consagrada lusitana, como Luís de Camões, Pe. Antônio Vieira, Alexandre Herculano, Almeida Garret e Camilo Castelo Branco. Além das abonações literárias, o gosto pessoal do filólogo junto a justificativas mais absurdas ditam as regras que devem ser seguidas, em todas as suas minúcias, para se falar e escrever corretamente:

> Nomes próprios de pessoas não levam artigo no falar culto, salvo se estiverem no plural [...] Devemos dizer e escrever *Shakespeare*, *Camões*, *Dante*, *Tasso*, *Gonçalves Dias* etc. e não *o Tarso*, *o Dante* etc., linguagem esta que é imitação servil do italiano. A linguagem antiga permitia antepor artigo a nome próprio que fosse mencionado anteriormente; mas esta prática é desusada na linguagem literária de hoje [...] No trato familiar e no falar do povo contraria-se a linguagem culta, antepondo de ordinário o artigo a nomes de pessoas conhecidas daqueles com quem conversamos. (SAID ALI, 1923, p. 186)

Por outro lado, embora no paradigma dos pronomes possessivos a forma clássica *vosso* se faça presente, é verdade que Said Ali (1923) reconhece que a forma *seu*/*sua* pode corresponder à segunda pessoa, por conta das "formas de tratamento" *você*, *o Senhor* etc., cabendo distinguir o possuidor pelo sentido da frase ou mesmo eliminar a ambiguidade utilizando *dele*, *dela*, *de você*, *do Senhor* e outros correspondentes. Também há o registro da conjugação específica brasileira de alguns verbos (agencio, negocio), em comparação com a forma conjugada em Portugal (agenceio, negoceio), sem nenhum juízo de valor envolvido.

Entretanto, esses parcos exemplos não são suficientes para afastarem Said Ali (1923) do PTG. Sobretudo no que diz respeito a tópicos sintáticos, como *concordância*, *regência* e *colocação*, a natureza dessa obra é eminentemente prescritiva e purista, assim como tantas outras que ocuparam o espaço da gramatização brasileira na primeira metade do século XX. Herdeiras do cientificismo de Júlio Ribeiro (1881), essas primeiras obras do século passado seguiram à risca a cartilha do PTG em se tratando de suas concepções teórico-epistemológicas, de suas configurações metodológicas e de seu arcabouço terminológico-

descritivo. Em breve, elas se tornariam ainda mais semelhantes umas às outras, à medida que a força homogeneizadora da NGB entrasse em cena no fazer gramatical brasileiro.

3.4.2 A NGB de 1959: uniformização da terminologia e deslocamento da função 'gramático'

Há mais de cinquenta anos, o arcabouço descritivo e terminológico da tradição gramatical brasileira é produto da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), documento do Ministério da Educação e Cultura, publicado na Portaria nº 36, no dia 28 de janeiro de 1959[89]. Dada sua importância para o entendimento da gramatização do português na atualidade, reservo parte desta seção a considerações sobre esse documento na paisagem da recente gramaticografia brasileira.

Os autores que se dedicam a refletir sobre as consequências advindas com a NGB costumam afirmar que, após sua publicação, a originalidade que havia em algumas gramáticas (embora sob o prisma homogeneizante da gramatização greco-latina) veio desaparecendo gradativamente à medida que a repetição mecânica de uma terminologia oficialmente determinada afetava a liberdade interpretativa dos fatos de linguagem analisados pelos gramáticos. Já na primeira década de circulação do documento, o linguista Mattoso Camara Jr. criticava a ausência de teoria que subsidiasse a nova terminologia, que, por sua vez, acabaria funcionando como um obstáculo a teorizações gramaticais vindouras:

> A deficiência desse campo de estudo no Brasil foi bem evidenciada pela elaboração de uma Nomenclatura Gramatical Brasileira, recente, patrocinada pelo Ministério da Educação e Cultura (Nomenclatura 1958). Não há aí qualquer doutrina gramatical coerente. O erro fundamental foi, mesmo, o de se querer com isso regularizar e simplificar a nomenclatura, sem a intenção de firmar qualquer doutrina. Ora, a terminologia está visceralmente dependente de uma teoria e sem esta não tem sentido nem real utilidade.
>
> A consequência é que o estatuto, oficialmente estabelecido, funciona como um empecilho, que cerceia e desorienta os esforços para uma teoria satisfatória em gramática descritiva. (CAMARA JR., 1969, p. 38)

Críticas à NGB também vieram de alguns gramáticos ilustres, a despeito de a terem adotado nas reedições de suas obras. É o caso de Napoleão Mendes de Almeida, que assim se posicionou no prefácio de sua *Gramática metódica da língua portuguesa*:

> O ter passado o verbo *pôr*, de acordo com a portaria, a considerar-se mera irregularidade da segunda conjugação facilitou o aluno decorá-lo? Por ter passado a *crase* a ser considerada mera parte de "apêndice" de gramática veio a ser mais compreendida e mais facilmente praticada? Será que por ter passado o condicional a chamar-se *futuro do pretérito* o seu estudo e emprego ficaram facilitados? Por se

[89] Em 1967, oito anos após a publicação da NGB, foi publicada em Portugal a Nomenclatura Gramatical Portuguesa (NGP), havendo, em termos, uma política de aproximação entre as duas nomenclaturas.

> terem constituído *artigo* e *numeral* classes autônomas ficaram mais bem conhecidos? [...] Esses e outros fatos levam-nos a concluir que esta foi a finalidade da portaria 36: Malogrados na adoção de seus livros, uns tantos professores engendraram uma rasteira nos autores que os humilhavam. Louvável é, sem dúvida, tenha um idioma uniformidade de terminologia, para todas as partes léxicas e para todas as funções sintáticas, mas é em igual proporção desprezível que isso se faça com desrespeito à tradição e ao bom senso [...] o erro está em não ensinarem todos os nomes possíveis a qualquer fato gramatical, pois a abundância de denominações só proveito traz à compreensão do fato [...] (ALMEIDA, 1988, p. 6)[90]

Por outro lado, tal liberdade taxionômica não era de todo muito interessante, pois trazia algumas consequências pedagógicas negativas, como a falta de unidade no ensino de língua portuguesa (gramática) nas escolas brasileiras e o conflito terminológico em provas e concursos que pairava antes do documento.

Grande estudioso do assunto, Baldini (1999) analisa a NGB procurando mostrar suas filiações no contexto da gramatização brasileira iniciada nas últimas décadas do século XIX. Para o autor, a NGB se insere no quadro mais amplo das políticas públicas do país. É um instrumento político, linguístico e discursivo sem precedentes na história da nossa gramatização, pelo modo como altera a função e o saber do gramático. Trata-se de uma "política linguística explícita" (cf. TORMENA, 2007), um ato legislativo envolvendo questões de língua no Brasil, ainda que a Portaria nº 36 apenas *recomende* a adoção da nova NGB e *aconselhe* sua imediata entrada em vigor.

Esse ato político surgiu da necessidade de se uniformizar a terminologia gramatical brasileira. Assim, coube a uma comissão nomeada pelo Estado dar conta desse objetivo. Segundo Henriques (2009), essa comissão, designada pela portaria ministerial nº 152/57, de 24 de abril de 1957, fora composta pelos seguintes professores do Colégio Pedro II, estabelecimento oficial da rede federal de ensino: Antenor Nascentes (presidente), Carlos Henrique da Rocha Lima (secretário), Antônio José Chediak (assessor), Serafim da Silva Neto (assessor), Sílvio Edmundo Elia (assessor), Clóvis do Rego Monteiro, Cândido Jucá (filho) e Celso Ferreira da Cunha. Primeiramente, eles trabalharam na construção de uma espécie de "gramática oficial", concluída em 1957 sob o título de *Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira*. Tanto no *Anteprojeto* como na versão final de 1959, é posto que a seleção dos nomes que comporão a NGB atenderá à exatidão científica do termo, a sua vulgarização internacional e a sua tradição na vida escolar brasileira.

Depois de diversas críticas e revisões de professores, filólogos e linguistas de todo o país, a principal diferença entre o anteprojeto inicial e o documento final residiu justamente

[90] Antes de sua reformulação em consonância à NGB, a primeira edição dessa obra é de 1944.

no abandono por completo de quaisquer definições, as quais caracterizariam a NGB como uma gramática e a fariam se vincular a uma posição doutrinária (BALDINI, 1999, 2005). Logo, a NGB não se filia rigorosamente a nenhuma teoria gramatical *stricto sensu*, ainda que presa ao arcabouço descritivo e terminológico do PTG. Se o anteprojeto inicial de 1957 tivesse sido aprovado, seria ainda maior o silenciamento dos gramáticos posteriores; todavia, como no projeto final de 1959 constam apenas uma divisão da gramática e os nomes que dela fazem parte, a NGB dá aos gramáticos uma espécie de esqueleto contendo aquilo que deve ser tratado por uma gramática do português, cabendo-lhes desenvolver esse esqueleto do modo mais claro e coerente possível.

Logo após a publicação do documento em 1959, foi feito um concurso de âmbito nacional para interpretá-lo e divulgá-lo, promovido pela Diretoria do Ensino Secundário e do CADES. A comissão julgadora do concurso foi a mesma que elaborara a NGB, com exceção dos então falecidos Clóvis do Rêgo Monteiro e Serafim da Silva Neto, substituídos respectivamente por Petrônio Mota e Vittorio E. Bergo. O trabalho ganhador, de autoria de Novir Sebastião dos Santos Barbosa, afirmou que seu objetivo fora "provar que a NGB não tolhe os mestres na ensinança da língua, nem encerra deficiências e impropriedades que os confundam e aos seus alunos, que, aliás, serão favorecidos" (BARBOSA, 1959, p. 5). Embora reconheça que a NGB em alguns pontos precise "de enfrentar a evolução da língua e de fugir, corajosamente, à Gramática clássica" (BARBOSA, 1959, p. 136), há a defesa cega do documento. Mesmo em pontos que contrariam a opinião individual de Novir Barbosa, este sucumbiu a sua força, "em benefício da coletividade e do patriotismo". Trata-se, portanto, de um testemunho inicial de que a publicação da NGB viria a enfraquecer a reflexão, a crítica e o debate filológicos.

Ao longo de um texto claro, objetivo e enxuto, Barbosa (1959) vai expondo as partes e os termos da NGB, ao passo que os interpreta a partir de exemplos simples. Esclarece que não pretendeu fazer gramática no sentido de expor regras prescritivas de bom uso do português, mas somente aplicar a NGB, ou seja, explicar e exemplificar os itens terminológicos que compõem o documento. Também faz considerações a respeito de termos da gramatização luso-brasileira até a primeira metade do século XX, mas agora abolidos, como *lexiologia*, *taxeonomia*, *análise lógica*, *análise léxica*, *adjetivo qualificativo*, *adjetivo determinativo*, *futuro condicional* etc. Em geral, não tece explicações que justifiquem o uso do termo apresentado pela NGB em detrimento de outros. Por fim, apresenta modelos de análise sintática e morfológica, os quais dariam a tônica do ensino de gramática (e língua portuguesa) a partir da década de 1960.

Outras obras semelhantes a Barbosa (1959) também foram publicadas à época, a exemplo da *Pequena gramática para a explicação da nova nomenclatura gramatical*, de Adriano da Gama Kury, lançada ainda em 1959, mas citada aqui em sua 11ª edição, datada de 1968. Como o próprio título indica, essa obra consiste numa gramática resumida, construída a partir do esqueleto da NGB, cujos termos são conceituados, exemplificados e por vezes discutidos. Quando, por qualquer necessidade, aparece no livro de Kury uma denominação que não se encontra na NGB (*semiconsoantes*, *auxiliares causativos e sensitivos*, *conjunções subordinativas circunstanciais*, *verbos relacionais* etc.), esse termo leva sempre um asterisco para frisar essa dissonância, seguido de observações que explicam a diferença terminológica. Por exemplo, Kury (1968) apresenta o processo de formação de palavras por *justaposição* e por *aglutinação*, mas explica que a NGB não os inclui "pelo fato de serem imprecisos os limites entre ambos" (p. 53). Ou quando se refere à classe dos *nomes*, lembra que, embora este termo não venha explicitado no documento oficial, pode-se depreendê-lo tacitamente a partir do adjetivo *nominal* em, por exemplo, *predicado nominal* e *complemento nominal* (p. 55). Tudo isso é feito em sintonia com a perspectiva purista e prescritiva que atravessa o PTG, de onde Kury (1959) fala, como pode ser observado a partir das concepções de *língua*, *norma*, *gramática*, entre outras que subjazem à obra ou a perpassam explicitamente: "*Vício de linguagem* é o desrespeito mais ou menos sistemático às 'normas' de uma língua, contrariando assim os hábitos firmados nas classes mais educadas e que se consubstanciam na 'língua literária' vigente" (KURY, 1959, p. 127).

Também nascida no contexto de aplicação da NGB – e, portanto, de concepção, orientação e método semelhantes a Barbosa (1959) e Kury (1959) – é a *Gramática resumida*, lançada em 1960 por Celso Pedro Luft, autor de diversos estudos filológico-literários, linguístico-gramaticais, didático-pedagógicos e lexicográficos. A segunda edição dessa obra é de 1963, e nela se percebe uma série de recortes, acréscimos e correções, tendo em vista maior clareza e precisão (NOGUEIRA JR. & DI IÓRIO, 2008). Por sua vez, a terceira edição, de 1974, devido a tantas mudanças no texto original, transformou-se em um novo livro, intitulado *Moderna gramática brasileira*, embebido dessa vez nos postulados teóricos da linguística de bases formalistas, sobretudo em autores como Saussure, Hjelmslev, Bloomfield, Nida, Mattoso Câmara e Chomsky. Essa gramática se agarra ao gerativismo transformacional de Chomsky para a sintaxe e aos postulados do estruturalismo norte-americano para a morfologia e a fonética, mas é a NGB que guia a descrição gramatical proposta. Além disso, a

despeito do título da obra, a realidade linguística brasileira não é observada[91], razão pela qual essa obra não pode ser considerada uma GBCP, como já justifiquei na Introdução desta tese.

Em suma, publicações como essas testemunham a forte e imediata presença da NGB na gramatização brasileira do português a partir da publicação do documento. Conta-nos Baldini (1999) que, desde então, as gramáticas passaram a estampar com orgulho em suas capas e subtítulos algo como "de acordo com a NGB", o que acarretou transformações significativas nas obras existentes, além do esquecimento de algumas e prestígio de outras. Nesse sentido, Baldini (2005) destaca que a gramática de Eduardo Carlos Pereira (1907), que teve o maior número de edições e leitores até a NGB, foi desaparecendo gradativamente, pois o falecimento do autor impediu que ele mesmo adaptasse sua obra à nova terminologia. Em contrapartida, Rocha Lima lançou, logo em seguida à NGB, sua *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, quase inteiramente baseada no documento oficial e reeditada até hoje. É por isso que boa parte dos gramáticos, mesmo apresentando ressalvas sobre a Nomenclatura, a seguiram. Por exemplo, Henriques (2009) lembra que a edição de 1961 da gramática de Evanildo Bechara pondera que a NGB não trata de todos os assuntos abordados na obra, de modo que se torna inoperante segui-la a ferro e fogo; e a edição de 1967 da gramática de Gladstone Chaves de Melo diz adotar a NGB por motivos didáticos, embora não aceite quando ela exorbita do seu esforço de uniformizar a terminologia e assumir uma posição doutrinária.

Portanto, nas palavras de Baldini (1999, p. 82),

> um dos efeitos mais evidentes da NGB é que seu objetivo de padronizar a gramática brasileira foi atingido de forma bastante eficaz. Uma rápida olhadela pelas gramáticas posteriores a ela basta para que nos certifiquemos de que ela erigiu uma espécie de "modelo" de gramática seguido de forma bastante regular (três níveis de análise, dez partes do discurso etc.). É claro que as gramáticas não são todas iguais, mas o roteiro que a NGB sugere tem sido seguido predominantemente.

Nota-se que, embora a NGB tenha sido apenas "recomendada" pelas instâncias governamentais, acabou sendo interpretada como uma lei de fato, isolando, de um lado, as gramáticas tradicionais de referência e as gramáticas escolares, e de outro, as pesquisas da linguística brasileira sobre o português. Desse modo, houve o deslocamento do papel do autor de gramática: o gramático não é mais aquele que faz a gramática, isto é, a autoridade responsável por um saber sobre a língua, mas aquele que interpreta, define, comenta e exemplifica um saber oficialmente instituído. Desocupado o terreno das reflexões gramaticais,

[91] A inobservância da realidade linguística brasileira ocasiona, inclusive, certa incoerência teórico-metodológica, uma vez que os modelos teóricos desenvolvidos por Chomsky, seguidos por Luft (1974), não são feitos para dar conta de padrões linguísticos estereotipados, mas sim de dados da gramática internalizada do falante.

a autoria do saber sobre a língua passa a acontecer por meio da figura do linguista (então nascente no Brasil da década de 1960), e não mais do gramático. Não é à toa que a gramatização brasileira contemporânea do português, que tenta se afastar dos traços constitutivos do PTG, vem sendo feita por linguistas, e não por gramáticos/filólogos.

Com o divórcio entre gramáticos e linguistas brasileiros, a diversidade dos estudos linguísticos atuais, em particular os resultados de pesquisa dos mais diferentes campos teóricos sobre as especificidades estruturais, textuais e discursivas do PB, além das reflexões críticas que os linguistas fazem sobre a gramática tradicional desde a década de 1960, acabam não permeando as gramáticas tradicionais do português, a não ser de modo estranhamente deformado. É o caso das gramáticas que assumem algumas "inovações linguísticas" sem que isso altere o quadro de categorias previstas pela NGB, ou seja, sem que sofram alterações substanciais no seu arcabouço descritivo e nos seus fundamentos epistemológicos. Britto (1997) e Bagno (2010) apontam a gramática de Bechara (2009 [1999]) como um caso exemplar desse descompasso teórico: atende aos aspectos ideológicos da doutrina gramatical ao mesmo tempo em que apresenta conceitos advindos de outras bases teóricas[92].

Hoje em dia, pensar numa nomenclatura gramatical oficial para guiar a produção de gramáticas no Brasil parece um procedimento academicamente difícil, inviabilizado pelo avanço dos estudos linguísticos. Entretanto, em consulta a importantes linguistas e gramáticos brasileiros, Henriques (2009) mostra que, embora as opiniões a respeito do assunto sejam diversas, muitos estudiosos veem vantagens no uso de uma nomenclatura oficial. A principal razão seria a de que uma nomenclatura oficial uniforme aplacaria o carnaval terminológico prejudicial ao pedagógico e ao desenvolvimento científico, assim como pensavam à época os defensores da construção da NGB. Ataliba de Castilho, Carlos Alberto Faraco, Evanildo Bechara, Irandé Antunes, José Carlos Azeredo, José Luiz Fiorin e Mário A. Perini, por exemplo, defendem o uso de uma nomenclatura oficial, com algumas ressalvas cabíveis, dentre as quais se destacam: a nomenclatura deve ser funcional; não deve descambar para um equivocado enciclopedismo escolástico; não deve engessar a reflexão sobre a língua; deve respeitar o que já é consensual nos estudos linguísticos e, na medida do possível, na tradição escolar brasileira; deve incorporar fenômenos semânticos, discursivos, textuais, de variação linguística, entre outros para além do nível da frase.

Nesse sentido, Perini (2008) afirma já haver um grande corpo de conhecimento que orienta o trabalho dos linguistas atuais, numa espécie de "área de consenso geral". Não se

[92] Retomo essa característica híbrida de Bechara (2009) a seguir, na subseção 3.4.3.

trata de um paradigma, porque esses pontos não se integram em uma teoria da linguagem, mas de uma nomenclatura relativamente estável, associada a conceitos iguais ou semelhantes, independentemente da área teórica do pesquisador. São exemplos dessa nomenclatura comum: os níveis de análise da *palavra*, do *lexema*, do *morfema*, do *constituinte*, da *oração*, do *período*; funções sintáticas como *sujeito*, *núcleo*, *modificador*; classes de palavras como *artigo*, *verbo*, *preposição*; categorias morfológicas como *tempo verbal*, *caso*, *número*, *gênero*, *pessoa*, *sufixo*, *prefixo*, *derivação*, *composição*, *flexão*; relações estruturais de *concordância nominal*, *concordância verbal*, *regência*, *coordenação*, *subordinação*; categorias semânticas como *referência*, *agente*, *paciente*, *aspecto*, *sinonímia*, *polissemia*, *anáfora*, *dêixis*; categorias discursivas como *foco, tópico*, *contraste*.

Esses termos não deixam de constituir algo como uma "nomenclatura tácita", que facilita o diálogo entre os pesquisadores da linguagem. Ironicamente, vê-se que a maioria deles advém da tradição gramatical greco-romana e que alguns constam da NGB, o que sugere que as fronteiras terminológicas e conceituais entre os estudos linguísticos contemporâneos e a tradição gramatical milenar são tênues. Linhas de continuidade se fazem mais presentes que deslocamentos substanciais. Isso também aponta para o já comentando "uso protocolar da gramática tradicional" (BORGES NETO, 2013), isto é, a naturalização dos termos teóricos da tradição greco-romana. É claro que as definições correspondentes a esses termos podem variar em alguma escala, mas os rótulos continuam delimitando os mesmos domínios dentro do campo geral dos estudos linguístico-gramaticais. Portanto, parece inalcançável a qualquer gramática, por mais avessa que seja à tradição gramatical, não utilizar boa parte desses termos. Em se tratando das GBCP, em que medida elas se utilizam de um rol taxionômico como este, cuja maioria dos termos são legítimos também à doutrina gramatical tradicional? Até que ponto se afastar dos termos e da organização categorial da NGB seria uma imperiosa necessidade científica? Voltarei a tais perguntas no Capítulo 4 desta tese.

3.4.3 Gramáticas tradicionais do português em circulação no Brasil contemporâneo

Finalizo este capítulo apresentando algumas obras da gramatização do português que foram editadas em anos posteriores à NGB. Como procedido com as outras gramáticas luso-brasileiras aqui visitadas, tentarei mostrar a filiação dessas obras ao PTG. Os autores, selecionados por sua representatividade na paisagem gramaticográfica do português pelo menos desde a publicação da Portaria nº 36 em 28/01/1959, são os derradeiros protagonistas de nossa tradição gramatical: Napoleão Mendes de Almeida, Carlos Henrique da Rocha Lima,

Artur de Almeida Torres, Gladstone Chaves de Melo, Domingos Paschoal Cegalla, Celso Ferreira da Cunha, Luís-Felipe Lindley Cintra e Evanildo Bechara. A maioria deles produziu gramáticas em voga no mercado editorial brasileiro até os dias de hoje. São elas as atuais gramáticas de referência do português no nosso país e é contra seus princípios teórico-epistemológicos, suas configurações metodológicas e seu arcabouço descritivo e taxionômico baseado na NGB que as GBCP, objetos de análise centrais desta tese, se erguem. Para evitar repetições desnecessárias, procuro não me estender igualitariamente nas reflexões acerca de todas as gramáticas aqui mencionadas, razão pela qual algumas ganharam mais proeminência que outras ao longo da exposição.

3.4.3.1 *Gramática metódica da língua portuguesa* (1944-2010), de Napoleão Mendes de Almeida

Começo meu passeio pela tradição gramatical brasileira recente do português com a *Gramática metódica da língua portuguesa*, de Napoleão Mendes de Almeida, publicada pela primeira vez em 1944, aqui citada em sua 35ª edição (1988), e atuante no mercado brasileiro em sua 46ª edição (2010). Tendo sido lançada quinze anos antes da publicação da NGB, resistiu ao documento após alterações de base e, até agora, completa setenta anos de circulação e reafirmação dos traços mais conservadores do PTG.

Segundo Di Iório & Franco (2006), o gramático Almeida não aceitava fatos que julgava interferir no "ensino cívico do idioma pátrio". Por exemplo, criticava a postura dos modernistas e simpatizantes de se advogar por uma língua brasileira, negava os estudos histórico-comparativos e descrevia a linguística estruturalista, em ascensão à época da 1ª edição de sua famosa gramática, como um dos estorvos do aprendizado da língua portuguesa em nossas escolas. Até hoje, ainda há alguns desavisados que o veneram e o indicam como modelo de correção e dever cívico, conforme se vê em projetos de lei[93] e indicações bibliográficas em editais de concursos públicos. Defensor de um modelo de língua mais próximo da língua dos opressores, Napoleão Mendes de Almeida reproduz a ideologia linguística dominante em diversos estratos sociais, desde a década de 1940 aos nossos dias, razão pela qual ainda ser tão bem querido pelos segmentos mais conservadores da sociedade.

Devo dizer que o contexto político-pedagógico quando da 1ª edição da gramática de Almeida (1944) foi o de certa alteração e expansão do sistema escolar brasileiro. A crescente

[93] Vide o polêmico Projeto de Lei nº 1676, de 1999, do então Deputado Aldo Rabelo, em se tratando da promoção, da proteção, da defesa e do uso da língua portuguesa no território nacional.

escolarização do período pedia a elaboração mais intensa de matérias didáticos, incluindo novas gramáticas que primassem pela didática na exposição dos conteúdos e no acesso ao português culto das classes dominantes. Segundo Palma & Mendes (2006), com a implantação da Reforma Capanema na educação brasileira em 1942, a escola de melhor qualidade passava a ser destinada somente aos poucos que chegariam ao ensino superior, enquanto a escola de qualidade inferior, geralmente técnicas e profissionalizantes, ficava para os filhos dos trabalhadores, que dificilmente teriam acesso à universidade. Nesse cenário, o português padrão/culto/correto se instaura como instrumento de poder e se torna imprescindível o ensino da gramática do bem falar e escrever para cumprir o objetivo maior da escola: capacitar os alunos a serem pessoas de prestígio por meio do acesso à cultura e à língua culta nacional. Di Iório & Franco (2006) afirmam que Almeida aproveitou essa exigência e elaborou a sua gramática de costas às necessidades dos novos alunos que chegavam às escolas, compactuando com os mesmos modelos advindos da tradição greco-romana, em que a gramática é vista como *arte*/*técnica* para o uso correto da linguagem.

Destarte, no prefácio da obra, Almeida (1988) deixa claro seu ponto de vista em se tratando da finalidade do ensino de gramática: a apreensão da metalinguagem gramatical, em que se tomam as palavras e as frases da língua, isoladas de seu contexto, para decompô-las e dar nome às suas partes. O estudante de gramática é convidado a um extenuante exercício de decomposição e identificação metalinguística, em que o limite máximo de análise é a palavra ou a frase, bem aos moldes do PTG. A perspectiva tradicional de se fazer e estudar gramática é defendida na obra com veemência:

> Resultado da fragmentação do ensino da Gramática em opúsculos ou em partes que tudo encerram menos método é não encontrarmos aluno do segundo ciclo que saiba flexionar um substantivo composto, que saiba positivamente em que consiste um superlativo, um pronome relativo, um verbo defectivo, uma conjunção subordinativa, um período, que saiba distinguir e definir o objeto direto, indicar a diferença entre os pronomes *o* e *lhe*, interpretar um *mo* na frase, conjugar um verbo com segurança, é não encontrarmos estudante que saiba consultar gramática de língua nenhuma, nem da sua própria. (ALMEIDA, 1988, p. 3)

Também no prefácio, Almeida (1988) critica a tendência dos gramáticos e do mercado editorial de elaborarem duas gramáticas, uma completa e outra elementar[94], sendo esta última com um propósito pedagógico mais evidente. Friso que subjaz a seus argumentos a ideia de que o brasileiro não sabe sua língua, sendo, por isso, a finalidade da gramática, independentemente a que público se destina, a de aprendizagem do idioma pátrio:

[94] Tendência que remonta aos primeiros gramáticos brasileiros do português, como João Ribeiro (1881-1887) e Said Ali (1923).

> Isto de 'curso elementar' e de 'curso superior' em gramática de nosso idioma é aberração de ensino de língua. É uma extravagância didática [...] admitir a existência de um português primário, de outro português secundário [...] De nenhuma forma é necessário aplicar essa vergonhosa exploração comercial no ensino da língua portuguesa para um aluno que é um, o brasileiro, para uma finalidade que é uma, aprender nosso idioma. (ALMEIDA, 1988, p. 3)

Almeida (1988) justifica o "metódica" do título da obra dizendo que, embora se valha da tradição gramatical luso-brasileira, faz alguns ajustes no *método* de exposição do conteúdo. Por exemplo, diferentemente das outras gramáticas que lhe são contemporâneas, a sua aborda a classe dos *pronomes* apenas após o trabalho com os *verbos*, uma vez que a função sintática dos pronomes oblíquos só poderia ser entendida a partir da compreensão da predicação/transitividade verbal. Também antecipa algumas questões de ordem sintática ao longo da exposição de várias classes de palavras, prenunciando uma tímida morfossintaxe, como é o caso das *conjunções*, apresentadas à medida que se reflete sobre estruturas coordenativas e subordinativas. A preocupação com o método é visível na *Gramática metódica* até na apresentação das regras de acentuação gráfica: ao invés de enumerar, como de costume, os grupos de palavras para dizer qual acento lhes cabe, Almeida (1988) apresenta o acento para depois dizer a quais grupos vocabulares ele deve ser aplicado. Os longos questionários de fixação do conteúdo abordado, alguns com mais de 40 questões (como no capítulo XI, destinado à *flexão numérica*), também reforçam a preocupação com a didática e o método no ensino de gramática de Almeida (1988).

É claro que tais deslocamentos da tradição gramatical brasileira não invalida a fidelidade de Almeida (1988) ao PTG: a concepção de linguagem que subjaz à obra e que vem nela explícita permanece enquanto expressão do pensamento centrado na palavra/frase, como se vê em "a linguagem indica o pensamento; as palavras, como partes que são da linguagem, indicam as partes do pensamento, ou seja, as ideias" (p. 17); continua havendo identidade entre expor/descrever e normatizar/prescrever, como se lê em "a gramática expositiva, que também se chama *normativa*, *descritiva* ou *prática*, é a que vamos estudar com relação à nossa língua" (p. 19); a gramática se mantém dividida em fonética, morfologia (estrutura, formação, flexão e classificação) e sintaxe; a literatura clássica continua servindo para legitimar prescrições distantes dos usos efetivos; entre tantos outros traços que constituem o PTG (cf. Figura 4, Capítulo 2).

Quanto à classificação das palavras, além das já comentadas alterações no que diz respeito ao método de apresentação das classes, a gramática de Napoleão Mendes Almeida, nas edições que sucedem a NGB, não apresenta nada de substancialmente diferente da tradição. Os critérios de categorização das palavras se centram nos de base semântica, assim

como em Costa (1920), aparecendo traços sintáticos na definição de categorias como *preposição*, *conjunção* e *advérbio*, de igual modo a Said Ali (1923). Os conceitos e as subcategorias, em essência, são semelhantes aos desses outros autores da primeira metade do século XX. E estão presentes todas as categorias e subcategorias elencadas pela NGB – como é de se esperar em uma gramática a ela posterior – com suas respectivas definições e exemplos.

Como é comum ao PTG, Almeida (1988) não costuma citar outros gramáticos ou estudos linguístico-gramaticais na descrição proposta, a não ser vez por outra em notas de rodapé. Nessas condições, em algumas passagens da *Gramática metódica*, foram evocados Manuel Said Ali, Eduardo Carlos Pereira, José Leite de Vasconcelos, Jerônimo Soares Barbosa, Laudelino Freire, entre outros da tradição dos séculos XIX e XX.

Perpassa as edições da *Metódica* a ideia de que a língua dos portugueses é a correta em detrimento da língua dos brasileiros, vista como corrupção da primeira e lugar da ignorância e do erro. Não é à toa que essa obra seja talvez o maior exemplo do normativismo gramatical ultraconservador e intransigente:

> O professor deve ser guia seguro, muito senhor da língua; se outra for a orientação do ensino, vamos cair na 'língua brasileira', refúgio nefasto e confissão nojenta de ignorância do idioma pátrio, recurso vergonhoso de homens de cultura falsa e de falso patriotismo. Conhecer a língua portuguesa não é privilégio de gramáticos, senão dever do brasileiro que preza sua nacionalidade. (ALMEIDA, 1988, p. 7)

Diante desse violento julgamento acerca de nossos usos linguísticos efetivos e genuínos, a "língua brasileira" acaba sendo interditada das descrições gramaticais de Almeida (1988). Todavia, havendo características do PB tão recorrentes no dia a dia para que pudessem ser ignoradas, a solução é pô-las em notas ou observações periféricas ao corpo da gramática, além de desprestigiá-las a partir de rótulos axiologicamente negativos, como *comezinho erro*, *erro inominável*, *erro dos graúdos*... Seguem alguns exemplos (*grifos nossos*), os quais também servem para caracterizar o ranço prescritivo e purista de nossa tradição gramatical ainda hoje em vigor:

> Obs. – No Brasil, até mesmo entre doutos, comete-se na conversação o comezinho erro de dar para objeto direto o pronome do caso reto (caso nominativo, caso do sujeito), ouvindo-se a cada passo solecismos como este: 'Só vejo *ele* de tarde' – 'Pegue *eu*' – Olhe *ele* ali. (ALMEIDA, 1988, p. 172)

> A oração 'Alugam-se casas' é idêntica à oração 'Casas são alugadas'; em ambas o sujeito é *casas*, que, pelo fato de estar no plural, deverá levar também para o plural o verbo; dizer 'Aluga-se casas' é erro igual a dizer 'Casas é alugada'. Constituem, conseguintemente, erros inomináveis, construções como: 'Vende-se livros usados' – 'Conserta-se relógios' – 'Reforma-se chapéus'. (ALMEIDA, 1988, p. 210)

> [...] frequentemente ouvimos, ainda de portadores de pergaminho, sentenças como estas: 'Quando você me *ver* de bengala...' – 'Sempre que eu *ver* você fumando...' Erro, e erro dos graúdos esse. Quando você me vir... – Se papai o vir na rua... – Você verá se mamãe a vir... – é como, unicamente, se deve dizer. (ALMEIDA, 1988, p. 262)

Outras vezes, Almeida (1988) descreve/prescreve construções que caracterizam exclusivamente o português europeu, sem, contudo, explicitar que o PB se comporta de modo diferente. Por exemplo, assevera que os pronomes pessoais retos *não* devem ser empregados desnecessariamente no português, ao contrário do francês, do inglês e de outras línguas que enunciam sempre o sujeito da oração (p. 175), ignorando, assim, que a retenção do pronome sujeito, por conta das mudanças no paradigma de flexão verbal, é a tendência geral no PB do século XX (cf. DUARTE, 1995; GALVES, 2001). Ou arrola exaustivamente as contrações e combinações pronominais *mo*, *to*, *lho*, *no-lo*, *vo-lo* etc., sem nenhuma ressalva de que tais formas beiram a incompreensibilidade para os brasileiros, independentemente de classe social, escolaridade, situação comunicativa, grau de formalidade, modalidade da língua, entre outras variáveis sociolinguísticas.

Quanto ao tratamento da colocação dos pronomes, Almeida (1988) não se diferencia dos gramáticos que o antecederam. Embora afirme que as regras de colocação dos oblíquos "não passam de exigência da eufonia" (p. 491), logo em seguida prescreve que a regra geral é o oblíquo após o verbo (*conte-me*), o que indica que a eufonia que está sendo considerada é a lusitana, e não a brasileira, pois esta chama a próclise (*me conte*) na grande maioria dos casos (cf. CYRINO, 1996). Sequer menciona essa e outras particularidades do PB no que tange ao tema, fazendo gritar as fragilidades de suas prescrições:

> Repugna ao ouvido, nas formas do futuro do presente e nas do futuro do pretérito, a posposição dos oblíquos. A não ser que tenha os ouvidos inteiramente estragados, ninguém irá dizer farei-te, fará-nos, fará-vos, faremos-lhe, faríamos-lhe etc. Se tais formas iniciarem o período, torna-se forçada a colocação dos pronomes no meio do verbo: dir-te-ei, dar-me-ás, far-vos-á, encontrar-nos-emos, queixar-vos-eis, castigar-nos-ão [...] (ALMEIDA, 1988, p. 497)

O compromisso de Napoleão Mendes de Almeida com o reacionarismo gramatical é tanto a ponto de até o léxico próprio do PB ser olhado de soslaio e qualificado de *vícios de linguagem*, isto é, "palavras ou construções que deturpam, desvirtuam ou dificultam a manifestação do pensamento" (ALMEIDA, 1988, p. 506). Ao lado de *barbarismos*, *solecismos*, *cacofonia*, entre outros vícios, Almeida (1988) coloca os *provincianismos*, dentre os quais se encontram os *brasileirismos*: tanto vocábulos que seriam específicos dos brasileiros, oriundos das influências ameríndias e africanas, quanto características fonéticas específicas das mais distintas regiões do país.

Diante disso, a literatura escolhida para as abonações prescritivas em Almeida (1988) só poderia ser a literatura luso-brasileira até o século XIX, a despeito das recentes edições da obra adentrarem o século XXI:

Quadro 18 – Autores da literatura que abonam prescrições sintáticas em Almeida (1988)

Portugal	Poesia e prosa clássicas	Bernardim Ribeiro	1482-1562
		Luís Vaz de Camões	1524-1580
		Pe. Antônio Vieira	1608-1697
		Pe. Manuel Bernardes	1644-1710
	Prosa romântica	Almeida Garret	1799-1854
		Alexandre Herculano	1810-1877
		Antônio Feliciano de Castilho	1800-1890
	Poesia e prosa realistas	Eça de Queirós	1845-1900
		Guerra Junqueiro	1850-1923
Brasil	Poesia e prosa romântica	Gonçalves Dias	1823-1864
		José de Alencar	1829-1877
	Prosa realista	Machado de Assis	1839-1908
	Poesia parnasiana	Raimundo Correia	1860-1911
		Alberto de Oliveira	1859-1937
		Olavo Bilac	1865-1918
	Prosa histórica	Euclides da Cunha	1866-1909

Fonte: O autor, 2015.

De acordo com o autor da *Gramática metódica*, os textos dos escritores do Quadro 18, em sua maioria portugueses ou comprometidos com a escrita polida como o ourives de Bilac em sua profissão de fé, são "recomendáveis pela harmonia e concatenação das orações bem como pelo conhecimento de vasto e erudito vocabulário" (ALMEIDA, 1988, p. 537), razão pela qual estão presentes em sua obra, em detrimento de um Manuel Bandeira ou um Mário de Andrade, por exemplo.

Em suma, A *Gramática metódica da língua portuguesa*, elaborada em um contexto sócio-político em que a educação brasileira dava timidamente seus primeiros passos rumo à universalidade, aposta em uma postura reacionária de conformidade com o sentimento de inferioridade linguística por parte dos brasileiros. Essa obra, em suas contínuas edições, é um bom representante dos últimos setenta anos da tradição no cenário da gramatização brasileira, uma vez que permanece no mercado e não traz inovações para os estudos linguístico-

gramaticais nem para as práticas de ensino de língua, além de ser referência para outras tantas gramáticas do PTG que a sucederam.

3.4.3.2 *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (1957-2010), de Rocha Lima

No mesmo contexto sociopolítico em que fora lançada a gramática de Napoleão Mendes de Almeida se situa a *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Carlos Henrique da Rocha Lima, cuja 1ª edição data de 1957, dois anos antes da publicação da Portaria da NGB. Consoante Palma & Mendes (2006), essa obra também nasceu inserida num período em que a imposição de uma gramática normativa de fácil manuseio reforça o objetivo do governo de estabelecer uma política linguística de imposição da "língua culta escrita", em detrimento de qualquer outra variedade, modalidade e registro, por meio da leitura de textos extraídos dos clássicos literários, como instrumento de preservação do idioma nacional. Diante disso, a gramática de Rocha Lima, que carrega já no título o epíteto 'normativa', vem atender a esses propósitos, seguindo o modelo normativo da Reforma Capanema. Tinha como objetivo dar aos adolescentes os elementos gramaticais fundamentais do ensino secundário, formando-os com a consciência patriótica e humanística de que aprender a norma culta/padrão do português é preservar a língua materna.

Na 3ª edição da obra, lançada logo após a publicação da NGB, Rocha Lima obedeceu à recomendação da Portaria nº 36, adaptando seu trabalho à nova terminologia gramatical – vale lembrar que ele foi um dos membros da comissão responsável pelo documento. Assim, ainda segundo Palma & Mendes (2006), que citam a 14ª edição da *Gramática Normativa*, datada de 1969, essa obra é dividida em *fonética*, *morfologia* e *sintaxe*, acrescidas de um capítulo dedicado à *estilística*. Com orientações prescritivistas bastante semelhantes a Almeida (1988) – razão pela qual irei poupá-la de um detalhamento nesse sentido –, Rocha Lima pauta o bem falar e escrever sobretudo em citações do realismo e romantismo luso-brasileiros. Em suas fontes de consulta aparecem nomes expressivos da filologia moderna, da filologia portuguesa e dos estudiosos de gramática expressivos na década de 1950, sendo raros os linguistas por ele citados.

Em 1972, ao atingir a 15ª edição, a gramática foi republicada com sensíveis modificações em alguns capítulos, mas sem mudanças na filiação ao PTG. A 31ª edição, póstuma, publicada em 1992, foi retocada e enriquecida, mas também em nada mudou a feição tradicional da gramática. Em sua mais recente edição (2010), foram incorporadas as mudanças do Acordo Ortográfico. Assim, pode-se afirmar que, ao longo desses quase

sessenta anos, a *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Rocha Lima, é sinônimo de continuidade com a tradição gramatical brasileira e reflexo da primazia do PTG em nossa historiografia gramatical. Provavelmente esse é o motivo pelo qual essa obra ainda circule firmemente, para o bem e para o mal, em nossas escolas e livrarias.

3.4.3.3 *Moderna gramática expositiva da língua portuguesa* (1959-1981), de Artur de Almeida Torres

Uma das gramáticas publicadas pela primeira vez logo após o advento da NGB foi a *Moderna gramática expositiva da língua portuguesa*, de Artur de Almeida Torres, citada aqui tanto na edição de 1959, a 1ª edição, quanto na de 1981, a 25ª. Segundo Franco et al. (2008), a gramática de Torres, pelo seu pioneirismo, não raro serviu de modelo para a revisão ou produção de outras obras consoantes à nova terminologia. Torres também esteve envolvido com o projeto de elaboração da NGB: professor do Colégio Pedro II e membro da Academia Brasileira de Filologia, ele fez parte de outra comissão governamental, designada pela Academia para examinar o anteprojeto da NGB (1957) e apresentar sugestões, juntamente com os professores Sílvio Elia e Ismael Lima Coutinho. Não é à toa que, no prefácio de sua gramática, Torres (1959) elogia efusivamente a publicação da Portaria, a qual, para ele, simplificaria o estudo dos fatos gramaticais e facilitaria o trabalho dos professores de língua portuguesa, por unificar o sistema taxionômico dos diferentes gramáticos:

> A presente gramática foi escrita em conformidade com a nomenclatura organizada por uma Comissão de filólogos, e por iniciativa do Ministério da Educação e Cultura.
>
> Posto que ainda se ressinta de algumas ligeiras imperfeições, o que é perfeitamente compreensível em trabalhos desta natureza, a nova nomenclatura tem a vantagem incontestável de haver simplificado e unificado os métodos até então adotados entre nós, traçando rumos mais seguros e consentâneos com o progresso da ciência da linguagem.
>
> Seu grande mérito está, pois, em ter acabado com a multiplicidade de processos e classificações individuais, resolvendo um importante problema que tanto torturava os estudantes, e concorria para o desprestígio do próprio mestre, que não raro se via embaraçado diante dos mais variados e extravagantes critérios. (TORRES, 1959, p. 7)

Torres (1959) segue à risca a NGB, anexa à obra: divide a gramática em três partes (*fonética*, *morfologia* e *sintaxe*), arrolando e explicando as categorias e subcategorias apresentadas nas seis páginas que compõem o curto documento. Não há exercícios de fixação na gramática, nem menção a um possível uso escolar. Mesmo assim, segundo Franco et al.

(2008), as três primeiras edições da obra foram todas publicadas em 1959, tamanhos foram sua fidelidade à NGB e seu consequente sucesso.

Um rápido olhar pela obra de Almeida Torres é suficiente para perceber sua filiação à tradição brasileira de gramatização, iniciada nas últimas décadas do século XIX. Tanto na 1ª quanto na 25ª edição da gramática, há notas de referência a Manuel Said Ali (1923), Eduardo Carlos Pereira (1907), João Ribeiro (1887) e Júlio Ribeiro (1881), em geral quando se quer esclarecer alguma prescrição controversa ou algum fato linguístico polêmico. Ou seja, as abonações, quando não vêm dos clássicos literários, vêm dos clássicos gramaticais e nunca dos usos efetivos. A propósito, as citações literárias encontradas em Torres (1959, 1981) na exemplificação das prescrições sintáticas de concordância, regência e colocação são praticamente dos mesmos escritores vistos nas gramáticas de Mendes de Almeida (1944) e Rocha Lima (1957): escritores clássicos portugueses e brasileiros, como Alexandre Herculano, Machado de Assis, Camilo Castelo Branco, Frei Luís de Sousa, José de Alencar, entre outros.

Em se tratando de construções tipicamente brasileiras, Torres (1959) é ainda mais radical que seus colegas, uma vez que ignora completamente a existência de variação em se tratando da realidade Brasil vs. Portugal, pois acreditava ferrenhamente que as línguas dos dois países eram uma só. Essa absoluta ausência não recorre, todavia, na 25ª edição da obra (1981), indício de que mesmo as gramáticas normativas filiadas ao PTG sofreram influências – umas mais, outras menos – das mudanças decorrentes da virada linguística. Um exemplo: as *notas de rodapé* sobre os pronomes em Torres (1959) alçam a condição de *observações* em Torres (1981) e lhes é acrescentada a seguinte descrição contrastando a realidade dos dois países:

> Em Portugal já se admite o emprego de *si* e *consigo* não reflexivos, referindo-se à pessoa com quem se fala: 'Espere um pouquinho que eu vou consigo' [...] Entre nós, porém, tal prática ainda vem encontrando resistência por parte de alguns gramáticos (TORRES, 1981, p. 81)

Interessante perceber que a justificativa de não haver determinadas construções em nosso português não é porque o povo não as usa, mas porque os gramáticos, espécies de donos da língua correta, resistem em prescrevê-las.

Outro exemplo de abrandamento prescritivo tem a ver com a regra de ênclise que aparece em ambas as edições de Almeida Torres (1959, 1981), quando da abordagem da colocação dos oblíquos:

> Ocorre a ênclise: a) Quando o verbo vem no início de oração e não se acha no futuro: '*Chamo-me* José.' '*Vive-se* com dificuldade.' (TORRES, p. 192, 1959)

Na edição mais atual, em Torres (1981), é acrescentada uma nota de rodapé a essa regra, haja vista a dificuldade de se ignorar, em plena década de 1980, um fato inconteste em se tratando de nossa realidade linguística. Mesmo assim, se percebe que a "insólita" construção é renegada à linguagem falada e popular ou à coisa de escritor modernista:

> Em linguagem popular é muito comum e compreensível, porque linguagem falada, o emprego do pronome oblíquo em início de frase, principalmente do pronome *me*. Também alguns escritores modernistas, transplantando para as suas obras a fala descuidada do povo, usaram de semelhante colocação, como também de outras construções insólitas, hoje circunscritas a um número bastante reduzido. (TORRES, 1981, p. 175)

Em suma, a gramática de Artur de Almeida Torres, uma das pioneiras em se tratando de gramatização do português pós-NGB, cumpriu seu objetivo tanto no que diz respeito à divulgação do "novo" arcabouço terminológico, quanto nos propósitos de manutenção de uma norma linguística avessa aos usos efetivos dos brasileiros. Manteve-se no mercado editorial por pouco mais de duas décadas, não havendo mais registros de edições nos anos 1990.

3.4.3.4 *Gramática fundamental da língua portuguesa* (1967-1980), de Gladstone Chaves de Melo

Outra gramática de 1ª edição posterior à NGB é a *Gramática fundamental da língua portuguesa*, de Gladstone Chaves de Melo (1967), aqui citada em sua 2ª edição, datada de 1970. Lançada em época de ditadura militar, revela o mesmo tom reacionário dos anos de chumbo: para o autor, a existência de inúmeras variedades linguísticas, cuja descrição não interessaria a todos, não invalida a importância da chamada "língua-padrão", a norma linguística ideal, que deve ser alcançada por meio do ensino e com a elevação do nível cultural do povo:

> [...] podemos escrever a gramática da língua portuguesa popular, como se ouve na zona rural do sul de Minas ou na zona rural do Cariri, no Ceará, ou na campanha gaúcha. Será, então, a gramática do dialeto ou do falar rústico sul-mineiro, ou do falar nordestino do Cariri. E assim por diante. Mas a única gramática que interessa a todos é a gramática da língua culta, da língua-padrão, da língua literária. (CHAVES DE MELO, 1970, P. 10)

Assim, descrever os fatos estruturais da "língua padrão" era o objetivo da *Gramática fundamental* de Chaves de Melo, autor de extensa produção bibliográfica, mas somente de

uma única gramática. Seu procedimento descritivo não invalida, obviamente, o caráter normativo de sua gramática: assim como Napoleão Mendes de Almeida (1944) e outros gramáticos do PTG, Chaves de Melo (1970) acredita que a oposição entre descrição e prescrição é inútil em se tratando de gramática. Nas palavras do autor:

> Que é a Gramática Normativa? É a própria Gramática Descritiva, utilizada com intenção didática, com a finalidade de corrigir os desvios da língua-padrão, ou melhor, as influências, na língua-padrão, das linguagens locais e das diversas formas de linguagem coloquial. Nas escolas ensina-se a Gramática, não apenas descrevendo os fatos, mas também chamando a atenção para as distorções, as contaminações, os erros. Toda vez, pois, que a Gramática Descritiva transforma uma das suas conclusões em preceito, em princípio diretivo, ela se coloca na posição de Gramática Normativa. Portanto, Gramática Normativa não é algo diferente da Gramática Descritiva, é uma "atitude" da Gramática Descritiva, atitude didática, atitude com finalidade prática. (CHAVES DE MELO, 1970, p. 11)

Chaves de Melo (1970) define gramática como a "sistematização dos fatos contemporâneos de uma língua" (p. 7), entendendo por fatos as palavras, os sons e as relações, e por sistematização a ordenação e classificação desses fatos segundo um determinado critério. Porém, a prisão da gramática à NGB invalida o raciocínio que envolve tal definição, uma vez que, independentemente dos critérios escolhidos para se proceder à sistematização da gramática da língua portuguesa, os fatos da língua já se davam à época previamente ordenados e classificados pela NGB, cabendo ao gramático apenas defini-los e exemplificados. Trata-se de *objetos teóricos* transformados em *objetos observacionais*, como diria Borges Neto (2013). Afinal, tornou-se impossível para Chaves de Melo (1970) ou para qualquer outra gramática do PTG que lhe fosse contemporânea se esquivar da divisão gramatical tripartida em *fonética*, *morfologia* e *sintaxe* e das categorias e subcategorias elencadas na NGB. Nesse sentido, ainda que Chaves de Melo (1970) tenha posições próprias no que diz respeito, por exemplo, à classificação das palavras em cinco grupos (*nome*, *verbo*, *pronome*, *determinante* e *conectivo*), se submete à NGB, alegando "motivações práticas e didáticas".

Outro ponto problemático da definição de gramática em Chaves de Melo (1970) é a presença da palavra 'contemporâneos' para se referir aos fatos gramaticais que pretende sistematizar, haja vista a lista de autores escolhidos para abonações literárias, bem semelhante às de Napoleão Mendes de Almeida e Artur de Almeida Torres: entre outros do cânone luso-brasileiro anterior ao modernismo, encontram-se José de Alencar, Machado de Assis, Visconde de Taunay, Camilo Castelo Branco, Lima Barreto, Padre Antônio Vieira, Luís de Camões, Alexandre Herculano, Almeida Garret, Raimundo Correia, Olavo Bilac, Rui Barbosa

e Alberto de Oliveira – vez por outra ainda se pode ver citações de Raquel de Queiroz e Carlos Drummond de Andrade, de fato mais próximos da contemporaneidade.

Chaves de Melo (1970) é uma obra explicitamente destinada ao uso escolar, vestibulares, concursos e estudiosos da língua em geral. Coerentemente com as concepções sobre língua e variedade linguística que norteiam o material, o PB praticamente não é mencionado na obra, só em raríssimas observações periféricas e em notas de rodapé, sobretudo na parte destinada à sintaxe:

> Depois de *todo*, seguido de substantivo, com sentido de "qualquer", "cada", usa-se artigo ou não [no Brasil quase sempre não], mas com sentido de inteiro não se dispensa. (CHAVES DE MELO, 1970, p. 258)
>
> Esse uso de *si* e consigo como pronome familiar de tratamento é mais comum em Portugal do que no Brasil, e entre nós em geral ocorre na conversa meio cerimoniosa, a traduzir hesitação do falante entre *você* e *o senhor*. (CHAVES DE MELO, 1970, P. 264)

Como de costume na tradição gramatical brasileira do português, nossas especificidades linguísticas são trazidas à baila quando da colocação dos pronomes pessoais átonos, que ganha um capítulo à parte na obra. Nesse sentido, Chaves de Melo (1970) parece, a princípio, ser relativamente flexível, se posicionando favoravelmente à ideia de que a diferença prosódica entre portugueses e brasileiros faz com que sejam também diferentes as colocações dos oblíquos átonos, uma vez que se comportam como semitônicos entre os brasileiros:

> [...] como no Brasil é diversa da portuguesa a pronúncia atual da língua, forçoso é que seja diferente, no uso coloquial, a posição do pronome complemento – átono em Portugal, semitônico no Brasil [...] É necessário ter em mente que as discrepâncias se situam em termos de frequência. Noutras palavras,: fora da larga faixa comum, o que é regra no Brasil é exceção em Portugal, e vice-versa. (p. 372-373)

Entretanto, essa suposta flexibilização cai por terra quando Chaves de Melo (1970) passa a prescrever as regras de colocação, todas condizentes com a sintaxe espontânea de Portugal: *não se começa frase com pronome oblíquo*, *a colocação mesoclítica deve vir com verbos no futuro do presente e futuro do pretérito*, só para citar as mais conhecidas, bem distantes dos efetivos usos brasileiros. Além disso, como na obra de Napoleão Mendes de Almeida, as contrações entre oblíquos dativos e acusativos, praticamente inexistentes no Brasil[95], também são consideradas em Chaves de Melo (1970) sem sequer ressalvas, como se construções do tipo *Não mo disse*, *Deus ma concedeu* e *Quem to deu?* (p. 265) fossem ao menos compreensíveis para os brasileiros.

[95] Talvez ainda em uso em contextos religiosos bem específicos.

A *Gramática fundamental da língua portuguesa*, de Gladstone Chaves de Melo, fora editada pela terceira e última vez em 1980. Permaneceu, portanto, no mercado e nas escolas brasileiras, por cerca de vinte anos. Ainda que de exímio reconhecimento perante o público consumidor da tradição gramatical em língua portuguesa, a obra teve curta vida útil, se comparada a outras obras lançadas na década de 1960, à luz da NGB, a exemplo da próxima gramática comentada.

3.4.3.5 *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa* (1962-2008), de Domingos Paschoal Cegalla

A *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, de Domingos Paschoal Cegalla, se tornou bastante popular no decorrer de suas várias edições, desde 1962 a 2008. No prefácio da edição de 1969 (10ª edição), lê-se que a gramática é "um meio posto ao nosso alcance para disciplinar a linguagem e atingir a forma ideal da expressão oral e escrita" (CEGALLA, 1969, p. 17), definição condizente com o PTG. Como era de se esperar, essa gramática segue à risca e explicitamente a terminologia preconizada pelo MEC em 1959. A menção "de acordo com a NGB", espécie de selo de qualidade gramatical, aparece em vários momentos ao longo das três partes da obra: *fonética* (palavra considerada sob seu aspecto sonoro), *morfologia* (estrutura, formação, flexões e propriedades das classes de palavras) e *sintaxe* (palavras associadas na frase). Há também um anexo sobre estilística, e considerações semânticas (sinônimos, antônimos, homônimos, parônimos) aparecem numa curta seção intitulada *Significação das palavras* (CEGALLA, 1969, p. 232-235), que encerra a parte destinada à morfologia. Posteriormente, mais precisamente nas edições de 1985 (28ª edição) e 2005 (46ª edição), também aqui consultadas, a *estilística* e a *semântica* foram elevadas ao estatuto de outras duas "partes da gramática" na obra de Cegalla.

Nas palavras do autor, uma "gramática normativa da língua portuguesa" é o que se deve esperar de sua obra, a qual pretende ensinar "a falar e escrever a língua-padrão corretamente [...] conforme falam e escrevem as pessoas cultas na época atual" (CEGALLA, 2005, p. 16). Dessa vez, as prescrições gramaticais são abonadas não só pela literatura do século XIX (Camilo, Herculano, Eça, Machado, Alencar, entre outros), mas também por escritores do século XX (Érico Veríssimo, Raquel de Queiroz, Graciliano Ramos, Cecília Meireles, Jorge Amado), incluindo alguns bem próximos de nosso tempo (Ariano Suassuna, Ricardo Ramos, Rubem Braga, Lígia Fagundes Teles, José Saramago). Sente-se que o leque amplo de citações literárias, perpassando inclusive escritores contemporâneos, simula um

trabalho supostamente empírico e imparcial, como se a "evidência dos dados literários" prescindisse de qualquer teoria e fosse capaz de desideologizar o teor prescritivo do ato de normatizar de acordo com o PTG, que é o que essa gramática efetivamente faz.

Em Cegalla (2005), considerações sobre a realidade linguística brasileira são mais presentes em relação às edições anteriores da obra, o que indicia, mais uma vez, que a virada linguística interferiu de certo modo nos instrumentos tradicionais de gramatização mais recentes. Ainda que não se explicite a existência de um "português brasileiro", há observações sobre um "português do Brasil", mormente na parte da obra destinada à fonética: "No sistema fonético do português do Brasil há, aproximadamente, 33 fonemas" (*Conceito de fonema*, p. 21); "No português do Brasil, as consoantes *d* e *t*, quando seguidas da vogal ou da semivogal *i*, geralmente se palatalizam" (*Classificação das consoantes*, p. 30); "No português do Brasil é corrente a pronúncia boemia: Ele vive na *boemia*. *Boêmia* emprega-se como adjetivo, feminino de *boêmio*: Leva uma vida *boêmia*" (*Prosódia*, p. 47).

Quanto a questões sintáticas, Cegalla (2005) não foge à regra das gramáticas brasileiras do PTG: em geral, vê somente na colocação pronominal o lugar em que se pode falar da morfossintaxe brasileira do português. Mesmo assim, muitas vezes restringe a colocação própria do Brasil à "conversação familiar e despreocupada" e prescreve as regras de acordo com a sintaxe lusitana. Por exemplo:

> Na pronúncia do Brasil, as formas pronominais oblíquas não são completamente átonas; são, antes, semitônicas. Assim se explica por que entre nós é predominante a tendência para a próclise: Ele terá de *se explicar*. É o que eu queria *lhe dizer*. As pessoas foram *se retirando*. *Me empreste* o livro. (CEGALLA, 2005, p. 540)
>
> Iniciar a frase com pronome átono só é lícito na conversação familiar, despreocupada, ou na língua escrita, quando se deseja reproduzir a fala dos personagens. (CEGALLA, 2005, p. 541)

Em outros momentos, todavia, se revela aberto à norma brasileira:

> A colocação do pronome átono junto ao particípio, censurada pela Gramática tradicional, é peculiar à língua portuguesa do Brasil, em todos os níveis de fala, e encontra acolhida entre os melhores escritores modernos. (CEGALLA, 2005, p. 543)
>
> A colocação que se vê nos quatro últimos exemplos, com o pronome átono proclítico ao verbo principal, espelha um fato inequívoco da língua falada e escrita do Brasil. A Gramática não pode senão sancioná-la. A maneira de colocar os pronomes átonos, no falar brasileiro, nem sempre coincide com a dos portugueses, devido à entoação diferente e ao ritmo peculiar de nossa fala. (CEGALLA, 2005, p. 545)

Também é digno de registro o fato de Cegalla (1985, 2005) mencionar a artificialidade da contração dos oblíquos no Brasil, o que já não ocorre em Cegalla (1969), que se ausenta de qualquer comentário a respeito quando da descrição desse fato linguístico:

> O emprego desses conglomerados pronominais [*mo*, *to*, *lho*, *no-los*, *vo-la* etc.] restringe-se à língua escrita, nas modalidades literária e científica. Em geral, os autores brasileiros de hoje os evitam, dado o artificialismo de tais contrações. (CEGALLA, 2005, p. 561)

A despeito dessas pequenas mudanças na orientação prescritivista ao longo das sucessivas edições da obra, Cegalla (2005) continua sendo uma gramática normativa do português, comprometida com um modelo artificial de língua, mais próximo da realidade europeia que brasileira, sendo esta última, como já exemplificado, geralmente associada a contextos de informalidade. A associação indevida entre "língua(gem) formal" e "língua(gem) culta", bem como entre seus respectivos antônimos, recorre na obra:

> Na linguagem coloquial informal, podem-se usar as formas pronominais retas como objetos diretos quando precedidas de *todos* ou *todas* ou acompanhadas de numeral: Eu trouxe todos eles comigo. Vi todas elas entrando na água. [...] Na língua culta se dirá: Eu os trouxe (ou trouxe-os) todos comigo. Eu as vi todas entrando na água. (CEGALLA, 2005, p. 558)

Filiada à NGB de ponta a ponta, essa gramática também muito se popularizou pela abundância de exercício mecânicos a cada conteúdo gramatical abordado, passando a incluir também, após algumas edições, questões de exames e concursos. Atualmente, se encontra em sua 48ª edição, datada de 2008, e é de presença constante em nossas livrarias, bibliotecas e salas de aula do país, ajudando a conservar o PTG na paisagem gramatical brasileira.

A seguir, teço breves comentários em relação às duas principais gramáticas normativas de referência da contemporaneidade brasileira. Para tanto, apoio-me em estudos de nossa historiografia gramatical que tomam esses documentos para análise, ainda que consultas a essas obras também tenham sido realizadas.

3.4.3.6 *Nova gramática do português contemporâneo* (1985-2013), de Celso Cunha & Lindley Cintra

A primeira obra a que me refiro é a *Nova gramática do português contemporâneo*, de Celso Ferreira da Cunha & Luís-Felipe Lindley Cintra. Os autores afirmam que esse livro fora escrito a partir da necessidade de uma gramática que fundamentasse o ensino de língua portuguesa tanto no Brasil quanto em Portugal e em outros países lusófonos.

De acordo com Henriques (2004) e Silva & Nogueira (2008), os trabalhos inaugurais de gramaticografia do brasileiro Celso Cunha – *Português elementar*, de 1948; *Manual de português: curso de admissão*, de 1958; *Manual de português: 3ª e 4ª séries ginasiais*, também de 1958 – já apontavam fôlego e qualidade didática antes mesmo da NGB. Nos anos 1970, após a passagem de Cunha pela comissão que havia elaborado o documento, ele produziu algumas gramáticas de destaque, como a *Gramática moderna* (1970) e a *Gramática do português contemporâneo* (1970), esta última servindo de modelo para suas gramáticas posteriores e republicada sob nova roupagem em 1972, com o título *Gramática da Língua Portuguesa*. A *Gramática do português contemporâneo* (1970) e a *Gramática da Língua Portuguesa* (1972) coexistiram em edições sucessivas: a primeira seguiu até a 10ª edição (1983) e a segunda, até a 15ª (1994). Também é dos anos 1970 a *Gramática de base* (1979), versão resumida da *Gramática da língua portuguesa*. Em 1985, finalmente, Celso Cunha chega à parceria com Lindley Cintra, gramático português que vem a escrever apenas três dos vinte e dois capítulos da *Nova gramática do português contemporâneo*. A 2ª edição dessa obra, ainda em 1985, teve sucessivas reimpressões até sair a 3ª edição, datada de 2001. Em 2007, a obra passa a ser publicada pela editora Lexicon, numa 4ª edição, revista e ampliada. Atualmente, se encontra em sua 6ª edição, publicada em 2013.

Cunha & Cintra (1985) seguem a NGB e se colocam contrários a atitudes gramaticais anticorretistas. Segundo Silva & Nogueira (2008), do ponto de vista metodológico, prevaleceu nessa obra o objetivo de revelar a unidade da língua portuguesa dentro de sua diversidade natural. Assim, a gramática acaba reiterando hábitos tradicionais de adotar, como modo exemplificador de descrições e prescrições, trechos de autores da literatura de língua portuguesa, mais especificamente de escritores brasileiros, portugueses e africanos do Romantismo para cá – e de fato o século XX aqui é representado. Cunha & Cintra (1985) inserem na descrição do português elementos até então alheios aos projetos gramaticográficos anteriores, reconhecendo, dentre outras coisas, a diversidade de registros. Todavia, o papel essencial da gramática continua sendo a regularização e descrição da "norma culta", ainda que as outras normas interajam no sentido de refletir com mais proximidade a realidade linguística do usuário do português nos três continentes representados. Permanece na obra, portanto, a noção de língua homogênea, ideal e abstrata, ao se reconhecer a variação para depois ignorá-la a favor da descrição/prescrição de um português ilusoriamente uno. Além disso, de acordo com Barros (2011), recorre em Cunha & Cintra (1985) a simplista e problemática identificação entre o português de Portugal (para o qual praticamente não há menção de

variação) e o português culto formal do Brasil, sendo as diferenças linguísticas entre os dois países resultantes da existência no Brasil de um português informal, popular, vulgar.

Alguns autores, como Leite (2006), reconhecem em Cunha & Cintra (1985), sobretudo nas edições a partir de 2007, o abrandamento de certas características da tradição gramatical luso-brasileira em proveito de compromissos com outras vertentes teórico-metodológicas dos estudos linguístico-gramaticais ocidentais. Por exemplo, ainda que a teoria gramatical tradicional continue sendo o sustentáculo epistemológico e terminológico de Cunha & Cintra (1985), o desenvolvimento da obra é apoiado também em teorias linguísticas modernas, como a sociolinguística, a fonética acústica e a fonologia estruturalista. Além disso, embora o foco da gramática seja o português escrito padrão, há alguns comentários marginais sobre o português falado (muitas vezes considerado sinônimo de português coloquial, familiar, vulgar), quando parece ser relevante tratar de valores afetivos e expressões idiomáticas. Nesse sentido, os autores também reservam um capítulo para a colocação dos pronomes átonos no Brasil sem interdição prescritiva das regularidades que nos caracterizam, o que deixa a entender que a colocação pronominal brasileira também está legitimada pela gramática, isto é, que se trata de um fenômeno gramatizado.

Em suma, Cunha & Cintra (1985) registram alguns traços do que se pode chamar de *hiperlíngua brasileira*, no sentido de Auroux (1992), ainda que não operem no âmbito das variedades geográficas e sociais, nem se afastem do PTG em seus traços constitutivos. Afinal, continuam construindo um modelo artificial e ideal de língua portuguesa escrita, literária e correta, centrados na ideia homogeneizante de unidade linguística lusófona, em que a frase destituída de qualquer contexto é a unidade máxima de análise e a NGB, a despeito de quaisquer contra-evidências, é o arcabouço estrutural e terminológico da descrição gramatical em termos fonológicos, morfológicos e sintáticos.

3.4.3.7 *Moderna gramática portuguesa* (1961-2009), de Evanildo Bechara

A outra obra que se destaca atualmente entre as gramáticas tradicionais pós-NGB é a *Moderna gramática portuguesa*, de Evanildo Bechara, autor cuja importância na cena da gramatização brasileira dispensa comentários. A gramática de Bechara teve sua primeira edição em 1961, no mesmo ano em que surgiu a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – a Lei nº 4.024 – e dois anos depois da publicação da Portaria nº 36, que regulamentava a NGB. Segundo Costa (2012), essa gramática consiste na reescrita da *Gramática Expositiva*, de Eduardo Carlos Pereira (1907), já comentada na subseção 3.4.1. Sabe-se que a obra de Pereira

desfrutava de ampla circulação no ensino gramatical e, desde o início do século XX, havia atingido inúmeras edições. Entretanto, quando a NGB entrou em vigência, em 1959, Pereira (1907) foi uma das muitas gramáticas que precisaram passar por reformulações para garantir sua circulação num país agora legislado por uma terminologia gramatical. Assim, a gramática de Pereira fora convertida em um novo texto por Bechara, que passou a ser o autor de uma outra gramática.

Ao longo do século XX, Bechara (1961) muito contribuiu para suprir as necessidades de professores, alunos e estudiosos da língua portuguesa, consolidando-se como obra de referência. O gramático não teve a intenção de romper com a tradição secular em que Pereira (1907) se agarrava e, nesse sentido, dispôs o conteúdo da gramática de acordo com a tradição clássica e, necessariamente, a NGB; todavia, adicionou elementos dos estudos da linguagem, primeiramente na edição de 1961 e posteriormente na 37ª edição, de 1999, revista, reformulada, ampliada e orientada ao século XXI, em decorrência tanto de seu amadurecimento como estudioso da linguagem no nível teórico, quanto das críticas recebidas, como esclarece o próprio autor no prefácio da obra.

Segundo Fávero & Molina (2007/2008), Bechara (1961) apresenta um estudo bipartido da *morfologia*, na esteira dos mais renomados gramáticos: na primeira parte, destinada às *classes de palavras*, traz as dez representantes da NGB; na segunda parte, dedicada à *estrutura dos vocábulos*, já se ouve a voz de dois grandes linguistas, o brasileiro Joaquim Mattoso Câmara Jr. e o americano Eugene Nida, especialmente em questões antes pouco discutidas no âmbito filológico e pedagógico, como *constituintes imediatos*, *neutralização*, *acumulação* etc.

Pelos elementos pré-textuais dessa gramática (prefácio, agradecimentos etc.), se percebe a instalação de um lugar de conflito entre a velha tradição gramatical e as novas perspectivas linguísticas. De acordo com Moralis (2008), em Bechara (1961) já havia a figura de um sujeito/autor que enuncia, ao mesmo tempo, de dois lugares distintos: o espaço do discurso da modernidade e o espaço da tradição gramatical. Ao mesmo tempo em que pretende levar os resultados das pesquisas modernas sobre a linguagem, finca-se no modelo de gramática entendido pela tradição clássica. Além disso, considera a gramática ao mesmo tempo uma *ciência*, visto que é organizada num determinado campo do saber a partir da especificação de investimentos e de procedimentos científicos, e uma *arte*, pois se reporta à estética do bem falar e escrever.

Costa (2012) esclarece que Bechara (1961) apresenta uma concepção de língua como um objeto apartado do sujeito, razão pela qual este sujeito pode intervir sobre a língua. Essa

concepção sustenta um imaginário de língua homogênea e possibilita a ideia da unidade linguística luso-brasileira. Por sua vez, as designações "língua falada", "língua escrita" e "língua literária" presentes na obra não apontariam para a heterogeneidade, mas para uma estratificação da "língua geral", sobreposta à "língua regional" e considerada a "língua padrão", a "língua oficial", num patamar inatingível para aqueles que não dominam a cultura escrita. Ao falante que não sabe a escrita nem a norma imposta pela gramática, é negado o direito à própria língua. Atesta também esse compromisso de Bechara (1961) com uma língua inatingível o levantamento das citações literárias da obra: os cinco escritores mais citados são o Marquês de Maricá[96], Alexandre Herculano, Machado de Assis, Camilo Castelo Branco e Luís de Camões, reflexo de um ideal de língua no máximo oitocentista. E isso se repetiria também na edição reformulada de 1999.

Com os mesmos propósitos de Bechara (1961), a 37ª edição da *Moderna gramática portuguesa* – citada aqui como Bechara (1999), mas reimpressa, por enquanto, até 2009 – incorpora alguns recentes estudos linguísticos, dentro das vertentes da teoria da enunciação, da pragmática e da linguística textual. Todavia, Bechara (1999) continua associando ao potencial descritivo da obra sua necessidade normativa. A gramática, nesse sentido, se mantém como uma disciplina pedagógica e não científica, que tem por objetivo apresentar os fatos típicos da exemplaridade idiomática, passíveis de uso em situações sociolinguísticas específicas, pautadas nos escritores corretos, nos gramáticos e nos dicionaristas esclarecidos. E sendo uma disciplina pedagógica, cabe à gramática ensinar não só a língua exemplar, como também lidar com os padrões de correção normativos. Portanto, apesar de Bechara (1999) propor uma descrição científica, não foge à prescrição normativa.

A estrutura da obra se afasta um pouco do tradicional e da edição anterior. Divide-se em cinco partes: *fonética e fonologia*; *gramática descritiva e normativa (formas e funções)*; *pontuação*; *noções elementares de estilística*; *noções elementares de versificação*. Vê-se, desse modo, a junção de morfologia e sintaxe (2ª parte), onde também são trabalhadas questões semânticas. Palma & Mendes (2008) destacam o aprofundamento teórico a que foram submetidos todos os tópicos tratados nessa gramática, indicando a consistente base linguística que ela apresenta. Coerente com cada momento histórico, as edições anteriores da obra de Bechara revelam ideias linguísticas típicas do estruturalismo, enquanto a versão atual mostra, além de princípios estruturalistas e gerativistas, influência das concepções funcionais

[96] Autor de um único livro, póstumo, intitulado *Máximas, Pensamentos e Reflexões*, o Marquês de Maricá se presta com justeza à tradição didática, pois apresenta frases corretas, com completude de ideia e ensinamento moral. É curiosa a incidência desse escritor nas obras de Bechara, visto que, em outras gramáticas, ele é sempre inexpressivo.

da linguagem e da Linguística de Texto, o que aponta, segundo Fávero & Molina (2007/2008), a necessidade de se caminhar para além dos limites da frase, fazendo interagir interlocutor e contexto. Além disso, Bechara (1999) se destaca por considerar a mudança linguística como aspecto constitutivo da língua, por valorizar a língua em uso e sua funcionalidade, por relacionar o nível gramatical e o textual, pontos que fazem a obra se distanciar do PTG. Por essa razão, Palma & Mendes (2008) ousam considerar Bechara (1999) obra "instauradora de um novo paradigma nos estudos gramaticais" (p. 176), afirmação que deve ser vista com cautela, até porque dialoga com a questão fundamental desta tese.

Nesse sentido, em primeiro lugar, devo frisar que Bechara (1999) apresenta algumas semelhanças com Cunha & Cintra (2008 [1985]), como esclarecem Silva & Nogueira (2008). Ambas as obras procuram apresentar a língua exemplar, isto é, aquela que obedece a três princípios fundamentais: o *uso padrão*, assentado numa *norma culta* e expresso preferencialmente pela *modalidade escrita* – concepção teórica assumidamente inspirada nas ideias de Eugenio Coseriu. Ambas as obras acreditam que é papel da escola conferir ao educando condições de apropriação da norma de prestígio, sem que seu falar mais pessoal e íntimo seja, contudo, destruído ou violentado. Ambas as obras defendem o que chamam de *norma objetiva*, também com base em Coseriu, a fim de salientar que não existem normas superiores e inferiores, mas diferentes, e que a língua exemplar seria um ato de inspiração cultural, ou seja, intencionalmente eleita por uma determinada comunidade de usuários como *norma* a ser seguida.

Em segundo lugar, em entrevista à Revista *Investigações*, à época do lançamento de sua *Gramática escolar da língua portuguesa* (2001), Bechara deixa clara sua adesão a algumas concepções fulcrais do PTG, entrando em contradição, inclusive, com o fato de a *Moderna Gramática Portuguesa* (1999) teoricamente valorizar a língua em uso e suas dimensões textuais. Por exemplo, justifica o posicionamento da *sintaxe* na frente da *fonética/fonologia* na *Gramática escolar* afirmando que, "se a atividade linguística é para construir frases, então a gramática do aluno deve começar pela sintaxe" (BECHARA, 2002, p. 2). Isso sugere a ancoragem do gramático numa concepção de frase como unidade máxima da língua e portadora de sentido pleno. Em outro momento, defende a possibilidade de se trabalhar com dados de introspecção na prescrição da norma culta (ideal) da língua, a qual estaria, na visão desse filólogo, apartada da língua espontânea e mesmo da linguagem jornalística ou literária:

> "Eu usei muitos exemplos meus. Isto porque o Jespersen dizia que cada falante culto é um clássico na sua língua. Então, se eu conheço a língua portuguesa, eu posso

> formular frases, como vocês também, nós podemos formular frases que sejam exemplos daquilo que eu quero exemplificar. Eu não preciso incomodar os autores clássicos, os bons escritores. [...] Hoje, o jornal e a própria literatura brasileira, com algumas exceções, estão redigidos na língua espontânea. Então, a medida em que toda essa atividade se faz na língua espontânea, vai-se criando um fosso entre a língua espontânea dos alunos e essa realidade culta de que ele deve se servir quando precisar da norma culta" (BECHARA, 2002, p. 5-6).

Em terceiro lugar, devo concordar com Leite (2006) quando ela diz que, apesar de Bechara (1999) agregar fortemente a teoria funcionalista de Eugênio Coseriu, pelo sumário da obra já se percebe a estrutura da gramática greco-romana enxertada de linguística moderna. O método escolhido é o de descarte do que a linguística já desmitificou em relação à teoria tradicional, mantendo o que ainda não fora desconstruído. Na abordagem do verbo, por exemplo, Bechara (1999) expõe a classe com base nos seguintes pontos: distinção de verbos nocionais e relacionais; categorias verbais, segundo Jakobson; e noções de tempo e aspecto, segundo Coseriu. Em seguida, descreve uma série de subcategorias inerentes ao verbo nas línguas românicas: nível de tempo; perspectiva primária; perspectiva secundária; duração; repetição etc. Daí em diante, passa a usar a metalinguagem tradicional para as demais categorias (*pessoa*, *tempo*, *modo*, *voz*) e é completamente tradicional e purista na apresentação das tábuas de conjugação.

Em suma, embora Bechara (1999), em certa medida, renove o modelo de gramática tradicional a partir de contribuições de correntes da linguística do século XX, é uma gramática desigual e incongruente do ponto de vista teórico e prático, não atendendo bem nem ao linguista nem ao leitor comum, ainda que esteja firme em seu papel de gramática normativa de referência na contemporaneidade. Apresenta, sim, traços de vanguarda, que a fazem distintas das outras gramáticas do PTG, mas continua sendo uma gramática do *português* (e não do *português do Brasil* ou do *português brasileiro*), filiada à tradição gramatical greco-romana, à tradição luso-brasileira de gramatização e, em última instância, à NGB. As abonações literárias e certas orientações prescritivas também atestam a filiação da obra à tradição. Afasta-se, portanto, das GBCP e, consequentemente, do conjunto principal de instrumentos de gramatização analisados no Capítulo 4 desta tese.

3.5 **O construto sócio-histórico "norma-padrão" como consequência do processo de gramatização**

3.5.1 Da noção de *norma*

Mergulhados na ideologia de um ambiente social que ilusoriamente se afirma monolíngue, os instrumentos de gramatização luso-brasileiros, ao longo desses cinco séculos de hegemonia do PTG, costumam denominar de *norma-padrão* ou *norma culta*, indistintamente, a língua por eles prescrita. Para destrinchar essa confusão terminológica engendrada na construção sócio-histórica de um modelo ideal de língua eleito como o único "correto" e "verdadeiro", é indispensável a compreensão da noção de *norma* ou *norma linguística* desenvolvida pelos estudos linguísticos contemporâneos.

Um dos pioneiros na conceituação e no uso do termo *norma* na linguística de nossos dias foi o romeno Eugênio Coseriu. Sua teoria tripartite *sistema – norma – fala*, apresentada em ensaio homônimo, em 1952, e citada aqui como Coseriu (1979), tenta explicar o caráter dinâmico e funcional da linguagem. Coseriu (1979) julga insuficiente a dicotomia saussuriana *língua* (*langue*) – *fala* (*parole*), por considerar o ato de fala como individual e desligado das relações sociais, intersubjetivas. Também critica o tripé *esquema – norma estabelecida – parole*, do linguista dinamarquês Louis Hjelmslev, pelo seu alto grau de formalização/abstração e concepção de linguagem assumida como fenômeno estático.

Para dar conta dessas lacunas, Coseriu (1979) elabora a noção de *norma* e a associa às noções de *língua* e *fala*. Assim triparte os conceitos: a *língua* é um conjunto de oposições funcionais; a *norma* é a realização coletiva da *língua*, contendo a própria língua (sistema) e elementos funcionalmente não pertinentes mas próprios a uma comunidade linguística; e a *fala* é a realização individual e concreta da norma, contendo a própria norma e a originalidade expressiva dos falantes. Assim, é na *norma* que reside o que é normal, usual, costumeiro dentro de uma comunidade linguística, em oposição ao anormal, ao interdito dentro dessa mesma comunidade, mas talvez dizível no interior de uma outra. Por sua vez, toda/o língua/sistema particular comportaria diferentes normas, isto é, a língua seria produto de várias normas existentes.

Esse conceito de *norma* em Coseriu (1979), por se desprender das noções de "certo" e "errado" tão caras ao PTG e, consequentemente, às gramáticas normativas, abriu frentes para outras reflexões sobre o tema 'norma linguística' e seus desdobramentos. Por exemplo, desenvolvendo a ideia de Coseriu, Lucchesi (1994) discute o conceito de *norma*, desmembrando-o em outros dois: a *norma objetiva*, como sendo aquela observável dentro de uma comunidade linguística, isto é, o uso linguístico costumeiro e aceitável pelos membros dessa comunidade; e a *norma subjetiva*, que remete a um sistema ideal de valores e, portanto, implica uma gama de juízos de valor e o consequente julgamento social dos falantes. A norma

seria heterogênea justamente por numa mesma comunidade linguística coexistirem sistemas de valores e padrões de usos linguísticos distintos.

Mais recentemente, um dos maiores pensadores brasileiros sobre o tema, Faraco (2011, p. 259) afirma que o conceito de norma visto em Coseriu

> foi criado basicamente para dar conta da variação linguística, ou seja, para acomodar no modelo saussuriano de língua e fala uma terceira camada teórica capaz de captar a diversidade intralinguística, sem abandonar a ideia da existência de um grande sistema que autoriza os diferentes usos coletivos, ou seja, os usos normais das diversas comunidades que, não obstante as diferenças, se identificam como falantes de uma mesma língua.

Em outro texto, Faraco (2008) afirma que *norma* é o termo que usamos para designar os fatos de língua usuais, comuns, correntes numa determinada comunidade de fala, incluindo os fenômenos em variação. Desse modo, não existe uma norma "pura" nem estática, pois as normas absorvem características umas das outras, são sempre hibridizadas. Nas palavras do autor,

> qualquer língua é sempre heterogênea, ou seja, constituída por um conjunto de variedades (por um conjunto de normas). Não há, como muitas vezes imagina o senso comum, a língua, de um lado, e, de outro, as variedades. A língua é em si o conjunto de variedades. Ou seja, elas não são deturpações, corrupções, degradações de língua, mas são a própria língua. (FARACO, 2008, p. 73-74)

Em linhas gerais, essas reflexões de Coseriu (1979), Lucchesi (1994) e Faraco (2008, 2011) sobre *norma* apontam para um consenso na linguística de hoje: a defesa de que, do ponto de vista estritamente linguístico, as normas se equivalem. Em outras palavras, as "normas objetivas ou usuais", definidas pela distribuição de um determinado conjunto de traços de caráter implícito e que se manifestam no uso (MONTEAGUDO, 2011), não são superiores nem inferiores umas às outras. As diferenças entre elas se estabelecem apenas socialmente, sendo umas dotadas de maior prestígio que outras.

Entretanto, por mais que os linguistas, cientificamente muito bem fundamentados, batam nessa mesma tecla aos quatro ventos, a sociedade em geral não concorda com tal raciocínio, o que pode ser facilmente notado a partir dos discursos construídos pela grande mídia ou em qualquer roda de conversa quando o assunto é língua. Em geral, os mais diversos extratos sociais ainda se revelam extremamente puristas, classicistas, excludentes e preconceituosos em se tratando de língua, reverberando os traços constitutivos do PTG (cf. Figura 4, Capítulo 2).

3.5.2 Norma-padrão vs. norma culta

Como atestado no passeio historiográfico proposto neste capítulo, as gramáticas tradicionais luso-brasileiras sustentam a ideologia da língua correta e do monolinguismo, não só por seu forte cunho normativo, prescrevendo estruturas linguísticas muitas vezes infinitamente distantes da realidade dos falantes daquela língua, mas também pela imprecisão ou indefinição do conceito de norma que as conduz. Costumeiramente, confundem *norma-padrão* com *norma culta* da língua, ou mesmo com a própria *língua*.

A norma culta das gramáticas tradicionais do português se manifesta como uma espécie de língua portuguesa ideal e resulta da prática de determinados gramáticos e literatos, presos à tradição lusitana e escrita, de modo que não se estabelece uma distinção entre *norma culta oral* e *norma-padrão escrita*. Essa falsa equivalência reflete a longa tradição de se analisar os fatos da língua somente a partir de sua representação escrita. É certo que recentemente, com os estudos da sociolinguística e das gramáticas das línguas faladas, se pôde estabelecer mais claramente que o padrão escrito não é a expressão gráfica de nenhuma modalidade oral, nem mesmo da norma supostamente "culta", mas essa posição ainda não fora assumida pela tradição gramatical brasileira.

Segundo Bagno (2003), essa concepção tradicional e confusa de norma opera com uma sucessão de reduções: primeiro, reduz "língua" a "norma" (culta ou padrão); em seguida, reduz "norma" a "gramática" – mais precisamente, a uma gramática da frase isolada, que despreza o texto em sua totalidade linguística e extralinguística. "Essa concepção abstrata e reducionista de *língua>norma>gramática* é tão antiga que já se tornou parte integrante das crenças e superstições que circulam na sociedade" (p. 20-21), salienta o autor. Além disso, as pesquisas científicas realizadas no Brasil nas últimas quatro décadas apontam para a existência de uma diferença muito grande entre o que as gramáticas tradicionais e as pessoas em geral chamam de "norma culta" (o que estaria mais próximo ao conceito de norma-padrão) e o que os pesquisadores profissionais chamam de "norma culta", um termo técnico para designar formas linguísticas que existem na realidade social, como bem faz, em certa medida, o Projeto NURC (Norma Urbana Culta), cujas pesquisas revelam o profundo fosso entre a língua dos brasileiros "cultos" e a norma-padrão veiculada pelas gramáticas tradicionais.

Ciente da distinção entre esses dois conceitos sociolinguísticos – norma-padrão e norma culta –, a literatura linguística propõe algumas reflexões a respeito. A proposta de Aléong (2001), por exemplo, se dá nos seguintes termos. Para dar conta simultaneamente da existência de uma norma linguística socialmente dominante e da heterogeneidade sistemática

dos comportamentos linguísticos em geral, Aléong (2001, p. 153) distingue "normas explícitas" de "normas implícitas". Para ele, as normas explícitas compreendem o conjunto de formas linguísticas que são objeto de uma tradição de elaboração, de codificação e de prescrição. Codificada e consagrada num aparato de referência, essa norma é socialmente dominante no sentido de se impor como o ideal a respeitar nas circunstâncias que pedem um uso refletido ou monitorado da língua, isto é, nos usos oficiais, na imprensa escrita e audiovisual, no sistema de ensino e na administração pública. As normas implícitas, por sua vez, são as formas que, por serem raramente objeto de uma reflexão consciente ou de um esforço de codificação, nem por isso deixam de representar os usos concretos pelos quais o indivíduo se apresenta em sua sociedade imediata.

Já Rodrigues (2004) distingue "padrão ideal" de "padrão real". Os padrões ideais definem o que se espera que as pessoas digam em determinadas situações, ao passo que os padrões reais derivam de observações sobre a maneira como as pessoas realmente se comportam em dadas situações. Assim, o padrão ideal é uma regra de comportamento linguístico para a qual tendem os membros da sociedade, mas que nem todos cumprem, ou não cumprem integralmente.

Diante dessa diversidade de termos para designar essa concepção de norma culta referente à linguagem concretamente empregada pelos cidadãos que pertencem aos segmentos mais favorecidos da nossa população, Bagno (2001b, 2003) trabalhou com os termos *variedades de prestígio* (ou *prestigiadas*), *variedades estigmatizadas* e *norma-padrão*. Esse autor parte das diferentes acepções do termo 'norma culta' que circulam livremente nos jornais, na televisão, na internet, nos livros didáticos, na sala de aula, nas gramaticas normativas etc.

Numa primeira acepção, o termo "norma culta" muitas vezes é plenamente intercambiado por "linguagem formal", "texto formal", "uso culto", "padrão formal", "padrão culto", "língua culta", entre outros. Acepção das gramáticas normativas, é a que também tem mais ampla circulação na sociedade: a norma culta (e seus "sinônimos") seria uma língua ideal, supostamente baseada no uso dos grandes escritores do passado, modelo abstrato que não corresponde a nenhum conjunto total de usos da língua por parte de seus falantes.

Numa segunda acepção, a expressão "norma culta" refere-se à linguagem concretamente empregada pelos cidadãos que pertencem aos segmentos mais favorecidos da população, noção de vários empreendimentos científicos, como o já citado Projeto NURC. Nesse caso, trata-se de um termo técnico estabelecido com critérios relativamente mais

objetivos e de base empírica: escolaridade superior completa e antecedentes biográfico-culturais urbanos.

As diferenças entre essas duas "normas cultas" são bem grandes, de modo que precisar os limites de cada uma se torna imprescindível quando o assunto é língua. Além disso, mesmo como termo técnico, a expressão 'norma culta' sugere que todas as demais normas não são cultas, ou seja, são incultas, rudes, toscas, grosseiras, ignorantes etc., o que linguística, sociológica e antropologicamente não é verdade.

Diante disso, Bagno (2001b) propõe o seguinte esquema terminológico:

- *Norma-padrão*: a "norma culta" dos prescritivistas, ligada à tradição gramatical normativa, modelo de língua ideal inspirada na literatura do passado. A escolha desse termo é mais interessante do que *língua*, *variedade* ou *dialeto padrão*, devido ao conceito não corresponder integralmente a nenhum conjunto concreto de manifestações linguísticas regulares e frequentes, mas a uma norma, uma lei, no sentido jurídico do termo. É com essa acepção, inclusive, que venho utilizando o termo nesta tese.
- *Variedades prestigiadas* (*de prestígio*): a "norma culta" (ou "normas cultas") dos linguistas, a língua realmente empregada no dia a dia pelos falantes urbanos de escolaridade superior completa.
- *Variedades estigmatizadas*: a "norma popular" (ou "normas populares") dos gramáticos tradicionais e dos linguistas.

O termo 'norma culta' costuma designar, basicamente, as formas prescritivas da língua encontradas em livros de gramática, materiais didático-pedagógicos, manuais de editoração e revisão, comandos de provas de língua portuguesa e redação. Pelo esquema de Bagno (2001b), seria mais apropriado, portanto, utilizar para esses casos o termo 'norma-padrão', e não apenas em se tratando de escrita: o conceito se vincula às práticas socioculturais da cultura letrada escrita em sentido amplo, o que inclui as práticas orais que têm o processo de escrever como pano de fundo. Além disso, com o termo 'norma-padrão', se adquire maior objetividade ao se desvencilhar do preconceito acerca da dicotomia culto vs. popular (inculto).

Mais recentemente, Faraco (2008) percebe que a proposta dessa terminologia de Bagno (2001b), ao explicitar a estigmatização, ainda que possa contribuir para superá-la criticamente, acaba por favorecer sua naturalização, o que vai de encontro ao seu esforço crítico. De modo análogo, o mesmo poderia ocorrer com a ideia de "prestígio". Assim, Faraco (2008), embora reconheça o problema do adjetivo *culta*, prefere continuar utilizando a expressão "norma culta" (no sentido de *norma comum/standard*) no trato das questões

envolvendo norma. Mais recentemente, na Conferência de Abertura do Seminário da Olimpíada de Língua Portuguesa (Escrevendo o Futuro), Faraco (2012b) utilizou também o termo "expressão culta", mas numa acepção mais ampla do que "norma culta", por compreender não apenas as formas linguísticas utilizadas pelos falantes "cultos" da língua, mas também outras dimensões das práticas escritas e orais para além do código.

Ainda no assunto "norma", Bortoni-Ricardo (2006), por sua vez, concebe a ecologia do PB como um "*continuum* de urbanização", que se estende desde as variedades rurais geograficamente isoladas até a variedade urbana culta. Um falante de PB pode, assim, estar situado em qualquer posição ao longo desse *continuum*. A autora também menciona o conceito de *rurbano* "para definir populações rurais com razoável integração com a cultura urbana e populações urbanas com razoável preservação de seus antecedentes rurais" (p. 92). A par do *continuum* de urbanização, há o *continuum* de letramento, cujos polos são constituídos, respectivamente, por práticas sociais de oralidade e práticas sociais de letramento, e o *continuum* de monitoração estilística, caracterizado pela demanda maior ou menor de atenção na interação. A autora conclui que se deve combinar, para a descrição mais acurada das normas do PB, um aparato teórico-metodológico de três *continua*: o de urbanização, o de letramento e o de monitoração estilística.

Partindo desses três *continua* propostos por Bortoni-Ricardo (2006), Faraco (2008, p. 49) define a *norma culta falada* como a "variedade de uso corrente entre falantes urbanos com escolaridade superior completa, em situações monitoradas". Essa norma tem poderoso efeito homogeneizante sobre as variedades do português popular brasileiro, ainda que, como qualquer realidade linguística, comporte variabilidade. Por sua vez, distinta da norma culta, a *norma-padrão escrita* se ergue como "um instrumento de política linguística capaz de contribuir para atenuar a diversidade linguística regional e social herdada da experiência feudal" (FARACO, 2008, p. 75). Portanto, a norma-padrão não é uma variedade de língua, mas *um construto sócio-histórico que serve de referência para estimular um processo de uniformização*.

Como vimos anteriormente, as nações modernas europeias foram instituindo e legitimando suas respectivas normas-padrão a partir do século XV, com o processo de gramatização renascentista (cf. AUROUX, 1992), quando a urbanização e o nacionalismo político começaram a se intensificar, com a substituição do regime feudal pelo capitalismo. Assim, as colônias europeias na América, como o Brasil, já receberam as línguas que herdaram com uma norma-padrão em vias de consolidação, algo que ajuda a explicar a grande distância que há entre a norma-padrão tradicional da língua portuguesa e a norma culta dos

brasileiros: aquela fora construída a partir de uma determinada variedade falada e corrente em Portugal do século XV-XVI, algo que não acontecera no Brasil independente do século XIX. Como bem disse Fortes (1945, p. 159), "Pedro I não incluiu a autonomia da língua no seu grito". Todavia, como já afirmava Mattoso Camara Jr., nos idos dos anos 60,

> em cada nação, a norma literária tem de acompanhar as linhas gerais da fala cotidiana e sobre elas construir os seus padrões escritos. Do contrário chega-se a uma dualidade linguística ainda mais perturbadora, dentro de cada nação, entre a língua oral e a língua literária. Isso importa em reconhecer que a norma linguística não pode ser inteiriça e una para aquém e além Atlântico. (CAMARA JR., 1969, p. 47)

Essa separação entre a fala dos brasileiros e a escrita das gramáticas normativas do português se repete em outras ex-colônias de Portugal, de modo ainda mais profundo, como uma situação de diglossia. Em Moçambique, por exemplo, a língua portuguesa, considerada a língua oficial (a norma-padrão), concorre com mais de vinte línguas bantus faladas pela maioria da população. Diante de tal cenário multilíngue, atualmente essa norma-padrão vem perdendo espaço para o *português moçambicano*, que tem características próprias do contexto sociolinguístico e cultural do país. Por sua vez, a escola moçambicana não dá conta de ensinar o padrão-europeu, tamanhas as diferenças entre essa língua e as línguas maternas da população nativa, de modo que pesquisadores como Timbane & Berlinke (2012) sugerem a padronização do português moçambicano, bem como a elaboração de dicionários e gramáticas que ilustrem a realidade sociolinguística de Moçambique. Eles acreditam que a gramatização do português moçambicano, a legitimação de suas especificidades lexicais e gramaticais melhorariam a qualidade de ensino e a autoestima dos moçambicanos em geral, diminuindo o número de reprovações e eliminando o preconceito de que essas pessoas não sabem falar (português). Segundo Lopes (2010), de modo semelhante à situação atual de Moçambique, desde a independência de Cabo Verde, há quarenta anos, se busca uma posição de dignidade para a língua cabo-verdiana em território em que a língua oficial é o português. Assim, também no arquipélago de Cabo Verde, haveria uma situação de diglossia.

Acredito que seja possível fazer um paralelo entre a realidade moçambicana e cabo-verdiana e a realidade brasileira, guardadas as devidas diferenças. Parece, inclusive, que os mesmos motivos que impulsionaram a gramatização das línguas românicas estão por trás dos movimentos emergentes em prol da nacionalização dos vernáculos das ex-colônias de Portugal, quer essas línguas sejam mais afastadas do português europeu (e consideradas "crioulos", como o cabo-verdiano), quer estejam mais próximas (consideradas "variedade", como o PB). Em Cabo Verde, bem como em outras comunidades crioulas, houve uma

reestruturação total da língua portuguesa, enquanto no Brasil, devido à interferência direta por meio da educação e das políticas linguísticas (como a do Marques de Pombal – cf. seção 3.2), essa reestruturação foi parcial, muito embora suficiente para se configurar o PB. Em certa medida, todas essas línguas são consideradas corruptelas do português europeu pela tradição gramatical e pelo senso comum, assim como as línguas românicas eram consideradas corruptelas do latim. Daí a comparação com o português no processo de gramatização desses vernáculos, do mesmo modo que havia a comparação entre a gramática portuguesa e a gramática latina em se tratando dos primeiros séculos da gramatização da língua portuguesa.

A norma-padrão do português foi calcada, como qualquer outra norma-padrão, na variedade linguística da região de maior poder político e econômico, no momento histórico de gramatização dessa norma. Segundo Bagno (2007), é a região central de Portugal (entre Coimbra, primeira capital do reino, e Lisboa, capital desde 1385) que vai se transformar no berço da norma-padrão lusitana, embora existissem (e existam) muitas diferenças marcantes entre a variedade dessa região e as variedades do resto do país. As diferenças, naturalmente, são ainda mais gritantes quando esta norma é confrontada com a realidade linguística dos brasileiros, de modo que o que é próprio do PB passa a ser taxado como "desvio da norma-padrão", "erro de português", "deturpação da língua". Esses e outros juízos de valor, embora cientificamente infundados, não devem ser ignorados das reflexões sobre norma linguística.

A esse respeito, Faraco (2011) pondera sobre a pouca atenção que os linguistas dão ao papel do imaginário social na configuração da norma e de seu funcionamento social. Segundo o autor, há "uma história de pelo menos um século e meio na qual a sociedade brasileira construiu de sua língua uma imagem depreciativa. É a esta imagem que está atrelada a construção da "norma *curta*" (cf. FARACO, 2008), entendida como um conjunto de preceitos dogmáticos que não encontram respaldo nem nos fatos da língua, nem nos bons instrumentos normativos, mas que sustentam uma nociva cultura do erro e têm impedido um estudo adequado da nossa norma culta. Ainda segundo Faraco (2011), quando, no século XIX, a questão da "língua brasileira" passou a ser discutida, se construiu um imaginário a partir do qual nossas especificidades linguísticas foram logo interpretadas como deturpações da língua portuguesa, e tudo o que no português culto brasileiro não coincidia com a norma-padrão lusitana passou a ser listado como erro, conforme vimos em algumas gramáticas que desfilaram neste capítulo.

Milroy (2011, p. 59) afirma que essa atitude do senso comum em acreditar que suas opiniões desfavoráveis sobre pessoas que usam a língua "incorretamente" se baseiam em argumentos puramente linguísticos, sancionados por autoridades sobre língua, é uma das

"consequências da padronização". Segundo esse autor, embora o prestígio elevado fique associado a formas de língua que podem ser definidas como padrão, isso não implica que tal prestígio seja definidor do que constitui o padrão. 'Prestígio' é termo avaliativo e, antes de definir o que é o padrão, atua como consequência desse padrão, e não como sua causa. A própria dicotomia *padrão vs. não padrão* também depende da ideologia da padronização e da centralidade da variedade padrão.

A mesma confusão ocorre quando da associação do padrão com "formalidade" e "monitoramento", e do PB com "informalidade". Em geral, essa equivalência se dá de maneira implícita e sem justificativa, como se viu na gramática de Cegalla (2005). Sobre essa questão, Duarte (2012) lembra que nossa norma padrão escrita, seguindo o modelo dos portugueses, atribui nossos usos de cada dia ao "caráter informal do brasileiro", permitindo na fala certos usos brasileiros e os interditando na escrita, como se neste último espaço só houvesse lugar para a formalidade. Além disso, os exemplos dados como próprios da informalidade da fala não costumam ter a ver com informalidade, mas sim com gramática mesmo. "Nós é que nos sentimos formais quando mudamos de gramática, justamente porque ela [a gramática dos portugueses] não faz parte de nossa fala espontânea" (p. 51), atesta a autora.

Em suma, essa breve incursão à literatura recente sobre *norma linguística* revela que, não obstante as diferentes denominações que as normas recebem (norma-padrão, norma culta, norma comum/standard, variedades prestigiadas, normas explícitas e normas implícitas, padrão ideal e padrão real), os autores concordam que a norma-padrão, construto artificial homogeneizante e unificador, decorrente de um processo tecnológico e dependente da escrita – a gramatização –, não é uma variedade da língua, sendo esta última, ao contrário da norma-padrão, constitutivamente heterogênea. As GBCP têm por finalidade a descrição da "norma culta brasileira", essa sim uma variedade linguística legítima. Como consequência explícita ou não, a descrição dessa norma culta passa a contribuir na construção de um novo padrão linguístico para o Brasil. Chegamos, mais a uma vez, à questão já levantada antes: como conciliar uma concepção heterogênea de língua ao próprio procedimento de gramatização, que requer escolhas que desaguam no recorte da língua e em procedimentos unificadores e homogêneos?

Faraco (2012a) não vê contradição nessa atitude. O autor argumenta que língua não é só diversidade, mas também resultado de tendências e processos unificadores. Não podemos fechar os olhos para o fato de os meios de comunicação social na contemporaneidade tornarem algumas variedades amplamente audíveis em vastos espaços, o que as projeta em

meio à diversidade e lhes garante força unificadora. Tais variedades costumam ser, inclusive, percebidas como exemplares nacionais da língua. Faraco (2012a) assume que a norma culta no Brasil contemporâneo é constituída pelas variedades privilegiadas mais monitoradas da classe média urbana, exatamente as variedades que costumam ser descritas nas GBCP. Volto a essa questão no Capítulo 4 da tese.

3.5.3 A noção de *hipóstase* e a construção da norma brasileira pelas GBCP

Como último ponto desta seção, discuto o conceito de *hipóstase*, o qual também se revela válido para a compreensão dos efeitos da normatização e da padronização sobre as línguas humanas – e aí se inclui a questão que levantei ao final da subseção anterior.

Para a filosofia, uma hipóstase é uma ficção ou abstração considerada como uma construção real, concreta, objetiva. Bagno (2011) lança mão dessa noção para explicar como uma língua, sempre heterogênea, mutante, variável, flexível, é transformada num objeto homogêneo, num construto cultural envolvido numa rede de representações sociais, num imaginário coletivo. O processo de gramatização, ao produzir um padrão linguístico, retira a língua de sua vida comunitária, privada, e a transforma numa instituição, em veículo de uma política nacional e, por vezes, colonial e imperial, como no caso do português. A língua, então, passa a ser identificada com o modelo padronizado; deixa de ser um conjunto profuso e heterogêneo de variedades e se torna "A Língua": maiúscula, una, exclusiva.

Nisso consiste o *processo de hipostasiação*, o qual, na história ocidental, como mostrei no Capítulo 2, se deu pela primeira vez com o grego homérico, padronizado pelos alexandrinos no século III a.C. Passaram por processo semelhante, como se nota, as línguas nacionais europeias, gramatizadas e padronizadas a partir do Renascimento. Fora da Europa, um caso exemplar de hipostasiação é o árabe clássico ou, em sua forma mais moderna, o árabe padrão, "língua" de 22 países dispostos em um imenso território, da África à Ásia, ainda que não seja o vernáculo de nenhum deles (cf. BAGNO, 2011). É tão difícil escapar do processo de hipostasiação que nem a linguística moderna o conseguiu de todo, pois a *langue* saussuriana e a competência chomskyana, a rigor, nada mais são do que hipóstases. A esse respeito, Milroy (2011) alerta que os dados sobre os quais estão construídos os métodos e as teorias linguísticas modernas costumam provir da variedade "padrão" da língua, e que "nossa crença nas línguas padronizadas de Estados-nações pode, portanto, ter distorcido nosso pensamento de diversas maneiras" (p. 51).

Nesse sentido, Monteagudo (2012) afirma que o monolinguismo social é resultado de uma série de operações glotopolíticas, mais ou menos deliberadas, de homogeneização de populações falantes de várias línguas. Resultado de processos muito complexos, o monolinguismo não parece ser o estado natural das coisas, mas é resultado de processos complexos, que tem a ver com a criação dos estados-nação de formato europeu. Dito de outro modo, a invenção do monolinguismo é inseparável da invenção do Estado-nação europeu. Por exemplo, os revolucionários franceses fundaram a ideia de nação nos princípios de soberania popular e igualdade dos cidadãos, mas ao mesmo tempo decidiram que os franceses constituíam uma nação de cultura homogênea exprimida numa língua nacional comum, a língua francesa, para fazer realidade os ditos princípios. De outra parte, a realidade do plurilinguismo foi sorrateiramente escamoteada e negada, sem dar sequer a oportunidade de contemplar a possibilidade de tornar compatível a diversidade linguística dos diferentes povos. Nasce, assim, a ideologia da monoglossia, a homogeneização linguística e cultural programada pelo Estado, por meio de seus aparelhos institucionais, dentre os quais o educativo. À França, seguiram Espanha, Portugal, Holanda, Grã Bretanha etc. Operam-se transformações na consciência linguística das respectivas comunidades idiomáticas, em particular pela criação e difusão de ideologias e discursos legitimadores da uniformização linguística, da hegemonia da língua nacional, e da estandardização da variedade padrão/culta da língua, inventando-se o monolinguismo.

Seria possível, pergunto agora, fazer gramática sem cair na "armadilha" da hipóstase? Mesmo considerando a língua (o PB, no caso em análise) como um artefato sociocultural heterogêneo, variável, mutável etc., a partir do momento em que se elege uma variável e não outra, uma modalidade e não outra, um determinado contexto de uso e não outro, um conjunto de traços e não outro, parece que se está configurando uma hipóstase, um retrato concreto e homogêneo de uma ficção, um padrão de língua nomeado agora de "português do Brasil" ou "português brasileiro". A propósito, lembra Bagno (2011) que o próprio ato de nomear a língua não é algo natural, mas já indicia sua transformação em objeto, em hipóstase cultural e social.

Se pensarmos em projetos como o NURC e como ele seleciona as cidades que compõem a norma urbana culta brasileira, veremos que se trata de um recorte elitista e excludente. Ficam de fora as milhares de cidades do Brasil, inclusive algumas bem grandes em termos de número de habitantes. Talvez esta seja uma norma estabelecida a partir de critérios que escondem, conscientemente ou não, o desprestígio em relação a algumas regiões. Não se pode tirar a parte pelo todo e não se pode dizer que todas as partes se equivalem.

Nesse caso, os critérios, ainda que não sejam os mesmos do PTG, podem causar distorções semelhantes.

Vê-se que a questão da norma brasileira, que deve estar apoiada na fala comum e na tradição escrita recente, é caso complexo e ainda em definição. As GBCP conseguem defini-las, cumprem a função básica de um instrumento de gramatização? Essa norma será reconhecida pelo português europeu? Como bem lembra Lagares (2011, p. 185), se a linguística moderna é herdeira dessas condições culturais, em que há a identificação histórica entre língua e nação, o corte epistemológico proposto por Saussure entre língua e fala não é um acidente histórico, "pois só o Estado-nação moderno foi capaz de unificar a enorme multiplicidade das falas sob um modelo de língua que pudesse ser imposto a todos os habitantes de um mesmo país".

Feitas essas considerações, outras perguntas podem ser feitas: o procedimento de construção de uma norma brasileira fere as concepções teóricas de língua e linguagem abraçadas pelas GBCP? Diante do caráter variável de uma norma, será que está claro o que realmente é esse construto linguístico-social chamado hoje em dia *português do Brasil* ou *português brasileiro*? Diante de sua heterogeneidade, o que cada gramática entende por essas expressões que dão nome à língua que é descrita? A partilha desse mesmo rótulo (*português brasileiro* ou *português do Brasil*) equivaleria, ao fim e ao cabo, à partilha do mesmo conceito? Haveria uma norma geral do PB, possível de ser descrita, ou essa ideia se opõe à própria noção de PB enquanto uma realidade linguística complexa e heterogênea? É possível se falar em PB como uma totalidade, e sem mascaramentos ideológicos de cunho social e regional? A grande massa de milhões de brasileiros, com seus diferentes falares, de norte a sul do país, de diferentes classes sociais e graus de escolaridade, está representada nos novos instrumentos de gramatização que se dizem heterogêneos, plurais, democráticos e transformadores? Se a ideologia da padronização subjaz ao nascimento e desenvolvimento da linguística, até que ponto ele não aflora também nas páginas das GBCP? Como esse português brasileiro aparece descrito ao longo das diferentes gramáticas analisadas, ou seja, quais traços são tomados como relevantes para sua caraterização? Essas questões serão discutidas a partir da análise das GBCP, no capítulo a seguir.

3.6 **À guisa de síntese**

A história que tentei contar neste capítulo atravessou os cinco século da tradição gramatical luso-brasileira. Pela grande dimensão do narrado e pelas poucas páginas para a

tarefa, imprecisões, incompreensões e lacunas me pareceram inevitáveis. Me desculpando por essas possíveis falhas, ratifico meu propósito maior na montagem desse panorama gramatical, que se estendeu de Fernão de Oliveira (1536) a Evanildo Bechara (2009): o de tornar claro que a produção de gramáticas no contexto luso-brasileiro, nesses cinco séculos de gramatização do português, não conteve inovações que rompessem com a maneira milenar de se refletir, descrever e normatizar a língua.

No que tange à realidade brasileira em particular, cujo processo de gramatização começara a partir de Júlio Ribeiro (1881), acredito ter mostrado que a gramática de nossa língua materna e de cultura vem sendo subjugada a uma norma-padrão bem distante de nossos usos linguísticos efetivos, inclusive em contextos mais monitorados de escrita. Em outras palavras, nossas gramáticas tradicionais do português foram erguidas, se desenvolveram e ainda hoje permanecem sob a epistemologia e a metodologia do processo de gramatização renascentista, que por sua vez é pautado na tradição latina e no legado alexandrino da doutrina gramatical prescritivista, homogeneizante e calcada na escrita literária distante espaço-temporalmente. São todas, sem exceção, produtos do que venho chamando de paradigma tradicional de gramatização (PTG).

A passagem de uma perspectiva lógico-filosófica para uma perspectiva histórico-comparativa no final do século XIX, a regulamentação terminológica por meio da NGB a partir de 1959, os deslocamentos teóricos e práticos promovidos pela consolidação da virada linguística na década de 1980, nada disso parece ter sido suficiente para que fosse constituído um novo paradigma brasileiro de gramatização, que apagasse o embasamento teórico e a filiação ideológica aos traços da tradição greco-romana e da gramática lusitana. As políticas educacionais e a própria história do Brasil também fizeram com que a tradição gramatical brasileira se desenvolvesse como mais continuidade e assentamento do que rupturas, mesmo com alguns desvios de perspectivas ao longo do tempo, resultados de adequações sofridas muitas vezes pelo espírito epistemológico, pelas circunstâncias sociopolíticas ou pelas diretrizes educacionais do momento.

Até as gramáticas do português mais recentes, como Cunha & Cintra (2008) e Bechara (2009), que, até certo ponto, ampliam a visão de língua e se apoiam nos fundamentos da linguística estruturalista ou mesmo funcionalista, acompanham a tradição filológico-gramatical e se apresentam sintonizadas com a prescrição da língua exemplar, escrita, ideal, literária e oitocentista, a despeito de variedades registradas e de algumas mudanças descritivas. Se há indícios de deslocamentos nessas gramáticas, estes não foram suficientes para efetivas mudanças de paradigma, continuando essas obras assentadas no PTG.

Sobre o processo de constituição e legitimação de uma norma linguística, diante da ocorrência de formas diferentes para um mesmo fato linguístico, vimos serem diversos os tipos de argumento que os instrumentos gramaticais tradicionais utilizam para legitimar uma forma como correta, como própria da norma-padrão. Por exemplo, a tradição lança mão do argumento histórico, quando as formas antigas são privilegiadas em detrimento das modernas, ressaltando a necessidade de preservação da língua e desconsiderando o fato inconteste de que as línguas estão em constante mudança; do argumento lógico-racional, em que a lógica, a razão deve suplantar o uso, como nas gramáticas filosóficas baseadas na gramática razoada de Port-Royal; do argumento literário, com abonações literárias reafirmando as regras da gramática, de modo que o gramático pode recortar apenas os exemplos que ele quer impor, omitindo os contraexemplos presentes muitas vezes na mesma obra literária (literatura como pretexto) e confundindo escrita literária com língua em quaisquer variações de registro e modalidade; do argumento social, com a imposição da norma-padrão associada às pessoas de alto prestígio, aos "doutos", à elite; do argumento estético, justificando a norma-padrão por critérios abstratos, subjetivos, pessoais, como elegância, sonoridade, beleza; e mesmo do argumento justificado pelo uso, ainda que pelo uso da classe social dominantemente letrada, classe em que o próprio gramático se insere. Vê-se que a construção sócio-histórica de uma norma-padrão é também ideológica, se valendo de critérios facilmente manipulados ao sabor da inclinação do gramático.

Em suma, a tradição gramatical luso-brasileira, ao longo de sua história, naturalizou tanto a teoria que a fundamenta – importando protocolarmente seu aparato descritivo e taxionômico – quanto a própria norma linguística (ideal) que ela prescreve, que passa a ser confundida com "a única norma", com "A Língua", representada de modo homogêneo, sem variação, ou mesmo a partir de uma imagem heterogênea, mas com usos devidamente hierarquizados.

4 J. C. DE AZEREDO (2008), M. PERINI (2010) E M. BAGNO (2012): RETRATOS DA GRAMATIZAÇÃO BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

> É um truísmo em epistemologias contemporâneas a visão de que vemos nos dados de nossa pesquisa o que as teorias que abraçamos nos permitem ver. Isso indica que há circularidade entre teorias e dados. Examinando uma série de dados de uma perspectiva teórica diferente, é possível construir interpretações diferentes e, mais importante ainda, compreender que os dados não são mais os mesmos.
>
> (L. P. da Moita Lopes, *Linguística Aplicada como lugar de construir verdades contingentes*, 2010)

O espaço agora é dedicado à análise e interpretação dos dados centrais deste trabalho de tese: as gramáticas brasileiras contemporâneas do português (GBCP). No intuito de entrever os movimentos de ruptura que esse conjunto de gramáticas empreende em relação ao paradigma tradicional de gramatização (PTG), bem como as linhas de continuidade existentes entre tradição e contemporaneidade gramatical, exploro três obras que considero representativas do atual cenário brasileiro de gramatização. O Quadro 5, já apresentado na Introdução da tese, arrola esses meus três objetos de análise:

Quadro 5 – *Corpus* de GBCP

Código	**Modalidade predominante**	**Natureza predominante dos dados**	**Obra**	**Autor**	**Ano da 1ª edição**
GA	Escrita	Reais	*Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*	José Carlos de Azeredo	2008
GP	Fala	Introspecção	*Gramática do Português Brasileiro*	Mário A. Perini	2010
GB	Fala	Reais	*Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*	Marcos Bagno	2012

Fonte: O autor, 2015.

O trabalho analítico e interpretativo dessas obras se baseou nas perguntas de pesquisa e nos objetivos da tese, bem como nas categorias de análise que lhes são correspondentes. Apresento novamente tais categorias e as razões para empreendê-las, desta vez em quadro esquemático:

Quadro 19 – Categorias de análise das GBCP

Categoria	Finalidade
(a) Demandas e propósitos sociais	Compreender o contexto de produção das GBCP, em particular os fatores sociais que nortearam sua construção.
(b) Concepções teóricas e configurações metodológicas	Mapear o perfil teórico-metodológico das GBCP e o papel das teorias e dos resultados das pesquisas linguísticas na sua elaboração, verificando as supostas diferenças e aproximações com as bases teórico-epistemológicas e metodológicas da gramatização tradicional.
(c) Arcabouço descritivo, categorial e conceitual	Averiguar as linhas de continuidade e os movimentos de ruptura entre, de um lado, classificações, categorias e conceitos engendrados pelas GBCP e, de outro lado, a terminologia fixa da tradição brasileira (NGB) e as classificações, categorias e conceitos comuns ao paradigma de gramatização hegemônico.
(d) Língua gramatizada	Verificar os aspectos morfossintáticos da língua gramatizada nas GBCP e em que medida essa "língua brasileira" (português brasileiro ou português do Brasil) se aproxima ou se afasta da norma-padrão tradicional portuguesa.

Fonte: O autor, 2015.

Considerando o tamanho expressivo das gramáticas em foco e a necessidade de que as análises não perdessem em profundidade, após o exame inicial dos documentos em sua totalidade, estabeleci um recorte no material que seria efetivamente analisado. Em cada gramática, me centrei nos capítulos destinados:

- à explanação teórico-metodológica da obra;
- à descrição/prescrição dos aspectos morfossintáticos da língua (classes de palavras, morfologia flexional e sintaxe);
- e às abordagens pragmáticas, enunciativas, textuais ou discursivas dos fatos e categorias gramaticais que, por ventura, essas obras realizassem.

Por outro lado, descartei o tratamento que algumas das gramáticas davam, por exemplo, à fonologia, à ortografia, à semântica lexical e à morfologia derivacional, não por ver nesse material algo de menor importância, mas sim por crer que o conjunto de dados considerados já era suficiente para atender às demandas de minha investigação. Portanto, de antemão, friso que alguns aspectos e nuances dessas gramáticas foram deixados de lado em favorecimento desse recorte empreendido. No entanto, julgo inevitável esse procedimento metodológico, em virtude de ele garantir maior foco e profundidade de análise e atender às perguntas de pesquisa e aos objetivos da tese. Além disso, mesmo com a exclusão de alguns poucos capítulos das obras, manteve-se um volume de texto considerável para análise (364,

das 528 páginas da GA; 315, das 337 páginas da GP; e 868, das 995 páginas da GB), de modo que pudesse dar conta satisfatoriamente das três categorias de análise encabeçadas[97].

O capítulo está organizado em três seções, semelhantes em estrutura, pois cada uma delas é dedicada a uma das gramáticas em foco: GA, GP e GB. Cada seção é divida em cinco subseções, sendo a primeira destinada a uma breve descrição da obra e as demais correspondentes às quatro categorias de análise: (a) demandas e propósitos sociais; (b) concepções teóricas e configurações metodológicas; (c) arcabouço descritivo, categorial e conceitual; e (d) língua gramatizada.

4.1 *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*, de José Carlos de Azeredo (2008) – GA

4.1.1 Breve descrição da GA

Escrita pelo Prof. José Carlos Santos de Azeredo, atualmente professor adjunto de língua portuguesa do Instituto de Letras da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), a GA é uma obra encomendada pelo Instituto Antônio Houaiss, organização especializada em lexicografia e na criação de livros de referência, dentre os quais se destaca o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, cuja 1ª edição é de 2001. Editada em 2008, a GA chegaria ao mercado em janeiro de 2009. A 3ª e mais recente edição da gramática é de 2010.

Considerada pelo autor uma gramática da "variedade padrão escrita do português em uso no Brasil" (p. 25)[98], a GA está dividida em oito partes (cf. Anexos: Quadro A). As três primeiras partes, essencialmente teóricas, apresentam e discutem questões envolvendo, dentre outras noções, as seguintes: gramática, língua e linguagem; variação e mudança linguística; sistema, uso e norma; funções da linguagem e atos de fala; enunciado, texto e discurso na interface com a gramática. Além disso, trabalham conceitos fundamentais à descrição gramatical proposta, como o de dupla articulação da linguagem; os de frase, oração, proposição, palavra e sintagma; e os de tipos, classes e funções gramaticais. A quarta parte – a maior de toda a obra – é destinada ao tratamento das classes de palavras, da morfologia flexional e da sintaxe dos períodos simples e composto. A quinta parte é dedicada à fonética e à fonologia, enquanto cabe à sexta parte a abordagem do léxico, no que diz respeito tanto à

[97] Os quadros A, B e C, apresentados nos Anexos desta tese, reproduzem o sumário de cada gramática e especificam o que foi considerado em cada uma para fins de análise. O material destacado de vermelho corresponde à parte suprimida de cada obra.

[98] Para não ser redundante nem cansar o leitor, dispensarei a referência convencional "autor, ano, página" nas citações feitas neste capítulo, quando tais citações forem extraídas da gramática analisada na seção.

história da língua quanto a relações morfossemânticas, e à sétima parte o tratamento dos recursos estilísticos (figuras de linguagem). Por fim, a oitava parte da obra é um apêndice composto de três blocos: dois destinados a convenções da escrita (pontuação e crase) e um dedicado ao tema "português brasileiro". A GA também apresenta um índice remissivo e duas bibliografias: a dos títulos de teoria linguística e descrição do português, e a das fontes dos textos (literários e não literários) exemplificados ou mencionados ao longo da obra.

4.1.2 Demandas e propósitos sociais da GA

Na *Apresentação* da GA, são explicitados cinco fatores que nortearam o planejamento e a redação final da obra:

> a) a análise e o ensino do português escrito no Brasil ao longo do último século estão amparados numa tradição descritiva que obviamente precisa ser revista, mas nunca ignorada;
> b) continuam a ser indevidamente estigmatizadas como 'erros gramaticais' muitas formas e construções regularmente empregadas em textos formais de circulação pública em território brasileiro escritos em português;
> c) a maioria dos compêndios escolares disponíveis já reconhece a língua de jornais, revistas e obras não literárias como expressão do uso padrão, mas ainda se revela tímida para a renovação conceitual e descritiva;
> d) algumas vertentes da linguística contemporânea, muito influentes nos meios acadêmicos brasileiros, colocam a atividade discursiva – e o texto em que ela se materializa – no centro das preocupações dos pesquisadores; e
> e) consequentemente, a tradicional unidade máxima da análise – a oração – perdeu este *status* e passou a ser descrita no contexto maior de sua ocorrência. (p. 26)

Interessante perceber que, em seu conjunto, esses fatores ressoam as características da "virada linguística" (cf. Capítulo 1 – Introdução), isto é, refletem a mudança de perspectiva que se operou, a partir da década de 1960, nos estudos da linguagem e no ensino de língua em nosso país. Nesse cenário, atualmente, beira o consensual o discurso que defende o uso em detrimento da forma, o relevo dos aspectos extralinguísticos na análise da língua, a abordagem textual e discursiva dos fatos gramaticais, o respeito às variedades linguísticas diferentes da língua da escola, a renovação do modelo tradicional de descrição gramatical, a consideração da Linguística como disciplina norteadora dos estudos linguístico-gramaticais e das práticas pedagógicas existentes, entre outros vetores da virada linguística que balizam o espírito da época que envolve a GA.

Desse modo, a GA é uma das obras que surgem no mercado editorial querendo dar conta das demandas encabeçadas pelo "discurso da mudança" (cf. PIETRI, 2003). Entretanto, se de um lado essa gramática se constitui pela urgência em se deslocar de posicionamentos tradicionais, por outro lado ela também explicita a necessidade de guardar semelhanças com a

tradição descritiva, muito por seu autor acreditar que esse modelo ainda tem contribuições a oferecer ao ensino da língua materna entre nós, como defende em recente publicação sobre o tema (AZEREDO, 2014). Portanto, a GA, explicitamente, não busca uma total ruptura com o já posto, mas sim "um ponto de equilíbrio entre a tradição e a renovação, seja na ordenação e articulação dos assuntos, seja nos conceitos teóricos e descritivos, seja ainda na seleção de exemplos" (p. 26). E é exatamente isso que se percebe ao longo de suas páginas: a tentativa de se conciliar o pleito do contexto sócio-histórico da virada linguística à crença na utilidade teórica, taxionômica, terminológica e conceitual do PTG.

A GA reconhece a importância dos estudos linguísticos brasileiros, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, na produção de análises sobre a estrutura e o funcionamento da linguagem. Menciona a abundância de publicações de linguistas sobre fonologia, morfologia e sintaxe da língua portuguesa, mas salienta a ausência de uma espécie de síntese desses trabalhos, com abrangência análoga à das gramáticas tradicionais, a fim de suavizar o abismo entre a produção de conhecimento no espaço da academia e a elaboração de obras para atender ao mercado de ensino. Cita Castilho (1991-2002), Perini (1995), Neves (1999) e a obra portuguesa Mira Mateus et. al. (1989) como as primeiras tentativas do tipo, mas sabemos da pouca relevância no cenário pedagógico/escolar dessas gramáticas extremamente complexas, pouco didáticas e escritas numa linguagem distante de leitores não especializados, embora a GA se cale a esse respeito.

Nesse sentido, a GA diz procurar atender às necessidades do "leitor médio", ou seja, dos "usuários da língua portuguesa em geral, cuja formação requeira, por motivos socioculturais diversos, competência produtiva (expressar) e receptiva (compreender) na modalidade escrita padrão" (p. 27). A obra defende que o conhecimento da gramática de uma língua serve para construir ou aprimorar as habilidades de expressão e compreensão desse leitor médio, na medida em que a gramática não seja reduzida à nomenclatura gramatical ou a técnicas de análise estrutural e funcional. Assim, a posição da GA é de que

> o ensino da gramática como uma técnica de descoberta e de tomada de consciência dos recursos estruturantes dos enunciados e dos textos aguça a sensibilidade linguística do estudante, de sorte que se desenvolve nele uma espécie de discernimento e de capacidade crítica e avaliativa benéficos ao desempenho da leitura e da expressão. (p. 108)

De acordo com a GA, cabe ao seu leitor aceitar o desafio de investigar o funcionamento da língua e descobrir os meios de colocá-la a serviço de sua criatividade. Este seria um dos propósitos de uma obra que pretende fomentar reflexões sobre a gramática de uma língua. Daí sua preocupação em construir um texto acessível ao seu público-alvo, não

restrito à leitura de especialistas. O leitor comum é "convidado a participar da construção do raciocínio" e "estimulado a tirar suas próprias conclusões mediante a observação dos fatos da língua" (p. 27).

Esse atributo da GA talvez esteja relacionado a um aspecto organizacional bem saliente na obra: a abordagem dos tópicos gramaticais se vale de textos expositivos constituídos por parágrafos bastante desenvolvidos, em que há espaço para a reflexão, a argumentação, a crítica à tradição. Ainda que a essência da obra não fuja à costumeira sistematização em quatro passos – categorizar, definir, subdividir e exemplificar –, os textos não são excessivamente fragmentados para atender a essa organização. Em algumas obras gramaticais tradicionais, sobretudo nas mais recentes, é comum haver essa forma de textualização mais fluida no tratamento dos conteúdos teóricos, costumeiramente apresentados nos primeiros capítulos da obra, mas não nas partes destinadas à descrição e prescrição das formas gramaticais e de seu funcionamento, o cerne de um livro de gramática. Por isso, é necessário dizer que essa especificidade composicional e estilística marca a GA em muitos momentos da descrição gramatical que ela desenvolve. É o que se percebe, por exemplo, no texto que discorre sobre a categoria gramatical de gênero no substantivo (item 7.1.2), do qual vale a pena citar ao menos o primeiro parágrafo, exemplar quanto a esse aspecto:

> Os substantivos servem para designar uma vasta e variada série de noções concebidas pelo intelecto humano, cuja sistematização compete propriamente à semântica lexical. Do ponto de vista gramatical, tradicionalmente se consideram relevantes distinções como concreto x abstrato, próprio x comum, animado x inanimado. Na subclasse dos substantivos animados é comum encontrarmos pares como *homem/mulher*, *gato/gata*, *carneiro/ovelha*, *rei/rainha*, que nossa tradição escolar transformou na *razão* por excelência da análise gramatical do gênero. A verdade, porém, é que todo e qualquer substantivo pertence a um gênero, e não apenas os que denotam seres animados. O excesso de importância tradicionalmente concedida a essa subclasse se explica pela confusão que se fez entre *gênero* - que é uma categoria linguística – e a noção biológica, portanto extralinguística de *sexo*. Este equívoco já estava resolvido desde os trabalhos pioneiros de Manuel Said Ali (1861-1953), mas ainda resta uma certa confusão em obras recentes destinadas ao ensino médio. (p. 157-158)

Após essa introdução, a exposição crítica a respeito do tema continua nas páginas seguintes: por exemplo, a GA argumenta a favor do gênero como traço inerente à classe dos substantivos; conceitua a categoria, explicando e exemplificando as diferentes ordens de seu fundamento (gênero por convenção, por referência e por elipse); e reformula a noção tradicional de gênero como *flexão*, apresentando plausíveis razões para analisá-la enquanto *derivação*. Essa mesma característica na abordagem da categoria gramatical de gênero marca

a obra na lida com outros tantos tópicos morfológicos e sintáticos, como *aspecto verbal* (item 8.7), *determinantes* (item 10.7), *orações adverbiais* (item 14.13) etc.

No entanto, não se pode ignorar que, ao mesmo tempo em que são bem-vindas abordagens mais aprofundadas e respaldadas pela ciência linguística de tópicos gramaticais secularmente engessados pela tradição dogmática, esse mesmo movimento, em alguns momentos, complexifica demasiadamente o tratamento de fatos e categorias gramaticais, de modo que o usuário médio, público-alvo da GA, não tenha como identificar ali um material útil de consulta rápida. Fica difícil para essa obra, destarte, alcançar a livre circulação nas salas de aula de língua materna e se tornar um compêndio gramatical de referência no ensino-aprendizagem da língua.

Nesse sentido, lembro a complexa descrição dos *verbos transitivos* (itens 9.4 a 9.9), a meu ver confusa, redundante e improdutiva. A gama de categorias, hierarquizadas a partir de critérios múltiplos (predominantemente sintáticos e semânticos), é enorme e confunde até os leitores mais bem preparados. Além disso, a utilidade dessa nova roupagem classificatória para o público-alvo da GA – o "leitor médio", o "usuário da língua em geral" – é praticamente nula.

O Quadro 20 tenta organizar e sintetizar as "subclasses" dos verbos transitivos de acordo com a GA e suas respectivas "subdivisões". Por sua vez, tais "subdivisões" são classificadas em outras "subclasses", como mostra o Quadro 21, que foca a subdivisão *transitivo direto*. Esses quadros ajudam a exemplificar o exagero metalinguístico e a consequente inoperância pedagógica desse tipo de abordagem da GA:

Quadro 20 – Subclasses (1) e subdivisões dos verbos transitivos, de acordo com a GA

Subclasses (1)	Subdivisões
Transitivo objetivo: seguido de um termo adjacente	**Transitivo direto**: seguido de objeto direto
	Transitivo indireto: seguido de objeto indireto
	Transitivo relativo: seguido de complemento relativo
Transitivo biobjetivo: seguido de dois termos adjacentes	Transitivo direto e indireto: seguido de objeto direto e indireto
	Transitivo direto e relativo: seguido de objeto direto e complemento relativo
	Transitivo direto e predicativo: seguido de objeto direto e predicativo
	Transitivo relativo e predicativo: seguido de complemento relativo e predicativo
	Transitivo birrelativo: seguido de dois complementos relativos
Transitivo sem complemento explícito	

Fonte: O autor, 2015.

Quadro 21 – Subclasses (2) do verbo transitivo direto, de acordo com a GA

Subdivisão	Subclasses (2)
Transitivo direto	Verbos de ação/movimento em geral, complementados por substantivos referentes a seres concretos.
	Verbos cujo objeto se refere a partes ou a uma entidade cuja constituição interna seja divisível em partes.
	Verbos que denotam conhecimento intelectual/intuitivo e ocorrem complementados por proposições ou substantivos capazes de condensar conteúdos proposicionais.
	Verbos que denotam atividade comunicativa e ocorrem complementados por proposições ou substantivos capazes de condensar conteúdos proposicionais.
	Verbos que denotam, em geral, uma mudança de estado à qual a entidade designada pelo complemento é submetida.
	Verbos que se referem a uma propriedade ou estado a serem explicitados no complemento.

Fonte: O autor, 2015.

Como se vê, a GA não economiza na quantidade de subtipos, subcategorias, subclasses, subdivisões envolvendo um tópico gramatical. Às vezes, inclusive, falta uma orientação eficiente, capaz de monitorar cognitivamente o leitor de seus longos e densos textos expositivos. Por exemplo, na já mencionada abordagem das *orações adverbias* (item 14.13), são citados quatro tipos gerais, de acordo com a natureza semântica da relação estabelecida: (a) relação de causalidade, (b) relação de temporalidade, (c) relação de contraste, (d) relação de modo/comparação (p. 323). Entretanto, os tipos apresentados no decorrer da exposição (p. 323-336) não correspondem, nem mesmo em quantidade, ao conjunto anteriormente enunciado: além de serem cinco (e não quatro) o número de orações adverbiais efetivamente discutidas, intitulam subpartes da gramática as relação de proporção e a relação de adição/preterição, e não mais a relação de modo/comparação.

Em suma, a GA é um livro que responde, em certa medida, às demandas do contexto sócio-histórico da virada linguística nas pesquisas e no ensino-aprendizagem de língua no Brasil. Escrita por um brasileiro e para brasileiros, tem como propósito servir de gramática de referência da modalidade padrão escrita da língua portuguesa em nosso país. Todavia, apesar de visar o leitor comum, não raro apresenta densas exposições teóricas e descritivas, que seriam mais adequadas ao público especializado: linguistas, professores de português, estudantes de letras etc. De certo modo, isso inviabiliza seu alcance escolar ou mesmo seu *status* de livro de referência. Por fim, a GA se desloca, em certos pontos, da tradição gramatical conceitual e descritiva, a qual não segue à risca, mas também não ignora. Afirma que pretende reconhecer usos não literários como possíveis expressões do padrão linguístico, considerar aspectos da atividade textual-discursiva como indispensáveis à descrição

gramatical e legitimar construções indevidamente estigmatizadas mas empregadas amplamente em nosso território. Nos próximos itens, mostrarei se tais propósitos declarados realmente são efetivados no desenrolar da obra.

4.1.3 Concepções teóricas e configurações metodológicas da GA

Não existe uma única base teórico-metodológica responsável pelo percurso descritivo feito pela GA. Na verdade, a obra tende mesmo a não explicitar suas filiações teóricas de partida, embora muitas delas possam ser inferidas por meio das noções, dos conceitos e dos pontos de vista apresentados tanto nas três primeiras partes, predominantemente teóricas, quanto nas demais partes, de natureza descritiva. As reflexões envolvendo *linguagem*, *língua*, *gramática*, *norma*, *enunciado*, *texto*, *discurso*, entre outras noções, além da apresentação de alguns conceitos linguístico-gramaticais e da própria descrição realizada da estrutura e do funcionamento da língua, são reveladoras do perfil teórico-metodológico da gramática, o qual passo agora a comentar.

Diferentemente das gramáticas do PTG, as quais costumam conceber a língua(gem) enquanto um objeto autônomo do qual o falante/escritor se vale para expressar pensamentos[99], a GA alarga essa ideia à medida que afirma que a linguagem tem como função não só exprimir/codificar o conhecimento em enunciados/textos, mas também conceitualizar e categorizar a experiência de mundo e organizar o conhecimento. A obra defende que "as coisas do mundo, real ou imaginário, só se tornam objetos de nosso conhecimento quando adquirem o *status* de conceitos, ou seja, quando são aprendidas nas malhas de um sistema simbólico, como a língua que falamos" (p. 47). Desse modo, "à medida em que aprende sua língua materna todo indivíduo aprende com ela uma forma de conhecer o mundo e de se relacionar socialmente" (p. 56). A linguagem não seria, pois, o "espelho do mundo", como se ambos fossem estruturas separadas, como se nossos pensamentos fossem reflexos do mundo e a linguagem, seus rótulos. Além dessas duas funções da linguagem (forma de conhecimento e de expressão), outra função, para a GA, seria a de comunicação e atuação interpessoal, o que amplia ainda mais a visão de linguagem que norteia a obra.

Convém dizer que o livro não traça limites precisos entre *linguagem* e *língua*, o que, na história da gramaticografia do português, remete à indistinção entre os dois termos,

[99] No Capítulo 3, mostrei algumas obras gramaticais do século XIX e XX que abraçam explicitamente a concepção de língua(gem) como expressão do pensamento, como Ernesto Carneiro Ribeiro (1890), Eduardo Carlos Pereira (1907), Firmino Costa (1920) e Napoleão Mendes de Almeida (1988 [1944]).

atestada na comparação dos títulos dos primeiros instrumentos de gramatização da língua de Camões: a *Grammatica da linguagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira (1536), e a *Grammatica da lingua portuguesa*, de João de Barros (1540). Na GA, por vezes, essa indistinção aparece em um mesmo parágrafo, asseverando uma evidente equivalência:

> A língua é uma forma de conhecer e de organizar os conteúdos que os indivíduos comunicam entre si. Sua função como mediadora das relações do homem com seus semelhantes e com o mundo que eles coabitam é bem óbvia e ratifica a analogia entre palavras e ferramentas. O que não é tão óbvio, porém, é a extraordinária quantidade e sutileza dessas relações, o que exige da linguagem uma versatilidade, uma maleabilidade que excede de forma extraordinária as características das ferramentas [grifos meus] (p. 48).
>
> Pela língua o homem exerce um poder de significação que transcende a função de nomear os dados 'objetivos' de sua experiência cotidiana: o papel da linguagem na expressão de 'conceitos potencialmente significativos' torna o ser humano capaz de criar os universos de sentido que circulam na sociedade sob a forma de enunciados/textos. [grifos meus] (p. 49)

Confusões terminológicas à parte, um desdobramento interessante dessa noção de língua(gem) é o entendimento de que ela é um *fenômeno sociocultural*. Isso significa que a linguagem não se limita a estímulos biológicos como respirar, andar, comer. Seus estímulos residem no universo social e se integram na ordem dos fenômenos culturais, portanto aprendidos. A GA não nega que o conhecimento da língua seja também o conhecimento de uma estrutura morfológica e sintática. Nesse sentido, afirma que "as formas do léxico só participam da construção dos enunciados ao serem submetidas às regras da morfologia e da sintaxe, cuja combinação constitui uma das acepções do termo gramática" (p. 60). Entretanto, também defende que a língua, nos limites de sua estrutura, não significa sozinha, pois depende decisivamente de fatores do *contexto cognitivo* (pontos de vista do interlocutores) e do *contexto sociocomunicativo* (papéis sociais dos interlocutores) da *enunciação*, no qual se definem as coordenadas da *interação verbal*.

Desse modo, para a GA, conhecer uma língua significa "estar apto a servir-se dela para tomar parte na rotina social da comunidade" (p. 56), "para executar, com desembaraço e êxito, as múltiplas tarefas comunicativas inerentes ao convívio social" (p. 57). As palavras e as frases só produzem sentido quando integradas em nossos atos comunicativos, episódios da vida social, resume a GA, preparando o solo teórico para a análise dessas duas unidades gramaticais face a aspectos enunciativos, textuais, discursivos. Friso, mais uma vez, que essa noção de língua(gem) desenvolvida na GA, capital ao cenário teórico-metodológico posteriormente erguido, não apresenta âncoras teóricas explícitas, concretizadas seja em

autores, seja em áreas de investigação. Os capítulos da obra que acolhem essa discussão[100] não se prendem a amarras de alguma filiação teórica ou de algum autor de renome, embora termos como *enunciação*, *contexto cognitivo*, *interação verbal*, entre outros, sugiram o diálogo com abordagens enunciativas, cognitivistas e sociointeracionistas dos estudos da linguagem.

Todavia, essa noção ampliada de língua(gem) não significa que a GA também não venha a assumir conceitos de empreendimentos formalistas. Nesse sentido, a terceira parte do livro (*Conceitos básicos da descrição gramatical*) apresenta uma série de postulados fundamentalmente estruturalistas, que remontam a autores que se destacaram na primeira metade do século XX, como Ferdinand de Saussure, André Martinet e Leonard Bloomfield. Como recorrente, a gramática não faz referências explícitas a esses teóricos ou a suas obras e escolas, embora discuta seus conceitos. O quinto capítulo, em particular, desenvolve o conceito de *dupla articulação da linguagem*, em que a primeira articulação (plano do conteúdo) corresponde à face semântica da linguagem e a segunda articulação (plano da expressão), à sua face sonora. Esse é o motor teórico que impulsiona uma sucinta exposição dos conceitos de *fonema* (unidade do plano da expressão), *morfema* (unidade do plano do conteúdo) e *signo linguístico* (união arbitrária entre *significado* e *significante*). Nesse ponto, é apresentada – e aqui cito a gramática – "uma distinção teórica decisiva no entendimento de um aspecto fundamental da estruturação da língua" (p. 114): as noções de *relação sintagmática* (combinação linear de unidades do plano da expressão – fonemas e sílabas) e *relação paradigmática* (associação abstrata de unidades que ocupam a mesma distribuição sintagmática e estão em oposição no sistema linguístico – morfemas e palavras). Outros tantos conceitos também são desenvolvidos, em geral de modo didático, como o de *condicionamento pragmático*, *semântico, gramatical* e *fonológico*, *motivação* (*transparência*)*, arbitrariedade* (*opacidade*)*, unidade* e *construção* etc. A maioria deles é retomada no decorrer da obra, não necessariamente de modo explícito, mas subjazendo às descrições propostas.

Outro aspecto teórico importante, que se relaciona à visão de língua(gem) da GA, é o reconhecimento, por parte da obra, de que a língua muda continuamente e varia. Isso acarreta mudanças significativas em escolhas metodológicas tão caras ao PTG. Já na *Apresentação* do material, a GA afirma que a língua é a "soma de todas as suas possibilidades de expressão, e só existe nas variedades de uso que a concretizam como meio de intercompreensão de seus falantes" (p. 27). Mas é mesmo na segunda parte (terceiro capítulo) que a obra desenvolve o

[100] Primeiro e segundo capítulos (*Na fronteira do universo humano*; *O conhecimento da língua*), situados na segunda parte da obra (*Uma forma de conhecimento, de expressão e de comunicação*).

tema da *variação* e *mudança linguística*. Nessas páginas, a GA defende que toda língua sofre alterações ao longo do tempo, de modo que se torna insustentável a ideia de que

> as línguas evoluem para um estado de perfeição, ilustrado na maneira como a praticam seus grandes oradores e poetas, e que, atingido esse estágio, elas precisam ser defendidas da corrupção daqueles que a utilizam mal, e, portanto, de toda mudança que as afaste daquele ideal de perfeição. (p. 61)

No Capítulo 2 da tese, mostrei que remonta à *Tékhnē Grammatikē*, de Dionísio Trácio (séc. I a.C.), a visão de que a língua da literatura pregressa é a mais bem elaborada e deve, por isso, ser preservada. Essa ideia acompanha, de modo explícito ou subjacente às configurações metodológicas e à descrição operada, as gramáticas tradicionais ao longo da história da gramaticografia ocidental. Obras como Donato (séc. IV d.C.), Prisciano (séc. VI d.C.) e, no contexto luso-brasileiro, João Ribeiro (1881, 1884, 1887) e Napoleão Mendes de Almeida (1988 [1944])[101] costumam primar pela "defesa da língua" contra sua "corrupção" e "deterioração". Desse modo, a GA explicita uma ruptura teórico-metodológica de partida ao pôr em xeque esse ideal de perfeição dos clássicos literários, tão característico do PTG. Advoga no sentido de que todas as variedades de uma língua são dotadas de estrutura complexa em qualquer fase de sua existência histórica, além de serem funcionalmente adequadas aos objetivos interacionais de seus usuários e permanentemente adaptáveis às novas necessidades de expressão da comunidade. No entanto, não deixa de eleger uma dessas variedades na representação descritiva que faz da língua portuguesa do Brasil. Esse recorte sugere que a assunção de uma concepção heterogênea de língua, que reconheça suas possibilidades de variação no tempo e nos contextos socioculturais, não contorna a condição de homogeneidade linguística inerente a qualquer atividade de gramatização.

O que sustenta esse recorte do emaranhado linguístico que é a língua na GA (ao menos no plano teórico) é o tripé *sistema*, *uso* e *norma*, que remonta ao linguista Eugênio Coseriu, conforme apresentei na seção 3.5 do Capítulo 3, nas discussões sobre a noção de norma linguística. Ferrenha à característica de ignorar referências teóricas explícitas, a GA, embora mencione algumas obras do autor em outros pontos, não o cita quando lança mão desses termos e da relação entre eles. Em síntese, para a GA, o ato concreto de falar/ouvir ou ler/escrever a língua é o *uso*; a língua como estrutura abstrata, espécie de denominador comum de todos os seus usos, consiste no *sistema*; e, por sua vez, o sistema possui várias *normas*, sendo que cada uma funciona como modelo de uso seguido pelos membros de uma determinada comunidade, por escolha ou por força de herança sócio-histórica. Dentre as

[101] Cf. Capítulo 3 no que tange às obras luso-brasileiras.

diferentes normas, a GA reconhece a existência de um "uso padrão" da língua, que denomina "língua comum/padrão", algo como um modelo linguístico preferido por alguma razão não necessariamente linguística. Frisa, entretanto, que nenhuma norma, nem mesmo a língua padrão (e aí é flagrante a equivalência indevida entre os termos *língua* e *norma*), é uma entidade homogênea e estável, de limites por si mesmos definidos, de modo que quando se fala em "língua portuguesa" como entidade familiar entre brasileiros, portugueses e outros povos, se está se referindo a uma "grande abstração". À medida que a GA é uma gramática da "variedade [língua? norma?] padrão escrita do português em uso no Brasil", não há por que duvidar de que a variedade/língua/norma descrita nessa gramática seja, em si mesma, também uma abstração[102].

Essa reflexão sobre a noção de língua(gem) que a GA assume teoricamente, pode ser aprofundada ao se observar a noção de *gramática* que a obra abraça. Explicitamente, a GA se ergue contra a imagem de gramática fossilizada pelo PTG ao longo de pelo menos vinte séculos: a que resume a gramática a um conjunto de ensinamentos sobre a maneira correta, bela, perfeita de falar e escrever uma língua, modelada da obra de poetas e prosadores do passado, que precisa não só ser preservada, mas também imitada pelas novas gerações de usuários. No lugar desse modelo absolutamente prescritivo e purista de gramática, a obra assenta conceitos de gramática mais próximos à ciência linguística: "conhecimento intuitivo e prático da língua que qualquer usuário possui" (p. 29) ou "sistema de regras que permite aos falantes de uma língua construir e compreender suas frases" (p. 33). Salienta a GA que essas regras, de natureza prosódica, fonético-fonológica e morfossintática, levam em conta a expressão de significados em situações interlocutivas específicas. Ancora-se, assim, em uma visão de gramática que transcende a estrutura, que vai ao encontro de aspectos semânticos e contextuais. A gramática, lugar das regularidades da língua, corresponde, assim, ao "conjunto de processos que regulam a correspondência entre a construção das formas linguísticas e os respectivos significados" (p. 125).

A descrição formal e técnica desse "conhecimento intuitivo" ou desse "sistema de regras", na visão da GA, é o que cabe a um livro de gramática realizar. Nesse sentido, a gramática é um conjunto de conceitos e de afirmações sobre o funcionamento das línguas, mediante algum modelo teórico. Esse modelo teórico seria uma espécie de "hipótese sobre como a língua se organiza estruturalmente para tornar possível a expressão e a compreensão de sentidos" (p. 29). Entretanto, convencida de que a língua em seu uso concreto é dinâmica,

[102] Volto a esse ponto na subseção 4.1.5, em que analiso aspectos morfossintáticos da língua gramatizada pela GA.

versátil, criativa e flutuante, a GA sustenta que é difícil reduzi-la a um modelo teórico dotado de categorias estanques. Os modelos teóricos disponíveis não abarcam a complexidade da gramática, sentencia a GA, afirmando que todos têm limitações e estão sujeitos a reformulações:

> [...] nenhum modelo de análise, por mais refinado e complexo que seja, consegue abarcar toda a sua complexidade [complexidade da linguagem]. Desta constatação derivam necessariamente dois postulados: (a) uma análise abrangente do funcionamento da língua sempre dependerá da conciliação de conceitos emprestados a diferentes perspectivas teóricas; (b) qualquer modelo descritivo tem limitações; portanto, é natural que encaremos qualquer análise como um corpo de afirmações sujeito a reformulação. (p. 31)

Isso talvez explique o que mais acima havia comentado: a falta de um claro posicionamento teórico da GA, no que diz respeito a ancoragens explícitas em alguma área ou teoria disponível no cenário dos estudos linguísticos. Em contrapartida, essa ausência de um modelo descritivo e de um arcabouço taxionômico que lhe seja associado acaba empurrando a GA, ainda que isso não seja explicitado ao sabor de suas páginas[103], para o acervo categorial e terminológico da tradição gramatical luso-brasileira[104]:

> O modelo teórico que se adota para descrever o português compreende, por exemplo, a ideia de classes de palavras, como **adjetivo**, **verbo** e **preposição**; as noções funcionais de **sujeito** e **objeto**; a oposição entre **pretérito perfeito** e **pretérito imperfeito**; os conceitos de **sílaba tônica** e **sílaba átona**; a distinção entre **frase declarativa** e **frase imperativa**, entre diversos outros conceitos [grifos do autor]. (p. 29)

Na terceira parte da obra (sexto capítulo), a GA apresenta os passos para a construção de uma gramática que se propõe descrever determinados usos da língua: a) delimitar um objeto de análise; b) selecionar um *corpus*; c) apoiar-se numa teoria; d) classificar as unidades e enunciar as regras de seu funcionamento. Curiosamente, apenas o primeiro e o último passo são, de fato, seguidos pela GA: afinal, a variedade escrita formal brasileira é recortada enquanto objeto de análise (passo "a") e as regras de funcionamentos das unidades linguísticas constituem a essência descritiva do livro (passo "d"). Todavia, nenhuma teoria linguística em particular serve de apoio ao todo da obra (passo "c") e não se pode dizer que haja um *corpus* linguístico (passo "b"), uma vez que, além de os dados de introspecção serem

[103] Gramáticas e gramáticos tradicionais, a despeito do uso de diversos termos da terminologia da tradição, também são pouco citados na GA. Dentre as raras menções, há Cunha & Cintra (1985), em nota de rodapé, sobre a classificação dos adjetivos (p. 170); e Bechara (1999), também em notas de rodapé, sobre o relativo universal "que" (p. 317) e sobre aspectos ligados à concordância da forma verbal no infinitivo (p. 343).

[104] Retorno a essa questão na subseção 4.1.4, em que analiso o arcabouço descritivo, categorial e conceitual da GA.

recorrentes (embora não predominantes) em todas as partes da obra [105], aspectos metodológicos envolvidos na constituição de um *corpus* linguístico não são sequer mencionados. Nesse sentido, a obra se limita a dizer que "os exemplos são majoritariamente derivados do uso culto corrente do português do Brasil, especialmente em sua modalidade escrita" (p. 27). Na verdade, os dados linguísticos não constituem um *corpus* na GA, mas sim fontes de exemplos, como nas gramáticas tradicionais. Em outras palavras, não é a partir do *corpus* que as unidades são classificadas e as regras de seu funcionamento enunciadas; o movimento ocorrido é o contrário: os dados reais ou de introspecção é que exemplificam categorizações e regras de funcionamento previamente configuradas, ou mesmo apenas abonam prescrições linguísticas:

> 9.12.2 Regras especiais
> Sujeitos ligados por *nem*
> Levam o verbo para o plural
> - na primeira pessoa, se um deles é o pronome *eu*
>   - Nem eu nem você *podemos* sair daqui agora
> - na terceira pessoa, nos demais casos
>   - Nem ela nem a irmã *sabiam* o que estava acontecendo
>   - "Só a morte arrancou o segredo que nem o pai, nem o filho *contariam* jamais." [RORIGUES, 1993: 137] [...] (p. 229)

Por outro lado, a despeito da presença de dados de introspecção e da ainda forte frequência de dados extraídos da literatura, é notória a preocupação da GA em ir além dos limites literários na configuração do exemplário apresentado. Obras não ficcionais de áreas como sociologia, geografia, história, além de artigos publicados em jornais e revistas de circulação nacional, a exemplo de *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *Veja*, recorrem em diversas partes da gramática como fontes de exemplos do português escrito padrão do Brasil.

O Quadro 22 quantifica os exemplos literários e não literários apresentados nas partes destinadas à abordagem da morfologia (flexional e classes de palavras) e da sintaxe na GA, de acordo com os principais tópicos gramaticais trabalhados. Percebe-se o predomínio de dados não literários (199 exemplos) em relação aos dados literários (99 exemplos) na GA, o que vai de encontro à tradição. O certo é que, em termos quantitativos, é praticamente o dobro o número de exemplos extraídos de domínios discursivos diversos do domínio da literatura:

[105] Vale dizer que a GA, embora apresente uma série de exemplos criados pelo autor em praticamente todos os seus capítulos, faz uma crítica a Perini (1995) e Mira Mateus et. alii. (1985 [1983]), por nenhuma das duas obras basearem a descrição apresentada em um *corpus* recolhido para tal fim, mas sim em exemplários de conta própria.

Quadro 22 – Dados reais na descrição morfológica flexional e sintática da GA

TÓPICOS GRAMATICAIS		DADOS REAIS (EXEMPLOS)		
		LITERÁRIOS	NÃO LITERÁRIOS	
CLASSES DE PALAVRAS E MORFOLOGIA FLEXIONAL 44 páginas	Substantivo	-	-	
	Adjetivo	-	-	
	Numeral	-	-	
	Pronome	-	1	
	Artigo	-	-	
	Verbo	-	-	
	Preposição	1	1	
	Advérbio	1	1	
	Conjunção	-	-	
SUBTOTAL		2	3	5
SINTAXE DO PERÍODO SIMPLES 90 páginas	Sintagma verbal	-	-	
	Gramaticalização de verbos	1	2	
	Verbo principal e auxiliares	-	-	
	Número e pessoa	-	-	
	Dêixis e relações de tempo	-	-	
	Aspecto	-	-	
	Modo	3	-	
	Transitividade verbal (inclui regência)	-	-	
	Sujeito	5	2	
	Concordância verbal	16	31	
	Termos adjacentes ao verbo	-	-	
	Sintagma nominal (inclui colocação pronominal)	6	25	
	Sintagma adjetivo	1	-	
	Vozes do verbo	3	6	
	Sintagma adverbial	2	2	
SUBTOTAL		37	68	105
SINTAXE DO PERÍODO COMPOSTO 80 páginas	Coordenação, subordinação, justaposição	5	4	
	Orações coordenadas	12	24	
	Orações subordinadas substantivas	4	16	
	Orações subordinadas adjetivas	7	9	
	Orações subordinadas adverbias	12	48	
	Formas nominais do verbo (infinitivo, particípio, gerúndio)	10	14	
	Articulação textual dos tempos e modos verbais	10	13	
SUBTOTAL		60	128	188
TOTAL		**99**	**199**	**298**

Fonte: O autor, 2015.

Devo salientar que o apanhado quantificado no Quadro 22, restrito aos dados reais (literários ou não literários), não esgota o conjunto de exemplos que se vê na GA, pois dados de introspecção também são utilizados na obra, quer em contextos fartamente exemplificados

por dados reais (sintaxe do período composto), quer na abordagem de tópicos que apresentam nenhum ou raros exemplos autênticos de uso da língua (classes de palavras e morfologia flexional).

A propósito, percebe-se que a presença de dados reais na GA é diretamente proporcional ao tamanho da unidade de análise: na abordagem da *palavra*, 5 exemplos; do *período simples*, 105 exemplos; do *período composto*, 188 exemplos. Essa progressão é perfeitamente entendível, na medida em que a obra está mais propensa a abordagens textuais e discursivas quando a unidade de análise é o período, sobretudo o período composto. Assim, na GA, os dados reais parecem ser "mais necessários" na lida com temas gramaticais que envolvem o texto e o discurso.

Outra evidência colhida da observação do Quadro 22 é a relação claramente estabelecida entre dados reais e tópicos gramaticais mais suscetíveis a um tratamento prescritivo, como a *concordância verbal* e a *colocação pronominal*, que juntos contabilizam cerca de 75% dos exemplos com base em dados reais na abordagem do período simples. Nesse sentido, causa estranhamento o tópico *regência* sequer contabilizar dados reais em seu exemplário. Por outro lado, também é digno de nota a abordagem de fenômenos eminentemente enunciativos como a *dêixis*, o *aspecto verbal* e o *modo verbal* a partir, exclusivamente, de exemplos de introspecção.

Em se tratando especificamente dos exemplos de fontes literárias, o acervo da GA é constituído, majoritariamente, por autores da literatura brasileira contemporânea. Para se ter uma ideia, dos trinta autores que aparecem na descrição morfossintática da GA, os três mais citados são Carlos Heitor Cony (11 exemplos), Rubem Braga (11 exemplos) e Luis Fernando Verissimo (10 exemplos), o que indica que as crônicas do cotidiano nessa obra ocupam maior espaço que os romances e os poemas, gêneros literários preferidos do PTG. Além disso, exatos 80% desse conjunto de autores nasceram no século XX e cerca de 44% ainda estavam vivos no ano de publicação da GA (2008). Se considerarmos, por exemplo, o rol de autores luso-brasileiros românticos, realistas e parnasianos que imperavam na obra de Napoleão Mendes de Almeida (1988 [1944])[106] e o fato de que os cinco escritores mais citados em E. Bechara (2009 [1999]) são o Marquês de Maricá, Alexandre Herculano, Machado de Assis, Camilo Castelo Branco e Luís de Camões[107], fica evidente o deslocamento significativo da GA em relação às abonações literárias comuns à tradição gramatical:

[106] Cf. Quadro 18, no Capítulo 3.
[107] Cf. subseção 3.4.3.7, no Capítulo 3.

Quadro 23 – Fontes de exemplos e abonações literárias na GA

Autores	Ano de nascimento (e falecimento)	Quantidade de exemplos
Carlos Heitor Cony	1926	11
Rubem Braga	1913-1990	11
Luis Fernando Verissimo	1936	10
Nelson Rodrigues	1912-1980	9
Aníbal Machado	1894-1964	7
Carlos Drummond de Andrade	1902-1987	6
Erico Verissimo	1905-1975	6
Graciliano Ramos	1892-1953	5
João Ubaldo Ribeiro	1941-2014	5
Affonso Romano de Sant'Anna	1937	3
Lúcio Cardoso	1913-1968	3
Machado de Assis	1839-1908	3
Dalton Trevisan	1925	2
Vinicius de Moraes	1913-1980	2
Autran Dourado	1926-2012	1
Castro Alves	1847-1871	1
Clarice Lispector	1920-1977	1
Ferreira Gullar	1930	1
Geir Campos	1924-1999	1
Godofredo de Oliveira Neto	1951	1
Guilherme de Almeida	1890-1969	1
Leonardo Boff	1938	1
Lígia Fagundes Teles	1923	1
Luís Câmara Cascudo	1898-1986	1
Marina Colasanti	1937	1
Moacir Scliar	1937-2011	1
Murilo Mendes	1901-1975	1
Nélida Piñon	1937	1
Pedro Nava	1903-1984	1
Rubem Alves	1933-2014	1

Fonte: O autor, 2015.

Em termos de literatura, é nesse universo relativamente contemporâneo que a GA baliza não só a *descrição*, mas também a *prescrição* do português escrito padrão em uso no Brasil. Ao longo da obra, fica claro seu caráter descritivo-prescritivo, o que é previamente explicitado na própria *Apresentação* do livro:

> O enfoque adotado [na GA] é essencialmente descritivo, sem prejuízo, contudo, de considerações de ordem normativa, sempre que oportunas, tendo em vista a vocação desta obra para ser também uma fonte de informações sistematizadas sobre o português padrão do Brasil. (p. 26)

A GA também reconhece que a qualquer prescrição gramatical subjaz uma descrição gramatical, pois só se pode prescrever uma forma da língua se ela foi preliminarmente identificada mediante uma descrição. "A rigor, uma gramática normativa não passa de uma descrição da variedade padrão da língua apresentada a seus usuários como um modelo de uso supradialetal e socialmente prestigioso" (p. 131), sentencia a obra. Por isso, muitas das regras apresentadas pela GA na descrição da língua, na realidade, são prescrições gramaticais de bom uso linguístico, em moldes semelhantes às prescrições das gramáticas tradicionais. Esse tipo de abordagem é bem recorrente na quarta parte da obra (*Morfologia flexional e Sintaxe*), como se vê nos exemplos a seguir.

No tratamento da *flexão dos substantivos* (sétimo capítulo), são prescritas a regra geral e as várias regras especiais da flexão de número nessa classe de palavras (p. 165-169), com destaque para quais segmentos devem ser suprimidos e/ou acrescentados aos nomes a serem pluralizados, de acordo com suas especificidades prosódicas, fonéticas e/ou ortográficas. O trecho abaixo é exemplar desse tipo de prescrição, que também se repete na abordagem da *flexão dos adjetivos* (sétimo capítulo, p. 171-172):

> Os nomes terminados por *s* estão sujeitos a duas regras:
> a) os oxítonos e os monossílabos recebem -es: *país – países*, *freguês – fregueses*, *mês – meses* [...]
> b) os paroxítonos, os proparoxítonos e os monossílabos constituídos de ditongo são invariáveis: um *pires* – dois *pires*, um algum lápis – vários *lápis*, este *atlas* – estes *atlas*, um *ônibus* – dois *ônibus* [...]
>
> Os nomes terminados por consoante lateral, grafada com a letra 'l', perdem esta consoante diante da marca do plural, que pode ser '-s' ou '-is' [...] (p. 165)

Já na lida com as *orações subordinadas substantivas* (décimo quarto capítulo), a obra prescreve a manutenção ou desaparecimento da preposição em certas construções com orações completivas relativas[108]. Como em tantos outros casos, nota-se que a preferência por certas construções em detrimento de outras não são explicadas ou justificadas, mas naturalizadas em afirmações categóricas, atitude própria ao fazer gramatical prescritivo:

> b) a preposição *a* permanece antes do nominalizador se o verbo é pronominal
> • O treinador opôs-se **a *que*** *o repórter entrevistasse os jogadores*. [...]
> c) as demais preposições desaparecem diante do nominalizador:

[108] As orações completivas relativas equivalem às objetivas indiretas na terminologia tradicional.

> • "Quem se apaixona por ópera tenta sempre o proselitismo. Não se conforma ***que*** *outros sejam hostis ou indiferentes a essa forma de arte tão poderosa*." [...] (p. 313-314)

Também é exemplo da atitude normativa a prescrição do conjunto de regras de uso do *infinitivo flexionado e não flexionado* (décimo quarto capítulo), em particular quando são apresentadas as estruturas em que a forma verbal no infinitivo deve permanecer invariável. A cada regra, seguem vários exemplos, a maioria de dados de introspecção, os quais servem para abonar as prescrições arroladas: a) quando ela é parte de uma locução verbal (*Eles não podiam trabalhar*); b) quando, servindo de complemento a um verbo transitivo, seu sujeito é suprimido por cancelamento em virtude de correferência com o sujeito desse verbo (*Tentamos em vão pegar um táxi*); c) quando forma sintagmas adjetivos (*tarefas por fazer*); d) quando serve de complemento predicativo ao objeto (*O porteiro impediu-nos de entrar*); e) quando, precedido de preposição e com valor passivo, integra a significação de certos adjetivos (*Essas moedinhas são fáceis de perder*) (p. 342).

Como último comentário do perfil prescritivo da GA, destaco o trato de um tópico gramatical costumeiramente abordado pela tradição com excesso de normatividade: a *concordância verbal* (nono capítulo). Na obra em análise, são prescritas a regra geral e suas particularidades, além de algumas regras especiais (sujeitos ligados por *nem* e *ou*, com núcleos semanticamente afins e formados por expressão partitiva), todas elas devidamente exemplificadas por meio de dados reais (literários e não literários) e de introspecção (p. 227-232). Em seguida, são arrolados os casos de concordância verbal em orações sem sujeito, também fartamente exemplificados (p. 232-235). Em geral, exceto pelos dados não mais exclusivos da literatura, a abordagem da GA muito se assemelha à das gramáticas de perfil tradicional, tanto em termos metodológicos quanto em resultados descritivos. Um exemplo:

> **Sujeitos formados por expressão partitiva em geral**
> - Se o sujeito é formado por expressão partitiva do tipo *a maioria dos candidatos*, o verbo concorda ordinariamente com o núcleo sintático da construção.
>   - Uma parte dos bois *ficou* ilhada depois da enchente.
>   - A maioria dos candidatos *obteve* menos de dez votos.
>   - A maior parte de vocês *receberá* o convite em casa.
>   - "A maioria das mulheres *vivia* relações conjugais consensuais, sem uma presença masculina efetiva no lar." [SEVCENKO, 1998: 400] [...]
> - Como opção estilística faz-se a concordância com o substantivo (núcleo referencial) que, no plural, denota o conjunto:
>   - Pelo menos um terço dos vestibulandos *entregaram* a prova em branco. [...] (p. 230) [grifos do autor]

Apesar dessa evidente condução prescritiva e da assunção explícita de sua tendência normativa enquanto "fonte de informações sistematizadas sobre o português padrão do

Brasil" (p. 26), a GA revela, em algumas passagens, que não se considera uma "gramática normativa". Nesse sentido, as gramáticas tradicionais do português são costumeiramente referenciadas na obra como um conjunto do qual a GA não faz parte:

> Há um grupo de nomes em *-ão* cujo plural, por ser irregular e imprevisível, vem informado nos dicionários e precisa ser memorizado pelos usuários da língua. Fazem parte desse grupo formas como *pães*, *cães* [...] Estas e outras informações inexplicáveis por meio de regras encontram-se nos bons dicionários e nas gramáticas normativas em geral. (p. 166)

> A maioria desses verbos não faz parte do vocabulário corrente; os usuários da língua que os conhecem adquiriram-nos, em geral, em contato com textos escritos e gramáticas normativas, juntamente com a informação de que 'são defectivos'. (p. 183)

Embora tanto as "gramáticas normativas", das quais a GA se afasta em seu discurso, quanto a própria GA apresentem uma abordagem que conjuga descrição e prescrição, parece que os deslocamentos que essa obra opera no que diz respeito a outras frentes teórico-metodológicas autorizam-na a se apresentar enquanto uma via de descrição linguística diferente do caminho trilhado pelas obras tradicionais. Esse ponto de vista me parece coerente, mas somente até certo ponto. Isso porque não só de movimentos de ruptura com o PTG se constitui a GA, como é de se notar a partir dessa análise em andamento.

Nesse sentido, aspecto que também revela continuidade com a tradição reside na configuração dos limites e das partes de uma obra gramatical. No Capítulo 3, mostrei que, desde o século XIX, está cristalizada a divisão da gramática de uma língua em *fonologia*, *morfologia*, *sintaxe*, sendo a *semântica* e, com menos frequência, a *estilística* partes periféricas à estrutura nuclear. De lá para cá, em linhas gerais, houve mudanças apenas na denominação dessas partes ou na relação hierárquica entre elas. Por exemplo, João Ribeiro (1884) distingue duas partes, *sintaxe* e *lexiologia*, sendo esta última constituída pela *fonologia*, *taxionomia* (classificação) e *morfologia*; por sua vez, Maximino Maciel (1920) afirma que as partes da gramática são *fonologia*, *lexiologia*, *sintaxiologia* e *semiologia*, o que corresponde exatamente às quatro partes da tradição atual; mais perto de nós, Domingos Paschoal Cegalla (2005) considera como partes da gramática *fonética*, *morfologia*, *sintaxe*, *semântica* e *estilística*. É em estrada semelhante a essa que caminha a GA, ao se dividir em *morfologia*, *sintaxe* e *fonética/fonologia*, além de apresentar uma parte dedicada à *lexicologia* (incluindo questões semânticas) e outra dedicada à *estilística*. É nítida sua semelhança, portanto, com o modelo de gramática do PTG.

Para a GA, a *palavra*, unidade lexicogramática, é o fundamento da distinção tradicional entre morfologia e sintaxe. "A palavra é o limite entre esses dois domínios: a

morfologia vai até ela, a sintaxe começa nela e termina na oração" (p. 127), defende a obra. Destaca também que a morfologia trata de fatos que dizem respeito ora ao léxico ora à sintaxe. Ao primeiro, ela auxilia com os conceitos de *derivação*, *composição* e *classes de palavras*; à segunda, com o conceito de *flexão*. As variações da forma da palavra devido às condições sintáticas de seu emprego na frase dizem respeito à *morfossintaxe*. Essa articulação entre morfologia e sintaxe, bem como a articulação entre sintaxe e semântica, acontecem na abordagem de alguns tópicos gramaticais, como *vozes do verbo* (quarta parte, décimo segundo capítulo) e *orações coordenadas e subordinadas* (quarta parte, décimo quarto capítulo). Friso que essas divisões de base e as unidades de análise da GA pouco diferem da estrutura de uma gramática sob o crivo do PTG: não existe uma parte da gramática dedicada ao *enunciado*, ao *texto* ou ao *discurso*, os quais não se apresentam na GA enquanto *unidades* da gramática, como o fazem o *período*, a *oração*, a *palavra* – conceitos-chave da análise gramatical praticada tradicionalmente.

Todavia, embora ao enunciado, ao texto e ao discurso não sejam destinadas partes ou capítulos específicos da GA, considerações enunciativas e textuais-discursivas podem ser vistas nas partes da gramática destinadas à morfologia e à sintaxe. Trata-se do trabalho com o sistema gramatical da língua associado ao *texto*, como registra a obra em termos teóricos:

> O sistema gramatical da língua é tratado como um meio de organizar sentidos, tanto do ponto de vista de quem fala/escreve, quanto de quem ouve/lê. Assim, o painel de unidades, regras e construções é diagnosticado no papel de recursos da organização do significado, o que vale dizer, em suas funções textuais. (p. 27)

Cabe ao quarto capítulo da obra (segunda parte), intitulado *Linguagem, discurso e texto*, desenvolver essa noção de texto, bem como outras a ela relacionadas. Em termos teóricos, parte-se do linguista britânico M. A. K. Halliday, do linguista russo Roman Jakobson e de suas respectivas teorias sobre as *funções da linguagem*: função ideativa, interpessoal e textual (Halliday); e função informativa, emotiva, conativa, fática, metalinguística e poética (Jakobson). Os *atos de fala* da pragmática também são objetos centrais da exposição teórica (p. 71-78), ainda que John L. Austin sequer seja mencionado e John Searle, apenas citado em nota de rodapé que referencia um de seus textos. Por fim, a noção de *texto* (que se confunde ao longo da obra com a de *enunciado*) é apresentada enquanto "qualquer segmento verbal que funcione como unidade de sentido na intercomunicação humana" (p. 79). Nesse momento, entram em cena noções que remontam aos estudos linguísticos do texto e do discurso, como *condição discursiva*, *domínio discursivo*, *heterogeneidade enunciativa*, *gêneros textuais*, *tipos textuais*, *referenciação*,

modalização, *tópico e foco*, *citação*, *alusão*, *paródia e outras formas de discurso reportado*, *coerência* e *coesão textuais*, entre outras efetivamente retomadas na descrição morfossintática da GA. Esses conceitos são explanados rapidamente e as referências e fontes teóricas que lhe são correspondentes não aparecem a contento, mas em uma ou outra nota de rodapé que não garantem representatividade de autores e obras.

Percebe-se que a concepção de *texto* que a GA abraça o concebe como algo que vai além da soma ou combinação de orações, períodos, parágrafos. Os sentidos de um texto não podem ser apreendidos apenas com base nos constituintes que o estruturam, de modo que a obra convoca a *situação* e os *interlocutores* como fatores necessários a uma análise textual:

> Os enunciados – e os textos – não são portadores absolutos de significados únicos e estáveis, mas partes constitutivas de eventos comunicativos que se desenrolam sob coordenadas sociais, culturais e históricas. É nesta condição que qualquer texto – seja uma simples saudação, seja uma longa narrativa de peripécias – promove o encontro de duas subjetividades: a de seu autor e a de seu destinatário, ouvinte ou leitor. (p. 44)

Por sua vez, as categorias e os elementos formais da língua também atuam na construção do enunciado e do texto, não sendo, portanto, livremente selecionados. De acordo com a GA, a construção do texto está sujeita a

> fatores combinatórios que tanto especificam as categorias/classes e formas das unidades que o constituem, quanto impõem limites ao posicionamento dessas unidades. Noutras palavras, o texto se realiza por meio de uma construção formal, sem a qual o sentido seria impossível. (p. 124)

Esse ponto de vista é refletido no tratamento de categorias gramaticais do domínio da morfologia, como *conjunção*, *advérbio*, *pronome relativo*, *verbo*, *artigo*, entre outras. Aspectos ligados à enunciação e ao texto são levados em conta na abordagem dessas categorias já no momento em que são conceituadas:

> Chama-se **artigo** a palavra gramatical variável em gênero e número que, no texto, se antepõe ao substantivo quando o enunciador se refere a uma entidade determinada, já conhecida do interlocutor. O artigo tem, por isso, uma função remissiva no discurso: o referente do substantivo determinado pelo artigo ocupa necessariamente um lugar na memória do interlocutor (p. 180).

O mesmo acontece na lida com várias categorias da sintaxe do período simples. O tratamento dado ao *sujeito indeterminado* (quarta parte, nono capítulo), por exemplo, não se limita a distinguir os tipos tradicionais a partir de suas características estruturais (emprego do pronome *se*, da terceira pessoa do plural e de formas infinitivas), mas também considera os efeitos de sentido que a referência genérica ou indeterminada do sujeito ajuda a construir.

Aspectos cognitivos e discursivos que motivam o uso do sujeito indeterminado são levados em conta no tratamento dessa categoria sintática:

> Orações de sujeito indeterminado são empregadas por motivos cognitivos ou discursivos variados, e a língua oferece a seus usuários diferentes meios para indeterminar, dissimular ou mesmo ocultar a identidade do ser humano a quem o sujeito da oração se refere. A razão cognitiva óbvia é o desconhecimento da identidade do ser de que se fala. As razões discursivas, por sua vez, são variadas: a conveniência ou oportunidade da omissão da identidade do sujeito é uma delas, o registro de linguagem empregado ou o gênero de texto produzido é outra. (p. 226)

No entanto, são as análises do *sintagma nominal* (décimo capítulo), das *vozes, tempos e modos do verbo* (décimo segundo e décimo quinto capítulos) e do *período composto* (décimo quarto capítulo) que vão asseverar a abordagem textual-discursiva de tópicos gramaticais na GA. Convém registrar a escolha metodológica de se trabalhar com o *parágrafo* como unidade máxima de análise. Por exemplo, para introduzir o trabalho com articulação de orações, é utilizado o primeiro parágrafo do conto *Uma vela para Dario*, de Dalton Trevisan (p. 290-291); para exemplificar a determinação dêitica e remissiva dos pronomes demonstrativos, são apresentados dois trechos de *Síntese de história da cultura brasileira*, de Nelson Werneck Sodré (p. 248-249). Exceto pela fábula *O sapo e o coelho* (p. 355), por meio da qual se trabalha a articulação dos tempos verbais em narrativas, pode-se dizer que a obra não apresenta textos completos para o trabalho com aspectos textuais, enunciativos e discursivos, mas parágrafos ou mesmo trechos menores de textos. Isso não invalida o propósito da obra de se afastar das análises morfossintáticas tradicionais, restritas à imanência do período composto. Para ilustrar esse relevante movimento de ruptura da GA com o PTG, comentarei a seguir algumas abordagens com esse viés.

No trato com o *sintagma nominal*, é analisado o papel do substantivo e do pronome no sintagma nominal, a serviço da construção textual-discursiva da referenciação. A partir de Simon C. Dik (*The Theory of Functional Grammar)* e da retomada de considerações funcionalistas de M. K. A. Halliday sobre a função textual da linguagem, analisa-se o sintagma nominal, considerando as relações do enunciador com os objetos representados pelo sintagma e as motivações, necessidades ou peculiaridades comunicativas do evento discursivo e do texto. Procedimentos básicos de referenciação – emprego de nomes próprios, emprego de nomes comuns acompanhados de alguma especificação (artigo definido, demonstrativo), emprego de pronomes – são descritos em termos de estrutura e funcionamento, à luz de fundamentos da linguística funcional e da linguística de texto. Detalham-se as funções atributivas, circunstanciais e coesivas que um sintagma nominal pode desempenhar, os

procedimentos de reiteração e recategorização por ele realizados, as motivações discursivas e estilísticas pautadas no conteúdo léxico de seu substantivo nuclear, as retomadas por meio de anáforas associativas, os procedimentos anafóricos de nominalização de verbos e adjetivos, entre outros aspectos que em muito extrapolam o estudo tradicional da sintaxe do período simples.

O percurso desse tipo de abordagem textual-discursiva da GA vale aqui ser comentado a partir de um exemplo: a análise das "funções discursivo-textuais dos determinantes" (item 10.7). Segundo a obra, os *determinantes*, categoria linguístico-gramatical também não vinculada à tradição, instruem o leitor na identificação das entidades referenciadas no texto e, embora não denotem entidades do mundo, são decisivos no fornecimento de pistas para o reconhecimento dessas entidades como informações comunicáveis, integradas à rede textual. Isso posto, a GA localiza os determinantes na estrutura do sintagma nominal enquanto "a porção que precede a base" (p. 244). Em seguida, apresenta as "espécies de palavras de nossas gramáticas" que compõem a "ampla classe dos determinantes" (p. 244): *artigos definidos e indefinidos*, *pronomes possessivos e demonstrativos*, *pronomes indefinidos*, alguns *adjetivos* que sofrem processo de gramaticalização[109] e *numerais cardinais e ordinais*. Então, apresenta e comenta os traços semânticos dos determinantes que possibilitam a realização das funções discursivo-textuais (*dêitico*, *identificador*, *vinculativo*, *remissivo*, *focalizador*, *indefinido*, *quantificador* e *interrogativo*) e seus traços morfossintáticos (*variável em número*, *variável em gênero*, *plural*, *singular* e *subordinante*). Só assim passa a apresentar as diferentes funções discursivo-textuais da classe, vinculadas a seus diferentes traços semânticos, com vários exemplos e significativas análises, arrolados nos seguintes títulos: *determinação quantitativa*, *determinação identificadora e remissiva (o artigo)*, *determinação remissiva* (*outro e mesmo 1*), *determinação dêitica e remissiva (os demonstrativos)*, *determinação vinculativa (os possessivos)*, *determinação focalizadora (próprio e mesmo 2)*, *determinação vinculativa (o relativo* cujo*)*. Segue um registro:

> No discurso planejado, e especialmente na modalidade escrita, os demonstrativos participam da chamada função textual da linguagem, exprimindo relações coesivas, como se demonstra nos seguintes trechos:
>
> "A história da nossa imprensa só pode ser compreendida sob a divisão em duas fases, a artesanal e a industrial, *esta* peculiar ao desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil. A do cinema deve relegar ao plano pioneiro, a uma espécie de proto-história, tudo o que, aqui, antecedeu a fase do desenvolvimento das relações capitalistas. Requer *esse* desenvolvimento um nível mais avançado do que *aquele*

[109] A noção de *gramaticalização* não é fundamental nas análises morfossintáticas apresentadas na GA, embora seja desenvolvida no item 8.3 (*Gramaticalização de verbos*), para menção a certos verbos que mudam o estatuto de palavra lexical para gramatical.

> exigido pela imprensa, para mudar sua qualidade e passar à segunda fase." [SODRÉ, 1978: 81]
>
> "O Modernismo, nas artes plásticas particularmente, reflete aqui, nos primeiros momentos, a mistura dessas influências externas, geradas por condições inteiramente diversas, e das influências internas, que começam a se impor, *aquelas* predominando e até indispensáveis, na forma e nas técnicas, e *estas* manifestando-se principalmente nos motivos, nos temas." [Idem: 58]
>
> Na primeira passagem, o demonstrativo *esta* deixa claro que o enunciado se refere à (*fase*) *industrial*, antecedente imediato, e não à (fase) artesanal; o demonstrativo *esse* – que poderia ser também *este* – está retomando um tópico que acabou de ser mencionado no texto (= desenvolvimento), e que, por isso, é mantido no âmbito da interlocução. Por sua vez, *aquele* (= *aquele nível*) refere-se a uma noção que, por já fazer parte do conhecimento do leitor, está fora do âmbito da interlocução.
>
> Na segunda passagem, o jogo dos demonstrativos assinala, pela localização no espaço da página, o contraponto entre as *influências externas* (= aquelas) e as *influências internas* (= estas). (p. 248-249)

Por fim, a GA apresenta um quadro detalhado em que individualiza cada determinante (*o*, *este*, *esse*, *aquele*, *meu*, *teu*, *nosso*, *vosso*, *tal*...) de acordo com seus respectivos traços discursivo-textuais, discriminando, inclusive, aqueles que revelam ambiguidade semântica (*seu*, *próprio*, *outro* e *mesmo*). A despeito do grau elevado de detalhamento que se dá a esse tópico gramatical na obra, o que pode dificultar o entendimento do leitor comum, é evidente a ancoragem em aspectos textuais-discursivos para o tratamento da categoria. Também vale dizer que, em linhas gerais, há uma retomada do que fora apresentado nos capítulos anteriores da obra, destinados aos temas *morfologia flexional* e *classes de palavras*, mas agora com ampliação do escopo da descrição e análise, que transcende os limites estritamente sintáticos.

O forte viés textual-discursivo dado à análise do sintagma nominal na GA não se repete no tratamento do *sintagma adjetivo* (décimo primeiro capítulo) e do *sintagma adverbial* (décimo terceiro capítulo), muito provavelmente devido ao terreno mais nebuloso e controverso em se tratando das pesquisas envolvendo essas duas categorias linguísticas. A descrição do sintagma adjetivo ocorre em um capítulo bem curto, de apenas quatro páginas que focalizam as possibilidades estruturais da categoria em si mesma e como constituinte do sintagma nominal, não chegando a perceber seu funcionamento nem nos limites do período, quanto mais na construção do texto. Quanto a isso, apenas é lembrado que existem "certos condicionamentos discursivos que ainda não compreendemos muito bem" (p. 266). A obra também apresenta, sucintamente, o caráter obrigatório ou acessório do sintagma adjetivo, sua função predicativa e apositiva e indícios de seus condicionamentos estruturais.

Por sua vez, a abordagem do sintagma adverbial tende a essa mesma aridez, salvo menção à possibilidade de adjuntos verbais textuais (*aqui*, *lá*, *agora*, *então*, *antes*, *naquela época*...) se referirem semanticamente a "uma época ou um lugar reconhecíveis pelos

interlocutores relativamente a um ponto de referência instaurado no próprio discurso ou texto" (p. 285). Ou seja, embora reconheça os efeitos discursivos que esses sintagmas desempenham no texto, o foco é dado às propriedades sintático-semânticas e de modo conciso. Friso que, na lida tanto com os sintagmas adjetivos quanto com os sintagmas adverbiais, a GA abusa dos dados de introspecção nos exemplos.

O trabalho com a classe dos *verbos* na GA, em particular com as categorias *voz*, *tempo* e *modo*, foge à tradicional listagem de paradigmas verbais empreendida no sétimo capítulo da obra. Essa classe é retomada, primeiramente, no décimo segundo capítulo (*Vozes do verbo e questões correlatas*), em que são abordadas a construção sintática do significado, os significados relacionais do sujeito, a construção da voz passiva e da voz média, o emprego do verbo pronominal e do pronome reflexivo, entre outras "questões correlatas". Em síntese, as análises consideram a intenção comunicativa, o ponto de vista do enunciador, os efeitos de sentido produzidos por uma variação sintática, entre outros aspectos (con)textuais e discursivos. Afirma a GA, por exemplo, que "as construções ativa e passiva podem ser tomadas como formas diversas para o mesmo conteúdo objetivo, mas a escolha de uma delas normalmente tem motivações discursivas ou pragmáticas que precisam ser observadas" (p. 274).

Em um segundo momento, a classe dos *verbos* torna-se novamente o centro da análise gramatical no décimo quinto capítulo (*Articulação textual dos tempos e modos verbais*). Aspectos ligados à enunciação e ao texto também são levados em conta nessa abordagem. As boas análises apresentadas no capítulo comparam o funcionamento dos modos e tempos verbais, observando suas formas de articulação textual, a "heterogeneidade enunciativa" (conceito já explanado no quarto capítulo, de natureza teórica) que lhe é inerente, o mapeamento temporal do texto que eles ajudam a construir etc. A obra também promove a reflexão sobre cada tempo e aspecto verbal em suas formas simples e compostas e em seus modos indicativo e subjuntivo, verificando as especificidades de cada forma verbal, de acordo com os contextos não só sintáticos, mas também enunciativos em que ocorrem.

Por fim, mas não de menor importância, a abordagem do *período composto por coordenação e subordinação*, tópico gramatical de relevo nas gramáticas tradicionais, também dá margem à afirmação de que a GA considera aspectos da atividade textual-discursiva como indispensáveis à descrição gramatical. Costura o trabalho de descrição dessas estruturas sintáticas os estudos sobre *coesão textual* (conceito que fora desenvolvido teoricamente no quarto capítulo da obra), em particular os que focam os *conectivos* (*conjunções* e *advérbios*) como recursos de coesão. A despeito dos tradicionais procedimentos

classificatórios a que são submetidas as estruturas coordenadas e subordinadas, o trabalho que é feito de análise das formas e dos funcionamentos dessas estruturas na construção de sentidos é distinto do costumeiro em muitos aspectos.

Por exemplo, o arranjo estrutural envolvendo os conectivos costuma ser detalhado em termos de condicionamentos sintáticos:

> Entre as conjunções causais, apenas *porque* pode ser precedida de um vocabulário focalizador [...] ou de realce como *só*, *até*, *mesmo*, *justamente* etc.:
> - Decidimos voltar da festa a pé *justamente porque* não havia mais ônibus de madrugada.
> - O socorro às vítimas será feito com helicópteros, *até* (ou *mesmo*) *porque* as estradas estão interditadas. (p. 324)
>
> A conjunção *se* pode ocorrer com todos os tempos dos modos indicativos e subjuntivo, exceto o presente do subjuntivo; as demais conjunções condicionais só ocorrem com as formas do presente e do pretérito imperfeito do subjuntivo. (p. 327)

As estruturas de coordenação e subordinação também são analisadas com destaque para os efeitos de sentido que elas são capazes de produzir, levando em consideração seus condicionamentos contextuais. Nesse sentido, cito o que a GA afirma sobre a relação de causalidade expressa por uma estrutura subordinada causal:

> Do ponto de vista do discurso, causa ou efeito não é, portanto, um valor inerente a um fato na sua relação com o outro, mas uma possibilidade de sentido segundo a necessidade de compreensão – e de verbalização – do evento que se está testemunhando. O emprego do conectivo tem a função de explicitar esse valor, balizando a compreensão da respectiva oração. (p. 323)

Outro fator de destaque na descrição desse tópico gramatical é a preocupação da obra em atentar para os aspectos envolvidos na construção da argumentação, como registram os dois fragmentos abaixo:

> Posicionada antes da principal, a oração causal exprime um fato que o locutor presume já conhecido do interlocutor. Sendo assim, esse tipo de causa é utilizado como uma evidência que não fica sujeita à sua contestação [...]:
> - "*Uma vez que* não se saneavam os problemas em sua origem, a derrubada dos cortiços e a interdição dos domicílios (...) provocaram tão somente novos deslocamentos e a formação de novos antros de miséria." [SEVCENKO, 1998: 107] (p. 325)
>
> Nos textos dissertativos, sobretudo com caráter argumentativo, é comum que a noção de causa-efeito sobressaia em relação à de paralelismo; neste caso, a locução *na medida em que* passa a indicar a razão ou justificativa do que se declara na oração principal:
> - "A maior vinculação à política mercantilista afetou a sobrevivência das línguas gerais, *na medida em que* implicava um aumento da participação de indivíduos de origem portuguesa e africana no conjunto da população." [ALENCASTRO, 1997: 338] (p. 332)

Também atestam esse perfil diferenciado da GA na lida com o período composto novos agrupamentos propostos para as conjunções. Por exemplo, a obra dispõe conjunções tradicionalmente classificadas como *coordenadas adversativas* e *subordinadas concessivas* em um único grupo, o das conjunções de *contraste* (p. 333-336). As nuances ligadas ao funcionamento textual e discursivo desses conectores viabilizam, por sua vez, outros agrupamentos, diferentes dos operados na tradição: i) conjunções que representam a concessão como hipótese ou irrealidade (*ainda que*, *mesmo que*, *ainda se*, *mesmo se*); ii) conjunções que exprimem a ausência absoluta de restrições ao conteúdo da oração principal (*por mais que*, *por muito que*, *por pouco que*, *por pior que*); iii) conjunções que introduzem uma ressalva e têm a peculiaridade de poder ocorrer com verbo tanto no modo subjuntivo quanto no indicativo (*qualquer que*, *onde quer que*; *se bem que*); iv) conjunções que são restritas a usos acadêmicos formais, como os discursos solenes e os textos jurídicos (*não obstante*, *nada obstante*, *conquanto*, *posto que*).

Para encerrar esse segundo bloco de análise, apresento o Quadro 24, que funciona como uma boa síntese deste ponto da seção, pondo em paralelo os movimentos de ruptura da GA com o PTG e as linhas de continuidade que lhe são correspondentes, em termos de concepções teóricas e configurações metodológicas:

Quadro 24 – Concepções teóricas e configurações metodológicas da GA na relação com o PTG

Movimentos de ruptura	**Linhas de continuidade**
Conciliação de uma gama de noções teóricas e categorias linguísticas que remontam a diferentes áreas da linguística, como o estruturalismo, a linguística textual, o funcionalismo, a teoria dos gêneros etc.	Ausência de limites precisos entre certas noções fundamentais (*linguagem* e *língua*; *norma-padrão, norma culta*, *língua padrão/comum*), sugerindo uma equivalência indevida.
	Manutenção de grande parte do acervo categorial e terminológico da tradição gramatical luso-brasileira.
Reconhecimento das limitações de qualquer modelo teórico para a descrição gramatical e, consequentemente, da necessidade de contínua reformulação das análises e categorias gramaticais.	Ausência de âncoras teóricas explícitas, em termos de autores ou áreas de investigação dos estudos linguísticos, na apresentação de certas ideias e conceitos.
Alargamento do conceito de língua(gem) enquanto fenômeno sociocultural e forma de conhecimento, expressão, comunicação e atuação interpessoal.	Homogeneização da língua gramatizada, a despeito da concepção heterogênea de língua assumida.
Respeito a todas as variedades linguísticas, no sentido de que elas portam estruturas complexas e são funcionalmente adequadas aos objetivos interacionais de seus usuários.	
Defesa de uma noção de gramática não mais como conjunto de ensinamentos sobre o modo de se falar/escrever a língua correta, mas sim mais próxima ao conhecimento intuitivo e prático dos usuários.	Assunção da obra enquanto gramática descritivo-prescritiva.
Assunção da obra de que ela faz parte de um conjunto de gramáticas diferentes das gramáticas normativas em geral.	Abordagem normativa, tanto em termos metodológicos quanto em resultados descritivos, de tópicos gramaticais como a concordância verbal.
Reconhecimento de que os sentidos promovidos pela estrutura da língua dependem decisivamente de fatores do contexto cognitivo e sociocomunicativo da enunciação.	Consideração da *fonética/fonologia*, *morfologia* e *sintaxe* como partes principais da gramática e da *palavra*, *oração* e *período* como unidades-chave da descrição gramatical.
Consideração de aspectos ligados ao enunciado, ao texto e ao discurso na análise de tópicos gramaticais e categorias morfossintáticas.	
Exemplificação ou análise de tópicos gramaticais a partir de trechos ou parágrafos de textos.	Ausência do texto completo como objeto de análise.
Reconhecimento da mudança linguística e, consequentemente, de que a melhor língua não é a de nossos antepassados.	Presença significativa do domínio literário no conjunto de exemplos de uso da variedade escrita formal da língua.
Abandono da literatura clássica (romances e poemas oitocentistas) em troca das crônicas contemporâneas como fontes de exemplos de uso da língua.	
Presença de dados reais não só do domínio literário, mas também de outros domínios discursivos, como o científico e o jornalístico.	Recorrência de dados de introspecção ao longo de toda descrição morfossintática.
	Uso de dados linguísticos não como *corpus*, mas sim como exemplos de categorias gramaticais ou abonações normativas.

Fonte: O autor, 2015.

Em suma, apesar de não conter uma linha teórica mestra nem explicitar seus aspectos metodológicos de partida, é possível dizer que a GA, em se tratando de seu perfil teórico-metodológico, por um lado se desloca da epistemologia tradicional e por outro guarda

semelhanças com a tradição gramatical luso-brasileira. É o que quis revelar a partir do Quadro 24, ao recuperar os principais movimentos de ruptura da obra analisados até aqui e espelhá-los às resistentes linhas de continuidade com o PTG. A obra faz jus, portanto, à busca pelo "ponto de equilíbrio entre a tradição e a renovação" (p. 26), assumida logo na *Apresentação* do livro.

4.1.4 Arcabouço descritivo, categorial e conceitual da GA

Na subseção anterior, sinalizei que a ausência de um modelo teórico claro, capaz de subsidiar as descrições morfossintáticas da GA, faculta, ou mesmo impõe, a manutenção de grande parte do acervo categorial e terminológico da tradição gramatical luso-brasileira. No entanto, essa continuidade taxionômica não é assumida de modo explícito na obra. Ao contrário, o que se afirma na *Apresentação* da GA é que serão adotadas, em partes da obra, "uma metalinguagem não convencional" e "algumas inovações descritivas" (p. 27).

De certo modo, alguma renovação terminológica é comprovada logo na terceira parte da gramática, em que são apresentadas as unidades, as categorias e os conceitos básicos à descrição morfossintática proposta na quarta parte. Entretanto, a análise dos capítulos de descrição morfossintática revela ser evidente que os termos da tradição gramatical greco-romana, muitos dos quais pertencentes à NGB, constituem a base do arcabouço descritivo, categorial e conceitual da GA.

Nesse sentido, é bastante válida a ideia presente em Borges Neto (2013), já comentada em capítulos anteriores desta tese, de que os termos teóricos da tradição gramatical greco-latina tendem a ser naturalizados não só pelos gramáticos, mas também pelos próprios linguistas, numa espécie de "uso protocolar da gramática tradicional". A GA, portanto, seria um bom exemplo disso: revela quão tênues são as fronteiras terminológicas e conceituais entre os estudos linguísticos contemporâneos e a tradição gramatical milenar, de modo que linhas de continuidade se fazem mais presentes que deslocamentos substanciais na comparação entre esses dois universos.

Em se tratando dos conceitos básicos à descrição gramatical feita pela obra, em primeiro lugar, se destacam os termos que circundam os conceitos teóricos desenvolvidos em decorrência da abordagem da dupla articulação da linguagem (quinto capítulo), muitos dos quais já foram mencionados na análise das concepções teóricas da GA (subseção 4.1.3): *primeira articulação* (*plano do conteúdo*), *segunda articulação* (*plano da expressão*), *morfema*, *signo linguístico*, *significado*, *significante*, *relação sintagmática*, *relação*

paradigmática, *arbitrariedade*, *motivação*, *formas opacas*, *formas transparentes* etc. Vale dizer que esses termos, que remontam aos empreendimentos estruturalistas da primeira metade do século XX, pouco aparecem nas gramáticas tradicionais, estando completamente ausentes da NGB. Em segundo lugar, se sobressaem as unidades e categorias apresentadas na obra (sexto capítulo) como basilares à descrição gramatical empreendida, o que passo a comentar a partir de então.

Fundamenta a categorização linguística (gramatical e lexical) promovida pela GA a ideia de que o universo de nossas percepções, experiências e intuições é concebido através de um sistema simbólico constituído por uma complexa trama de categorias (ou classes de conceitos), por meio das quais a linguagem opera, organizando os sentidos trocados na comunicação. Desse modo, a GA considera quatro espécies de categorização (p.132-136), as quais discrimino e sistematizo no quadro a seguir:

Quadro 25 – Tipos de categorização e categorias correspondentes

CATEGORIZAÇÃO	DEFINIÇÃO	CATEGORIAS
LEXICAL	Unidades do léxico que simbolizam e nomeiam os dados sensíveis ou intelectuais do mundo real ou imaginário.	Seres/entidades (substantivos), ações/processos (verbos), propriedades/atributos (adjetivos)
DETERMINATIVA	Palavras que ordinariamente precedem os substantivos e que não se referem a entidades estáveis no "mundo das coisas", mas a informações apreendidas na situação discursiva ou no espaço do texto.	Determinantes (artigo definido, artigo indefinido, pronome demonstrativo etc.)
COMBINATÓRIA	Mecanismos formais de construção do enunciado (funções sintáticas).	Sujeito, complemento, adjunto etc.
	Relações de sentido (funções semânticas ou temáticas).	Agente, paciente, lugar etc.
MORFOSSINTÁTICA	Sistema de noções estruturais obrigatórias, inerentes à organização interna da língua, caracterizado por um conjunto fechado de elementos em oposição.	Pessoa, gênero, número, modo, tempo, aspecto, expressos pela variação da forma das unidades lexicais e dos determinantes.

Fonte: O autor, 2015.

Pode-se dizer que o Quadro 25 representa a essência do que a GA entende por gramática: unidades lexicais (categorização lexical) e unidades gramaticais (categorização determinativa) organizadas a partir de uma série de combinações sintático-semânticas (categorização combinatória) e variando em forma (categorização morfossintática). Esses quatro tipos de categorização desembocam na manutenção de várias categorias gramaticais

tradicionais (terceira coluna do quadro) no quesito classes de palavras (categorias correspondentes à categorização lexical e determinativa: *substantivo*, *verbo*, *artigo*, *pronome* etc.), morfologia flexional (categorias correspondentes à categorização morfossintática: *pessoa*, *gênero*, *número*, *tempo* etc.) e sintaxe (categorias correspondentes à categorização combinatória: sujeito, adjunto, agente, paciente etc.). Devo frisar a ausência nesse esquema de um tipo de categorização que contemplasse as unidades invariáveis pertencentes tanto ao léxico (advérbios) quanto à gramática (conectivos: conjunções e preposições) da língua.

Segundo a GA, esses quatro tipos de categorização estão a serviço da comunicação interpessoal em situações concretas e únicas, ou ainda, nos termos da obra, a serviço do *discurso*, no sentido de "uso linguístico". A unidade fundamental do "discurso" seria a *frase*, definida como "meio de ação comunicativa" (p. 137), enquanto a unidade fundamental da "gramática" seria a *oração*, reconhecida por sua constituição formal, isto é, como "unidade gramatical centrada em um verbo flexionado em um dado tempo e constituída, tipicamente, de duas partes: *sujeito* e *predicado*" (p. 136). Por sua vez, o *período*, outra categoria básica da obra, não é definido satisfatoriamente: a GA se limita a dizer que ele é uma unidade tanto do discurso quanto da gramática, uma vez que pode ser classificado tanto como frase quanto como oração. Outras unidades também importantes e recorrentes na descrição gramatical empreendida na obra são *proposição*, definida como "enunciado declarativo cujo conteúdo pode ser considerado verdadeiro ou falso", e *matriz proposicional*, empregada para "identificar um nível mais abstrato de representação do conteúdo da proposição" (p. 137). A despeito dessa diversidade de unidades de análise (frase, oração, período, proposição, matriz proposicional), salienta a GA que apenas a oração possui uma caracterização formal precisa, de modo que é no seu interior que se pode distinguir as palavras segundo as respectivas classes, reconhecer em cada classe as respectivas subclasses e identificar como se articulam sintaticamente entre si. Portanto, a oração se revela na obra a "unidade máxima da estrutura gramatical" (p. 297).

É bom dizer que a consideração da oração como a maior unidade da gramática não significa que aspectos textuais e mesmo discursivos, que ultrapassem a oração em sua imanência gramatical, não sejam considerados pela GA em suas descrições e análises. A propósito, a subseção anterior (4.1.3) evidenciou que um dos movimentos de ruptura da GA com a tradição consiste justamente na relevância dada a aspectos ligados ao enunciado, ao texto e ao discurso na análise de tópicos gramaticais e categorias morfossintáticas (cf. Quadro 24). Talvez beire a incoerência conceituar oração como "unidade da estrutura gramatical de uma língua" (p. 291) e, na mesma página, mencionar o termo "gramática textual" (p. 291), já

que um texto é uma unidade geralmente maior que uma oração em seus aspectos estruturais e seguramente maior na relação com a dimensão extralinguística. Todavia, lembro que, na GA, o texto não se converte em *unidade* de análise (sequer há mais de um texto completo ao longo da obra), mas sim numa espécie de cenário em que funcionam as categorias gramaticais descritas. Em outras palavras, a GA não é uma *gramática do texto*, mas uma *gramática do funcionamento da oração (e da palavra, e do período) no texto*. É esse o sentido de "gramática textual" na obra.

Outra categoria amplamente operacional na GA para a análise das formas da linguagem é a noção de *marca*, termo mais próximo dos estudos linguísticos que dos estudos gramaticais tradicionais. De acordo com a obra, "a língua provê recursos para que a informação relevante e não previsível seja dada por algum elemento acrescentado à expressão, enquanto tende a suprimir do texto indicadores formais de conteúdos que o contexto torna previsíveis" (p. 139). Uma forma, portanto, não é marcada por si, mas sempre em relação a outra. Essa ideia é retomada em diversos momentos da descrição gramatical ao longo da obra, como, por exemplo, no tratamento do conceito de gênero (forma masculina é não marcada vs. forma feminina é marcada, p. 158-159), na análise da estrutura do núcleo verbal (forma verbal simples é não marcada vs. locução verbal é marcada, p. 203) e na abordagem das vozes do verbo (voz ativa é não marcada vs. voz passiva é marcada, p. 271).

Não menos importante para o arcabouço descritivo da GA é a distinção, também feita no sexto capítulo da obra, das classes de sintagmas: sintagma nominal (SN), sintagma verbal (SV), sintagma adjetivo (SAdj.), sintagma adverbial (SAdv.) e sintagma preposicional (SPrep.). Trata-se de uma classificação compartilhada tacitamente pelos estudos linguísticos não só de natureza formalista (estruturalismo, gerativismo) como também funcionalista e baseada em critérios mórficos (classe de palavra que tipicamente preenche o sintagma e ocupa seu núcleo) e funcionais (posição do sintagma na estrutura da oração). A operacionalização dessas categorias faz com que o macro-modelo de descrição sintática da GA se diferencie da gramática tradicional, que, como se sabe, costuma trabalhar com as funções sintáticas sem abstraí-las em classes sintagmáticas mais abrangentes[110]:

> [...] a estrutura padrão da oração em português comporta dois lugares funcionais: o sujeito (*Paulo*, *a bomba*, *eu*) e o predicado (*está feliz*, *explodiu*, *viajei*); sujeito e predicado não são classes, mas funções exercidas pelas partes – sintagmas que constituem a oração. O lugar funcional do sujeito é preenchido pelo sintagma nominal (SN) e o lugar funcional do predicado é ocupado pelo sintagma verbal

[110] Por exemplo, as obras tradicionais não costumam reunir as funções sintáticas *sujeito* e *objeto direto* na categoria do *sintagma nominal*, desconsiderando aspectos relacionados à estrutura mórfica e disposição sintática que decorreriam dessa vinculação.

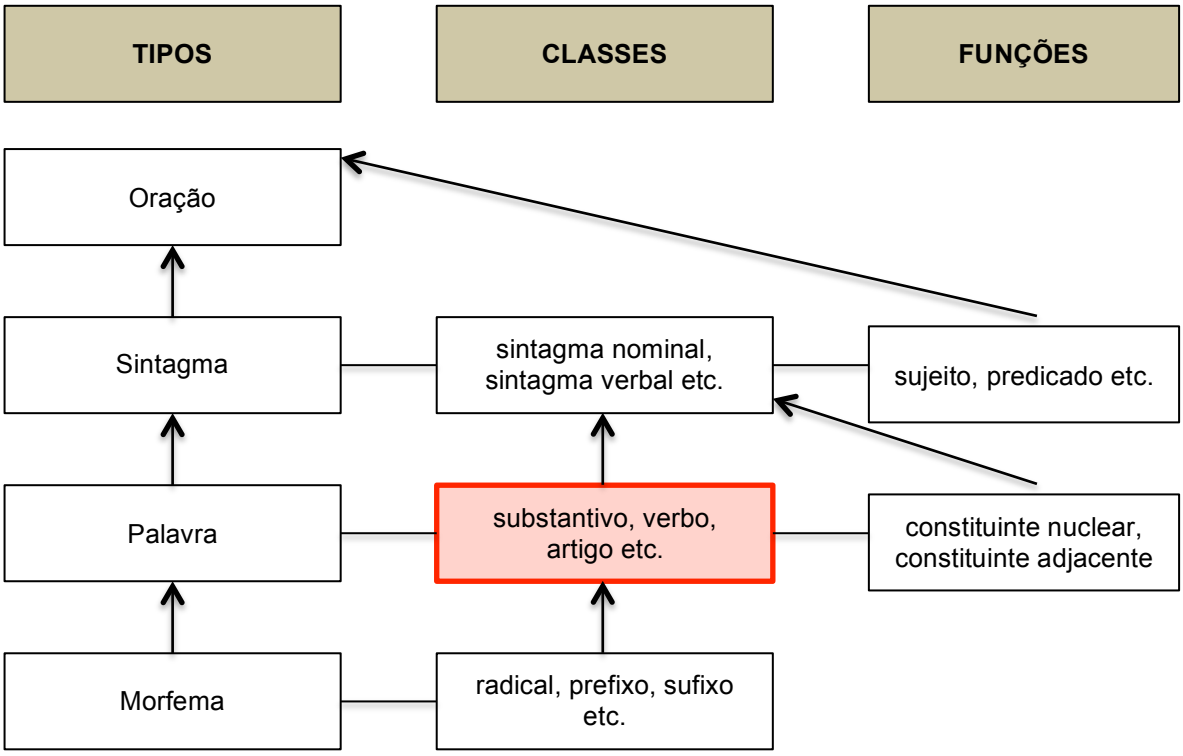
> (SV). Este é formado pelo que chamaremos núcleo verbal (NV) acompanhado ou não de termos adjacentes (sintagmas nominais, sintagmas adjetivos, sintagmas adverbiais, sintagmas preposicionais). (p. 200)

A noção de *sintagma*, algo como a unidade em que uma oração pode ser dividida (p. 140), realmente é de extrema importância para a GA: da morfologia flexional da palavra à sintaxe do período composto, o sintagma está presente em quase todas as categorizações e conceituações envolvendo a descrição morfossintática da língua. Permeia boa parte da obra, seja para desenvolver algumas categorias sintáticas comuns à tradição, como o *aposto* (p. 253), seja para analisar o funcionamento de classes de palavras na composição de orações, como se vê no oitavo (SV e *verbo*), décimo (SN e *substantivo*, *pronome*, *artigo*), décimo primeiro (SAdj. e *adjetivo*) e décimo terceiro (SAdv. e *advérbio*) capítulos.

Ainda no plano da apresentação das unidades e categorias das quais a GA lança mão na descrição gramatical, a obra distingue *coordenação* (combinação de suas unidades livres sintaticamente equivalentes) de *subordinação* (combinação de duas unidades livres, geralmente de classes diferentes, de modo que uma delas sirva de base à construção e a outra seja sua expansão). Como nas gramáticas tradicionais, esses conceitos fundamentam a descrição do período composto, feita no décimo quarto capítulo da obra. A GA também desenvolve brevemente as noções, comuns à tradição, de *colocação*, *regência* e *concordância*, condenando, em particular, a perspectiva tradicional de abordagem da regência: embora o ponto de vista normativo dedique especial atenção à seleção da preposição que rege substantivos, adjetivos e verbos e as gramáticas normativas optem por listar essas construções, "este procedimento tem sérias limitações, já que nenhuma listagem poderá ser exaustiva, mesmo porque não compete à gramática prover informações idiossincráticas sobre o uso da língua", mas sim "aos dicionários" (p. 151), argumenta a obra.

Por fim, na Figura 5, de minha autoria, sistematizo a "hierarquia da estrutura gramatical" que rege a GA no desenvolvimento dos capítulos de descrição morfossintática:

Figura 5 – Estrutura gramatical hierárquica da língua segundo a GA



Fonte: O autor, 2015.

Na primeira coluna da Figura 5, há os *tipos* de unidade significativa de análise morfossintática, que vão desde a unidade mínima (o morfema) à unidade máxima (a oração), passando pelas unidades intermediárias (a palavra – menor unidade significativa autônoma – e o sintagma). Abaixo da oração, os três outros tipos são divididos em *classes*, representadas na segunda coluna da figura. Tipos e classes mais baixos na hierarquia combinam-se entre si para formar, respectivamente, tipos e classes mais altos: por exemplo, morfemas constituem palavras, assim como um radical e um sufixo podem constituir um substantivo. Subjaz a essa ideia, portanto, a noção de "constituintes imediatos", tão cara ao estruturalismo norte-americano[111], ainda que não haja referência a fontes ou escolas teóricas na exposição da gramática. Por sua vez, as classes intermediárias desempenham *funções*: função de constituinte na formação dos sintagmas, função sintática na formação da oração. A consideração dessa teia de relações, a qual mescla categorias, conceitos e propriedades da tradição gramatical e da linguística estrutural, são operacionalmente indispensáveis à descrição morfossintática da GA.

Sem dúvida, como na tradição, as *classes de palavras* (em destaque na Figura 5) são um dos alicerces descritivos da GA. O sétimo capítulo da obra (*As palavras: classes, variação*

[111] Cf. Bloomfield (1933).

e significação) é todo dedicado a elas. Daí em diante, as classes são analisadas funcionando em unidades maiores, como o sintagma, a oração e o período. Logo no sexto capítulo, dedicado à discussão das unidades e categorias da gramática, os critérios de divisão das palavras em classes são assim apresentados: (i) lógico-semântico, (ii) morfossintático e (iii) sintagmático, que compreendem, respectivamente, seu modo de significar, suas características formais e sua posição estrutural no interior da oração. À medida que a GA recorre a essa heterogeneidade de critérios classificatórios, que envolvem propriedades morfológicas, sintáticas, morfossintáticas, paradigmáticas, semânticas e mesmo ontológicas, ela acaba se aproximando das gramáticas tradicionais.

Nesse sentido, lembro que as obras gregas e latinas – como a *Tékhnē Grammatikē*, de Dionísio Trácio (séc. I a.C.), e a *Ars grammatica*, de Élio Donato (séc. IV d.C.) – e gramáticas da tradição luso-brasileira – como João de Barros (1540), Soares Barbosa (1822), João Ribeiro (1881-1884) e Cunha & Cintra (2008) – costumam definir suas partes do discurso, partes da oração ou classes de palavras a partir de critérios díspares e assistemáticos, de modo que nem todos os critérios aparecem na definição de todas as classes[112]. Entretanto, devo reconhecer que a GA se revela mais clara e coerente do que a tradição na apresentação e aplicação de seu conjunto de critérios. Isso porque, enquanto as gramáticas sob o crivo do PTG costumam operar com uma mistura indiscriminada e por vezes confusa de critérios, a GA os discrimina e hierarquiza. Ao aplicar separadamente os três critérios de partida (lógico-semântico, morfossintático e sintagmático), a obra nos apresenta três distintos grupos classificatórios, um para cada critério, como é visto no quadro a seguir:

[112] Cf. Capítulos 1 e 2, em particular os Quadros 7, 8 e 13.

Quadro 26 – Classes de palavras e critérios de classificação da GA

CRITÉRIO	CLASSES DE PALAVRAS	DEFINIÇÃO OU CARACTERIZAÇÃO
(I) LÓGICO-SEMÂNTICO MODO DE SIGNIFICAR	Substantivos	Designam, de maneira genérica ou específica, seres, objetos, entidades, ideias.
	Verbos	Situam no tempo ações, processos e atributos.
	Adjetivos	Representam atributos, estados e qualidades dos objetos e entidades nomeados pelos substantivos.
	Pronomes	Se referem aos seres sem discriminá-los no universo designado.
	Numerais	Denotam quantidade exatas.
	Advérbios	Expressam circunstâncias ou intensidades de atributos e ações.
	Artigos	Antepostos aos substantivos, apenas informam se as entidades/conceitos que eles designam já são conhecidas ou não.
	Conectivos	Se interpõem a outras palavras para exprimir relações de sentido.
	Interjeições	Se empregam exclusivamente para exprimir atos comunicativos circunstanciais.
(II) MORFOSSINTÁTICO CONJUNTO DE CARACTERÍSTICAS FORMAIS QUE, AGRUPADAS, FORMAM PARADIGMAS MORFOSSINTÁTICOS	Verbos	Caracterizam-se pelas categorias de tempo, aspecto, modo, número e pessoa.
	Substantivos, adjetivos, artigos, numerais, pronomes indefinidos e relativos	Caracterizam-se pelas categorias de número e gênero.
	Pronomes pessoais, demonstrativos e possessivos	Caracterizam-se pelas categorias de pessoa, gênero e número.
	Preposições, conjunções, advérbios e interjeições	Caracterizam-se pela invariabilidade morfológica.
(III) SINTAGMÁTICO POSIÇÃO ESTRUTURAL NO INTERIOR DA ORAÇÃO E CARACTERÍSTICAS COMBINATÓRIAS	Nomes	Funcionam como base do sujeito e a maioria pode vir precedida de determinantes e seguidas de adjetivos.
	Verbos	Funcionam como base do predicado.
	Adjetivos	[sem definição ou caracterização]
	Advérbios	Servem para acompanhar verbos, adjetivos ou outros advérbios.
	Determinantes	[sem definição ou caracterização]
	Coordenantes	Ligam palavras ou construções da mesma função.
	Subordinantes	Dão origem a sintagmas derivados, habilitando-os a novas funções.

Fonte: O autor, 2015.

O Quadro 26 mostra que a cada critério corresponde uma classificação particular. Com exceção das classes *artigo* e *conectivo*, cujas respectivas propriedades sintagmáticas de "anteposição aos substantivos" e "interposição a outras palavras" foram consideradas a despeito da aplicação do critério lógico-semântico, os critérios não se misturam na definição e caracterização das classes. Também se vê que as nove classes de palavras correspondentes ao critério lógico-semântico praticamente equivalem às dez classes de palavras da NGB – exceto, mais uma vez, pela classe *conectivo*, que reúne na obra as classes tradicionais

conjunção e *preposição*. É evidente a importância dada na GA a esse primeiro critério, haja vista o sétimo capítulo ser organizado de acordo com as classes apresentadas no Quadro 26 que correspondem a tal critério. Nesse capítulo, a cada classe de palavra variável (*substantivo*, *adjetivo*, *numeral*, *pronome*[113], *artigo* e *verbo*) corresponde uma seção específica, sendo a classe das palavras invariáveis reunidas numa única sessão (*advérbio*, *preposição* e *conjunção*). Essa distribuição, a propósito, só não é absolutamente idêntica à distribuição da NGB devido à ausência da classe *interjeição*, presente no Quadro 26, mas não tratada no capítulo.

É válido dizer que, em posicionamentos anteriores do autor da gramática em análise, como em um artigo sobre as palavras e suas classes, Azeredo (2001) já argumentava a favor da consideração de critérios diversos para a classificação das palavras, contanto que se estabelecesse uma hierarquização devida entre eles:

> Tradicionalmente, as classes de palavras têm sido definidas segundo suas propriedades semânticas, sintáticas e morfológicas. Mais de um linguista considerou a heterogeneidade desse critério um defeito. Convém, contudo, reconhecer que esta heterogeneidade não está na análise, senão na própria natureza das entidades gramaticais que se agrupam sob o rótulo de "vocábulos". Estabelecida a hierarquia devida, a heterogeneidade se dilui. (AZEREDO, 2001, p. 9)

Nesse sentido, a heterogeneidade de critérios defendida pelo autor se configura na exploração de cada classe de palavras no sétimo capítulo da GA. Por exemplo, na abordagem do *substantivo* (item 7.1), a obra afirma que ele reúne as seguintes características principais, de modo que reflete os critérios lógico-semântico (característica *a*), morfossintático (característica *c*) e sintagmático (características *b* e *d*):

> a) dá nome às parcelas de nosso conhecimento representadas como seres;
> b) serve de núcleo às expressões referenciais do texto;
> c) tem gênero próprio (masculino ou feminino) e varia em número (singular ou plural);
> d) desempenha as funções sintáticas de sujeito e de objeto direto. (p. 155)

O mesmo acontece com o tratamento do *adjetivo* (item 7.2), definido a partir do critério lógico-semântico e caracterizado por meio dos outros dois critérios, o sintagmático e o morfossintático:

> São adjetivos os lexemas que se empregam tipicamente para significar atributos ou propriedades dos seres e coisas nomeados pelos substantivos [critério lógico-semântico]. Por isso, a presença do adjetivo no discurso sempre pressupõe um substantivo ou pronome substantivo ao qual esteja se referindo [critério

[113] A seção dedicada ao pronome (7.4 – *A categoria de pessoa e sua expressão pronominal*) é a única que não apresenta o nome da classe como título.

> sintagmático]. O adjetivo está sujeito às mesmas alterações mórficas que caracterizam o substantivo [critério morfossintático] [...] (p. 169)

Entretanto, a primazia do critério lógico-semântico não se revela na abordagem de absolutamente todas as classes nesse capítulo, haja vista o *advérbio* (item 7.7.), caracterizado na GA por sua invariabilidade formal (critério morfossintático), função modificadora e mobilidade posicional em relação ao termo que modifica (critérios sintagmáticos). Em se tratando dessa classe, a obra só lança mão do critério lógico-semântico na apresentação das *subclasses* do advérbio, cuja maioria corresponde ao que se costuma ver na NGB: advérbio de tempo, de lugar, de intensidade, de modo, de dúvida, de adição/inclusão, de focalização, de negação[114]. Mesmo assim, pode-se dizer que o inventário das classes de palavras distribuídas ao longo do capítulo 7 é pautado na aplicação, em primeira instância, do critério lógico-semântico. As classes que daí derivam praticamente correspondem às classes da NGB, o que, a meu ver, não é mera coincidência, mas total influência da tradição. Isso porque, ainda que haja uma diversidade de critérios promovendo arranjos classificatórios diferentes (conforme resumi no Quadro 26), a GA opta por apresentar o mesmo conjunto de classes da tradição, ainda que sejam evidentes controvérsias classificatórias nessa escolha.

Por exemplo, a obra situa o *numeral* em posição paralela às outras classes variáveis (*substantivo*, *adjetivo*, *pronome*, *artigo* e *verbo*); por outro lado, afirma que tal classe não passa de um subtipo dos nomes (*substantivos* e *adjetivos*) e que, portanto, não haveria razão, do ponto de vista gramatical, para situá-la em uma classe à parte (embora assim proceda)[115]. O mesmo acontece com o tratamento dado às subclasses do *pronome*: por um lado, a GA afirma que, além dos *pronomes pessoais* tradicionalmente arrolados na NGB, também podem assim ser classificados os *pronomes demonstrativos* e *possessivos*, "visto que estes três subtipos fazem referência às pessoas do discurso" (p. 175); por outro lado, essas três subclasses pronominais são apresentadas separadamente na obra, no mesmo nível hierárquico (7.4.1 Pronome pessoal; 7.4.2 Pronome possessivo; 7.4.3 Pronome demonstrativo), de certo modo contradizendo a ressalva ora feita à classificação da NGB. Por fim, outro exemplo

[114] Considerações lógico-semânticas também são feitas em particular aos advérbios de tempo, organizados em diferentes subgrupos de acordo com o "sentido que expressam no discurso" (p. 193). Além disso, vale destacar a nova proposta de classificação dos advérbios terminados em *-mente*, em contraposição à classificação tradição de eleger a noção de modo como sua característica semântica típica. Nesse sentido, de acordo com a GA, "os valores semânticos desses advérbios são variáveis de acordo com o funcionamento dos adjetivos de que derivam" (p. 195): tempo/frequência (*raramente*), ponto de vista/opinião (*provavelmente*), delimitação/enquadramento (*cientificamente*), extensão/intensidade (*parcialmente*) etc. Por sua vez, subclasses sintáticas do advérbio são apresentadas e discutidas na GA no décimo terceiro capítulo, que aborda o sintagma adverbial.

[115] Ponto de vista semelhante é lido em Azeredo (2001), para o qual se inspira nos estudos de Mattoso Camara Jr. a respeito da classe *numeral*.

reside no tratamento da *preposição* enquanto classe exclusiva, na esteira da tradição, o que não corresponde à aplicação do critério lógico-semântico, que a classificaria como um *conectivo*; à aplicação do critério sintagmático, que a classificaria como *subordinante*; ou à aplicação do critério morfossintático, que a classificaria no conjunto *classe invariável* (cf. Quadro 26). Portanto, o estatuto de "classe independente" da preposição, hierarquicamente igual às outras classes da NGB na GA, além de flagrante incoerência, não se justifica pela aplicação de nenhum dos três critérios, mas somente pela força da tradição.

É claro que nem só de continuidade com o arcabouço descritivo, categorial e conceitual da tradição se caracteriza a abordagem das classes de palavras e das categorias gramaticais que lhe são correspondentes. Existem também alguns claros movimentos de ruptura com o historicamente posto, a exemplo da crítica à noção de *gênero* como *flexão* (p. 161), difundida na tradição descritiva e ratificada pela NGB. Nesse sentido, a GA apresenta três razões para analisar essa categoria gramatical como *derivação*: (i) o conceito de flexão é incompatível com a quantidade de exceções na "flexão" dos substantivos em gênero; (ii) a flexão expressa a variação formal da mesma palavra, mas há vários pares masculino/feminino que são palavras lexicais distintas, registradas separadamente pelos dicionários; (iii) a criação e emprego de certos nomes femininos ou mesmo masculinos são frequentemente encarados como opções pessoais ou escolhas estilísticas, diferentemente da flexão regular. Nessa mesma direção, outros pontos que podem ser citados, entre tantos, são a importância dada às distinções aspectuais da língua (p. 206-208), uma vez que a categoria *aspecto* costuma se resumir, na tradição, à diferenciação entre os tempos *pretérito perfeito*, *imperfeito* e *mais-que-perfeito*, além de não ser mencionada na NGB; e a ampliação da categoria *grau* para além do universo dos *adjetivos* (p. 172-173), uma vez que o grau *superlativo absoluto sintético* afeta também o *advérbio* e os demais graus incidem também no verbo, algo ignorado pela maioria das obras tradicionais.

Porém, em se tratando de aspectos eminentemente terminológicos, é muito elevado o nível de continuidade com a tradição gramatical luso-brasileira. Conforme discuti no Capítulo 3 (seção 3.4.2), essa tradição é representada no Brasil contemporâneo pela NGB, documento em vigor desde 1959. O Quadro 27, a seguir, é capaz de dar a exata dimensão de quão próximos são o conjunto de termos da NGB e o conjunto de termos da GA no que diz respeito ao universo descritivo das classes de palavras e da morfologia flexional. As células amarelas, visivelmente em maior número, correspondem aos termos da NGB que são utilizados na descrição elaborada pela GA:

Quadro 27 – Presença de termos da NGB (classes de palavras e morfologia flexional) na GA

substantivo	comum	próprio	concreto	abstrato			
	gênero	masculino	feminino	epiceno	comum de dois gêneros	sobrecomum	
	número	singular	plural	grau	aumentativo	diminutivo	
artigo	definido	indefinido					
	gênero	masculino	feminino	número	singular	plural	
adjetivo	gênero	masculino	feminino	número	singular	plural	
	grau	comparativo de igualdade		comparativo de superioridade (analítico, sintético)		comparativo de inferioridade	
	superlativo relativo de superioridade		superlativo relativo de inferioridade		superlativo absoluto (sintético, analítico)		locução adjetiva
numeral	cardinal	ordinal	multiplicativo		fracionário		
	gênero	masculino	feminino	número	singular	plural	
pronome	pessoal	reto	oblíquo reflexivo	oblíquo não reflexivo	de tratamento		possessivo
	demonstrativo		indefinido	interrogativo	relativo	pronome substantivo	pronome adjetivo
	gênero	masculino	feminino	número	singular	plural	
	1ª, 2ª, 3ª pessoa		locução pronominal				
verbo	regular	irregular	anômalo	defectivo	abundante	auxiliar	
	1ª, 2ª, 3ª conjugação		modo	indicativo	subjuntivo	imperativo	formas nominais
	infinitivo pessoal flexionado		infinitivo pessoal não flexionado		infinitivo impessoal	gerúndio	particípio
	tempo	presente	pretérito imperfeito	pretérito perfeito	pretérito mais que perfeito	futuro do presente	futuro do pretérito
	número	singular	plural	pessoa	primeira	segunda	terceira
	voz	ativa	passiva	reflexiva	locução verbal		
advérbio	de lugar	de tempo	de modo	de negação	de dúvida	de intensidade	de afirmação
	interrogativos		de lugar	de tempo	de modo	de causa	
	grau	comparativo de igualdade, superioridade, inferioridade					
	superlativo absoluto sintético		superlativo absoluto analítico		diminutivo	locução adverbial	
preposição	essencial		acidental				
conjunção	coordenativa		aditiva	adversativa	alternativa	conclusiva	explicativa
	subordinativa		integrante	casual	comparativa	concessiva	condicional
	consecutiva		final	temporal	proporcional	conformativa	locução conjuntiva
interjeição	locução interjectiva						

Fonte: O autor, 2015.

A presença massiva da NGB na GA, ilustrada no Quadro 27, valida a ideia de que talvez haja algo como uma terminologia de consenso geral entre a doutrina gramatical e os estudos linguísticos. Não se trata de uma teoria, mas de uma terminologia relativamente estável, associada a conceitos próximos ou mesmo idênticos, independentemente da visão teórica de partida. No Capítulo 3, discuti essa possibilidade com base no que diz Perini (2008) sobre a questão. A análise da GA me sugere lhe ser realmente inevitável, por mais deslocamentos que opere em relação à gramatização tradicional, não utilizar boa parte dos termos da tradição gramatical luso-brasileira, ou seja, da tradição gramatical greco-latina. Nesse sentido, os termos tradicionais sofrem uma espécie de "naturalização" no momento em que são tomados como "objetos observacionais" e não "teóricos" (BORGES NETO, 2013), a ponto de serem utilizados independentemente das teorias linguísticas tomadas como referência e dos critérios de categorização previamente traçados.

Ainda observando o Quadro 27, digo que a força da terminologia tradicional também é revelada até mesmo se certos termos não são efetivamente tomados na descrição. Mesmo quando uma categoria da NGB não é abraçada pela GA, ela costuma ser previamente mencionada para, só assim, ser criticada e recategorizada. Ilustram esse fato a avaliação crítica da subclasse tradicional *pronome interrogativo* e a recategorização da subclasse *artigo indefinido* (células rosas) realizadas na obra:

> Os pronomes indefinidos *qual*, *quanto*, *que*, *o que* e *quem* integram frases interrogativas parciais, introduzindo a parte do enunciado sobre a qual incide a pergunta (*Que/Oque queres aqui?* [...]). Por isso vêm classificados como pronomes interrogativos nas gramáticas escolares. Para sermos coerentes, deveríamos, então, classificá-los como pronomes exclamativos em frases como *Que vexame!* [...] Cremos que a melhor solução é classificá-los como pronomes indefinidos que têm a particularidade de servir de índice formal de frases interrogativas e exclamativas" (p. 179).
>
> "O chamado 'artigo indefinido' é, na realidade, uma variedade de pronome indefinido" (p. 180).[116]

Além disso, todas as categorias associadas ao *numeral* (células azuis), ainda que não mencionadas explicitamente na GA, aparecem na abordagem da classe *substantivo*, da qual o numeral também faz parte, conforme defende a própria obra. Esses e outros detalhes contribuem ainda mais para a aproximação terminológica entre os dois universos de gramatização.

[116] A propósito, já em Azeredo (2001) havia a defesa de que as unidades arroladas sob a rubrica *artigo* constituem subclasses dos pronomes demonstrativos (tradicionalmente artigos definidos) e dos pronomes indefinidos (tradicionalmente artigos indefinidos).

Por fim, vale elencar as categorias gramaticais não mencionadas na NGB, mas consideradas no trabalho da GA com as classes de palavras e a morfologia flexional. O quadro a seguir dá um panorama geral desse conjunto terminológico:

Quadro 28 – Categorias da GA que não constam na NGB

substantivo	coletivo	partitivo	animado	inanimado	
adjetivo	de relação ou classificador		qualificador		
pronome	oblíquo átono		oblíquo tônico		
verbo	fraco	forte	principal	impessoal	ergativo ou inacusativo
	dêixis	aspecto	modalização	pronominal	voz média
advérbio	de adição ou inclusão		de focalização		relativo
preposição	transpositor		locução prepositiva		
conjunção	adverbial		nominalizador		

Fonte: O autor, 2015.

No Quadro 28, as células verdes compreendem os poucos termos que remontam aos estudos linguísticos de natureza tanto sintática (*ergativo*, *inacusativo*, *transpositor*), quanto enunciativa, discursiva ou textual (*dêixis*, *modalização*, *focalização*, *nominalizador*). Os outros termos, por sua vez, embora não estejam presentes no esqueleto gramatical da NGB, estão vinculados, em menor ou maior grau, ao PTG. Por exemplo, a NGB apresenta somente os termos *voz ativa*, *passiva* e *reflexiva*, sendo que o termo *voz média*, presente na GA para se referir aos casos em que o sujeito pronominal reflexivo não deflagra o processo verbal (*Ela não se incomoda com nada*), já podia ser visto em Said Ali (1923). Tudo isso ajuda a ratificar, mais uma vez, a posição de que o arcabouço descritivo, categorial e conceitual da GA, quando a unidade de análise é a palavra, se mantém bem semelhante ao que se vê nas gramáticas tradicionais de língua portuguesa.

Nesse quesito, o tratamento que a GA oferece à sintaxe do período também abraça a tradição gramatical luso-brasileira e, consequentemente, a NGB. Na abordagem do *período simples* (oitavo a décimo terceiro capítulo), a gramática costuma fazer referências explícitas à terminologia tradicional, dela se valendo no desenrolar de sua exposição descritiva. Mesmo quando opera algumas modificações categoriais e terminológicas, a GA toma como ponto de partida os termos de uso comum nas escolas, nas gramáticas pedagógicas e nos livros didáticos, conforme ela mesma frisa. É o que se vê, por exemplo, na apresentação da estrutura do predicado:

> Tradicionalmente chamamos de **intransitivos** (ou de predicação completa) os núcleos verbais que dispensam – não selecionam ou não implicam – um termo adjacente. Os demais (de predicação incompleta), que travam com o termo adjacente uma relação de implicação mútua, recebem classificações variadas na tradição descritiva. Distinguiremos dois tipos deles: os **verbos de ligação** (copulativos ou predicativos) e os **verbos transitivos**. [grifos do autor] (p. 213)

e, logo em seguida, na forma como introduz a complexa subclassificação dos verbos transitivos, já mencionada anteriormente nesta seção da tese (cf. Quadro 24 e 25). Nesse caso, a nova proposta categorial e terminológica aparece em contraste com a proposta tradicional, que se quer suplantar, mas não ignorar, de modo que a obra tenta construir uma espécie de linha ininterrupta de erudição gramatical entre a tradição e a contemporaneidade:

> A mais conhecida classificação dos verbos transitivos, amplamente adotada nas gramáticas escolares e nos livros didáticos em geral, consiste na distinção entre verbos transitivos diretos [...] e verbos transitivos indiretos [...], cujo complemento [...] se vincula ao verbo por meio de uma preposição. [...]
>
> Assim como tantas outras distinções que fazemos ao analisar a estrutura da língua, a distribuição dos verbos em transitivos e intransitivos nos termos expostos acima é simplista, visto que iguala, com prejuízo para a descrição, uma grande variedade de tipos. Isto não é uma crítica, até porque todos os nossos mestres do passado reconheciam esse fato. Não há uma fronteira rígida entre verbos transitivos e verbos intransitivos; o que há é um contínuo, em cujos extremos se encontram o verbo que sempre recusa complemento (ex.: *nascer*) e o verbo que sempre seleciona complemento (ex.: *fazer*). (p. 214-215)

Procedimento semelhante acontece na abordagem da categoria *sujeito* (item 9.10). Antes de propor uma conceituação mais adequada do termo, a GA critica o modo tradicional e costumeiro de se identificar o sujeito como o "agente do verbo" ou como "termo sobre o qual se faz uma declaração", haja vista, respectivamente, as orações passivas (*O abacaxi foi descascado por Marcelo*) e as orações em que o tópico não é sujeito, mas, por exemplo, objeto (*O corpo do pardalzinho, Sacha enterrou no jardim*). Essa incoerência flagrante entre a definição de sujeito e sua aplicação, tão comum às gramáticas tradicionais[117], faz a GA não caracterizar o termo pelo seu papel semântico (agente) ou pela sua função textual discursiva (tópico), mas sim pelo seu "lugar sintático de preenchimento obrigatório junto aos verbos pessoais" (p. 273). Por outro lado, a classificação do sujeito que se encontra na NGB (*sujeito simples*, *composto*, *indeterminado*, *oração sem sujeito*) é repetida na GA, embora a gramática não se limite à exposição dos aspectos estruturais de categorias como o sujeito indeterminado, indo ao encontro dos efeitos de sentido construídos e dos motivos cognitivos e discursivos por traz de seus usos.

[117] Cf. Capítulo 3 da tese: "A ação expressa pelo verbo é atribuída a uma pessoa ou coisa, que se chama sujeito" (COSTA, 1920).

Ainda nos limites do período simples, destaca-se como ponto de renovação descritiva o décimo terceiro capítulo, destinado à lida com o *sintagma adverbial*. Dentre outros assuntos, é ressaltado o cuidado com o uso da expressão "termos acessórios da oração", utilizada na NGB e em toda a tradição gramatical subsequente como hiperônimo, por exemplo, dos adjuntos adverbiais. Se um adjunto adverbial é irrelevante à integridade gramatical da oração, não o é em se tratando dos efeitos discursivos que produzem, avalia a obra, que também desvela a heterogeneidade sintática da classe dos advérbios nesse capítulo: tradicionalmente subdivididos a partir de seus traços semânticos (modo, tempo, lugar, negação, intensidade etc.), é repartido aqui de acordo com as subfunções sintáticas desempenhadas, de modo que são agrupados em *adjuntos oracionais*, *verbais*, *secundários*, *focalizadores* e *conjuntivos*.

Ao ampliar a unidade sintática para o *período composto* (décimo quarto capítulo), a terminologia tradicional também é utilizada, inclusive em proveito de novas propostas descritivas. Por exemplo, a fim de explicar o conceito de subordinação (hipotaxe), a obra retoma a classificação de palavras de acordo com o critério sintagmático (cf. Quadro 26), isto é, levando em conta as possibilidades de posição estrutural de *nomes*, *verbos*, *adjetivos*, *advérbios*, *determinantes*, *coordenantes* e *subordinantes* no interior da oração, bem como suas características combinatórias. Ao mesmo tempo, se vale da classificação tradicional das conjunções coordenativas (*assindéticas* vs. *aditivas*, *adversativas*, *alternativas*, *explicativas*, *conclusivas*), mas com um nível maior de aprofundamento na descrição e na análise, por considerar diferentes nuances sintático-semânticas desses conectores, na interface com seu funcionamento textual-discursivo.

Vejamos um exemplo, a fim de ajudar a revelar esse uso da terminologia tradicional a serviço de novas categorizações e abordagens do fenômeno linguístico. Na GA, o conectivo *mas* é colocado, como nas gramáticas tradicionais, no rol das *conjunções adversativas*. Apresentado como "a conjunção adversativa típica" (p. 305), são ressaltadas diferentes nuances de seu valor semântico de contraste de dois fatos ou ideias. Nesse sentido, a GA joga com as possibilidades argumentativas do conectivo, saindo do domínio meramente estrutural e partindo para análise de aspectos ligados à enunciação, ao discurso:

> O fato ou ideia introduzido por *mas* recebe um realce em face da ideia anterior e se impõe à atenção do ouvinte ou leitor, funcionando como argumento para os efeitos de sentido que o enunciador pretende produzir. Comparem-se os efeitos de sentido extraídos das frases abaixo:
> - Ela é antipática, **mas** competente.
> - Ela é competente, **mas** antipática.

> Enquanto a primeira frase, de efeito positivo, realça e valoriza a competência e a retrata como uma compensação para o defeito; a segunda, de efeito negativo, realça a antipatia, desmerecendo a qualidade. (p. 305)

A gramática segue com a apresentação e comentários de outros exemplos de uso do conectivo *mas*, combinado ou não com outras expressões conectivas (*em compensação*, *apesar disso*, *ainda assim*, *de fato*, *por outro lado* etc.), mexendo com questões ligadas a procedimentos de inferência e construção de efeitos de sentido, como *ênfase* e *focalização*. Passa, então, a uma análise dos conectivos *porém*, *contudo*, *entretanto*, *no entanto* e *todavia*, os quais, para a GA, seriam "palavras tradicionalmente classificadas como conjunções, mas [que] têm características que as assemelham a advérbios" (p. 306), como a mobilidade posicional na frase. Novas classificações também ocorrem em se tratando das formas *por conseguinte*, *consequentemente* (ambas, segundo a obra, restritas a registros ultraformais da língua), *por isso*, *então* e *portanto* (p. 308-309), tradicionalmente classificadas como *conjunções* ou *locuções conjuntivas*, mas postas na GA na categoria dos *advérbios*.

Por fim, quanto à classificação do período composto por coordenação e por subordinação, a GA segue praticamente a mesma e extensa proposta da tradição, que apresenta, para a coordenação, o par *assindética* e *sindética* e suas subcategorias e, para a subordinação, a tríade *substantiva*, *adverbial* e *adjetiva* e suas respectivas subcategorias. Embora outras matizes sintático-semânticas sejam exploradas para cada tipo de oração (a exemplo das subordinadas substantivas – item 14.11), o arcabouço terminológico é praticamente o mesmo da NGB. Como mostrei nos Quadros 27 e 28, quando da análise da morfologia flexional e das classes de palavras, essa correspondência também se aplica à terminologia sintática, conforme se observa no Quadro 29, em que as células amarelas indicam os vários termos da NGB que se encontram na descrição sintática realizada na GA:

Quadro 29 – Presença de termos da NGB (sintaxe) na GA

Divisão da sintaxe	concordância nominal	concordância verbal		regência nominal	regência verbal	
	colocação	próclise	mesóclise	ênclise		
Análise sintática da oração	termos essenciais da oração	sujeito	simples	composto	indeterminado	oração sem sujeito
		predicado	nominal	verbal	verbo-nominal	
		predicativo do sujeito	predicativo do objeto			
		predicação verbal	verbo de ligação	verbo transitivo direto	verbo transitivo indireto	verbo intransitivo
	termos integrantes da oração	complemento nominal	complemento verbal	objeto direto	objeto indireto	agente da passiva
	termos acessórios da oração	adjunto adnominal	adjunto adverbial	aposto	vocativo	
Análise sintática do período	período simples	período composto	coordenação	subordinação	oração absoluta	oração principal
	oração coordenada	assindética	sindética	aditiva	adversativa	alternativa
				conclusiva	explicativa	
	oração subordinada	substantiva	subjetiva	objetiva direta	objetiva indireta	completiva -nominal
			apositiva	predicativa		
		adverbial	consecutiva	concessiva	condicional	final
			conformativa	proporcional	temporal	
		adjetiva	restritiva	explicativa		
		reduzida de infinitivo	reduzida de gerúndio	reduzida de particípio		

Fonte: O autor, 2015.

Diante da análise empreendida acerca do arcabouço descritivo, categorial e conceitual da GA, pode-se dizer que essa obra não opera mudanças significativas nas categorias e conceitos morfossintáticos nem no aparato terminológico da tradição gramatical luso-brasileira, embora apresente alguns movimentos de ruptura. O Quadro 30 nos ajuda a recaptular os pontos de manutenção e subversão entre o esperado pelo PTG e o realizado por essa gramática:

Quadro 30 – Arcabouço descritivo, categorial e conceitual da GA na relação com o PTG

Movimentos de ruptura	Linhas de continuidade
Apresentação de conceitos teóricos de empreendimentos estruturalistas da primeira metade do século XX, envolvendo as noções de "dupla articulação da linguagem" e "constituintes imediatos".	Compreensão da gramática enquanto conjunto de unidades lexicais e gramaticais organizadas a partir de uma série de combinações sintático-semânticas e variando em forma.
Consideração do texto na descrição, mas não como unidade de análise, e sim como cenário em que atuam as categorias gramaticais descritas, em termos de palavra, oração e período.	Assunção da "oração", devido a sua caracterização formal precisa, como unidade fundamental e máxima da estrutura gramatical.
Abordagem da sintaxe em que o sintagma e seus tipos são categorias fundamentais à descrição.	Distinção entre coordenação e subordinação como fundamentais à descrição do período composto.
Apresentação de diferentes arranjos para a divisão das palavras em classe, de acordo com os critérios lógico-semântico, morfossintático e sintagmático, discriminados e aplicados individualmente.	Consideração das classes de palavras tradicionais, caracterizadas a partir de uma heterogeneidade de critérios, como categorias fundamentais a toda descrição morfossintática.
Crítica à noção de termo acessório da oração, discussão sobre a noção de gênero como flexão ou derivação, ampliação da categoria "grau" para além dos adjetivos, apresentação de novas propostas de categorização de pronomes, artigos e numerais, entre outras inovações descritivas.	Utilização da grande maioria dos termos vinculados à tradição gramatical, em particular à NGB, na abordagem das classes de palavras, da morfologia flexional e da sintaxe do período simples e composto.
Reconhecimento da necessidade de se renovar o arcabouço categorial e conceitual da tradição em vários pontos, ainda que se tome o apanhado tradicional por base.	Reconhecimento de que o arcabouço categorial e conceitual da tradição permanece válido em diversos pontos, podendo servir como lastro que subsidie inovações descritivas.

Fonte: O autor, 2015.

É verdade que, como prometido nas primeiras páginas da obra, há certas inovações descritivas e conceituais e alguma utilização de termos não convencionais ao longo da abordagem das classes de palavras, da morfologia flexional e da sintaxe do período simples e composto, mas a essência do acervo categorial e terminológico se mantém e muito se assemelha à NGB de 1959. Nesse sentido, a GA apresenta o que Borges Neto (2013) chama de "uso protocolar da tradição gramatical", ora quando a segue à risca, ora quando a assume como base para alguns novos voos descritivos.

4.1.5 Língua gramatizada pela GA

Já se sabe que a GA se declara uma gramática da "variedade padrão escrita do português em uso no Brasil" (p. 25). Porém, apesar de se tratar de uma gramática brasileira contemporânea, não se percebe uma flexibilização substancial do padrão nela descrito em relação à língua gramatizada pelas gramáticas tradicionais do português. Nesse sentido, parece que os termos 'padrão' e 'escrita' expressos nessa autodefinição inibem que sejam

gramatizados vários aspectos morfossintáticos próprios da língua dos brasileiros, de modo que a GA não garante, em textos escritos que exigem maior monitoramento estilístico, a legitimidade do uso de certas formas e construções que revelam nossa identidade e singularidade frente a outras comunidades linguísticas de raiz lusitana.

Na apresentação da obra, a definição correspondente à língua gramatizada é a seguinte:

> [A variedade padrão escrita do português em uso no Brasil é um] conjunto sistemático de formas e construções da língua portuguesa empregadas razoavelmente em comum por escritores / jornalistas / autores brasileiros, desde a segunda metade do século XIX até os dias atuais, em obras literárias, técnicas, científicas, ensaísticas em geral, assim como na maior parte dos textos impressos nos principais jornais e revistas dos grandes centros urbanos contemporâneos. (p. 25)

Esse trecho é revelador de certos pontos de vista que atravessam o objeto linguístico da GA, a saber:

i) a língua descrita é a portuguesa;
ii) a variedade descrita é a brasileira, escrita e padrão;
iii) não houve mudanças na língua da segunda metade do século XIX até hoje;
iv) a língua dos domínios literário, jornalístico e científico é razoavelmente uniforme;
v) a língua dos grandes centros urbanos é de maior valor social.

De certo modo, esses pontos não combinam com certos posicionamentos teóricos assumidos pela obra no que tange à visão de *língua*, *gramática*, *norma*, *variação* e *mudança*[118], mas isso vale sobretudo para o item (iii). É sabido que foi no século XIX que ganhou força o debate sobre a expressão literária brasileira, até então réplica do padrão lusitano; porém, tal fato não justifica um recorte temporal dessa envergadura na descrição dos usos linguísticos dos brasileiros, principalmente quando se assume, como faz a GA ao longo do terceiro capítulo (*Variação, mudança e unidade da língua*), que a mudança linguística é inerente a qualquer língua. Na verdade, os exemplos provenientes da literatura do século XIX são escassos na GA (cf. Quadro 28), o que contribui ainda mais para a não pertinência da consideração explícita de obras de autores novecentistas.

A língua gramatizada na GA é uma variedade do português do Brasil que se distingue das demais por ser "modelo de uso em âmbito nacional" (p. 25). Trata-se de um construto sócio-histórico[119], como toda norma-padrão, que não corresponde integralmente a nenhum

[118] Cf. subseção 4.1.3 da tese.
[119] Cf. Capítulo 3 da tese, em especial a seção 3.5, intitulada *O construto sócio-histórico "norma-padrão" como consequência do processo de gramatização*.

conjunto concreto de manifestações linguísticas regulares e frequentes, mas a uma "competência basicamente adquirida pela intervenção da escola e pela via da leitura" (p. 25). Como se vê, ao menos no nível teórico, a norma da GA não difere da norma das gramáticas tradicionais de referência. Por outro lado, ao passo que ratifica o discurso hegemônico da norma-padrão, a obra também reconhece a importância e a validade, em contextos mais restritos, dos usos distantes dessa norma. "Todo uso tem sua faixa de vigência, vitalidade e funcionalidade; o que varia é a amplitude de cada uma" (p. 27), sentencia a GA.

Ciente de que a heterogeneidade perpassa qualquer norma, a GA reconhece que a própria norma-padrão "não é um corpo de limites rígidos nem, tampouco, um conjunto uniforme de meios de expressão" (p. 64). Isso significa, por um lado, que a variedade padrão é elástica e comporta usos alternativos e, por outro lado, que nem todo uso do português é considerado padrão. Desse modo, a gramática procura traçar um perfil do que seria a modalidade padrão escrita contemporânea do português do Brasil. A fim de estabelecer os limites da norma que pretende descrever, a obra opera, no seu terceiro capítulo (item 3.4), uma espécie de recorte metodológico, que sistematizo no Quadro 31:

Quadro 31 – Exemplos de formas/construções descartadas e gramatizadas pela GA

EXEMPLOS DE FORMAS/CONSTRUÇÕES DESCARTADAS			Nós voltemo(s) da praia tarde.[120]
			A gente voltamo(s) da praia tarde.
			Se ela propor esse acordo, eu aceito.
EXEMPLOS DE FORMAS/CONSTRUÇÕES GRAMATIZADAS	INTERCAMBIÁVEIS		Eles assistiram o jogo pela televisão.
			Eles assistiram ao jogo pela televisão.
			Naquela época, importava-se todas essas mercadorias.
			Naquela época, importavam-se todas essas mercadorias.
	DEPENDENTES DO REGISTRO	INFORMAL	Deixem ele entrar.
			Não sai agora daí, porque está chovendo muito.
		FORMAL	Deixem-no entrar.
			Não saia agora daí, porque está chovendo muito.

Fonte: O autor, 2015.

[120] Todos os exemplos foram extraídos da GA.

Três importantes conclusões sobre a norma que a GA gramatiza podem ser feitas a partir do Quadro 31. A primeira é que a gramática descarta absolutamente alguns usos recorrentes na fala brasileira menos monitorada, dentre os quais estão aqueles considerados de menor prestígio social (*A gente voltamo*), costumeiramente associados a comunidades de menor educação escolar e poder econômico. A segunda é que há uma maior aceitação de certas construções consideradas "erros de português" pela tradição purista (*Importava-se todas essas mercadorias*), mas bem frequentes no repertório linguístico falado e escrito de todos os brasileiros, independentemente de variáveis sociais, econômicas, geográficas, contextuais etc. A terceira é que a legitimidade de determinadas construções linguísticas é condicionada ao grau de formalidade da situação, de modo que construções próprias do PB (*Deixem ele entrar*, *Não sai agora*), presentes inclusive em textos escritos mais monitorados, são descritas na GA como representativas dos usos informais da língua portuguesa do Brasil, e não como próprias de nossa língua, independentemente de quaisquer registros.

Diante desse cenário um tanto conservador, a unidade linguística luso-brasileira é tacitamente assumida pela GA ao longo da descrição morfossintática empreendida. Passagens como "As conjugações do português são três" (p. 180), "As orações desprovidas de sujeito formam um conjunto à parte na sintaxe do português" (p. 232), "A estrutura padrão da oração em português consiste na combinação de um constituinte nominal na função de sujeito e um constituinte verbal na função de predicado" (p. 295), entre tantas outras, são exemplos que sugerem que, em geral, o português é compreendido na GA enquanto um bloco linguístico único e homogêneo. Essa visão, de certo modo, vai no mesmo caminho do que se lê no Apêndice III da obra, intitulado *Português brasileiro: um tema e alguma polêmica*, ainda que aqui a referência pontual seja às últimas décadas do século XIX:

> A tese de uma diferenciação inevitável entre os usos brasileiro e europeu da língua portuguesa era partilhada por muitos filólogos e gramáticos, mas esse reconhecimento não foi capaz de afetar o consenso sobre a 'unidade de uma expressão escrita' comum a Brasil e Portugal. (p. 544)

Corroborando esse olhar, no espaço dedicado à classe dos verbos (sétimo capítulo, item 7.6), a gramática esmiúça a estrutura do verbo e apresenta um quadro geral das desinências verbais, a formação dos tempos simples e compostos a partir de longos e mnemônicos[121] paradigmas de conjugação verbal, as particularidades flexionais dos verbos,

[121] A prescrição da conjugação de alguns verbos irregulares é apresentada com dicas de memorização, numa abordagem típica das gramáticas tradicionais de cunho didático/escolar: "Modelo misto: **odiar** (*mediar*, *ansiar*, *remediar*, *incendiar*, *odiar*). Estes cinco verbos – cujas letras iniciais formam o nome próprio **Mario** – são

entre outros tópicos cuja descrição em nada difere de um gramática tradicional e normativa do português. Por exemplo, o paradigma da segunda pessoa do plural não apresenta as formas *você* e *vocês*, mas apenas *tu* e *vós*, seguidos de suas respectivas desinências número-pessoais, praticamente em desuso no PB contemporâneo. Abordagem tradicional semelhante se repete em outras partes da GA, como no trato das distinções aspectuais em português (oitavo capítulo, item 8.7) ou mesmo na parte dedicada à concordância verbal (nono capítulo, item 9.12). Nessas e em outras passagens, a GA não leva em conta nada de específico do português do Brasil: a não realização aspectual do pretérito mais-que-perfeito simples, ou casos de concordância próprios do PB, como verbo no singular mediante sujeito posposto, passam longe do descrito na obra.

Volto aqui à questão de a GA associar certas construções próprias da gramática internalizada dos brasileiros a contextos orais e informais de situação. A meu ver, essa vinculação não corresponde a observações empíricas, como atestam várias pesquisas na área da linguística voltadas à descrição do PB, inclusive em sua norma culta e escrita[122]. Além disso, essa atitude favorece a manutenção do enorme fosso existente no Brasil entre a língua gramatizada (norma-padrão) e a língua real dos brasileiros escolarizados (norma culta), pois a obra restringe o uso de certas construções brasileiras a um determinado registro, por mais ampla (e culta) que seja sua circulação em termos reais. Nesse cenário, também se percebe a equivocada tendência, tão cara ao senso comum, em associar, por um lado, oralidade a informalidade/coloquialidade e, por outro lado, escrita a formalidade. O Quadro 32 arrola algumas das muitas passagens da obra que ilustram esse fato:

---

regulares nas formas arrizotônicas, mas seguem o modelo de **passear** nas formas rizotônicas: *odeio*, *odeias*, *odeia*, *odiamos*, *odiais*, *odeiam*; *odeie*, *odeies*, *odeie*, *odiemos*, *odieis*, *odeiem*." [grifos do autor] (p. 190).

[122] Por exemplo, as publicações do Projeto NURC da *Gramática do Português Falado*, sob a coordenação do Prof. Ataliba T. de Castilho, diversos trabalhos do Prof. Marcos Bagno (2000, 2001a, 2003, 2009, 2010), pesquisas gerativistas em sintaxe do PB (ROBERTS & KATO, 1996, 2001; SPANÓ, 2002; SILVA, 2004) etc.

Quadro 32 – Aspectos morfossintáticos do PB restritos a contextos orais ou de informalidade/coloquialidade na GA

ASPECTOS MORFOSSINTÁTICOS DO PB	**TRECHOS DA OBRA**
PRONOME RETO DE 3ª PESSOA EM CONTEXTOS ACUSATIVOS E DATIVOS	O emprego de *lhe/lhes* referidos à terceira pessoa (*ele/ela/eles/elas*) praticamente se restringe, no uso brasileiro, à modalidade escrita formal. Na fala corrente, *lhe/lhes*, com esse valor, dão lugar a *a ele/ela/eles/elas*. (p. 217)
	No registro informal, *ele/ela/eles/elas* cumprem os papéis sintáticos dos três grupos [sujeito e predicativo; complemento sem preposição; complemento com preposição]. (p. 256)
	Nos registros mais informais, [...] como a conversação descontraída de pessoas íntimas, mesmo os falantes mais escolarizados tendem a substituir as formas oblíquas átonas *o/a/os/as* por *ele*, *ela*, *eles*, *elas*, quando relativas à pessoa de quem se fala, e por *te* (mais raramente *lhe*) *você*, *vocês*, quando relativas ao interlocutor, aproximando-se assim do sistema vigente nas demais variedades, que, adquiridas sem a intervenção da escola, ignoram as formas pronominais átonas *o/a/os/as*. (p. 259)
OBLÍQUO *LHE* EM CONTEXTOS ACUSATIVOS	No uso coloquial em geral e na escrita informal, [as formas *lhe/lhes*] são empregadas, via de regra, para indicar a pessoa do interlocutor – você/vocês – e podem, além da função dativa (correspondendo a *a você/a vocês*), assumir ainda a função acusativa [*Não lhe conheço* por *Não conheço você*]. (p. 258)
RELATIVA CORTADORA	Nos registros informais da língua falada, e frequentemente da escrita, esta supressão também acontece diante do pronome relativo *que* [*Esse foi o filme que eu mais gostei*]. Diante de pronome relativo, a supressão de preposição é ainda mais abrangente no português falado, alcançando mesmo as preposições que introduzem circunstâncias [*Esta é a cama que ele dormia*]. (p. 217)
FORMA *QUE* COMO CONECTIVO UNIVERSAL	Na fala espontânea, nas variedades populares da língua e na escrita de pessoas com baixa escolarização, [...] praticamente só se emprega a forma *que*, que tende a perder a condição de forma substituta [...] de um antecedente em proveito da função puramente conectiva. Daí variações como *O vestido que ela gostou/O vestido de que (do qual) ela gostou*, *Tenho um amigo que o pai (dele) é marceneiro/Tenho um amigo cujo pai é marceneiro*, *O caminho que eu vim é tranquilo/O caminho pelo qual (por onde) eu vim é tranquilo.* (p. 317)
APAGAMENTO DA PREPOSIÇÃO EM ORAÇÕES SUBORDINADAS	As preposições *de* e *em* [...] não ocorrem no uso coloquial: [...] Duvido (de) *que eles nos encontrem aqui*. Eles insistiram (em) *que estavam com a razão*. Não se esqueça (de) *que amanhã é meu aniversário*. (p. 313)
RETENÇÃO DO SUJEITO PRONOMINAL	A ausência do pronome nessas construções [*Houve ano em que estranhei tanto roxo*] é frequente na escrita. Na fala, o mais comum é a presença do pronome. (p. 224)
OUTRAS FORMAS DE INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO PARA ALÉM DO USO DO PRONOME *SE*	No registro informal típico da conversação espontânea, a indeterminação do sujeito faz raro uso do *se*, dando preferência ao emprego da terceira pessoa do plural ou mesmo do singular. (p. 226)
	Na interação espontânea, a omissão da identidade do sujeito se exprime correntemente mediante o emprego de sintagmas nominais de significação genérica ou indeterminadora como *a gente*, *muita gente*, *todo mundo* no papel de sujeito simples. (p. 226)
VOCÊ/VOCÊS COMO PRONOMES DE 2ª PESSOA	A língua corrente ignora o pronome pessoal *vós* e as formas verbais e possessivas que lhe correspondem. *Você/vocês* é a forma pronominal característica da interlocução coloquial na maior parte do território brasileiro [...]. (p. 264)

FORMA *A GENTE*	Os brasileiros empregam em geral a forma *a gente*, especialmente na língua falada semiformal e informal, como equivalente de *nós*. (p. 176)
	"A forma conosco, de registro muito formal, é substituída na fala corrente por *com a gente*" (*Nós queríamos que ele viesse com a gente*)". (p. 257)
CONSTRUÇÃO *PARA MIM* + *INFINITIVO VERBAL*	A construção 'para mim + infinitivo' (*para mim fazer*, *para mim beber*) é usual no registro informal, inclusive dos falantes mais escolarizados, e é como tal que convém ser descrita. (p. 258)
CERTAS FLEXÕES DE NÚMERO	No Brasil, a fala distensa e mesmo a língua escrita informal e semiformal [...] já consolidaram a formação do plural dos substantivos terminados em *-r* mediante o simples acréscimo de *-s* ao sufixo: *colherzinha – colherzinhas*, *barzinho – barzinhos* etc. (p. 166)
CERTOS PROCESSOS MORFOLÓGICOS DE GRAU	O grau do adjetivo restringe-se à formação do superlativo absoluto sintético, mediante o acréscimo do sufixo *-íssimo* ou de suas variantes *-érrimo* e *-imo* à forma do adjetivo. Trata-se, de fato, de um uso restrito à variedade culta formal e mesmo ultraformal da língua [...] A língua coloquial faz amplo uso dos sufixos *-ão* e *-inho* [...]. (p. 173)
ALTERAÇÃO NO VALOR SEMÂNTICO DE CERTOS TEMPOS VERBAIS	Nos registros semiformal e informal, o presente do indicativo emprega-se regularmente com o mesmo valor do futuro do presente: Os pintores *voltam* amanhã para terminar o serviço. (p. 359)
	Nos registros semiformal e informal, o pretérito imperfeito do indicativo emprega-se regularmente com o mesmo valor do futuro do pretérito: Como foi que você adivinhou que eles *chegavam* hoje? (p. 360)
CERTAS FORMAS VERBAIS EM DETRIMENTO DE OUTRAS	O pretérito mais-que-perfeito simples é uma forma restrita aos usos formais da língua escrita. Na língua escrita informal e na fala só se emprega a forma composta (ex.: *tinha comprado* em vez de *comprara*). (p. 360)

Fonte: O autor, 2015.

Os trechos acima atestam ser comum na GA a vinculação dos usos linguísticos eminentemente brasileiros à modalidade oral e/ou ao registro informal (atenção aos destaques em vermelho), ainda que, repito, sejam exemplos de formas e construções caracterizadoras da morfossintaxe brasileira contemporânea em geral. Vale dizer que essas passagens costumam vir em observações periféricas à exposição descritiva ou mesmo em notas de rodapé, de modo semelhante ao que se vê em edições de diversas gramáticas tradicionais ao longo do século XX, como, por exemplo, M. Said Ali (1923), A. A. Torres (1959, 1981), G. Chaves de Melo (1970), N. M. de Almeida (1988), D. P. Cegalla (2005), entre outras apresentadas no Capítulo 3 da tese.

Nesse contexto do qual o conservadorismo linguístico parece tomar conta, também aparecem descrições de formas e construções um pouco mais condizentes com os usos eminentemente brasileiros. Algumas vezes, a obra parece oscilar entre uma atitude purista e um posicionamento emancipador, o que vale, inclusive, para a descrição de um mesmo fato gramatical. Por exemplo, na apresentação dos pronomes pessoais (sétimo capítulo, item 7.4),

do mesmo modo que as formas *eu* e *ele*, a obra considera a forma *você* como representativa da categoria gramatical de pessoa. Entretanto, mantém as formas portuguesas *vós*, *convosco* e *consigo* no paradigma pronominal da língua gramatizada, de modo que construções como *vós trabalhais* ou *vós ides* surgem na abordagem da concordância verbal (nono capítulo, item 9.12), sem nenhuma menção ao seu raríssimo uso no Brasil. Por outro lado, é outro o viés da abordagem do funcionamento das formas *vós*, *vos* e *convosco* no estudo da constituição do sintagma nominal (décimo capítulo, item 10.9):

> A forma da segunda pessoa do plural – vós – e as respectivas variações flexionais do verbo – *sabeis*, *contemplai*, *trouxestes* – são, como se sabe, de emprego altamente restrito e fortemente ritualizado. Um ou outro orador se vale delas para conferir imponência ao discurso, quando este é proferido em tribunais ou em solenidades extremamente cerimoniosas. (p. 265)

Esse tipo de descrição que oscila entre a continuidade e a ruptura também caracteriza a abordagem dos pronomes possessivos (sétimo capítulo, item 7.4.2). Primeiramente, a GA critica o quadro tradicional dos possessivos conforme a tradição (*meu*, *teu*, *seu*, *nosso*, *vosso*, *seu* e respectivas flexões), pois tal paradigma "não corresponde, como conjunto, nem mesmo ao uso padrão escrito corrente do português do Brasil" (p. 176). Mostrando-se comprometida com a gramatização dos usos brasileiros, a obra afirma que "*vosso* e variações têm emprego restrito e ritualizado, não contrastando com as demais na língua corrente; *seu* e variações dão lugar, sobretudo na interlocução, a *dele/dela/deles/delas*, e passam a designar o destinatário (= *de você/vocês*)" (p. 176). Entretanto, a solução descritiva que propõe para os possessivos segue a mesma posição simplista e dicotômica vista há pouco:

- escrita vs. fala;
- formalidade vs. informalidade;
- modalidade escrita = registro formal;
- modalidade falada = registro informal.

No Quadro 33, sistematizo tal posição da obra:

Quadro 33 – Subsistemas de pronomes possessivos de acordo com GA

SUBSISTEMA I **MODALIDADE ESCRITA** **REGISTO FORMAL**	1ª pessoa do singular	(eu): meu, minha, meus, minhas
	2ª pessoa do singular	(tu): teu, tua, teus, tuas
	3ª pessoa do singular	(ele, ela): seu, sua, seus, suas
	1ª pessoa do plural	(nós): nosso, nossa, nossos, nossas
	2ª pessoa do plural	(vós): vosso, vossa, vossos, vossas
	3ª pessoa do plural	(eles, elas): seu, sua, seus, suas
SUBSISTEMA II **MODALIDADE FALADA** **REGISTRO INFORMAL, COLOQUIAL**	1ª pessoa do singular	(eu): meu, minha, meus, minhas
	2ª pessoa do singular	(tu): teu, tua, teus, tuas
		(você): seu, sua, seus, suas
	3ª pessoa do singular	(ele, ela): dele, dela
	1ª pessoa do plural	(nós): nosso, nossa, nossos, nossas
	2ª pessoa do plural	(vocês): de vocês
	3ª pessoa do plural	(eles, elas): deles, delas

Fonte: O autor, 2015.

Outro indício de apego à tradição: mesmo no subsistema II do quadro acima, próprio da informalidade, as formas possessivas correspondentes a *tu* e *você* encontram-se idealmente separadas (na realidade, são intercambiáveis), além de não haver a presença do possessivo *da gente* entre as formas da primeira pessoa do plural.

O mesmo se dá quando da abordagem dos pronomes demonstrativos (sétimo capítulo, item 7.4.3). A GA repete a tradicional distinção entre as formas invariáveis *isto* e *isso* e entre as formas variáveis *este/esta/estes/estas* e *esse/essa/esses/essas*, que se daria a partir da localização do objeto demonstrado em relação ao enunciador. A obra afirma que formas como *isto* e *este* pertencem à modalidade escrita formal, enquanto formas como *isso* e *esse* são próprias ao âmbito da interação face a face. Apenas mais à frente, no estudo da determinação dêitica e remissiva dos demonstrativos (décimo capítulo, item 10.7.4.), esse posicionamento é atenuado, pois a gramática afirma serem intercambiáveis as formas *este* e *esse* em contextos de remissão anafórica.

É surpreendente esse ponto de vista dicotômico da GA em se tratando da relação entre fala informal e escrita formal, quando se lê a crítica segura que a obra faz sobre o assunto em seu *Apêndice III* (*Português brasileiro: um tema e alguma polêmica*). Nesse momento, a GA

adere ao posicionamento de que fala e escrita não são realidades estanques, mas sim modalidades da língua que se aproximam em certas instâncias. A fim de ilustrar tal contradição entre teoria e descrição que grita na obra, destaco o seguinte trecho:

> Estas duas modalidades [língua falada e língua escrita] já foram tratadas como realidades estanques. Estudos modernos, entretanto, recomendam cautela na operacionalização dessa distinção conceitual, uma vez que tanto a prática oral como a produção escrita comportam instâncias de uso – gêneros textuais – e consequentes características estruturais [...] que ora as distanciam [...], ora as aproximam [...]
>
> No caso do português do Brasil, [...] por longo tempo, prevaleceu o ponto de vista conservador, segundo o qual a escrita é encarada como uma espécie de formato em que se petrifica o uso da língua para fins solenes em espaços intelectualmente prestigiosos, enquanto a fala seria uma atividade trivial praticada sem outro objetivo que a satisfação de interesses circunstanciais da comunicação social mais espontânea. Segundo essa concepção, a fala seria fragmentária e desprovida de regras de gramática, e só por meio da elaboração escrita uma língua poderia atingir sua forma perfeita e verdadeira. (p. 539)

Dois tópicos de grande importância nos instrumentos gramaticais do PTG, a *regência verbal* e a *colocação dos oblíquos átonos* também são tratadas na GA sem maiores inovações. Quanto à regência (nono capítulo, item 9.5), a obra observa uma tendência na língua de supressão da preposição *a* quando ela não contribui para a relação de sentido entre o verbo e o complemento. Esse esvaziamento semântico teria "favorecido o desaparecimentos das preposições junto a alguns verbos de uso frequente na fala" (p. 217), os quais se tornaram transitivos diretos, a exemplo de *agradecer*, *agradar*, *assistir*, *obedecer* e *perdoar*. Em contrapartida, a gramática registra a forma tradicional da regência do verbo *preferir* – "preferiu o pirulito ao picolé" (p. 219) – e construções como "ir ao cinema" (p. 222), sem menção alguma aos usos brasileiros predominantes (*preferiu o pirulito do que o picolé*, *ir no cinema*).

Quanto à colocação dos oblíquos átonos (décimo capítulo, item 10.9.5.1), em geral, as regras de colocação consideradas fundamentais pela GA evitam o purismo desmedido. Além dos fatores sintáticos e prosódicos, a obra leva em conta em sua descrição fatores sociocomunicativos, isto é, "a relação entre a seleção e posicionamento dos pronomes átonos, os fatores discursivos (condições e situações do discurso) e a variedade de língua utilizada" (p. 259), o que desemboca, mais uma vez, na relação formalidade vs. informalidade. Nesse sentido, a gramática afirma que "a próclise do pronome é a forma mais favorecida pelo ritmo da frase no português do Brasil" (p. 259), de modo que, em certas situações de fala, a adoção da ênclise é reflexo do formalismo (fator sociocomunicativo), e não um traço de gramaticalidade. Outras vezes, são registradas formas bem distantes como "necessariamente enclíticas" para garantir o formalismo: "Visitamo-lo assim que ele deixou o hospital",

"Levem-nas com você" (p. 261), "Vocês não podem acusar-me" (p. 262), "Tinham-me convidado" (p. 262). Na mesma linha são registradas as construções mesoclíticas, praticamente ausentes em *corpus* falado ou escrito de PB, frisando serem restritas à modalidade escrita e ao registro ultraformal: "A corrente marinha arrastar-nos-á", "Escrever-lhe-ei assim que puder", "Se ele não confessasse, os policiais torturá-lo-iam" (p. 261). Outras construções também são postas como possíveis ao longo da obra, sem fazer menção à sua raridade, ou mesmo inexistência, no PB. Por exemplo, na exemplificação das características estruturais dos verbos transitivos indiretos, a GA substitui o complemento de "Referir-se aos antepassados" por um oblíquo átono, resultando na inusual composição "Referir-se-lhes" (p. 216).

Por fim, é justo mencionar alguns aspectos da morfossintaxe do PB que são devidamente considerados pela GA, independentemente de registros (formal e informal) ou modalidades (fala e escrita). Isso vale, por exemplo, para a interpretação da passiva sintética em consonância com as análises linguísticas contemporâneas dessa construção (cf. BAGNO, 2001A; SCHERRE, 2008). Nesse sentido, a GA analisa o clítico *se*, em frases como *Vende-se ovos*, como "indeterminador do sujeito" (p. 263), registrando a forma verbal *Vende* no singular. Na verdade, a obra aceita as duas interpretações, a tradicional e a contemporânea, conforme se vê na abordagem das vozes do verbo (décimo segundo capítulo), de modo que o clítico *se* como pronome apassivador que leva o verbo a concordar com o sujeito (por exemplo, *se associam crenças e valores*) permanece legitimado na gramática como possibilidade da "variedade escrita do português brasileiro"[123] (p. 275).

Semelhante flexibilização da norma-padrão tradicional também se encontra, entre outros casos: na ressalva feita às construções *entre ela e mim*, *entre ti e mim* etc., "tradicionalmente recomendadas pela preceptiva gramatical", mas "cada vez mais estranhas ao uso brasileiro, mesmo na modalidade escrita" (p. 257), de modo que "as formas praticadas no Brasil pelos próprios usuários cultos são *entre eu e você*, *entre ela e eu*, entre você e eu, com o *tu* no lugar de *você* nas variedades em que o *tu* é a forma usual" (p. 258); e na consideração da possibilidade de não haver na estrutura oracional um complemento explícito para um verbo transitivo, "quando a situação comunicativa ou o contexto verbal permitem que o objeto seja reconhecido ou recuperado" (p. 221), como em *Leia Ø* ou *Ele ofereceu o dinheiro, mas eu não aceitei Ø*.

[123] Além do *Apêndice III* (*Português brasileiro: um tema e alguma polêmica*), que carrega o termo no título, esse é um dos raros momentos em que GA menciona "português brasileiro", ao invés de "português do Brasil" ou somente "português".

Porém, o certo é que o foco em estruturas morfossintáticas típicas do PB só acontece mesmo nas quatro últimas páginas da obra (p. 549-552), destinadas ao já citado *Apêndice III* (*Português brasileiro: um tema e alguma polêmica*). Nesse momento, a GA apresenta algumas características morfossintáticas do PB distintas do uso lusitano corrente, cuja maioria sintetizo por meio do Quadro 34:

Quadro 34 – Aspectos morfossintáticos do PB trabalhados no *Apêndice III* da GA

CARACTERÍSTICAS DO PB	EXEMPLOS
a. Construção *estar* etc. + gerúndio	*Estamos apreciando.*
b. Preferência proclítica dos pronomes átonos	*Me solta.*
c. Uso de *ele* e flexões como complemento direto do verbo	*Guardei ele no armário.*
d. Dupla negação	*Não quero não.*
e. Uso do presente indicativo nas frases imperativas	*Pega outro pedaço de bolo.*
f. Redução do sistema de pessoa do verbo	*Tu/você/ele/nós/a gente/vocês/eles planta.*
g. Uso de *a gente* como expressão genérica ou de inclusão do enunciador	*A gente quase não sai de casa.*
h. Uso de *em* para reger o complemento verbal que designa o limite de um movimento	*Foi na cidade*, *chegou em casa.*
i. Mistura de formas relativas a *você* e *tu*	*Se ela te convidar, você aceita.*
j. Uso do *lhe* como objeto direto	*Não lhe vi na festa.*
k. Sujeito pronominal redundante (retenção do sujeito pronominal)	*Eu chego*, *nós dissemos.*
l. Construção relativa cortadora	*A casa que eu moro é antiga.*
m. Substituição dos clíticos em contextos acusativos por pronomes retos	*À noite deixava ele solto no quintal.*
n. Uso da construção *de + ele/você* como forma possessiva	*Onde estão os pais de vocês.*

Fonte: O autor, 2015.

Pelo que apresentei nesta seção, vê-se que alguns desses aspectos (itens *b*, *c*, *g*, *j*, *l*, *m*, *n*) também são mencionados, ou mesmo brevemente discutidos, ao longo da GA, mas não tratados como formas próprias do PB, e sim como construções vinculadas à modalidade falada e/ou ao registro informal/coloquial. Nesse sentido, o *Apêndice III*, embora revele a existência de uma gramática específica do português brasileiro em diversos aspectos, também desvela o caráter conservador da obra, no que diz respeito à descrição e valoração dos usos linguísticos genuinamente brasileiros. A organização dessas construções em destaque num apêndice no final do livro também é indício do tratamento periférico, marginal que é dado a

elas, de modo semelhante ao que costumava ser feito nas obras tradicionais dos gramáticos luso-brasileiros dos séculos XIX e XX, conforme mostrei no Capítulo 3.

Encerrando esta última seção, que analisou a *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*, de José Carlos de Azeredo (2008), a primeira das três GBCP tomadas nesta tese**,** o Quadro 35 sumaria os principais resultados do trabalho realizado à luz da quarta e última categoria de análise:

Quadro 35 – A língua gramatizada pela GA na relação com a língua gramatizada pela tradição gramatical luso-brasileira

Movimentos de ruptura	**Linhas de continuidade**
Reconhecimento de que a variedade padrão é elástica e comporta usos alternativos.	Reconhecimento do português como a língua em uso no Brasil.
	Reconhecimento tácito da unidade linguística luso-brasileira.
Aceitação de certas construções consideradas "erros de português" pela tradição purista, mas frequentes no repertório linguístico dos brasileiros em geral.	Descarte de certos usos linguísticos recorrentes na fala de brasileiros, em geral, de menor educação escolar e poder econômico.
	Interdição, em textos escritos mais monitorados, de certos aspectos da morfossintaxe brasileira.
	Abordagem dos aspectos específicos do português do Brasil em observações periféricas, notas de rodapé e apêndices.
	Tendência a associar, indevidamente, oralidade a informalidade e escrita a formalidade.
	Condicionamento da legitimidade de diversas construções próprias dos brasileiros à modalidade oral e/ou registros informais.
	Favorecimento da manutenção das diferenças entre a língua gramatizada (norma-padrão) e a língua real dos brasileiros escolarizados (norma culta).
Abordagem de um mesmo fato gramatical ora a partir de um posicionamento emancipador, ora refletindo uma atitude purista: por exemplo, colocação dos oblíquos átonos e paradigmas dos pronomes pessoais, possessivos e demonstrativos.	

Fonte: O autor, 2015.

O Quadro 35 revela que, embora a GA reconheça a flexibilidade do que denomina "variedade padrão" e valide algumas construções avaliadas como erro pelos puristas de plantão (por exemplo, a regência de verbos como *agradecer*, *agradar*, *assistir*, *obedecer* e *perdoar* enquanto transitivos diretos; o clítico *se* em *Vende-se ovos*, analisado como indeterminador do sujeito, prescindindo a concordância; o uso de formas como *entre eu e você*, *entre ela e eu* etc.; o apagamento do complemento pronominal dos verbos transitivos etc.), ela mantém postura conservadora em diversos aspectos, como se vê na coluna à direita. Dentre tantas linhas de continuidade, destaco a interdição, em textos escritos monitorados, de traços morfossintáticos do PB; a abordagem de particularidades do PB em espaços periféricos, como notas de rodapé e observações; e o condicionamento da legitimidade de

diversas construções próprias dos brasileiros à modalidade oral e/ou registros informais, tais como o pronome reto de 3ª pessoa em contextos acusativos e dativos, o oblíquo *lhe* em contextos acusativos, a relativa cortadora, a forma *que* como conectivo universal, o apagamento da preposição em orações subordinadas, a retenção do sujeito pronominal, o uso da forma *a gente*, a alteração no valor semântico de certos tempos verbais, entre outros que apresentei ao longo da análise. Diante disso, pode-se dizer que, na GA, em se tratando da língua gramatizada, as linhas de continuidade são muito mais fortes e presentes que os movimentos de ruptura esperados de uma GBCP.

4.2 ***Gramática do Português Brasileiro*, de Mário A. Perini (2010) – GP**

4.2.1 Breve descrição da GP

A GP é de autoria do Prof. Dr. Mário Alberto Perini, atualmente docente voluntário da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A gramática foi lançada no mercado em 2010, e desde então ainda não houve o aparecimento de uma segunda edição. A Parábola Editorial, sua editora, apresenta a obra como uma promissora decorrência das pesquisas de Perini sobre o português falado e um marco em defesa da autonomia do português brasileiro. Nesse sentido, a própria GP declara seu pioneirismo ao se afirmar como "a gramática da língua falada no Brasil por mais de 187 milhões[124] de pessoas" (p. 19).

Essa gramática é dividida em dez partes (cf. Anexos: Quadro B), que compreendem 40 capítulos na totalidade: embora o sumário apresente apenas 38 capítulos numerados, há ainda o capítulo *Apresentação* e o capítulo zero (*Para que estudar gramática?*). A primeira parte (sem título) é a única que se dedica, ainda que timidamente, a discussões epistemológicas e teórico-metodológicas envolvendo, entre outros assuntos, a utilidade do estudo de gramática e de uma obra gramatical na contemporaneidade, o público-alvo do livro, a natureza da língua falada no Brasil, a pertinência da terminologia tradicional (o que inclui a NGB) e o esboço de um quadro teórico capaz de orientar a descrição gramatical. As demais partes são destinadas à descrição do português brasileiro, as quais, em síntese, se organizam da seguinte forma: a segunda, terceira e quarta partes (*Sintaxe da oração*, *Valência* e *Período composto*) descrevem a estrutura dos períodos simples e composto; a quinta parte (*Uso das*

[124] Atualmente esse número é maior, uma vez que a população brasileira não é mais de cerca de 190 milhões de habitantes (como em 2010), mas sim de aproximadamente 202 milhões de habitantes – de acordo com os últimos dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), publicados no Diário Oficial da União do dia 28 de agosto de 2014.

formas verbais) trabalha aspectos relacionados aos modos, tempos e pessoas verbais; a sexta parte (*Sintagma nominal*) aborda a estrutura e a semântica do sintagma nominal; a sétima parte (*Concordância*) reflete sobre o funcionamento da concordância verbal e nominal; a oitava parte (*Classes de palavras*) apresenta uma proposta de divisão das palavras em classes, além de aspectos relativos a expressões idiomáticas; a nona parte (*Discurso*) focaliza as estruturas topicalizadas do PB; e a décima parte (*Fonologia*) tematiza sobre aspectos da ortografia e da prosódia da língua. Por fim, a GP apresenta os principais créditos que basearam algumas descrições apresentadas, a bibliografia das obras citadas e um índice remissivo.

4.2.2 Demandas e propósitos sociais da GP

Já nas primeiras páginas da GP, que compreendem a *Nota do editor*, a *Apresentação* e o capítulo zero (*Para que estudar gramática?*), é evidente a mudança de atitude expressa pela obra frente aos estudos gramaticais tradicionais. Essa gramática declara possuir objetivos diferentes dos propósitos das tradicionais gramáticas normativas, se autodefinindo como uma gramática descritiva, ou seja, uma gramática que "pretende descrever como é o PB, não prescrever formas certas e proibir formas erradas" (p. 21). Afirma focalizar "fenômenos insistentemente negligenciados pelas gramáticas tradicionais, que não dão conta do que acontece em e com nossa língua" (p. 15). Defende o deslocamento do estudo de gramática do âmbito da tradição gramaticográfica e pedagógica, em prol de uma atitude científica frente à língua(gem). O livro recomenda que se abandone definitivamente a ideia de que estudar gramática é o caminho para desenvolver o desempenho da língua escrita com base em um código de proibições que dirija o comportamento linguístico das pessoas:

> Esperar do estudo de gramática que leve alguém a ler ou escrever melhor é como esperar do estudo da fisiologia que melhore a digestão das pessoas. E, como evidência bastante clara do que estou dizendo, todos conhecemos pessoas que escrevem, leem ou falam em público muito bem, e que se confessam seriamente ignorantes de gramática. (p. 18)

Desse modo, a GP é guiada por uma concepção científica de gramática em que estudar gramática é observar e eventualmente manipular os fatos da língua com o objetivo de construir hipóteses a respeito deles. Em outras palavras, a gramática, como a ciência, não consistiria num "corpo de conhecimentos e resultados", mas sim num "método de obter esses conhecimentos e resultados" (p. 32). Em termos práticos, isso significa que devemos ir além do aprendizado que se prende à certeza, por exemplo, de que *sempre*, *não* e *gravemente* são

advérbios. Antes disso, devemos perguntar o porquê de esses termos serem advérbios e mesmo o porquê de existir tal classificação:

> O estudo de gramática, tal como praticado atualmente, contribui para a analfabetização científica dos estudantes: por fornecer resultados sem focalizar os métodos de obtê-los; por, muitas vezes, lidar com dados fictícios [...]; por desencorajar a dúvida e o questionamento; em uma palavra, por encorajar a crença acrítica em doutrinas aprendidas, mas não justificadas. (p. 34-35)

Para a GP, a gramática seria uma disciplina científica – assim como a astronomia, a química, a história ou a geografia – e, como tal, faria parte da formação científica indispensável ao cidadão do século XXI. A gramática não seria uma disciplina de valor prático imediato, mas uma disciplina que forma um componente cultural, em que se baseia a alfabetização científica, condição de desenvolvimento e instrumento básico do processo civilizatório:

> O cidadão de hoje, pelo menos nas democracias, participa das decisões importantes de sua comunidade. E uma das guias que nos orientam nessas decisões é nossa alfabetização científica. O analfabeto científico é uma criatura indefesa, joguete da opinião e dos interesses claros ou escusos de outras pessoas. (p. 31)

Some-se a essa guinada que a GP opera nos propósitos do ensino-aprendizagem de gramática e da própria obra 'gramática', o reconhecimento de que a descrição do sistema gramatical de nossa língua não está plenamente relatada nos livros de gramática nem nos livros de linguística, cabendo às obras que se dedicam à tarefa trabalharem com essa incompletude inerente ao fazer gramatical contemporâneo, sem necessidade de posições definitivas em se tratando da descrição da maioria dos fenômenos linguístico-gramaticais.

Ciente da complexidade dos fatos linguísticos a serem descritos em uma gramática do PB e do muito que ainda precisa ser feito para dar conta do inacabamento científico da descrição gramatical de nossa língua e das línguas em geral, a GP descarta qualquer recorte pedagógico do material que possa simplificar ou mesmo falsificar a natureza do fenômeno linguístico-gramatical estudado. Observemos, por exemplo, as ressalvas realizadas ao longo da descrição das classes de palavras (capítulos 30 a 35). Logo de início, lê-se o seguinte:

> O leitor verá que a língua apresenta, nesse particular, grandes complexidades; por isso, a exposição é também um tanto complexa (mas, espero, não obscura). Não tenho que pedir desculpas por isso: quando os fatos são complexos, não há maneira de apresentá-los de maneira simples. (p. 289)

Em seguida, a obra defende não haver resposta à pergunta *Quantas e quais são as classes de palavras em português?*, o que só será obtido "depois de muita pesquisa, ainda não

realizada" (p. 293). É por isso que a GP se recusa a fornecer uma lista de classes costumeira; em seu lugar, apresenta uma espécie de "programa de pesquisa" para investigação das classes de palavras, pois, na sua visão, isso é o que se pode oferecer no momento, em se tratando dos resultados de pesquisa científica sobre o tema. Em suma, a complexidade gramatical e seu inacabamento descritivo não costuma ser mascarada na obra em prol de classificações fixas e talvez mais condizentes com o esperado pelo leitor comum, acostumado às certezas incontestes das gramáticas normativas.

De certa forma, os capítulos e seções da GP, em geral de pouca extensão, refletem a abordagem inconclusa – ou mesmo incipiente – de vários tópicos gramaticais. A obra assume que, além das classes de palavras, outras tantas noções utilizadas na descrição que propõe ainda estão mal definidas e recobrem amplas áreas de incerteza, como, por exemplo, os estudos sobre valência verbal (capítulo 11), papéis temáticos (capítulo 12), estrutura interna da oração (capítulos 2 e 7) e topicalização (capítulo 36). Desse modo, as soluções descritivas para diferentes fenômenos se revelam inacabadas, provisórias e subjetivas, como mostro no Quadro 36, de dimensão e interesse diretamente proporcionais:

Quadro 36 – Fragmentos da GP que revelam o reconhecimento de seu inacabamento

TÓPICO GRAMATICAL	TRECHO
PREPOSIÇÃO	A distinção entre preposições predicadoras e funcionais não é totalmente nítida, nem plenamente conhecida. Aqui ainda falta bastante pesquisa. (p. 90)
ORDEM DOS TERMOS NA ORAÇÃO E NO SINTAGMA	As condições que governam a posição do sujeito frente ao verbo não são totalmente conhecidas, mas já é possível estabelecer algumas regras aproximativas. (p. 109)
	Enquanto não houver um levantamento sistemático [dos itens e sintagmas tradicionalmente chamados "adverbiais"], não será possível dar uma descrição abrangente da ordem desses itens na oração, ou de seu comportamento gramatical em geral. (p. 114)
	[...] a ordenação do quantificador, possessivo sintético e numeral é indiferente; mas há dúvidas a respeito, e nem tudo foi esclarecido. [...] A ordenação é difícil de verificar às vezes porque há incompatibilidade de ocorrência [...] Assim, é preciso deixar a ordenação desses elementos pré-nucleares meio indefinida, à espera de pesquisas que a esclareçam. (p. 261)
	Os casos de Qualificação extensional comportam algumas incertezas. [...] Aqui, como em tantos outros pontos, há muito o que pesquisar. (p. 266-267)
	Tudo indica que há, na área da semântica da posição do modificador, uma grande incidência de casos particulares, ainda por estudar e mapear devidamente. (p. 269)
DIÁTESE	Existem muitas diáteses em português – não se sabe ao certo quantas. (p. 138)
PAPÉIS TEMÁTICOS	Tem havido muito progresso, mas ainda estamos bastante longe de uma lista segura dos papéis temáticos necessários para descrever a língua portuguesa (ou qualquer outra língua). (p. 153)
MODO	As exceções observadas à regra do subjuntivo de incerteza podem ser produto de nossa ignorância relativa ao assunto; uma formulação mais cuidadosa poderá chegar a uma regra mais categórica. (p. 199)

	Como até hoje não temos estudos de amplitude satisfatória sobre as condições que governam o modo nas orações introduzidas por conectivos, vou apenas dar a lista dos conectivos mais importantes, juntamente com suas exigências quanto ao modo da oração que introduzem. (p. 202)
TEMPO E ASPECTO	Nesta seção, apresento algumas regras que dão conta da maioria dos usos desses dois tempos [perfeito e imperfeito], mas não fica excluído que haja surpresas ocasionais, porque a diferença de uso entre eles é um problema ainda não totalmente resolvido pelos linguistas. Essa incerteza, claro, se refere apenas à análise gramatical do fenômeno, porque para o falante nativo a diferença é clara, e as formas nunca são confundidas. Isso quer dizer que deve haver regras, à espera de formulação definitiva. Por ora, o que se sabe está explicitado a seguir, como um conjunto de regras sem tentativa de generalização. (p. 227)
	Essas formas [construções progressivas com *estar* no passado e no futuro] expressam eventos em andamento, seja no presente, no passado ou no futuro. Algumas são mais coerentes do que outras, mas não há levantamentos que permitam dar maiores detalhes a respeito. (p. 233)
VERBO AUXILIAR E MODAL	Um auxiliar não modal pode ser negado, mas não o verbo principal. Assim, dizemos *eu não vou sair*, mas não **eu vou não sair*. A negação pode ocorrer com qualquer dos verbos de uma sequência sem auxiliar: *eu não resolvi sair*, *eu resolvi não sair*. A bem dizer, essa característica merece mais estudo. (p. 240)
	Esses exemplos [ocorrência da negação em modais] parecem ser de aceitabilidade variável de pessoa para pessoa, e talvez de contexto para contexto. Temos aqui um problema ainda a estudar. (p. 241)
CONCORDÂNCIA NOMINAL	Falta levantar mais exemplos para confirmar ou não essa hipótese [concordância em gênero e número entre pares de papéis temáticos emparelhados, semanticamente relacionados]. (p. 284)
TOPICALIZAÇÃO	Não existe uma teoria que dê conta das construções de tópico discursivo em mais detalhe do que isso, mas é certamente possível construir uma. E essa é uma tarefa importante, porque essas construções ocorrem com frequência no PB [...] (p. 335)
NOMINAIS	[...] podemos distinguir alguns tipos principais de nominais; aqui tenho que seguir em parte a tradição, de modo que a subclassificação abaixo deve ser encarada como um convite à pesquisa, mais do que um resultado de pesquisa. (p. 300)
	[...] esses itens, aqui englobados sob o rótulo de quantificadores, têm propriedades gramaticais distintas, e estão à espera de um estudo detalhado. (p. 304)
CONECTIVOS	Os coordenadores são um grupo bastante heterogêneo, ainda à espera de estudos detalhados. A lista dos coordenadores correntes no PB inclui os itens *e*, *ou* e *mas*. Há vários outros nas listas tradicionais de "conjunções coordenativas", mas seu comportamento é tão variado que prefiro não os incluir aqui, à espera de pesquisas que esclareçam seu papel na gramática. (p. 316)
ADVERBIAIS	Esses fenômenos de escopo dos adverbiais ainda têm muito o que investigar. (p. 321)

Fonte: O autor, 2015.

Os trechos da GP apresentados no Quadro 36, além de confessarem o inacabamento do instrumento de gramatização oferecido aos brasileiros, mostram que a obra não consegue se desprender inteiramente das categorias tradicionais. Termos como *objeto*, *sujeito*, *preposição*, *possessivo*, *numeral*, *subjuntivo*, entre outros, são amplamente utilizados como se fossem conhecidos dos leitores, dada sua naturalização frente ao senso comum e à comunidade científica. Retomarei essa questão ainda nesta seção, mais precisamente na

subseção 4.2.4, quando da análise do arcabouço descritivo, categorial e conceitual da gramática em tela.

Diante da concepção científica de gramática que perpassa a GP, bem como da provisoriedade da descrição gramatical do PB assumida sem problemas pela obra, o público-alvo que a GP toma explicitamente para si são os estudantes de gramática de nível universitário, cujos objetivos com a obra são antes de natureza acadêmico-científica do que didático-pedagógica. Isso significa que essa obra não consiste numa gramática escolar, capaz de dialogar diretamente com o alunado da educação básica. Na visão do próprio autor, o entendimento da GP requer ao menos um conhecimento razoável dos rudimentos dos estudos gramaticais, de modo que o livro acaba por interessar bem mais a alunos e professores de Letras do que a estudantes da educação básica e ao público em geral. O terreno de incertezas e complexidades deixa a obra bem distante de finalidades pedagógicas mais estritas e imediatas. Nesse sentido, salienta a GP que apenas depois de se "elaborar uma descrição da língua em nível universitário" é que se convém "produzir material dirigido ao ensino médio: gramáticas, exercícios e manuais utilizáveis em sala de aula" (p. 26). Devo ressaltar que essa observação sobre o público-alvo da gramática é ligeiramente contradita em algumas passagens da própria obra, quando, por exemplo, é afirmado que a língua falada pela totalidade da população brasileira "nunca foi descrita em uma obra destinada ao público geral" (p. 46) ou que "não é nada fácil elaborar a parte relativa às classes de palavras em uma gramática dirigida a não especialistas" (p. 297).

A GP proclama seu pioneirismo em se tratando de uma descrição abrangente da gramática do PB, organizada na forma de obra gramatical. Reconhece a existência de outros trabalhos de análise de nossa língua, citando os volumes da *Gramática do Português Falado*, organizados por Ataliba T. de Castilho (a que julga de leitura difícil para leigos); o conjunto da obra-manifesto em favor do estudo do PB do linguista Marcos Bagno, que, à época do lançamento da GP, ainda não teria escrito sua *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*; e mesmo obras que remontam à dialeotologia da primeira metade do século XX, como *O dialeto caipira*, de Amadeu Amaral (1920), uma das primeiras propostas de descrição da realidade linguística brasileira. Também cita em nota de rodapé a *Gramática do brasileiro*, de Celso Ferrarezi Jr. e Iara M. Teles (2008), mas afirma que esta "não é uma descrição consistente do PB" (p. 45), por se centrar em formas próprias da norma-padrão escrita. É muito provável que este também seja o motivo de não haver comentários na GP sobre a GA, uma vez que, a despeito de seus movimentos de ruptura com o (im)posto pela tradição (cf. seção 4.1 deste capítulo), o foco da obra gramatical de Azeredo é a modalidade escrita da

língua. Nesse sentido, a GP realmente se revela precursora do conjunto de gramáticas brasileiras contemporâneas do português em sua modalidade falada.

Em suma, a despeito de seu compromisso com a legitimidade do PB enquanto língua dos brasileiros, a GP parece mais adequada a pesquisadores, professores e estudantes de Letras, do que ao universo escolar e do público em geral. Nas palavras do autor, trata-se de "um marco em defesa da autonomia do português brasileiro e uma demonstração da maturidade dos estudos linguísticos" (p. 15). A obra realiza um trabalho eminentemente descritivo, levando em conta aspectos do PB negligenciados pela tradição gramatical, embora caracterizadores de nossa realidade linguística há tempos. Vê na gramática uma disciplina científica e, consequentemente, sujeita às vicissitudes da ciência, de modo que não se incomoda em assumir incompletudes, dúvidas e subjetividades em suas propostas de descrição gramatical. É a partir desses princípios, que a afastam deliberadamente do PTG, que a GP é construída e se integra ao rol das GBCP disponíveis no mercado editorial brasileiro. Todavia, tal postura epistemológica não é capaz de isentá-la de certos problemas e limitações – como será visto nos itens a seguir.

4.2.3 Concepções teóricas e configurações metodológicas da GP

A ausência de uma teoria prévia que fundamente a descrição gramatical realizada na GP é uma das principais características da obra. Coerentemente com o que vem defendendo em suas últimas publicações, o autor dessa gramática, Mario A. Perini, acredita que ainda não possuímos uma teoria linguística suficientemente desenvolvida para isolar todas as questões teóricas, metodológicas e terminológicas que envolvem a descrição de uma língua[125]. Essa carência de uma teoria consensual nas pesquisas linguísticas impulsionou, sobretudo nos casos em que se precisou elaborar análises mais avançadas, a filiação da GP a certos princípios de orientação descritivista, em particular ao princípio da sintaxe simples (*Simpler Syntax*), proposto por Culicover & Jackendoff (2005)[126]. As bases desse princípio e as

[125] Nas duas últimas obras de Perini sobre descrição gramatical, lê-se, por exemplo: "Não pretendo discutir as razões pelas quais as teorias são frágeis, muito menos sugerir soluções. Ofereço aqui uma introdução às técnicas de análise linguística: técnicas de obtenção de dados, de sistematização e de interpretação superficial, sem as quais, acredito, nunca vai ser possível elaborar teorias mais sólidas do que as atuais" (PERINI, 2006, p. 11); "Minha opinião é que a pesquisa linguística precisa ser muito mais baseada em dados do que tem sido nos últimos tempos; que faltam dados, sistematicamente descritivos, que deem apoio à maioria das análises e teorias; e que o trabalho de levantamento de tais dados é algo que se deve encorajar pelo menos tanto quanto o de elaboração de novos modelos e teorias. Em outras palavras, sem desprezar a explicação, falta descrição" (PERINI, 2008, p. 33).

[126] CULICOVER, P. W. & JACKENDOFF, R. S. *Simpler Syntax*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

consequências para a análise gramatical não são apresentadas na GP: o autor remete o leitor ao próprio texto de P. W. Culicover e R. S. Jackendoff, ou mesmo a Perini (2008).

Grosso modo, o princípio da sintaxe simples (originalmente uma hipótese – *Simpler Syntax Hypothesis*) prevê que "a teoria sintática mais explicativa é a que atribui o mínimo de estrutura necessário para mediar entre a fonologia e o significado" (PERINI, 2008, p. 74). Além disso, o princípio também postula que "uma análise é tanto mais simples quanto mais uso fizer da descrição dos fatos" (PERINI, 2008, p. 71). É relevante frisar que esses fatos têm a ver com a estrutura, e não com o uso da língua; parafraseando Perini (2008), os fatos gramaticais são de natureza estritamente formal, semântica ou simbólica, desligados de um possível contexto linguístico ou situacional.

Assim, a GP, através de caminhos bem diferentes dos tomados pelas gramáticas tradicionais, continua sonegando a possibilidade de uma descrição gramatical que transcenda a sintaxe do período e dê conta da interface gramática-texto-discurso. Não é à toa que a obra rotula agramatical construções como **A ventania resolveu sumir com o cachorro*[127], justificando a suposta má formação através da controversa constatação de que "*a ventania* não pode ser Agente de *resolver* (por razões semânticas óbvias)" (p. 172). Essa análise é mero reflexo de que, para a GP, a estrutura morfossintática e os traços lexicais de base se bastam na construção dos sentidos da língua, pois certamente haveria contextos situacionais possíveis em que essa frase poderia perfeitamente ser produzida e compreendida: basta lembrarmos as clássicas figuras de linguagem, a exemplo da metáfora e da prosopopeia, as quais explicariam a *gramaticalidade* dessa frase em dois tempos.

Também é certo que a descrição gramatical proposta pela GP dialoga com alguns trabalhos, de diferentes perspectivas teóricas, sobre as especificidades morfossintáticas e semânticas do PB. Entretanto, nem sempre essa ancoragem é explicitada. A esse respeito, na *Apresentação* da gramática, é dito haver na obra poucas indicações de fontes de pesquisas linguísticas para não prejudicar a fluência do texto. Apenas quando se depara com questões mais problemáticas, o leitor é remetido a outras obras que tematizam o assunto. Também cumprem esse papel os *Créditos* (p. 359-360) apresentados no final do livro, nos quais há menção a alguns trabalhos que o autor considera importantes à redação de certos temas da GP, como sujeito indeterminado, papéis temáticos, gerúndio, auxiliares e modais, análise do SN, entre outros. A despeito da teoria de partida dos trabalhos que toma como base, a GP

[127] À semelhança da famosa sentença agramatical gerativista 'Colorless green ideas sleep furiously' ['Ideias incolores verdes dormem furiosamente'], utilizada por Chomsky, dessa feita, para minimizar a importância da semântica à construção gramatical.

muito se vale das soluções descritivas que eles apresentam. De certo modo, essa indiferença teórica se harmoniza com sua postura "ateórica" explícita no que diz respeito à descrição gramatical.

Diante desse cenário, é de se esperar que a GP não apresente discussões teóricas nem se posicione explicitamente sobre as noções de *linguagem*, *língua*, *gramática*, *norma*, *enunciado*, *texto*, *discurso*, *gênero*, *fala e escrita*, *variação e mudança linguística*, entre outros temas cuja abordagem é comum aos instrumentos de gramatização contemporâneos de base linguística (e não filológico-gramatical). Os capítulos destinados a reflexões de natureza epistemológica e teórico-metodológica são pouco substanciais e não dão conta desses temas. Como já comentado na subseção 4.2.1, a principal função de tais capítulos (*Apresentação*, capítulo zero, capítulo 1) é refletir sobre as novas demandas e propósitos sociais do ensino-aprendizagem de gramática e da própria obra 'gramática', de modo que discussões essencialmente teóricas sobre *gramática* e outros conceitos-chave que a orbitam acabam ficando de fora. De certa maneira, isso quebra a expectativa que recobre as GBCP.

Uma última observação ainda no que diz respeito ao "quadro teórico" da GP: a obra utiliza um "corpo de categorias teóricas de aceitação mais ou menos geral" (p. 25), como *verbo*, *concordância*, *preposição*, *sintagma nominal* etc. Esses termos evocariam grupos de fenômenos bastante definidos nos estudos linguístico-gramaticais, de modo que seu "uso protocolar" (BORGES NETO, 2013) já se faz evidente: tais expressões não se vinculam a uma teoria linguística específica, nem a critérios de categorização definidos meticulosamente, podendo ocorrer tanto em obras gramaticais quanto em artigos de linguística de diferentes linhas teóricas. O resultado disso é uma gramática eminentemente descritiva, que não discute ou sustenta alguma teoria em particular, mas sim que se preocupa com a apresentação real da gramática da língua que pretende descrever, o português brasileiro.

A ênfase da GP é na descrição sintática e semântica da oração, em detrimento da descrição fonológica e morfológica. Assim, as partes tradicionais de uma gramática – *fonética*, *morfologia*, *sintaxe*, *semântica* e *estilística* – são substituídas, subdivididas e/ou sobrepostas na obra, conforme mostra o Quadro 37:

Quadro 37 – Partes da gramática na GP na relação com as partes da gramática tradicional

PARTES DA GP	PARTES EQUIVALENTES NA TRADIÇÃO GRAMATICAL
2. Sintaxe da oração	Sintaxe e Semântica
3. Valência	Sintaxe e Semântica
4. Período composto	Sintaxe e Semântica
5. Uso das formas verbais	Morfologia e Semântica
6. Sintagma nominal	Sintaxe e Semântica
7. Concordância	Sintaxe e Semântica
8. Classes de palavras	Morfologia e Semântica
9. Discurso	Sintaxe e Estilística
10. Fonologia	Fonética

Fonte: O autor, 2015.

A despeito da nova organização, as cinco partes tradicionais acabam sendo contempladas na GP. Além disso, a unidade máxima de análise da obra é o período em sua imanência estrutural, asséptico de nuances textuais-discursivas, de modo a também favorecer a continuidade com o secularmente posto. A ruptura com a tradição vem residir apenas no caráter exclusivamente descritivo de todas essas partes da obra, visto que uma dimensão prescritiva costuma passar longe do material, conforme já se vê anunciado na *Apresentação*:

> Para nós, "certo" é aquilo que ocorre na língua. É verdade que quase todo mundo tem suas preferências, detesta algumas construções, prefere a pronúncia de alguma região etc. Mas o linguista precisa manter uma atitude científica, com atenção constante às realidades da língua e total respeito por elas. (p. 21)

Dessa forma, a GP não trabalha com prescrições ou interdições linguísticas. Vai de encontro à noção de gramática propagada há milênios pelo PTG, a que a concebe, *grosso modo*, como um conjunto de regras, passadas de geração em geração, para se falar e escrever corretamente. Embora haja exemplos de frases julgadas agramaticais ao longo de toda a obra – simbolizadas com um asterisco (*) –, tais frases, normalmente, não correspondem a usos proibidos na fala brasileira, mas a construções que simplesmente nunca ocorrem[128], embora possam ser recorrentes no português europeu ou mesmo na modalidade escrita do PB:

> [32] * Em 1808 comprou D. João um sítio em São Cristóvão.
> [33] * Agora vai trocar o Márcio o pneu do carro.
> No PB temos que dizer[129]
> [34] Em 1808 D. João comprou um sítio em São Cristóvão.
> [35] Agora o Márcio vai trocar o pneu do carro. (p. 111)

[128] A sentença há pouco comentada, *A ventania resolveu sumir com o cachorro*, considerada agramatical (*) na obra, é uma exceção.
[129] Aqui, a GP se afastaria ainda mais de qualquer traço prescritivista caso houvesse formulado "No PB dizemos", ao invés de "No PB temos que dizer".

Percebe-se que, nesse ponto teórico-metodológico, a GP se distancia bastante das gramáticas tradicionais. A propósito, o foco na descrição da estrutura do PB, isento de quaisquer condicionamentos normativos, favorece que certas relações sintático-semânticas que não costumam ser descritas em abordagens tradicionais ganhem evidência na obra. Por exemplo, em certo momento da descrição do período composto, são apresentados princípios que norteiam o uso do subjuntivo em estruturas subordinadas com *que*. Constata-se que a forma subjuntiva presente nessas estruturas se relaciona ao significado da subordinada em relação à principal ou mesmo ao significado de um nominal, como atestam os seguintes pares: *A exigência de que vocês trabalhem no domingo veio da diretoria* vs. *A informação de que vocês trabalham no domingo veio da diretoria*; *Afirmo que o governo errou* vs. *Lamento que o governo tenha errado* (capítulo 18). O mesmo se dá quando é descrita a relação entre o modo verbal e o conectivo que introduz a oração subordinada finita (capítulo 19) ou quando são descritos os usos e condicionamentos do infinitivo em orações subordinadas (capítulo 20).

No que diz respeito à natureza dos dados da GP, a gramática não trabalha com um *corpus* linguístico no sentido estrito do termo. Bem distante disso, o que existe é um conjunto de dados de introspecção distribuídos ao longo das descrições e análises gramaticais ou das exposições e explicações categoriais. Consequentemente, a diversidade de domínios discursivos e de gêneros textuais não são levados em consideração no exemplário, até porque, em tese, ele equivaleria exclusivamente a dados orais de conversação espontânea, haja vista o foco da gramática ser a língua falada pelos brasileiros. Exemplos da literatura, portanto, passam longe da obra. Nesse ponto, nada de diferente dos trabalhos anteriores do autor, dentre os quais se encontra sua *Gramática descritiva do português* (1995). Vale salientar que esse procedimento metodológico, resultado da escolha do autor e não de uma condição inerente ao fazer gramatical, é convenientemente naturalizado na obra: tal particularidade da GP sequer é mencionada, muito menos as razões que a sustentam. De qualquer maneira, um movimento de ruptura com o PTG se faz no campo teórico-metodológico à medida que a obra valoriza a oralidade e se desapega à literatura como modelo elaborado de língua a ser seguido.

O apartamento do contexto situacional e a delimitação do período como unidade máxima de análise/exemplo justificam o descarte de aspectos textuais e enunciativos envolvendo as descrições da GP. Todavia, momentos oportunos para esse tipo de abordagem se fazem presentes na obra, mas são absolutamente desperdiçados.

Por exemplo, no capítulo 16 (*Omissões anafóricas*), a *anáfora* é tematizada, mas o foco incide nas elipses restritas às dimensões do período coordenado (*Ele cortou a carne e eu coloquei Ø na panela*) e subordinado (*A menina planejou Ø fugir de casa*), em que um

elemento omitido é recuperado a partir do contexto linguístico. Nesse ponto da obra, o fenômeno enunciativo da *dêixis* também é mencionado, mas apenas para compará-lo e diferenciá-lo da anáfora: há apenas um único exemplo (*Ela me odeia*), ao qual segue a informação de que a base para a recuperação do sentido do oblíquo "não está no contexto linguístico imediato, mas no contexto situacional (extralinguístico)" (p. 182). No capítulo 26 (*O núcleo do sintagma nominal*, item 26.2.3), a anáfora é brevemente retomada, mas a partir da mesma abordagem anterior, restrita aos limites do período. O mesmo ocorre com a dêixis no capítulo 27 (*Ordem dos termos no SN*, item 27.2.3), em que se destaca o caráter restritivo dos modificadores dêiticos justapostos ao núcleo do sintagma nominal (*O próximo mês*, *O atual presidente*). Por fim, tanto no capítulo 4 (*Orações sem sujeito*, item 4.1), quanto no capítulo 28 (*Concordância verbal*, item 28.1), é dito que o sujeito no PB não pode ser omitido em frases como *Chegou de Salvador* ou *Rasgou o cheque*: de acordo com a GP, seriam frases inaceitáveis, exceto se ocorressem "dentro de um contexto maior" (p. 78) – *O Chico estava viajando. Chegou de Salvador ontem* (p. 276). Esquece a GP, entretanto, a possibilidade de enunciados como esses prescindirem de contextos linguísticos para serem utilizados e compreendidos, na medida em que podem perfeitamente surgir ancorados em contextos de natureza cognitiva, compartilhado pelos interlocutores.

Em suma, as tímidas menções à anáfora e à dêixis, dois tópicos linguístico-gramaticais marcados pelo seu funcionamento textual e enunciativo, não vão além dos limites da frase sem contexto linguístico e situacional, de modo que mascaram a própria natureza desses fenômenos, além de ignorar outros temas comuns à linguística textual e/ou enunciativa, como as anáforas associativas e indiretas, o encapsulamento anafórico, a dêixis textual/discursiva, entre outros incapazes de entrar no escopo da GP.

A interface gramática e discurso também não é o forte da GP. Em geral, aspectos discursivos são levados em conta apenas na abordagem da *topicalização*, o que ocorre durante as breves e exatas quatro páginas e meia do capítulo 36 de mesmo nome. Na verdade, antes disso, os capítulos 7 (*Algumas construções importantes*) e 8 (*Ordem dos termos da oração*) apresentam o que denominam *Construção de objeto topicalizado* (*O rato, o gato matou*; *Esse problema, só o Ricardo resolve*), "utilizada quando se deseja dar uma ênfase especial ao objeto" (p. 99). Mas é mesmo no capítulo 36 que a noção de tópico (sintático e discursivo) é desenvolvida enquanto "um elemento da sentença cuja função é delimitar o assunto principal do enunciado[130]" (p. 331). A GP coloca a topicalização como um fenômeno muito importante

[130] A propósito, esse exemplo flagra a inadequada sinonímia que se percebe na obra entre *sentença* e *enunciado*, reflexo de que se prioriza a forma imanente em detrimento ao seu funcionamento na enunciação.

no PB, embora raramente seja mencionado pela tradição gramatical, até porque algumas construções topicalizadas são "menos convencionais, no sentido de que não se deixam analisar em termos tradicionais" (p. 333). Enunciados como *Essa bolsa aberta, alguém podia te roubar a carteira*; *Essa minha barriga, só jejum*; *A Beatriz, ela viajou de novo para a Europa* (p. 333-334) são compostos pelo tópico mais uma oração sintaticamente completa, o que, segundo a obra, seria um princípio novo de organização de frases, diferente de tudo já apresentado pela tradição. Entretanto, a gramática não considera elementos extralinguísticos motivando esse tipo de construção: o foco reside na imanência da organização sintática dos elementos linguísticos, e não nas razões que acarretam tal organização nem nos efeitos de sentido que dela decorrem. Em síntese, ocorre algo como o estudo do tópico discursivo sob a perspectiva da sentença, em que se ignoram os elementos extralinguísticos envolvidos na condição de produção dos discursos topicalizados – o que inclui tanto as circunstâncias da enunciação e o contexto imediato, quanto o contexto sócio-histórico-ideológico (cf. ORLANDI, 2001b).

Outras evidências da pouca atenção dada ao funcionamento textual, enunciativo e discursivo de categorias gramaticais ainda podem ser aqui apresentadas. Nesse sentido, o estudo das construções interrogativas no capítulo 10 (*Construções interrogativas e negativas*) é bem revelador da importância dada à forma/estrutura em detrimento de aspectos ligados aos usos da língua. A análise de frases como *Você não consegue ficar calado não?* (interrogativa usada como ordem ou pedido) ou *Eu esqueci o seu nome* (afirmação que pode funcionar como uma pergunta) ignora deliberadamente suas respectivas funções ilocucionárias, ao valorizar estritamente o "tipo de construção gramatical" (p. 124) e descartar os efeitos perlocutórios postos em cena.

Como síntese deste ponto da seção, que focalizou as concepções teóricas e as configurações metodológicas da obra em análise, o Quadro 38 compara os movimentos de ruptura da GP com o PTG e as linhas de continuidade que lhe são correspondentes:

Quadro 38 – Concepções teóricas e configurações metodológicas da GP na relação com o PTG

Movimentos de ruptura	Linhas de continuidade
Filiação ao princípio de orientação descritivista da sintaxe simples (*Simpler Syntax*).	Ausência de uma teoria linguística particular que fundamente a descrição gramatical.
	Descrição gramatical restrita à sintaxe do período como unidade máxima de análise.
	Ausência de discussões teóricas sobre as noções de *linguagem*, *língua*, *gramática*, *norma*, *enunciado*, *texto*, *discurso*, *gênero*, *fala* e *escrita*, *variação* e *mudança linguística* etc.
	Uso protocolar (naturalizado) de categorias gramaticais como *verbo*, *concordância*, *preposição* etc., que não se vinculam a uma teoria linguística específica.
Consideração de estudos linguísticos, de diferentes perspectivas teóricas, sobre as especificidades morfossintáticas e semânticas do PB.	Raras indicações de créditos (fontes bibliográficas) no corpo do texto.
Caráter exclusivamente descritivo (abandono de regras prescritivas).	Presença das cinco partes tradicionais da gramática (fonética, morfologia, sintaxe, semântica e estilística), embora subdivididas e reorganizadas.
	Abordagem da estrutura sintático-semântica que não leva em conta aspectos textuais, enunciativos, discursivos (ligados aos usos da língua).
Valorização da oralidade em detrimento da escrita literária pregressa.	Não explicitação de aspectos metodológicos.
	Ausência de um *corpus* linguístico.
	Ausência de diversidade de domínios discursivos e gêneros textuais no conjunto de dados linguísticos.
	Trabalho (exclusivo) com dados de introspecção.

Fonte: O autor, 2015.

Em suma, embora se diferencie da GA tanto em teoria quanto em metodologia, a GP, como a primeira obra, também não contém uma linha teórica de partida nem explicita seus aspectos metodológicos mais relevantes. Apesar disso, pode-se dizer que essa gramática simpatiza com princípios teórico-metodológicos de natureza formalista, como foi mostrado na análise aqui empreendida. Se, por um lado, a obra prioriza as especificidades morfossintáticas e semânticas do PB, abandona as regras prescritivas e valoriza a oralidade em detrimento da escrita literária, por outro lado, a sintaxe do período é o limite máximo da descrição gramatical, o trato com o fenômeno linguístico não leva em conta aspectos enunciativos e textuais-discursivos e os dados de introspecção tomam conta de todo o conjunto de exemplos. É assim que a GP se desloca dos passos teórico-metodológicos da gramatização tradicional, ao mesmo tempo em que guarda semelhanças com a tradição gramatical luso-brasileira. De certo modo, esses traços de continuidade frustram a expectativa que a obra cria no leitor de dar conta da "insuficiência da NGB e da gramática tradicional" (p. 23), o que se espera após a leitura da *Apresentação* da gramática.

4.2.4 Arcabouço descritivo, categorial e conceitual da GP

As classificações, categorias e conceitos que formam o arcabouço descritivo da GP subvertem a tradição em pontos relevantes. Convicta de que nenhuma gramática oferece uma descrição completa e definitiva da estrutura da língua, a GP assume o caráter provisório e subjetivo de suas soluções descritivas, como mostrei na subseção 4.2.2 (cf. Quadro 36). Seu posicionamento, explicitado na *Apresentação*, é de que "os conceitos da gramática tradicional são em grande parte inadequados" e "precisam ser substituídos por outros que não são do conhecimento geral" (p. 21).

Desse modo, a obra recusa a NGB de 1959, pelo seu caráter assistemático e sua pobreza conceitual frente à extrema complicação dos fatos da língua. Além disso, a finalidade pedagógica do documento mascararia os propósitos científicos da gramática. "Se a complexidade dos fatos dificulta o ensino, esse é evidentemente um problema a ser enfrentado – mas não ao custo de falsificar a natureza do fenômeno estudado" (p. 23), assevera a GP, que também destaca não ter por pretensão substituir a NGB. A propósito, nega a validade de qualquer documento oficial no campo da ciência, nos seguintes termos:

> Assim como não existe uma astronomia oficial, assim como não existe uma teoria biológica estabelecida por lei, não pode haver uma teoria gramatical oficial. Se há divergências entre os pesquisadores (e como há!), elas têm que ser dirimidas através do diálogo, da argumentação, da testagem, nunca através de recursos de ordem legal. As leis têm importância em sua área – mas seu valor não se estende à investigação científica, que segue outros princípios, ligados à coerência lógica e à adequação aos fatos observados. (p. 24)

Apesar desse posicionamento, expressões da terminologia tradicional também se fazem presentes na GP. De certa maneira, essa adoção não poderia ser diferente, em se tratando das categorias que atualmente transitam, indiscriminadamente, tanto na esfera da doutrina gramatical quanto no domínio dos estudos linguísticos. Termos como *verbo*, *concordância*, *preposição*, *sujeito*, *coordenação* e *subordinação*, o nome dos modos e tempos verbais, as categorias flexionais envolvendo as classes de palavras etc. fazem parte de uma terminologia linguístico-gramatical relativamente estável, como defende o próprio Perini (2008). Além disso, a GP prefere "seguir o princípio de só inovar na nomenclatura quando não houver outro jeito" (p. 189). Assim, a descrição ateórica encabeçada pela GP, ao passo que propõe um leque terminológico inovador (como veremos), também se vale dessas e de outras categorias da tradição gramatical luso-brasileira.

A seguir, os Quadros 39 e 40 ilustram o que estou a dizer. Eles reúnem, respectivamente, os termos que se encontram nas partes da NGB destinadas à sintaxe e às classes de palavras e à morfologia flexional. As células amarelas correspondem aos termos da NGB que são utilizados na GP. É verdade que o número de termos da NGB presentes nessa obra é visivelmente menor que o número de termos presentes na GA (cf. Quadros 27 e 29). Mesmo assim, não deixa de ser interessante esse retrato fornecido a partir da análise da GP, uma vez que estamos diante de uma gramática que assume explicitamente que "boa parte da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) precisa ser abandonada na descrição do PB" (p. 23). Eis os Quadros:

Quadro 39 – Presença de termos da NGB (sintaxe) na GP

<table>
<tr><td rowspan="2">Divisão da sintaxe</td><td>concordância nominal</td><td colspan="2">concordância verbal</td><td>regência nominal</td><td>regência verbal</td><td></td></tr>
<tr><td>colocação</td><td>próclise</td><td>mesóclise</td><td>ênclise</td><td></td><td></td></tr>
<tr><td rowspan="7">Análise sintática da oração</td><td rowspan="4">termos essenciais da oração</td><td>sujeito</td><td>simples</td><td>composto</td><td>indeterminado</td><td>oração sem sujeito</td></tr>
<tr><td>predicado</td><td>nominal</td><td>verbal</td><td>verbo-nominal</td><td></td></tr>
<tr><td>predicativo do sujeito</td><td>predicativo do objeto</td><td colspan="3"></td></tr>
<tr><td>predicação verbal</td><td>verbo de ligação</td><td>verbo transitivo direto</td><td>verbo transitivo indireto</td><td>verbo intransitivo</td></tr>
<tr><td>termos integrantes da oração</td><td>complemento nominal</td><td>complemento verbal</td><td>objeto direto</td><td>objeto indireto</td><td>agente da passiva</td></tr>
<tr><td>termos acessórios da oração</td><td>adjunto adnominal</td><td>adjunto adverbial</td><td>aposto</td><td>vocativo</td><td></td></tr>
<tr><td rowspan="9">Análise sintática do período</td><td>período simples</td><td>período composto</td><td>coordenação</td><td>subordinação</td><td>oração absoluta</td><td>oração principal</td></tr>
<tr><td rowspan="2">oração coordenada</td><td rowspan="2">assindética</td><td rowspan="2">sindética</td><td>aditiva</td><td>adversativa</td><td>alternativa</td></tr>
<tr><td>conclusiva</td><td>explicativa</td><td></td></tr>
<tr><td rowspan="7">oração subordinada</td><td rowspan="2">substantiva</td><td>subjetiva</td><td>objetiva direta</td><td>objetiva indireta</td><td>completiva -nominal</td></tr>
<tr><td>apositiva</td><td>predicativa</td><td colspan="2"></td></tr>
<tr><td rowspan="2">adverbial</td><td>consecutiva</td><td>concessiva</td><td>condicional</td><td>final</td></tr>
<tr><td>conformativa</td><td>proporcional</td><td>temporal</td><td></td></tr>
<tr><td>adjetiva</td><td>restritiva</td><td>explicativa</td><td></td><td></td></tr>
<tr><td>reduzida de infinitivo</td><td>reduzida de gerúndio</td><td>reduzida de particípio</td><td></td><td></td></tr>
</table>

Fonte: O autor, 2015.

Quadro 40 – Presença de termos da NGB (classes de palavras e morfologia flexional) na GP

substantivo	comum	próprio	concreto	abstrato			
	gênero	masculino	feminino	epiceno	comum de dois gêneros	sobrecomum	
	número	singular	plural	grau	aumentativo	diminutivo	
artigo	definido	indefinido					
	gênero	masculino	feminino	número	singular	plural	
adjetivo	gênero	masculino	feminino	número	singular	plural	
	grau	comparativo de igualdade		comparativo de superioridade (analítico, sintético)		comparativo de inferioridade	
	superlativo relativo de superioridade		superlativo relativo de inferioridade		superlativo absoluto (sintético, analítico)		locução adjetiva
numeral	cardinal	ordinal	multiplicativo		fracionário		
	gênero	masculino	feminino	número	singular	plural	
pronome	pessoal	reto	oblíquo reflexivo	oblíquo não reflexivo	de tratamento		possessivo
	demonstrativo		indefinido	interrogativo	relativo	pronome substantivo	pronome adjetivo
	gênero	masculino	feminino	número	singular	plural	
	1ª, 2ª, 3ª pessoa		locução pronominal				
verbo	regular	irregular	anômalo	defectivo	abundante	auxiliar	
	1ª, 2ª, 3ª conjugação		modo	indicativo	subjuntivo	imperativo	formas nominais
	infinitivo pessoal flexionado		infinitivo pessoal não flexionado		infinitivo impessoal	gerúndio	particípio
	tempo	presente	pretérito imperfeito	pretérito perfeito	pretérito mais que perfeito	futuro do presente	futuro do pretérito
	número	singular	plural	pessoa	primeira	segunda	terceira
	voz	ativa	passiva	reflexiva	locução verbal		
advérbio	de lugar	de tempo	de modo	de negação	de dúvida	de intensidade	de afirmação
	interrogativos		de lugar	de tempo	de modo	de causa	
	grau	comparativo de igualdade, superioridade, inferioridade					
	superlativo absoluto sintético		superlativo absoluto analítico		diminutivo	locução adverbial	
preposição	essencial		acidental				
conjunção	coordenativa		aditiva	adversativa	alternativa	conclusiva	explicativa
	subordinativa		integrante	casual	comparativa	concessiva	condicional
	consecutiva		final	temporal	proporcional	conformativa	locução conjuntiva
interjeição	locução interjectiva						

Fonte: O autor, 2015.

Nesse contexto de aproveitamento da NGB, devo frisar que a GP costuma marcar a origem tradicional do termo adotado, talvez para se salvaguardar de possíveis críticas. Por exemplo, na descrição dos SNs objetos (capítulo 3, *Oração*), lê-se que o SN 'o cachorro' em *Seu filho machucou o cachorro* "é tradicionalmente chamado de 'objeto direto', e [que] não há inconveniente em adotar essa nomenclatura" (p. 72). O mesmo tipo de ressalva acontece quando o infinitivo verbal é denominado na obra de *forma nominal do verbo*, igualmente à tradição:

> O infinitivo é tradicionalmente chamado uma forma **nominal** do verbo, e há razões para essa designação. Ele é 'verbal' porque tem uma valência, a mesma do verbo a que pertence, o que mostra que se trata de uma forma do paradigma (lexema) verbal. Mas é 'nominal' porque pode ocorrer como núcleo de um SN – função que as outras formas do paradigma verbal não podem ter. Assim, o potencial funcional do infinitivo apresenta traços típicos de verbos e traços típicos de nominais. (p. 209)

Por outro lado, coerentemente, são em número maior as críticas à terminologia tradicional. Mesmo quando algum termo da NGB não é abraçado pela GP, seja por inadequação conceitual, seja por não se enquadrar na proposta descritiva da obra, tal termo costuma ser mencionado e discutido, para então ser substituído em um novo enquadre terminológico. Desse modo, a GP se empenha não só em apresentar termos mais condizentes com os conceitos e as categorias utilizadas na descrição gramatical proposta, mas também em ser instrumento de crítica à tradição. O Quadro 41 apresenta algumas das tantas passagens da obra nesse sentido:

Quadro 41 – Fragmentos da GP que criticam a terminologia tradicional

TERMO	TRECHO
SUJEITO OCULTO	[...] a oração *Vendi um lote* não tem sujeito. O sujeito é o SN que antecede o verbo, mas aqui não há nenhum SN antes do verbo; e *um lote* não pode ser sujeito, pois é de terceira pessoa, e o sufixo do verbo indica um sujeito de primeira pessoa do singular. [Nota:] Essa análise contraria, portanto, a análise tradicional de que haveria um sujeito "oculto". (p. 68)
ADVÉRBIO	[...] nossa noção de "sintagma adverbial" – como aliás nossa noção de "advérbio" – é extremamente inadequada. O que chamamos de 'advérbio' é, na verdade, um grupo bastante heterogêneo de classes e subclasses, até hoje não plenamente mapeadas" (p. 113). Palavras como *sempre*, *gravemente*, *bem* e *sim* são tradicionalmente analisadas como "advérbios". Aqui vou preferir o termo mais geral 'adverbiais', porque o que temos aí não é uma classe de palavras, mas várias classes bem diferenciadas. (p. 317)
PREDICATIVO DO SUJEITO	A gramática tradicional reconhece uma outra função para as formas retas, a de "predicativo do sujeito", como em *O professor sou eu*. Mas como o verbo concorda com esse pronome, devemos analisá-lo como sujeito nessas frases. (p. 116)
PRONOME RELATIVO	Não vejo vantagem em classificar esses itens como pronomes, por isso prefiro falar simplesmente de 'relativos'. (p. 189)
PESSOA	O termo 'pessoa' é tradicionalmente usado para se referir a duas coisas muito diferentes. Primeiro, chama-se 'pessoa' o ser que emite um enunciado, ou que é o destinatário dele, ou que é mencionado nele – trata-se, como se vê, de entidades de mundo extralinguístico. E, depois, chama-se também 'pessoa' uma forma verbal, caracterizada por um sufixo particular, e associada a certos sintagmas nominais como *eu*, *nós* ou *a escrivaninha velha*, e também a certos sufixos verbais – aqui estamos falando de unidades gramaticais ou lexicais. São conceitos profundamente diferentes, e não existe correspondência simples entre os dois tipos de "pessoa", de maneira que se impõe estabelecer uma distinção terminológica entre eles. Aqui vou denominar o primeiro tipo 'pessoa do discurso', e o segundo 'pessoa gramatical'. (p. 243)

Fonte: O autor, 2015.

Outra questão importante no que diz respeito ao deslocamento descritivo, categorial e conceitual em relação à tradição reside no fato de a GP realizar algumas análises que subvertem o secularmente posto. Também nesses casos, a obra não economiza em críticas. Exemplifico essa característica destacando pontos relativos à abordagem das supostas orações subordinadas de particípio (capítulo 15, *Contando orações*) e da concordância verbal (capítulo 28, *Concordância verbal*).

Em se tratando do primeiro exemplo, a GP nos lembra que as gramáticas tradicionais costumam analisar como "oração de particípio" a sequência sublinhada no seguinte período: *Encerrada a sessão, todos se retiraram da sala*. Entretanto, a obra apresenta argumentos fortes contra essa análise, que demonstram que tal sequência não é uma oração. A GP parte do princípio de que cada verbo tem uma valência própria, que independe da forma verbal. Por exemplo, as formas verbais do verbo *bater* (*batemos*, *bate*, *batia*, *bateu*, *bato*, *batendo*, *bater*...) ocorrem exatamente nas mesmas construções, dentre as quais *sujeito Agente + V + complemento em + SN Paciente*:

- *O Fábio bateu no cachorro.*

- *O Fábio bate / batia / está batendo no cachorro.*
- *O Fábio batendo no cachorro é um espetáculo triste.*
- *O Fábio bater no cachorro foi a gota d'água.*

Esclarece a GP que essa construção não pode ser elaborada com a forma *batido*, de modo que a sequência ***O Fábio batido no cachorro*, mesmo como parte de uma frase maior, torna-se inaceitável.

Outro aspecto que distingue o particípio das formas verbais é sua irregularidade semântica, isto é, o fato de seu significado ser frequentemente imprevisível diante do significado do verbo: *batido* evoca o resultado de um evento (*carro batido*), mas *intrometido* não é o resultado do evento *intrometer*, mas antes o agente dessa ação (*menina intrometida*).

Diante disso, a GP vai defender que

> o particípio não é uma forma verbal – é antes um nominal[131] (um "adjetivo") relacionado ao verbo através de derivação: assim como temos a relação derivacional entre suportar e suportável, temos também a relação derivacional entre *suportar* e *suportado*. [...]
>
> Ora, se o particípio não é uma forma verbal, não é núcleo de uma oração; por conseguinte, não existem orações de particípio. (p. 175-176)

O segundo exemplo de análise da GP que põe em xeque a tradição gramatical resulta no questionamento da noção de concordância verbal como uma espécie de harmonia entre o verbo e o sujeito. Nesse entender, o verbo assumiria certa forma de acordo com o sujeito da oração, de modo que se diz *eu vou*, mas *eles vão*. Sustenta a GP que "essa análise não é adequada, e que é necessário elaborar um novo conceito desse fenômeno" (p. 273). Em linhas gerais, a obra argumenta que o ponto de vista da tradição não dá conta suficientemente de frases como *Cheguei de Salvador*, a não ser que se postule um "sujeito oculto" para disparar a concordância. No entanto, essa solução não cabe no modelo descritivo adotado pela GP, por este não lidar com "elementos sintáticos ocultos" (p. 68). Não há evidência de que o sintagma *eu* exista ocupando o lugar do sujeito: entende-se que quem chegou de Salvador fui "eu" graças à terminação verbal, que não é ambígua. Além disso, a GP também frisa o problema semântico que acomete essa análise tradicional da concordância. Ao equiparar *Cheguei de Salvador* a *Eu cheguei de Salvador*, a tradição imputa às frases o mesmo grau de redundância, uma vez que afirma que ambas têm sujeito. Diante desses problemas, a obra opta por postular que o sujeito é um SN presente na oração e que, portanto, a frase *Cheguei de Salvador* não tem sujeito, mas sim um papel temático representado pela terminação verbal. Sem dúvida,

[131] A GP não nega haver também o particípio verbal (*O Fábio tem batido no cachorro*), o qual, para a maioria dos verbos, é idêntico ao particípio nominal.

uma solução descritiva mais simples, porém distante do recorrente nas gramáticas tradicionais.

A despeito da falta de uma teoria linguística de partida (cf. subseção 4.2.3) e diante da inadequação constatada de boa parte dos termos, classificações e conceitos da tradição gramatical luso-brasileira, a GP se vale de um arcabouço categorial básico, capaz de orientar sua proposta descritiva ao longo de praticamente todos os capítulos. A obra parte da estrutura da oração simples, constituída por verbo, complementos e adjuntos. Estes últimos podem ter a forma de um sintagma, seja nominal (SN), preposicionado (SPrep), adjetivo (SAdj) ou adverbial (SAdv). Os sintagmas se relacionam com o verbo através de uma função sintática (sintaxe) e um papel temático (semântica), condicionados à valência verbal. Assim, a estrutura sintática exprime uma estrutura semântica, mas de maneira bastante indireta e complexa, de modo que a GP representa ambas as linhas (sintaxe e semântica) na notação de suas construções. Em síntese, esse conjunto de categorias – *oração*, *sintagma*, *função sintática*, *papel temático*, *valência verbal* e *construção* – é devidamente apresentado e problematizado na obra, e constitui sua grande base descritiva. Devido à ausência desse tipo de discussão nas gramáticas tradicionais e à importância desse arcabouço para o percurso descritivo da GP, vale sintetizar aqui o que de mais relevante essa gramática apresenta sobre algumas dessas noções e outras a elas correlatas.

Antes disso, devo insistir no seguinte ponto: a natureza dos elementos desse arcabouço descritivo fundamental da GP reflete a grande relevância dada à sintaxe da língua. A obra realmente apresenta uma descrição da estrutura sintática da língua bastante inovadora (a exemplo da análise da concordância verbal comentada acima) e central à sua proposta de gramática. Uma visão panorâmica dos capítulos da gramática é o suficiente para se perceber o que digo: do capítulo 2 (o primeiro capítulo descritivo após os textos introdutórios) ao 12, o foco reside na estrutura sintático-semântica do período simples; do capítulo 13 ao 20, o assunto da vez é o período composto; do capítulo 21 ao 25, o palco é do comportamento sintático-semântico das formas verbais nas orações principais; do capítulo 26 ao 27, a atenção recai no sintagma nominal em termos de estrutura, elementos e ordem; do capítulo 28 ao 29, a sintaxe de concordância verbal e nominal é estudada; do capítulo 30 a 35, uma nova proposta de classes de palavras, guiada sobretudo pelos critérios sintagmático e morfossintático[132], é apresentada; e, por fim, no capítulo 36, dedicado à topicalização, há o relevo das motivações sintáticas do fenômeno em detrimento das razões discursivas. Ou seja, com exceção dos

[132] Volto a esse ponto ainda nesta subseção.

capítulos 37 e 38, dedicados a questões fonético-fonológicas, a descrição da estrutura sintática – e da sua contraparte semântica – perpassa todos os capítulos da obra.

Nesse contexto, talvez a noção de *construção* seja o primeiro grande conceito sintático apresentado na obra, o que acontece ainda no capítulo 2 (*Construções*). A construção se define pelos tipos de constituintes de que é formada (SN, V...), a função sintática de cada um deles (sujeito, objeto...) e seus respectivos papéis temáticos (Agente, Paciente...). Em síntese, trata-se de "uma estrutura gramatical composta de um verbo e seus complementos" (p. 61). Assim, as frases *Zé comeu a pizza* e *Aquele rapaz que eu te apresentei abriu uma loja no bairro Santa Branca* são duas diferentes elaborações da mesma *construção*, a saber, *SN sujeito Agente + V + SN Paciente*. Para abarcar as frases sem sujeito explícito (*Comi a pizza*), a GP ainda cria a notação *H*, que substitui a notação *SN sujeito*. Assim, teríamos: *H Agente + V + SN Paciente*.

Devo dizer que a GP também se vale do conceito de *construção* para descrever a estrutura interna de unidades menores, como o *sintagma*, o qual seria elaborado a partir de uma *construção suboracional* e equivaleria a "um tipo de construção – mais exatamente uma classe de construções" (p. 252). Embora mencionados em vários capítulos da obra, o SN, o SPrep, o SAdj e o SAdv têm suas estruturas dissecadas no capítulo 6 (*Outros termos da oração*). O SN, em particular, também é tópico de uma parte completa da GP (sexta parte), a qual compreende os capítulos 26 (*O núcleo do sintagma nominal*) e 27 (*Ordem dos termos no SN*). No primeiro, a obra apresenta as possibilidades estruturais do SN e seu potencial funcional, com destaque para seu potencial referencial como sua propriedade semântica básica, ao contrário dos outros sintagmas. No segundo, descreve a ordem dos elementos dentro do SN, considerando, em geral, fatores sintáticos e semânticos.

A GP deixa claro que uma gramática é muito mais do que uma lista das construções (sub)oracionais de uma língua. Assevera a obra que, a despeito da centralidade do papel das construções na descrição gramatical, esta depende ainda de grande número de outros recursos descritivos. Fenômenos gramaticais como as relações de concordância, o tempo, a pessoa e o aspecto verbais, a negação e a interrogação, os adjuntos, as diferenças semânticas do verbo etc. não são expressos por meio da lista de construções, razão pela qual são estudados separadamente na GP. Além disso, dado o atual estado das investigações do PB, a lista de construções de nossa língua seria incompleta e possivelmente não muito representativa.

O Quadro 42 sintetiza um conjunto provisório de construções, o qual é apresentado passo a passo no capítulo 7 (*Algumas construções importantes*) da GP. Interessante frisar que a obra sugere uma possível aplicação pedagógica desse construto teórico: afirma não achar

que "o estudante deva memorizar todas as construções", já que "basta ter à mão a lista" (p. 98). Todavia, não entra em detalhes como seria essa transposição didática, a meu ver irrelevante em detalhes notacionais e terminológicos:

Quadro 42 – Lista provisória das construções do PB, segundo a GP

CONSTRUÇÃO	NOTAÇÃO	EXEMPLO
transitiva	H Agente V SN Paciente	*O gato matou o rato.*
intransitiva	H Agente V	*A menina sorriu.*
ergativa	H Paciente V	*O carro estragou.*
de derrota	H Paciente V *de* SN Agente	*Meu time apanha de todo mundo.*
de ação opinativa	H Agente Opinador V SN Qualificando SN Qualidade	*Mamãe acha a nossa vizinha uma idiota.*
de nomeação	H Agente V SN Pac SN Qualidade	*Mais de vinte milhões de pessoas elegeram Paula presidente da república.*
transitiva de objeto elíptico	H Agente V Ø Paciente	*Catapora também mata.*
de objeto topicalizado	SN Paciente H Agente V	*O rato, o gato matou.*
de objeto transferido	H Meta V SN Tema	*A Clarinha ganhou um sorvete.*
de objeto Tema e SPrep Meta	H Agente V SN Tema *para* SN Meta	*A Marília jogou a mochila para o marido.*
dativa	H Agente Fonte V SN Tema *para* SN Meta	*A vovó deu um tênis novo para a Amanda.*
antidativa	H Agente Fonte V SN Meta *com* SN Tema	*A vovó presentou Amanda com um tênis novo.*
estativa	H Qualificando V SN ~ SAdj Qualidade	*A Letícia é um gênio / muito inteligente.*
estativa de Lugar	H Localizando V X Lugar	*Poços de Caldas é no sul de Minas.*
transitiva de troca	H Agente Fonte V SN Tema *de* + SN *por* + SN Tema	*O Manuel comprou um carro da Helena por vinte mil reais.*

Fonte: O autor, 2015.

Como se pode perceber pelo quadro acima, o constituinte central da construção seria o verbo (V), a ponto de a GP afirmar haver duas tarefas a serem realizadas dentro da descrição da língua: (a) uma lista de construções possíveis; e (b) uma lista dos verbos da língua, cada um deles associado às construções em que ocorre. Daí a noção de *valência* também ser central à proposta da obra, que a define como "o conjunto de todas as diáteses em que um verbo pode ocorrer" (p. 138). Uma *diátese* "é uma construção onde só cabe uma parte dos verbos da língua, em virtude de suas propriedades lexicais" (p. 144). Por exemplo, a valência de *decepcionar* inclui as diáteses transitiva (*O professor decepcionou os alunos*), ergativa (*Os alunos decepcionaram*) e transitiva de objeto elíptico (*Esse professor decepciona*). Por alto, os verbos da língua se classificam segundo as diáteses em que cada um pode ocorrer; ou seja, segundo a valência de cada um. Para a GP,

> a valência dos verbos é parte essencial do conhecimento gramatical que nos permite usar a língua, construindo e interpretando frases corretamente. Por isso é tão importante estudar as valências, que subclassificam os verbos em muitos grupos, cada um com seu comportamento gramatical próprio. (p. 141)

Ao lado da noção de valência caminha a de *papel temático*, sendo ambas desenvolvidas na GP em sequência – nos capítulos 11 e 12, ainda que o papel temático também seja abordado no capítulo 2, dedicado às construções. A obra entende por papel temático "a relação semântica que existe entre o verbo e os diversos sintagmas que co-ocorrem com ele na oração" (p. 147). Em linhas gerais, trata-se da função semântica na descrição gramatical, tão importante quanto à função sintática porque "procura, em última análise, explicitar a relação que existe entre a forma e o significado das expressões linguísticas" (p. 147). Entre os papéis temáticos mais frequentes estão o de Agente, Paciente, Apresentando, Causa, Causador de Experiência, Designação, Designando, Experienciador, Fonte, Instrumento, Localizando, Lugar, Medida, Meta, Opinador, Possuído, Possuidor, PRS (Participante de relação social), Qualificando, Qualidade, Tema, α Ref, entre outros não apresentados na GP devido ao grau de incerteza que recobre o assunto:

> Há muita incerteza quanto à lista dos papéis temáticos necessários para descrever a língua, e também quanto à forma de representá-los. Nesta gramática não podemos entrar nessa discussão, que é muito viva no momento. Aqui nos limitamos a um pequeno elenco de papéis temáticos mais ou menos aceitos na literatura em geral; em edições futuras deste livro certamente vai ser possível dar um quadro mais satisfatório. (p. 151)

Enquanto nas gramáticas tradicionais os papéis temáticos costumam se reduzir ao par Agente e Paciente em se tratando das vozes verbais, na GP a consideração da diversidade de papéis temáticos na descrição da construção oracional amplia o leque de construções possíveis na língua (Quadro 42) e subverte algumas ideias cristalizadas em nossa tradição gramatical, como, por exemplo, a de que o sujeito é sempre o agente da ação verbal. Nesse sentido, frisa a obra que, se a descrição da oração se centra exclusivamente na sintaxe, ela pode se contentar com a noção de sujeito para o SN; entretanto, trazer a semântica para o palco descritivo compreende distinguir, por exemplo, se esse sujeito é Agente (*O professor apagou o quadro*), Paciente (*O professor engordou bastante*), Tema (*A dona Teresa foi para Belém*), Localizando (*As torradas estão na caixa de metal*), Experienciador (*O rapaz sentiu uma pontada*), Meta (*O Ronaldo recebeu uma carta*), Possuidor (*A minha prima tem dois carros*), PRS (*A Helena namorou com o Paulo*) etc.

Outra categoria central na GP é a de *oração*, apresentada no capítulo 3 (*Oração*) como "uma estrutura que tipicamente contém um verbo e muitas vezes um ou mais complementos",

além de poder "comportar um ou mais adjuntos" (p. 65). Destaco aqui a distinção que a obra faz, no capítulo anterior (*Construções*), entre *complemento* e *adjunto*, a partir da noção de papel temático:

> Os constituintes de uma oração que têm papel temático inerente (como *depois de uma discussão* [Tempo]) são denominados **adjuntos**; os que dependem da construção para receberem papel temático (como *o João*) se analisam como **complementos**. Isso exprime a relação especialmente íntima que existe entre alguns constituintes da oração (os complementos) e o verbo, ao passo que os adjuntos são por assim dizer autônomos, sendo acrescentados livremente à oração sempre que semanticamente adequados. (p. 59)

Nota-se que, embora a GP não enquadre os complementos e os adjuntos à moda da tradição, isto é, sob os controversos conjuntos dos *termos integrantes* e *termos acessórios da oração* (conforme a NGB), a distinção que a obra propõe não se esquiva de problemas. Isso porque a própria noção de "papel temático inerente", central à definição de adjunto, é problemática. Basta ver que adjuntos adverbiais clássicos, como *ontem* e *amanhã*, podem, a depender do contexto linguístico, operar sintaticamente como complemento e apresentar outros papéis temáticos que não o de Tempo (para a GP, seu papel temático inerente). Por exemplo, em *Eu gostei de ontem* e *Estamos nos aproximando de amanhã*, os termos *ontem* (Causador de experiência) e *amanhã* (Meta) são complementos, e não adjuntos. Talvez por ter ciência dessas lacunas é que a GP não esgota o tópico: "Na verdade, a distinção entre complementos e adjuntos está ainda em discussão, mas não é possível levar a questão adiante no contexto desta gramática" (p. 61) – adverte a obra.

Para a GP, cada oração elabora uma construção, e as frases contendo uma única oração são chamadas, como na tradição, de *período simples*. Cabe à gramática analisar a estrutura interna da oração, focalizando as funções semânticas (papéis temáticos) e as funções sintáticas de seus constituintes. Dentre as funções sintáticas abordadas na obra, destaca-se a noção de *sujeito*, desenvolvida também no capítulo 3. Referências semânticas, como "aquele que pratica a ação", ou enunciativas/discursivas, como "aquele de quem se fala", recorrentes nas gramáticas tradicionais, não aparecem na GP. Lembro que elas costumam inviabilizar a identificação do sujeito da oração, pois fazem com que a noção de sujeito se confunda com as noções de Agente e tópico sintático/discursivo. Estabelecido tais limites, a GP pode, enfim, elaborar regras mais precisas, baseadas em critérios exclusivamente formais, para identificação do sujeito em relação aos demais sintagmas nominais presentes na oração:

> *Condição prévia:* O sujeito é um SN cuja pessoa e número sejam compatíveis com a pessoa e número indicados pelo sufixo de pessoa-número do verbo"
> (i) Se na oração só houver um SN nessas condições, esse SN é o sujeito.

> (ii) Se houver mais de um SN, então o sujeito é o SN que precede imediatamente o verbo.
> (iii) Mas se o SN em questão for um clítico (*me*, *te*, *nos*, *se*), ele não conta, e o sujeito é o SN precedente. (p. 69)

A partir do capítulo 13 (*Coordenação e subordinação*), a GP sai do limite do período simples e adentra na estrutura do *período composto*, com a finalidade de "estudar os recursos que a língua tem para juntar diversas orações em uma estrutura sintaticamente coesa" (p. 157). Aqui, vários pontos são tratados de modo diferente da tradição. O próprio conceito de subordinação não divide o período em duas orações justapostas, como, por exemplo, *A tia Rosa disse* [oração principal] *que o Rafael é médico* [oração subordinada]. Longe disso, a obra analisa a oração subordinada como situada no interior da oração principal; isto é, as duas orações do referido período seriam *A tia Rosa disse que o Rafael é médico* e *O Rafael é médico*, sendo o *que*, uma conjunção.

A propósito, a GP estabelece uma diferença interessante entre *conjunção* (o conectivo da subordinação) e *coordenador* (o conectivo da coordenação), designados pela tradição sob os rótulos *conjunção subordinada* e *conjunção coordenada*, respectivamente. Afirma a obra que "os coordenadores não alteram o potencial funcional das orações que combinam, ao passo que as conjunções fazem de uma oração um sintagma nominal [como no exemplo supracitado – *que Rafael é médico*] ou adverbial" (p. 162).

A gramática também salienta que a junção de unidades efetuada pelos processos de coordenação e subordinação "não afeta apenas as orações, mas vale para a maioria das classes de formas" (p. 160), de modo que há coordenação de SNs, verbos, SAdjs, SPreps etc., bem como subordinação de sintagmas, como os SPreps e os SNs subordinados na constituição do SN maior *as unhas do pé da Cristina*.

Ainda no que diz respeito às diferenças entre o tratamento do período composto na tradição gramatical e na obra em análise, destaco os tipos de orações subordinadas apresentados na NGB e na GP, evidenciando o descompromisso desta com aquela. Nesse sentido, não só há diferença na terminologia como também nos próprios critérios de classificação e hierarquização desse tipo de oração: enquanto a NGB classifica as orações subordinadas em *substantiva*, *adverbial*, *adjetiva* e *reduzida de infinitivo*, *gerúndio* ou *particípio*, a GP apresenta as orações subordinadas *com verbo no infinitivo (sem conjunção)*, *com verbo no gerúndio (sem conjunção)*, *com conjunção e verbo no subjuntivo*, *com conjunção e verbo no indicativo*, além das *subordinadas relativas*. É evidente, portanto, a nova roupagem descritiva da obra.

Para fechar essa subseção relativa ao arcabouço descritivo, categorial e conceitual da GP, centro-me agora nas *classes de palavras*, conjunto tipológico que atravessa toda a descrição sintático-semântica empreendida. A importância dessa classificação fica evidente desde os primeiros capítulos da GP, de cunho introdutório. Neles, há a defesa de que as palavras precisam ser divididas em classes "porque elas não se comportam todas da mesma maneira", de modo que tais classes e suas respectivas propriedades gramaticais constituem "uma boa parte da estrutura de uma língua" (p. 36). Fazendo jus à epistemologia proclamada, a classificação apresentada na obra é provisória e inovadora, uma vez que as classes de palavras "formam um quadro muito mais complexo do que dá a entender a gramática tradicional" (p. 93).

Como já dito nesta seção, cabe à oitava parte da GP, que vai dos capítulos 30 a 35, a abordagem das classes de palavras. No capítulo 30 (*Classificação*), a obra apresenta os princípios sobre o quais baseia sua proposta. Primeiramente, opera a distinção entre *classe* e *função*, pois, embora ela seja essencial, nem sempre se encontra explicitada nas análises tradicionais. Assim, para a GP, "as *funções* se definem no contexto em que ocorrem, mas as *classes* se definem fora de contexto" (p. 290). Isso significa que seria um engano descritivo dizer que, em determinado contexto, um elemento de uma classe funciona como se pertencesse a uma outra. Exemplificando, nos termos da GP, um nominal não *funciona* como um adverbial; ou a palavra *é* um nominal ou *é* um adverbial. O mesmo vale para quaisquer outras classes:

> [...] a palavra *gato* pode ser sujeito ou objeto. Na frase *Gato dá muito trabalho*, essa palavra é sujeito. Mas ela continua sendo objeto em outra frase. Assim, mudando o contexto, a função de gato pode mudar; mas sua classe é sempre a mesma, porque a classe se define por potencialidades, não por realidades presentes do contexto. (p. 291)

Levando em conta o grande número de propriedades gramaticais diferentes que um conjunto de palavras pode apresentar, a consideração de sua potencialidade funcional para a definição de sua classe poderia nos conduzir a uma rede de subclassificações cruzadas e a um número muito grande e inviável de classes. Por exemplo, uma vez que os quatro agrupamentos do Quadro 43 apresentam potenciais funcionais diferentes entre si, teríamos no mínimo quatro classes para abrigar essas palavras, as quais, tradicionalmente, seriam distribuídas em apenas duas classes (adjetivos e substantivos):

Quadro 43 – Potencial funcional de diferentes conjuntos de palavras

Palavras	Potencial funcional (propriedades gramaticais)		
	núcleo do SN	**modificador**	**adverbial**
mesa, *telefone*, *olho*, *xícara*, *tristeza*	+	–	–
alto, *forte*, *fundo*, *bravo*	+	+	+
pulmonar, *morfológico*, *dentário*, *estomacal*	–	+	–
amigo, *velho*, *jovem*, *condenado*, *trabalhador*	+	+	–

Fonte: O autor, 2015.

Diante desse inconveniente taxionômico e ciente de que as pesquisas satisfatórias sobre o tema ainda não existem, a GP propõe uma classificação provisória e hipotética, que se revela bem diferente e mais compacta em relação à classificação tradicional. Para tanto, busca "estabelecer a lista das propriedades gramaticais a serem consideradas relevantes" (p. 297), embora não as explicite claramente. No Quadro 44, tento precisar tais propriedades e os critérios que lhes são correspondentes, a partir da análise dos capítulos 31 (*Nominais*), 32 (*Verbos*), 33 (*Conectivos*) e 34 (*Adverbiais*), cada um destinado a uma das classes de palavras propostas na GP:

Quadro 44 – Classes de palavras na GP

Classes de palavras	Critérios de classificação	Propriedades gramaticais
Nominais	Sintagmático	Podem ocorrer como constituintes imediatos do SN.
	Morfossintático	Podem ter gênero (inerente ou governado) e número marcado pelo sufixo *–s*.
	Lógico-semântico	Podem ter potencial referencial
Verbos	Morfossintático	Apresenta sufixos característicos e um conjunto rico de lexemas que se opõem em tempo, modo, pessoa e número.
Conectivos	Sintagmático	Cria, a partir de uma construção pertencente a uma classe, outra construção pertencente a uma classe diferente (conjunções e preposições) ou ligam dois constituintes da mesma classe, formando um constituinte maior, igualmente da mesma classe (coordenadores).
Adverbiais	Morfossintático	São invariáveis (em gênero, número, pessoa etc.), mas não são conectivos.
	Sintagmático e Lógico-semântico	Em geral, têm potencial funcional (mesmas funções e papéis temáticos) paralelo a sintagmas maiores.

Fonte: O autor, 2015.

A análise constatou a heterogeneidade de critérios que definem essas classes: sintagmático, morfossintático e lógico-semântico. É evidente a incongruência na disposição dos critérios, uma vez que nem todos são utilizados na caracterização de todas as classes. Também são heterogêneas as classes em si mesmas. Alguns *nominais*, por exemplo, podem ser núcleo de SN (*mesa*, *ele*, *amigo*, *alto*), enquanto outros não podem (*pulmonar*, *cada*, *esse*);

uns podem ocorrer depois do núcleo do SN (*alto*, *amigo*, *pulmonar*), enquanto outros não (*mesa*, *ele*, *cada*, *esse*); uns podem vir na função adverbial (*alto*), o que não é facultado a outros (*pulmonar*, *cada*, *mesa*, *ele*); uns podem co-ocorrer com um artigo ou outro determinante, diferentemente de outros tantos (*ele*, *cada*, *esse*); mas todos os nominais (subclassificados em *nomes*, *pronomes*, *artigos e predeterminantes*, *quantificadores* e *possessivos*) podem ser constituintes imediatos de um SN, como mostra o critério sintagmático no Quadro 44, traço suficiente para agrupá-los em uma mesma classe. Já os *conectivos* se dividem em *preposições*, *conjunções* e *coordenadores*, sendo os dois últimos, como já foi dito, as conjunções subordinadas e coordenadas da tradição. Por sua vez, os *adverbias* são tão heterogêneos em si, de modo que a GP chega mesmo a duvidar se, de fato, eles consistem em uma classe específica[133]; por fim, os *verbos* constituem na obra o que há de mais semelhante ao descrito pela tradição gramatical em termos de classes de palavras.

Diante da análise empreendida nesta subseção da tese, o Quadro 45 nos ajuda a recapitular os pontos de subversão e manutenção entre o esperado pelo PTG e o realizado pela GP:

Quadro 45 – Arcabouço descritivo, categorial e conceitual da GP na relação com o PTG

Movimentos de ruptura	**Linhas de continuidade**
Crítica explícita a aspectos do arcabouço descritivo, categorial e conceitual da tradição luso-brasileira e propostas de reanálise envolvendo as noções de *sujeito oculto*, *advérbio*, *predicativo do sujeito*, *pronome relativo*, *pessoa*, *oração de particípio*, *concordância verbal* etc.	Presença de expressões da terminologia tradicional, que fazem parte de uma terminologia linguístico-gramatical relativamente estável: *verbo*, *concordância*, *preposição*, *sujeito*, *coordenação* e *subordinação*, o nome dos modos e tempos verbais, as categorias flexionais envolvendo as classes de palavras etc.
Reconhecimento do caráter provisório e subjetivo da descrição gramatical que propõe.	
Recusa da NGB, pelo seu caráter assistemático, seu propósito oficial (não científico) e sua pobreza conceitual.	
Apresentação e discussão de um arcabouço categorial básico (*oração*, *sintagma*, *função sintática*, *papel temático*, *valência*, *construção*, *diátese*), capaz de orientar sua proposta descritiva.	Trabalho com a *oração* como unidade fundamental e com o *período composto* como unidade máxima da estrutura gramatical.
Descrição da estrutura sintática da língua, central à proposta da gramática e inovadora em relação à tradição gramatical luso-brasileira.	Consideração de extensas listas classificatórias, como as que envolvem os tipos de construção e papéis temáticos, repletas de pormenores notacionais e terminológicos.
Consideração das relações semânticas na descrição da estrutura sintática (sintagmática) da oração.	
Proposta de classificação das palavras em apenas quatro classes (*nominais*, *verbos*, *conectivos*, *adverbiais*), de acordo com seu potencial funcional.	Definição das classes de palavras com base em critérios heterogêneos (sintagmático, morfossintático e lógico-semântico) e não aplicados, em sua totalidade, a todas as classes.

Fonte: O autor, 2015.

[133] "Chamo atenção do leitor para a heterogeneidade da classe (se é uma classe!) dos chamados advérbios, ou adverbiais" (p. 321)

Em suma, posso dizer que a GP opera mudanças substanciais no arcabouço descritivo, categorial e conceitual da gramática brasileira. É certo que o aparato do PTG não é totalmente descartado, haja vista as constantes menções à tradição não só para criticá-la, mas também para adaptá-la à proposta da obra, ou mesmo para utilizá-la tal qual as gramáticas tradicionais. Todavia, ainda que explicitamente lacunoso e repleto de pormenores classificatórios, o resultado descritivo apresentado é inovador e de frescor terminológico inconteste.

4.2.5 Língua gramatizada pela GP

As análises anteriores mostraram que a GP se assume enquanto gramática do português brasileiro, a língua falada pela grande maioria dos habitantes do país. Avessa a prescrições dogmáticas, a obra se diz eminentemente descritiva e compromissada com a pesquisa linguística de diferentes frentes teóricas. Isso significa que aspectos morfossintáticos próprios do PB, evidenciados pelos estudos linguísticos mais recentes de morfologia flexional e da sintaxe, deveriam, em tese, fazer parte da descrição gramatical em cena, mesmo que não haja referências explícitas a pesquisas. Minha preocupação maior com esta subseção é exatamente saber se isso acontece e em que medida.

É certo que a GP sucumbe a uma incontornável necessidade que parece acometer qualquer processo de gramatização de uma língua ocidental em todos os tempos: a de criar uma espécie de "unidade linguística", em se tratando da língua gramatizada. Não é à toa que essa gramática afirma que o português brasileiro que ela descreve é a língua dos mais diversos segmentos da sociedade. Para chegar a essa unidade, entretanto, a obra efetua alguns recortes de partida, os quais sistematizo em três diferentes planos.

Num primeiro plano, esse imperioso recorte linguístico, que vai possibilitar a gramatização da língua, é realizado quando a gramática opõe as variedades faladas pelos brasileiros à variedade padrão escrita e, em segunda instância, ao português europeu. Isso porque a GP defende haver características linguísticas que perpassariam a fala de praticamente todos os brasileiros, sem distinção de classe ou grau de escolaridade.

Num segundo plano, a obra opera um outro recorte nesse conjunto das variedades faladas brasileiras: diz ser a variedade por ela descrita a fala das populações urbanas relativamente escolarizadas, ou seja, "a língua falada padrão, uma variedade que é altamente uniforme e socialmente aceita em todo o país" (p. 44-45). Nesse trecho citado, vale frisar a equivalência indevida entre a confusa expressão "língua falada padrão" e o termo

"variedade", o que reflete a falta de discussão sobre essas importantes questões de ordem teórica que costumam anteceder a descrição gramatical – conforme eu havia afirmado na subseção 4.2.3, quando da análise das concepções teóricas da obra. Na verdade, em linhas gerais, percebe-se que a "língua falada padrão" descrita na GP equivale a algo semelhante à concepção de "norma culta" (FARACO, 2008) que tomo nesta tese (cf. Capítulo 3, subseção 3.5.2).

Finalmente, num terceiro plano, a obra delimita a "língua falada padrão" a situações de informalidade, ao afirmar que se dedica às "formas que ocorrem no contexto falado informal – não em textos publicados, nem em discursos formais de posse ou formatura" (p. 21). Em determinadas passagens, assume essa "fala informal" enquanto "linguagem coloquial ou descuidada", como se vê, por exemplo, em "*Haver* ocorre raramente, em geral no contexto de linguagem cuidada; *ter* é a forma normal" (p. 79); ou em "Essas formas redundantes [*Ela me deu para mim um suéter* e *Eu vou te contar para você uma história incrível*] parecem mais coloquiais, menos cuidadas que as outras" (p. 118).

Portanto, é com essa realidade linguística, a *norma culta falada brasileira em contexto informal*, que a gramática ora analisada trabalha, ainda que não a defina nesses termos:

> [...] existem, dentro da entidade geral que chamamos "português falado do Brasil", diferenças correlacionadas com classe social e região. Certas pessoas dizem *nós vai trabalhar*, e essa construção é limitada a populações de pouca escolaridade. A variedade falada por essas populações é tão digna de estudo quanto qualquer outra, e em seu contexto tem uma validade que nenhuma outra tem. Mas neste livro a descrição enfoca a fala das populações urbanas relativamente escolarizadas, e por isso construções do tipo *nós vai trabalhar* não são incluídas. Ou seja, aqui estou descrevendo a **língua falada padrão**, uma variedade que é altamente uniforme e socialmente aceita em todo o país. (p. 44-45)

Devo frisar que essa "língua falada padrão" da GP, "aceita em todo o país", reflete preferências nada ingênuas: é evidente a valorização da norma do Sudeste em detrimento da norma das demais regiões. Esse fato é tanto explicitado ao longo da obra, quanto inferido a partir de algumas descrições apresentadas. Por exemplo, no capítulo 9 (*Pronomes oblíquos*), lê-se que "a variedade do PB descrita" no livro é "a do Sudeste" (p. 121), o que se confirma no capítulo 25 (*Pessoa*), momento em que a obra equivale os significados das formas *Carolina se arrependeu* (padrão escrito) e *Carolina arrependeu* (PB falado) (p. 246). Isso porque, diante da comparação, a GP sugere que a construção ergativa (sem o reflexivo) é a mais comum em todas as regiões do Brasil, embora se saiba que no Nordeste brasileiro, por exemplo, a ausência do reflexivo nesse tipo de construção seja inaceitável.

Em suma, a GP efetua um recorte parcial na língua que julga heterogênea, o português brasileiro, a fim de gramatizá-la. Nesse sentido, o que a obra descreve não é o PB simplesmente, mas o PB falado pelas classes escolarizadas e de prestígio da região Sudeste. Esse recorte favorece a homogeneização do objeto-língua e, de certo modo, possibilita sua descrição: a língua variável, heterogênea, de contornos imprecisos, passa a ser uma construção real, concreta, objetiva, capaz de identificar o imaginário coletivo do brasileiro, semelhantemente ao denominado "processo de hipostasiação" (BAGNO, 2011), discutido no Capítulo 3 desta tese (subseção 3.5.3). A GP, portanto, igualmente às gramáticas tradicionais, ajuda a legitimar um padrão linguístico, ainda que exclusivamente um *padrão falado*.

Embora essa atitude implique na valorização do nacional, do que nos é idiossincrático, parece que o padrão falado descrito pela GP não é capaz de aplacar a soberania e a opressão de um outro padrão, o escrito. Nesse sentido, ouso dizer que essa obra se revela tímida quanto ao reconhecimento do PB como língua autônoma e plena, por mais que afirme servir a tais propósitos. Indo além, creio que a GP interdita o PB de ser a língua dos brasileiros em todas as situações de uso da língua no Brasil. De partida, isso já se coloca nas entrelinhas dos textos introdutórios da gramática sobre a língua gramatizada. Por exemplo, a obra qualifica o PB como "a variedade da língua que é usada no Brasil na comunicação oral" (p. 44); infere-se daí que só mereceria o rótulo de *português brasileiro* a variedade falada da língua, enquanto sua variedade escrita seria sinônimo de *português padrão* ou, simplesmente, *português*.

Para a GP, essas duas variedades de nossa língua, o PB e o português padrão, são enormes, o que justificaria a elaboração de tal gramática. Trata-se de um ponto de vista aparentemente libertador, mas que, em sua ideologia basilar, favorece a manutenção da situação de diglossia, da mitificação do padrão escrito, da valorização da "norma *curta*" (FARACO, 2008), enfim, do enorme fosso entre a língua dos que sabem e dos que não sabem o "bom português". Nas palavras da GP:

> [...] as duas variedades existem, vão continuar a existir e, principalmente, não podem ser trocadas: escreve-se uma tese em português padrão escrito, pede-se um quibe em português falado. A esse português falado se dá em geral a designação de **português falado do Brasil**, ou **PB**. [...]
>
> Tanto o PB quanto o português padrão têm importância na nossa sociedade. Talvez seja inconveniente essa dualidade de variedades usadas no mesmo país, mas é um fato de que não podemos escapar. Vamos continuar tendo que estudar o português padrão, e vamos continuar sentindo aquela sensação de frio na barriga na hora de escrever um texto de mais responsabilidade. (p. 19)

Devo insistir: essa cisão que a GP promove entre o português brasileiro (falado) de um lado e o português padrão (escrito) de outro, numa instância que ultrapassa a valorização de

nossa oralidade por meio de um instrumento que realmente a gramatize, pode vir a retroalimentar seculares preconceitos e mitos, como "português é muito difícil", "brasileiro não sabe português" (BAGNO, 1999), entre tantos outros corriqueiramente criticados pelos estudos linguísticos pós-virada. O abismo entre a língua do povo e a língua da escola, o qual mostrei ser mantido na GA, permanece na GP, ainda que por distintas razões. É claro que é de extrema relevância a descrição gramatical da modalidade falada do português brasileiro; entretanto, situar essa modalidade em posição diametralmente oposta à norma-padrão escrita pode vir a suscitar conclusões que apenas colaboram para a conservação de um padrão escrito (e falado, devido à força do mito "o certo é falar assim porque se escreve assim") bem distante dos usos efetivos dos brasileiros.

Para ilustrar o que digo, o Quadro 46 traz alguns exemplos de descrições gramaticais que dicotomizam, de um lado, o PB enquanto variedade falada e, de outro lado, o português padrão enquanto variedade escrita:

Quadro 46 – Português padrão escrito vs. português brasileiro falado em trechos da GP

FENÔMENO GRAMATICAL	TRECHO
CONSTRUÇÕES DE INFINITIVO E SUBJUNTIVO EM ORAÇÃO PRINCIPAL	No português padrão escrito, ocorrem construções de infinitivo e de subjuntivo livres, isto é, em oração principal. Mesmo no padrão, essas estruturas são excepcionais e restritas a contextos específicos. Por exemplo, temos imperativos do tipo [31] Olhar à esquerda! (escrito) [32] Manter esta porta sempre fechada. (escrito) [...] Essas construções não ocorrem no PB, onde o infinitivo e o subjuntivo são marcas de subordinação em todos os casos. (p. 179)
CONSTRUÇÕES DE INCERTEZA COM VERBO NO SUBJUNTIVO/INDICATIVO	[...] quando *achar* está no pretérito, o subjuntivo é aceitável: [30] Você achou que eu estava / estivesse mentindo? Mas é preciso notar que o subjuntivo nesse caso é raro no PB, embora seja plenamente aceitável na língua escrita. (p. 199)
CONSTRUÇÕES INTERROGATIVAS E NEGATIVAS	Neste capítulo, vamos estudar algumas construções interrogativas e negativas do PB que têm estrutura diferente da que se encontra no padrão escrito. (p. 123)
TEMPOS VERBAIS	O **futuro simples** (*falarei*, *seremos*) é de uso muito raro no PB, e pode ser considerado uma forma própria do padrão escrito. O futuro é expresso no PB através da construção formada do auxiliar *ir* mais o infinitivo, que podemos chamar **futuro composto**. (p. 224)
	"Em comparação com o padrão escrito, note-se a ausência do mais-que-perfeito do indicativo (*eu fizera*) e do futuro do indicativo (*eu farei*), que não existem no PB" (p. 309).
PREDETERMINANTE *AMBOS*	Dos elementos que aparecem sempre antes do núcleo, alguns ocorrem necessariamente no início do SN. Na língua escrita, são apenas dois: *todos* e *ambos*, como em [1] Ambos os rapazes [...] [Em nota:] *Ambos* não se usa no PB. (p. 259)
CONCORDÂNCIA VERBAL	É preciso observar, antes de mais nada, que a concordância verbal é mais restrita no PB do que no português escrito. (p. 273)
CONCORDÂNCIA NO SN	No padrão escrito, a concordância de número se faz da mesma maneira que a de gênero, isto é, o núcleo determina o número dos modificadores, determinantes, quantificadores e outros elementos não nucleares [...] No entanto, o PB trata essa regra de maneira diferente da língua escrita. (p. 282)
PARADIGMA (LEXEMA) VERBAL	No PB o lexema verbal é algo simplificado em comparação com o padrão escrito, mas mesmo assim é bastante complexo. (p. 307)

Fonte: O autor, 2015.

Pelo trechos selecionados acima, a gramática entende o PB como sinônimo de fala brasileira, desconsiderando que a escrita dos brasileiros também é PB. Em oposição ao "PB" (azul), encontra-se o "português padrão escrito" ou "língua escrita" ou apenas "padrão escrito" (vermelho). Nota-se que as duas "variedades", a rigor modalidades falada e escrita, são sistematicamente comparadas e traços que poderiam ser apresentados enquanto comuns à

fala e à escrita, a depender das circunstâncias de produção do discurso, são descritos como pertencentes exclusivamente a uma ou à outra.

Por outro lado, é curioso – e no mínimo terminologicamente impreciso – o fato de que, na apresentação de seu arcabouço categorial básico (*oração*, *sintagma*, *função sintática*, *papel temático*, *valência*, *construção*, *diátese*), bem como na descrição de certas categorias gramaticais comuns à tradição (como a *conjunção*), a GP costuma apagar a distinção "PB vs. português padrão" e assumir tacitamente uma espécie de unidade linguística luso-brasileira, ao se referir à língua descrita como *português* ou *língua portuguesa*. O Quadro 47, a seguir, ilustra o ocorrido:

Quadro 47 – Exemplos em que a língua descrita na GP é denominada *português* ou língua *portuguesa*

CATEGORIAS	TRECHO
CONSTRUÇÃO	Agora vejamos algumas construções importantes do português. (p. 52)
	Essa é uma característica de muitos verbos do português [construção ergativa]. (p. 52)
	Ainda não possuímos a lista de todas as construções existentes na língua; mas já podemos ver a importância que essa lista terá para a descrição da gramática do português. (p. 55)
ORAÇÃO	Em português, temos frases com dois SNs. (p. 73)
	Em português, o número máximo de SNs objetos que podem aparecer em uma oração é dois. (p. 88)
PAPEL TEMÁTICO	Tem havido muito progresso, mas ainda estamos bastante longe de uma lista segura dos papéis temáticos necessários para descrever a língua portuguesa (ou qualquer outra língua). (p. 153)
CONJUNÇÃO	Existem muitas conjunções em português, e elas têm funções parcialmente diferentes. (p. 162)

Fonte: O autor, 2015.

A despeito de todas essas ressalvas envolvendo a noção de "português brasileiro" abraçada explicitamente ou sugerida nas entrelinhas da obra, não posso negar que a gramática sob análise apresenta, em linhas gerais, uma descrição realística de aspectos da sintaxe e da morfologia flexional do PB. A seguir, apresento ao leitor alguns pontos de tal descrição, a qual julgo inovadora, ou mesmo subversiva, se comparada ao que costuma recorrer nas gramaticas tradicionais brasileiras de orientação normativa.

Começo observando o tratamento dado pela GP a dois aspectos apontados pelos estudos linguísticos (cf. DUARTE, 1995; GALVES, 2001) como fatores desencadeadores da mudança gramatical no português do Brasil: a *mudança no paradigma dos pronomes pessoais* e o *enfraquecimento do paradigma de flexão verbal*. Nesse aspecto, a descrição feita pela GP é exclusivamente sincrônica, ou seja, não se preocupa em apresentar historicamente os

processos de mudança que deram origem a tais configurações morfossintáticas, como, por exemplo, a gramaticalização de *vossa mercê* > *você* ou a perda progressiva do traço [+ pessoa] em boa parte das formas verbais.

Assim, a GP expõe objetivamente o paradigma dos pronomes pessoais do PB atual, sem nenhum compromisso com sua historicidade. Não justifica, entretanto, haver dois conjuntos de pronomes retos diferentes ao longo da obra: um apresentado no capítulo 9 (*Pronomes oblíquos*), composto por *eu*, *você (tu)*, *ele*/*ela*, *nós*, *vocês*, *eles*/*elas* (p. 116); e um mais simples, descrito no capítulo 31 (*Nominais*), onde se lê *eu*, *você*, *ele*, *nós*, *vocês*, *eles* (p. 305). Além disso, nota-se a disposição periférica, complementar do pronome *tu* na primeira lista e sua total ausência na segunda, o que não corresponde à realidade linguística de, pelo menos, alguns estados nordestinos (Maranhão, Paraíba, Pernambuco) e sulistas (Rio Grande do Sul, Santa Catarina). É certo que a variedade de referência do PB na obra é a do Sudeste brasileiro escolarizado[134]; mesmo assim, não deixa de ser estranha a pouca importância dada na obra à forma de segunda pessoa *tu* e a seus correlatos oblíquos *ti* e *-tigo*. Outro aspecto negativo é a ausência do pronome *a gente*, considerado nessa gramática como um "nominal comum" (p. 115), gramaticalmente similar a SNs como *vossa Excelência*, *o senhor* e *a senhora*. Essa solução descritiva vai na contramão do que apontam pesquisas linguísticas (cf. DUARTE, 1995; ROBERTS, 1996) que situam a forma *a gente* em competição funcional com o pronome *nós*.

Por outro lado, a inclusão do par *você/vocês* e a ausência da forma arcaica *vós* no referido paradigma certamente são avanços claros em relação ao posto pela tradição, ainda que algumas ressalvas possam ser apontadas. Nesse sentido, a GP afirma que "o pronome vós (*vos*, *-vosco*), originalmente o plural de *tu*, é totalmente desusado no Brasil, mesmo na língua escrita" (p. 121), embora saibamos que, em termo reais, isso não procede, haja vista práticas sociais da esfera religiosa, política, jurídica ainda abraçarem essas formas. Outro aspecto inovador consiste na também ausência de formas oblíquas correspondentes a *ele/ela*, *vocês* e *eles/elas*. Desse modo, são frases aceitáveis na GP *Eu encontrei <u>ela</u> no cinema* e *Vou convidar <u>vocês</u> para o meu aniversário* (p. 116), a despeito dos usos acusativos das duas formas sublinhadas. A gramática chega a afirmar que esses pronomes "só têm uma forma, que vale para todas as funções" (p. 120), ignorando apressadamente os clíticos *o*, *a*, *os*, *as*, *-no*, *-nas*, *-lo*, *-las*, entre outros ainda presentes nos usos linguísticos brasileiros, em contextos mais monitorados. Além disso, a GP apresenta o *lhe* como clítico de segunda pessoa – e não de

[134] E, conforme observação pessoal, mesmo no Sudeste, a exemplo da cidade do Rio de Janeiro, a forma *tu* recorre na fala das pessoas, independentemente de seu estrato social.

terceira, como rege a tradição. Também menciona a possibilidade de usar uma forma reta como objeto do verbo principal quando simultaneamente for sujeito do verbo subordinado, a exemplo de *Mamãe deixou eu brincar na rua*. De acordo com a obra, uma frase como essa segue suas próprias regras, pois é "aceita e usada por pessoas que nunca usam *eu* como objeto" (p. 213). Em suma, exceto pela exclusão radical do pronome *vós* e correlatos e de boa parte dos clíticos pronominais, a descrição da GP me parece coerente com os resultados das pesquisas linguísticas sobre o PB – embora praticamente não haja referência a trabalhos – e mesmo com nossa intuição de usuário nativo da língua.

Estabelece relações com essas mudanças no paradigma dos pronomes pessoais outro acerto da GP na busca pela descrição de um sistema gramatical mais condizente com os efetivos usos linguísticos dos brasileiros: a abordagem dos *possessivos*, realizada no Capítulo 31 (*Nominais*). A obra divide essa subcategoria dos nominais em *possessivos sintéticos* (*meu*, *seu*, *nosso*) e *analíticos* (*dele*, *de vocês*, *deles*), afirmando que esses últimos se comportam como "sintagmas preposicionados, colocando-se depois do núcleo" (p. 305). Com isso, reconhece o desuso em progresso da forma *vosso* e isenta a forma *seu* de usos ambíguos em referência à terceira pessoa. A gramática apenas deixa a desejar nas ausências da forma sintética *teu*, possessivo de segunda pessoa utilizado em várias lugares do Brasil e por diversos estratos sociais, e da forma analítica *da gente*, de uso tão intenso ou maior que *nosso*. Essas lacunas refletem a posição marginal concedida pela GP às formas *tu* e *a gente*, como mostrei há pouco.

Quanto ao enfraquecimento (empobrecimento) do paradigma de flexão verbal, a GP não se alonga no tratamento do fato, embora aborde o assunto com adequação em dois capítulos, o 28 e o 32. No capítulo 28 (*Concordância verbal*), lembra que as formas verbais de segunda pessoa do singular e do plural e as de terceira pessoa do plural costumam perder espaço em favor das formas verbais de terceira pessoa do singular. Isso justificaria a restrita concordância verbal no PB, em que frases como *Tu gosta de camarão?* ou *Elas não consegue subir no banco* são recorrentes. A obra também menciona o fato de a ausência de concordância estar mais propícia a ocorrer quando o sujeito é posposto ao verbo, como em *Chegou mais de vinte pacotes para o senhor*. Por fim, apresenta um cenário bem realista do nosso paradigma de flexão verbal, considerando, dessa feita, o frequente uso da forma *a gente* em lugar de *nós*. Nesse sentido, chega a afirmar que, se o *nós* desaparecer, teremos um sistema de concordância reduzido apenas a duas pessoas: a primeira pessoa do singular (*eu cheguei*) e uma "pessoa geral", capaz de englobar todas as outras (*ele/você/a gente chegou*). Em nota de rodapé, inclusive, a gramática cita um estudo sociolinguístico de M. Lemle e A. J.

Naro (1977)[135] sobre o fenômeno do enfraquecimento do paradigma de flexão verbal, a fim de atestar o que descreve.

No capítulo 32 (*Verbos*), a GP praticamente retoma as considerações feitas sobre o assunto no capítulo 28, afirmando haver uma variação máxima de quatro pessoas gramaticais no PB: *faço*, *faz*, *fazemos* e *fazem* – o que destoa do paradigma tradicional, que apresenta, além dessas quatro, as formas *fazes* e *fazeis*. Explica a gramática que a forma tradicional da segunda pessoa do singular (*fazes*) costuma ser permutada pela forma de terceira pessoa (*faz*), inclusive quando se usa *tu*; e que a forma de terceira pessoa, no singular e no plural (*faz*, *fazem*), vale também para *ele(s)*, *você(s)*, *o senhor*, *a gente*. A GP ainda apresenta exemplos de paradigmas de flexão verbal ainda mais reduzidos, em que o falante emprega formas de terceira pessoa do singular com pronomes de primeira e terceira pessoas do plural, a exemplo de *eles vai*, *eles ia*, *nós faz*. Além disso, considera a redução de marcas de flexão de pessoa nas formas verbais infinitivas, mencionando a possibilidade de frases como *Esse carrinho é para nós levar o caixote maior*.

Nesse contexto, vale dizer que a GP não aprofunda o fenômeno *retenção do sujeito pronominal* (tendência a dizer, por exemplo, *Eu vendi um lote* ao invés de *Vendi um lote*), embora este também seja uma forte característica do PB. A gramática se limita a mencionar, nos capítulos 3 (*Oração*) e 4 (*Orações sem sujeito*), a possibilidade de se omitir o sujeito pronominal da oração, ignorando o fato de a mudança pronominal, o empobrecimento das flexões verbais e a retenção de pronome-sujeito serem fenômenos imbricados, como registra a literatura linguística (cf. DUARTE, 1995; GALVES, 2001). Lembra também que a redundância entre sujeito e sufixo de pessoa-número nem sempre é total e depende de certas condições ligadas à "função comunicativa das orações" (p. 78). Isso resulta, segundo a obra, na possibilidade de omissão do pronome apenas na primeira pessoa do singular, na primeira pessoa do plural (com a flexão de *nós*) e na terceira pessoa do plural (em casos de indeterminação do sujeito).

Desse modo, ao apenas descrever e equivaler as duas possibilidades de construção na língua (sem e com o sujeito pronominal), a GP não reconhece que o PB esteja passando de língua de sujeito nulo (ou de estrutura *pro-drop*, na terminologia gerativa) a língua de sujeito pleno, a fim de encobrir as perdas de significado provenientes da redução de suas desinências número-pessoais. É muito provável que essa gramática não leve em conta esse estado

[135] LEMLE, M. & NARO, A. J. *Competências básicas do português*. Rio de Janeiro: MOBRAL e Fundação Ford, 1977.

transitório do fenômeno de retenção do sujeito pronominal no PB devido à agenda exclusivamente sincrônica que ela assume.

Outro aspecto importante da morfossintaxe do PB, mas também não valorizado na descrição gramatical da obra em foco, são as recorrentes construções com *objeto nulo em contexto acusativo*. Surpreendentemente, vê-se apenas uma rápida menção ao fato quando do tratamento do sujeito indeterminado (capítulo 5):

> [...] é preciso observar que a indeterminação não se restringe ao sujeito. Em uma frase como
>
> [1] A menina já comeu
>
> temos um objeto (no caso, Paciente) indeterminado: não se especifica o que foi que a menina comeu, porque é provavelmente irrelevante. (p. 83)

Cabe dizer que a justificativa que a gramática apresenta para a indeterminação do objeto de *comer* no exemplo acima é questionável: a ausência do objeto pode estar relacionada não à sua irrelevância, como afirma a obra, mas à diferença de significado do verbo *comer*, possivelmente empregado com o sentido de *fazer a refeição*, *se alimentar*. Ou seja, diferentemente das trocas – *Você viu o chocolate que estava aqui? – Eu comi Ø*, a acepção do verbo em *A menina já comeu* prescinde o complemento, não o indetermina.

A propósito, a GP considera outras *estratégias de indeterminação do sujeito* para além das convencionalmente descritas pela gramática tradicional. Nesse sentido, a obra não se limita às conhecidas construções indeterminadas (verbo na terceira pessoa do plural sem sujeito; e verbo na terceira pessoa do singular seguido do pronome *se*), pois sua noção de indeterminação equivale ao "fenômeno que consiste entender mais ou menos esquematicamente a referência de um sintagma" (p. 83). Assim, quanto menos individualizada for a referência, mais indeterminado será o sintagma respectivo, de modo que alguns SNs (*a pessoa*, *o sujeito*, *o cara*) e alguns pronomes pessoais (*você*, *a gente*, *eles*, *tu*) podem ser usados para indeterminar o sujeito em frases como *Na calada da noite, o cara chega, invade sua casa, você vê o cara e tem que afinar* (p. 85). A GP também aponta a existência de outros recursos, como o uso de verbo sem sujeito na terceira pessoa do singular, em frases como *Para ir na pracinha segue essa rua até o final e vira à direita* ou *Nessa fazenda planta café e milho* (p. 85). Exemplos como esse, todavia, não são suficientemente analisados no material: embora tais construções sejam típicas do PB, ainda estão por serem estudadas mais detalhadamente, segundo a obra.

Como já levantado, essa gramática também inova na descrição de aspectos envolvendo a *concordância verbal e nominal* no PB – ainda que implicitamente os condicione

à modalidade falada. No capítulo 4 (*Orações sem sujeito*), considera a possibilidade de verbo e sujeito não concordarem quando este for posposto àquele, como em *Existia animais enormes nessa época* ou *Chegou quatro encomenda(s) do Rio*. O que os puristas certamente considerariam erros gramaticais crassos, a obra gramatiza seguramente, sem ressalva alguma. Justifica o fenômeno da não concordância relacionando-o provavelmente ao processo de "simplificação morfológica do verbo" (p. 80). No capítulo 6 (*Outros termos da oração*), a GP chega mesmo a ampliar esse posicionamento ao defender como legítimas, próprias do PB, orações em que a marca de plural incide apenas em elementos pré-nucleares do SN, ao contrário da regra clássica. Assim, frases como *Os cachorro tá tudo doente* não são rotuladas na gramática como exemplos de fala de uma classe social ou de uma região determinada, uma vez que ocorreriam na fala da maioria dos falantes do PB. No capítulo 29 (*Concordância nominal*), dedicado ao tema, a obra ratifica tal descrição:

> A marca de plural, a saber, o sufixo *–s* (e suas variantes alomórficas), o mais das vezes, ocorre apenas no primeiro elemento do SN, quando este é um determinante, um quantificador ou um possessivo [...] Assim, ambas as formas dadas abaixo são aceitáveis:
>
> [13] Os livros / os livro [...]
>
> Se não há termos pré-nucleares, o núcleo pode aparecer sem marca de plural, e nesse caso a concordância é toda feita no singular. Assim, o que no padrão se escreve
>
> [16] Meninas são muito estudiosas.
>
> no PB fica
>
> [17] Menina é muito estudiosa. (p. 282)

A gramática lembra ainda, nesse mesmo capítulo dedicado à concordância nominal, que uma outra maneira de exprimir o plural de sintagmas e orações no PB é acrescentar o elemento invariável *tudo* depois do núcleo do SN ou do verbo, como em *As menina tudo ficou gritando*, *As menina ficou tudo gritando* e *O mecânico perdeu os parafuso tudo*. Vê-se, portanto, que essas regras de concordância apresentadas na obra de fato fazem parte da língua comum a todos os brasileiros, ao menos no que diz respeito à sua gramática passiva, uma vez que nem todos vão se valer ativamente de algumas dessas construções.

Não menos realistas são as referências aos modos e tempos verbais do PB, o que acontece, sobretudo, nos capítulos 21 (*Tempo verbal: presente e futuro*), 22 (*Tempo verbal: passado*) e 32 (*Verbos*). A gramática, por exemplo, apresenta as formas compostas do futuro do presente (*vou falar*, *vai falar*, *vamos falar*...) em detrimento das formas simples (*falarei*, *falará*, *falaremos*...), alegando que, apesar de ambos os conjuntos coexistirem na língua padrão escrita, as formas simples desaparecem no PB em favor das compostas. Quanto às

formas do pretérito mais-que-perfeito simples, a obra se revela ainda mais assertiva: "o mais-que-perfeito simples (*lera*, *fora*, *fizera*) é totalmente desusado no PB, e mesmo no padrão escrito é muito raro hoje em dia, podendo ser considerado arcaico" (p. 232), sentencia. Por sua vez, a forma imperativa de primeira pessoa do plural (tradicionalmente *façamos*) equivale gramaticalmente ao verbo no infinitivo antecedido do auxiliar *ir* flexionado (*vamos fazer*), o que também mostra adequação aos usos efetivos dos brasileiros. Como último exemplo, destaco a abordagem do futuro do subjuntivo dos verbos irregulares, momento em que a obra aponta a tendência de utilizarmos, em contextos hipotéticos, a forma que tradicionalmente pertence apenas ao futuro do indicativo (*se eu pôr*, *quando eu fazer* ao invés de *se eu puser*, *quando eu fizer*). Nesse sentido, afirmações categóricas que subvertem o fixado pelo normativismo podem ser lidas na GP, como, por exemplo, "o futuro do subjuntivo de *ver* é *ver* (não *vir* como consta das gramáticas)" (p. 310).

Ainda no que diz respeito ao rol de aspectos da sintaxe e da morfologia flexional do PB descritos na *Gramática do português brasileiro*, de Mário A. Perini (2010), segue o Quadro 48. Ele reúne outros traços gramaticais cuja abordagem, em termos de adequação aos usos brasileiros reais e de afastamento da norma-padrão, também passa longe das gramáticas luso-brasileiras de cunho normativo:

Quadro 48 – Outros aspectos morfossintáticos do PB trabalhados na GP

TÓPICO MORFOSSINTÁTICO	TRECHOS
COLOCAÇÃO DOS OBLÍQUOS ÁTONOS	No PB a regra de posicionamento do pronome oblíquo é muito simples: O pronome oblíquo (sem preposição) se posiciona sempre antes do verbo principal da oração. Por exemplo: [37] Me empresta esse livro, por favor. [...] [40] Meu filho tem se sentido mal. (p. 119)
DUPLA NEGAÇÃO	A maneira mais comum de negar um verbo é colocar *não* antes dele e outro *não* no final do período: [42] Eu não vou lá não. (p. 128)
CONSTRUÇÕES RELATIVAS	Vamos considerar agora a estrutura relativa tal como se manifesta no PB. [...] [9] O funcionário que você conversou com ele não veio trabalhar hoje. [10] Esse é um conselho que eu posso muito bem ficar sem ele. Com certas preposições, o pronome pode ser omitido`: [11] Essa é a mesa que todo mundo bota o chapéu em cima (dela). [...] Em outros casos, a preposição é simplesmente omitida: [12] O funcionário que você falou é esse aí?
DEMONSTRATIVO	*Este* não se usa no PB, e suas funções são assumidas por *esse*. (p. 260)
NUMERAL ORDINAL/CARDINAL	[...] prefere-se dizer o capítulo quarenta e quatro em vez de o quadragésimo quarto capítulo. O cardinal é usado às vezes mesmo anteposto para indicar ordem: ouve-se o vinte e dois andar, o quarenta e três aniversário. Desse modo, se contorna a complicação extrema dos ordinais no padrão escrito, mal conhecidos até mesmo pelos falantes nativos: formas como quadringentésimo sexagésimo sexto simplesmente não ocorrem no PB. (p. 262)

Fonte: O autor, 2015.

Por fim, apresento o Quadro 49, que sintetiza os principais resultados da análise dessa obra sob o crivo da quarta e última categoria – a língua gramatizada:

Quadro 49 – A língua gramatizada pela GP na relação com a língua gramatizada pela tradição gramatical luso-brasileira

Movimentos de ruptura	Linhas de continuidade
Descrição da norma culta falada brasileira em contexto informal.	Criação de uma espécie de "unidade linguística", em se tratando da língua gramatizada (homogeneização do objeto-língua).
	Valorização da variedade linguística da população urbana, escolarizada e de prestígio da região Sudeste.
	Utilização da expressão "língua padrão" no sentido de "norma culta".
Descrição realística de aspectos da sintaxe e da morfologia flexional do PB.	Oposição dicotômica entre fala (português brasileiro) e escrita (português padrão).

Fonte: O autor, 2015.

Em linhas gerais, digo que a GP descreve a norma culta falada brasileira em contexto informal, embora efetue a homogeneização dessa norma, priorizando os falares do Sudeste urbano. Se, por um lado, a obra gramatiza aspectos morfossintáticos do PB – tais como as mudanças no paradigma dos pronomes pessoais e possessivos, o enfraquecimento do paradigma de flexão verbal, a possibilidade de ausência de concordância verbal e nominal, as novas estratégias de indeterminação do sujeito, as mudanças nas formas verbais de alguns tempos e modos etc. –, por outro lado, opõe dicotomicamente fala e escrita, considerando a primeira enquanto sinônimo de PB e a segunda enquanto o português padrão, purista, castiço. Em suma, apesar dos avanços incontestes no que diz respeito à valorização da modalidade falada do português brasileiro, a GP também contribui, de certa forma, com a manutenção da situação de diglossia, a mitificação do padrão escrito e a valorização da norma *cuRta*, no sentido de Faraco (2008).

4.3 *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, de Marcos Bagno (2012) – GB

4.3.1 Breve descrição da GB

Escrita pelo Prof. Marcos Araújo Bagno, atualmente docente do Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução da Universidade de Brasília (UnB), a GB, nas palavras de seu autor, se presta a "examinar e descrever o funcionamento de uma língua específica, o

português brasileiro contemporâneo" (p. 13). A obra foi finalizada em 2011, mas lançada no mercado em janeiro de 2012, também pela Parábola Editorial, como a GP.

Além de ser a mais recente do conjunto das GBCP[136] e, consequentemente, das três obras que constituem o *corpus* desta tese, a GB também é a mais extensa: precedidas por uma apresentação (*Aviso aos navegantes*) e uma introdução (*Gramática: a quem será que se destina?*), suas cinco principais partes, denominadas "livros", somam cerca de mil páginas (cf. Anexos: Quadro C). O Livro I (*Epistemologia do português brasileiro*), composto de três capítulos (45 páginas), teoriza sobre a noção de língua que fundamenta a obra e, por conseguinte, sobre as noções de língua materna, vernáculo brasileiro e português brasileiro; o Livro II (*História do português brasileiro*), também composto de três capítulos (porém 176 páginas), explica a história da nossa língua, do galego ao brasileiro, a partir de uma abordagem da mudança linguística como processo sociocognitivo, dando destaque à formação do léxico portugalego; o Livro III (*Multimídia do português brasileiro*), composto de dois capítulos (110 páginas), é dedicado à exploração da fonologia e da escrita/ortografia do PB; o Livro IV (*Lexicogramática do português brasileiro*), composto de doze capítulos (532 páginas), se revela o coração da obra, apresentando uma descrição da morfossintaxe do PB; e o Livro V (*Didática do português brasileiro*), composto de dois capítulos (79 páginas), reflete sobre erro e correção gramatical, além de sintetizar as especificidades do PB que precisariam ser ensinadas aos alunos nas aulas de língua materna. Por fim, a GB apresenta uma extensa bibliografia, dois índices remissivos (um de assuntos e outro de nomes) e um índice geral.

Como se pode inferir a partir desse sumário, os princípios teórico-epistemológicos da gramática são desenvolvidos nos Livros I e II, uma vez que são esses que explicitam uma teoria do conhecimento e uma teoria da linguagem que fundamentam os posicionamentos assumidos ao longo da obra. Entretanto, esses dois primeiros livros também contribuem com a descrição do PB, pois neles as reflexões teóricas são fartamente exemplificadas. Por sua vez, os Livros III, IV e V, responsáveis pela proposta descritiva da GB, também favorecem discussões de natureza teórica, pois dialogam com as noções apresentadas nos dois livros anteriores e discutem propostas de descrição da língua filiadas à tradição gramatical ou a pesquisas linguísticas atuais, a fim de acolhê-las ou propor novas análises, categorizações e conceitos.

[136] A rigor, ainda mais recente é a *Gramática de bolso do português brasileiro*, também de autoria do Prof. Marcos Bagno, uma vez que foi lançada pela Parábola Editorial em 2013. No entanto, trata-se de uma versão resumida da GB, de modo que foi excluída do rol das GBCP, conforme justifiquei na Introdução desta tese.

4.3.2 Demandas e propósitos sociais da GB

A gramática em foco afirma se identificar com as outras duas GBCP que têm o epíteto *português brasileiro* no título: a *Gramática do português brasileiro*, de Mário Perini (2010), nomeada GP nesta tese; e a *Nova gramática do português brasileiro*, de Ataliba de Castilho (2010). Sabe-se que essas duas obras consideram a fala para a descrição da língua, rompem com a tradição de vincular o estudo gramatical da língua dos brasileiros à realidade portuguesa (europeia) e se desvencilham de um padrão literário do passado. Isso é o suficiente para a GB afirmar que gramáticas como a GP, por exemplo, "representam uma radical mudança na história das publicações brasileiras" (p. 25), embora não lhe poupe determinadas críticas:

> Em seu livro, Perini se dedica ao exame de importantes construções sintáticas da língua, a algumas classes de palavras e a alguns aspectos da fonologia. Não é, portanto, uma gramática completa, como estamos acostumados a ver. O importante é que ali não encontramos referências ao padrão literário nem comparações entre o português brasileiro e o português europeu. (p. 25)

Por outro lado, tanto a GP quanto Castilho (2010) não apresentam pretensões didático-pedagógicas, de modo que não contribuem diretamente com a formação do professor nem com seu trabalho na sala de aula[137]. A despeito de iluminar e valorizar a língua materna dos brasileiros, tais obras são destinadas fundamentalmente ao público acadêmico-universitário e dialogam apenas tangencialmente com as demandas pedagógicas do professor que atua nas diversas salas de aula brasileiras de língua portuguesa. É essa lacuna que a GB pretende preencher no mercado das GBCP, colaborando mais efetivamente com a reflexão docente sobre a língua e a linguagem em sala de aula. Trata-se, portanto, de uma gramática escrita para o professor brasileiro de língua materna, seu interlocutor em primeira instância. Nas palavras do autor, a GB "tem, primordialmente, no seu horizonte de leitores potenciais, as professoras e professores em formação ou já formados que exercem o magistério no ensino fundamental e/ou médio e na educação de jovens ou adultos, ou que se preparam para essa tarefa" (p. 20).

Reside aí a acepção de "pedagógica" presente no título da GB (*Gramática pedagógica do português brasileiro*) – praticamente o único elemento que o distingue dos títulos das gramáticas de Perini (*Gramática do português brasileiro*) e Castilho (*Nova gramática do português brasileiro*). Essa gramática não toma "pedagógica" no sentido de "escolar", "para

[137] Para discussão sobre as demandas e propósitos sociais da GP, cf. subseção 4.2.2.

uso do aluno", até porque ela parte da premissa de que seus leitores já possuem um conhecimento básico da linguística moderna e têm familiaridade com a doutrina gramatical tradicional[138]. O pedagógico na obra diz respeito a sua intenção de colaborar com a formação do professor, de modo que se assume como a primeira gramática de uma pedagogia do português brasileiro. De acordo com a GB, há uma série de conhecimentos fundamentais, relativos à teoria linguística, aspectos gramaticais do PB e prática docente que a maioria dos professores de português costuma desconhecer, uma vez que tais conhecimentos não seriam trabalhados adequadamente nos cursos de Letras. Caberia a essa gramática, então, minimizar essas lacunas na formação docente.

Não é à toa que reflexões sobre a prática docente perpassam toda a GB, do Livro I ao V. Essa reflexões vêm organizadas em capítulos inteiros ou em espaços específicos para comentários desse teor. Nesse sentido, além de o Livro V apresentar dois capítulos em torno da didática do português brasileiro – um focando a natureza do erro e alguns aspectos do processo de hipercorreção (capítulo 21), e outro sintetizando as formas e construções que (não) devem ser ensinadas aos alunos (capítulo 22) –, há também algumas subseções de caráter eminentemente didático-pedagógico no Livro IV, destinado à descrição morfossintática do PB. É o caso, por exemplo, da *Sugestão para o ensino do "a craseado"* (capítulo 19, p. 874-875), em que a GB propõe um trabalho de pesquisa sobre o fenômeno a partir de textos reais, visando à inferência das regras do acento indicador da crase por parte dos alunos; e das subseções *Sugestão para o ensino de cujo* e *Sobre o ensino dos demais pronomes relativos* (capítulo 20, p. 906-917), em que é recomendado um exame da tradição normativa na lida com esses termos, juntamente com a constituição de um *corpus* para a coleta de dados reais e análise do fenômeno com base nos usos contemporâneos.

Além desses capítulos e subseções norteadas pelo trabalho com a prática docente, a GB também apresenta, ao longo de toda sua extensão, em particular ao final da abordagem de vários fenômenos envolvendo as especificidades gramaticais do PB, caixas de texto tracejadas e sinalizadas por um grande ponto de exclamação (!), contendo reflexões sobre as consequências pedagógicas do assunto abordado e sugestões de mudança/aprimoramento da prática do professor. O quadro a seguir ilustra esse recurso didático recorrente na obra e

[138] A propósito, ao professor que não domina os conceitos básicos da linguística e dos estudos gramaticais, a GB sugere a leitura de algumas gramáticas e manuais de linguística para que a obra possa ser compreendida mais facilmente. Dentre as gramáticas, destaca Azeredo (2008) – a GA analisada há pouco. A GB frisa que a GA não se assenta no terreno da tradição gramatical e que, apesar do título (*Gramática Houaiss da língua portuguesa*), se concentra no que é próprio do português brasileiro. Apresentei algumas controvérsias a essa avaliação na seção 4.1 deste capítulo de tese.

exemplifica seu forte compromisso pedagógico, o qual a caracteriza e a distingue das outras duas gramáticas analisadas nesta tese – a GA e a GP:

Quadro 50 – Sugestões didático-pedagógicas da GB para o ensino-aprendizagem de língua, como síntese de alguns fenômenos linguístico-gramaticais abordados

FENÔMENO ABORDADO	RECOMENDAÇÃO AO PROFESSOR (TRECHOS)
CONCORDÂNCIA COM OS VERBOS APRESENTACIONAIS *SER* E *EXISTIR*	[...] Por isso, como visamos sempre o bem estar de nossas alunas e dos nossos alunos, é importante apresentar a elas e a eles exemplos dessa concordância, como sempre, em textos autênticos, falados e escritos, mais monitorados. Não se trata de condenar as formas sem concordância, mas de mostrar de que maneira elas se distribuem no espectro dos gêneros textuais falados e escritos. Com base no estudo que fizemos aqui, a professora pode explicar as origens da cobrança de uma concordância indevida e até aproveitar a ocasião para desmistificar a tradição gramatical e mostrar que, ao contrário do que muita gente imagina, ela não é portadora da "verdade absoluta" sobre a língua [...] E também é uma boa oportunidade para discutir os valores sociais (positivos e negativos) associados a determinadas regras normativas que, mesmo consideradas "certas", trazem irracionalidades e ilogicidades óbvias. (p. 629)
CONCORDÂNCIA NOMINAL E VERBAL	[...] Por isso, em sala de aula, é imprescindível chamar a atenção dos alunos, principalmente na produção escrita mais monitorada, para as marcas (redundantes, pleonásticas, tautológicas) de concordância que devem ser aplicadas a todos os elementos do sintagma em questão. (p. 707)
MISTURA DE TRATAMENTO (*TU* E *VOCÊ*)	[...] O mais racional e realista é coletar amostras autênticas de língua falada e escrita e observar como, onde e quando ocorrem os índices de pessoa do caso oblíquo e a que sujeito fazem referência. A partir dessa pesquisa, que deve envolver docentes e estudantes, é útil promover uma crítica da abordagem oferecida pelos livros didáticos e sistematizar (num quadro, por exemplo) os usos autênticos encontrados no *corpus*. Se é habitual encomendar trabalhos de pesquisa nas demais disciplinas do currículo escolar, não existe motivo para que eles também não sejam feitos nas aulas de língua. (p. 759)
COLOCAÇÃO DOS CLÍTICOS	[...] é função da educação linguística na escola apresentar aos alunos as outras possibilidades de colocação dos clíticos – a ênclise, outros casos de próclise (ao verbo auxiliar, por exemplo) e até mesmo a mesóclise. Com isso eles estarão enriquecendo seu repertório linguístico e tomando ciência de recursos que, eventualmente, poderão lhes ser úteis. (p. 764)
CLÍTICO *LHE* COMO OBJETO DIRETO	Colega docente, não perca tempo tentando ensinar a seus alunos e às suas alunas que o índice de pessoa oblíquo *lhe* só é usado como objeto indireto. Não é verdade! Ele também é empregado como objeto direto há muito tempo, inclusive por nossos melhores escritores [...] Vamos usar o precioso tempo de sala de aula para coisa mais importante, como a leitura e a escrita, a releitura e a reescrita? (p. 767)
DEMONSTRATIVOS *ESTE* VS. *ESSE*	É perda de tempo tentar inculcar nos aprendizes uma diferença entre *esse* e *este* que não existe mais na língua e que não é rigorosamente seguida nem sequer pelos que produzem gêneros escritos mais monitorados [...] Mais uma vez repetimos: se a função da escola é ensinar o que a pessoa não sabe, cabe, sim, apresentar os demonstrativos com *-st*, mas explicando que, muito tempo atrás na língua, eles só eram aplicados aos objetos próximos da pessoa que fala e que a repartição clássica em três séries de demonstrativos se reduziu – *como na maioria das línguas* – a duas: uma para o que está próximo, outra para o que está distante [...] Uma boa sugestão é coletar textos escritos, por exemplo, em jornais e revistas e ver como se dá ali o uso dos demonstrativos. (p. 795)
POSSESSIVOS	Havendo predominância de dele (e flexões) na língua falada mais espontânea, é tarefa da educação linguística na escola levar os aprendizes a se conscientizar dos usos de seu (e flexões) em textos escritos mais monitorados. Também vale a pena exibir para eles a elegância estilística do uso do artigo em lugar dos possessivos [Ana foi viajar com o marido]. (p. 802)

PREPOSIÇÃO *A*	[...] ainda é preciso, no trabalho de educação linguística, ensinar os empregos da preposição *a* em textos mais monitorados, sem contudo reprimir os usos já consagrados de outras preposições com verbos do tipo *ir*, *vir*, *chegar*, *dirigir-se*, *dar* etc. E, também, ensinar a regra meramente ortográfica do uso do acento indicador de crase. (p. 874)
CONJUNÇÕES E ADVÉRBIOS ADVERSATIVOS	É inadmissível, portanto, a prática que ainda se perpetua entre muitos docentes de aconselhar seus alunos a "evitar a repetição de *mas*" e substituir mecanicamente a conjunção adversativa por seus supostos "equivalentes" *porém*, *contudo*, *todavia*, *no entanto*, *entretanto*... Não existe equivalência alguma, até porque são palavras de classes gramaticais diferentes [...] (p. 892)
RELATIVO *CUJO*	A baixíssima estatística de emprego do *cujo* e sua ocorrência limitada quase exclusivamente a gêneros textuais mais monitorados tornam obrigatório o ensino das construções com esse pronome, uma vez que sua utilização não pode ser aprendida naturalmente, no convívio com a família e com outros membros da comunidade, como acontece com a grande maioria das regras gramaticais que cada indivíduo aprende na infância, ouvindo as outras pessoas falarem. Aprender a usar o pronome *cujo* é aprender, na prática, uma regra "estrangeira", que não pertence ao vernáculo, e quem vai ensinar precisa ter sempre isso na consciência. (p. 905)

Fonte: O autor, 2015.

Portanto, fica claro que o público-alvo da GB é o professor de português da educação básica, seja atuante ou ainda em formação. Esse endereçamento é raro em se tratando da historiografia gramatical luso-brasileira. Talvez, em certo sentido e guardadas as devidas diferenças sócio-históricas, o propósito maior da GB se assemelharia ao do *Methodo grammatical para todas as línguas*, de Amaro de Roboredo (1619), obra que tinha como objetivos a defesa da prioridade do ensino de gramática portuguesa em relação à gramática latina e a crítica ao método jesuítico de ensino, o que a levou ao reconhecimento de usos linguísticos próprios do português de então (cf. Capítulo 3, subseção 3.1.3). De modo análogo, a GB, produto das demandas pedagógicas de nossa época em se tratando do ensino de língua e gramática, faz uma severa crítica à tradição gramatical luso-brasileira e às consequências de se reforçar, em sala de aula, suas prescrições descabidas e seu confuso arsenal categorial e conceitual, ao passo que procura legitimar o ensino dos usos e normas próprios do PB. Em certos momentos, inclusive, a GB argumenta no sentido de que a didática da tradição moderna ainda é a mesma da Idade Média latinizada, o que nos sugere que ainda não nos libertamos do período de espelhamento na gramática latina, algo que já vinha sendo combatido por Roboredo desde o século XVII:

> Essa didática [...] era eficiente na Idade Média e períodos quando o *latim* – única língua estudada de modo programático – já tinha se tornado língua morta e só podia ser aprendido por meio desse tipo de esquematização paradigmática, de dissecação de cadáveres textuais. Infelizmente, quando as línguas vernáculas passaram a ser também objeto de aprendizagem e ensino, o peso da tradição clássica se exerceu sobre a escola, transferindo-se a pedagogia da língua morta para a pedagogia das línguas vivas, dinâmicas. (p. 556)

Diante do intento de propor mudanças paradigmáticas consubstancias na descrição da língua dos brasileiros e no seu ensino, a GB, acertadamente, se apresenta como uma gramática *propositiva* e *militante*: reconhece o português brasileiro como língua plena e autônoma, que deve se orientar por seus próprios princípios de funcionamento e não pela tradição gramatical voltada para o passado do português europeu literário; e defende a plena aceitação de novas regras gramaticais que já pertencem a nossa língua há muito tempo e que, também por isso, devem fazer parte de seu ensino sistemático. Para praticar o que teoriza, emprega conscientemente formas linguísticas próprias do PB, mas que ainda são alvos de preconceito e perseguição purista. "Ninguém se assuste ao topar com construções do tipo *nos grupos que fazemos parte* ou *tem muitos problemas nessa descrição*, ou *tendo transformado ela numa regra*, ou *não se conhece as origens exatas dessas palavras*" (p. 14), adverte a obra, mostrando que seu compromisso político-ideológico de militância, a favor de uma atitude não preconceituosa e de desmistificação de certas ideias linguísticas do senso comum, é muito mais forte que a atuação da GA e da GP nesse ponto.

Vale dizer que essa defesa de uma proposta de gramática capaz de subverter o secularmente posto pela gramatização do português responde às demandas brasileiras da "virada linguística" (cf. Introdução, seção 1.2) e da "educação linguística". Na verdade, a divulgação da educação linguística faz parte da agenda militante do autor da GB – a exemplo de Bagno (2009, p. 155-156). Trata-se de uma proposta de uma pedagogia de língua que favorece a formação cidadã, constituída de três frentes principais:

i) VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: o (re)conhecimento da realidade múltipla, variável, mutante e heterogênea da língua, sujeita aos influxos das ideologias e dos juízos de valor;
ii) REFLEXÃO LINGUÍSTICA: a constituição de um conhecimento sistemático sobre a língua, tomada como objeto de análise e investigação;
iii) LETRAMENTO: o desenvolvimento ininterrupto das habilidades orais e escritas.

Corroborando esses princípios, a GB é construída em consonância com a ideia de que a função primordial da escola é promover o letramento dos alunos por meio das práticas de leitura e escrita, de modo que a reflexão sobre a língua e a linguagem passe a ser feita primordialmente através de atividades epilinguísticas. Isso também significa que o funcionamento dos recursos linguístico-gramaticais deve ser analisado a partir de textos

autênticos falados e escritos, num enfoque semântico-pragmático-discursivo, já que estão em função da produção de sentido na interação social[139].

Dessa forma, decorrente dos compromissos e demandas com a virada linguística e a educação linguística, a obra toma algumas decisões político-ideológicas acerca da língua que gramatiza, o português brasileiro, as quais sistematizo nos pontos a seguir:

a. consideração do PB como língua plena e autônoma, e não como uma variedade do português europeu;
b. aceitação como válido e correto de todo e qualquer uso linguístico que já esteja incorporado ao vernáculo geral brasileiro, falado e escrito;
c. assunção de uma norma urbana culta real, radicalmente distinta da norma-padrão clássica;
d. defesa de um ensino de língua com base nessa norma urbana culta real, de modo a facilitar sua aquisição por aprendizes de diferentes variedades sociolinguísticas.

Essas quatro diretrizes fazem com que a GB não tenha a pretensão de descrever exaustivamente o PB em seus aspectos fonológicos e morfossintáticos. Reconhece, inclusive, que os volumes da *Gramática do português culto falado no Brasil* (em andamento), organizados por Ataliba de Castilho, e a *Nova gramática do português brasileiro*, também do mesmo autor, já tentam cumprir essa tarefa com competência. Por seu caráter pedagógico, propositivo e militante, a GB investe na descrição das regularidades gramaticais que, embora pertençam a praticamente todas as variedade do PB contemporâneo e o individualizem, não são contempladas pela tradição gramatical luso-brasileira ou, quando mencionadas nas gramáticas do PTG, costumam ser censuradas. Nesse sentido, a GB pouco se revela como uma gramática eminentemente descritiva do PB – a exemplo da GP –, mas principalmente como uma gramática descritiva dos principais desacordos morfossintáticas entre o PB e o português clássico prescrito pela tradição. Ou seja, o foco da gramática não é o PB em si mesmo, mas as diferenças entre ele e a norma-padrão do português, a serviço da prática pedagógica do professor nas escolas brasileiras. A GB não seria, assim, "uma descrição exaustiva e detalhada do PB, mas uma exposição daquilo que constitui conhecimentos necessários para um trabalho relevante e construtivo de educação linguística" (p. 21), nos termos da obra.

A análise de qualquer capítulo da obra que aborda a morfossintaxe do PB – Livro IV, capítulos 9 a 20 – ilustra o que estou dizendo: a descrição da língua conduzida pela GB se

[139] Voltarei a esse ponto na próxima subseção (4.3.3), que analisará as concepções teórico-metodológicas da GB.

direciona ao combate à servidão gramatical, à vigilância purista, de modo que o contraste entre usos reais do PB e norma-padrão idealizada é o que conduz os trabalhos. Por exemplo, o capítulo 12, dedicado aos verbos, entre outros fenômenos, aborda:

- a *regência verbal* (itens 12.6 e 12.7) a partir das principais mudanças de transitividade ao longo da história do PB, comparando uma lista de regências tradicionais às regências contemporâneas do português brasileiro falado e escrito;
- a *conjugação verbal* (item 12.8) a partir do contraste entre o paradigma clássico e os paradigmas reais das variedades rurais/rurbanas (de menor prestígio social) e urbanas (de maior prestígio social) do PB;
- as *categorias semânticas do verbo – aspecto, modo, tempo e voz* (item 12.10) – a partir da desconstrução do que é posto secularmente pela tradição, mas que pouco corresponde à realidade do PB;
- os *verbos auxiliares* (item 12.13) a partir de uma perspectiva mais ampla do fenômeno, não se limitando aos verbos *ter* e *haver* nos tempos compostos (*tenho viajado*; *havia chegado*) e *ser* nas construções passivas (*é considerado o melhor*), como feito pela tradição;
- a *concordância verbal* (item 12.18) a partir dos conceitos de redundância, tautologia e gramaticalização, que podem explicar as principais divergências entre as regras de concordância prescritas pela tradição e as regularidades gramaticais observadas no PB falado e escrito.

Portanto, a despeito dos muitos pontos em comum entre as regularidades gramaticais do PB e as regras da norma-padrão do português (inclusive em se tratando dos tópicos listados acima relativos ao *verbo*), os aspectos morfossintáticos em evidência e o modo de abordá-los condizem com a postura militante e propositiva da GB em favor do reconhecimento do PB como língua plena e autônoma. Em linhas gerais, essa obra se revela uma *gramática de contrastes* entre a prescrição tradicional e a descrição real da língua dos brasileiros, focalizada não em sua totalidade, mas sim em seus aspectos essenciais a uma pedagogia de ensino de língua que promova a reflexão crítica sobre os verdadeiros usos linguísticos contemporâneos dos brasileiros cultos e urbanos:

> Aqui a professora e o professor vão encontrar a descrição de aspectos essenciais da gramática do português brasileiro, com vasta exemplificação de usos autênticos contemporâneos, junto com propostas de atividades práticas para levar seus aprendizes a conhecer melhor o funcionamento da língua que falam e escrevem e para se apoderar do que é um *português brasileiro urbano culto* [...] (p. 26)

Em suma, convicta de que as gramáticas prescritivas do português não podem servir de material de estudo e consulta para os professores de língua materna (ou mesmo para os professores de PB como língua estrangeira), a GB pretende dar conta dessa demanda pedagógica advinda com a virada (e a educação) linguística. Nesse contexto, o objetivo maior da obra – explicitado no Livro I, dedicado à apresentação de seu aparato epistemológico – seria justamente o de "contribuir para que os docentes conheçam melhor a sua própria língua, se reconheçam nela e se sirvam dela como seu objeto de trabalho na educação linguística de seus aprendizes" (p. 104). Diferentemente da GA e da GP, a GB é uma gramática do PB destinada diretamente ao professor de língua em atuação ou que irá atuar em diferentes salas de aula do país. O diálogo com o professor é uma constante e as reflexões didático-pedagógicas envolvendo os fenômenos linguísticos em cena abundam ao longo do material. Além disso, ciente da imperiosa necessidade dos brasileiros de um modelo de referência coerente com suas práticas sociais de linguagem que exigem um maior grau de monitoramento estilístico, a GB também pretende favorecer a construção de tal modelo. Para tanto, não propõe uma descrição exaustiva do PB, mas sim a descrição dos aspectos de nossa língua que precisam urgentemente, na visão da obra, ser gramatizados e legitimados na lida diária com a linguagem.

4.3.3 Concepções teóricas e configurações metodológicas da GB

Em linhas gerais, a GB é uma obra bastante heterogênea do ponto de vista teórico-metodológico. Além de não se preocupar em fincar marcos teóricos de partida e se valer de diferentes conjuntos de dados autênticos orais/escritos e mesmo de dados de introspecção, recorre a uma gama de estudos sobre o português brasileiro provenientes de uma série de pesquisas das mais diferentes áreas da linguística contemporânea.

De certo modo, a busca por pesquisas linguísticas que subsidiem as descrições propostas também ocorre em outras gramáticas do século XXI, como na GA (cf. subseção 4.1.3), mas não de modo tão intenso como na GB. Nesse sentido, essa obra também estabelece constante diálogo com outras GBCP, a despeito de possíveis divergências teórico-metodológicas de base. Tal sustentáculo intertextual permite vermos, por exemplo, na abordagem de um mesmo tópico gramatical, a gramática em tela ir do funcionalismo ao gerativismo, tendo antes passado pela abordagem sociocognitiva da gramaticalização e pela linguística da enunciação. Essas múltiplas propostas de descrição são discutidas e abraçadas,

refutadas ou reformuladas em novas análises, categorizações e conceitos, além de legitimarem usos linguísticos costumeiramente marginalizados pela tradição.

A seguir, os quadros 51 e 52 podem ilustrar a intensa heterogeneidade de vozes que ajudam a constituir a GB:

Quadro 51 – Heterogeneidade teórica da GB (diálogo com outras GBCP)

GBCP REFERENCIADAS	**FENÔMENOS ABORDADOS**
Azeredo (2008) – GA	Formas marcadas e não-marcadas, verbos e fenômenos sintáticos correlatos, nominais (substantivos e adjetivos), mostrativos (artigos definidos, pronomes de 3ª pessoa, demonstrativos), quantificadores (numerais, pronomes indefinidos), conjunções, relativos, coordenação e subordinação.
Perini (2010) – GP	Colocação pronominal, advérbios, conjunções, relativos, coordenação e subordinação.
Castilho (2010)	Topicalização, verbos e fenômenos sintáticos correlatos, nominais (substantivos e adjetivos), mostrativos (artigos definidos, pronomes de 3ª pessoa, demonstrativos), quantificadores (numerais, pronomes indefinidos), advérbios, preposições, conjunções, relativos, coordenação e subordinação.
Neves (1999)	Verbos e fenômenos sintáticos correlatos, advérbios, preposições, conjunções, relativos, coordenação e subordinação.
Perini (1995)	Índices de pessoa (pronomes pessoais).

Fonte: O autor, 2015.

Quadro 52 – Heterogeneidade teórica da GB (diálogo com outras obras e pesquisas linguísticas)

FENÔMENOS ABORDADOS	**OBRAS E PESQUISAS LINGUÍSTICAS REFERENCIADAS**
Lexicogramática (morfossintaxe)	Halliday (2004)
Índices de pessoa (pronomes pessoais)	Benveniste (1966), Hagège (1982), Peirce (1980), Weinreich (2006), Fillmore (2003), Omena (2003), Lucca (2005), Paredes Silva (2003), Nascentes (1960)
Pronomes possessivos	Neves (2008)
Sujeito pleno e objeto nulo	Duarte (1989), Tarallo (1993)
Topicalização	Pontes (1987)
Verbos e fenômenos sintáticos correlatos	Ilari & Basso (2008), Tesnière (s/d), Salomão (2005), Borba (1991), Lyons (1968), Mattoso Camara Jr. (1984), Scherre (2005), Camacho (2002), Possenti (s/d)
Nominais (substantivos e adjetivos)	Perini (2006), Camacho, Dall'Aglio-Hattnher & Gonçalves (2008), Negrão, Müller, Nunes-Pemberton & Foltran (2008)
Formas de indeterminação	Bagno (2000)
Advérbios	Castilho, Ilari, Neves & Basso (2008)
Preposições	Carvalho (2001)
Conjunções, relativos, coordenação e subordinação	Carvalho (2001), Módolo (2008), Tarallo (1983), Côrrea (1998)

Fonte: O autor, 2015.

Todas as referências acima foram extraídas exclusivamente do Livro IV da GB, aquele que aborda a morfossintaxe do PB; ou seja, elas não estão situadas nas partes da obra destinadas a discussões teóricas basilares, mas ao longo das apresentações de suas propostas descritivas. A lista certamente aumentaria caso incluíssemos também os livros anteriores ao Livro IV, predominantemente teóricos e conceituais.

É importante dizer que as GBCP que aparecem no Quadro 51, citadas à exaustão na GB, seguem linhas teóricas (e metodológicas) bem distintas: i) Azeredo (2008), gramática analisada neste capítulo de tese (seção 4.1), concilia, de modo mais parcimonioso que a GB, uma gama de noções teóricas e categorias linguísticas que remontam a diferentes áreas da linguística; ii) Perini (2010), a segunda gramática aqui analisada (seção 4.2), orienta-se pelo princípio descritivista da sintaxe simples, sem explicitar nenhuma teoria particular que fundamente sua descrição gramatical; iii) Neves (1999) parte do princípio da multifuncionalidade da linguagem, preocupando-se com o funcionamento das unidades da língua no texto; iv) Castilho (2010) se insere num quadro teórico funcionalista-cognitivista, que vê a gramática como um tipo de sistema linguístico constituído por estruturas cristalizadas ou em processo de cristalização, dispostas nos subsistemas fonológico, morfológico e sintático; e v) Perini (1995) não assume explicitamente nenhuma teoria de partida, mas emprega tacitamente princípios teórico-metodológicos formalistas, em particular de inclinação gerativista. Portanto, trata-se de múltiplos enfoques, alguns indubitavelmente incompatíveis, que acabam sendo tomados, indiretamente ou não, pela GB.

Essa mesma observação vale para as obras e pesquisas arroladas no Quadro 52, em que vemos representados, numa mesma gramática, a semiologia de Charles S. Pierce, a linguística da enunciação de Émile Benveniste, a linguística sistêmico-funcional de Michael K. Halliday, a sociolinguística variacionista de Uriel Weinreich, a sociolinguística paramétrica de Fernando Tarallo, a teoria das valências de Lucien Tesnière, a linguística cognitiva de Margarida Salomão, o estruturalismo de Joaquim Mattoso Camara Jr., a linguística dialetológica de Antenor Nascentes, entre tantas outras áreas e tantos outros nomes, difíceis de serem catalogados em sua completude.

A verdade é que, a fim de legitimar certos aspectos do português brasileiro frente à opressão dos defensores do português clássico, que costumam interditá-los, a GB não se preocupa com essas incompatibilidades teóricas. Vale-se do discurso e dos resultados da ciência linguística sobre o PB, ainda que não represente nenhum paradigma científico (nem de gramatização) em particular. Ou seja, a obra nega o PTG, mas não o substitui efetivamente,

visto que compila resultados das mais diferentes linhas de pesquisa sobre o PB, além de apresentar suas próprias análises, destituídas de um paradigma único de investigação.

Entretanto, a despeito desse ecletismo teórico, há certos princípios epistemológicos que orientam as descrições linguístico-gramaticais da obra. Tais princípios decorrem da discussão minuciosa que é feita acerca da visão de língua(gem) e, nesse particular, do que seria o "português brasileiro", objeto-língua cujas formas e construções que se diferenciam do português europeu a GB descreve, gramatiza e, sobretudo, legitima. Nesse sentido, pode-se dizer que as discussões teóricas de fôlego travadas ao longo dos dois primeiros livros – *Epistemologia do português brasileiro* e *História do português brasileiro* – sustentam, a partir do Livro III, os posicionamentos francamente assumidos no interior do conjunto descritivo proposto. É exatamente essa relação que será explorada nesta subseção a partir de agora, bem como alguns aspectos convergentes e outros controversos que a envolvem.

Antes, abro um parêntese para dizer que a primazia teórica desses dois livros da GB não impede que neles também sejam feitas considerações descritivas sobre o PB e outras línguas não necessariamente portugalegas, românicas ou mesmo indo-europeias, nos âmbitos diacrônico e sincrônico. Aliás, esta é uma característica marcante de todos os livros da GB: a farta exemplificação das teorias, categorias, conceitos e análises sugeridas, por meio de diferentes dados linguísticos. Nesse sentido, a GB também recorre, não raramente, ao expediente de utilizar exemplos de outras línguas para fundamentar o que apresenta em relação ao PB, conforme ilustra o Quadro 53, com o qual fecho o parêntese:

Quadro 53 – Diversidade de línguas utilizadas na GB para exemplificar algum aspecto gramatical

CAP. DA GB	FENÔMENO ABORDADO	LÍNGUAS UTILIZADAS NA EXEMPLIFICAÇÃO	OBJETIVO DOS EXEMPLOS
12	Tempos verbais	Inglês, grego, romeno, albanês, búlgaro, mandarim, quimbundo, suaíli etc.	Relativizar a suposta universalidade dos tempos *passado*, *presente* e *futuro*; mostrar que o valor semântico do tempo futuro é bem mais modal do que propriamente temporal.
13	Gênero e número nos nominais	Inglês antigo, alemão, cabo-verdiano, haitiano, africâner, tâmil, dyirbal, luganda, navajo etc.	Apresentar a simplificação das marcas de *gênero* e *número* em diferentes línguas; ilustrar diferentes maneiras de as línguas atribuírem gênero aos substantivos.
	Concordância nominal	Japonês, suaíli, quimbundo, russo, galego arcaico, português medieval, inglês etc.	Trazer exemplos de que, em algumas línguas, a concordância nominal incide em todos os elementos da sentença, enquanto em outras línguas não incide sobre nenhum.
15	Clíticos e colocação	Inglês, alemão, latim, italiano, francês, pashto, galego etc.	Apresentar diferentes tipos de clíticos para além das formas *ênclise*, *próclise* e *mesóclise*.
	Possessivos e artigos	Francês, italiano, espanhol.	Mostrar a possibilidade de uso do artigo antes dos possessivos em algumas línguas, como o PB.

19	Preposições	Inglês, latim, japonês, híndi, francês, russo, alemão, even, hauçá, chinês.	Apresentar os diferentes funcionamentos das aposições (preposições e posposições).
20	Dequeísmo	Italiano, francês, espanhol.	Mostrar as diferenças entre as principais línguas românicas em relação ao dequeísmo.
	Emprego de *(a)onde*	Francês, italiano, espanhol, inglês.	Comparar algumas línguas em que existe diferença entre os termos *onde* e *aonde* com outras que não existem mais.

Fonte: O autor, 2015.

Retornando à questão sobre o que daria unidade às escolhas teórico-metodológicas de uma obra que se mostra tão favorável à diversidade programática da ciência linguística, reafirmo que são a explicitação e explicação minuciosa da concepção de língua da GB, bem como a compreensão do PB contemporâneo como língua plena e autônoma, sustentáculos de seus princípios epistemológicos. A partir de uma crítica ao que é denominado "platonismo na linguística" (p. 42), primeiramente a obra argumenta que, desde os alexandrinos do século III a.C.[140] até algumas escolas teóricas da linguística do século XX (estruturalismo, gerativismo), o mito da caverna de Platão veio ressurgindo e conduzindo o olhar sobre a língua(gem) no Ocidente. Esse mito fez (e ainda faz) com que se acreditasse numa "língua verdadeira": uma entidade abstrata, do mundo das ideias, etérea, incorruptível, que paira acima de todas as variedades concretas. Assim, toda a língua falada e os demais usos possíveis da língua escrita foram (e ainda são) considerados "prisioneiros da caverna", enquanto essa língua idealizada seria a língua pura e "inteligível somente pelas mentes mais brilhantes e dispostas a abandonar a escuridão" (p. 44).

É a essa concepção secular de língua que a GB vai se opor. De certo modo, essa noção equivale à concepção de *norma-padrão*[141] que perpassou o processo de gramatização massiva renascentista e que ainda impera na nossa tradição gramatical. Como afirma Faraco (2008), língua, na doutrina gramatical greco-romana, é sinônimo de norma-padrão, ou seja, um construto sócio-histórico de referência que garante um processo de uniformização linguística, desaguando na ideologia de que as línguas dos portugueses, brasileiros, moçambicanos, angolanos, cabo-verdianos etc. consistem numa mesma língua.

Ao ir de encontro a essa ideia, a GB opera um forte movimento de ruptura teórico-epistemológica com a história da gramatização do português. Critica a concepção formalista de língua por desconsiderar o sujeito-falante sócio-historicamente situado, dotado de vontade

[140] O papel dos alexandrinos da Antiguidade clássica no surgimento e desenvolvimento da doutrina gramatica tradicional é discutido no Capítulo 2 deste trabalho, mais especificamente na seção 2.2 – *O legado alexandrino da doutrina gramatical*.

[141] A seção 3.5 do Capítulo 3 (*O construto sócio-histórico "norma-padrão" como consequência do processo de gramatização*) é dedicada à reflexão sobre norma-padrão.

política e capacidade de ação e decisão. Nesse ponto, argumenta a partir das ideias de Bakhtin/Volóshinov na conhecida obra *Marxismo e filosofia da linguagem*[142], uma vez que a concepção formalista também desconsidera todo o processo de interação social envolvido na compreensão da linguagem, bem como sua natureza primordialmente discursiva e dialógica. Em resumo, a GB reconhece a contribuição dos semiólogos russos ao pensamento linguístico contemporâneo e nela se fundamenta, de modo a considerar a língua como uma *atividade social*, em que o importante não é o produto-enunciado monolítico, mas sim o *processo-enunciação*, sempre *dialógico*:

> só existe língua onde houver possibilidade de interação social, dialogal. A língua não reside na mente do falante, nem é um sistema abstrato que paira acima das condições sociais. A língua é um trabalho empreendido conjuntamente pelos falantes, é uma atividade social, é enunciação. A enunciação, compreendida como uma réplica do diálogo social, é a unidade de base da língua [...] A natureza da língua é essencialmente dialógica, e isso se reflete nas próprias estruturas linguísticas [...] (p. 58)

Essa noção ampliada de língua permite a obra considerar o *português brasileiro contemporâneo* enquanto uma língua plena e autônoma – e não uma variante do português europeu, como sugerem as (entre)linhas de nossa tradição gramatical. Para a GB, não apenas por especificidades fonológicas e morfológicas o PB se distingue das outras línguas do "portugalego", grupo de línguas que consistem em continuações históricas do galego falado no noroeste da Península Ibérica. Nesse ponto, o critério de classificação das línguas que essa gramática utiliza é diferente do que se faz tradicionalmente nos estudos de linguística histórica[143], uma vez que a obra não se restringe aos aspectos exclusivamente linguísticos, mas inclui também aspectos históricos, geográficos, culturais, identitários etc., que particularizam qualquer idioma nacional. Nesse sentido, "por trás do rótulo genérico língua se esconde um universo multidimensional de saberes, práticas, crenças, histórias, ritos, instrumentos, mecanismos de poder, papéis sociais, tradições culturais" (p. 28), argumenta a GB.

Portanto, embora pertençam ao mesmo grupo de línguas (o portugalego), o português europeu, o galego, os diversos crioulos africanos e asiáticos que resultaram da colonização

---

[142] Bakhtin, M.; Volochínov, V. N. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*: problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

[143] Também diferentemente do que se costuma ler nas obras de filologia e gramática histórica, a GB defende que, do ponto de vista histórico-geográfico, o português *não* veio do latim, mas do *galego*, este sim uma das transformações diretas do latim vulgar. Os argumentos postos são plausíveis e, em suma, mostram que o português é a continuação histórica da língua galega, levada cada vez mais para o sul, à medida que os reis portugueses expandiam seu território (p. 201-253).

portuguesa, o português angolano, o português guineense, o português moçambicano, o português timorense e, claro, o português brasileiro, entre outras, seriam, na perspectiva da GB, línguas maternas hegemônicas e distintas entre si. O PB, em particular, se distinguiria das demais línguas do grupo porque muitas de suas características parecem decorrer, dentre outros fatores, do uso e da transformação do português europeu pelo substrato indígena e pela grande população de escravos africanos trazidos para cá durante o período colonial. A obra também faz questão de marcar a diferença entre os termos *português do Brasil* (usado, por exemplo, na GA) e *português brasileiro*: apenas esse último, de uso amplamente utilizado na pesquisa científica, é capaz de indicar um reconhecimento da especificidade da nossa língua dentro do grupo portugalego e diferenciá-la, por conseguinte, do português europeu:

> O estreito vínculo sociocultural, sociogeográfico e socio-histórico dos falantes com sua língua obriga a considerar que *todo idioma nacional é uma língua plena*, de modo que não há por que classificar o PB e o português europeu como "variedades" de uma "mesma" língua, uma vez que os falantes brasileiros, ao usar sua língua, estão agindo para a (re)criação e fortalecimento de sua própria identidade sociocultural e sociolinguística [...] (p. 77)

Alguns pontos importantes atrelados à defesa da autonomia linguístico-idiomática do português brasileiro contemporâneo são levados à discussão na GB. Por exemplo, o *mito da língua primitiva*, que costuma favorecer a opressão, o massacre e a escravização dos povos, é desmontado. Para a GB, essa discussão é relevante porque, de modo análogo, ajuda a combater a discriminação pela linguagem pautada na ideia de que as pessoas que não têm educação formal e não se valem das formas linguísticas padronizadas e prescritas pela tradição gramatical falam errado e são inferiores.

Outro exemplo é a apresentação da noção laboviana de *vernáculo* enquanto "língua falada mais espontânea, menos monitorada, mais livre de coerções sociais e culturais, empregada em situações distensas, descontraídas" (p. 103). Sinônimo de *língua materna*, o vernáculo seria, para a GB, variável, doméstico, familiar e livre das pressões da língua escrita e dos padrões ditados pela norma prescritiva gramatical imposta pelas instituições sociais, diferenciando-se, assim, da *língua paterna*, essencialmente escrita, ortografizada, normatizada, tomada em sua vertente literária e patrocinada pelo Estado e pela escola.

Um último exemplo, mas não menos importante, é a diferenciação entre *norma-padrão* e *norma culta*, termos recorrentemente confundidos nas gramáticas tradicionais. Para a GB, em síntese, norma-padrão é um conjunto de regras prescritivas, inspirado no uso literário de alguns escritores do passado e na gramática do latim clássico. Além disso, vem atrelada a uma doutrina gramatical pré-científica, baseada nos postulados dos gramáticos da

Antiguidade clássica e, por conseguinte, imune a novas análises teóricas advindas das ciências da linguagem contemporâneas. Por sua vez, a norma culta é o conjunto formado pelas variedades urbanas de prestígio, faladas e escritas por cidadãs e cidadãos com vivência urbana e elevado grau de letramento. É dessa norma culta, objeto e objetivo do ensino de língua na escola, que a GB pretende dar conta em sua descrição.

A esse lastro teórico inaugural (noção de língua como atividade social e de português brasileiro como língua plena e autônoma dos brasileiros), a GB soma outros, também decorrentes de importantes contribuições de diferentes disciplinas da virada linguística: a sociolinguística, a sociologia da linguagem, a linguística da enunciação, os estudos sobre gramaticalização, a teoria dos gêneros, entre outras. Ponto central dessas diferentes áreas é a defesa explícita de que nenhuma língua é um todo homogêneo, um sistema único, mas sim um conjunto de variedades sujeitas a mudanças ininterruptas. Nem sincrônico, nem diacrônico, a língua descrita na GB seria um fenômeno *pancrônico*: "num mesmo tempo-espaço social e cultural convivem formas antigas e formas inovadoras, distribuídas desigualmente pelas diversas comunidades de fala que habitam o país" (p. 77). Em outras palavras, a *variação* e a *mudança* são constitutivas da língua, de modo que sua descrição não pode ser definitiva, pois sua fonologia, sua morfossintaxe, seu léxico etc. sofrem contínuas transformações por parte dos falantes. A GB compreende essas transformações enquanto *processamentos sociocognitivos*, os quais são profundamente discutidos em seu capítulo 4 (Livro II), dedicado à mudança linguística. Uma breve síntese é válida aos propósitos desta subseção.

A obra argumenta que o processamento sociocognitivo da mudança linguística envolve tanto fatores socioculturais, decorrentes das dinâmicas de interação dos indivíduos e das populações de uma dada comunidade, quanto fatores sociocognitivos, derivados do funcionamento do nosso cérebro quando processamos a língua que falamos. Os fatores socioculturais são resultantes da colisão entre *forças centrípetas* – escola, tradição literária, gramatização tradicional, burocracia em geral, sistema jurídico, aparato estatal, instituições religiosas, academias de língua, meios de comunicação, entre outras esferas afetadas pelo uso intenso da escrita institucionalizada – e *forças centrífugas* – variação linguística e contato linguístico decorrentes de emigração, conquista, banimento, colonização, escravidão etc. Nesse sentido, a GB se fundamenta no sociolinguista William Labov[144] para dizer que a mudança não ocorre numa linha reta, em cujos segmentos se processa uma transformação

[144] Labov, W. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

imperceptível, mas sim no resultado da competição entre duas ou mais formas em variação numa mesma época e num mesmo lugar, sendo uma delas vencedora.

Por sua vez, os fatores sociocognitivos da mudança linguística são apresentados na obra em três frentes principais: i) *economia linguística*, que recobre uma variada gama de processos que envolvem a eliminação de aspectos linguísticos redundantes e articulações mais exigentes, bem como o preenchimento de lacunas na gramática da língua, de modo a torná-la mais eficiente como instrumento de interação sociocomunicativa; ii) *gramaticalização*, que consiste na produção de novos recursos gramaticais a partir de (re)processamentos cognitivos por parte dos falantes, como a metáfora, impostos aos recursos gramaticais já existentes; e iii) *analogia*, que regulariza as formas irregulares e menos gerais com base em outras formas, mais regulares e de emprego mais frequente.

Coerentemente com a importância dada à mudança linguística na compreensão da estrutura e funcionamento do PB, o tratamento diacrônico dos fenômenos gramaticais perpassa praticamente todos os capítulos da GB, mas não com o objetivo de buscar abonações na gramática latina na tentativa de sustentar prescrições sincronicamente descabidas, como é de costume na tradição gramatical do português. Longe disso, essa gramática está convicta de que o entendimento das transformações por que passa uma língua ao longo do tempo é indispensável à explicação do que ocorre no aqui e agora dessa língua.

O Quadro 54 exemplifica a face diacrônica da abordagem pancrônica da GB, que analisa uma série de fenômenos gramaticais a partir do ponto de vista da mudança linguística, sobretudo sob o prisma da gramaticalização, com a finalidade de entendê-los em sua dimensão sincrônica:

Quadro 54 – Abordagem diacrônica de alguns fenômenos gramaticais na GB

CAPÍTULO DA GB	FENÔMENO GRAMATICAL	ABORDAGEM DIACRÔNICA
12	Conjugação verbal	Apresenta algumas informações sobre a história das conjugações no latim e nas línguas românticas.
	Verbos auxiliares	Analisa os processos de gramaticalização, já concluídos ou ainda em andamento, dos verbos auxiliares *haver*, *ser*, *estar* e *ir*.
	Gramaticalização de verbos	Explica a gramaticalização de alguns verbos em outras categorias gramaticais: *apesar* (do verbo pesar), *bastante* (antigo particípio do verbo bastar), *devido a* (do particípio passado do verbo dever), *mediante* (do antigo particípio presente do verbo matar), entre outros exemplos.
13	Gênero e número	Apresenta registros diacrônicos do gênero e do número de certos substantivos na história do português, evidenciando mudanças ao longo da história da língua em se tratando dessas duas categorias gramaticais, a fim de compreender o fenômeno no PB contemporâneo.
14	Formas nominais do verbo	Historia formas do particípio latino e de algumas línguas românicas, bem como formas do infinitivo pessoal flexionado do português, sob o crivo da gramaticalização, a fim de justificar a classe dos *verbinominais*.

15	Mesóclise	Mostra que a mesóclise, numa perspectiva histórica, nada mais é do que a ênclise de um oblíquo ao infinitivo verbal (*falar-te hei*, *falar-te hia*), uma vez que os tempos futuro do presente e do pretérito no português clássico resultaram da gramaticalização de locuções verbais do latim vulgar.
	Pronome *você*	Apresenta o processo fonológico, sintático e discursivo de gramaticalização da forma *Vossa Mercê* em *você*.
	Possesivos	Acompanha as mudanças ocorridas com os possessivos no latim vulgar, galego, português clássico e português brasileiro.
16	Demonstrativos, artigos e pronomes de 3ª pessoa	Percorre as etapas da gramaticalização dos elementos dessas categorias, indo do latim ao PB e buscando pontos em comum na sua história, a fim de reivindicar sua pertença a uma mesma classe gramatical, a dos *mostrativos*.
	Pronomes reflexivos	Analisa a gramaticalização dos pronomes reflexivos do latim ao PB, processo que operou algumas mudanças funcionais, como a transformação de elementos indicadores de reciprocidade em indicadores de indeterminação do agente.
18	Advérbios	Apresenta processos de gramaticalização que deram origem a vários advérbios no PB, inclusive àqueles que parecem ser heranças diretas do latim, mas que em sua história mais remota revelam uma possível gramaticalização já no período do latim arcaico.
19	Preposições	Analisa a etimologia e a gramaticalização de algumas preposições para explicar o declínio da preposição *a* no PB.
20	Contração de preposição e artigo	Historia as mudanças linguísticas, do latim ao PB, que resultaram nas formas *num*, *numa*, *nuns*, *numas*.
21	Conjunções	Discute os processos de gramaticalização que deram origem às formas *nem*, *sequer* e *mas*, a fim de recategorizá-las em *advérbios*.

Fonte: O autor, 2015.

O Quadro 54 comprova que a presença do componente histórico nas análises dos fenômenos gramaticais é marcante e singular à GB, em comparação às outras GBCP analisadas neste trabalho. A gramática em tela historia os termos de certas categorias gramaticais, analisa processos de gramaticalização, discute mudanças morfossintáticas, entre outros movimentos registrados acima.

Nesse sentido, também é válido apontar a gama de informações sobre a história de nossa língua, disponibilizada no capítulo 5 – *Do galego ao brasileiro*. Esse título já deixa claro o passeio histórico que a obra realiza: aborda o grupo portugalego no conjunto das línguas românicas, a divisão entre latim clássico e vulgar, as consequências do contato linguístico, a história linguística da península ibérica, a transformação do galego em português, questões que envolvem o substrato indígena e a contribuição africana na formação do PB, as polêmicas novecentistas sobre a língua brasileira, uma série de fatos históricos que explicam a polarização sociolinguística do PB em variedades urbanas de prestígio e variedades rurais e rurbanas, entre outros temas. Direcionamento semelhante se dá no capítulo 9, que historia as classes de palavras do ponto de vista da filosofia clássica (Platão, Aristóteles, Estoicos) e das gramáticas alexandrina e latina. Salta aos olhos, portanto, o

diferencial da obra nesse aspecto, agregando valor teórico às noções de língua e português brasileiro abraçadas no material.

Outro ponto teórico importante à descrição linguística empreendida pela obra e mesmo à sua própria organização em capítulos é a noção de *lexicogramática*. O termo, oriundo dos trabalhos do linguista funcionalista M. K. Halliday, se afina com o conceito de língua apresentado na GB, em que não há lugar para dicotomias como significante e significado, língua e fala, forma e função, palavra e sintaxe, gramática e discurso etc. A lexicogramática, ao recusar esse dualismo que caracteriza não só a linguística formalista, mas também o próprio PTG, defende que léxico e gramática não formam dois estratos diferentes, mas polos extremos de um *continuum*. Prova disso é a possibilidade de formas se moverem do léxico à gramática e vice-versa, como atestam os processos de gramaticalização, costumeiramente focalizados na GB. Assim, pensar a língua por meio desse aparato teórico requer uma análise simultânea e colaborativa das formas e funções gramaticais.

Tenta concretizar essa ideia o Livro IV da GB, intitulado *Lexicogramática do Português Brasileiro*. Esse livro reúne doze capítulos e totaliza 531 páginas, sendo não só a maior parte da gramática, como também sua principal contribuição para a descrição do PB. Nele, a abordagem das classes gramaticais ocorre *pari passu* com a análise de suas respectivas funções sintáticas, uma vez que a obra afirma entender que a gramática de uma língua deve explicar a forma e a função das palavras, e que, na maioria das vezes, a compreensão da forma só se torna possível quando processos sintáticos e de gramaticalização são investigados.

Vê-se que tal procedimento vai na contramão do que acontece nas gramáticas tradicionais do português, em que a morfologia e a sintaxe da língua são apresentadas em partes distintas e, muitas vezes, fechadas em si mesmas. Vale dizer que essa distinção rígida entre morfologia e sintaxe na tradição remete fielmente à NGB de 1959 e repercute na organização dos conhecimentos linguísticos na grande maioria dos livros didáticos e nos programas escolares de língua portuguesa, em que primeiro são apresentadas as classes de palavras para só depois de um ou dois anos serem apresentadas as funções sintáticas que elas podem exercer. A tal modelo pedagógico a GB se opõe severa e explicitamente:

> só podemos reprovar a prática tradicional de ensino, que primeiro apresenta as classes de palavras, isoladamente, para, mais adiante, às vezes até só no ano seguinte, tratar das funções que eles podem exercer no enunciado. Essa prática é frequentíssima nos livros didáticos e só serve para transformar o estudo da gramática num amontoado de conceitos desconexos, de definições isoladas umas das outras, de gavetas autossuficientes, onde o que está dentro de uma parece passar muito bem sem o que está nas outras... Qualquer apresentação didática da noção de

> *substantivo* deveria vir obrigatoriamente articulada com o estudo da noção de *sujeito* [...] (p. 411)

Na prática, a GB realmente realiza uma abordagem seguindo o viés teórico da lexicogramática na maioria das descrições propostas. Por exemplo, no capítulo 15, apresenta os pronomes de 1ª e 2ª pessoa (*índices de 1ª e 2ª pessoa*, na terminologia da GB) ao passo que analisa as possibilidade de funções sintáticas que eles podem exercer: sujeito, objeto direto, objeto indireto e complemento oblíquo. Da mesma forma procede no capítulo 16, com os pronomes de 3ª pessoa (*pronomes de não-pessoa*, na terminologia da GB) e os demonstrativos, apenas somando a função sintática "reflexivo" às demais. No capítulo 18, afirma que o alto grau de multifuncionalidade dos advérbios é indício de que eles são mais função do que classe, tanto que, lembra a gramática, é possível atribuir função adverbial a palavras de diversas classes gramaticais. A propósito, é comum na GB a análise da função orientar a definição de uma classe gramatical ausente na tradição, como acontece, por exemplo, com a categorização dos *quantificadores indefinidos*, no capítulo 17. Com base nas propriedades morfossintáticas e semânticas apresentas em Castilho (2010) para essa categoria, a GB afirma que a quantificação indefinida não é apenas uma "classe gramatical", mas sim uma função que pode ser exercida não só pelos tradicionais pronomes e artigos indefinidos, mas também por uma série de locuções nominais e preposicionais muito usuais, como *a maior parte de*, *até certo ponto*, *de modo nenhum*, *qualquer coisa*, *um tanto de*, *uma porrada de*, entre tantas outras. Outro desdobramento da assunção do ponto de vista teórico-analítico da lexicogramática consiste na integração das abordagens das conjunções e dos relativos (léxico) com a análise dos procedimentos de coordenação e subordinação (gramática), o que acontece no capítulo 20.

Convém dizer que esse tipo de abordagem que conjuga léxico e gramática, forma e função, a despeito de sua originalidade em relação ao PTG e às outras gramáticas aqui em análise (GA e GP), também pode ser encontrado em outras GBCP, sobretudo as de caráter funcionalistas, como a de Castilho (2010), que organiza as classes dos verbos, nomes, advérbios etc. espelhadas na análise dos sintagmas dos quais eles são núcleos – sintagma verbal, sintagma nominal, sintagma adverbial etc.; e a de Neves (1999), que analisa a natureza morfológica de cada classe de palavra seguida da explanação de seu respectivo comportamento sintático.

Outro componente funcionalista utilizado na descrição da língua empreendida pela GB é a trivisão *sintaxe-semântica-pragmática*, que remonta pioneiramente à semiótica de Charles W. Morris (1901-1979). De acordo com a GB, trazer a pragmática para o centro da análise

ampliaria o foco de investigação da língua, introduzindo uma diversidade de elementos que tornam o seu estudo muito mais esclarecedor. Na esteira das abordagens funcionalistas, toma a noção de *discurso* não no sentido sócio-histórico e ideológico de uma análise (crítica) do discurso (cf. ORLANDI, 2005; FAIRCLOUGH, 2001), mas sim no sentido de língua em uso, língua como atividade sociocognitiva e intrinsecamente dialógica, em que a sintaxe, a semântica e a pragmática se combinam para a produção do discurso. Além disso, seriam os usos frequentes e regulares de determinada forma linguística que condicionam as regras gramaticais e vice-versa. Assim, a obra assegura ser de fundamental importância uma "abordagem discursiva" dos fenômenos linguístico-gramaticais: gramática, interação e discurso são apresentados como indissociáveis, na tentativa de os fenômenos gramaticais serem observados e descritos para além de suas dimensões sintáticas, ao contrário do que convém à tradição gramatical. "A simples análise sintática é insuficiente e constitui, de fato, uma forma muito restrita e pobre de explicar a atividade linguística real, autêntica" (p. 484), sentencia a GB.

Essa gramática fornece um claro exemplo do que seria uma análise discursiva (sintática-semântica-pragmática) do PB. Em síntese, a GB compara os enunciados (a) *Eu pedi para ele autografar o meu livro* e (b) *Ela pediu para eu autografar o meu livro*, mostrando que uma análise sintática tradicional do sintagma *o meu livro* nos dois enunciados não é capaz de explicar as diferenças que ocorrem em cada uso. No entanto, alguns aspectos semânticos e pragmáticos que envolvem os verbos *pedir* e *autografar* e os sujeitos *eu*, *ele* e *ela* nos permitem interpretar *o meu livro* em (a) como "o livro que pertence à pessoa que está falando", enquanto em (b) como "o livro escrito pela pessoa que está falando". Afinal, em nossa cultura, é compreensível que escritores autografem livros para outras pessoas.

É importante trazer aqui esse exemplo porque ele me serviu de parâmetro para a identificação dos fenômenos gramaticais descritos na GB a partir de uma "abordagem discursiva", dada a natureza polissêmica da palavra *discurso*. Como já dito, esse termo é entendido na obra como o amálgama da sintaxe, da semântica e da pragmática, de modo que a gramática e o discurso passam a ser dois planos complementares e indissociáveis. Não é à toa que aparecem duas definições de gramática no decorrer do material: gramática como "o conhecimento intuitivo que todo falante tem de seu próprio idioma" (p. 108), indo ao encontro da ideia de que o PB tem suas próprias regularidades gramaticais e prescinde das prescrições que as forças centrípetas insistem em lhe impor; e gramática como "depreensão dos sentidos de um texto e dos mecanismos linguísticos que permitem a produção desses sentidos" (p. 31), casando com a ideia da interface gramática-discurso.

O Quadro 55, a seguir, apresenta alguns fenômenos gramaticais que são abordados na obra a partir dessa perspectiva "discursiva":

Quadro 55 – Abordagem discursiva de alguns fenômenos gramaticais na GB

CAPÍTULO DA GB	FENÔMENO GRAMATICAL	ABORDAGEM DISCURSIVA
4	Organizadores do fluxo discursivo	Gramaticalização de elementos, a serviço da organização do fluxo discursivo, como *nisso*, que indica tempo e lugar na narrativa: *Nós todos estávamos vendo televisão ontem à noite. Nisso, o telefone* tocou.
12	(In)transitividade	Noção de (in)transitividade relacionada ao contexto discursivo do verbo. Verbos transitivos se tornam intransitivos a depender de aspectos culturais e sociocognitivos: *Quem senta, fuma Ø e cheira Ø, vota no Gabeira*; *Fiz sexo oral. com o menino com quem estou ficando. Ele pediu para eu engolir Ø*.
	Voz passiva	Falta de equivalência discursiva quando se deriva a voz passiva da ativa: *Alugam-se salas ≠ Salas são alugadas*. Motivações discursivas para construções passivas, quando não se quer, não se precisa, não se tem condições ou possibilidade de enunciar o agente: *Olinda é uma cidade que já foi assassinada há muito tempo*.
	Verbos-suporte	Versatilidade discursiva justificando a existência dos verbos-suporte (*fazer uma viagem*, *dar um chute*): o uso do diminutivo em *leva a vidinha*, ao invés de *vive*, confere um valor afetivo evidente, permitindo a modalização.
18	Advérbios terminados em *-mente*	Papel muito mais discursivo (pragmático) do que sintático-semântico dos advérbios terminados em *-mente*: serve para organizar o fluxo discursivo (*realmente*), responder de modo afirmativo ao nosso interlocutor (*exatamente*), fazer descrições genéricas dos estados de coisas (*normalmente*, *geralmente*).
	Discursivização de outros advérbios	Caráter multifuncional dos advérbios a serviço da organização do fluxo discursivo. Com base em dados do NURC, a GB analisa discursivamente, com fôlego e consistência, os advérbios *então*, *assim*, *tipo* e *aí*.
21	Discursivização de *onde*	Perda da função lexical e gramatical da palavra *onde*, na fala e na escrita, para funcionar como marcador discursivo que retoma a linha de raciocínio perdida ou preenche uma pausa. Seu emprego revela pouca familiaridade com a escrita monitorada: *Muitos profissionais se recusam a enxergar a língua falada e escrita como meio para comunicação e expressão entre os falantes, onde esses, ao fazerem uso dessa língua, não vão sequer lembrar das terríveis aulas de decoreba.*

Fonte: O autor, 2015.

Esses são exemplos prototípicos de como o "discurso" perpassa a descrição gramatical na GB. A lista é relativamente curta, mas representa o que há de mais evidente na obra. Ou seja, são poucos os exemplos de "abordagem discursiva" para além desses casos. Na verdade, devo dizer que a gramática em análise não se vale de aspectos discursivos/interacionais em momentos que seriam oportunos para tanto. Por exemplo, no estabelecimento de certas categorizações gramaticais, a abordagem considera apenas características estritamente morfossintáticas e, em menor monta, semânticas, como na descrição das propriedades dos *quantificadores indefinidos* (capítulo 17, seção 17.1), em que o destaque é dado à flexão de

gênero e número, ao papel de núcleo ou determinante no SN e ao traço semântico [+/- humano] e [+/- afirmativo]. Ou na lida com a *topicalização*, fenômeno do PB que envolve diretamente aspectos da ordem do discurso (cf. PONTES, 1987), um tratamento efetivamente discursivo passa distante da obra, uma vez que os capítulos 10 (seção 10.10 – *Topicalização*) e 20 (seção 20.6, *Topicalização e relativização*) focalizam as construções resultantes do deslocamento à esquerda dos constituintes topicalizados, o apagamento das preposições em sentenças relativas cortadoras, entre outros aspectos estritamente sintáticos do fenômeno. De certo modo, tudo isso enfraquece a defesa teórica da obra de que "é do discurso que se chega nas regularidades sempre instáveis e provisórias da língua" (p. 20).

Dando continuidade à discussão das noções teóricas que orbitam a concepção de língua da GB, destaco a ideia defendida nos capítulos 8 e 9 de que toda manifestação real da língua se dá na forma de *textos falados ou escritos*, consubstanciados em *gêneros discursivos* mais ou menos estáveis e culturalmente compartilhados. Esse posicionamento teórico, que encaminha certas escolhas metodológicas, responde à crítica que a obra faz ao dogma da frase autossuficiente, seguido a ferro e fogo pela análise sintática tradicional. No Capítulo 2 desta tese (subseção 2.2.2), vimos que a gramática latina operou um desvio na tradução da expressão grega *autotelēs lógos*, que indicava que os elementos da frase apresentavam totalidade sintático-semântica em termos (con)textuais. Assim, foi incorporada ao mundo românico a ideia de que a frase é um objeto completo, que pode ser analisada independentemente do texto em que ocorre, o que a GB rebate severamente:

> A limitação do foco de análise ao ponto final escrito é simplesmente inadmissível – ao menos nos dias de hoje, ao menos nas teorias linguísticas que entendem língua como uma atividade social, desempenhada por seres humanos que interagem entre si [...]
>
> A desconsideração do aspecto *filosófico* contido na expressão *autotelēs lógos* levou ao que podemos chamar de "miséria da sintaxe" [...], ou seja, a limitação da análise linguística à frase, à organização dos elementos na sintaxe, como se ela não tivesse sido falada/escrita por alguém, em algum lugar, num dado momento histórico, num determinado contexto de interação verbal, com vistas a determinados objetivos pragmáticos etc. (p. 423-424)

Nesse contexto, a GB também argumenta a favor de uma visão de fala e escrita não como dois universos textuais distintos, mas sim como modalidades de uso da língua que se interconectam, se influem mutuamente, se mesclam. A única e verdadeira diferença entre fala e escrita, destaca a gramática, são as condições de produção e edição de cada modalidade. A GB diz que devem ser considerados, na análise das duas modalidades, os gêneros textuais orais e escritos e seus usos em sociedade, cada vez mais híbridos e com interpenetrações

profundas em se tratando de escrita e fala. Governa a obra, portanto, a convicção de que fala e escrita são duas modalidades da língua que se interconectam e se influem mutuamente.

Essa visão não dicotômica de fala e escrita abraçada pela GB dialoga explicitamente com os trabalhos de linguística de texto (mais uma área teórica pela qual passeia a obra) do professor Luiz Antônio Marcuschi, a partir da perspectiva sociointeracionista do *continuum* tipológico das práticas sociais de produção textual (MARCUSCHI, 2008). Ressalto que o fato de os gêneros serem considerados do ponto de vista teórico não resulta na utilização da noção de gênero para explicar os fenômenos gramaticais, nem mesmo na diversidade de gêneros textuais como fontes de exemplos, haja vista a presença quase exclusiva dos inquéritos do NURC[145] (em termos de modalidade falada) e de textos da esfera jornalística (em termos de modalidade escrita) constituindo o *corpus* da gramática.

Convém também dizer que o fato de ir de encontro ao binarismo fala-escrita não significa que essa obra acolha o que Lyons (1968, p. 9) chamou de "falácia clássica no estudo da língua(gem)": a confusão feita pelos gramáticos alexandrinos, no século III a.C., entre fala espontânea e escrita literária monitorada, conforme discuti no Capítulo 2 (subseção 2.2.1) desta tese. Ao contrário, a GB se ergue contra a tradição prescritivo-normativa, ao lembrar que foram eles, os alexandrinos, os responsáveis por reconhecerem e avaliarem negativamente as mudanças sofridas pela língua grega, querendo igualar a língua espontânea falada na Alexandria do século III a.C. à língua escrita literária da Atenas do século V a.C. Em suma, a GB nem entende fala e escrita como dois universos distintos, muito menos elege as formas prototípicas da escrita como modelo de correção gramatical. Isso fica evidente já a partir dos dados linguísticos utilizados para a análise do PB, oriundos de textos falados e escritos, não raro presentes na abordagem de um mesmo fenômeno gramatical.

Certamente, um dos pontos fortes e inovadores da GB é essa utilização de um *corpus* oral associado a dados de escrita, selecionados com propósitos descritivos e pedagógicos específicos. Esse procedimento metodológico permite a obra trabalhar, de modo mais propositivo e mesmo eficiente que as outras GBCP, na gramatização do vernáculo brasileiro e na legitimação de uma norma-padrão mais condizente com os nossos usos efetivos.

Na Introdução desta tese, disse que a série *Gramática do português falado*, organizada por Ataliba T. de Castilho (1991-2002), e a Nova *gramática do português brasileiro*, do mesmo autor (2010), se debruçam apenas sobre dados orais do PB; a *Gramática descritiva do*

[145] Os inquéritos do NURC podem ser de três tipos: i) EF: Elocução Formal (aulas, conferências, palestras); ii) DID: Diálogo entre informante e o documentador; iii) D2: Diálogo entre dois informantes (CASTILHO, 1991). Na GB, parecem predominar os dois últimos tipos.

português, de Mário A. Perini (1995), a *Gramática do brasileiro*, de Celso Ferrarezi Júnior & Iara M. Teles (2008) e a GP, analisada na seção 4.2 deste capítulo de tese, embora descrevam o PB em sua oralidade, não apresentam exatamente um *corpus* nem dados autênticos de fala, mas sim dados de introspecção do autor, submetendo as análises ao crivo de sua gramática internalizada; a GA, analisada na seção 4.1, ainda que trabalhe com dados autênticos, não opera com um *corpus* linguístico nem com dados da fala; e o mesmo ocorre com a *Gramática de usos do português*, de Maria Helena de M. Neves (2000), que apresenta um *corpus* constituído exclusivamente de gêneros textuais escritos e mais monitorados, o que não corresponde à realidade vernacular do Brasil.

Por sua vez, na descrição do PB, a GB utiliza tanto parte do *corpus* do Projeto NURC[146], para explicar e exemplificar as regras gramaticais do PB contemporâneo não abonadas pela tradição gramatical do português, quanto dados de língua escrita composto de textos disponíveis na internet e publicados pelas grandes agências de notícias brasileiras ou assinados por profissionais de diversas áreas do conhecimento. Esse último expediente metodológico permite à obra observar determinados fenômenos gramaticais do PB em textos escritos e monitorados, em particular formas inovadoras, resultantes do impacto do vernáculo na escrita dos brasileiros, embora ainda não legitimadas. Portanto, do conjunto de GBCP, se tomarmos uma noção não imanente de língua e avessa à dicotomia fala-escrita, a GB é a mais completa nesse sentido por considerar aspectos de nossa realidade linguística no âmbito de ambas as modalidades de uso da língua e propor a gramatização, a valorização e uma pedagogia desses fenômenos.

Para tanto, em linhas gerais, os passos metodológicos da GB na abordagem de um fenômeno linguístico-gramatical são os seguintes:

i) apresenta o fenômeno levando em conta o tratamento recorrente dado a ele pela tradição gramatical;
ii) traz para discussão estudos linguísticos recentes sobre o fenômeno em foco, citando livros, artigos, resultados de pesquisas, outras GBCP, conforme exemplifiquei nos Quadros 51 e 52;
iii) analisa dados orais do *corpus* do NURC, corroborando empiricamente os resultados desses estudos;

[146] Eis o recorte do *corpus* do Projeto NURC utilizado pela GB: 15 inquéritos do NURC-Rio de Janeiro, 15 inquéritos do NURC-Recife e 15 inquéritos do *Corpus* Compartilhado do Projeto NURC. Esse último agrupamento inclui três inquéritos de cada uma das cinco cidades (Salvador, São Paulo, Porto Alegre, além das duas já mencionadas).

iv) quando oportuno, propõe ajustes categoriais e conceituais, em se tratando da descrição do fenômeno, e sugestões didático-pedagógicas do tratamento da questão em sala de aula;

v) exemplifica também com dados escritos selecionados da internet ou da mídia impressa, provando que tais aspectos linguístico-gramaticais do vernáculo do PB também podem ser encontrados em textos escritos do PB contemporâneo mais monitorados.

Posso ilustrar o que digo comentando a abordagem que é feita dos demonstrativos (capítulo 16, seção 16.4). Em síntese, a GB apresenta os seguintes encaminhamentos, os quais podem ser comparados aos passos supracitados:

i) apresenta a clássica distribuição tripartite dos demonstrativos portugueses (*este/esta/isto*, *esse/essa/isso*, *aquele/aquela/aquilo*), citando trechos de Bechara (1999) e Cunha & Cintra (1985), duas importantes gramáticas do PTG;

ii) apresenta a análise pragmático-discursiva e diacrônica da GA, coerente com a realidade dos usos dos demonstrativos no PB (perda de distinção entre *este/esse* compensada com *esse aqui* e *esse aí*);

iii) analisa o *corpus* do NURC, mostrando a evidente preferência dos falantes do PB pelo demonstrativo *esse* e correlatos, em detrimento de *este*;

iv) aconselha o professor a não tentar inculcar nos aprendizes uma diferença entre *este/esse*, já que não existe mais.

v) exemplifica a indiferença entre *este* e *esse* com exemplos extraídos de uma revista de bordo, que se vale de uma escrita mais monitorada.

Esses cinco passos, com pequenos ajustes, se repetem mais adiante no tratamento dos pronomes de não-pessoa, da reflexividade agramatical, da construção *preposição + se + infinitivo*, entre outros fenômenos apresentados neste e noutros capítulos.

Ainda no quesito *corpus* e dados linguísticos utilizados na GB, duas observações são dignas de nota. A primeira é que a gramática em foco, assim como a GA e a GP, também constrói artificialmente sentenças (a)gramaticais para servir de exemplos. Entretanto, esse procedimento metodológico, de menor monta em comparação às duas outras obras, não invalida a descrição da realidade linguística dos brasileiros feita pela GB, nem mesmo afeta o viés pragmático que se tenta empreender em algumas abordagens. Isso porque tais dados de introspecção costumam aparecer em ocasiões pontuais e sempre a serviço de algum percurso argumentativo em desenvolvimento, não vinculado exatamente à exemplificação de aspectos morfossintáticos do PB. Por exemplo, sentenças são construídas pelo autor para exemplificar as ordens sintáticas CSV e VCS (p. 455), introduzir o conceito de *proforma* (p. 461),

contrastar o paradigma de flexão verbal do inglês com o do PB (p. 563-564), entre outros casos não relacionados diretamente à descrição da língua.

A segunda observação é que a GB, na contramão do PTG, diz não se valer de citações literárias no seu percurso de gramatização. Justifica essa escolha lembrando que "o objetivo da educação linguística não é formar grandes escritores, mas sim cidadãos usuários competentes da língua escrita para fins sociais, culturais, profissionais" (p. 499). É possível que essa exclusão do domínio literário dos dados da GB resulte sobretudo de uma postura político-ideológica em tentar se afastar da costumeira ancoragem tradicional da norma-padrão na literatura. Mesmo assim, o argumento colocado pela obra não justifica a negação da literatura das referências do PB que pretende descrever, até porque a modalidade escrita da língua também é objeto dessa gramática. Tal exclusão acaba soando como se a literatura também não contribuísse para a formação de usuários competentes da escrita brasileira, o que na minha compreensão está longe de ser verdade.

Entretanto, a despeito dessa decisão, citações do cancioneiro popular brasileiro são feitas na obra. Versos de Chico Buarque (p. 568, 571, 577, 756), Edu Lobo e Capinam (p. 578), Chico César (p. 578, 725, 756) e mais outros poucos são apresentados sobretudo para abonar algum uso condenado pelo normativismo mas presente nos mais diversos estratos sociolinguísticos do país. Vez por outra, aparecem até mesmo citações literárias, mas ironicamente utilizadas às avessas em relação à tradição gramatical: funcionam como evidências de que alguns fenômenos gramaticais próprios da morfossintaxe do PB resultam de forças conservadoras atuando na língua, e não da degeneração ou corrupção linguística, haja vista sua presença em diferentes clássicos da literatura brasileira e portuguesa. Nesse sentido, a GB convoca Machado de Assis para abonar o uso do pretérito perfeito composto no lugar do mais-que-perfeito (p. 579); Luís de Camões para abonar o uso da preposição *em* regendo o verbo *ir* e outros verbos (p. 620, 869); Pe. Manuel Bernardes, Pe. Antônio Vieira, Alexandre Herculano e mais uma vez Camões para exemplificar variações de concordância verbal típicas do PB contemporâneo (p. 650, 653); Eça de Queirós e novamente Machado e Camões para legitimar a flexão da palavra *meio* quando atua como advérbio (p. 672); Visconde de Taunay para abonar a construção *para mim + infinitivo* (p. 729), entre outros baluartes do cânone literário luso-brasileiro.

Outro ponto importante em se tratando do tratamento dos dados da GB, é a negação da associação de fala à informalidade e escrita à formalidade, equiparações que, de certo modo, também se originaram com os primeiros gramáticos e perduram até hoje na tradição gramatical. Nesse sentido, a GB atua de maneira diferente da GA, que tende a relacionar

características morfossintáticas do PB a contextos orais e informais, em contraposição a um português padrão, formal e escrito (cf. subseção 4.1.5, Quadros 32 e 33). Esse tipo de associação "leva a crer, enganosamente, que não existe uma *variedade culta informal escrita* nem uma *variedade culta formal falada*, o que é uma rematada inverdade" (p. 350), assevera a GB. Por essa razão, essa obra, sempre que oportuno, apresenta exemplos autênticos de escrita monitorada, normalmente extraídos da grande mídia, impressa ou virtual, para mostrar que muitas das construções do PB que costumam ser julgadas pela tradição como próprias da fala informal também comparecem em textos escritos formais quando se trata de gêneros mais monitorados. Dentre tais construções, encontram-se a colocação dos oblíquos proclíticos ao particípio passado (*teria se recusado*, capítulo 15), a não concordância nas tradicionalmente chamadas "passivas sintéticas" (*procura-se intérpretes*, capítulo 16), as estratégias relativas cortadoras (*o tempo cristão mais antigo Ø que se tinha notícia*, capítulo 20) e tantas outras.

Por outro lado, o fato de a obra analisar os fenômenos linguísticos do PB a partir de exemplos colhidos de textos autênticos falados e escritos não significa que os níveis de descrição gramatical se ampliem necessariamente para além dos níveis fonológico, morfossintático e lexical. É verdade que a dimensão textual dessas unidades linguísticas costuma ser considerada em algumas abordagens, a exemplo da reanálise da "passiva sintética" (capítulo 16, seção 16.6), em que são apresentados os problemas de coesão e coerência textuais decorrentes da flexão do verbo no plural prescrita pela tradição. Todavia, exemplos como esses são poucos e o foco da gramática reside mesmo no fone/fonema, na palavra/sintagma ou na sentença/período, de modo semelhante, nesse ponto, ao PTG.

Em suma, embora aspectos textuais-discursivos sejam levados em conta na descrição e explicação dos fenômenos gramaticais, a GB ainda é uma gramática da palavra e da frase, e não do texto e do discurso. A rigor, motivações textuais e discursivas podem ser vistas até no nível da fonologia, o que não significa que o texto e o discurso estão sendo tomados como unidades da gramática, como é o caso da obra em análise.

Por fim, outro aspecto importante do quadro teórico-epistemológico montado pela GB é o tratamento que a obra dá à noção de *erro de português*. Segundo Faraco (2008), a gramática tradicional considera "erro" tudo o que se afasta da norma-padrão, incluindo inovações coerentes e consolidadas. Entretanto, para a linguística contemporânea, se um enunciado é previsto por uma norma (uma norma linguística), não se pode condená-lo como erro com base na organização estrutural de outra norma (a norma-padrão).

Em consonância com essa concepção, a GB aborda os "erros morfossintáticos" como resultados de um processo de mudança linguística em curso. Por exemplo, a substituição de

formas sintéticas por formas analíticas é uma tendência do PB, como demonstrado na análise que a gramática faz dos encaixes sintáticos com pronomes relativos (p. 899-905), o que não significa que quem utiliza uma relativa cortadora ou copiadora (por sinal, a maioria dos brasileiros) esteja cometendo um erro[147]. Em vários usos como esses, distantes do padrão tradicional, os falantes estariam apenas levando adiante os processos analíticos que podem vir a se transformar um dia nas formas padronizadas e prestigiadas, racionaliza a obra.

Fazendo jus a seu caráter propositivo, a GB recomenda aos professores que se substitua a noção de "erro" por "tentativa de acerto", pedagogicamente mais proveitosa. É possível obter um efeito significativo ao trocar um termo de conteúdo negativo por um de conteúdo positivo, defende a obra. Reconhece, porém, o que chama de *dupla face do erro*, se posicionando no entremeio do fenômeno:

> para o linguista profissional, o erro não existe, pois toda e qualquer manifestação linguística segue regras gramaticais facilmente demonstráveis; para a maioria das pessoas, no entanto, o erro existe e é preciso combatê-lo até mesmo por causa de uma boa intenção da parte de seus detratores: ensinar a língua "certa" a quem fala "errado" é um modo de garantir a inserção da pessoa na cultura letrada. (p. 935)

Para a GB, o professor deve considerar tanto o ponto de vista científico quanto o do senso comum acerca do "erro", a fim de favorecer a reflexão crítica sobre a realidade linguístico-social e ajudar na elaboração de políticas que auxiliem na constituição de um ensino verdadeiramente democrático e formador de cidadãos. Por isso, a obra não ignora a noção de erro comum às elites, que o situam no domínio de tudo aquilo que não pertence às variedades urbanas de prestígio:

> enquanto uma forma inovadora não percorrer todo o caminho ascendente rumo ao topo da pirâmide das classes socioeconômicas e, sobretudo, ainda não estiver chancelada pelas "autoridades" da língua (gramáticos, dicionaristas, Academia Brasileira de Letras), ela será vista como erro, tratada como erro e repudiada como erro. (p. 952)

Portanto, de acordo com a obra em tela, há erros mais errados do que outros. Por exemplo, ainda que as construções *Nós pega os peixe* e *Onde fica as leis?* apresentem a forma verbal no singular contrariando as regras da gramática normativa, a segunda construção já faz parte das regularidades da fala dos brasileiros mais letrados, passando desapercebida até pelos

[147] Como testemunho de que esse "erro" sintático realmente reside num indício de mudança em processamento na cognição de todos os brasileiros, independentemente de nível de escolaridade, região, classe social ou outra variável sociolinguística, trago aqui a seguinte observação. Em recente apresentação no Teatro Guararapes, no Centro de Convenções de Pernambuco (16/01/2013), a cantora Marisa Monte, ao apresentar um dos músicos da sua banda, utilizou a relativa copiadora "No violoncelo, ele, que a mulher dele teve neném ontem, Marcus Ribeiro!", em detrimento à estrutura padrão e anacrônica com o relativo cujo (*ele, cuja mulher teve neném ontem*).

olhos e ouvidos mais atentos. Esse ponto de vista, a meu ver coerente, vai repercutir nas escolhas dos aspectos morfossintáticos que serão gramatizados na obra e legitimados para usos em contextos linguísticos menos ou mais monitorados, conforme apresentarei na subseção 4.3.5. Também vai refletir nas notas didático-pedagógicas destinadas aos professores (cf. Quadro 50, subseção 4.3.2) e nos conteúdos elencados no capítulo 22 – *O que (não) ensinar na escola*. Em tais momentos, a obra prioriza as sugestões didáticas que levam em conta as formas padrão que, embora não pertençam ao vernáculo brasileiro, são consideradas de prestígio e ainda empregadas em gêneros de fala e escrita mais monitorados. Por exemplo, a construção *para eu + infinitivo*, o relativo *cujo*, a não flexão em gênero do advérbio *menos*, entre outros fenômenos que, apesar de amplamente difundidos no PB, inclusive entre falantes considerados "cultos", são tomados como critérios para a avaliação negativa de quem os emprega, razão pela qual seu ensino explícito aos alunos acaba sendo necessário aos propósitos da educação linguística.

À guisa de síntese da subseção, que apresentou e discutiu os resultados da análise das concepções teóricas e das configurações metodológicas da GB, segue o Quadro 56:

Quadro 56 – Concepções teóricas e configurações metodológicas da GB na relação com o PTG

MOVIMENTOS DE RUPTURA
Heterogeneidade teórica baseada em outras GBCP e em obras e pesquisas de diversas áreas da linguística, por vezes incompatíveis entre si.
Afastamento da concepção formalista de língua, em favor da noção de língua enquanto atividade social.
Consideração da variação e mudança linguística como constitutivas da língua.
Abordagem pancrônica da língua, sobretudo sobre o prisma da gramaticalização.
Consideração do PB contemporâneo como uma língua plena e autônoma, e não uma variante do português europeu.
Diferenciação entre norma-padrão e norma culta, bem como gramatização de um padrão mais condizente com os usos reais dos brasileiros.
Descrição morfossintática da língua sob o crivo funcionalista da lexicogramática (forma e função).
Abordagem discursiva (sintático-semântico-pragmática) de alguns poucos fenômenos gramaticais.
Defesa de que toda manifestação real da língua se dá na forma de textos distribuídos no *continuum* fala-escrita dos gêneros.
Utilização de um *corpus* oral associado a dados de escrita, o que permite observar aspectos gramaticais do vernáculo também presentes em textos escritos mais monitorados.
Uso da seguinte metodologia na abordagem de um fenômeno linguístico-gramatical: i) apresentação do fenômeno levando em conta o tratamento dado pela tradição gramatical; ii) apresentação de estudos linguísticos recentes sobre o fenômeno em foco; iii) análise de dados orais do corpus do NURC; iv) ajustes em categorias e conceitos, bem como sugestões didático-pedagógicas; v) exemplificação a partir de dados escritos.
Ausência de dados do domínio da literatura na abonação de prescrições e exemplificação de descrições.
Negação das relações de equivalência entre: fala e informalidade; escrita e formalidade.
Concepção de "erro linguístico" como processo de mudança em curso.
Comparação entre a estrutura e o funcionamento do PB e a estrutura e o funcionamento de outras línguas.

LINHAS DE CONTINUIDADE
Ênfase nos aspectos morfossintáticos dos fenômenos gramaticais em detrimento dos aspectos textuais e discursivos.
Reconhecimento do fone/fonema, palavra/sintagma e sentença/período como unidades gramaticais, em detrimento de unidades maiores como o texto, o gênero, o discurso, a interação.
Utilização de dados de introspecção, ainda que raramente e sem estritas finalidades descritivas.
Consideração de que há erros "mais errados" que outros, na medida que caracterizam falantes de variedades estigmatizadas.

É certo que os movimentos de ruptura aqui sumariados são de maior alcance que na GA e na GP. Entretanto, isso não significa que esse conjunto de mudanças esteja isento de críticas, como creio ter deixado claro ao longo desta seção.

4.3.4 Arcabouço descritivo, categorial e conceitual da GB

De maneira coerente ao entendimento da mudança linguística como processo constante, ininterrupto e incontornável a toda e qualquer língua, a GB, assim como a GP, defende que a gramática de uma língua é sempre emergente e inconclusa, de modo que sua descrição será sempre provisória. "As categorias, as unidades descritivas, as classes gramaticais etc. não são estáveis e passam o tempo todo por processos de gramaticalização" (p. 76), assevera a obra. Essa postura teórica tende a negar com veemência a NGB e tudo o que ela representa ao estabelecer um arcabouço oficial pretensamente infalível para os estudos gramaticais[148], pois é sabido que tal arcabouço é calcado no prescritivismo de uma norma ideal/irreal, em categorias gramaticais nascidas do rigor da lógica clássica e dos silogismos aristotélicos, e em explicações ajustáveis ao grego homérico, ao latim clássico e, posteriormente, ao português lusitano.

Diante disso, a GB não poupa críticas à NGB. No capítulo 11 (item 11.1) e em outros capítulos, denuncia o atraso, a não-cientificidade e alguns problemas teóricos do documento oficial de mais de meio século. Por exemplo, lembra que a NGB naturaliza a existência das flexões de grau e gênero, embora a linguística contemporânea veja na primeira um absurdo teórico e ponha em xeque alguns aspectos que envolvem a segunda (cf. GONÇALVES, 2011). Isso justifica a liberdade da GB "para classificar os fenômenos linguísticos de maneira às vezes radicalmente diferente das classificações tradicionais" (p. 344). A obra defende, então, não haver uma classificação mais certa ou mais próxima da verdade, e sim argumentos coerentes que justifiquem a adoção de uma classificação em lugar de outras. As múltiplas

[148] Discussões sobre as consequências da uniformização da terminologia gramatical com o advento da NGB podem ser vistas no Capítulo 3 da tese, em particular na subseção 3.4.2.

referências aos estudos linguísticos atuais, mostradas na subseção anterior, também favorecem os movimentos de ruptura da GB com o arcabouço descritivo, categorial e conceitual da tradição, uma vez que a linguística contemporânea, em todas as suas áreas de investigação, costuma se valer de outros procedimentos de análise e de outro acervo terminológico.

Entretanto, apesar de todo o discurso antagônico ao arcabouço tradicional, fica evidente a impossibilidade dessa obra de se esquivar de boa parte da terminologia greco-latina ao longo de suas propostas descritivas. Isso porque, além dos flagrantes casos de continuidade terminológica com a tradição (*substantivo*, *adjetivo*, *verbo*, *advérbio*, *preposição*, *conjunção*, *possessivo*, *demonstrativo*, *modo indicativo*/*subjuntivo*/*imperativo*, *voz*, *concordância nominal*/*verbal*, *regência verbal*, *colocação pronominal*, *sujeito*, *objeto direto*/*indireto* etc.), a natureza propositiva e pedagógica da GB oportuniza a presença de uma série de termos que, embora contraditos e sobrepostos, ajudam a constituir o novo acervo terminológico proposto. Nesses casos, a negação de termos e expressões como *artigo*, *pronome*, *3ª pessoa*, *grau*, *numeral*, *interjeição*, entre outros, também evocam a continuidade discursiva dessa obra com a tradição gramatical. Por isso, ao contrário do que propus nas análises das outras duas GBCP[149], tornou-se inoperante aqui a construção de quadros que demonstrassem exatamente quais termos da NGB são mantidos e quais termos da NGB são ignorados na descrição morfossintática da obra.

Portanto, valendo-se da teoria dialógica da linguagem de Bakhtin/Volochínov (1992), posso dizer que o conjunto terminológico da GB não é autossuficiente nem indiferente à gramática tradicional; mesmo a negando, a reflete, repleto que é de seus ecos. Uma nova terminologia, apresentada pela GB, se constitui como resposta à terminologia tradicional dentro da arena discursiva da gramatização, de modo que a refuta, a completa, a supõe conhecida. Em suma, as linhas de continuidade acabam não sendo apagadas, embora esgarçadas pelos movimentos incontestes de ruptura. As análises que apresento a seguir argumentam nesse sentido.

O arcabouço descritivo da GB fundamenta-se em alguns conceitos de aplicação universal, para além dos limites do PB. É importante apresentarmos algumas dessas novas configurações erigidas e desenvolvidas na obra, as quais, inegavelmente, ventilam novas perspectivas analítico-descritivas para a gramatização contemporânea. Além da *gramaticalização*, já apresentada quando da análise das bases teóricas e configurações

[149] cf. Quadros 27, 29, 39 e 40, nos itens 3.1.4 e 3.2.4 deste capítulo.

metodológicas (subseção 4.3.3), as noções de *sintagma* e *paradigma*, *dêixis* e *anáfora*, *proforma* e *formas marcadas* e *não-marcadas* habitam o percurso descritivo da obra. Apresentar uma breve síntese de cada uma é relevante à compreensão do arcabouço em análise.

A gênese e a produtividade descritiva do par *sintagma-paradigma* remontam aos estudos linguísticos de base estruturalista. Assim como nas outras GBCP analisadas nesta tese (GA e GP), é importante à análise morfossintática encabeçada pela GB a noção de sintagma enquanto constituinte de uma sentença, formado por um núcleo em torno do qual se colocam elementos à esquerda e à direita. Sua qualificação remete à classe do elemento que compõe o seu núcleo, de modo que o núcleo do sintagma verbal é um verbo, do sintagma nominal é um substantivo, do sintagma adjetival é um adjetivo, do sintagma adverbial é um advérbio e do sintagma preposicional é uma preposição. Porém, só aos três primeiros a GB dedica espaço relevante, em particular nos capítulos 12 (sintagma verbal) e 13 (sintagmas nominal e adjetival), provavelmente porque, na visão da obra, é o estudo desses sintagmas que vão servir ao "bom entendimento das regras de concordância" (p. 450). Por sua vez, o paradigma é visto na gramática como um conjunto de formas virtuais que podem ser selecionadas para ocupar um lugar real no sintagma, de modo que a noção ajuda a explicar os sistemas de flexão da língua nas variações estigmatizadas e de prestígio, o processo de eliminação da morfologia verbal do PB, o abandono de sua concordância redundante, entre outros fenômenos.

Outro par importante à descrição morfossintática do PB na GB é a *dêixis* e a *anáfora*, apresentadas no capítulo 10 (seção 10.6) de modo coerente com a abordagem sintático-semântico-pragmática que se defende na obra (cf. subseção 4.3.3 deste capítulo de tese). Uma gramática que se restringe à frase imanente não consegue explicar a remissão que as palavras fazem ao que está fora do texto (dêixis) e mesmo ao que está dentro do texto mas para além dos limites da sentença (anáfora/catáfora), o que não é o caso, ao menos em proposta teórica, da GB. Acaba sendo importante na obra a distinção entre dêixis e anáfora, à medida que ela serve para diferenciar a classe dos *índices pessoais* (expressão tomada da linguística da enunciação para nomear os dêiticos de 1ª e 2ª pessoa) da classe dos *mostrativos* (*ele*, *ela* e correlatos da não-pessoa), minando o tradicional agrupamento dos pronomes pessoais do caso reto, categoria ausente na GB. Não se justifica classificar *ele*, *ela* e derivados em pronome pessoal, "já que não indica nenhuma das pessoas que efetivamente participam da interlocução" (p. 458), argumenta a gramática.

A noção de *proforma*, ancorada nos estudos enunciativos de Émile Benveniste, também contribui para a recategorização dos pronomes de 3ª pessoa na GB. No capítulo 10, a

gramática alerta para o equívoco da tradição em dizer que o pronome é o termo que substitui o nome, já que também pode substituir um sintagma nominal (*Me dê seu endereço residencial, preciso dele para te enviar o DVD*) ou mesmo uma sentença (*Não se pode confiar no Everaldo, quando é que você vai aceitar isso*). Diante disso, defende a obra que o que se entende por *pronome* na verdade é uma *função* e não *classe*: pronomes, assim como *proadvérbios*, *proadjetivos*, *proverbos* e *prossentenças*, são *proformas*, ou seja, unidades que, independentemente da classe (*verbos*, *advérbios*, *adjetivos*, *interrogativos*), são capazes de exercer uma retomada anafórica. Nesse ponto, a *Gramática descritiva do português*, de Mário A. Perini (1995), já propunha o abandono da classe tradicional dos pronomes e sua substituição por diversas categorias, como faz a GB.

Outra distinção advinda da linguística (também presente na sociologia, na antropologia e nos estudos culturais) e importante ao arcabouço descritivo da GB é a oposição *formas marcadas* e *formas não-marcadas*. A GB dela se vale quando compara certos pares de termos: o não-marcado será o de uso mais amplo e dominante, enquanto o marcado, o de uso mais restrito e limitado. Por exemplo, o presente é o tempo verbal não-marcado, enquanto o passado e o futuro, os tempos marcados, refletindo assim na morfologia da língua: o presente, ao contrário do passado e do futuro, não tem desinências próprias de tempo. Em síntese, "o elemento marcado exibe algum aspecto formal que está ausente no elemento não-marcado" (p. 477), de modo que, além do tempo presente, o modo indicativo, a voz ativa, a não-pessoa do singular, o gênero masculino, o número singular, as sentenças declarativas e afirmativas, a ordem SVC, entre outros aspectos são apresentados na GB como formas não marcadas, razão pela qual a *marca* se revela propriedade imprescindível à descrição do PB nessa gramática.

A operacionalização de conceitos como esses acima – *gramaticalização*, *sintagma* e *paradigma*, *dêixis* e *anáfora*, *proforma* e *formas marcadas* e *não-marcadas* – atravessa o Livro IV da obra, contribuindo com a descrição lexicogramática do PB. Essa descrição se pauta numa nova configuração das *classes gramaticais*, ponto de partida da descrição formal e funcional da língua na GB. Tais classes nada mais são do que uma reelaboração das partes do discurso (*mere lógos*), nos termos da filosofia grega e da gramática alexandrina; das partes da oração (*partis orationis*) na terminologia latina; e, mais recentemente, das *classes de palavras* na tradição luso-brasileira. Se colocarmos lado a lado tais conjuntos classificatórios, as semelhanças nos saltam aos olhos, como ilustra o Quadro 57:

Quadro 57 – Das *partes do discurso* grega às *classes gramaticais* do português brasileiro

<table>
<tr><th colspan="4">PARTES DO DISCURSO</th><th rowspan="2">PARTES DA ORAÇÃO (GRAMÁTICA LATINA)</th><th rowspan="2">CLASSES DE PALAVRAS (NGB)</th><th rowspan="2">CLASSES GRAMATICAIS (GB)</th></tr>
<tr><th>PLATÃO</th><th>ARISTÓTELES</th><th>ESTOICOS</th><th>ALEXANDRINOS</th></tr>
<tr><td rowspan="3">nome [ónoma]</td><td rowspan="3">nome [ónoma]</td><td>nome próprio [ónoma]</td><td rowspan="3">nome [ónoma]</td><td rowspan="3">nome [nōmen]</td><td>substantivo</td><td rowspan="3">nome</td></tr>
<tr><td rowspan="2">nome comum [prossegoria]</td><td>adjetivo</td></tr>
<tr><td>numeral</td></tr>
<tr><td rowspan="3">verbo [rhêma]</td><td rowspan="3">verbo [rhêma]</td><td rowspan="2">verbo [rhêma]</td><td>particípio [metoché]</td><td>particípio [participium]</td><td rowspan="2">verbo</td><td>verbinominal</td></tr>
<tr><td>verbo [rhêma]</td><td>verbo [verbum]</td><td>verbo</td></tr>
<tr><td>advérbio [mesótes]</td><td>advérbio [epírrhema]</td><td>advérbio [adverbium]</td><td>advérbio</td><td>advérbio</td></tr>
<tr><td rowspan="5"></td><td rowspan="5">conjunção [sýndesmos]</td><td>conjunção [sýndesmos]</td><td>conjunção [sýndesmos]</td><td>conjunção [conjunctiō]</td><td>conjunção</td><td>conjunção</td></tr>
<tr><td>preposição [próthesis]</td><td>preposição [próthesis]</td><td>preposição [praepositiō]</td><td>preposição</td><td>preposição</td></tr>
<tr><td>pronome [antonymía]</td><td>pronome [antonymía]</td><td>pronome [prōnōmen]</td><td rowspan="2">pronome</td><td>índice pessoal</td></tr>
<tr><td rowspan="2">artigo [árthron]</td><td rowspan="2">artigo [árthron]</td><td rowspan="2">interjeição [interiectiō]</td><td>mostrativo</td></tr>
<tr><td>artigo</td><td>quantificador</td></tr>
<tr><td colspan="5"></td><td>interjeição</td><td></td></tr>
</table>

Fonte: O autor, 2015.

O Quadro 57 mostra que a GB, além de manter certas configurações classificatórias resultantes do desdobramento ocidental das *partes do discurso* às *classes de palavras*[150], também efetua movimentos que, embora inovem do ponto de vista da tradição luso-brasileira, revisitam a tradição clássica greco-latina. Comparando as nove classes gramaticais da GB na coluna amarela com as demais propostas taxionômicas, verificamos semelhanças com todas as fases do PTG, a despeito de possíveis deslocamentos conceituais:

i) as classes *nome*, *verbo*, *advérbio*, *conjunção* e *preposição* se mantêm inalteradas desde as contribuições da dialética estoica por volta do século III a.C.;

ii) a reunião das classes tradicionais *substantivo*, *adjetivo* e *numeral* na classe *nome* remonta aos escopos amplos do *ónoma* grego e do *nōmen* latino, que viabilizaram os estudos gramaticais da Antiguidade clássica à Idade Média;

iii) a presença da classe de entremeio *verbinominal* remete inevitavelmente à individualização categorial do *participium* (*metoché* para os alexandrinos) na tradição greco-latina, classe que participava simultaneamente das propriedades gramaticais dos verbos e dos nomes, da mesma forma que o verbinominal;

[150] Tal desdobramento também foi apresentado no Capítulo 2 da tese, em particular na seção 2.4, Quadro 9.

iv) as novas classes *índice pessoal*, *mostrativo* e *quantificador* são, em linhas gerais, reagrupamentos, a partir de uma profusão de critérios[151], das classes tradicionais *pronome* e *artigo*, também oriundas das contribuições da dialética estoica à gramatização ocidental.

Não é à toa que a própria obra, também no livro dedicado à descrição lexicogramática (Livro IV), retoma o percurso historiográfico das partes do discurso/classes de palavras na filosofia grega (Platão, Aristóteles, os estoicos) e na gramática greco-latina (Dionísio Trácio, Apolônio Díscolo, Quintiliano). Nesse contexto, por exemplo, mergulha na história da classe dos adjetivos na tradição gramatical greco-latina, em busca de razões para situá-los na mesma classe dos substantivos, promovendo, inclusive, o diálogo entre a filosofia clássica estoicista e a descrição linguística empreendida na GP.

Portanto, pode-se dizer que a GB, embora reconheça e critique as limitações e os problemas da classificação tradicional, não implode o arcabouço herdado pelos gregos e latinos, mas o rearranja de modo mais coerente, inclusive retornando a configurações mais distantes da tradição gramatical.

Esse rearranjo se dá por meio de várias escolhas teórico-analíticas envolvendo as nove classes gramaticais da coluna amarela do Quadro 57. Fazendo jus ao seu compromisso com a mudança linguística, a gramaticalização e a abordagem sintático-semântico-pragmática da língua, abraça a GB o ponto de vista de que as classes gramaticais não são fenômenos fixos e definitivos, mas configurações sócio-históricas delineadas a partir da noção de *protótipo*, uma palavra ou um conjunto de palavras que representa de maneira mais típica a classe em questão:

> Teorias linguísticas tentam mostrar que as palavras navegam pela nebulosa da língua sem respeitar fronteiras rígidas, sem se encaixar de uma vez por todas nessa ou naquela classe. E que as classes gramaticais não são compartimentos fechados mas, sim, domínios conceituais com um centro mais definido e bordas extremamente fluidas, por onde as palavras podem entrar e sair sem dificuldade. (p. 436).

Tentei representar essas bordas fluidas das classes gramaticais da GB por meio das linhas tracejadas que separam as células coloridas no Quadro 57, opondo-se às fronteiras estanques que caracterizam as classes de palavras do PTG. Desse modo, nessa gramática, haveria nomes prototípicos, verbos prototípicos, advérbios prototípicos etc., ou seja, palavras que representam de maneira mais típica, em forma e função, uma determinada classe gramatical. Ao longo da obra, a fluidez entre as classes é posta em evidência, como na

[151] Remeto ao Quadro 58, a seguir, para visualizar tal heterogeneidade de critérios.

abordagem de advérbios e conjunções, preposições e conjunções, índices pessoais e mostrativos etc. Mesmo a clássica oposição verbo-substantivo (*rhêma-ónoma*) se revela porosa na GB, como atesta a emergência da classe *verbinominal*, estudada no capítulo 14: nomes e verbos não devem ser vistos como categorias discretas constituídas de traços binários, mas sim como um *continuum* escalar e fluido, salienta a gramática. Além disso, lembra que a porosidade das classes gramaticais é resultado dos processos de gramaticalização pelos quais a língua passa ininterruptamente, pois a gramaticalização tanto cristaliza algumas formas novas tornando-as prototípicas, quanto desloca antigas formas para as bordas difusas da classe e lhes força a entrar no domínio de outra classe.

É a partir desse ponto de vista que a GB apresenta, ao longo do Livro IV, suas nove classes gramaticais e algumas respectivas subclassificações, listadas no Quadro 58. Devo dizer que, em geral, a obra não explicita exatamente os critérios que norteiam a classificação, bem como não fornece ao leitor definições claras para cada classe, de modo que os traços definidores das classes e a planificação dos prováveis critérios de classificação, a seguir apresentados, consistem na sistematização dos resultados das análises por mim empreendidas:

Quadro 58 – Classes de palavras na GB

CLASSES DE PALAVRAS	SUBCLASSES	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DEFINIDORAS	CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO
VERBOS		• Dispõem de um radical e de sufixos próprios. • Expressam o estado de coisas, ou seja, as ações, os estados e os eventos de que precisamos dar conta quando falamos ou escrevemos. • Introduzem e qualificam participantes no texto. • Concorrem para a constituição dos gêneros discursivos via alternância de tempos e modos.	Morfossintático Semântico Textual Discursivo
NOMES	Substantivos Adjetivos	• Exibem marcas de gênero e número. Podem ser antecedido do artigo *o/a/os/as*. • Permitem fazer referência, por meio da designação, aos objetos do mundo real, do mundo virtual e do mundo mental.	Morfossintático Semântico
VERBINOMINAIS	Infinitivos Particípios Gerúndios	• Participam ao mesmo tempo da classe dos verbos e dos nomes, compartilhando com elas as categorias de tempo e de voz (verbos) e as categorias de gênero e número (nomes).	Morfossintático
ÍNDICES PESSOAIS		• Indicam a pessoa do enunciado/discurso (1a e 2a pessoa) em oposição a não-pessoa (*ele*).	Discursivo
MOSTRATIVOS	Artigos Não-pessoa Demonstrativos	• Provêm de uma mesma classe gramatical latina, com exceção de *se/si*. • Prestam-se à verificação da identidade e representação da foricidade e da dêixis. • Não coocorrem num mesmo contexto sintagmático.	Etimológico Discursivo Sintático
QUANTIFICADORES	Definidos Indefinidos	• Expressam quantidades exatas. • Funcionam como determinantes ou núcleo de um SN	Semântico Sintático
ADVÉRBIOS		• Atribuem qualidade. • Enunciam uma avaliação aos elementos sobre os quais incidem. • Remetem a situações no tempo e no espaço. • A grande maioria é invariável em forma.	Semântico Sintático Discursivo Morfológico
PREPOSIÇÕES		• Se colocam antes do nome ou do verbo regente. • Exercem diversas funções predicativas concretas (localização, instrumento, beneficiário, causa etc.) e abstratas (tempo, intenção, relações textuais e discursivas etc.). • Podem ser simples (uma só palavra) ou complexas (mais de uma palavra).	Sintático Semântico Textual Discursivo Morfológico
CONJUNÇÕES		• Exprimem uma relação de subordinação ou equivalência. • Podem ter elementos nominais ou verbais como complemento	Sintático Semântico

Fonte: O autor, 2015.

O Quadro 58 mostra que essas nove classes gramaticais não são definidas com base num único critério de classificação. Na verdade, para cada classe, não há definições fechadas

mas um conjunto de traços morfológicos, sintáticos, morfossintáticos, semânticos, textuais e discursivos[152] e, em se tratando da caracterização dos mostrativos, até etimológicos. Visto desse ângulo, a GB também aplica a multiplicidade de critérios de classificação que caracteriza o PTG desde Dionísio Trácio, no século I a.C., a Cunha & Cintra, no século XXI, conforme analisei no Capítulo 2 (subseção 2.2.2, Quadro 7). Na há rigor na aplicação dos critérios para a definição das classes, de modo que a existência de uma classe pode estar ancorada num critério discursivo (enunciativo/pragmático) e a de outra classe num critério sintático-semântico, a exemplo dos índices pessoais e das conjunções, respectivamente. De certo modo, isso põe em xeque o rigor teórico-metodológico da classificação. Como na tradição, a classe gramatical parece ser definida *a priori* e independentemente da aplicação de uma base de critérios previamente estabelecidos. Ou seja, o conjunto de critérios não leva à configuração de uma determinada classe gramatical, mas sim o inverso: a classe, previamente dada, é dissecada e seus possíveis e principais traços gramaticais (sintáticos, semânticos, discursivos etc.) são descritos.

Como dito anteriormente, a análise dessas noves classes gramaticais, em forma e função, estruturam o arcabouço descritivo da GB. Cabem aqui algumas considerações sobre esse conjunto, no intuito de averiguar outras linhas de continuidade e movimentos de ruptura da obra em relação ao PTG.

A primeira classe apresentada na GB é a classe dos *verbos*, no capítulo 12. Esse procedimento não é comum às gramáticas do PTG, que costumam iniciar a abordagem das classes de palavras pelos *substantivos*, aos quais seguem os outros elementos nominais em essência, isto é, *adjetivos*, *artigos* e *pronomes*. A GB traz o verbo para o centro da sentença: "o verbo cria um *molde* ou uma *matriz* que comporta espaços passíveis de serem preenchidos por sintagmas nominais, gerando sentenças completas" (p. 512). Além disso, aponta como problemática, por sua imprecisão e ineficiência prática, a definição de verbo comum às gramáticas tradicionais – *palavra que indica ação, estado ou processo*. Em seu lugar, defende que o verbo seja definido a partir de características sintáticas, semânticas e discursivas (pragmáticas), conforme ilustra o Quadro 58.

Tal primazia do verbo na GB se justifica pela consideração da *teoria da valência verbal*, do sintaticista francês Lucien Tesnière. É sabido que tal teoria coloca o verbo no ápice da hierarquia gramatical e como responsável pela seleção dos demais elementos do enunciado, vistos como argumentos verbais e classificados em monovalentes, bivalentes,

[152] Friso tomar "discursivo" aqui no sentido de sintático-semântico-pragmático, de acordo com as bases teóricas da GB (cf. seção 4.3.3).

trivalentes ou tetravalentes, de acordo com o número de argumentos exigidos. Diante disso, a semântica do verbo deve ser considerada na descrição de seu comportamento sintático, pois certos verbos vão exigir de seus sujeitos e complementos certos traços semânticos em detrimento de outros. Não que a GB possa ser vista como uma gramática de valências, mas, ao levar em conta esses princípios, se afasta da análise sintática tradicional, que ignora as funções semânticas e, consequentemente, se isenta do tratamento de fenômenos gramaticais particulares ao PB, tais quais a *ergatividade*, as *construções causativas/sensitivas*, a *inacusatividade*[153], entre outros devidamente abordados ao longo do capítulo 12 da GB.

É bom dizer que a discussão de propriedades como a ergatividade e a inacusatividade marca outro deslocamento da GB em relação à abordagem tradicional dos verbos: a lida com a transitividade verbal para além do trinômio verbo intransitivo, verbo transitivo direto e verbo transitivo indireto. Nesse sentido, além dos verbos ergativos e inacusativos, a GB destaca na descrição do PB os *verbos apresentacionais/existenciais*, aqueles que introduzem tópicos novos no discurso, como, por exemplo, a forma verbal *tem* em *Tem café na garrafa*[154]. Aqui, a ruptura da GB com a tradição é resultado da reanálise que ela opera nesse tipo de construção: esses tópicos novos não desempenhariam nenhuma das funções sintáticas que os sintagmas nominais costumam exercer nas sentenças, isto é, as funções de sujeito ou objeto. Na esteira de Castilho (2010), a GB postula que tais sintagmas estariam no *caso absolutivo*.

Vê-se que essa nova configuração descritiva finalmente legitima o uso do verbo *ter* no singular em frases como *No meio da caminho tinha uma pedra*, bem como gramatiza usos ainda menos aceitos pela tradição gramatical, como *Existe suspeitas de vazamento de informação privilegiada* ou *É eles que vão me ajudar*, em que as formas verbais *existe* e *é* ficam no singular também por se tratar de construções apresentacionais. Além disso, a GB questiona a incoerência de nossa tradição prescritiva, que proíbe a concordância com usos em construções existenciais dos verbos *haver* (*Há muitas flores nesse jardim*) e *fazer* (*Faz anos que não a vejo*), mas a exige com outros verbos semelhantes em comportamento sintático-semântico.

Segue à abordagem dos verbos a dos *nomes*, no capítulo 13. Inspirada explicitamente em textos de Mário A. Perini (inclusive na GP) sobre o assunto, a GB inclui na classe dos *nomes* as subclasses *substantivos* e *adjetivos*, conforme se vê no Quadro 58. Porém,

[153] Exemplos de construções ergativas, causativas/sensitivas e inacusativas, respectivamente: i) *O barquinho afundou*, ii) *Avistei eles chegando* e iii) *Meu bebê está nascendo os dentes*.
[154] Além de *ter*, outros exemplos de verbos que podem funcionar como apresentacionais/existenciais são *ser*, *haver*, *fazer*, *estar*, *existir* e *tratar-se*.

diferentemente da GP, essa gramática se apoia mais uma vez em Castilho (2010), dessa feita para individualizar precisamente substantivos e adjetivos a partir de uma lista de propriedades morfossintáticas, tais como, no caso dos adjetivos, a aceitação de certos sufixos e a possibilidade de modalização por um advérbio. A verdade é que, na prática, embora a porosidade de suas fronteiras seja reconhecida, substantivos e adjetivos acabam sendo tratados na gramática como duas categorias distintas, conforme evidenciam alguns subtítulos do capítulo dos nomes, tais quais *Gênero inerente do substantivo*, *O sintagma adjetival*, *Substantivo: conceito e definição*, *Sintaxe do substantivo*, entre outros.

Nesse contexto, a GB questiona a pertinência da definição de substantivo corrente na tradição gramatical: *palavra que designa os seres em geral*. Também vê como problemática a caracterização dos tipos de substantivo, a exemplo do substantivo abstrato, definido como *ser que não tem existência própria e que depende de outro para existir*. Explica a obra que questões metafísicas como "O que é um ser?", que subjazem à compreensão de tais definições, inviabilizam a identificação das palavras daquela (sub)classe por meio de sua definição. Indo além dos nomes e verbos, esse tipo de crítica às fragilidades conceituais das classes de palavras na tradição são constantes ao longo da gramática.

Coerentemente com a perspectiva da lexicogramática, que prevê a compreensão da classe a partir da consideração simultânea de seus aspectos formais e funcionais, a GB descreve os adjetivos e substantivos em paralelo à descrição do sintagma adjetival e nominal, respectivamente. Nesse contexto, por exemplo, analisa as funções sintáticas possíveis de serem assumidas pelos substantivos, como a de sujeito, bem como defende uma didática de ensino de gramática que assim também caminhe. Em geral, o mesmo procedimento descritivo é tomado para o trato das outras classes de palavras e das respectivas funções sintáticas que elas possam desempenhar.

À noção de sujeito e a outras que lhe são correlatas, a GB não esquece as críticas, propondo outras configurações que destoam do estabelecido secularmente pela tradição. Destaco aqui duas interessantes reanálises, que bem ilustram esse tipo de deslocamento descritivo que caracteriza a obra.

A primeira reanálise diz respeito à constatação do paradoxo da expressão *oração sem sujeito*, embora a tradição gramatical luso-brasileira confira ao sujeito a qualidade de "termo essencial da oração". Como uma unidade gramatical (o sujeito) pode ser essencial à existência de outra unidade gramatical (a oração) e ao mesmo tempo não existir sem comprometer a existência desta última? Essa crítica à terminologia tradicional, uma das muitas do conjunto

de incoerências que a linguística contemporânea costuma apontar, é pertinentemente revisitada pela GB nos seguintes termos:

> A tradição gramatical fixou o par *sujeito/predicado* como os "dois termos essenciais" da sentença. No entanto, contradizendo sua própria doutrina, a gramática tradicional afirma a existência de "sentenças sem sujeito". Ora, se o sujeito é parte *essencial* da sentença, isto é, se precisa existir para que a sentença *seja* [...], como pode haver "sentenças sem sujeito"? Esse paradoxo tem a ver com a incoerência de critérios da tradição gramatical em suas classificações, que ora são morfológicas, ora são semânticas, ora são as duas coisas... (p. 409)

Por outro lado, no final do trecho supracitado, causa estranhamento a relação que a obra estabelece entre a contradição teórico-terminológica em se tratando da categoria 'oração sem sujeito' e a multiplicidade de critérios classificatórios da tradição gramatical, uma vez que a própria GB também não apresenta unidade e clareza nos critérios que refletem suas classes gramaticais, conforme vimos no Quadro 58.

A segunda reanálise envolve os rótulos sintáticos *índice de indeterminação do sujeito* e *partícula apassivadora*. Esses termos são bastante usados na gramática tradicional para classificar o clítico *se*, respectivamente, em frases como *Na casa da Ivone se come demais* e *Na casa da Ivone se come carne demais* – embora até mesmo alguns gramáticos do início do século XX, como Said Ali (1923), questionem tais análises. Para a GB, ambas as frases teriam o mostrativo anafórico (não-pessoa) *se* como sujeito, de modo que este poderia ser substituído por outro mostrativo, como por exemplo *ele*: *Na casa da Ivone ele come (carne) demais*. No capítulo 16 (seção 16.6 – *As formas de indeterminação*), a GB apresenta uma análise detalhada e convincente sobre a falsa equivalência semântica entre o que a tradição chama de voz passiva sintética (*Já se demitiu muita gente da empresa*) e voz passiva analítica (*Muita gente já foi demitida da empresa*), trazendo à baila, inclusive, aspectos ligados à coerência e à coesão. Esse ponto de vista, além de trazer maior precisão à análise gramatical, legitima a gramática internalizada dos brasileiros, que indubitavelmente prefere construções como *aluga-se apartamentos* ao invés da prescrição clássica *alugam-se apartamentos*:

> Cem anos de estudos filológicos e linguísticos já demonstraram que não existem as categorias morfossintáticas de "partícula apassivadora" nem de "índice de indeterminação do sujeito", improvisadas pela tradição gramatical para tentar fugir da óbvia propriedade do pronome *se* de exercer a função de *sujeito* semanticamente indeterminado. [...] Além disso, uma vez que não existe voz passiva sintética no PB, a classificação de "partícula apassivadora" é inteiramente descabida, tanto quanto a prescrição de fazer uma concordância entre verbo e objeto direto ("aqui se tiram fotocópias"), incompatível com a gramática de nossa língua. (p. 1004)

A *interjeição*, o *numeral* e o *pronome* são as únicas três classes de palavras da NGB que não constam no rol das classes e subclasses gramaticais da GB.

A ausência da *interjeição* é acertadamente justificada por ser compreendida na obra como um fenômeno de entoação, prosódico, e não como uma categoria lexical autônoma que possa ser enquadrada numa classe gramatical própria. Afinal, de acordo com o que argumenta a GB, toda e qualquer palavra de qualquer classe, ou mesmo uma sentença inteira, pode funcionar como uma interjeição, a exemplo de *Chega!*, *Demais!*, *Gostosa!*, *Valei-me minha Nossa Senhora da Abadia!*, entre tantos outros possíveis exemplos. Na verdade, esse ponto de vista é forte na linguística contemporânea (cf. MARCUSCHI, 1983), de modo que a GA revela certo desconforto em pôr a interjeição entre as dez classes da NGB (cf. subseção 4.1.4) e a GP simplesmente ignora o termo (cf. subseção 4.2.4).

Quanto ao *numeral*, não se percebe consistência no seu reposicionamento dentro da nova proposta classificatória da GB. No capítulo 11, ao introduzir o conjunto das nove classes gramaticais, a obra afirma que os numerais são "quantificadores definidos, com função de determinantes e pronomes" (p. 505). Essa ideia é retomada no capítulo 17, dedicado à classe dos quantificadores. Todavia, a obra se equivoca ao se referir à subclasse tradicional *numeral ordinal* no sentido de *numeral cardinal*, embora essa troca possa ser apenas fruto de um lapso na revisão editorial: "Os chamados numerais ordinais são, de fato, quantificadores definidos, uma vez que expressam quantidades exatas: dois; mil e quinhentos; um milhão [...]" (p. 826). Nessa mesma página, a GB segue e cita a GA na defesa, dessa vez, de que os numerais são uma subclasse dos nomes. Esse entendimento rebateria "mais uma das incoerências da tradição gramatical, nesse caso a criação de uma classe para abrigar palavras que são simplesmente substantivos e adjetivos" (p. 826), afirma a GB. Em resumo, é muito provável que o leitor termine o capítulo sem saber se termos como *dois* e *mil* estariam na classe dos *quantificadores* ou dos *nomes*, não porque as classes gramaticais na GB sejam porosas e flexíveis, mas sim devido à falta de clareza na abordagem da questão. Some-se a isso o foco da análise residir nos *quantificadores indefinidos* (isto é, nas subclasses tradicionais *artigos indefinidos* e *pronomes indefinidos*) e em suas propriedades, de modo que praticamente não há exemplos de quantificadores definidos, além dos termos mencionados.

A terceira e última das três classes tradicionais não abraçadas pela GB, o *pronome*, é descartada em razão, sobretudo, da introdução da noção de *proforma* (unidade que, independentemente da classe, é capaz de exercer uma retomada anafórica) e do consequente entendimento de que o pronome, como toda proforma, é uma função, e não uma classe. Esse ponto de vista acarreta pequenos e grandes deslocamentos descritivos e categoriais.

Uma mudança de menor tamanho, por exemplo, é o abandono da tradicional noção de *verbo pronominal* em favor do termo *verbo pseudorreflexivo*, no capítulo 12, para caracterizar usos como *Meu filho se chama Pedro também* e *Eu me assustei quando ouvi aquele trovão*. Nesse sentido, a GB lembra que, em algumas variedades do PB, essas formas verbais sublinhadas podem aparecer, inclusive, sem o clítico pseudorreflexivo correspondente, dada a ausência de função sintática desse elemento.

Já uma mudança de maior tamanho com a eliminação da classe dos pronomes pode ser ilustrada com a consideração da classe dos *índices pessoais* e dos *mostrativos*. Quanto a estes últimos, a GB explicita que o termo *mostrativo* remonta ao trabalho de Ataliba T. de Castilho no volume III da Série *Gramáticas do Português Falado* (1991-2002), por ele organizada. Estudada no capítulo 16 da obra em análise, essa categoria gramatical inclui as subclasses tradicionais pronomes demonstrativos (*isso*, *isto*, *aquilo*; *esse*, *este*, *aquele* e flexões), pronomes de terceira pessoa (*ele*, *lhe* e flexões; *se*, *si*) e artigos definidos (*o* e flexões), por compartilharem vários traços do ponto de vista sincrônico e diacrônico, conforme registrei no Quadro 58. Sem dúvida, trata-se de um rearranjo operado na GB que desestabiliza a continuidade com as classes de palavras tradicionais.

Por sua vez, a manutenção das classes *advérbio*, *preposição* e *conjunção* não impede a GB de romper com certas "verdades" da tradição, ao mesmo tempo em que segue esse fio ininterrupto de erudição linguístico-gramatical do Ocidente. Acredito, inclusive, que a permanência dessas três classes na gramática é decorrente muito mais da ausência de outras propostas classificatórias nos estudos linguísticos disponíveis sobre tais categorias do que a crença de que os três conjuntos de termos que essas classes rotulam sejam rigorosamente semelhantes em forma e função.

Em relação aos *advérbios*, na esteira dos trabalhos do linguista francês Claude Hagège sobre o tema, a GB aventa a possibilidade de inexistir tal classe. Semelhantemente ao que propôs ao pronome, sugere, a princípio, que o advérbio seja analisado enquanto função, e não classe, diante de sua extrema diversidade morfossintática. Todavia, avalia essa intervenção no tradicionalmente posto como um procedimento radical e penoso, de modo que opta por conservar a terminologia tradicional, ainda que reconheça a fragilidade dessa classificação:

> Classificar um advérbio é quase como agir por eliminação: se determinada palavra não se enquadra na classe dos verbos, dos nomes, dos índices de pessoa, dos mostrativos, dos quantificadores, das preposições e das conjunções... então é um advérbio! (p. 832)

Diante desse lastro categorial tradicional, intervenções no costumeiro arcabouço descritivo relativo à classe dos advérbios são operadas no capítulo 18. Em geral, baseiam-se nas pesquisas linguísticas de caráter funcionalista, como os projetos de gramatização de Castilho (1991-2002, 2010) e Neves (1999). Dentre os sinais de ruptura com o arcabouço descritivo, conceitual e categorial de nossa tradição gramatical, destaco os seguintes como principais:

i) crítica à definição tradicional de advérbio enquanto *palavra que modifica um verbo, um adjetivo ou outro advérbio*, definição esta que não dá conta da polifuncionalidade da classe, inclusive do fato de o advérbio poder ter como escopo um período completo;
ii) subdivisão dos advérbios em três grandes tipos semântico-discursivos – *predicativos*, *de verificação* e *dêiticos*[155] – e em variados subtipos – *modalizadores*, *quantificadores*, *qualificadores*, *focalizadores*, *de inclusão/exclusão*, *epistêmicos*, *aspectualizadores*, entre outros inéditos à tradição;
iii) negação da classificação generalista e inadequada dos advérbios terminados em *-mente* enquanto advérbios de modo – *Felizmente parou de chover* não equivale a *De modo feliz parou de chover* –, pautando-se nas funções discursivo-pragmáticas e na observação dos processos de gramaticalização desses termos;
iv) crítica à classificação tradicional dos advérbios como "palavras invariáveis", uma vez que, por sua íntima relação com os adjetivos, alguns advérbios aceitam as marcas formais de gênero, número e grau, como *meio* e *todo*.

Quanto às *preposições*, as rupturas da GB giram em torno da abertura das rígidas fronteiras que costumam caracterizar a classe. No capítulo 19, ao analisar as preposições sob a égide da gramaticalização, fica evidente que alguns termos da lista fechada da tradição gramatical luso-brasileira[156] já se tornaram extintos (*ante*, *trás*), enquanto palavras cujo processo de gramaticalização ainda não fora concluído no PB costumam funcionar como perfeitas preposições (*durante*, *salvo*, *visto*, *conforme*). Assim, a obra descarta a clássica dicotomia "preposições essenciais vs. preposições acidentais" e trabalha com a distinção entre "preposições totalmente gramaticalizadas" e "preposições em processo de gramaticalização".

A abordagem da classe das *conjunções* realizada no capítulo 20 também não se furta de apresentar novas nuances descritivas. Por exemplo, na esteira de outras gramáticas

[155] De acordo com a GB, os advérbios *predicativos* atribuem qualidade aos elementos sobre os quais incidem; os *verificadores* enunciam uma avaliação acerca dos elemento sobre os quais incidem; e os dêiticos nos remetem a situações no tempo e no espaço, apontando para elas.
[156] Essa problemática lista, cuja memorização foi (é?) por muito tempo parte da prática de ensino de português, é composta por: *a*, *ante*, *após*, *até*, *com*, *contra*, *de*, *desde*, *em*, *entre*, *para*, *perante*, *por*, *sem*, *sob sobre*, *trás*. Alguns professores e matérias didáticos traziam também o arcaísmo *per*.

contemporâneas – como a GA, Perini (1995), Neves (1999), Castilho (2010) e até mesmo Bechara (1999), último representante do PTG luso-brasileiro –, a GB defende que itens adversativos (*porém*, *contudo*, *todavia*, *entretanto*, *no entanto*) e conclusivos (*logo*, *então*, *portanto*, *assim*, *por conseguinte*), normalmente classificados como conjunções pelo arcabouço tradicional, não passam de advérbios. Ao contrário da conjunção prototípica *mas*, esses itens, tais quais os advérbios, admitem uma ampla mobilidade no interior da sentença, bem como podem vir antecedidos da conjunção aditiva *e*. Outro exemplo inovador diz respeito à reanálise do elemento *que* em sentenças relativas copiadoras, cujo uso é gramatizado na GB. Para a obra, no período *Eu tenho um amigo comum que ele é especialista*, a palavra *que* se transforma em mero conector entre duas sentenças independentes, isto é, se despronominaliza, perde sua função anafórica, a qual passa a ser exercida pelo mostrativo *ele*. Portanto, uma sentença tradicionalmente compreendida como uma estrutura subordinada, mas truncada e inaceitável, passa a ser analisada enquanto uma estrutura coordenada, legitimada por um instrumento de gramatização do PB e sintaticamente perfeita.

A propósito, processos sintáticos de *subordinação* e *coordenação* também são abordados no capítulo dedicado às conjunções. Aqui também há a subversão ao tradicional em alguns pontos. A obra discute a coordenação/parataxe e a subordinação/hipotaxe não apenas do ponto de vista estritamente sintático, mas também semântico. É verdade que a classificação tradicional de certas orações coordenadas e subordinadas leva em conta traços semânticos em geral intrínsecos ao conector (daí classificações como *aditivo*, *adversativo*, *conclusivo*, *causal*, *temporal*, *concessivo* etc.), mas não a ponto de considerar apenas as propriedades semânticas para a classificação de uma estrutura enquanto coordenada ou subordinada. A GB, por exemplo, diz ser perfeitamente possível construir um período subordinado com o emprego de uma conjunção prototipicamente coordenativa, como em *Faça isso de novo e eu te encho de porrada*!, período sintaticamente coordenado, mas apresentado como subordinado porque equivaleria semanticamente a *Se você fizer isso de novo, eu te encho de porrada*.

Outro ponto de ruptura da obra consiste no oferecimento de uma terceira via classificatória para os períodos compostos, tradicionalmente dicotomizados em coordenação e subordinação. Com base na gramática funcionalista de Castilho (2010), a GB estabelece um processo sintático de entremeio, a *correlação*. Tal processo estaria situado a meio caminho dos polos de um *continuum* coordenação-subordinação e se caracterizaria estruturalmente por apresentar pares de conjunções interdependentes, denominadas conjunções correlativas: *se*...

então (hipotética), *quanto mais... mais* (proporcional), *tanto... que* (consecutiva), *tanto... quanto* (comparativa), *nem... nem* (alternativa), *não só... mas também* (aditiva), entre outras.

Como síntese da análise empreendida nesta subseção da tese, apresento o Quadro 59. Ele nos ajuda não só a recaptular os diversos pontos de subversão descritiva, categorial e conceitual da GB em relação ao PTG, mas também os traços de continuidade com o arcabouço tradicional luso-brasileiro, os quais parecem não se apagar tão facilmente de qualquer instrumento de gramatização contemporâneo:

Quadro 59 – Arcabouço descritivo, categorial e conceitual da GB na relação com o PTG

MOVIMENTOS DE RUPTURA	**LINHAS DE CONTINUIDADE**
Reconhecimento do caráter provisório e inconcluso da descrição gramatical que propõe.	Apresentação de um conjunto terminológico não autossuficiente nem indiferente à NGB: tanto mantém vários termos da tradição, quanto, na negação explícita de outros, evoca certa continuidade discursiva com o aparato greco-latino.
Recusa da NGB, pelo seu propósito oficial, sua pretensão à infalibilidade, seu aprisionamento à tradição gramatical greco-latina, sua não-cientificidade.	
Operacionalização de alguns conceitos que fundamentam a proposta descritiva: gramaticalização, sintagma e paradigma, dêixis e anáfora, proforma, formas marcadas e não-marcadas.	Manutenção de configurações classificatórias resultantes do desdobramento ocidental do PTG (das *partes do discurso* às *classes de palavras*) e flagrantes de semelhança com o sistema classificatório da tradição clássica greco-latina.
Descrição lexicogramática (forma e função) do PB a partir de uma nova configuração de nove classes gramaticais.	
Crítica às definições tradicionais de algumas classes de palavras, como *substantivo*, *verbo* e *advérbio*.	
Visão de que as classes gramaticais não são compartimentos fechados nem objetos observacionais, mas configurações sócio-históricas e, em certa medida, arbitrárias, delineadas a partir da noção de *protótipo*.	Caracterização das classes gramaticais a partir de um, dois ou vários critérios (morfológico, sintático, morfossintático, semântico, textual, discursivo e/ou etimológico), não aplicados uniformemente.
Apresentação de novas análises e consequentes configurações descritivas envolvendo diferentes fenômenos gramaticais no PB.	Manutenção de algumas configurações descritivas da tradição luso-brasileira.
	Falta de consistência descritiva no trato de alguns poucos fenômenos gramaticais.

Fonte: O autor, 2015.

O quadro reflete o fato de a gramática em foco reconhecer as limitações de toda ordem da tradição gramatical luso-brasileira e propor uma nova roupagem descritiva para a morfossintaxe do português brasileiro. Nesse contexto, sobressaem-se dois aspectos. Primeiro, a descrição lexicogramática do PB, a partir de uma análise morfofuncional de um conjunto de nove classes gramaticais de fronteiras porosas: *verbo*, *nome*, *verbinominal*, *índice pessoal*, *mostrativo*, *quantificador*, *advérbio*, *preposição* e *conjunção*. Segundo, a

apresentação de novas análises e consequentes configurações descritivas envolvendo uma gama variada de fenômenos gramaticais.

Ilustram esse novo arcabouço: a consideração da semântica do verbo na análise de seu comportamento sintático; a descrição de construções ergativas, inacusativas e causativas, próprias do PB; a abordagem da transitividade verbal mais condizente com a realidade sintática do PB; a postulação do caso absolutivo para os SNs vinculados a verbos existenciais; a constatação do paradoxo da noção de *oração sem sujeito*; a reanálise da voz passiva sintética; a negação da interjeição enquanto classe; a redistribuição dos elementos tradicionalmente classificados como numerais, pronomes e artigos em novas classes gramaticais; o abandono da noção de *verbo pronominal* em favor de *verbo pseudorreflexivo*; a subdivisão dos advérbios em tipos semântico-discursivos – dêiticos, de verificação e predicativos; o descarte da dicotomia tradicional *preposições essenciais vs. acidentais* e a consideração do par *preposições totalmente gramaticalizadas* e *preposições em processo de gramaticalização*; a classificação de certos itens adversativos e conclusivos como advérbios, e não conjunções; o estabelecimento da *correlação* enquanto processo sintático a meio caminho da coordenação e subordinação; entre outros pontos aqui discutidos. Trata-se de um conjunto de inovações descritivas, fundamentadas em resultados de pesquisas na linguística contemporânea e apresentadas na GB como soluções, ainda que provisórias, para uma análise gramatical da língua dos brasileiros e para uma pedagogia do seu ensino.

4.3.5 Língua gramatizada pela GB

Na subseção 4.3.2, referente à análise das demandas e propósitos sociais da GB, salientei que essa gramática ilumina, na descrição linguística que propõe, os principais desacordos morfossintáticas entre o português brasileiro (visto aqui não só como português falado e/ou informal) e o português padrão prescrito pela tradição. Por seu teor propositivo e militante, o foco da gramática acaba sendo as diferenças entre esses dois conjuntos, a serviço da prática pedagógica do professor de português nas escolas brasileiras. Diante de tal escopo, em se tratando das outras gramáticas analisadas na tese, é compreensível que o material apresentado pela GB seja de longe o que mais contribua para o questionamento e a flexibilização do padrão tradicional, bem como para a gramatização e legitimação de usos linguísticos, falados e escritos, mais condizentes com a realidade dos brasileiros.

Como não poderia deixar de ser em se tratando dos propósitos da gramática, ao longo da descrição morfossintática do PB é constante a oposição entre o que a obra denomina

vernáculo geral brasileiro, isto é, os usos que ocorrem em todas as variedades do português brasileiro, e a *tradição gramatical do português*. Isso significa que a gramatização e o reconhecimento desses usos particulares ao PB se dão em paralelo às críticas a certas prescrições linguísticas seculares e descabidas na contemporaneidade. O movimento que vai da reflexão sobre o padrão linguístico imposto à aceitação da norma linguística real e autêntica é recorrente e bastante útil ao material.

Fazer uma gramática dos usos linguísticos dos habitantes de um país de dimensões continentais como o Brasil requer alguns recortes intransponíveis, em particular pela própria magnitude da empreitada. Como na GP, tais recortes, a princípio, poderiam se contrapor à concepção de língua variável e mutável que a GB abraça, conforme vimos na subseção 4.3.3, que analisou as bases teóricas do volume. Ilustra essa contraposição o suposto paradoxo de se gramatizar a partir de uma perspectiva heterogênea de língua: se, por um lado, o reconhecimento da diversidade geográfica, social, etária, situacional etc. do PB evita uma descrição anacrônica e irreal da nossa língua, por outro ocasiona os seguintes questionamentos de saída:

- Diante da impossibilidade de se levar em conta todas as variedades do PB, qual(is) dela(s) descrever?
- Que formas linguísticas reais, em detrimento de outras formas linguísticas também reais, devem estar contidas nessa descrição?
- A partir do momento em que o gramático estabelece um recorte no seu objeto heterogêneo para poder gramatizá-lo já não estaria deixando de trabalhar com a variação concreta a favor da busca de uma forma essencial, abstrata, de maior valor?

Um exemplo simples: o paradigma verbal brasileiro apresenta usos como “a gente fala” e “nós fala”, ambos distantes da forma-padrão “nós falamos”, por sua vez também recorrente em muitas comunidades linguísticas. Seriam essas três formas contempláveis na descrição gramatical do português brasileiro? Se o linguista/gramático deixar uma delas de fora, por exemplo a menos prestigiada (“nós fala”), não estará caindo na mesma armadilha metodológica da tradição gramatical greco-romana e do platonismo linguístico (estruturalismo/gerativismo), que prescreve as regras de concordância ou a (a)gramaticalidade das sentenças pelo crivo, consciente ou não, da sua própria variedade linguística?

Diferentemente da GP, que sequer problematiza a questão, a GB tenta resolver tais impasses metodológicos valendo-se de um dispositivo teórico da sociolinguística atual utilizado para a descrição de línguas, tomadas como objetos constitutivamente variáveis. Trata-se das noções de *traços graduais* e *traços descontínuos*, conforme teoriza Bortoni-

Ricardo (2006). Em síntese, os traços graduais aparecem na fala de todos os brasileiros, independentemente de sua origem regional, social etc., ainda que a forma linguística não corresponda ao padrão-ideal. Valendo-se da situação hipotética apresentada no último parágrafo, um bom exemplo seria a construção "a gente fala". Já os traços descontínuos são aqueles que aparecem predominantemente na fala dos brasileiros com nenhuma ou pouca escolarização, sofrendo, por conseguinte, a maior carga de discriminação e preconceito na nossa sociedade. "Nós fala" ilustra bem esse último conceito.

A partir dessa divisão, a GB se assume como uma *gramática descritiva dos traços graduais da nossa língua materna*, isto é, dos usos que, a exemplo de "a gente fala", ocorrem em todas as variedades do PB, compondo o *vernáculo geral brasileiro*:

> Esses usos caracteristicamente brasileiros já estão plenamente integrados à gramática da nossa língua, gramática entendida aqui como o conhecimento intuitivo que todo falante nativo tem de seu próprio idioma. Eles resultam de mais de meio milênio de mudanças linguísticas [...] provocadas pelo contato do português europeu quinhentista com outros povos, falantes de outras línguas, principalmente africanas, e dos fatores cognitivos que suscitam essas mudanças em todas as línguas do mundo. (p. 108)

Para fins de descrição dos "usos caracteristicamente brasileiros", a gramática em análise considera a existência de uma norma linguística brasileira, afastando-se da concepção de "norma" da tradição gramatical do português (norma-padrão, norma culta) e a entendendo semelhantemente a Faraco (2008): como um conjunto de fenômenos linguísticos (fonológicos, morfológicos, sintáticos e lexicais) que são correntes, costumeiros, habituais numa dada comunidade de fala, incluindo os fenômenos em variação. Num sentido amplo, portanto, a GB também é uma *gramática normativa*, não só por acolher uma *norma* linguística (aqui *normativa* advém de *norma*), mas também por favorecer a criação de um modelo de referência para as práticas sociais de linguagem que exigem maior grau de monitoramento estilístico na fala e na escrita. A propósito, a obra se vale dos exemplos com textos escritos mais monitorados para legitimar construções que refletem o real funcionamento da gramática do PB. Aspecto positivo e diferenciado da obra, esse procedimento metodológico, já comentado na subseção 4.3.3, ajuda no combate à ideia de que as especificidades do PB estão circunscritas à modalidade falada e/ou a registros informais da língua. De certo modo, as descrições do português do Brasil da GA e do português brasileiro da GP abraçam esse viés ao qual a GB se opõe.

Por estender o domínio do PB aos textos escritos de maior monitoramento estilístico, a GB procura ser coerente se valendo, até certo ponto, das mesmas construções gramaticais que

defende e gramatiza, a exemplo do emprego de relativas cortadoras, do nominativo *ele* e correlatos em contexto acusativo, da suposta "passiva sintética" ferindo a concordância tradicional, entre outros. A gramática, inclusive, lembra que a maioria dos trabalhos acadêmicos que contestam a validade da tradição normativa vêm escritos numa norma por vezes até obsoleta (utilizam mesóclises, por exemplo) em relação aos usos contemporâneos das camadas letradas. Pode-se dizer que dessa flagrante contradição a GB escapou.

Feitas essas considerações basilares, passo agora a considerar alguns aspectos morfossintáticos da língua gramatizada pela GB, o português brasileiro. A análise não será exaustiva, não só porque é enorme a dimensão do acervo de formas e construções próprias do PB gramatizadas na obra, mas também porque nosso principal intuito é mostrar que, de fato, a GB propõe a legitimação de aspectos morfossintáticos de nossa língua real, os quais costumam ser olhados de soslaio ou mesmo ignorados pela tradição gramatical luso-brasileira. Em geral, a obra se vale da gama considerável de pesquisas recentes e relevantes na linguística sobre os mais diversos fenômenos gramaticais que particularizam o PB contemporâneo, embora análises e exemplos originais de fala e escrita também desfilem ao longo de suas centenas de páginas. Além disso, outras GBCP, como a GA e a GP, são usadas como fontes de referência para tais fins[157].

O primeiro aspecto do PB gramatizado pela GB que trago à baila diz respeito à *concordância verbal e nominal*, tópicos apreciados pelo prescritivismo tradicional. De antemão, a obra afirma que "nenhum falante de PB aplica integralmente as regras de concordância previstas pela tradição normativa" (p. 106). No capítulo 12 (verbo), justifica essa "falta de concordância" a partir de expedientes distantes da tradição gramatical, como a *redundância/tautologia* e a *economia linguística*. Argumenta a gramática que a concordância é redundante e, consequentemente, dispensada. Por exemplo, a forma sublinhada em *Eles ainda não chegou* permite compreender, sem nenhum problema cognitivo ou comunicacional, que quem chegou foi mais de uma pessoa. Ora, se as categorias de pessoa e número já estão marcadas no sujeito, a ação sociocognitiva da economia linguística isentaria a forma verbal dessas marcas. A regra geral de concordância verbal, explicitada na tradição luso-brasileira[158], que diz que *o verbo deve concordar com o sujeito*, acaba sendo aqui subvertida: não é o verbo que se apresenta no número e pessoa do sujeito, mas sim o sujeito que tem seu número e pessoa atribuídos pelo verbo, conclui a obra.

[157] Embora as mencione quando oportuno, não vou aqui enfatizar relações intertextuais entre a GB e as outras obras analisadas, uma vez que essa prática já foi analisada na subseção 4.3.3 deste capítulo (cf. Quadros 51 e 52).
[158] Essa mesma regra tradicional é prescrita pela GA (cf. seção 4.1).

No que tange à concordância nominal, tratada no capítulo 13 (nome) o viés da obra não é diferente: parte do princípio de que o fenômeno na tradição é redundante e tributário, portanto, ao princípio sociocognitivo da economia linguística. Além disso, se vale da noção de gramaticalização para explicar a tendência à não concordância em número e gênero entre o adjetivo que precede o substantivo num sintagma nominal. Nesse sentido, explica a GB que, devido à gramaticalização da ordem SVC (sujeito-verbo-complemento) no PB, frases que destoam dessa ordem canônica – como por exemplo *Está escrito a palavra*, *Foi apreendido quatro minutas*, *É bastante presente essas duas camadas* (p. 706), de ordem VCS – não costumam apresentar concordância nominal (e verbal) conforme a prescrição tradicional.

Outras regras de concordância verbal, mais coerentes na sua formulação e mais condizentes com a realidade do PB em relação à tradição, também são explicitadas na gramática. É o caso, por exemplo, dos verbos *ter* e *existir* enquanto verbos apresentacionais (no sentido de *haver*), conforme já apontei na subseção anterior. A GB afirma que ambos os verbos, assim como o próprio *haver*, não precisam ser pluralizados, de modo que usos como *Teve muitas pessoas que não concordaram com as novas regras* (p. 993) são gramatizados e legitimados na obra. Também subvertem a concordância tradicional os verbos inacusativos. Por ocorrerem muito frequentemente na ordem VS (verbo-sujeito) e trazerem sujeitos semanticamente pacientes, os falantes do PB analisam esses verbos como impessoais (à semelhança dos apresentacionais) e, portanto, invariáveis. Atesta a gramática que construções como *Acontece algumas situações tensas* (p. 634) fazem parte das variedades urbanas de prestígio e dos textos de alto monitoramento estilístico do PB. Todavia, a legitimidade dessa construção não invalida sua contraparte tradicional, com concordância entre sujeito paciente e verbo inacusativo. A propósito, ao contrário do que se poderia apressadamente crer, a GB não pretende interditar formas e construções próprias do português padrão das gramáticas tradicionais (com exceção de certos usos já considerados arcaísmos na fala e na escrita, como por exemplo as desinências clássicas de segunda pessoa do plural), mas sim possibilitar que formas e construções já incorporadas aos usos falados e escritos do PB sejam reconhecidas como legítimas e corretas.

O segundo ponto que merece destaque, em se tratando de novas formas e construções gramatizadas e valorizadas na GB, está relacionado ao fenômeno da regência, em particular ao da *regência verbal*. No capítulo 12 (verbo), além de comentar mudanças na regência de alguns verbos durante a passagem do português arcaico/clássico para o português moderno/contemporâneo, a GB também compara a lista prescritiva de regências verbais oferecida em Bechara (1999) ao resultado de um procedimento metodológico mais rigoroso

para a descrição desse aspecto gramatical: o empreendido na construção do *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil*, coordenado por Francisco da Silva Borba (1990)[159]. Ao trabalhar com um *corpus* de escrita que vai dos anos 1950 a 1970, esse dicionário demonstra claramente que mudanças de regência ocorreram em nossa língua há pelo menos aproximadamente meio século. Por exemplo, enquanto verbos como *agradar*, *aspirar*, *assistir* e *obedecer*, nas acepções de *contentar*, *desejar*, *ver* e *submeter*-se, respectivamente, são descritos na gramática de Bechara enquanto transitivos indiretos regidos pela preposição *a*, o dicionário de Borba registra a transitividade direta para tais verbos e lhes faculta o emprego da referida preposição. Trata-se de uma regência conservadora e outra inovadora, perfeitamente legítimas e bem documentadas nas variedades urbanas de prestígio e nos gêneros textuais monitorados, explica a gramática em análise, ao acolher essas e outras regências verbais apresentadas em Borba (1990) e bastante frequentes no PB, ainda que condenadas pelos puristas.

Não só com base no referido dicionário a GB traça seu quadro de regências verbais particulares ao português brasileiro. Por exemplo, a regência do verbo *acarretar* é apresentada na obra a partir da análise de partes de textos selecionados pela própria gramática, escritos em contextos monitorados. Esses trechos registram construções como *Apagão de FHC acarretou em 18 meses* ou *o Convênio acarretou em custo ao erário público* (p. 529), embora a tradição gramatical prescreva tal verbo como transitivo direto. Outro exemplo é a descrição da regência do verbo *preferir*. Sabe-se que a gramatização tradicional (gramáticas e dicionários) tenta preservar a construção *prefiro isso a aquilo*, em detrimento da construção comparativa *prefiro (mais) isso do que aquilo*. Diante desse fato, a GB expõe uma longa crítica a Bechara (1999), que justifica a prescrição clássica supondo a existência do prefixo *pre-* no verbo *preferir* e uma interpretação equivocada do valor semântico de *prae-* na língua latina. Também critica, inclusive, o dicionário de Borba no tangente a essa regência, por este marcar a construção comparativa, própria do PB independentemente de registros, com a abreviação *pop.* (popular). A GB argumenta por meio de uma série de exemplos do *corpus* do projeto NURC e de uma gama de textos da escrita monitorada coletados sobretudo da mídia digital.

Análises como essas, que refletem os usos linguísticos reais e autênticos dos brasileiros, a GB repete com a regência de outros tantos verbos, tais como *visar* (algo) e *ir* (em/para algum lugar). Em alguns casos, na defesa da nova regência, a obra se vale de explicações diacrônicas, baseadas em fatores sociocognitivos da mudança linguística, como a

[159] Tal dicionário foi mencionado na seção 1.3 da Introdução desta tese.

analogia sintático-semântica. Sugere a gramática, por exemplo, que o verbo *assistir* em *assistir o filme* se tornou exclusivamente transitivo direto justamente por sua identidade semântica com outros verbos transitivos diretos, tais quais *ver*, *presenciar*, *frequentar* e *observar*. Mudança semelhante teria ocorrido com o verbo *buscar*, em *buscando por melhores salários*, cuja transitividade teria passado de direta a indireta devido à analogia com o verbo *procurar*; e com o verbo *namorar* (com), cuja regência no PB contemporâneo é semelhante à de *noivar com* e *casar com*. Por fim, a obra ainda apresenta uma lista (p. 537-538) contendo aproximadamente três dezenas de verbos, em que são comparadas as respectivas regências contemporâneas e tradicionais. Além dos verbos aqui já citados, também aparecem *agradecer*, *assentir*, *bastar*, *chegar*, *custar*, *deparar*, *evitar*, *pagar*, *pedir*, *perguntar*, *responder*, *satisfazer*, *suceder*, *vir*, *visar*, entre outros. Friso que a lista, que se repete *ipsis litteris* no capítulo 22 (p. 987-988), não invalida as regências tradicionais; apenas autoriza o uso das regências contemporâneas correspondentes no português brasileiro, falado ou escrito.

O terceiro aspecto gramatical que trago aqui é o posicionamento sintático dos clíticos pessoais em relação à forma verbal, ou seja, o que a gramática tradicional denomina *colocação pronominal*. Esse fenômeno, embora seja um dos mais valorizados pela tradição prescritiva ao lado da concordância e da regência, é abordado na GB com preeminência dos traços particulares do português brasileiro. Vale dizer que, ao se valer do rótulo 'colocação pronominal', o qual inclusive intitula o item 15.4 do capítulo 15, a GB é flagrada numa espécie de contradição terminológica: a rigor, esses clíticos não equivalem na obra a *pronomes*, mas sim a *índices de pessoa*, como havia dito na seção 4.3.4 da tese. Quero dizer que a não consideração do pronome enquanto classe, a meu ver, é incompatível com o emprego da expressão "colocação pronominal" na lida com a colocação de clíticos.

Em linhas gerais, a abordagem que a obra em tela faz desse tópico é semelhante ao trabalho visto na GA e na GP. Não é à toa que ambas as gramáticas, além de alguns estudos linguísticos presentes na série *Gramática do português falado*[160], são as bases dos resultados descritivos da GB quando o assunto é colocação de clíticos. Desse modo, a gramática parte do que é hoje consenso na linguística descritiva, ou seja, de que há uma única regra de sintaxe dos clíticos, baseada na gramática intuitiva de todos os brasileiros: a próclise ao verbo principal, a despeito do ambiente sintático:

i) início de frase: *Me incomoda muito o comportamento de Ana*;

ii) auxiliar + infinitivo: *Ana disse que pode te ajudar*;

[160] A exemplo do texto *Os clíticos no português brasileiro: elementos para uma abordagem sintático-fonológica*, escrito por Charlotte Galves e Maria Bernadete Abaurre no volume IV da série.

iii) auxiliar + particípio passado: *Ana tem nos ajudado bastante*;

iv) auxiliar + gerúndio: *Ana estava te procurando*;

v) auxiliar ... particípio passado: *Ana tinha chegado cedo de manhã e me telefonado*;

vi) imperativo: *Se vire para eu ver como ficou a saia!* (p. 763)

Como de costume, a GB utiliza o *corpus* falado do NURC e fragmentos de textos escritos de maior monitoração estilística para corroborar a legitimidade das construções acima em ambas as modalidades do PB. Também frisa que a mesóclise é uma construção em desuso na língua, tendo sido praticamente banida, por exemplo, da escrita jornalística. Além disso, critica o uso da ênclise motivada pela insegurança e consequente hipercorreção linguísticas, o que se vê em construções como *no qual insinua-se*, *onde viu-se* e *não encontra-se* (p. 357): muitas pessoas, baseadas no ensino tradicional em que a ênclise é a colocação básica, a utilizam mesmo em situações em que a própria tradição luso-brasileira recomenda o uso da próclise.

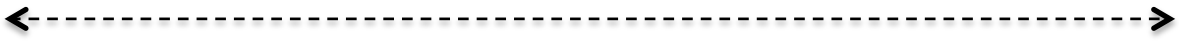
Como quarto ponto gramatical abordado na GB que favorece a gramatização de uma língua mais próxima de nossa realidade linguística, destaco a descrição dos paradigmas pronominal e de flexão verbal do PB, bem como o conjunto de aspectos morfossintáticos que lhes são relacionados, tais quais: i) a tendência à retenção do sujeito pronominal; ii) a tendência ao uso de objeto nulo ou pronome nominativo em contexto acusativo; iii) a redistribuição dos clíticos pessoais; iv) e a reconfiguração do paradigma dos possessivos e demonstrativos. De certo modo, esses novos paradigmas estão presentes na maioria das GBCP, a exemplo da GP; entretanto, a GB se diferencia por apresentá-los sob a forma de um *continuum* de variedades diastráticas, relacionadas ao maior ou menor prestígio social que essas formas carregam, como ilustra o Quadro 60, a seguir:

Quadro 60 – Paradigmas de conjugação verbal do PB[161]

VARIEDADES RURAIS OU RURBANAS DE MENOR PRESTÍGIO SOCIAL

A		B		C		D	
eu	FALO	eu	FALO	eu	FALO	eu	FALO
tu você ele / ela nós a gente vocês eles / elas	FALA	tu / você ele / ela a gente nós	FALA	tu / você ele / ela a gente	FALA	tu	FALAS
						você ele / ela a gente	FALA
		vocês eles / elas	FALA[M]	nós	FALAMO[S] FALA[M]	nós	FALAMOS
				vocês eles / elas		vocês eles / elas	FALAM

VARIEDADES URBANAS DE MAIOR PRESTÍGIO SOCIAL



Fonte: BAGNO, 2012, p. 539.

O Quadro 60 apresenta quatro paradigmas possíveis no PB, em se tratando dos pronomes retos (ou índices de pessoa, na terminologia da GB) e de suas respectivas flexões verbais. Como de costume na obra, esse conjunto de paradigmas se baseia em diversas pesquisas que têm sido empreendidas e publicadas no Brasil nas últimas quatro décadas, também por meio de gramáticas. Devo dizer que os quatro paradigmas não se diferem pelos pronomes que os constituem, mas sim pela quantidade de formas verbais que cada coluna apresenta. Na extrema esquerda do *continuum*, está o paradigma A, com somente duas formas verbais, que correspondem a grupos sociais de menor prestígio na escala dialetal; na extrema direita, encontra-se o paradigma D, de maior prestígio, com cinco formas verbais – ainda menos que o paradigma clássico do português, dotado de seis formas. Frisa a GB que um indivíduo pode usar formas de paradigmas diferentes, de acordo com o grau de monitoramento de sua atividade verbal, falada ou escrita.

Dentre as principais mudanças que o Quadro 60 traz em relação ao português clássico, destaco aquelas que correspondem a "traços graduais" do português brasileiro, para usarmos a noção teórica que subjaz à gramatização da língua na GB: a já citada redução do conjunto de desinências verbais; a generalização do uso do pronome *você*, presente em todos os estratos sociais e regiões do país; o uso do pronome *tu*, de segunda pessoa, com forma verbal flexionada na terceira pessoa do singular (*tu fala)*; o escasso uso do pronome *vós* e de suas formas verbais correspondentes, que cede lugar ao pronome *vocês* e às formas de terceira pessoa do plural; e a introdução do pronome *a gente*, concorrendo com *nós*. Além disso, devo

[161] O Quadro 60 é o único quadro apresentado nesta tese que se trata de uma reprodução.

dizer que, embora não se faça presente no referido quadro, as formas *o senhor/a senhora* também são acertadamente consideradas na GB como marcas de tratamento respeitoso, de modo que, em certo sentido, também fazem parte dos quatro paradigmas.

Assim, uma forma como *falava*, no PB, pode corresponder a *eu*, *você*, *tu*, *ele*, *ela*, *a gente*, *o senhor*, *a senhora*. Esse mesmo processo de enfraquecimento do paradigma verbal se verifica em inglês, francês e outras línguas que a GB traz à guisa de comparação, de modo a defender que o fenômeno não é restrito à nossa língua, nem diz respeito ao empobrecimento ou à corrupção do português clássico, como gritam os puristas. O fato é que "o PB começou a se tornar uma língua em que o sujeito do verbo tem que ser enunciado, na forma de um nome ou de um índice pessoal" (p. 162), afirma acertadamente a gramática em análise. Nesse sentido, o que a linguística contemporânea – em particular de base gerativa/paramétrica, como Tarallo (1996), Galves (2001), Silva (2004), entre outros – denomina "tendência à retenção do sujeito pronominal" é apresentada na GB como uma característica marcante do português brasileiro. Apoiando-se nos trabalhos dos linguistas Fernando Tarallo e Maria Eugênia L. Duarte[162], a obra vai defender que nossa língua se encontra numa fase de transição, em que o princípio "evite pronome" (*pro-drop*) cede lugar ao princípio "explicite pronome/sujeito". Isto é, segundo a gramática, o PB estaria caminhando para ser uma língua de sujeito pleno, e não mais sujeito nulo.

Intimamente relacionada à obrigatoriedade da explicitação do pronome sujeito encontra-se o uso de objeto nulo (anáfora zero) ou pronome nominativo em contextos acusativos. A GB também aborda o fenômeno com base em sintaticistas como Tarallo e Duarte, que defendem o apagamento progressivo do objeto no PB como consequência da frequente explicitação do sujeito nas estruturas. É verdade que essa retomada no PB atual também pode ser feita por um pronome oblíquo (ainda que em raros casos na língua falada, estritamente vinculados à escolarização) ou pela repetição do sintagma nominal, mas existe uma drástica diferença na frequência de uso entre essas duas possibilidades e o emprego da anáfora-zero (a estratégia de retomada anafórica preferida dos brasileiros) ou mesmo de um pronome nominativo. Essas duas últimas estratégias ocorrem em todas as regiões do Brasil, independentemente de classe social, sobretudo em se tratando de grupos mais jovens.

No bojo dessas mudanças paradigmáticas e estruturais na gramática do PB, a GB também destaca o desuso de alguns clíticos pessoais e a redistribuição de outros. Nesse sentido, a obra afirma que os clíticos *o/a/os/as* não fazem parte do vernáculo brasileiro, pois

[162] A exemplo de "Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil". In: TARALLO, F. (org.). *Fotografias sociolinguísticas*. Campinas: Pontes/Unicamp, 1989.

só são empregados pelas pessoas que tiveram acesso à educação escolarizada, e mesmo assim em situações mais monitoradas de uso da língua, em particular em contextos restritos aos infinitivos, sob as formas *-lo/-la/-los/-las*. A gramática também ressalta o desuso da forma plural *lhes* no PB, em correferência tanto a *vocês* quanto a *eles/elas*, bem como o emprego da forma singular *lhe* funcionando enquanto objeto direto, como em *de dourado eu lhe vestia* (p. 756). O funcionamento sintático do clítico *lhe* é "muito mais livre e permite intercâmbios muito mais flexíveis do que o que a tradição gramatical ainda prescreve" (p. 755), sentencia a GB, que julga necessário o ensino sistemático dos clíticos de terceira pessoa para os falantes do PB como formas praticamente estrangeiras. Além disso, a gramática ainda acolhe o que a tradição nega e denomina "mistura de tratamento": a liberdade que cada brasileiro tem de correlacionar certos pronomes sujeitos de segunda pessoa (*tu*, *você*) com qualquer pronome clítico de segunda/terceira pessoa (*te*, *o*, *lhe*), o que se justifica justamente pela reorganização dos quadros pronominais da tradição conforme as especificidades da nossa língua.

A propósito, também não ficam de fora das propostas descritivas da GB para os quadros pronominais do PB as mudanças ocorridas com o paradigma dos possessivos e dos demonstrativos. Sabe-se que a reconfiguração da segunda pessoa a partir da generalização da forma *você* ocasionou a ambiguidade do possessivo *seus* e flexões: tais formas podem se referir a *você/s*, *ele/s* ou *ela/s*, como em *Você e Daniel vieram no <u>seu</u> carro?* (p. 166). De acordo com a GB, essa ambiguidade foi resolvida com a delimitação de *seu/sua/seus/suas* àquilo que se refere a *você* (mas não a *vocês*, para o qual se usa *de vocês*), enquanto as contrações *dele/dela/deles/delas* ficaram a serviço de *ele* e flexões. A obra também acertadamente gramatiza a forma possessiva *da gente*, utilizada recorrentemente no PB como alternativa a *nosso/nossa/nossos/nossas*. No que diz respeito aos demonstrativos, conforme já comentei na análise das bases teóricas e configurações metodológicas da GB (subseção 4.3.3), essa obra substitui o antigo sistema ternário do português clássico *isto/isso/aquilo* pelo sistema binário *isso/aquilo*, sendo a perda da oposição *isto/isso* suprida por meio da combinação do demonstrativo com os advérbios de lugar *aqui* (*isso aqui*) e *aí* (*isso aí*). Vale dizer que essa proposta descritiva da GB para os demonstrativos do PB se fundamenta explicitamente na GA.

Acredito que a apresentação e discussão desse conjunto de rupturas com certas prescrições descabidas da gramatização tradicional atestam que a GB realmente inova ao considerar legítimas, na fala e na escrita dos brasileiros, uma gama de formas e construções do PB não efetivamente validadas pelas nossas gramáticas tradicionais do português. Evidentemente, a lista de particularidades morfossintáticas do PB gramatizadas na obra é bem

maior do que os pontos analisados aqui, mas tratar de todos eles desviaria o foco da tese e comprometeria o espaço para responder a outras questões igualmente relevantes. De qualquer modo, finalizo esta seção acrescentando a esses pontos outras descrições de vanguarda da gramática, no que diz respeito à gramatização da língua dos brasileiros. Tais descrições envolvem não só a gramatização, mas também a consideração, a acolhida, o reconhecimento e a legitimação:

a) das formas verbais do mais-que-perfeito composto formado com o auxiliar *ter* (*tinha falado*, e não *havia falado*) como caracterizadoras desse tempo no PB, em detrimento das formas verbais do mais-que-perfeito simples (*falara*), empregadas apenas em textos mais monitorados (capítulos 12, 14);
b) de construções condicionais em que a segunda oração aparece com a forma verbal no pretérito imperfeito do indicativo, e não no futuro do pretérito, a exemplo de *Se eu tivesse condições, comprava um carro novo* ou *Se essa rua fosse minha, eu mandava ladrilhar* (capítulos 4, 12);
c) da perífrase *ir* + infinitivo (*vou/ia cantar*) na indicação dos tempos futuro do presente e futuro do pretérito, em detrimento das formas clássicas (*cantarei/cantaria*), raramente usadas na fala espontânea (capítulo 4);
d) do pretérito perfeito composto no lugar do futuro do presente composto, a exemplo de *Se você tomar o ônibus das sete horas, às nove você já tem chegado* [e não *terá chegado*] *em Caruaru* (capítulo 12);
e) do modo indicativo, em detrimento da obsolescência do modo subjuntivo, em contextos menos monitorados, a exemplo de *Você quer que eu vejo isso para você?*, *Se eu começo a pensar...* e *Pensou que ia ganhar, mas não ganhou* (capítulo 12);
f) de um quadro de formação do imperativo bem diferente do que prescreve a tradição, pois, dentre algumas razões: as formas *fala tu* (derivada do indicativo) e *fale você* (derivada do subjuntivo) não correspondem aos usos autênticos do PB, uma vez que geralmente as formas *fala* e *fale* não estão associadas, respectivamente, aos falantes que usam *tu* e *você*; as formas com *nós* (*Saiamos da varanda e passemos à sala de jantar*) não ocorrem no PB quando espontaneamente falado, mas sim a construção *vamos* + *infinitivo* (*vamos sair*, *vamos começar*); as formas previstas para o imperativo negativo referente a *tu*, como *não venhas*, *não faças*, *não digas*, não ocorrem em nenhuma variedade do PB, mas sim *não vem/venha*, *não faz/faça*, *não diz/diga* (capítulo 12);
g) de comportamentos modais próprios de certos verbos, como a locução *poder* + *infinitivo*, que tem uso muito particular no PB em construções imperativas, tais quais *Pode largar*

isso aí agora mesmo!, *Se você acha que eu vou te ajudar com isso, pode esquecer!* (capítulo 12);

h) o reconhecimento do relativo universal *que*, sozinho (relativa cortadora) ou em combinações com expressões possessivas (relativa copiadora), em substituição da relativa padrão com *cujo*, principalmente mas não só na interação oral, a exemplo de *Aquele ali é o homem que a filha (dele) se casou com meu primo Alfredo*. (capítulo 4);

i) do apagamento de preposição diante de pronome relativo, no PB falado e escrito, a exemplo de *as coisas Ø que eu mais gosto*, *um cantor Ø que todo mundo gosta*, *cada um faz o Ø que gosta* (capítulo 9);

j) do emprego de um sujeito reto (tradicionalmente nominativo), em lugar de um sujeito oblíquo (tradicionalmente acusativo), em sentenças reduzidas de infinitivo, tais quais *deixa eu falar*, *vi ele entrar*, *o diretor mandou eu fazer o relatório*, o que se justificaria pela tendência da língua em explicitar o sujeito e apagar o objeto direto (capítulo 12);

k) de formas alternativas de indeterminação do sujeito, tais quais verbo na terceira pessoa do singular (*aqui faz fotocópia*, *não sei onde compra os ingressos*, *nessa vaga não pode estacionar*), verbo na terceira pessoa do plural com sujeito explícito (*porque eles entregam o prédio mas sempre falta alguma coisa*) e as formas *você* e *a gente* funcionando discursivamente como marcas de indeterminação (*eu acho que a arte do retrato é muito difícil porque aí você exige a semelhança*) (capítulo 15);

l) do advérbio *meio* como opcionalmente flexionado em gênero, de modo análogo à flexão de *todo* quando usado como advérbio, a exemplo de *Ana entrou em casa toda/meia molhada* (capítulo 13);

m) da construção *para mim + infinitivo* (*O ilustrador trouxe os desenhos para mim examinar*), documentada na literatura romântica desde o século XIX, por estar a meio caminho de se tornar um traço gradual do PB (capítulo 14);

n) da forma *ver*, igualmente à forma *vir*, na expressão do futuro do subjuntivo do verbo *ver*, à medida que a língua vem passando por um processo de regularização dos paradigmas irregulares (capítulo 12);

o) da concordância não obrigatória entre o sujeito (na verdade objeto) e o verbo na construção tradicionalmente denominada "voz passiva sintética", a exemplo de *procura-se intérpretes*, uma vez que tais construções estariam na voz ativa, exercendo o clítico *se* o papel sintático de sujeito e o papel semântico [+ indeterminado] (capítulo 16);

p) do gênero feminino para o substantivo *grama*, no sentido de unidade de medida de massa, uma vez que expressões como *duzentas gramas* estão na fala de brasileiros de todas as classes sociais e de todos os níveis de instrução (capítulo 13);

q) da contração da preposição *de* seguida de determinante + sujeito + infinitivo, como se vê em *apesar dessa relação ter diminuído* ou *a possibilidade do leilão ser adiado* (capítulo 14);

r) da construção *preposição + se + infinitivo*, a exemplo de *lugar bom de se morar*, já incorporada às regras sintáticas da língua (capítulo 16);

s) do declínio da preposição *a*, que sofre concorrência de *para* ou *em* nas construções dativas (*dar*, *mostrar*, *responder*, *dizer*, *pedir para alguém*), nas construções que exprimem movimento/direção (*ir*, *vir*, *chegar*, *rumar para algum lugar*) e nas construções do tipo *falar no telefone*, *escrever no computador*, *ficar na janela* etc. (capítulo 19);

t) do descarte de qualquer distinção semântica entre *onde* e *aonde*, tanto na língua escrita, quando na língua falada (capítulo 20); entre tantos outros.

Por fim, devo dizer que o reconhecimento e a valorização dessas formas e construções do PB gramatizadas na GB não interditam o uso de suas contrapartes clássicas, cujo ensino sistemático, em alguns casos, a obra inclusive recomenda. Nesse sentido, no capítulo 22, há um resumo dessas principais "subversões prescritivas" que aqui analisamos, além de encaminhamentos didático-pedagógicas para o trato do fenômeno em sala de aula. A obra acertadamente diferencia as formas e construções da norma-padrão tradicional que merecem ser explicitamente ensinadas – sobretudo pelo seu emprego ainda em voga em contextos mais monitorados de uso da língua – e aquelas que, devido ao seu inegável desuso generalizado, não precisam ser ensinadas, mas apenas apresentadas e explicadas aos alunos quando aparecerem em algum texto lido e trabalhado na atividade escolar.

Como se vê, a GB indubitavelmente favorece a flexibilização de nossa norma linguística, falada e escrita, e promove, no mínimo, o estreitamento do fosso entre o vernáculo do brasileiros e a língua gramatizada adquirida através da educação escolar.

5 **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

> Cada qual defende a sua personalidade, e só aceita uma mudança na sua maneira de pensar ou de sentir, na medida em que esta alteração possa entrar na unidade do seu espírito e enredar-se na sua continuidade; na medida em que essa mudança se puder harmonizar e se conseguir integrar com todo o resto da sua maneira de ser, pensar e sentir, e possa, por outro lado, enlaçar-se nas suas recordações. Nem a um homem, nem a um povo – que, em certo sentido, também é um homem – se pode exigir uma mudança que desfaça a unidade e a continuidade da sua pessoa. Pode-se mudá-lo muito, quase até por completo; mas sempre dentro da continuidade.
>
> (Miguel de Unamuno, *Do sentimento trágico da vida*, 1913)

Esta tese se propôs a analisar os instrumentos gramaticais emergentes no cenário dos estudos linguísticos brasileiros a partir do final do século XX, os quais denominei de *gramáticas brasileiras contemporâneas do português* (GBCP). O trabalho se situou no campo da Linguística Aplicada, entendida como prática social, reflexiva, crítica e *in*disciplinar[163], de modo que houve a negação de um corpo teórico homogêneo e o cruzamento de fronteiras disciplinares na elaboração de um eixo teórico-metodológico próprio, capaz de dar conta dos problemas e dos objetivos propostos. Nesse sentido, foram abraçadas diferentes áreas temáticas, dentre as quais os estudos clássicos sobre instrumentos gramaticais greco-latinos, os estudos sobre gramatização das línguas neolatinas (sobretudo da língua portuguesa), os estudos sobre gramática, norma e variação e os estudos sobre epistemologia científica e linguística. A pesquisa, de natureza essencialmente qualitativa e interpretativa, se caracterizou por um percurso metodológico processual e por um duplo movimento dedutivo-indutivo[164]: a problemática operou na seleção dos aportes teóricos, na definição do *corpus*, no estabelecimento das categorias de análise, na análise das gramáticas, na interpretação dos resultados e vice-versa.

Inicialmente, fui movido pela ideia de que as GBCP vêm promovendo movimentos de ruptura com a tradição gramatical luso-brasileira (e, consequentemente, greco-latina), à medida que tentam responder a demandas da *virada linguística* que já gritam a aproximadamente meio século. De lá para cá, se tornaram cada vez mais consistentes e frequentes as críticas às contradições e insuficiências teórico-metodológicas da gramática tradicional, bem como à sua subserviência a prescrições que almejam a um ideal de norma-padrão bem distante dos brasileiros. Incrementa esse contexto epistemológico o reconhecimento da legitimidade e autonomia do *português brasileiro* (PB) como instância

[163] Moita Lopes (2008c, 2009a, 2009b); Rojo (2008).
[164] Charaudeau (2001).

linguística e sociocultural diferente da língua de Portugal, de modo que se fez imperiosa a elaboração de obras gramaticais mais próximas aos nossos usos linguísticos reais, avessas a ranços prescritivos e fundamentadas em perspectivas teórico-metodológicas e arcabouços categoriais e conceituais não vinculados ao *paradigma tradicional de gramatização* (PTG). Na esteira das reflexões de Thomas Kuhn sobre epistemologia científica[165], defendi que: a doutrina gramatical greco-romana, a despeito de seu improvável *status* científico, se comporta tal qual um *paradigma científico*, perdurando por mais de dois milênios no Ocidente; o novo conjunto de compromissos da linguística brasileira com a gramatização do PB consiste numa *transição de paradigmas* e ocasiona processos de descontinuidade e movimentos de rupturas epistemológicas.

Assim, convicto de que a virada linguística vem engendrando novos modelos de gramatização no cenário brasileiro e que tais modelos se opõem ao PTG, fui guiado pela seguinte pergunta:

Como se caracteriza(m) esse(s) novo(s) paradigma(s), no que diz respeito às linhas de continuidade e aos movimentos de ruptura que ele(s) estabelece(m) em relação ao PTG?

Acredito que o conjunto das três GBCP tomadas como objetos de análise – a GA (Azeredo), a GP (Perini) e a GB (Bagno) – conseguiu ser representativo do alcance desse novo movimento de gramatização de nossa língua. Também foram importantes a leitura crítica de gramáticas normativas do português de várias épocas, bem como o contato com gramáticas gregas e latinas da Antiguidade e da Idade Média. Tudo isso, juntamente com o extenso material bibliográfico referido ao longo da tese, me deu condições de responder a essa pergunta central a partir das respostas às subperguntas que dela derivam e alcançar os objetivos específicos e o objetivo geral do trabalho[166].

Diante disso, organizei a tese em três capítulos – além da Introdução (Capítulo 1) e das Considerações Finais (Capítulo 5).

No Capítulo 2, a fim de construir e caracterizar a noção de PTG no contexto da historiografia linguístico-gramatical do Ocidente, fiz um apanhado histórico sobre as primeiras reflexões na cultura ocidental acerca da gramática, o consequente surgimento da doutrina gramatical greco-romana na Antiguidade e o processo de gramatização dos vernáculos europeus modernos no Renascimento. Ampliei o conceito de *gramatização* de

[165] Kuhn (1962).
[166] Cf. Introdução, seções 4 e 5, para rever as subperguntas de pesquisa e os objetivos da tese.

Auroux (1992), que cobre o contexto renascentista de produção de gramáticas, e argumentei que o PTG abarca a elaboração de instrumentos de gramatização tanto no Ocidente quinhentista, quanto em momentos anteriores e posteriores a esse.

Esse paradigma se ramificou da filosofia grega clássica e se tornou o mentor epistemo-ideológico do que tradicionalmente se entende por *gramática* nas sociedades ocidentais de cultura escrita, desde os gramáticos alexandrinos do século I a.C. aos gramáticos brasileiros do século XX. Apesar das diferenças incontestes entre, por exemplo, a *Tékhnē Grammatikē*, de Dionísio Trácio (séc. I a.C.), e a *Nova gramática do português contemporâneo*, de Cunha & Cintra (séc. XXI), há um feixe de traços[167] que recobre as obras gramaticais elaboradas por esses gramáticos e mais tantos outros distantes entre si no tempo e no espaço, citados ou não ao longo desta tese. A natureza teórico-metodológica e socioideológica dessas obras evidencia sua produção a partir de uma mesma "frente de montagem". Em geral, as gramáticas sob o crivo do PTG:

- buscam construir e ensinar um padrão linguístico ideal a partir da prescrição de supostas formas corretas e legítimas;
- veem as variedades linguísticas dominantes na sociedade como superiores às de menor prestígio;
- confundem *gramática*, *norma* e *língua*, entendendo-as como um objeto autônomo, homogêneo e estático, independente de seus usuários e a serviço da expressão do pensamento;
- privilegiam a escrita literária pregressa em detrimento de outros universos linguísticos;
- tomam a frase como unidade máxima de análise e consideram imanente o seu sentido;
- utilizam um aparato categorial, conceitual e terminológico comum, fixo e estanque, a despeito de lacunas e contradições.

Desse modo, abalizei o PTG como o nosso legado alexandrino em se tratando da elaboração de gramáticas. A *tékhnē* grega foi traduzida e adaptada à *ars* latina, e conservada e propagada pelos gramáticos latinos da Idade Média. Essa unidade greco-romana transpôs objetivos, ideologias, perspectivas teóricas, escolhas metodológicas e aparato categorial-conceitual ao contexto renascentista de ampliação do processo de gramatização para outras realidades linguísticas, dentre elas, o português.

No Capítulo 3, resgatei a história das gramáticas do português de natureza prescritivo-normativa, produzidas em Portugal desde o século XVI e no Brasil a partir do século XIX,

[167] Cf. Capítulo 2, seção 2.6, Figura 4.

com o propósito de entender como se instituiu, como se desenvolveu e no que resultou o PTG no contexto luso-brasileiro.

Minhas principais conclusões caminham no sentido de que, a despeito das vicissitudes inerentes a cada época, houve a permanência do PTG no processo de gramatização do português, formalmente iniciado em Portugal em 1536, com a *Grammatica da linguagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira, e no Brasil em 1881, com a *Grammatica portugueza*, de Júlio Ribeiro. Friso que as gramáticas do português que surgiram entre essas duas obras não levaram em consideração a realidade linguística brasileira, ainda em formação. Também destaco que não seria a partir do "cientificismo" de Júlio Ribeiro que isso viria a acontecer, pois, em termos efetivos, a gramatização tradicional brasileira, ainda hoje, não se emancipou do modelo da gramatização lusitana, haja vista a defesa da suposta unidade linguística luso-brasileira nas gramáticas normativas, ainda que sejam as formas e construções particularmente "lusas" – e não brasileiras – as que constituem o modelo linguístico almejado e prescrito.

Assim, o PTG continua em voga no Brasil de nossos dias, época em que circulam as gramáticas de Cunha & Cintra (2008), Bechara (2009) e Rocha Lima (2010), entre outros derradeiros protagonistas de nossa tradição gramatical. De viés normativo-prescritivo, essas obras não contemplam boa parte dos usos linguísticos efetivos dos brasileiros e se valem do arcabouço categorial e conceitual greco-latino, uniformizado pela força homogeneizadora da NGB há mais de meio século. A passagem de uma perspectiva lógico-filosófica para uma perspectiva histórico-comparativa no final do século XIX, a regulamentação terminológica por meio da NGB a partir de 1959, os deslocamentos teóricos e práticos promovidos pela consolidação da virada linguística na década de 1980, nada disso parece ter sido suficiente para que fosse constituído um novo paradigma brasileiro de gramatização, que apagasse o embasamento teórico e a filiação ideológica aos traços da tradição greco-latina e da gramática lusitana. Nesse sentido, as políticas educacionais e a própria história do Brasil também fizeram com que a tradição gramatical brasileira se desenvolvesse com mais continuidades e assentamentos do que rupturas.

Neste mesmo capítulo, também refleti sobre a noção de "norma-padrão" como consequência da gramatização tradicional. Ressalto aqui que as gramáticas tradicionais luso-brasileiras sustentam a ideologia da língua correta e do monolinguismo, não só por seu forte cunho normativo, mas também pela imprecisão ou indefinição do conceito de norma que as conduz. Costumeiramente, confundem *norma-padrão* com *norma culta* e *registro formal*, ou mesmo com a própria *língua*. Essa norma culta/padrão/formal equivale a uma espécie de

língua portuguesa ideal e resulta da prisão à escrita lusitana. Tal norma é vista como "a única norma", como "A Língua", representada de modo homogêneo, sem variação, ou mesmo a partir de uma imagem heterogênea, mas com usos devidamente hierarquizados. Essas obras ignoram o fato de a norma-padrão ser um construto artificial dependente da escrita, homogeneizante e unificador, decorrente de um processo de hipostasiação[168] e gramatização.

Portanto, a gramática de nossa língua materna e de cultura vem sendo subjugada a uma norma-padrão bem distante de nossos usos linguísticos efetivos, inclusive em contextos mais monitorados de escrita. Nossas gramáticas tradicionais do português foram erguidas, se desenvolveram e ainda hoje permanecem sob a epistemologia do processo de gramatização renascentista, que por sua vez é pautado na tradição latina e no legado alexandrino da doutrina gramatical prescritivista, homogeneizante e calcada na escrita literária distante espaço-temporalmente. São todas, sem exceção, produtos do PTG. São elas as atuais gramáticas de referência no nosso país, e é contra esse fazer gramatical que as GBCP se erguem, na tentativa de gramatizar, sob outro crivo epistemológico, o PB.

No Capítulo 4, as quatro categorias de análise deram o norte da investigação da GA, GP e GB: (a) demandas e propósitos sociais; (b) concepções teóricas e configurações metodológicas; (c) arcabouço descritivo, categorial e conceitual; e (d) língua gramatizada. A seguir, com base nessas quatro categorias, efetuo comparações e generalizações entre as três obras, a fim de responder às subperguntas de pesquisa e, consequentemente, à pergunta central da tese.

No que diz respeito a **DEMANDAS E PROPÓSITOS SOCIAIS**, as GBCP, cada qual a seu jeito, comprometem-se com o contexto sócio-histórico da virada linguística e do discurso da mudança nas pesquisas e no ensino-aprendizagem de língua no Brasil. Todavia, embora se possa dizer que as três obras refletem a fertilidade dos estudos linguísticos brasileiros, são a GP e a GB as que mais se aproximam de uma visão de gramática enquanto disciplina científica, indo de encontro às certezas incontestes da doutrina gramatical. Nesse ponto, destaco a natureza confessadamente incompleta da GP, cujas propostas de descrição morfossintática são atravessadas por uma série de incertezas e espaços vazios, relativizando posições definitivas e apresentando, sempre que oportuno, caminhos para pesquisas futuras que colaborem na descrição de diferentes fenômenos linguístico-gramaticais.

Outro ponto de ruptura com a tradição reside no trabalho predominantemente descritivo realizado pelas GBCP, com foco nos aspectos do PB caracterizadores de nossa

[168] Cf. Bagno (2011).

realidade linguística há tempos. Essas gramáticas estão cientes da necessidade dos brasileiros de um modelo de referência coerente com seus usos falados (GP), escritos (GA) e falados e escritos (GB), de modo que pretendem favorecer a construção de tal modelo. O compromisso, em particular, da GP e da GB com a autonomia e legitimidade do PB enquanto língua dos brasileiros faz com que as descrições sejam centradas nos fenômenos costumeiramente negligenciados pelo PTG, resultando não exatamente numa descrição do PB, mas sim numa descrição dos principais desacordos morfossintáticos entre o PB e o português clássico prescrito pela tradição. Erguem-se sobre a sombra da norma-padrão portuguesa, à medida que afirmam dela se afastar. Em última análise, sobretudo em se tratando da GB, a obra se assemelha a uma espécie "errata da tradição normativa", uma "gramática de contrastes" entre aspectos morfossintáticos prescritos e sua contraparte descritiva e realística.

Convém dizer que a GA também se propõe a legitimar construções indevidamente estigmatizadas pelos puristas de plantão; no entanto, diferentemente das duas outras obras, esse não é seu ponto forte. Não raro, um mesmo fato gramatical é abordado ora a partir de um posicionamento emancipador, ora a partir de uma atitude tradicional. Além disso, a descrição efetiva do português do Brasil por vezes é renegada a observações periféricas, notas de rodapé e apêndices. Não é à toa que a obra diz buscar um ponto de equilíbrio entre tradição e renovação, o que faz dela a GBCP, dentre as três analisadas, a que mais apresenta linhas de continuidade com o PTG no que diz respeito aos propósitos sociais desses instrumentos – embora reconheça usos não literários como possíveis expressões do padrão do português do Brasil e considere aspectos da atividade textual-discursiva na descrição gramatical cumprida.

Efetivamente, o público-alvo das GBCP não é o estudante da educação básica, nem mesmo o leitor comum, mas sim o leitor especializado: o linguista, o professor de português, o estudante de letras. A GA até se apresenta como gramática de referência da modalidade padrão escrita da língua portuguesa em nosso país, mas suas densas exposições teóricas e descritivas acabam por parcialmente inviabilizar seu alcance na escola e nas demandas linguístico-gramaticais do cotidiano. Em outras palavras, a depender do que se venha nela pesquisar, é provável que alguém com uma simples dúvida relacionada à terminologia gramatical ou ao uso de determinada forma ou construção linguística tenha dificuldade em encontrar uma solução também simples e rápida nessa gramática. Isso faz com que se levante a hipótese de que o espaço das gramáticas tradicionais do português fora pouco abalado com essas novas publicações, as quais, se respondem às urgências da virada linguística, não atendem às demandas ordinárias de um livro de gramática.

Devo dizer que, dentre as três obras analisadas, a GB é a que mais deixa evidente essa ruptura com a função social da gramática como livro de referência para o público geral. Nascida da convicção de que as gramáticas tradicionais do português não podem servir de material de estudo e consulta para os professores de língua materna, essa obra é destinada diretamente ao professor de língua em atuação ou que irá atuar em diferentes salas de aula do país. Destaca-se das outras GBCP analisadas aqui pelo constante diálogo com o professor e pelas inúmeras reflexões didático-pedagógicas envolvendo os fenômenos linguísticos em foco. De fato, contribui para que os docentes conheçam melhor o PB, se reconheçam nele e dele se sirvam como seu objeto de ensino. Todavia, bem como a GP, não atende às demandas do leitor comum. As duas obras são denominadas 'gramáticas', mas, a rigor, consistem em instrumentos tecnológicos de gramatização sem precedentes, atentos a outras funções sociais, diferentes dos propósitos genéricos das gramáticas tradicionais. Nesse sentido, essa descontinuidade com a tradição ocasiona, em última análise, um deslocamento no que socialmente se costuma esperar de um livro de gramática. Em suma, esse novo fazer gramatical consiste não só em um novo processo em cena, mas na construção de um novo objeto metalinguístico, ainda que sob o título *gramática*.

Quanto às **CONCEPÇÕES TEÓRICAS E CONFIGURAÇÕES METODOLÓGICAS**, as GBCP concordam que os fundamentos da gramática tradicional não são suficientes para dar conta do novo fazer gramatical que elas empreendem. Diante disso, rompem com alguns traços constitutivos do PTG, o que não significa que as mudanças operadas estejam imunes a críticas, nem que haja o apagamento de todas as linhas de continuidade com a tradição.

As análises apontaram que, em certa medida, as três gramáticas não enxergam na linguística a existência de um modelo teórico particular que isole todas as questões teórico-metodológicas e possibilite uma descrição gramatical segura. Indo mais a fundo, essas obras compartilham a crença de que a própria natureza dinâmica e complexa da (gramática da) língua dificulta sua redução a um modelo teórico dotado de categorias estanques, razão pela qual a tradição gramatical não as satisfaz. Como resultado desse ponto de vista, as gramáticas analisadas acabam não apresentando uma linha teórica mestra nem discutindo seus aspectos metodológicos de partida.

Nesse sentido, a GA e a GB buscam conciliar diversas categorias e noções teóricas que remontam a diferentes áreas dos estudos linguísticos. Essa heterogeneidade é ainda mais pulsante na GB, pois, para legitimar certos aspectos do PB marginalizados pela opressão gramatical, a obra não se preocupa com possíveis incompatibilidades teóricas: é capaz de agregar num mesmo lastro a linguística da enunciação, a abordagem funcionalista da

lexicogramática, a abordagem da gramaticalização sob o viés pancrônico e sociocognitivo, as sociolinguísticas variacionista e paramétrica, descrições formalistas de cunho estruturalista e gerativista, a teoria das valências, entre tantos outros aportes teóricos. Tal sustentáculo intertextual impressiona ainda mais quando levamos em conta os constantes diálogos que a GB estabelece com as outras GBCP, também de naturezas teóricas distintas.

Por sua vez, a GP tenta se manter "ateórica", filiando-se ao "principio de orientação descritivista da sintaxe simples"[169]. Todavia, em última instância, essa gramática também considera alguns estudos linguísticos, de diferentes perspectivas teóricas, sobre as especificidades morfossintáticas e semânticas do PB, embora sejam raras as indicações dos créditos no seu decorrer.

Assim, as três obras negam o arcabouço analítico do PTG, mas não o substituem efetivamente, visto compilarem resultados das mais diferentes áreas de pesquisa sobre o PB e/ou apresentarem suas próprias análises, em geral destituídas de um paradigma teórico-metodológico específico.

Outro ponto em comum entre a GA e a GB diz respeito ao alargamento das concepções de língua(gem) apresentadas. É verdade que a GA não precisa as fronteiras entre alguns desses termos: por vezes, equivale indevidamente *linguagem* a *língua* ou *norma-padrão* a *norma culta*, ao passo que a GB não só evita essas falsas correspondências como também faz questão de esclarecer e diferenciar seus respectivos escopos. No entanto, cada qual a seu modo, ambas as gramáticas abraçam a língua como fenômeno sociocultural e atividade sociocognitiva e de interação verbal – o que não isenta a GA da assunção de alguns conceitos fundamentalmente estruturalistas. As duas obras também consideram a variação e a mudança linguística como constitutivas da língua. Consequentemente, reconhecem que a melhor língua não é a de nossos antepassados e dizem respeitar todas as variedades linguísticas, vistas como normas igualmente complexas e adequadas aos objetivos interacionais de seus usuários; e a GB, em particular, ainda analisa uma série de fenômenos gramaticais a partir do ponto de vista da mudança linguística, levando em conta aspectos diacrônicos.

Por seu turno, a GP transparece uma concepção formalista de língua e abdica de discussões teóricas a respeito desse e de outros conceitos relevantes ao perfil de uma gramática de base linguística, e não filológico-normativa, tais como *norma*, *variação* e *mudança linguística*, *enunciado*, *texto*, *discurso*, *gênero*, *fala* e *escrita* etc. Essa obra realiza

[169] Culicover & Jackendoff (2005).

uma abordagem imanente da estrutura sintático-semântica, que não leva em conta a interface gramática e uso/discurso. Nesse sentido, dentre as três GBCP, a GA se sobressai como aquela que mais considera aspectos ligados ao enunciado, ao texto e ao discurso na análise de tópicos gramaticais e categorias morfossintáticas. Sem dúvida, essa característica é ponto alto da quebra da GA com o PTG, algo que a GP deixa a desejar e que a GB até apregoa com sua abordagem "discursiva" (sintático-semântico-pragmática), mas de fato se limita a poucas incursões do tipo.

O mesmo vigor no rompimento com a tradição não se vê no viés prescritivo que permanece na condução de certos temas na GA. Essa obra defende explicitamente uma noção de gramática que se afasta de um conjunto de regras impostas sobre a "língua correta" e se aproxima do conhecimento intuitivo e prático dos usuários. Entretanto, além dela se assumir enquanto uma gramática descritivo-prescritiva, de fato realiza uma abordagem normativa de alguns tópicos gramaticais. O mesmo não ocorre com a GP e a GB, as quais, de caráter exclusivamente descritivo, abandonam em definitivo as regras prescritivas e as interdições da tradição luso-brasileira.

Outro ponto de continuidade com o PTG – dessa vez verificado nas três obras, a despeito de suas propensões mais ou menos formalistas – é o fato da descrição gramatical ficar restrita à sintaxe do período como unidade máxima de análise. Em geral, permanecem a tríade *fonética/fonologia*, *morfologia* e *sintaxe* como as partes principais da gramática (embora a GB conjugue morfologia e sintaxe em *lexicogramática*), e a palavra, a oração e o período (além da noção de sintagma) como unidades-chave da descrição gramatical, em detrimento de fenômenos maiores como o texto, o gênero, o discurso e a interação. É fato que a GB defende eloquentemente que toda manifestação da língua se dá na forma de textos distribuídos no "*continuum* fala-escrita dos gêneros textuais"[170], e que a GA costuma exemplificar a análise de tópicos gramaticais a partir de trechos ou parágrafos de textos, levando em consideração os aspectos textuais-discursivos envolvidos; entretanto, a unidade de análise não transcende o período e seus constituintes, o que mantém as GBCP como gramáticas da palavra e da frase/oração/período, e não do texto e do discurso.

Por fim, como último ponto de tensão entre continuidades e rupturas no arcabouço teórico-metodológico das GBCP, recupero a natureza dos dados linguísticos. A rigor, apenas a GB apresenta o que se pode chamar de *corpus* (inquéritos do Projeto NURC), ainda que, como as outras GBCP, se valha dos dados como exemplos de categorias gramaticais ou como

[170] Marcuschi (2008).

provas de que certas formas e construções do PB são realmente utilizadas por falantes "cultos". Essa obra repete esse mesmo procedimento de abonação com dados de escrita jornalística, de modo a legitimar aspectos próprios do vernáculo em contextos mais monitorados de uso da língua. No entanto, não só a GB mas também todas as obras analisadas abandonam a fixação na literatura pregressa, seja trazendo à cena outros domínios discursivos (GA e GB), seja por se limitarem a dados de introspecção (GP). Convêm frisar que a GB e a GA também não descartam a utilização da introspecção em suas descrições e que a GA ainda mantém presença significativa do domínio literário em seu conjunto de exemplos, dessa feita com autores da contemporaneidade brasileira, o que aponta para traços de continuidade com o PTG no tecido da mudança em progresso.

As GBCP também reconhecem as limitações do **ARCABOUÇO DESCRITIVO, CATEGORIAL E CONCEITUAL** da tradição gramatical luso-brasileira e a consequente necessidade de se renová-lo.

Entretanto, na GA, os movimentos de ruptura são mínimos: a obra chega até a explicitar que o arcabouço tradicional permanece válido em diversos pontos, não operando mudanças significativas na descrição morfossintática costumeira. Inclusive, a essência de seu acervo terminológico muito se assemelha à NGB de 1959. Já na GP e na GB, as mudanças são mais substanciais; não à toa, as duas são as obras que também assumem o caráter provisório de suas descrições gramaticais e que recusam explicitamente a NGB, pelo seu caráter oficial, não científico, assistemático, pretensamente infalível e de aprisionamento à tradição greco-latina. Não obstante, o aparato do PTG também está longe de ser completamente descartado nesse par de gramáticas, pois tanto serve de lastro para inovações descritivas, quanto é mantido em certos pontos, tal qual numa gramática normativa clássica.

É verdade que aspectos do arcabouço tradicional são criticados nas três obras. Diversas categorias gramaticais são reanalisadas, redefinidas e/ou renomeadas, a exemplo de *advérbio*, *pronome*, *numeral*, *substantivo*, *gênero* e *grau*, *sujeito oculto*, *termo acessório da oração*, *partícula apassivadora*, entre outras. Além disso, termos e conceitos não convencionais – tais quais *sintagma*, *papel temático*, *valência*, *construção*, *diátese*, *gramaticalização*, *dêixis* e *anáfora*, *proforma*, *verbinominal* etc. – são operacionalizados e orientam as propostas descritivas apresentadas. Entretanto, o arcabouço exibido não é autossuficiente nem insensível à tradição, em particular à NGB: evoca continuidade na manutenção de vários termos ou expressões, ou mesmo na negação e substituição de outros tantos.

É por isso que vejo no aparato terminológico das GBCP a naturalização dos termos da doutrina gramatical, isto é, sua desconstrução teórica e seu "uso protocolar"[171]. As constantes críticas promovidas pela linguística brasileira a partir da metade do século XX não conseguiram apagar uma espécie de terminologia linguístico-gramatical relativamente estável, compartilhada tacitamente pelos estudos linguísticos a despeito de diferentes vieses teóricos. Tal terminologia, seguida inevitavelmente pelas GBCP, a despeito de suas pretensões científicas, reflete não só o PTG mas também sua base primeira: a filosofia clássica grega em que beberam os primeiros gramáticos alexandrinos.

O retrato das classes de palavras nas três obras analisadas também é exemplar desses movimentos de ruptura categorial/conceitual/terminológica que acendem fios de continuidade com o PTG. Nesse sentido, a GA inova ao apresentar três diferentes arrumações de classes de palavras, uma para cada critério classificatório (lógico-semântico, morfossintático e sintagmático), mas sucumbe à força da tradição e ao peso da NGB ao se valer de nove das dez classes do documento como categorias fundamentais à sua descrição morfossintática. Já a GP e a GB, como na tradição gramatical, definem suas classes com base em critérios notoriamente heterogêneos e assistemáticos, mas ambas subvertem, ao propor, respectivamente, um conjunto de apenas quatro classes (*nominais*, *verbos*, *conectivos*, *adverbiais*) e o trabalho com nove classes não estanques, mas porosas e prototípicas. Mesmo assim, as ditas "classes gramaticais" da GB dialogam com todas as fases do desdobramento *partes do discurso grega* (*mere lógos*) > *partes da oração latina* (*partis orationis*) > *classes de palavras da NGB*, planificadas no Quadro 57 (subseção 4.3.4).

Diante disso, afirmo que as GBCP, por mais deslocamentos que operem em relação às soluções descritivas da gramatização tradicional (nesse quesito, a GB é proeminente), não conseguem descrever o português brasileiro (ou do Brasil) estando imune ao legado categorial e conceitual greco-latino nem mesmo ao arcabouço terminológico da NGB. Se há pontos de subversão descritiva nessas gramáticas, alguns dos quais de qualidade e frescor teóricos evidentes, também há continuidade taxionômica com o PTG, cujos traços parecem não desaparecer tão facilmente de qualquer instrumento de gramatização contemporâneo. De certa forma, a ausência de um modelo teórico claro acaba favorecendo a manutenção de boa parte dos ensinamentos seculares da tradição. Some-se a isso a existência do consenso geral terminológico-conceitual entre a doutrina gramatical milenar e os estudos linguísticos contemporâneos, razão pela qual o aparato descritivo da tradição passa a ser utilizado nessas

[171] Borges Neto (2013).

gramáticas independentemente de teorias linguísticas e critérios de categorização delineados. As GBCP ficam, assim, impossibilitadas de descartar muitas das categorias e dos conceitos que remetem à doutrina gramatical, por tê-los colocado em um estatuto ateórico, naturalizado, aprioristicamente determinado.

Em se tratando da **LÍNGUA GRAMATIZADA**, as GBCP avançam a caminho do reconhecimento, da valorização e da legitimação de aspectos genuinamente brasileiros nos nossos usos comuns falados e escritos. Nessas gramáticas, há a incorporação de várias formas e construções da morfossintaxe brasileira historicamente marginalizadas ou mesmo vetadas pelas gramáticas tradicionais do português, inclusive por aquelas elaboradas por autores brasileiros.

Em geral, os aspectos morfossintáticos mais relevantes para a caracterização do "português brasileiro" (GP e GB) ou "português do Brasil" (GA) são aqueles cujas contrapartes puristas recorrem nas gramáticas tradicionais e no imaginário do senso comum como exemplos de usos corretos do português, dentre os quais posso destacar: ausência de concordância nas supostas passivas sintéticas; concordância facultativa com sujeito posposto; ausência de pluralização nos verbos existenciais; objeto nulo e pronome reto em contexto acusativo; preferência proclítica dos pronomes átonos; mudança no paradigma dos pronomes pessoais; enfraquecimento do paradigma de flexão verbal; clítico *lhe* como objeto direto; construção relativa cortadora; uso de *entre eu e você*, ao invés de *entre mim e ti*; uso da construção *para mim* + *infinitivo*; contração da preposição *de* seguida de *determinante* + *sujeito* + *infinitivo*; declínio da preposição *a*, que sofre concorrência de *para* ou *em* nas construções dativas; formas simples do futuro do presente, do pretérito-mais-que-perfeito, da primeira pessoa do plural do imperativo, substituídas pelas respectivas formas compostas; mudanças na regência de alguns verbos; descarte de qualquer distinção semântica entre *onde* e *aonde*; etc. Quando gramatizados, esses e outros fenômenos morfossintáticos favorecem nossa identidade e singularidade linguística frente ao português lusitano.

Entretanto, tal deslocamento do padrão tradicional não ocorre com a mesma intensidade nas três obras aqui analisadas. Por diversas razões, a GB é a mais atuante nesse sentido: apresenta um leque maior de rupturas com prescrições descabidas da gramatização tradicional luso-brasileira; favorece a flexibilização da norma linguística nas duas modalidades, a fala e a escrita; consequentemente, promove o estreitamento do fosso entre o vernáculo brasileiro e a norma-padrão da escola; e ainda realiza encaminhamentos didático-pedagógicos para o trato em sala de aula dos fenômenos gramaticais reanalisados. Esses movimentos condizem com sua concepção de português brasileiro – falado e escrito – como

língua plena e autônoma, orientada pelos seus próprios princípios de funcionamento. Convém dizer que a concepção heterogênea de português brasileiro que a obra assume não é contradita pelo recorte efetuado: a dificuldade em se gramatizar o que é variável é contornada quando a obra se vale das noções de "traços graduais" e "traços descontínuos"[172] e se declara uma gramática descritiva dos traços graduais do PB, ou seja, dos usos que ocorrem em todas as variedades da língua.

A GP também não se esquiva de uma descrição realística da gramática da língua em sua norma culta, mas a reduz à modalidade falada em contexto informal na região Sudeste. Logo, diferentemente da GB, é restrito seu entendimento de "português brasileiro", que passa a ser descrito como uma fração regional, além de social. A gramática ratifica ainda a ideia falaciosa da tradição de que a fala seria o *locus* da brasilidade linguística, não padronizada, ao passo que a escrita seria a modalidade adequada ao português padrão. Ou seja, inibe o PB de ser a língua efetiva dos brasileiros em *todas* as situações de uso da língua no país.

Por sua vez, a GA, em alguns pontos da descrição apresentada, deixa um pouco a desejar quanto à assunção de traços do português do Brasil. Sua disposição para condicionar a legitimidade de algumas formas e construções do PB à modalidade oral e/ou registros informais faz com que a obra interdite, em textos escritos mais monitorados, determinados aspectos da morfossintaxe genuinamente brasileira, tal qual uma gramática prescritiva habitual. Semelhante à GP e ao contrário da GB, favorece a manutenção das diferenças entre a língua que gramatiza (a norma-padrão) e a língua real dos brasileiros escolarizados (a norma culta).

Esse conservadorismo combina com o fato de a GA entender o português como unidade linguística luso-brasileira, da mesma forma que as gramáticas tradicionais em geral. Não por acaso é a única das três obras que, ao invés de "português brasileiro", se refere à nossa língua como "português do Brasil", a mesma denominação abraçada pela tradição luso-brasileira desde o século XIX. Esse português do Brasil que a GA descreve corresponde à *norma-padrão do português escrito no Brasil*, o que está longe de equivaler ao "português brasileiro" da GP ou da GB. Ficam de fora desse recorte usos recorrentes na fala brasileira menos monitorada, sobretudo os de menor prestígio social. Além disso, como é tímida sua preocupação em relativizar essa norma-padrão, a língua gramatizada na GA acaba se assemelhando à língua das gramáticas tradicionais: um modelo ideal, que não corresponde integralmente a nenhuma norma linguística.

[172] Bortoni-Ricardo (2006).

Portanto, cada uma a seu modo, as três gramáticas efetuam um recorte na língua avaliada como heterogênea, a fim de gramatizá-la e, consequentemente, homogeneizá-la. A língua variável, difusa e imprecisa se transforma numa construção pseudo-coletiva, unificada e objetiva, tal qual no processo de hipostasiação que envolve a construção de qualquer norma-padrão, concretude sociocultural de uma ficção homogeneizante. Em outras palavras, quando as GBCP recortam a língua a ser descrita por meio da escolha de uma ou mais variedades, uma ou outra modalidade, um determinado registro e não outro, inevitavelmente igualam essa porção gramatizada à própria língua, seja o português brasileiro, seja o português do Brasil. Embora se ergam contra o padrão europeu, as GBCP não falam de fora da ideologia e da cultura da norma-padrão; tentam, a propósito, construir um novo padrão, ao uniformizar, homogeneizar, hipostasiar. Assim, a despeito de suas concepções teóricas de partida, parece ser inevitável perceber enquanto unidade objetiva esse artefato múltiplo, difuso e híbrido que é a língua dos brasileiros.

É desse modo que cumpro o objetivo geral desta tese, ao mostrar como se caracterizam as *gramáticas brasileiras contemporâneas do português*, as quais oscilam entre movimentos de ruptura e linhas de continuidade no tangente às suas demandas e propósitos sociais, às suas concepções teóricas e configurações metodológicas, ao seu arcabouço descritivo, categorial e conceitual e à sua língua gramatizada. Todavia, na contramão do que inicialmente supus, os resultados das análises empreendidas me levam a afirmar que *não há exatamente um novo paradigma de gramatização em vigor*, mas sim o esgarçamento do PTG – paradigma ocidental hegemônico por mais de dois mil anos – e a elaboração inaugural de novas gramaticas à luz de *novas frentes de gramatização* ainda embrionárias, que buscam atender às demandas da virada linguística. Friso que os pontos fortes e fracos dessas novas gramáticas nem sempre correspondem, respectivamente, aos seus conjuntos de rupturas e continuidades.

A relevância desta pesquisa consiste na importância, nem sempre devida, dada aos instrumentos gramaticais em nossa sociedade grafocêntrica e padronizadora. Constitutiva das práticas escolares e da vida cotidiana, as gramáticas podem tanto ampliar as práticas linguísticas de seus usuários e fomentar suas habilidades intelectuais sobre a língua, como reforçar visões e atitudes inadequadas ao cenário linguístico contemporâneo. Logo, estudar as GBCP leva a academia a um maior entendimento sobre os alcances e limitações desses recentes produtos, de modo a nos permitir usos mais adequados quer enquanto professores, quer enquanto cidadãos comuns.

Por fim, gostaria de dizer que esta tese instiga a realização de futuros trabalhos e pesquisas, dentre as quais destaco brevemente três pontos. Em primeiro lugar, seria possível se estudar pormenorizadamente, à luz do mesmo arcabouço teórico-metodológico, as GBCP que não foram aqui analisadas, como a *Gramática dos usos do português*, de Maria Helena de Moura Neves, e a *Nova Gramática do Português Brasileiro*, de Ataliba Teixeira de Castilho. Por razões devidamente apresentadas, essas gramáticas ficaram de fora do meu *corpus* de GBCP, a despeito de sua importância inconteste para esse novo fazer gramatical em cena. Em segundo lugar, seria interessante também analisar a influência da virada linguística nas chamadas gramáticas pedagógicas/escolares, as quais são organizadas a fim de serem instrumentos de ensino-aprendizagem do português. Em outro momento, já levantei aqui a hipótese de que essas gramáticas tanto reproduzem os traços constitutivos do PTG, quanto tentam demonstrar uma visão de língua em geral associada à perspectiva sociointeracionista de linguagem, compatível com os desejos do mercado editorial em se adequar às demandas dos novos tempos. Em terceiro lugar, diante da constatação de que as GBCP não atendem às expectativas do estudante da educação básica e do cidadão médio, seria pertinente propor a edição dessas e de outras obras com novos contornos, a fim de que essas novas propostas descritivas do PB sejam difundidas e consolidadas e alcancem um número maior de brasileiros.

REFERÊNCIAS

AGNOLINI, A. C. L. A gramatização da língua e suas influências na percepção da norma. In: MATTOS, Maria A. B. de (Org.). **Gramática em questão**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010. p. 121-127.

ALÉONG, S. Normas linguísticas, normas sociais: uma perspectiva antropológica. In: BAGNO, Marcos. (Org.). **Norma Linguística**. São Paulo: Edições Loyola, 2001. p. 145-174.

ALIGHIERI, D. Da linguagem vulgar. In: **Obras completas**. São Paulo: Editora das Américas, Volume X. p. 43-97. Texto original: 1302-1305.

ALKMIM, T.; PETTER, M. Palavras da África no Brasil de ontem e de hoje. In: FIORIN, J. L.; PETTER, M. (Org.). **África no Brasil**: a formação da língua portuguesa. São Paulo: Contexto, 2009. p. 145-177.

ALMEIDA, N. M. de. **Gramática Metódica da Língua Portuguesa**. 35.ed. São Paulo: Saraiva, 1988 [1944].

ALTMAN, C. **A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988)**. São Paulo: Humanitas, 1998.

ALVES, R. O senso comum e a ciência (I). In: **Filosofia da ciência**: introdução ao jogo e às suas regras. 12.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007. p. 9-21.

ANCHIETA, Pe. J. de. **Arte da gramática da língua mais usada na costa do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1990 [1595].

ANGELO, G. L. **Revisitando o ensino tradicional de língua portuguesa**. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – IEL, UNICAMP, Campinas, 2005.

ANGOTTI, J. A. P. Depois de mais de cem anos sem revolução cientifica, física (e ciências da natureza) ainda é (são) cultura? In: MARTINS, A. F. (Org.). **Física ainda é cultura?**. São Paulo: Livraria da Física, 2009, v. 1, p. 77-96.

AQUINO, J. E. de. **O que há de materno na língua?** Considerações sobre os sentidos de língua materna no processo de gramatização brasileira nos séculos XIX e XX. Dissertação (Mestrado em Linguística). Campinas: UNICAMP, 2012.

ARAÚJO, S. C. A história (1576) de Pero de Magalhães Gândavo: notas para uma releitura desde a retórica e a gramática. **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, MG, v. 15, n. 2, p. 71-83, 2009.

AREÁN-GARCIA, N. A importância da língua grega. **Organon**, Porto Alegre, n. 44-45, p. 141-149, jan.-dez. 2008.

ARISTÓTELES. **Categorias**. Tradução de José Verissimo Teixeira da Mata. São Paulo: Martin Claret, 2010.

ARNAULD; LANCELOT. **Gramática de Port-Royal ou Gramática Geral e Razoada**. São Paulo: Martins Fontes, 1992 [1660].

ASSUNÇÃO, C.; SANTOS, H. P. Da Idade Média a Fernão de Oliveira, o primeiro gramático da lusofonia. In: ABAURRE, M. B. et. al. (Org.). **Fernão de Oliveira**: um gramático na história. Campinas, SP: Pontes, 2009. p. 11-33.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas, SP: UNICAMP, 1992.

AZEREDO, J. C. de. **Iniciação à sintaxe do português**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

_____. **Fundamentos de gramática do português**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

_____. A palavra e suas classes. **Idioma**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 6-13, 2001.

_____. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. 1a reimp. da 3.ed. São Paulo: Publifolha, 2011 [2008].

_____. Como defino a *Gramática Houaiss da língua portuguesa*, de minha autoria. In: NEVES, M. H. de M. et. al. (Org.). **Gramáticas contemporâneas do português**: com a palavra, os autores / Evanildo Bechara... [et. al.] São Paulo: Parábola Editorial, 2014. 80-85.

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico**. 3.ed. Contraponto, Rio de Janeiro, 2002 [1938].

BAGNO, M. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

_____. **Dramática da língua portuguesa**: tradição gramatical, mídia e exclusão social. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

_____. **Português ou brasileiro?** – Um convite à pesquisa. São Paulo: Parábola Editorial, 2001a.

_____. Norma linguística & preconceito social: questões de terminologia. **Veredas**, Juiz de Fora, v. 5, n. 2, p. 71-83, 2001b.

_____. **A norma oculta**: língua & poder na sociedade brasileira. 7.ed. São Paulo: Parábola, 2007 [2003].

_____. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

_____. **Gramática**: passado, presente e futuro. Curitiba: Aymará, 2009.

_____. **Gramática, pra que te quero?** Os conhecimentos linguísticos nos livros didáticos de português. Curitiba: Aymará, 2010.

BAGNO, M. O que é uma língua? Imaginário, ciência & hipóteses. In: LAGARES, X. C.; BAGNO, M. (Org.). **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 355-387.

_____. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2012.

BAGNO, M.; RANGEL, E. de O. Tarefas da educação linguística. **Rev. Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 5, n. 1, p. 63-81, 2005.

BAKHTIN, M./VOLOCHÍNOV, V. N. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem. 6.ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

BALDINI, L. J. S. **A nomenclatura gramatical brasileira interpretada, definida, comentada e exemplificada**. Dissertação (Mestrado em Linguística). Campinas: UNICAMP/IEL, 1999.

_____. **Um linguista na terra da gramática**. Tese (Doutorado em Linguística) – Campinas: UNICAMP/IEL, 2005.

BANZA, A. P. Freire e Vieira: a questão da *auctoritas* nas Reflexões sobre a Língua Portugueza, de Francisco José Freire. **Limite: Revista de Estudios Portugueses y de la Lusofonía**, Extremadura, n. 6, p. 103-123, 2012.

BARBOSA, J. S. **Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza**. Lisboa: Typographia da Academia das Sciencias, 1822.

BARBOSA, N. S. dos S. **Interpretação da Nomenclatura Gramatical Brasileira**. Rio de Janeiro: Soc. Gráfica Vida Doméstica Ltda., 1959.

BARROS, D. L. P. de. Linguagem popular na gramática e no dicionário. **Revista Investigações**, Recife, v. 21, n. 2, p. 15-30, jul. 2008.

_____. O discurso da norma na gramática de João de Barros. **Alfa**, São Paulo, v. 45, p. 11-32, 2001.

_____. O discurso da gramática do português. **Revista da ABRALIN**, v. Eletrônico, n. Especial, p. 291-332, 1a parte, 2011.

BARROS, J. **Grammatica da lingua portuguesa**, 1540. (Digitalizada em PDF)

BARROS, L. M. M.; BITTENCOURT, T. *Partes Orationis*: notas sobre a tradição greco-latina. **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 31, p. 59-81, 1o sem. 2006.

BASSETTO, B. F. Filologia e filosofia na nomenclatura gramatical. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, ano 11, n. 30, p. 1-12, 2004.

BASTOS, L. K. X.; MATTOS, M. A. B. de. Gramática: metalinguagem e tradição. **Revista Letras**, Santa Maria, RS, n. 4, p. 14-22, jul.-dez. 1992.

BASTOS, L. K. X.; MATTOS, M. A. B. A linguística aplicada e a linguística. **Trabalhos em linguística Aplicada**, Campinas, SP, v. 22, p. 7-24, jul.-dez. 1993.

BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. (Org.). **História entrelaçada**: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa do século XVI ao XIX. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004a.

_____. *Porta de línguas*: gramática e ensino numa visão plurilíngue. In: _____ (Org.). **História entrelaçada**: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa do século XVI ao XIX. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004b. p. 45-73.

_____. (Org.). **História entrelaçada 2**: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na primeira metade do século XX. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

_____. (Org.). **História entrelaçada 3**: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na segunda metade do século XX. Rio de Janeiro: Lucerna, 2008.

BASTOS, N. M. O. B. et. al. Gramaticografia novecentista: raízes maximinianas. In: BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. (Org.). **História entrelaçada 2**: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na primeira metade do século XX. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006. p. 61-81.

BATISTA, M. A. As concepções de variação e mudança linguística em Quintiliano. **Língua, literatura e ensino**, Campinas, SP, v. IV, p. 69-80, mai. 2009.

BATISTA, R. de O. Formas da gramática renascentista: percepção e abordagem da diversidade linguística em Fernão de Oliveira. **D.E.L.T.A.**, Campinas, SP, v. 26. n. 2, p. 345-364, jul.-dez. 2010.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**: cursos de 1o e 2o graus, com base na Nomenclatura Gramatical Brasileira e no último acordo ortográfico. 27.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982 [1961].

_____. Epifânio Dias e Eça de Queirós. **Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, n. 1, p. 51-59, 1997.

_____. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009 [1999].

_____. **Gramática escolar da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

_____. Entrevista com Evanildo Bechara. **Revista Investigações**, Recife, v. 15, n. 1, p. 1-8, 2002.

BEZERRA, M. A.; REINALDO M. A. **Análise linguística**: afinal, a que se refere? São Paulo: Cortez, 2013.

BIDERMAN, M. T. C. Dicionários do português: da tradição à contemporaneidade. **Alfa**, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 53-69, 2003.

BISOL, L. Fernão de Oliveira e a sílaba. In: ABAURRE, M. B. et. al. (Org.). **Fernão de Oliveira**: um gramático na história. Campinas, SP: Pontes, 2009. p. 87-97.

BLOOMFIELD, L. **Language**. London: George Allen & Unwin LTD, 1935 [1933].

BODGAN, R.; BILKEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto editora, 1994.

BOFF, V. M. M. Da dificuldade em se definir latim vulgar. **Língua, literatura e ensino**, Campinas, SP, v. V, p. 295-304, out. 2010.

BONVINI, E. Línguas africanas e português falado no Brasil. In: FIORIN, J. L.; PETTER, M. (Org.). **África no Brasil**: a formação da língua portuguesa. São Paulo: Contexto, 2009. p. 15-62.

BORGES NETO, J. A teoria da linguagem de Fernão de Oliveira. In: ABAURRE, M. B. et. al. (Org.). **Fernão de Oliveira**: um gramático na história. Campinas, SP: Pontes, 2009. p. 43-51.

_____. **A naturalização da gramática tradicional e seu uso protocolar**. Texto de conferência proferia no VIII Congresso da ABRALIN, Natal, RN, 02/02/2013. (mimeo)

BORGES NETO, J.; DASCAL, M. De que trata a linguística, afinal? In: BORGES NETO, J. **Ensaios de filosofia da linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004, p. 11-33.

BORGES, L. C. A instituição de línguas gerais no Brasil. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **História das ideias linguísticas**: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001. p. 199-222.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Nós cheguemu na escola, e agora?** Sociolinguística & Educação. 2.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Edusp, 1996.

BRACHT, V.; ALMEIDA, F. Q. de. A virada pragmática e a educação: implicações do debate entre Richard Roty e Jürgen Habermas. **Educere et Educare**: Revista de Educação, v. 6, n. 11, p. 1-18. 1o sem. 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira**. Diário Oficial de 30/04/1957.

_____. **Nomenclatura Gramatical Brasileira**. Diário Oficial de 11/05/1959.

BRITTO, L. P. L. **A sombra do caos**: ensino de língua x tradição gramatical. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – IEL, UNICAMP, Campinas, 1997.

BUESCU, M. L. C. **Historiografia da língua portuguesa**: século XVI. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1984.

CAETANO, M. M. História da gramaticografia da classe dos verbos em língua portuguesa. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, ano 19, n. 55, p. 405-420, jan.-abr. 2013.

CALVET, L-J. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola Editorial, IPOL, 2007.

CAMARA JR., J. M. As ideias gramaticais de João Ribeiro. **Revista Letras**, Curitiba, v. 12, p. 22-35, 1961.

_____. Os estudos de português no Brasil. **Revista Letras**, Curitiba, v. 17, p. 23-52, 1969.

_____. **História e estrutura da língua portuguesa**. 2.ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1979 [1976].

CANECA, F. J. do A. D. **Breve Compendio de Grammatica Portugueza**. Recife: Typographia Mercantil, 1875 [1817-1819].

CARDEIRA, E. M. da C. M. **Entre o português antigo e o português clássico**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.

CARDOSO, S. A gramática latina no séc. XVI: as "partes orationis" na gramática do Pe. Manuel Álvares (1572) e na *Minerva* de Sanctius (1587). **Revista da Faculdade de Letras**, Porto, n. XII, p. 159-172, 1995.

CARNEIRO RIBEIRO, E. **Serões grammaticaes ou Nova grammatica portugueza**. Bahia: Imprensa Popular, 1890.

_____. **Elementos de Grammatica Portugueza**. 6.ed. Bahia: Officinas dos Dois Mundos, 1911.

CASAGRANDE, N. dos S. A *Gramática da Linguagem Portuguesa* de Fernão de Oliveria: desvelando a relação entre gramática e ensino no século XVI. In: BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. (Org.). **História entrelaçada**: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa do século XVI ao XIX. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. p. 25-43.

_____. **A implantação da Língua Portuguesa no Brasil do século XVI**: um percurso historiográfico. São Paulo: EDUC, 2005.

CASELLA, C. A. de O. Rota de fuga. In: MATTOS, Maria Augusta Bastos de (Org.). **Gramática em questão**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010. p. 35-56.

CASEVITZ, M.; CHARPIN, F. A herança greco-latina. In: BAGNO, Marcos. (Org.). **Norma Linguística**. São Paulo: Edições Loyola, 2001. p. 23-53.

CASTILHO, A. T. (Org.). **Gramática do português falado**: Volume I – A Ordem. 2.ed. Campinas: Ed. da UNICAMP/FAPESP, 1991.

_____. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CASTILHO, C. M. de. **Fundamentos sintáticos do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2013.

CAVALCANTI, M. A propósito da Linguística Aplicada. **Trabalhos de Linguística Aplicada**, Campinas, SP, v. 7, p. 5-12, 1986.

CAVALIERE, R. Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos. **Confluência**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 102-119, 1º sem. 2002.

_____. As quatro vertentes da pesquisa sobre o português do Brasil. **Cadernos de Letras da UFF**, Dossiê: Difusão da língua portuguesa, Rio de Janeiro, n. 39, p. 197-208, 2009.

CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 10.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969 [1962].

_____. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 28.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985 [1962].

_____. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 46.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005 [1962].

CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. **Gramática reflexiva**: texto, semântica e interação. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CHAPANSKI, G. **Uma tradução da Tékhne Grammatike, de Dionísio Trácio, para o português**. Dissertação de mestrado em Letras. Curitiba, UFPR, Programa de Pós-graduação em Letras, 2003.

CHARAUDEAU, P. Dize-me qual é teu corpus, eu te direi qual é a tua problemática. **Diadorim**, Rio de Janeiro, v. 10, dez. 2011.

CHAVES DE MELO, G. **Gramática fundamental da língua portuguesa**. 2.ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1970 [1967].

CHOMSKY, N. Remarks on Nominalization. In: JACOBS, R. A.; ROSENBAUM, P. S. **Readings in English transformational grammar**. Waltham, Massachusetts: Ginn and Company, 1970. p. 184-221.

CÍCERO. **Da República**. Ridendo Castigat Mores. Versão para eBook. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/darepublica.html>. Acesso em: 10 out. 2013.

COELHO, F. A. **Noções elementares de grammatica portugueza**. Porto: Lemos & Cia. Editores, 1891.

COELHO, O. F. O português do Brasil em Macedo Soares (1838-1905). **Limite**, n. 6, p. 199-215, 2012.

CORRÊA, E. F. de S. Socrates currit bene: um breve passeio pela história da gramática. **Soletras**, São Gonçalo, RJ, ano X, n. 19, p. 116-123. jan.-jul. 2010.

COSERIU, E. Sistema, Norma e Fala. In: COSERIU, E. **Teoria da linguagem e linguística geral**. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Editora da USP, 1979, p. 13-85.

COSERIU, E. **Lições de linguística geral**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico s/a, 1980.

COSTA, F. **Grammatica Portugueza**. Belo Horizonte: Imprensa official do Estado de Minas Gerais, 1920.

COSTA, M. I. S. A constituição de um imaginário de língua homogênea na/pela gramática. **Revista Conexão Letras**, Porto Alegre, v. 8, n. 8, p. 148-164, 2012.

COUTO, H. H. do. **O que é português brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COUTO, M. A. Gramática e teorização linguística em Portugal: a Gramática Filosófica de Jerónimo Soares Barbosa. **Revista Galega de Filoloxía**, n. 5, p. 11-31, 2004.

CUNHA, C. F. da. **Gramática de base**. 2.ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1981 [1979].

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5.ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008 [1985].

CYRINO, S. M. L. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (Org.). **Português brasileiro**: uma viagem diacrônica. 2.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996. p. 163-184.

DASCAL, M. As convulsões metodológicas da linguística contemporânea. In: DASCAL, M. (Org.). **Fundamentos metodológicos da Linguística**. São Paulo: Global, 1978. v. 1. p. 15-41.

DEZOTTI, L. C. ***Arte menor*** **e** ***Arte maior*** **de Donato**: tradução, anotação e estudo introdutório. Dissertação de mestrado em Letras. São Paulo: USP/Programa de Pós-graduação em Letras Clássicas e Vernáculas, 2011.

DI IÓRIO, P. L.; FRANCO, M. I. S. de M. Napoleão Mendes de Almeida e a Gramática Metódica da Língua Portuguesa. In: BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. (Org.). **História entrelaçada 2**: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na primeira metade do século XX. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006. p. 118-141.

DIAS, G. **Ensino de Português**: a caixa-preta da gramática pedagógica. Dissertação (Mestrado em Educação). São Paulo: USP, Faculdade de Educação, 2009.

DIAS, L. F. **Os sentidos do idioma nacional**: as bases enunciativa do nacionalismo. Campinas, SP: Pontes, 1996.

_____. O nome da língua do Brasil: uma questão polêmica. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **História das ideias linguísticas**: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001. p. 185-198.

DIONÍSIO. Tékhne Grammatikē. Séc. I a.C. In: CHAPANSKI, G. **Uma tradução da Tékhne Grammatike, de Dionísio Trácio, para o português**. Dissertação de mestrado em Letras. Curitiba, UFPR, Programa de Pós-graduação em Letras, 2003, p. 21-36.

DONATO, E. Ars grammatica. Séc. IV a.C. In: DEZOTTI, L. C. ***Arte menor*** **e** ***Arte maior*** **de Donato**: tradução, anotação e estudo introdutório. Dissertação de mestrado em Letras. São Paulo: USP/Programa de Pós-graduação em Letras Clássicas e Vernáculas, 2011, p. 108-174.

DUARTE, I. Mudam-se os tempos, muda-se a gramática. In: BRITO, A. M. (Org.). **Gramática**: história, teorias, aplicações. Porto: Fundação Universidade do Porto – Faculdade de Letras, 2010. p. 11-28.

DUARTE, M. E. L. **A perda do princípio 'Evite Pronome' no português brasileiro**. Tese (Doutorado em Linguística). Campinas, SP: Programa de Pós-Graduação em Linguística, Unicamp, 1995.

_____. Sobre o ensino da gramática nos níveis fundamental e médio: por que, quando e como? **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 30, p. 41-60, jan.-jun. 2012.

DUBOIS, J. et. al. **Dicionário de Linguística**. São Paulo: Cultrix, 1998 [1973].

DUTRA, R. **O falante gramático**: introdução à prática do estudo e ensino do português. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

ELIA, S. **O problema da língua brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/MEC, 1961 [1940].

_____. **El portugués en Brasil**: historia cultural. Madrid: Editorial Mapfre, 1992.

FACCINA, R. L. da S.; CASAGRANDE, N. dos S. A Gramática Expositiva da Língua Portuguesa: uma abordagem historiográfica. In: BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. (Org.). **História entrelaçada 2**: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na primeira metade do século XX. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006. p. 82-101.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FARACO, C. A. **Norma culta brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. O Brasil entre a norma culta e a norma curta. In: LAGARES, Xoán Carlos; BAGNO, M. (Org.). **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 259-275.

_____. **Linguagem, escrita e alfabetização**. São Paulo: Contexto, 2012a.

_____. **Português do Brasil**: a construção da norma culta e as práticas de ensino. Conferência de Abertura do Seminário da Olimpíada de Língua Portuguesa – Escrevendo o Futuro, 2012b. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=CUKfzAeGNrE>. Acesso em: 14 jun. 2013.

FÁVERO, L. L. **As concepções linguísticas no século XVIII**: a gramática portuguesa. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

FÁVERO, L. L. Breve Compêndio de Grammatica Portugueza: Frei Joaquim do Amor Divino Caneca. **Filologia e Linguística Portuguesa**, n. 3, p. 89-103, 1999.

_____. Gramática é a arte... In: ORLANDI, E. P. (Org.). **História das ideias linguísticas**: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001. p. 59-70.

_____. História da disciplina Português na escola brasileira. **Revista Diadorim**, Rio de Janeiro, v. 6, p. 13-36, 2009.

_____. **A gramática no Brasil**: o período científico. s/d. (mimeo).

FÁVERO, L. L.; MOLINA, M. A. G. História das ideias linguísticas: origem, método e limitações. **Revista da ANPOLL**, n. 16, p. 143-146, jan.-jun. 2004.

_____. **As concepções linguísticas no século XIX**: a gramática no Brasil. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

_____. A gramática luso-brasileira e o método científico. **Filologia e Linguística Portuguesa**, n. 9, p. 27-42, 2007.

_____. O pronome na *Moderna Gramática Portuguesa* de Evanildo Bechara. **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 33-34, p. 85-99, jul.-dez. 2007, jan.-jun. 2008.

_____. A gramática brasileira no início do século XX: Grammatica expositiva (Eduardo Carlos Pereira) e Grammatica portugueza (Hemetério José dos Santos). **Revista Confluência**, n. 37/38, jan.-jun. 2009/jul-dez. 2010.

_____. Gramática analítica da língua portuguesa (Padre Massa). **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 39-40, p. 29-47, jul.-dez. 2010, jan.-jun. 2011.

FERNANDES, G. As gramáticas do português de Fernão de Oliveira (1536) e de Bento Pereira (1672). **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 33-34, p. 127-141, jul.-dez. 2007, jan.-jun. 2008.

FERRAREZI JUNIOR, C.; TELES, I. M. **Gramática do brasileiro**: uma nova forma de entender a nossa língua. São Paulo: Globo, 2008.

FORTES, F. da S. As conjunções latinas em Donato e Prisciano: seu estatuto gramatical e discursivo. **PhaoS: revista de estudos clássicos**, Campinas, SP, n. 10, p. 45-57, 2010.

_____. **Sintaxe greco-romana**: Prisciano de Cesareia e Apolônio Díscolo na história do pensamento gramatical antigo. Tese de doutorado em Linguística. Campinas, SP: IEL/Unicamp, 2012a.

_____. Uso, variação e norma na tradição gramatical latina. **Signum: Estudos Linguísticos**, Londrina, PR, n. 15, v. 2, p. 197-214, dez. 2012b.

FORTES, H. P. **A questão da língua brasileira**. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1945.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000 [1966].

FRADIQUE, M. **Grammatica portugueza pelo methodo confuso**. 3.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1984 [1928].

FRANÇA, J. M. de. **Nas tramas do discurso normativo-gramatical e linguístico**: sujeitos, verdades e saberes. Dissertação (Mestrado em Letras). João Pessoa: UFPB, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2009.

FRANCHI, C. Criatividade e gramática. In: **Mas o que é mesmo "gramática"?** São Paulo: Parábola, 2006 [1987]. p. 34-101.

_____. **Mas o que é mesmo "gramática"?** São Paulo: Parábola Editorial, 2006 [1991]. p. 11-33.

FRANCO, M. I. S. de M. Primeira metade do século XIX: em busca da identidade nacional: Frei Joaquim do Amor Divino e Caneca. In: BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. (Org.). **História entrelaçada**: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa do século XVI ao XIX. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. p. 91-116.

FRANCO, M. I. S. de M. et. al. Artur de Almeida Torres: o porta-voz da NGB. In: BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. (Org.). **História entrelaçada 3**: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na segunda metade do século XX. Rio de Janeiro: Lucerna, 2008. p. 46-72.

FREGONEZI, D. E. Ensino de língua portuguesa – novos parâmetros, novos paradigmas, nova realidade? **Signum**: Estudos Linguísticos, Londrina, PR, n. 3, p. 5-19, set. 2000.

FREITAS, F. A. de S.; CARPINETTI, L. C. L. Considerações sobre a nomenclatura oracional latina segundo a sintaxe antiga e moderna. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, ano 19, n. 55, p. 7-17, jan.-abr. 2013.

GALLO, S. L. O ensino da língua "materna" no Brasil do século XIX: a mãe outra. In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, E. P. (Org.). **Língua e cidadania**: o português no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 1996. p. 101-105.

GALVES, C. C. O. **Ensaios sobre as gramáticas do português**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

_____. Concordância e origens do português brasileiro. In: SEDRINS, A. P. (org.). **Por amor à linguística**: miscelânea de estudos linguísticos dedicados à Maria Denilda Moura. Maceió: EDUFAL, 2012. p. 123-149.

GARCIA, A. da S. A educação romana e o destino do latim peninsular. **Soletras**, São Gonçalo, RJ, ano XI, n. 21, p. 7-21, jan.-jun. 2011.

GERALDI, J. W. (Org.) **O texto na sala de aula**. 3.ed. São Paulo: Ática, 2001 [1984].

GERALDI, J. W. **Linguagem e ensino**: exercícios de militância e divulgação. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1996.

GNERRE, M. **Linguagem, escrita e poder**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1985].

GONÇALVES, C. A. **Iniciação aos estudos morfológicos**: flexão e derivação em português. São Paulo: Contexto, 2011.

GONÇALVES, J. C. Gramáticas e ensino: uma breve reflexão. In: MATTOS, M. A. B. de (Org.). **Gramática em questão**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010. p. 129-137.

GONÇALVES, R. T. O aspecto criativo da linguagem: Varrão e Chomsky. **Calíope**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 127-146, 2008.

GONÇALVES, R. T.; CONTO, L. de. Prisciano e a história da gramática: considerações acerca da sintaxe e da morfologia. **Revista Eletrônica Antiguidade Clássica**, n. 5, p. 85-99, jan.-jun. 2010.

GONÇALVES, S. C. L. et alii. (Org.). **Introdução à gramaticalização**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

GUIMARÃES, E. Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. (Org.). **Língua e cidadania**: o português no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 1996. p. 127-138.

GUISAN, P. A criação de uma norma-padrão em francês: entre planejamento político e mito. In: LAGARES, Xoán Carlos; BAGNO, Marcos (Org.). **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 129-151.

GULART, K. de S. **A prática de análise linguística**: estratégias de diálogo com os gêneros do discurso no LD. Dissertação (Mestrado em Linguística) – PPGL, Recife, UFPE, 2010.

GURGEL, S. **O período dos estudos linguísticos brasileiros dito científico na questão da colocação pronominal (1880-1920)**. Dissertação (Mestrado em Linguística). São Paulo: Programa de Pós-graduação em Linguística, USP, 2008.

HACKEROTT, M. M. S. As lições de Said Ali (1861-1953): uma abordagem historiográfica. In: BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. (Org.). **História entrelaçada 3**: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na segunda metade do século XX. Rio de Janeiro: Lucerna, 2008. p. 19-45.

HAUY, A. B. **Da necessidade de uma gramática-padrão da língua portuguesa**. 4.ed. São Paulo: Ática, 1994 [1986].

HENRIQUES, C. C. O cânone linguístico-literário na *Moderna gramática portuguesa*, de Evanildo Bechara. **Idioma**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 25-35, 1998.

_____. O cânone linguístico-literário das gramáticas de Celso Cunha. **Filol. linguíst. port.**, n. 6, p. 115-159, 2004.

HENRIQUES, C. C. **Nomenclatura gramatical brasileira: 50 anos depois**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

HOUAISS, A. **O Português no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Folha Carioca Editora, 1985.

JUCÁ (FILHO), C. **Língua Nacional**: As diferenciações entre o português de Portugal e o do Brasil autorizam a existência de um ramo dialetal do português peninsular? Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1937.

KATO, M. A. A conceituação gramatical na história, na aquisição e na escola. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, n. 12, p. 13-22, jul.-dez., 1988.

KEMMLER, R. Caetano Maldonado da Gama, D. Jerónimo Contador de Argote e as duas edições das *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina* (1721, 1725). **Limite**, n. 6, p. 75-101, 2012.

KEMMLER, R. et. al. Subsídios para o estudo das Gramáticas Filosóficas de Jerónimo Soares Barbosa (1737-1816). **Domínios de lingu@gem**, Revista Eletrônica de Linguística, ano 3, n. 2, p. 202-223, jul.-dez. 2009.

KOERNER, K. Questões que persistem em historiografia linguística. **Revista da ANPOLL**, n. 2, p. 45-70, 1996.

KOYRÉ, A. **Estudos galilaicos**. Lisboa: D. Quixote, 1986 [1939].

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 1998 [1962].

KURY, A. da G. **Pequena gramática para a explicação da nova nomenclatura gramatical**. 11.ed. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1968 [1959].

LAGARES, X. C. Minorias linguísticas, políticas normativas e mercados: uma reflexão a partir do galego. In: LAGARES, X. C.; BAGNO, M. (Org.). **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 169-192.

LEITE, M. Q. A nova gramática do português contemporâneo: tradição e modernidade. **Filol. linguíst. port.**, n. 8, p. 23-50, 2006.

_____. A gramática da linguagem na gramática da língua: o legado de Fernão de Oliveira no discurso de João de Barros. In: ABAURRE, M. B. et. al. (Org.). **Fernão de Oliveira**: um gramático na história. Campinas, SP: Pontes, 2009. p. 285-292.

_____. Considerações sobre uso e norma na Gramática Portuguesa – o *Methodo Grammatical para todas as Linguas* (1619), de Amaro de Roboredo. **Filologia e Linguística Portuguesa**, n. 13, v. 2, p. 337-368, 2011a.

_____. A construção da norma linguística na gramática do século XVIII. **Alfa**, São Paulo, n. 55, v. 2, p. 665-684, 2011b.

LEMOS, V. de. **A língua portugueza no Brasil**. Bahia: Imprensa official do Estado, 1916.

LIMA, R. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2010.

LOPES, E. Um protótipo de gramática gerativa portuguesa: a gramática de Soares Barbosa. **Alfa**, São Paulo, n. 30/31, p. 37-53, 1986/1987.

LOPES, F. J. Paralelismos entre os processos de formação, gramatização e nacionalização da língua portuguesa e os da língua cabo-verdiana. **CIEA7 – 7o Congresso Ibérico de Estudos Africanos**. Lisboa, 2010. (mimeo)

LUCCHESI, D. Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolinguística do português do Brasil. **Revista Internacional de Língua Portuguesa**, Lisboa, n. 12, p. 17-28, 1994.

LUFT, C. P. **Moderna gramática brasileira**. 12.ed. São Paulo: Globo, 1994 [1974].

_____. **Língua e liberdade**. 3.ed. São Paulo: Ática, 1997.

LYONS, J. **Introduction to theoretical linguistics**. Cambridge: Cambridge University, 1968.

MACHADO, J. P. **O português do Brasil**. Coimbra: Coimbra Editora Limitada, 1942.

MACIEL, M. **Grammatica Descriptiva, baseada nas doutrinas modernas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1921 [1894].

_____. **Lições elementares de lingua portugueza**. 8.ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1920 [1903].

MAIA, C. A consciência da dimensão imperial da Língua na produção linguístico-gramatical portuguesa. In: BRITO, A. M. (Org.). **Gramática**: história, teorias, aplicações. Porto: Fundação Universidade do Porto – Faculdade de Letras, 2010. p. 29-50.

MANINI, D. **A gramática e os conhecimentos linguísticos em LDs de LP para o EF II**. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – IEL, UNICAMP, Campinas, 2009.

MARCUSCHI, L. A. Notas sobre a interjeição. **Revista Investigações**, v. 3, p. 221-236, 1983.

_____. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARIANI, B. As academias do século XVIII – um certo discurso sobre a história e sobre a língua do Brasil. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. (Org.). **Língua e cidadania**: o português no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 1996. p. 95-100.

_____. A institucionalização da língua, história e cidadania no Brasil do século XVIII: o papel das academias literárias e da política do Marquês de Pombal. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **História das ideias linguísticas**: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001. p. 99-124.

MATALLO JR., H. A problemática do conhecimento. In: CARVALHO, M. C. M. de (Org.). **Construindo o saber**: metodologia científica: fundamentos e técnicas. Campinas: Papirus, 1987a. p. 13-28.

_____. Mito, metafísica, ciência e verdade. In: CARVALHO, M. C. M. de (Org.). **Construindo o saber**: metodologia científica: fundamentos e técnicas. Campinas: Papirus, 1987b.

MATTOS E SILVA, R. V. **"O português são dois..."**: novas fronteiras, velhos problemas. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

_____. **O português arcaico**: fonologia, morfologia e sintaxe. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Ensaios para uma sócio-história do português brasileiro**. 2.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MELO, G. C. de. **A língua do Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971 [1946].

MENDONÇA, A. W. P. C. A língua portuguesa como uma nova língua clássica. **Hist. Educ. (Online)**, Porto Alegre, n. 39, v. 17, p. 173-178, jan.-abr. 2013.

MENDONÇA, M. Análise linguística no ensino médio: um novo olhar, um outro objeto. In: MENDONÇA, M.; BUNZEN, C. (Org.). **Português no ensino médio e formação do professor**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 199-226.

MENEZES, V.; SILVA, M. M.; GOMES, I. F. Sessenta anos de Linguística Aplicada: de onde viemos e para onde vamos. In: PEREIRA, R. C.; ROCA, P. **Linguística aplicada**: um caminho com diferentes acessos. São Paulo: Contexto, 2009. p. 25-50.

MILROY, J. Ideologias linguísticas e as consequências da padronização. In: LAGARES, X. C.; BAGNO, M. (Org.). **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 49-87.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social**: teoria, método, criatividade. 18.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIOTTI, C. M. Do século XVI ao XX: seis gramáticas em busca de análise. Rota de fuga. In: MATTOS, M. A. B. de (Org.). **Gramática em questão**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010. p. 57-72.

MIRA MATEUS, M. H. et alii. **Gramática da língua portuguesa**. 5.ed. Lisboa: Caminho, 2005.

MOITA LOPES, L. P. da. Linguística aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. MOITA LOPES, L. P. da (Org.). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. 2.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008a. p. 85-107.

MOITA LOPES, L. P. Uma linguística aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como linguista aplicado. In: MOITA LOPES, L. P. da (Org.). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. 2.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008b. p. 13-44.

_____. (Org.). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. 2.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008c.

_____. Da aplicação de Linguística à Linguística Aplicada Indisciplinar. In: PEREIRA, R. C.; ROCA, P. (Org.). **Linguística aplicada**: um caminho com diferentes acessos. São Paulo: Contexto, 2009a. p. 11-24.

_____. Linguística Aplicada como lugar de construir verdades contingentes: sexualidade, ética e política. **Revista Gragoatá**, Niterói, RJ, n. 27-51, p. 33, jul-dez. 2009b.

MONTEAGUDO, H. Variação e norma linguística: subsídios para uma (re)visão. In: LAGARES, X. C.; BAGNO, M. (Org.). **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 15-48.

_____. A invenção do monolinguismo e da língua nacional. **Gragoatá**, Niterói, RJ, n. 32, p. 43-53, jan.-jul. 2012.

MONTEIRO, C. **Português da Europa e português da América**: aspectos da evolução do nosso idioma. 3.ed. Livraria Acadêmica, 1959 [1931].

_____. **Fundamentos clássicos do português do Brasil**. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Colégio Pedro II, 1958.

MONTEIRO, J. L. As ideias gramaticais de João de Barros. **Revista de Letras**, v. 19, n. 1/2, p. 25-31, jan.-dez. 1997.

MORAES, J. V. de. **Língua, cultura e civilização**: um estudo das ideias linguísticas de Serafim da Silva Neto. Dissertação (Mestrado em Letras). São Paulo: USP, 2008.

MORAIS, C. A gramática de Grego de João Jacinto de Magalhães no contexto da Reforma Pombalina. **Ágora: estudos clássicos**, Aveiro, n. 1, p. 75-103, 1999.

MORAIS, H. M. Dante Alighieri e a linguística: uma viagem pela línguas e falares do ocidente medieval. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, Ano 19, n. 56, p. 26-36, mai.-ago. 2013.

MORALIS, E. G. Evanildo Bechara: entre a tradição gramatical e a nova corrente moderna. **Sínteses**, São Paulo, v. 13, p. 227-247, 2008.

MOUNIN, G. **História da Linguística**: das origens ao século XX. Porto: Edições Despertar, 1970.

MOURA, N. de. Rumo à pós-modernidade: a virada linguística na geografia. Virada linguística? **Revista Geografar**. Curitiba, v. 3, n. 1, p. 1-15, jan.-jun. 2008.

MOURA, T. M. M. C. de. **A linguística na escolarização do português**. Tese (Doutorado em Educação) – UFMG, Belo Horizonte, 2005.

NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

NASCENTES, A. **O linguajar carioca**. Rio de Janeiro: Süssekind de Mendonça & Comp., 1922.

_____. **O linguajar carioca**. 2.ed. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1953 [1926].

_____. **O idioma nacional**. 5.ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1965 [1926].

NAVARRO, E. de A. **Soletras**, O século XVI e sua problemática linguística. São Gonçalo, RJ, Ano V, n. 10, p. 62-68, jul.-dez. 2005.

NEVES, M. H. de M. **A vertente grega da gramática tradicional**. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987.

_____. **Gramática na escola**. 8.ed. São Paulo: Contexto, 2005 [1990].

_____. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. **Gramática dos usos do português**. São Paulo: UNESP, 2000 [1999].

_____. O legado grego na terminologia gramatical brasileira. **Alfa**, São Paulo, n. 55, v. 2, p. 641-644, 2001.

_____. **A gramática**: história, teoria e análise, ensino. São Paulo: UNESP, 2002.

_____. **Que gramática estudar na escola?** Norma e uso na língua portuguesa. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2009a.

_____. A obra de Fernão d'Oliveira: uma *téchne* do uso linguístico no século XVI. In: ABAURRE, M. B. et. al. (Org.). **Fernão de Oliveira**: um gramático na história. Campinas, SP: Pontes, 2009b. p. 35-42.

_____. Uma visão da gramática na vivência da linguagem. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, n. 40, v. 1, p. 143-152, jan.-abr. 2011.

_____. **A gramática passada a limpo**: conceitos, análises e parâmetros. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

NOGUEIRA JR., J. E.; DI IÓRIO, P. L. Celso Pedro Luft e a *Gramática resumida*. In: BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. (Org.). **História entrelaçada 3**: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na segunda metade do século XX. Rio de Janeiro: Lucerna, 2008. p. 94-121.

NOGUEIRA, S. M.; NOGUEIRA JR., J. E. Gramática e ensino de português no Maranhão do século XIX: *Grammatica Elementar da Lingua Portugueza*, de Filippe Benicio de Oliveira

Condurú. In: BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. (Org.). **História entrelaçada 2**: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na primeira metade do século XX. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006. p. 17-40.

NOLL, V. **O português brasileiro**: formação e contraste. São Paulo: Globo, 2008.

NUNES, J. H. A gramática de Anchieta e as partes do discurso. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. (Org.). **Língua e cidadania**: o português no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 1996. p. 139-150.

_____. Léxico e língua nacional: apontamentos sobre a história da lexicografia no Brasil. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **História das ideias linguísticas**: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001. p. 71-87.

_____. Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias linguísticas. **Letras**, Santa Maria, RS, v. 18, n. 2, p. 107-124, jul.-dez. 2008.

OLIVEIRA, F. de. **Grammatica da linguagem portuguesa**. Porto: Imprensa Portuguesa, 1871 [1536].

ORLANDI, E. P. Apresentação. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **História das ideias linguísticas**: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001a. p. 7-20.

_____. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 3.ed. Campinas, SP: Pontes, 2001b.

_____. A Análise do Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: O Brasil. In: INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M. C. (Org.). **Michel Pêcheux e a Análise do Discurso**: uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2005. p. 75-88.

ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E. Formação de um espaço de produção linguística: a gramática no Brasil. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **História das ideias linguísticas**: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001. p. 21-38.

OURIQUE, M. L. H.; LUDWIG, C. Educação e formação na virada linguística. **Revista ibero-americana de Educação**, OEI (Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura), n. 53/4, ago. 2010.

PADLEY, G. A. A norma na tradição dos gramáticos. In: BAGNO, M. (Org.). **Norma Linguística**. São Paulo: Edições Loyola, 2001. pp. 55-95.

PAGOTTO, E. G. A nobreza da língua e da nação: o trabalho de Fernão de Oliveira e a constituição da gramática no Brasil. In: ABAURRE, M. B. et. al. (Org.). **Fernão de Oliveira**: um gramático na história. Campinas, SP: Pontes, 2009. p. 129-144.

PALMA, D. V.; MENDES, M. de F. A Gramática Normativa da Língua Portuguesa de Rocha Lima: a continuidade nos estudos gramaticais. In: BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. (Org.).

História entrelaçada 2: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na primeira metade do século XX. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006. p. 142-156.

PALMA, D. V.; MENDES, M. de F. A *Moderna gramática portuguesa* de Evanildo Bechara: uma proposta linguística para o século XXI. In: BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. (Org.). **História entrelaçada 3**: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na segunda metade do século XX. Rio de Janeiro: Lucerna, 2008. p. 157-178.

PASCHOALIN, M. A.; SPADOTO, N. T. **Gramática**: teoria e exercícios. São Paulo: FTD, 1996.

PAYER, M. O. A interdição da língua dos imigrantes (italianos) no Brasil: condições, modos, consequências. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **História das ideias linguísticas**: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001. p. 235-255.

PENNYCOOK, A. Uma Linguística Aplicada Transgressiva. In: MOITA LOPES, L. P. da (Org.). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. 2.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. p. 67-84.

PEREIRA, E. C. **Gramática Expositiva**: curso elementar. 59.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944 [1907].

PEREIRA, R. C.; ROCA, P. (Org.). **Linguística aplicada**: um caminho com diferentes acessos. São Paulo: Contexto, 2009.

PERINI, M. A. **Para uma nova gramática do português**. São Paulo: Ática, 2007 [1985].

_____. **Gramática descritiva do português**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1996 [1995].

_____. **Sofrendo a gramática**. São Paulo: Ática, 1997.

_____. **A língua do Brasil amanhã e outros mistérios**. 2.ed. São Paulo: Parábola, 2006 [2004].

_____. **Princípios de linguística descritiva**: introdução ao pensamento gramatical. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

_____. **Estudos de gramática descritiva**: as valências verbais. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2010.

PESSOA, F. **Livro do desassossego**. 2.ed. Brasília: Editora Brasiliense, s/d [1914].

PETTER, M. M. T. Africanismos no português do Brasil. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **História das ideias linguísticas**: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001. p. 223-234.

PIETRI, É. de. **O discurso da mudança do ensino de língua materna no processo de constituição da linguística brasileira**. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – IEL, UNICAMP, Campinas, 2003.

_____. A Linguística Aplicada e as condições de produção discursiva: problematizando metodologias de pesquisa. **Estudos Linguísticos**, n. XXXIV, p. 217-222, 2005.

PINTO, L. C. G. **Do que se confia às letras**: a ciência gramatical nas *Etimologias* de Isidoro de Sevilha. Dissertação de mestrado em Linguística. Campinais: IEL/Unicamp, 2008.

PLATÃO. **Diálogos**: O banquete – Fédon – Sofista – Político. São Paulo: Abril Cultural, 1972.

POLACHINI, B. S. Considerações sobre o impacto da *Grammaire Générale et Raisonnée* de Port-Royal (1660) no tratamento da sintaxe de gramáticas brasileiras do português do século XIX. **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 39-40, p. 296-314, jul.-dez. 2010, jan.-jun. 2011.

PONTES, E. **O tópico no português do Brasil**. Campinas: Pontes, 1987.

POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas, SP: ALB/Mercado de Letras, 1996.

QUINT, N. A realização do sujeito em português do Brasil: deriva *versus* crioulização. In: FIORIN, J. L.; PETTER, M. (Org.). **África no Brasil**: a formação da língua portuguesa. São Paulo: Contexto, 2009. p. 75-88.

RAMPTON, B. Continuidade e mudança nas visões de sociedade em Linguística Aplicada. In: MOITA LOPES, L. P. da (Org.). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. 2.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. p. 109-128.

RANGEL, E. Livro didático de língua portuguesa: o retorno do recalcado. In: DIONÍSIO, A. P.; BEZERRA, M. A. (Org.). **O livro didático de português**: múltiplos olhares. São Paulo: Lucerna, 2001. p. 7-14.

RAZZINI, M. de P. G. **O espelho da nação**: a antologia nacional e o ensino de português e de literatura (1838-1971). Tese (Doutorado em Letras/Teoria Literária) – IEL, UNICAMP, Campinas, 2000.

REES, D. K. Considerações sobre a pesquisa qualitativa. **Signótica**, Goiânia, v. 20, n. 2, p. 253-274, jul.-dez. 2008.

RIBEIRO, João. **Grammatica Portugueza**: Curso Primário, 1o Anno de Portuguez. 84.ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1920 [1881].

_____. **Grammatica Portuguesa**: Curso Medio, 2o Anno de Português. 39.ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1930 [1884].

_____. **Grammatica portugueza**. 3.ed. Rio de Janeiro: Livraria Clássia de ALVES & C., 1889 [1887].

RIBEIRO, Júlio. **Grammatica portugueza**. 7.ed. São Paulo: N. Falcone & Comp., 1913 [1881].

RICCIARDI, M. L. P. Segunda metade do século XIX: da apoteose do sentimento à anatomia da língua. In: BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. (Org.). **História entrelaçada**: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa do século XVI ao XIX. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. p. 117-139.

ROBERTS, I. Posfácio – O português brasileiro no contexto das línguas românicas. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (Org.). **Português brasileiro**: uma viagem diacrônica. 2.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996. p. 409-421.

ROBERTS, I.; KATO, M. A. (Org.) **Português brasileiro**: uma viagem diacrônica. 2.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

ROBINS, R. H. **Pequena história da linguística**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico; Brasília: INL, 1979.

RODRIGUES, A. D. Problemas relativos à descrição do português contemporâneo como língua padrão no Brasil. In: BAGNO, M. (Org.). **Linguística da Norma**. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2004. p. 11-25.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. Escrita e gramática como tecnologias urbanas: a cidade na história das línguas e das ideias linguísticas. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 53, v. 2, p. 197-217, jul.-dez. 2011.

ROJO, R. Fazer linguística aplicada em perspectiva sócio-histórica: privação sofrida e leveza de pensamento. In: MOITA LOPES, L. P. da (Org.) **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. 2.ed. São Paulo: Parábola, 2008. p. 253-276.

ROSA, H. N.; MILANI, S. E. A evolução do livro chamado *Gramática*: a estrutura linguística e a participação na sociedade. **Anais do SILEL**, Uberlândia, EDUFU, v. 1, p. 1-7, 2009.

ROSA, M. C. Uma coleção gramatical setecentista. **Revista dos Estudos Linguísticos**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 17-49, jul.-dez, 2000.

ROUGÉ, J-L. A inexistência de crioulo no Brasil. In: FIORIN, J. L.; PETTER, M. (Org.). **África no Brasil**: a formação da língua portuguesa. São Paulo: Contexto, 2009 [2008]. p. 63-73.

RUY, M. L. **De Verborum Significatu**: análise e tradução. Tese de doutorado em Letras Clássicas. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 2012.

SAID ALI, M. **Gramática Elementar da Língua Portuguesa**. 9.ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, s/d [1923].

_____. **Gramática Secundária da Língua Portuguesa**. 3.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1964 [1923].

SANTIAGO-ALMEIDA, M. M. Ideias linguísticas: algumas reflexões. **Polifonia**, Cuiabá, n. 6, p. 33-45, 2003.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 20.ed. São Paulo: Cultrix, 1997 [1916].

SCHERRE, M. M. P. **Doa-se lindos filhotes de poodle**: variação linguística, mídia e preconceito. 2.ed. São Paulo: Parábola, 2008.

SCHMITZ, J. R. Linguística Aplicada e o ensino de línguas estrangeiras no Brasil. **Alfa**, São Paulo, v. 36, p. 213-236, 1992.

SIGNORINI, I. A questão da língua legítima na sociedade democrática: um desafio para a linguística aplicada contemporânea. In: MOITA LOPES, L. P. da (Org.). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. 2.ed. São Paulo: Parábola, 2008. p. 169-190.

SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. (Org.). **Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

SILVA NETO, S. da. **Capítulos de história da língua portuguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Dois Mundos, 1946.

SILVA, A. C. da. **Configurações do ensino da gramática em manuais escolares de português**: funções, organização, conteúdos, pedagogias. Centro de Investigação em Educação/Universidade do Minho: Braga, 2008b.

SILVA, A. **Entre ensino de gramática e análise linguística**: um estudo sobre mudanças em currículos e livros didáticos. Tese (Doutorado em Educação) – PPGE, UFPE, Recife, 2008a.

SILVA, C. R. T. **A natureza de AGR e suas implicações na ordem VS**: um estudo comparativo entre o português brasileiro e o português europeu. Tese (Doutorado em Linguística). Maceió: UFAL, 2004.

SILVA, M. P. da. Fundamentos do discurso gramatical brasileiro: a *Grammatica Portugueza* (1887) de João Ribeiro. In: BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. (Org.). **História entrelaçada 2**: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na primeira metade do século XX. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006a. p. 41-60.

SILVA, M. Princípios metodológicos e fundamentação teórica da gramaticografia: por uma história cultural da gramática portuguesa. **Revista da ABRALIN**, v. 5, n. 1 e 2, p. 61-81, dez. 2006b.

SILVA, M.; NOGUEIRA, S. Percurso gramaticográfico de Celso Cunha: da *Gramática do português contemporâneo* à *Nova gramática do português contemporâneo*. In: BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. (Org.). **História entrelaçada 3**: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na segunda metade do século XX. Rio de Janeiro: Lucerna, 2008. p. 122-138.

SILVA, N. Í. **Ensino tradicional de gramática e prática de análise linguística na aula de português**. Dissertação (Mestrado em Linguística). PPGL, UFPE, Recife, 2009.

SILVA, S. R. da. A precursora e a sucessora da *Gramática de Port-Royal*. In: MATTOS, Maria Augusta Bastos de (Org.). **Gramática em questão**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010. p. 73-91.

SITO, L. et. al. **Fronteiras temáticas da Linguística Aplicada**: o que estudam e onde intervêm as pesquisas em Linguística Aplicada. Trabalho de conclusão de disciplina. PPGLET-UFRGS, 2007. (mimeo)

SOARES, D. de A. Introdução à Linguística Aplicada e sua utilidade para as pesquisas em sala de aula de língua estrangeira. **I Simpósio de Estudos Filológicos e Linguísticos**, FFP/ UERJ, Rio de Janeiro, mar. 2008. (mimeo)

SOARES, M. **Linguagem e escola**: uma perspectiva social. 10.ed. São Paulo: Ática, 1993 [1986].

_____. Português na escola: história de uma disciplina curricular. In: BAGNO, M. (Org.). **Linguística da norma**. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2004 [2002]. p. 155-177.

SOARES, V. R. da C. **Gramática Nacional**. Rio de Janeiro: Livraria Luso-brasileira, 1868.

SOUZA-SANTOS, B de. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 5.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

_____. **Um discurso sobre as ciências**. 12.ed. Porto: Afrontamento, 2001.

SOUZA-SANTOS, B. de; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA, N. de. O papel dos gramáticos portugueses do Renascimento: Fernão de Oliveira e João de Barros. In: MATTOS, Maria Augusta Bastos de (Org.). **Gramática em questão**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010. p. 93-104.

SPANÓ, M. **A ordem VSN em construções monoargumentais na fala culta do português brasileiro e europeu**. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

TARALLO, F. Sobre a alegada origem crioula do Português Brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (Org.). **Português brasileiro**: uma viagem diacrônica. Homenagem a Fernando Tarallo. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993. p. 69-106.

_____. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. (Org.). **Língua e cidadania**: o português no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 1996. p. 59-84.

TEYSSIER, P. **História da língua portuguesa**. Lisboa: Sá da Costa, 1975.

TIMBANE, A. A.; BERLINCK, R. de A. A norma-padrão europeia e a mudança linguística na escola moçambicana. **Gragoatá**, Niterói, n. 32, p. 207-226, jan.-jul. 2012.

TORRES, A. de A. **Moderna gramática expositiva da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S.A., 1959.

_____. **Moderna gramática expositiva da língua portuguesa**. 25.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1981 [1959].

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2008 [1995].

VALENZA, G. M. **De lingua latina, de Marco Terêncio Varrão**: tradução dos livros VIII, IX e X. Dissertação de mestrado em Letras. Curitiba: Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Paraná, 2010.

VAREJÃO, F. de O. A. O português do Brasil: revisitando a história. **Caderno de Letras da UFF**, Dossiê: Difusão da língua portuguesa, Rio de Janeiro, n. 39, p. 119-137, 2009.

VARRÃO, M. T. De Lingua Latina. Livros VIII, IX e X. Séc. I a. C. In: VALENZA, G. M. **De lingua latina, de Marco Terêncio Varrão**: tradução dos livros VIII, IX e X. Dissertação de mestrado em Letras. Curitiba: Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Paraná, 2010, p. 20-153.

VICENTE, C. P. **Dois diálogos no renascimento português**: João de Barros e Gândavo. Dissertação de Mestrado Letras Vernáculas (Literatura Portuguesa). Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

VIDAL NETO, J. B. C. **A Grammatica portugueza, de Júlio Ribeiro**. Dissertação (Mestrado em Letras). USP, São Paulo, 2010.

VIEIRA, R. Novos rumos para a linguística aplicada contemporânea. **Odisseia**, Natal, n. 3, p. 1-13, 2009.

VILELA, M.; KOCH, I. G. V. **Gramática da língua portuguesa**. Coimbra: Almedina, 2001 [1995].

WEEDWOOD, B. **História concisa da linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas**. 2.ed. São Paulo: Abril, 1979. (Coleção *Os pensadores*)

ZANON, M.; ALMEIDA, M. E. A Gramática Portuguesa de Mário Pereira de Souza Lima. In: BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. (Org.). **História entrelaçada 2**: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na primeira metade do século XX. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006. p. 102-117.

ZANON, M.; FACCINA, R. L. da S. A *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza*, de Reis Lobato, e sua contribuição para o ensino do Português no Brasil do século XVIII. In: BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. (Org.). **História entrelaçada**: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa do século XVI ao XIX. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. p. 75-89.

ANEXOS

Quadro A: Dados descartados para a análise da GA (em destaque)

Partes	Capítulos	Nº de Páginas
1ª – (sem título)	I – Apresentação	14
	II – A gramática e seu estudo	
	III – A gramática no Brasil: subsídios históricos	
2ª – Uma forma de conhecimento, de expressão e de comunicação	1º – Na fronteira do universo humano	72
	2º – O conhecimento da língua	
	3º – Variação, mudança e unidade da língua	
	4º – Linguagem, discurso e texto	
3ª – Conceitos básicos de descrição gramatical	5º – A dupla articulação da linguagem	43
	6º – Unidades e categorias gramaticais	
4ª – Morfologia flexional e sintaxe	7º – As palavras: classes, variação e significação	216
	8º – O período simples I: a predicação e as categorias do verbo	
	9º – O período simples II: tipologia sintática do verbo	
	10º – O sintagma nominal	
	11º – O sintagma adjetivo	
	12º – Vozes do verbo e questões correlatas	
	13º – o sintagma adverbial	
	14º – O período composto	
	15º – Articulação textual dos tempos e modos do verbo	
5ª – A estruturação sonora	16º – Fonética e fonologia	22
6ª – O léxico: formação e significação das palavras	17º – O léxico português	81
	18º – O significado lexical: conceitos básicos	
	19º – Relações semânticas no léxico: traços semânticos e relações de sentido	
	20º – Relações morfossemânticas no léxico I: a composição	
	21º – Relações morfossemânticas no léxico II: a derivação	
7ª – A língua e seus usos expressivos	22º – Estilística	44
8ª – Apêndices	I – Pontuação	17
	II – Crase	
	III – Português brasileiro: um tema e alguma polêmica	19

Quadro B: Dados descartados para a análise da GP (em destaque)

Partes	**Capítulos**	**Nº de Páginas**
1ª – (sem título)	Apresentação	30
	0 – Para que estudar gramática?	
	1 – Nossa língua	
2ª – Sintaxe da Oração	2 – Construções	86
	3 – Oração	
	4 – Orações sem sujeito	
	5 – Sujeito indeterminado	
	6 – Outros termos da oração	
	7 – Algumas construções importantes	
	8 – Ordens dos termos na oração	
	9 – Pronomes oblíquos	
	10 – Construções interrogativas e negativas	
3ª – Valência	11 – Valência	21
	12 – Papéis temáticos	
4ª – Período composto	13 – Coordenação e subordinação	61
	14 – Estruturas oracionais especializadas	
	15 – Contando orações	
	16 – Omissões anafóricas	
	17 – Orações relativas (adjetivas)	
	18 – Subjuntivo e indicativo na oração subordinada com *que*	
	19 – Modo governado pelo conectivo	
	20 – Uso do infinitivo	
5ª – Uso das formas verbais	21 – Tempo verbal: presente e futuro	31
	22 – Tempo verbal: passado	
	23 – Tempo governado	
	24 – Auxiliares e modais	
	25 – Pessoa	
6ª – Sintagma nominal	26 – O núcleo do sintagma nominal	22
	27 – Ordem dos termos no SN	
7ª – Concordância	28 – Concordância verbal	15
	29 – Concordância nominal	
8ª – Classes de palavras	30 – Classificação	42
	31 – Nominais	
	32 – Verbos	
	33 – Conectivos	
	34 – Adverbiais	
	35 – Expressões idiomáticas	
9ª – Discurso	36 – Topicalização	7
10ª – Fonologia	37 – Pronúncia	22
	38 – Fenômenos não marcados na ortografia	

Quadro C: Dados descartados para a análise da GB (em destaque)

Partes	**Capítulos**		**Nº de Páginas**
(sem título)	Aviso aos navegantes		21
	Abreviaturas e símbolos		
	Símbolos fonéticos		
	Introdução: gramática, a quem será que se destina?		
Livro I – Epistemologia do português brasileiro	1. Por uma concepção não-platônica de língua		77
	2. O devaneio da língua primitiva – colonialismo, racismo e preconceito linguístico		
	3. De língua materna à língua paterna – do vernáculo à normatização		
Livro II – História do português brasileiro	4. A mudança linguística		141
	5. Do galego ao brasileiro – história da nossa língua		
	6. Formação do léxico portugalego		34
Livro III – Multimídia do português brasileiro	7. Fonologia da nossa língua		53
	8. Língua falada e língua escrita	8.1 A falácia clássica	18
		8.2 a 8.7: alfabeto e ortografia	40
Livro IV – Lexicogramática do português brasileiro	9. História das classes gramaticais		95
	10. Universais e brasileiros – conceitos importantes para entender a gramática		
	11. Características léxico-gramaticais do português brasileiro		436
	12. Verbo		
	13. Nomes		
	14. Verbinominais		
	15. Os índices de pessoa		
	16. Os mostrativos		
	17. Os quantificadores		
	18. Os advérbios		
	19. As preposições		
	20. Os nós e os nexos – as conjunções e companhia limitada		
Livro V – Didática do português brasileiro	21. A hipercorreção e suas consequências	21.1 a 21.7: Erro, hipercorreção	25
		21.8 a 21.25: Casos de hipercorreção no PB	27
	22. O que (não) ensinar na escola – por uma educação linguística realista		28

Quadro D: Dimensão do recorte para análise do *corpus*

Obra	Nº de páginas da obra	Nº de páginas excluídas	Nº de páginas analisadas
GA	528	164	364
GP	337	22	315
GB	995	127	868